

UNIVERSIDADE DE AVEIRO

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E CULTURAS

***Povoamento e vida material no concelho de Aveiro:
apontamentos para um estudo
histórico-toponímico***



*Tese submetida ao grau de
Mestrado em Estudos Portugueses*

Manuel José Gonçalves de Carvalho

*Orientação:
Professor Doutor Telmo dos Santos Verdelho*

1999

TÍTULO *Povoamento e vida material no concelho de Aveiro: apontamentos para um estudo histórico-toponímico*

AUTOR Manuel José Gonçalves de Carvalho

EDIÇÃO Aveiro, 1999

ISBN 972-95014-8-3

CDU 946.932.15
81'373.21 (4)
81'373.21 (469.321)
811.134.3'373.21

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO

Mestrado em Estudos Portugueses

Universidade de Aveiro / Departamento de Línguas e Cultura

ORIENTAÇÃO: Professor Doutor Telmo dos Santos Verdelho

ÍNDICE

Índice

	<i>páginas</i>
<i>Nota prévia</i>	9
<i>Introdução</i>	13
I. <i>Desideratos e esteios epistemológicos</i>	15
II. <i>Fontes documentais</i>	19
1. <i>Fontes manuscritas</i>	22
2. <i>Fontes impressas</i>	25
2.1. <i>O «Arquivo do Distrito de Aveiro»</i>	25
2.2. <i>Outras publicações</i>	26
3. <i>Cartografia</i>	27
4. <i>Dicionários</i>	28
<i>Primeira Parte: o quadro geo-histórico</i>	31
1. <i>A moldura espaço-temporal: a terra e a água</i>	33
2. <i>O espaço e os homens: o substrato linguístico</i>	37
2.1. <i>«Cultura castreja»</i>	42
2.2. <i>Colonização: Fenícios e Gregos na Península</i>	45
2.3. <i>A cultura dos Tartessos e a presença púnica</i>	46
2.4. <i>A Península segundo o périplo de Avieno: pré-celtas e celtas</i>	47
2.5. <i>Os Bascos</i>	51
2.6. <i>O domínio de Cartago na Hispânia</i>	53
2.7. <i>Túrdulos e Turdetanos</i>	55
2.8. <i>Lusitanos, Galaicos e últimas vagas celtas</i>	58
3. <i>O espaço e os homens: o titubear do romance</i>	65
3.1. <i>A conquista romana da fachada atlântica peninsular</i>	68
3.2. <i>Transformações políticas, sociais e económicas</i>	70
3.3. <i>A Lusitânia e as novas divisões administrativas</i>	71
3.4. <i>A «romanização» no litoral-norte da Lusitânia</i>	72
4. <i>O espaço e os homens: o superstrato linguístico</i>	79
4.1. <i>Os Suevos na Germânia</i>	83
4.2. <i>Os Visigodos: da Germânia à Gália</i>	84
4.3. <i>Suevos e Visigodos na Hispânia</i>	86
4.4. <i>A conquista islâmica: Árabes e Berberes</i>	94
5. <i>A Reconquista: do romance ao galaico-português</i>	97
6. <i>Coimbra: a fusão norte-sul</i>	105
<i>Segunda Parte: Estudos toponímicos</i>	111
I. <i>Toponímia: Classificação e tipologia</i>	111
1. <i>Classificação quanto à função do lugar</i>	114
2. <i>Classificação quanto à origem e significado</i>	115
– <i>Taxinomia toponímica utilizada neste trabalho</i>	116
3. <i>Topolexia: tipologia morfossintáctica</i>	120

	<i>páginas</i>
II. <i>Os nomes dos lugares: etimologia e semiologia</i>	123
– <i>Abreviaturas etimológicas</i>	127
– <i>Glossário toponímico</i>	129
– <i>letra A</i>	129
– <i>letra B</i>	154
– <i>letra C</i>	167
– <i>letra D</i>	188
– <i>letra E</i>	189
– <i>letra F</i>	200
– <i>letra G</i>	204
– <i>letra H</i>	210
– <i>letra I</i>	211
– <i>letra J</i>	212
– <i>letra L</i>	213
– <i>letra M</i>	218
– <i>letra N</i>	227
– <i>letra O</i>	228
– <i>letra P</i>	230
– <i>letra Q</i>	240
– <i>letra R</i>	242
– <i>letra S</i>	253
– <i>letra T</i>	263
– <i>letra U</i>	267
– <i>letra V</i>	269
<i>Conclusão</i>	283
<i>Bibliografia</i>	289
– <i>Dicionários e vocabulários</i>	291
– <i>Obras gerais de história, geografia e linguística</i>	299
– <i>Cartografia</i>	323
 <i>Anexos</i>	 325
– <i>Anexos I: Corpus Toponímico</i>	I
– <i>Anexos IIa: Fogos e população nos séculos XVI-XVIII</i>	LXXV
– <i>Anexos IIb: Fogos e população nos séculos XIX-XX</i>	LXXXV
– <i>Anexos III: Topónimos europeus afins dos de Aveiro</i>	XCIII

NOTA PRÉVIA

Nota prévia

Os topónimos, os nomes dos lugares, esas palabras con que os homes foron singularizando e recoñecendo ó longo da historia as particularidades do seu medio físico e os espazos que habitaron, transmitíndoas de xeración en xeración, fan parte importante do patrimonio cultural dun país. Herdados ó longo dos séculos, moitos deles milenarios, algúns sobreviventes de desaparecidas linguas ignotas ou pouco coñecidas, outros testemuño de formas de vida do pasado, os topónimos son a concreción lingüística da vinculación histórica dun pobo coa súa xeografía.

Gonzalo Navaza¹

QUALQUER investigador que se debruce, no âmbito da história, sobre as realidades dos tempos mais recuados, constata a dificuldade na obtenção de fontes escritas, capazes de responder à multiplicidade das problemáticas suscitadas pelo actual desenvolvimento das ciências humanas e sociais. Esta circunstância, comum a diferentes espaços, é por demais evidente para a área do actual concelho de Aveiro, devido sobretudo ao desaparecimento dos arquivos municipais da medievalidade, destruídos ao sabor da insensibilidade e da incúria dos homens.

Já em 1790 João Pedro Ribeiro denunciava as péssimas condições em que se encontrava o «Cartorio da Camera», com a maior parte dos documentos «quasi podres» e cujo «ar mefítico» o fez adoecer. O agravo reportava-se a Aveiro, mas o «Cartorio de Esgueyra» não desmerecia o azorrague, «pois andavão alheados delle os livros antigos» (Madaíl, 1968: VII-VIII). Em finais do século passado, Marques Gomes lamentava a mesma situação, denunciando os tratos de polé a que foram sujeitas as memórias da cidade, que passou pela venda a peso, na Feira de Santo André, do arquivo da antiga Câmara de Esgueira (Gomes, 1899: 20-40).

A região de Aveiro, a sul do Vouga, conta com diminuta documentação para o período da proto-história portuguesa. Os poucos documentos conhecidos são, no entanto, suficientes para estabelecer diferentes elos de ligação com a Galiza e outras zonas da Ibéria, caminhos que importa percorrer, na procura da especificidade antropocultural que Orlando Ribeiro estabeleceu em torno do conceito de *finisterra* (Ribeiro, 1979e: 130-149).

O presente trabalho pretende ser um tentame de superação das lacunas e brumas documentais dos fundos arquivísticos, recorrendo, para o efeito, ao contributo da toponímia e, num futuro que esperamos próximo, da antroponímia. Estes dois ramos da onomástica, como aliás a linguística em geral, têm registado, ultimamente,

¹ In CABEZA, 1992: 9.

avanços consideráveis, abrindo novos horizontes a ciências como a história, a geografia ou a sociologia².

Ao pretendermos explorar estes caminhos, na compreensão da realidade cultural alavariense, temos presentes as limitações que nos assistem, mas aqui reside o desafio que intentamos perseguir. Como nos dizia Lucien Febvre,

a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. [...] Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a actividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.³

O desiderato que nos propomos vai muito para além deste trabalho, desde logo limitado pela imposição de prazos académicos. Contudo, deixamos aqui alguns indícios do que pretendemos fazer, em futuras incursões nesta temática que passarão pelo aumento e melhoria do *corpus* toponímico fornecido em anexo⁴, através dos percursos heurísticos delineados a seguir, e por uma exploração mais alargada dos diferentes registos toponímicos, agora circunscrita a uma pequena parte, estabelecendo ligações mais aprofundadas à toponomástica das diferentes regiões de Espanha, da França de entre Pirinéus e Garonne, mas também da Europa e do Mediterrâneo em geral⁵.

Felizmente este desafio pôde contar, desde o primeiro momento, com o apoio incondicional, o entusiasmo também, do Professor Doutor Telmo Verdelho, que aceitou orientar esta humilde dissertação, acompanhando-a com o seu saber, a sua palavra amiga e o seu discurso de multifacetada cultura, ao mesmo tempo que abria, a este neófito em linguística, os percursos que lhe permitiram balbuciar os primeiros passos na bibliografia essencial, para ganhar depois a autonomia indispensável à continuação desse trabalho. Cumpre-me deixar aqui a expressão dos meus mais sinceros agradecimentos.

² «*Toponymie, toponymique* sont des mots que l'on rencontre seulement aux environs de 1870. Toponyme n'entrera dans la langue que bien plus tard. *Anthroponymie* ne date que de 1877, où il fut employé par Leite de Vasconcellos sous sa forme portugaise.» (BAYLON; FABRE, 1982: 6).

³ In FEBVRE, 1977, vol. 2: 212-213.

⁴ *Anexo I*, páginas numeradas de III a LXXIV.

⁵ Ver, a título de exemplo, as séries toponímicas apresentadas no *Anexo III*.

INTRODUÇÃO

I. Desideratos e esteios epistemológicos

Introdução

I. *Desideratos e esteios epistemológicos*

A IDEIA de história que subjaz a este trabalho assenta nos pressupostos teóricos abertos pela Nova História e pela transição paradigmática da ciência pós-moderna. Com efeito, dificilmente ele poderia ser elaborado à luz da velha historiografia positivista, tão cara a Langlois ou Seignobos, ou do por demais decantado paradigma da objectividade científica.

A rejeição deste paradigma não pode, no entanto, ser confundida com qualquer ausência de reconhecimento perante a sua importância histórica. Este paradigma chegou até nós enriquecido pelos contributos iluministas, e enformou as ciências humanas e sociais nascidas ou desenvolvidas a partir do cientismo oitocentista. A conjuntura epistemológica dos finais do século XIX, na qual pontificam pensamentos como o de Auguste Comte, pretendeu chegar a uma ciência do homem operando na realidade social com a metodologia das ciências da natureza.

No que à nossa ciência importa, o resultado foi manifestamente insatisfatório e conduziu a uma história factológica, uma «histoire bataille», uma «histoire événementielle» que os *Annales*, desde 1929, puseram em causa e, antes deles, investigadores como Henri Pirenne⁶, Henri Berr⁷ ou François Simiand⁸. Os obstáculos levantados modernamente pela aplicação deste paradigma contribuiram para a percepção das

⁶ Os fundadores dos *Annales* reconhecem, logo à partida, o papel deste belga na renovação historiográfica que desbrava caminhos ainda antes de terminado o século passado. Daí o convite e a resposta afirmativa de Pirenne (1863-1935), que colabora no primeiro número da revista fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, repetindo a experiência em 1933, dois anos antes da morte o surpreender. Ver LE GOFF, Jacques [et al.], dir. – *A Nova História*. Coimbra: Livraria Almedina, 1990. ISBN 972-40-0600-X. p. 513-514. Mas o carácter inovador e não positivista da obra de Pirenne sobressai sobretudo em *Maomé e Carlos Magno*, livro traduzido para português e publicado em 1970 pelas Publicações Dom Quixote e, mais recentemente (1992), pelas Edições ASA.

⁷ Berr é um dos precursores da ideia de história global ou total, tão cara aos *Annales* do pós-guerra, e é também, sem qualquer dúvida, o primeiro a reconhecer a indispensabilidade da interdisciplinaridade na construção científica da modernidade. Exemplos deste esforço e destas ideias encontramos-os já em 1900, quando funda a *Révue de Synthèse Historique*, em 1914, quando inaugura a prolífica «Biblioteca de Síntese Histórica» ou, depois de 1920, a colecção que, sintomaticamente, denominará de «A Evolução da Humanidade» (LE GOFF, ob. cit., p. 78-79).

⁸ Discípulo de Durkheim, sociólogo e economista, participa, em 1898, na fundação de *L'Année Sociologique* e contribui, nomeadamente com a construção de modelos de análise histórica (os ciclos económicos) e com os seus trabalhos teóricos, para o surgimento da história económica e social. O artigo «Método histórico e ciência social, que publicou em 1903 na *Révue de Synthèse Historique*, de Henri Berr, contra as normas positivistas de Seignobos, merecerá, 57 anos depois, a republicação integral nos *Annales*, (LE GOFF, ob. cit., p. 566-568).

suas limitações no campo das ciências sociais e, hoje em dia, idêntico reconhecimento no que concerne às ciências da natureza.

Para Boaventura de Sousa Santos (1987; 1990) estamos perante um novo conceito de ciência, que implica um paradigma de novo tipo, um paradigma construtivista, um paradigma emergente. Este novo paradigma, ao recusar a dicotomia sujeito/objecto, reconhece o papel do investigador na construção do objecto de investigação. O problema punha-se desde há muito em relação às ciências sociais e, com bastante acuidade, no campo da história.

O paradigma emergente pretende ser, concomitantemente, um paradigma científico e um paradigma social, uma reconceptualização que poderemos atribuir a uma mundividência de revolução científica, cujo plasma é uma sociedade profundamente transformada por essa mesma ciência.

O paradigma emergente supera a distinção entre ciências naturais e ciências sociais e tende a valorizar as Humanidades, já que são as ciências do homem as que melhor resistiram à dicotomia sujeito/objecto e as que foram mais longe na descoberta de inteligibilidades globais. Aqui radica o carácter analógico da ciência pós-moderna, já que parte do que conhece melhor para o que conhece pior. Este paradigma aponta para o conhecimento total, para uma ampliação do objecto da ciência, partindo da fragmentação temática, e não disciplinar, desse mesmo conhecimento.

Sendo temático, este conhecimento é local, mas é também transdutor, já que extravasa do local para o total e recusa a exclusividade ao quantitativo, juntando-lhe a feição qualitativa, enquanto opera a partir de uma pluralidade metodológica. A recusa da dicotomia sujeito/objecto leva, por sua vez, ao entendimento do conhecimento científico como autoconhecimento, já que o objecto mais não é que o prolongamento do próprio sujeito.

Este novo paradigma, que à falta de melhor termo podemos apelidar da pós-modernidade, inverte ainda o conceito de «ruptura epistemológica» tão caro a Bachelard. O problema deixou de centrar-se no salto do sensível ao inteligível, na medida em que a ciência pós-moderna só se realiza no salto do inteligível ao sensível, no mergulho no senso comum, ao encontro de uma nova racionalidade feita de racionalidades.

Por tudo isto, referindo-se à ciência dos nossos dias, Boaventura Santos fala-nos de uma dupla ruptura epistemológica, da qual não poderá desligar-se a «tensão entre linguagem técnica e linguagem metafórica», considerando que a «linguagem técnica desempenha um papel importante na primeira ruptura (que separa a ciência do senso comum), enquanto a linguagem metafórica é imprescindível para a segunda ruptura (que supera tanto a ciência como o senso comum num conhecimento prático esclarecido)» (Santos, 1990: 132).

A historiografia dos últimos anos, se entronca directamente na «École» *des Annales*, deve muito dos seus actuais percursos a este novo paradigma. A história ganha aqui uma nova dimensão, mesmo quando regressa ao homem individual e aos seus feitos, pois debruça-se cada vez mais sobre a multiplicidade das temporalidades mate-

materiais e mentais, através da articulação dos diferentes níveis de tempo histórico: o tempo breve do acontecimento, a média duração da conjuntura, a longa duração da estrutura, das «imobilidades» e das inércias. Fê-lo, de início, com fundamentalismos exprobadores da história política, da história do acontecimento; regressa hoje, com humildade a essa mesma história, embora o produto final seja outro, e também as metodologias.

Na linha de partida, depois de Berr, Pirenne e Simiand, encontramos grandes vultos como Lucien Febvre e Marc Bloch, logo seguidos de Fernand Braudel. A semente germinou, produziu e, hoje, a plêiade é demasiado vasta para aqui destacarmos um ou outro nome.

A história propunha-se, cada vez mais, perseguir uma totalidade sempre ardia, mesmo quando o seu objecto se acrescentava nos sabores da problematização, ou o método se pluralizava na interdisciplinaridade. Talvez por isso, algumas vozes pareceram reconhecer-lhe uma ambição imperialista, face às restantes ciências do homem, mas já Braudel, numa longa entrevista, um ano antes da sua morte, procurava desfazer estes equívocos, clamando por aquilo que denominava de «interciência», algo mais completo que uma simples relação interdisciplinar, uma construção sem dominâncias:

L'interdisciplinarité c'est le mariage légal de deux sciences voisines. Moi, je suis pour la promiscuité généralisée. Les passionnés qui font de l'interscience en mariant une science avec l'autre sont trop prudents. Ce sont les mauvaises moeurs qui doivent prévaloir: mêlons toutes les sciences, y compris les sciences traditionnelles, philosophie, philologie, etc., qui ne sont pas si mortes qu'on le dit. Et qui sont une de nos supériorités. [...]

Mais l'histoire, pour être valable, doit être incorporée, je me répète, aux autres sciences humaines et, de leur côté, les sciences de l'homme devraient prendre en considération la dimension historique.⁹

A tomada de consciência das limitações do paradigma da objectividade científica abriu novos caminhos à interdisciplinaridade, nomeadamente nas margens que se abrem à linguística, o que tem permitido o alargamento permanente do território do historiador, cada vez menos preocupado, no sentido tradicional, com o problema da objectividade.

Afastada a dicotomia sujeito/objecto e assumida a sua interpenetração, a ciência entende-se a si própria como criação, o que não significa menos preocupação pela verdade, mas antes consciência das suas limitações e relatividade.

A interdisciplinaridade trouxe-nos o alargamento do território da história e da noção de documento, mas trouxe também novos problemas e entraves à história total. Nos nossos dias, as preocupações do historiador começam a tentar ir além das sucessivas «modas» da história económica e social, do campo muito mais fluido das mentalidades e dos novos objectos intemporais, abertos pelo desenvolvimento da antropologia, para regressarem ao tempo breve do acontecimento.

⁹ EWALD, François; BROCHIER, Jean-Jacques (propos recueillis par) – [Fernand Braudel:] Une vie pour l'histoire. *Magazine Littéraire*. Paris. ISSN 0024-9807. N.º 212 (Nov. 1984), p. 22.

A preocupação da história total e a consciência do conhecimento como auto-conhecimento levam o historiador, na linha de chegada, a tecer a sua urdidura através do que poderíamos chamar uma encenação literária. Mais um escândalo para os paladinos do velho paradigma, apesar desta opção não significar menos rigor, mas antes consciência do destinatário da comunicação, ao fim e ao cabo o respeito pela sociedade em que tudo mergulha.

INTRODUÇÃO

II. Fontes documentais

II. Fontes documentais

OS ESTUDOS que envolvem a toponímia passam pela organização de um *CORPUS* tão completo quanto possível, cuja elaboração obriga a pesquisa nos mais variados fundos arquivísticos. A organização desse *corpus* toponímico deverá registar e datar as variantes morfológicas e sintácticas que fornecem, frequentemente, a única chave para a correcta leitura do topónimo, para além de contribuírem para o estudo da língua, ao proporcionarem formas intermédias de evolução, inexistentes na língua falada, padronizada ou regional, ou na documentação literária conhecida.

Os progressos registados nas ciências humanas e sociais permitem novas aproximações e avanços consideráveis no estudo da toponímia, que serão tanto mais notáveis quanto resultarem de um trabalho interdisciplinar, no qual se encontrem filólogos e historiadores, cujas especialidades, no entanto, não conseguirão esgotar a riqueza deste filão.

Só desta forma será possível um trabalho minimamente científico, mas nem por isso menos efémero e relativo. A consciência dessa relatividade não é, apesar de tudo, escolho que desanime a ciência da pós--modernidade nem o seu paradigma em construção.

A falta de humildade e o isolamento de alguns cientistas, incapazes de recorrer ao trabalho interdisciplinar¹⁰, bem como o desconhecimento da metodologia da ciência filológica, podem levar a conclusões tão precipitadas como as explicações estapafúrdias com que o saber popular e os curiosos locais justificam muitos dos seus topónimos. Um folhear apressado do *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, será mais que suficiente para fornecer algumas dezenas destas informações.

Considerando o desiderato atrás enunciado, passamos à informação de alguns dos possíveis percursos heurísticos, capazes de contribuir para a elaboração de um *corpus* toponímico da área abrangida pelo actual concelho de Aveiro, tendo presente que o mesmo integra hoje os antigos concelhos medievais de Arada, Aveiro, Esgueira e Eixo, para além do lugar de Verdemilho e do antigo lugar de Sá, que pertenciam ao concelho de Ílhavo, bem como a freguesia de S. Jacinto que pertenceu ao concelho de Cabanões (Ovar).

¹⁰ Paradigma desta atitude são os trabalhos sobre toponímia de Moisés do Espírito Santo, fascinantes nos percursos, inspiradores nas problemáticas, mas que, com demasiada frequência, ruem ao mais leve contacto com as leis da filologia, a fonte que regista a forma antiga do topónimo ou a factologia histórica que o enquadra. (Espírito Santo, 1988; 1989).

1. Fontes manuscritas

COMEÇANDO pelas colecções locais, destacamos o *Arquivo Histórico Municipal de Aveiro*¹¹. A selecção dos documentos deste arquivo esteve facilitada pela existência de um inventário (Sousa, 1985a) que nos permitia conhecer o respectivo acervo. Esta primeira organização do Arquivo, de carácter temático-alfabético, enfermava de muitas deficiências, apenas corrigidas nos últimos anos, na sequência de um moderno trabalho de classificação, elaborado de acordo com o «Quadro de Classificação dos Arquivos Municipais» e de modelos expressamente desenvolvidos de acordo com a «legislação e documentação própria de cada Fundo». Esta última intervenção organizativa veio facilitar extraordinariamente a selecção e consulta da documentação do *AHMA*, como se pode concluir da consulta do respectivo catálogo¹².

O *Arquivo Distrital de Aveiro*¹³ (Coelho, 1987) luta com problemas de espaço, o que tem motivado atraso nalgumas incorporações que, de acordo com a lei, já ali deviam ter entrado. Para a recolha da toponímia destacam-se, desde logo, os «Registos Paroquiais» (livros de baptismos, de casamentos e de óbitos), que abrangem todas as freguesias do concelho. O antigo lugar de Sá, embora pertencesse ao concelho de Ílhavo, integrava-se na paróquia da Vera Cruz, enquanto o lugar de Verdemilho, que pertenceu ao mesmo concelho, estava, no canónico, ligado à paróquia de Aradas. Este grupo de 884 livros inclui registos que vão de 1567 a 1885.

O núcleo mais importante do *Arquivo Distrital*, no que respeita à toponímia, é o «Notarial» que, só para o concelho de Aveiro, conta com 1813 livros e 148 maços de documentos, abrangendo o período de 1611 a 1928. Desde há algum tempo, também aqui se encontram depositados os «Livros de registo das matrizes prediais e urbanas do concelho de Aveiro»¹⁴, organizados nos finais do primeiro quartel deste século, cujos topónimos foram tratados informaticamente e há pouco publicados (Rodrigues; Barreira, 1994).

O *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro* está também inventariado (Sousa, 1985b), pelo que será relativamente fácil descobrir a documentação mais importante para um levantamento toponímico. A respectiva consulta passa pela prévia autorização do Provedor. Para os objectivos de um trabalho deste tipo merecem des-

¹¹ Este *Arquivo* está instalado no edifício fronteiro à Câmara Municipal, no andar superior ao do *Salão Cultural* da edilidade aveirense.

¹² Cf. PINHEIRO, 1997; ver também PINHEIRO, Madalena, coord. – *Arquivo Histórico Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal, 1995. ISBN 972-9137-22-6.

¹³ Tal como o anterior está instalado no edifício fronteiro à Câmara Municipal, no andar superior ao do *Salão Cultural* da edilidade aveirense.

¹⁴ Vd. RODRIGUES; BARREIRA, 1994: 170, n. 13.

taque os «Livros e Papéis» arquivados sob as rubricas “Benfeitores”, “Bens da Misericórdia”, “Capelas e Legados”, “Foros, Juros e Rendas” e “Marinhas”.

Os arquivos da *Junta Autónoma do Porto de Aveiro*¹⁵, cuja consulta depende da autorização do respectivo presidente, revestem especial interesse para a toponímia da zona alagada e do domínio público hídrico. É neste arquivo que poderão ser encontrados os processos e levantamentos topográficos referentes a todo o tipo de intervenção nestas áreas, sejam de construções privadas ou de obras públicas, como estradas e pontes.

Saindo de Aveiro, importa passar pelo *Arquivo da Universidade de Coimbra* onde podemos consultar um manancial de documentação que interessa à história de Aveiro e também ao conhecimento da sua toponímia. A maior parte desse acervo refere-se a cartórios de antigas entidades senhoriais, leigas e religiosas, que dominaram em diferentes áreas do actual concelho de Aveiro ou aqui tiveram propriedades.

O *Boletim do Arquivo* publicou, no seu primeiro volume, um pequeno guia dos documentos em depósito (Cruz, 1973) que constitui um precioso auxiliar para os investigadores. No entanto, alguma da documentação ali enumerada já não se encontra em Coimbra, como é o caso dos «Livros Paroquiais» do distrito de Aveiro, entretanto transferidos para o respectivo *Arquivo Distrital*.

Um dos núcleos que mais nos interessa é o das «Congregações Religiosas», das quais salientamos o “Convento de Santa Cruz”¹⁶ que, para além de possuir várias propriedades em diferentes freguesias do concelho de Aveiro, senhoreou o concelho de Arada até 1509, altura em que a pequena autarquia passou para o Mosteiro de Grijó, por escambo aprovado por bula de Júlio II¹⁷. Aquando da divisão deste último mosteiro, os respectivos rendimentos foram distribuídos, em 1566, por bula de Pio V (*GEPB*, vol. 12: 781-784), entre os cenóbios de Grijó e da Serra do Pilar, cabendo a este último a *vila* de Arada.

A documentação do “Convento de Santa Maria de Lorvão”¹⁸ tem igualmente bastante interesse, já que este mosteiro deteve, desde a Idade Média, o senhorio da jurisdição cível em Esgueira, Cacia, Taboeira e Verba (Nariz).

A importância do *Arquivo da Universidade de Coimbra*, para a investigação toponímica aveirense, deve-se também aos depósitos da documentação dos cenóbios que existiram em Aveiro, e aqui foram proprietários, como é o caso dos “Convento dos Carmelitas Descalços de Aveiro”¹⁹, “Convento da Madre de Deus de Sá”²⁰, “Conven-

¹⁵ Estes arquivos estão nas novas instalações da *Junta Autónoma*, no Forte da Barra.

¹⁶ Vd. *Tombo, demarcação e reconhecimento de propriedades*, 1520-1814, 44 vol. e 2 maços. Para uma consulta orientada dos fundos medievais de Santa Cruz, à guarda do ANTT, veja-se Gomes (1988: 3-199).

¹⁷ Arquivo da Universidade de Coimbra, bulário em pergaminho do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, fl. 39, transcrito em Madaíl (1959: 258-261).

¹⁸ Vd., sobretudo, *Tombo de propriedades*, 1704-1834, 64 vol.; *Livro de Mataduços*, 1829, 1 vol.; *Comenda de Cacia*, 1818-1819, 1 vol.

¹⁹ Vd. *Tombo de escrituras e títulos de capitais*, 1659-1857, 2 vol.; *Diversas escrituras de aforamento (concelho de Aveiro ...)*, 5 caixas.

²⁰ Vd. *Tombo do inventário do convento (resumo dos bens ...)*, 1770-1856, 2 vol.; *Escrituras de aforamento*, 1 caixa.

to de Jesus de Aveiro”²¹, “Convento de Nossa Senhora da Misericórdia (*Ordem de S. Domingos, de Aveiro*)”²² e “Convento de Nossa Senhora do Carmo de Aveiro”²³.

O núcleo de «Diversos» deste arquivo possui ainda vária documentação do «Marquês de Angeja»²⁴ e da «Casa de Aveiro»²⁵, esta última com um valiosíssimo património na região, resultante dos legados de D. João II ao seu filho bastardo D. Jorge de Lencastre²⁶, fundador da Casa que foi, na pessoa do seu filho, elevada à dignidade ducal. O poder desta linhagem, enxertada em bastardia régia, só viria a terminar no reinado de D. José, com o confisco de bens e a condenação à morte do último duque de Aveiro, D. José Mascarenhas e Lencastre.

Por último, importa explorar o *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*²⁷ que, para os nossos objectivos, possui os documentos mais antigos e, por isso mesmo, de primordial interesse para a toponímia histórica e estudos histórico-filológicos.

Continuando a vincar a importância dos tombos senhoriais, relativos às entidades que possuíram propriedades ou outro tipo de direitos em Aveiro, destacamos os «Livros de José Manuel da Costa Basto»²⁸, as «Colecções outrora localizadas na chamada sala 25»²⁹, as «Corporações religiosas, 1ª incorporação»³⁰ e a «Leitura Nova»³¹.

²¹ Vd. Escrituras de aforamento, compra, composição, 1558-1857, 1 caixa; Autos de tomo, medição e reconhecimento de casais, 1460-1834, 4 caixas e 41 vol.; Autos de demarcação e destrinça, 1460-1835, 4 caixas; Índice geral das fazendas do convento, 1652-1749, 1 vol. (transcrito em SANTOS, 1963-: 639-732); Prazos, 1603-1788, 13 vol., 1 caixa e 1 pasta.

No núcleo dos *Pergaminhos* existem 168 documentos referentes ao convento de Jesus de Aveiro (alguns destes documentos encontram-se transcritos em SANTOS, 1963-1967, *passim*), com datas que vão de 1348 a 1695.

²² Vd. Emprazamentos, 1519-1709, 10 vol.; Tombo, medição e demarcação de propriedades, 1613-1810, 6 vol.

²³ Vd. Tombo de legados pios, esmolas, perpétuas, etc., 1756-1760, 2 vol.

²⁴ Vd. «Marquês de Angeja»: Prazos e foros, 1672-1822, 20 vol.; Tombo dos bens pertencentes à capela de Santa Margarida, na igreja de S. Miguel de Aveiro, 1804, 1 vol.

²⁵ Vd. «Casa de Aveiro»: Tombo de reconhecimento de marinhas, 1692-1706, 3 vol.; Tombo de reconhecimento de propriedades, 1415-1818, 29 vol.

²⁶ ANTT, gav. 16, m. 1, n.º 16. Testamento de D. João II, transcrito em MADAÍL, 1959: 243-252.

²⁷ Em Janeiro do corrente ano começou a ser publicado o *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo*. Primeira Parte – *Instituições do Antigo Regime*, vol. 1 – *Administração Central (1)*. Esta primeira parte constará de quatro volumes, estando os três em falta em «adiantado estado de preparação» (*Boletim* [do ANTT]n.º 8). Esta obra irá facilitar extraordinariamente o trabalho de investigação a partir do manancial de documentos à guarda do nosso Arquivo Nacional.

Sobre o lançamento desta obra e o seu significado, ver MATTOSO, José – Revolução nos Arquivos. *História*. Nova Série. N.º 13 (Abril 1999), p. 8-9.

²⁸ Vd. *Tombos do Mosteiro de Grijó*, casa forte, n.ºs 6, 7 e 8.

²⁹ Vd. *Mosteiro de Lorrão*, séc. XIII-XVII, 7 caixas, n.º 104 a 110, com 64 maços. Entre outros, documentos referentes a Esgueira (alguns destes documentos encontram-se transcritos em SILVA, 1994: 259-317), Cacia e Eixo.

³⁰ Vd. *Santa Cruz de Coimbra*, séc. XII-XIV, 7 caixas (n.º 35 a 41) com 24 maços (os documentos estão sumariados em nove cadernetas); *Santa Maria de Lorrão*, séc. X-XIV, 3 caixas (n.º 87 a 89), com 11 maços e 7 rolos.

³¹ Vd. *Santa Cruz de Coimbra*, Livro 54, Prazos, 1471-1481; Livro 94, Tombo, 1431.

2. Fontes Impressas

2.1. O «Arquivo do Distrito de Aveiro»

QUALQUER estudo sobre Aveiro passa obrigatoriamente pelo *Arquivo do Distrito de Aveiro*, revista trimestral publicada entre 1935 e 1976 e dirigida por A. G. da Rocha Madaíl, Francisco Ferreira Neves e José Pereira Tavares. No seu conjunto, a colecção do *Arquivo*, com os seus 206 autores e 867 artigos, distribuídos por cerca de 14 000 páginas, tantas são as dos 42 volumes que agrupam os 168 números publicados, é um repositório dos mais variados estudos e de importantes documentos das épocas medieval e moderna.

Aqueles três proprietários e directores da revista acompanharam-na em toda a sua existência, com excepção do primeiro, que viria a falecer em 1969. Na *apresentação* do primeiro número, assinada pelos três fundadores e datada de Março de 1935, afirmava-se:

aqui serão publicados documentos de toda a espécie, sem esquecer os forais dos actuais concelhos e dos concelhos extintos, e reproduzida toda a casta de monumentos; e aqui se publicarão estudos relativos a linguagem, costumes, tradições, aspectos da paisagem, geografia, geologia, economia, riquezas e indústrias, meios de comunicação, homens notáveis do passado e do presente, etc., etc.

Este desiderato foi plenamente conseguido, ao longo de mais de quatro décadas, de tal forma que esta monumental colecção é hoje de consulta indispensável, para todos os que queiram conhecer, estudar ou fazer trabalhos de investigação sobre Aveiro, o seu concelho e o seu distrito.

Embora longe de satisfazer, existe um índice alfabético dos autores e assuntos desta revista, editado pela Câmara Municipal de Aveiro (Neves; Neves; Gaspar, 1992).

2.2. Outras publicações

HÁ AINDA outras três revistas de temática aveirense que importa consultar. Referimo-nos a *Aveiro e o seu Distrito*, de que se publicaram 37 números entre 1966 e 1986, em edição da Junta/Assembleia Distrital de Aveiro, ao *Boletim da ADERAV* cuja publicação se encontra interrompida e do qual se publicaram 18 números, entre Janeiro de 1980 e Novembro de 1990 e, por último, ao *Boletim Municipal de Aveiro*, editado pela Câmara Municipal, cuja publicação começou em Março de 1983, datando o último número (29-30) de Dezembro de 1997³².

Se estas revistas, com destaque para a do capítulo anterior, podem fornecer um bom conjunto de topónimos e alguns estudos sobre a história e toponímia locais, e também sobre as loquelas da região, existem outras publicações periódicas de consulta inevitável. Desde logo a *Revista Lusitana*, com leitura obrigatória dos artigos da autoria de José Joaquim Nunes, José Leite de Vasconcelos ou Joaquim da Silveira. Depois a *Revista Portuguesa de Filologia* e o *Boletim de Filologia*, editadas respectivamente em Coimbra e Lisboa pelos correspondentes Centro de Estudos Filológicos. O *Archeologo Português* tem igualmente estudos que interessam à temática linguística e toponímica em particular.

Nalguns casos a pesquisa é facilitada pela existência de índices, como acontece para a *Revista Lusitana* ou para os artigos de Joaquim da Silveira³³.

Entre várias publicações existentes, de que a Biblioteca Municipal de Aveiro é um bom repositório, destacamos a *Colectânea de documentos históricos* (Madaíl, 1959; 1968) e, para a zona alagada de Aveiro, o quarto volume do *Inquérito à Indústria do sal* (Meneses, 1956). Do aveirólogo João Augusto Marques Gomes distinguimos a sua obra *Subsídios para a história de Aveiro* (Gomes, 1899) e, de Rangel de Quadros, a colecção de recortes e manuscritos que existem encadernados na Biblioteca Municipal, onde podem ser consultados.

³² Com a mesma data apareceu um volume sem número, intitulado, na capa, *Boletim Municipal Cultura e Património*, enquanto na ficha técnica o título se reduz a *Boletim Cultura e Património*. Para além de outras anomalias de edição, regista-se o facto do formato deste volume ser diferente da série normal do *Boletim* e de lhe ter sido atribuído o mesmo ISSN.

³³ *Índices da Revista Lusitana*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1959. (Publicações do C.E.F.; n.º 8). *Índice geral dos artigos de toponímia portuguesa de Joaquim da Silveira*. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos da Universidade, 1959.

3. Cartografia

UM TRABALHO sobre toponímia, ou servindo-se dela como base, tem de passar pelo conhecimento geográfico e geológico da região estudada, pois só através do enquadramento corográfico é possível a compreensão dos apelativos de muitos lugares, nomeadamente os que se inscrevem nos capítulos da biotoponímia e da orotoponímia.

Por esta razão, a *Carta Militar*, na escala 1/25 000, constitui um valioso instrumento de trabalho, devido aos numerosos topónimos registados e ao pormenor da informação, apoiada por cobertura aerofotográfica. O concelho de Aveiro distribui-se, nesta carta, pelas folhas 173 (S. Jacinto), 174 (Murtosa), 184 (Gafanha da Encarnação), 185 (Aveiro) e 196 (Vagos).

Anexa ao último Plano Director Municipal, existe uma carta do concelho de Aveiro, edição da Câmara Municipal que, em 13 folhas e na escala 1/10 000, fornece informação pormenorizada e bastante actualizada.

A *Carta de Portugal* na escala 1/100 000 e a *Carta Corográfica de Portugal* na escala 1/50 000, editadas pelo Instituto Português de Cartografia e Cadastro, fornecem informação acrescida ao permitirem a ligação da região às zonas envolventes. Para Aveiro interessam, respectivamente, as folhas 16 e 16-A.

Por último, mas não menos importante, está a *Carta Geológica de Portugal*, na escala 1/50 000, em que cada folha é acompanhada de valiosa notícia explicativa. Aveiro integra-se na folha 16-A, cuja leitura permite uma importante perspectiva histórica da zona alagada e da linha de costa, possibilitando, desta forma, uma melhor compreensão da evolução do povoamento nesta região.

Na Mapoteca do Instituto Português de Cartografia e Cadastro podem ser consultados os magníficos exemplares das cartas executadas na segunda metade do século XVIII, para suporte de diferentes intervenções nos canais da cidade de Aveiro e na abertura da barra. Uma parte destas cartas estão publicadas no *Arquivo do Distrito de Aveiro* (Mendes, 1974) e existe um catálogo (Mendes, 1969) onde se podem identificar todos os espécimes com interesse para a região. Estas cartas, e outros exemplares do século XVIII existentes no Museu de Aveiro e na Biblioteca Municipal do Porto, foram há pouco estudadas e publicadas por Inês Amorim (1997b). Na Fototeca do mesmo Instituto é também possível consultar os ortofotomapas da zona de Aveiro, na escala 1/10 000, que incluem toponímia e informação altimétrica.

Igualmente profícua será a leitura do estudo colectivo e interdisciplinar sobre o mapa de Portugal, de Fernando Álvares Seco, datado de 1561, estudo da autoria de Alves Ferreira, Custódio de Moraes, Joaquim da Silveira e Amorim Girão, que também integra trabalhos sobre toponímia (Ferreira, 1957).

4. Dicionários ³⁴

PARA ALÉM da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, onde podemos encontrar centenas de topónimos, um bom dicionário e uma excelente entrada s.v. «Toponímia» [Fernandes, 195?] ³⁵, existem vários dicionários corográficos e geográficos, de valor desigual, mas nem por isso de consulta menos proveitosa.

Começando pelo século XVI, destacamos a *Corografia de alguns lugares [...]*, de Gaspar Barreiros, publicada em Coimbra em 1561 ³⁶. Na Biblioteca Nacional existe um manuscrito deste mesmo autor, sob o título *Suma e descripçam de Lusitania*, publicado há alguns anos na *Revista da Universidade de Coimbra* ³⁷.

Do século XVII temos o *Prontuário das Terras de Portugal*, de Ribeiro Meirelles, datado de 1689, que, embora nunca tenha sido publicado, pode ser consultado na Biblioteca Nacional, onde se guarda o respectivo manuscrito ³⁸.

No século XVIII surgem várias obras deste tipo, de que destacamos a *Corografia Portuguesa* de António Carvalho da Costa (1706-1712, 3 vol.) ³⁹. João Baptista de Castro trouxe a lume o *Mapa de Portugal Antigo e Moderno* (1745-1758, 5 vol.) ⁴⁰ e o *Roteiro terrestre de Portugal* (1748) ⁴¹. Ainda nesta centúria, merece realce a obra do padre Luís Cardoso, seja o *Dicionário geográfico ou notícia histórica de todas as cidades* (1747-1751), em 2 vol. que ficaram pela letra C ⁴², ou o *Portugal sacro-profano*, obra onde se catalogam as freguesias portuguesas, com notícias sobre as respectivas igrejas e oragos.

³⁴ Para uma visão completa dos diferentes dicionários onomásticos, publicados em Portugal ou no estrangeiro e usados no nosso País no século XVI, ver VERDELHO (1993a). Para dicionários em geral, desde os bilingues medievais à lexicografia actual, ver VERDELHO (1994a).

³⁵ A autoria do artigo está confirmada pelo próprio autor. Vd. FERNANDES, 1997: 29, n. 38.

³⁶ Esta obra tem edições relativamente recentes: 2ª ed. Coimbra: Universidade, 1968. (*Actas Universitatis Conimbrigenensis*; 81); 2ª ed. reed. Coimbra: Universidade, 1986.

³⁷ Trata-se do *Cód. 8457 da BN*, publicado por Justino Mendes de Almeida na *Revista da Universidade de Coimbra*, n.º 31(1984). Ver ALMEIDA, 1984.

³⁸ Ver estudo em COSTA, 1955.

³⁹ Há uma 2ª edição, também em três volumes, publicada em Braga, na Tipografia de Domingos Gonçalves Gouveia, de 1868-1869.

⁴⁰ Nesta primeira edição o *Mapa* foi publicado em cinco partes, editadas respectivamente em 1745, 1746, 1747, 1749 e 1758. A 2ª ed. revista e aumentada, de 1762-1763, saiu em 3 volumes, impressa em Lisboa na «Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno». Uma 3ª ed., revista e aumentada por Manoel Bernardes Branco, foi publicada em 1870, em 4 vol., impressa em Lisboa na «Typografia do Panorama».

⁴¹ A 3ª ed., publicada em 1767, ainda em vida do autor (1700-1775), foi por ele corrigida e aumentada. Registam-se ainda algumas edições no século seguinte — 4ª (1809), 5ª (1825), 6ª (1832) —, todas publicadas em Lisboa, a primeira na «Nova Officina de João Rodrigues Neves» e as duas últimas na «Impressão de João Nunes Esteves». Em 1844, com mais quatro páginas que a precedente, aparece uma autodesignada «nova edição muito accrescentada e correctá», impressa igualmente em Lisboa, na Typ. de M. J. Coelho.

⁴² Os dois volumes publicados abrangem respectivamente as letras A-AZU e BAB-CUV. O resto da obra ficou inédito, mas pode ser consultado na Torre do Tombo, onde o respectivo manuscrito se encontra depositado.

Na centúria de Oitocentos apareceu o *Portugal Antigo e Moderno* de A. Pinho Leal e Pedro Augusto Ferreira (1873-1890, 12 vol.), que deve ser consultado com algum cuidado, pois, a par de elementos de valor, está pejado de informação lendária, recolhida sem qualquer rigor científico⁴³. Ainda no mesmo século, foram publicados o *Dicionário corográfico de Portugal* (1870)⁴⁴, de Emiliano Augusto Bettencourt; a *Corografia Moderna do Reino de Portugal*, de João Maria Baptista e João Justino Baptista de Oliveira⁴⁵ (1874-1879, 7 vol.); o *Dicionário de Geografia Universal*, obra colectiva em 4 vol., dirigida por Tito Augusto de Carvalho (1878-1887); o *Dicionário da Corografia de Portugal*, pequeno volume coordenado por J. Leite de Vasconcelos e publicado no Porto em 1884, e o *Dicionário postal e corográfico de Portugal*, de João Baptista da Silva Lopes (1891-1894, 3 vol.)⁴⁶. De um homónimo deste último, também ele João Baptista da Silva Lopes⁴⁷, foi publicada, em 1841, uma *Corografia [...] do reino do Algarve*. Ainda neste século, Francisco dos Prazeres Maranhão, sob o pseudónimo de António Fernandes Pereira, publicava o seu *Dicionário geográfico abreviado de Portugal* (1852) e, no ano seguinte, seria a vez de vir a lume o *Dicionário Geográfico* de Pedro José Marques. Em 1878, a Imprensa da Universidade de Coimbra editava o *Dicionário corográfico do reino de Portugal*, de Agostinho Rodrigues de Andrade, também autor da *Corografia histórico-estatística do distrito de Coimbra*, publicada pelo mesmo editor em 1896. No campo da antroponímia, mas também com óbvio interesse para a toponímia, Francisco da Silva Mengo publicou, em 1889, o seu *Dicionário de nomes de baptismo* que, como consta do próprio título completo, regista mais de quatro mil nomes.

O século XX abriu com a edição dos 7 vol. do *Dicionário histórico, corográfico, heráldico...* de [João Manuel] Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, publicados de 1904 a 1915; entre 1929 e 1949 foram sendo publicados os 12 vol. do *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular* de Américo Costa. De registar ainda a obra *Terras Portuguesas: arquivo histórico e corográfico* (1932-1940), da autoria de João Baptista Lima, num total de 8 vol. publicados na Póvoa do Varzim.

Para ter à mão, a escolha pode recair no *Novo Dicionário Corográfico de Portugal* (1981), de A. C. Amaral Frazão, edição revista, aumentada e actualizada por A. A. Dinis Cabral, e publicada pela Editorial Domingos Barreira⁴⁸.

Na Biblioteca Nacional existe, em manuscrito, uma *História [eclesiástica] de Coimbra*, com muitos elementos toponímicos para a zona de Aveiro e materiais referentes

⁴³ A obra foi inicialmente da responsabilidade única de Pinho Leal, tendo sido continuada, após a sua morte (1884), por Pedro Augusto Ferreira. Esta obra foi fac-similada em 1990, em edição da Cota d'Armas, de Lisboa.

⁴⁴ Este dicionário teve três edições no espaço de 15 anos, já que a 3ª ed. é de 1885.

⁴⁵ Coube a este último a conclusão da obra, já que o primeiro faleceu em 1876.

⁴⁶ Personagem diferente do seguinte, apesar da homonímia, o que passou despercebido ao catalogador da Biblioteca Nacional (Cf. <http://sirius.biblioteca-nacional.pt/scripts/sirius.exe/queryp>). (Ver *GEPB*, 28: 875-876). Este autor nasceu em 1819 e faleceu em 1896.

⁴⁷ O autor nasceu em 1781, vindo a falecer em 1850. Esta sua obra foi reeditada em 1988, em 2 vol., edição fac-similada em Faro, da responsabilidade do «Algarve em Foco».

⁴⁸ A 1ª ed. é apenas da responsabilidade de António César Amaral Frazão, tendo sido publicada no Porto, pela mesma editora da 2ª ed., em 1952.

aos séculos XVIII e XIX⁴⁹, nomeadamente no respeitante à extinção da Companhia de Jesus, à conspiração contra D. José e às invasões francesas.

Porque o estudo da toponímia portuguesa passa obrigatoriamente por Espanha e pelo sul de França, seleccionamos algumas obras de consulta fundamental. Desde logo o *Diccionario Geografico–Estadístico–Historico*, de Pascual Madoz, com um total de 16 volumes publicados em Madrid entre 1845 e 1850⁵⁰. Em segundo lugar apontamos para o *Grande Diccionario Geografico de España*, em 17 volumes, publicado entre 1956 e 1961 sob a direcção de R. Sanchez Mazas⁵¹.

Passando à Galiza, onde a paragem terá de ser, por razões óbvias, mais demorada, destacamos a *Gran Enciclopedia Gallega*, que Ramón Otero Pedrayo dirigiu até à sua morte. Esta obra, com os actuais 32 volumes, começou a publicar-se em 1974, datando o último de 1997; os primeiros 30 vol. constituem a obra básica, enquanto os restantes são apêndices.

A Catalunha proporciona-nos a *Gran Enciclopèdia Catalana*, actualmente com 16 volumes, este último já um «Suplement». A obra começou a publicar-se em 1970 sob a direcção de Jordi Carbonell, substituído, a partir do vol. 4, por Joan Carreras i Marti.

E, no que se refere a Espanha, fechamos com a *Enciclopedia Lingüística Hispánica* (1960-1967, 3 vol.), obra de actualização teórica para os anos cinquenta, dirigida, entre outros, por M. Alvar, e pelo *Diccionario de gentilicios y toponimos*, de Daniel Santano y Leon, publicado em Madrid em 1981.

Falando de França, é importante consultar as enciclopédias regionais e os vários dicionários do francês regional, que têm vindo a ser publicados pelas *Editions Bonneton*. Para além do léxico, que ajuda a resolver alguns dos problemas colocados pela toponímia, muitos destes dicionários têm apêndices com nomes de lugares, e relações bibliográficas actualizadas⁵².

⁴⁹ CARVALHO, Francisco de; NATIVIDADE, António da – *Historia de Coimbra...*, Coimbra, 1795-1825. 2 vol. [1778 p.] «Contém documentos manuscritos e impressos na sua quase totalidade relativos a Coimbra[...]». Letra de várias mãos. Cota da Biblioteca Nacional: BN COD. 905; BN COD. 906.

⁵⁰ Este dicionário tem vindo a ser reeditado desde 1984, em reprodução fac-similada da edição de Madrid. Mas o projecto editorial é agora diferente, contando já mais de 30 volumes, com cada um deles a corresponder apenas a uma província, para facilitar a respectiva edição, já que possibilita associar as autoridades políticas locais à Editora «Ambito», de Valladolid. A reedição fac-similada iniciou-se em 1984 com algumas províncias da região autónoma de Castela-Leão, região a que se regressou em 1998, com a publicação dos volumes referentes às províncias de Segóvia e Salamanca.

⁵¹ Conteúdo de cada volume: 1. Aba-Aldeaquemada; 2. Aldea Real-Arcos de la Sierra; 3. Arcos de las Salinas-Barceló; 4. Barcelona-Bocairente; 5. Bocal, El-Caldeliñas; 6. Caldemoreiras-Carlet; 7. Carlín-Catarroja; 8. Catasol-Cortegada; 9. Cortegada-Fresno de la Polvorosa; 10. Fresno de la Rivera-Hoz Seca; 11. Hualí-Madrid; 12. Madrid-Múrcena; 13. Murcia-Pías; 14. Piasca-Sada; 15. Sádaba-Suzana; 16. Ta-Viana de Mondéjar; 17. Vianas-Zuzones. Apêndices: Plazas de Soberanía y Provincias Africanas, Poblados Nuevos, Addenda.

⁵² Exemplos deste tipo de obras podem ser encontrados na bibliografia que acompanha a presente dissertação. Ver, por exemplo, CAMPS (1991) e BOISGONTIER (1991, 1992).

PRIMEIRA PARTE: O QUADRO GEO-HISTÓRICO

1. A moldura espaço-temporal: a terra e a água

Primeira Parte: O quadro geo-histórico

1. A moldura espaço-temporal: a terra e a água

A ÁREA do actual concelho de Aveiro, hoje quase separada do mar pelas areias da Gafanha, que pertencem ao concelho de Ílhavo, contacta directamente o oceano tão só pelo cordão areento da freguesia de S. Jacinto.

Não era assim nos tempos proto-históricos. No século X, quando as forças cristãs da Galiza e da Cantábria se envolviam na Reconquista, o actual território do concelho de Aveiro constituía ainda uma espécie de pequena península, virada a setentrião, cercada pelo oceano a Poente e Norte e pela ria a Leste. Este braço de mar entrava profundamente terra adentro, banhando a Poente os lugares e *vilas* de Cacia, Taboeira, Eixo, Eiro, Taipa, Requeixo e Carregal, e, na costa fronteira, sobre a ilha oriental, as povoações de Salreu, Canelas, Fermelã, Angeja, Frossos, Loure, Alquerubim, Travassô e tantas outras.

A água salgada chegava então bastante longe, de Cacia à actual Pateira de Fermentelos, entrando no triângulo do primitivo estuário do Vouga, em cujos vértices se acomodavam os povoadores de Pardos, do castro de Vouga e de Travassô. A existência de marinhas de sal em Alquerubim⁵³, atestada ainda no século XI, dá-nos a noção exacta do alcance então conseguido pelas águas oceânicas, confirmado por outro documento de 1090, localizando a *vila* «prope litore maris»⁵⁴.

Nesta ria profunda, que entretanto deu lugar à laguna, desaguavam, em fozes separadas, os rios Vouga, Águeda, Cértima e Levira. A acção concertada dos mais diversos elementos foi construindo, ao longo dos séculos, um cordão de areias litóreas que, descendo de setentrião e subindo do meio-dia, encerraram Aveiro na laguna hoje existente, enquanto as aluviões, descarregadas pelos referidos rios e por muitos outros pequenos cursos de água, enchiam a zona interior. O Vouga esforçar-se-á, desde então, numa procura sofrida das águas marítimas, enquanto o enchimento da parte sul da antiga ria ditará o fim da independência dos restantes rios, com o Águeda a desaguar no Vouga, o Cértima no Águeda e o Levira no Cértima.

Os contornos da costa adivinham-se na leitura de muitos dos documentos transcritos no *Livro Preto da Sé de Coimbra*, abrangendo o vasto período do governo de

⁵³ No inventário de 1059, das propriedades e igrejas do mosteiro de Guimarães, consta a «villa alcaroubim integra et cum sua prestancia et con suas salinas» que, cem anos antes, constava igualmente da doação da condessa Mumadona Dias àquele cenóbio (MADAÍL, 1938: 71-74).

⁵⁴ Idem, ibidem; o documento original, existente no AUC [Arquivo da Universidade de Coimbra], encontra-se reproduzido e transcrito em extratexto colocado entre as p. 72 e 73.

Sisnando Davides nos territórios de Coimbra e de Santa Maria e do conde Henrique no Condado Portucalense.

A proximidade do mar em relação à linha que sobe de Ílhavo a Aveiro está patente na doação do lugar de S. Cristóvão, actualmente denominado Ermida, feita pelo cônsul Sisnando ao presbítero Rodrigo em 1088⁵⁵ (Costa, 1978: 198-199; 248-249). Sete anos depois, Rodrigo Ouriques, o beneficiado de 1088, doa a mesma propriedade à Sé de Coimbra, utilizando os mesmos termos para a localização dos bens que ali possui, mas desta feita com informes preciosos sobre os respectivos limites (Costa, 1978: 191).

Da presença oceânica no lado oriental desta pequena península fala-nos também, para além do documento já citado para Alquerubim (Madaíl, 1938: 71-74), uma carta de venda feita ao bispo D. Maurício de Coimbra, em 1108, de uma herdade situada em Loure⁵⁶.

No início do século XV já a laguna ia avançada, como decorre de um documento de 17 de Maio de 1407, em que D. João I doa a Fr. Álvaro Gonçalves Camelo a Ilha da Testada. Ao aludir a uma «uea que uay para o ual cabanões [Ovar]» (Madaíl, 1959: 153), o documento em questão comunica-nos a existência da restinga de areia a norte, o que não significa que esta já demorasse por alturas da actual povoação de S. Jacinto. Quanto à restinga sul, abrangendo as actuais Gafanhas, deveria quedar-se bastante a sul, pois nada aponta para a sua existência a ocidente de Aveiro ou de Ílhavo. Também o topónimo “Testada”, se aqui significa «o que está à frente», nos indica que a ilha surgiu antes do cordão de areias que a encerrou na laguna.

No século XV já existiriam muitas outras ilhas, pois, no início da centúria seguinte, o mosteiro de Lorvão reclama-se proprietário de dezassete, entre as quais a “Testada”, “Pedras”, “Lama” (Lamamá ?), “Moraçal” (actual Morraceira ?), “Ovos”, “Gaga” e “Trovisco”⁵⁷, realidade jurídica que não parece ser reconhecida pelo rei no foral manuelino de Aveiro, de 1515, pelo menos para algumas delas (Madaíl, 1959: 293). Por certo haveria ainda outras, de propriedade régia ou particular, como é o caso da “Ilha do Monte Farinha”, citada naquele foral, que, a existir no século XII, bem poderia dever a sua denominação a Pedro Peres Farinha, grande proprietário em Cacia⁵⁸.

O assoreamento aluvial no interior da antiga ria teria começado muito antes, com a formação de ínsuas à saída do velho estuário do Vouga, cuja notícia já ocorre em 1050⁵⁹, no inventário do prócere Gonçalo Viegas, da casa de Marnel, e no documento de 1108 atrás citado⁶⁰.

⁵⁵ «[...] una hermida vocabulo Sancti Christofori quod est in *ripa maris* inter villa Socia [Sosa] et villa Iliavo.» (COSTA, 1978: 198).

⁵⁶ «[...] in villa quam vocitant Lauri *prope litus maris* territorio Colimbriensi discurrente rivulo Vauga subtus castro Marnel» (COSTA: 1978: 15).

⁵⁷ A.N.T.T., *Lorvão*, gav. 4, m.8, doc. 3 (*apud* SILVA, 1994: 117).

⁵⁸ Vd. infra, segunda parte, 2º capítulo, s.v. “Farinha”.

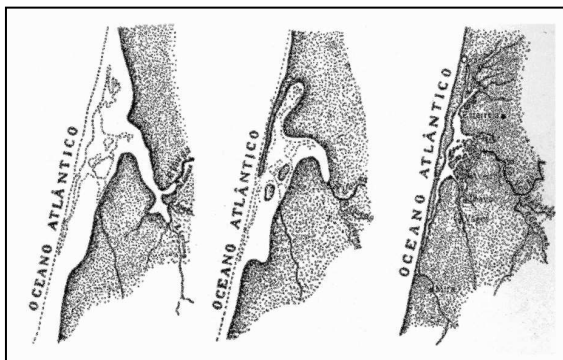
⁵⁹ «quomodo diuide per illa insula» (MADAÍL, 1959: 11)

⁶⁰ «et vadit per mediam illam insulam de Vouga» (COSTA et al., 1978: 15)

Entre os séculos XVI e XIX, Aveiro será o que a sua barra quiser. Nos alvares da nacionalidade ainda Aveiro, Sá, Esgueira e Cacia contactavam directamente o mar, o que acontecerá cada vez menos à medida que formos cerzindo a nossa história. Acompanhando os fenómenos atrás enunciados, a ligação ao mar far-se-á por estreita passagem na restinga arenosa do litoral, pela barra que ora abre ora fecha, e que, quando abre, o faz cada vez mais a sul. Quando a barra fecha, as águas que lambem as fímbrias dos povoados apodrecem e o paludismo mata gente às carradas, gente do povolêu, que os grandes sempre fogem. É assim que, do último quartel de Quinhentos até ao início do século XIX, quando, em 3 de Abril de 1808, os esforços e o saber de Reinaldo Oudinot e Luís Gomes de Carvalho são coroados de êxito, com a abertura definitiva da barra artificial, a população de Aveiro está em permanente recuo.

Voltando à área do actual concelho de Aveiro, e aos seus primitivos contornos peninsulares (ver figura), importa destacar a sucessão, em todo o seu perímetro, de profundos recortes onde desaguavam pequenos cursos de água e onde o mar tam-

bém entrava profundamente.



Muitas foram as transformações ocorridas na costa portuguesa, durante a última glaciação. Sensivelmente a meio do Würm recente, período situado entre os 38 000 e os 10 000 anos B.P., que corresponde ao Paleolítico Superior, teria acontecido o máximo da regressão würmiana, com o nível do mar a baixar um mínimo de 100 metros em relação ao nível

actual, e a linha de costa, entre o Porto e Aveiro, a afastar-se cerca de 30 quilómetros para Oeste. Este fenómeno, de contornos essencialmente climáticos, ocasionou uma forte erosão regressiva dos vales abertos a Oeste, transformados então em gargantas profundas. Estas gargantas foram entretanto dando lugar às actuais planícies aluviais, na sequência da erosão glaciária e do assoreamento causado pelos materiais transportados pelos rios, actuando sincrónica e diacronicamente desde a transgressão flandriana, cujo máximo se coloca à volta de 5 000 anos B.P. (3 000 a.C.) (Daveau, 1980).

A evolução geomorfológica e geológica da região, entre a transgressão pós-glaciária, fundadora da ria, e os fenómenos posteriores de encerramento por restinga litorânea e enchimento interior, fundadores da actual laguna, estão bem patentes nas amostras resultantes das sondagens hidrológicas e do estudo de vários cortes, efectuados em diversos pontos desta área, em que as diferentes camadas aluviais indiciam os correspondentes andares climáticos, distinguindo-se as aluviões grosseiras do máximo da glaciação, as praias da transgressão pós-glaciária e as lamas e outros sedimentos transportados e/ou produzidos pela acção das correntes dos rios e ribeiros. A título de exemplo, podemos apontar a zona do porto de Aveiro, onde se encontraram camadas de lodo até aos 60 metros, enquanto, junto da ponte de S. João de Loure, as camadas aluviais atingem os 36 metros e, bem dentro da cidade, junto

re, as camadas aluviais atingem os 36 metros e, bem dentro da cidade, junto ao Cojo, mediram-se 18 metros de lamas e lodos (Teixeira; Zbyszewski, 1976, *passim*).

De resto, estamos perante uma zona que, considerando a dimensão da área alagada, dificilmente ultrapassará uma altitude média de 40 metros, em que o ponto mais elevado – Mamoá –, situado entre o Carrajão a norte e Mamodeiro a sul, não consegue ultrapassar os 80 metros.

No seu conjunto, todo este território é constituído por depósitos de praias antigas e de terraços fluviais, com as altitudes a descerem da planura central para os extremos onde contactam as aluviões actuais da zona alagada. A nascente, registam-se vários afloramentos dos chamados arenitos do Mamodeiro, do Requeixo e de Eiro, desde um pouco a sul da Quintã do Loureiro até ao lugar de Mamodeiro.

Perante os dados atrás esboçados, e os estudos publicados nos últimos anos⁶¹, podemos afirmar que a actual laguna teve o seu berço na ria aberta pela transgressão flandriana (cerca de 3 000 a.C.) e que, no início da nacionalidade, quinze séculos passados, ainda estava longe de apresentar os actuais contornos, precipitados, sem dúvida, pela sobreocupação humana das suas margens e pela correspondente pressão neste ecossistema de equilíbrio frágil e instável⁶².

⁶¹ Destacamos Girão (1922), Souto (1923), Souto (1953), Martins (1947) e, sobretudo, Daveau (1980) que trabalha com novos instrumentos científicos, nomeadamente os relacionados com a datação radiométrica. Em Oliveira (1988), podemos encontrar uma síntese das posições de Amorim Girão e Alberto Souto em relação ao problema, que estes autores explanaram nas primeiras três obras com que abrimos esta nota.

⁶² Para uma amostra do seu crescimento demográfico, ver *Anexo II a* e *Anexo II b*.

PRIMEIRA PARTE: O QUADRO GEO-HISTÓRICO

2. O espaço e os homens: o substrato linguístico

2. O espaço e os homens: o substrato linguístico

A ORLA ocidental da Península Ibérica, na qual Aveiro se aconchega, constituiu, como notou Orlando Ribeiro (1979e: 133), uma *finisterra*, um ponto de chegada das variadas migrações que, ao longo dos séculos, atravessaram o continente europeu em vagas sucessivas, aqui estacionando perante o obstáculo natural representado pela vasta massa oceânica, bem diferente do Mediterrâneo, cedo percebido pelos seus íncolas como mar interior, repleto de conhecenças costeiras, mas também de penínsulas, ilhas e ilhéus que facilitavam a navegação e aquietavam o espírito dos nautas.

E é assim que, nesta fachada atlântica, forçada pela história, pela evolução das técnicas e pelo medo dos homens⁶³ a assumir, durante milénios, o papel de *finisterra*, se engendrou uma especificidade cultural, mais rude e primitiva que a do Levante Ibérico, ignorando, ao contrário deste, a realidade civilizacional do Mediterrâneo, ao qual voltou as costas, mesmo quando com ele mantinha contactos comerciais.

No vasto oceano, quando a técnica abre caminho à navegação, os homens que se fixaram nesta *finisterra*, e aqui caldearam culturas, poderão avançar, mas pouco, através dele, poderão seguir a costa em direcção ao Norte, poderão ainda navegar no Mar da Biscaia, encostar à Bretanha, aportar à Irlanda ou à velha Albion, mas continuarão, durante séculos, sem contactos directos com o Mediterrâneo, deixando, ainda no século VI a.C., a iniciativa aos Massaliotas⁶⁴ que, ao cheiro do estanho, caminhavam «sete dias» de Narbona à Biscaia, seguindo os vales do Aude e do Garona (Avieno, 1985: 21; 46, n. 28).

Mas importa clarificar melhor este isolamento, pois tudo o que acabamos de afirmar não significa ausência do Mediterrâneo nesta fachada atlântica, porquanto os caminhos que levam a esta *finisterra* passam também por ele, seja através da navegação dos primeiros que se afoitaram para além das Colunas de Hércules, seja dos que entravam pelo Ebro ou, mais acima, pelos vales pirenaicos, seguindo o curso dos rios e o movimento do Sol, a estrela-deus que diariamente se levantava e, preguiçosamente, os guiava para Poente, para a «terra prometida», seja ainda dos que provinham do continente africano e dali saltavam para a Ibéria.

⁶³ Estes medos mostram-se, por exemplo, na *Ora Marítima* de Avieno, na interpolação anterior ao século I a.C., atribuída por alguns autores a Éforo: «Na opinião de Himílcon, para ocidente destas Colunas [de Hércules], há um abismo sem fim, o pélagos alarga-se e alonga-se o mar. Ninguém visitou estes lugares, ninguém para essas águas levou os barcos, já que faltam no mar alto ventos que os empurrem[...]» (AVIENO, 1985: 27-28).

⁶⁴ Massília, a actual Marselha, foi uma colónia grega, fundada por jónios da Fócia no século VI a.C.

Assim, embora o nosso trabalho se circunscreva ao concelho de Aveiro, situado sensivelmente a meio desta *finisterra* e encravado no Baixo-Vouga, não podemos ignorar a Europa e a restante parte da Península Ibérica, na medida em que todas essas áreas terão contribuído, por caminhos terrestres e marítimos, para a realidade cultural deste pequeno rincão, onde porventura se justificassem as palavras sábias ou premonitórias, face à investigação futura, do pensador aveirense Jaime de Magalhães Lima:

Por igual amando a terra e o mar e por sua arte os possuindo, os povos do Baixo-Vouga teriam conseguido, através de infinitos cruzamentos, que aqueles dois afectos e os modos de ser estéticos e económicos correlativos, que algures foram causa de divórcio, aqui fossem motivo de união e vivam juntos na mais saudável beleza e riqueza. (Lima, 1968: 94)

A situação geográfica de Aveiro, na costa marítima, encostada à embocadura do Vouga, poderá ter submergido muitos dos possíveis vestígios de ocupação humana pré-histórica, se atentarmos no conjunto de fenómenos brevemente descritos no capítulo anterior. Para além dos factores naturais, outros terão contribuído para o apagamento daqueles testemunhos, se tivermos em linha de conta a forte ocupação humana de toda esta região. Microtopónimos como *Agra do Crasto* e *Agra da Pedra de Moura* dão-nos informação sobre a intervenção humana nestes locais, expressa no apelativo *agra*, inequívoca informação de exploração agrícola, com as consequências que se adivinham, nomeadamente a destruição causada pelas actividades de arroteamento e por culturas sucessivas sobre muitos dos vestígios deixados por ocupações anteriores, aqui a espreitarem sob a capa dos determinativos *Crasto* e *Pedra de Moura*.

No que se reporta aos tempos pré-históricos, são bem diminutas as informações com que podemos contar, reduzidos que estamos aos resultados da intervenção na *Mamoia* de Mamodeiro (Silva, 1993; 1997) e a um ou outro topónimo a apontar meros indícios, pistas sem consequências científicas, salvo se alguma vez as completarmos com escavações devidamente conduzidas, evitando a repetição de situações passadas, como as que destruíram mais do que informaram⁶⁵.

Nas freguesias orientais do concelho de Aveiro, persiste um conjunto de arqueotopónimos⁶⁶ que apontam para o povoamento pré-histórico, já que aludem a construções funerárias de comunidades «megalíticas», como é o caso de «Mama da Pega» e «Mama Rasa» na freguesia de Eixo, «Mamoia» na de Eirol, outra «Mamoia» e «Mamodeiro» na de Nossa Senhora de Fátima e «Moita da Mamoia» na de Oliveirinha. Como vimos atrás, de todo este conjunto, apenas a «Mamoia» de Mamodeiro tem vindo a ser objecto de estudo, que ainda não terminou nem apresenta, até ao último relatório publicado (Silva, 1997), elementos definitivos quanto aos aspectos cronológicos e de tipologia cultural, em parte devido às dificuldades levantadas por

⁶⁵ É o caso da intervenção de Alberto Souto na Mamoia de Mamodeiro, na opinião do «Relatório da campanha de escavações 3/94» (SILVA, 1997: 81; *passim*).

⁶⁶ Ver infra, *Segunda Parte, cap. I.2*, a nossa proposta de classificação para uma sistematização taxonómica da toponímia.

intervenções promovidas por não especialistas e por sucessivas e «profundas violações que destruíram e dispersaram o seu espólio» (Silva, 1997: 85-86).

O topónimo «Mamodeiro», ainda «Mamoia do Eyro» em 1287⁶⁷, talvez tenha, nos elementos que o compõem, não apenas uma alusão directa à função funerária do monumento que lhe deu origem, mas também uma indicação quanto à filiação linguística do povo que atribuiu o nome ao lugar. Com efeito, é provável que o elemento «Eiro» se filie num étimo pré-indo-europeu, com o significado de "morte", se considerarmos que, ainda hoje, a voz basca para "morte" é *erio* (Lopez-Mendizabal, 1976: 145), donde resultaria o vernáculo *eiro*, em resultado da ditongação proveniente da atracção do *-i-* pela tónica *e-*.

As campanhas de escavações, dirigidas por Fernando da Silva neste monumento funerário, mostram o engenho do homem da cultura megalítica que, perante condições geomorfológicas específicas, diferentes da do seu povoamento habitual, nem por isso deixou de adaptar-se e de lhes responder com criatividade. Com efeito, no caso em apreço, não foi a falta de pedra que conseguiu evitar a construção do *tumulus* de Mamodeiro, referência indispensável para a demarcação do território das comunidades de pastores e agricultores, certamente já hierarquizadas, que, desde o IV milénio a.C. se foram sedentarizando junto das principais vias de penetração, entre as quais se destacavam os rios, ribeiros e respectivos vales, realidade por demais evidente em toda a zona da bacia do Vouga e dos seus afluentes, em cujas margens se multiplicam as mamoadas, antas e castros⁶⁸.

⁶⁷ Vd. *Anexo I*, p. XXXVIII.

⁶⁸ Para a região de Lafões temos um levantamento, devidamente cartografado (GIRÃO, 1921); para o curso do Vouga em geral, com possibilidade de enquadramento na realidade nacional ver mapa em ALARCÃO, 1990: 103; para o litoral da região de Aveiro é também possível comparar os dados da microtoponímia com os dados da prospecção arqueológica, através da respectiva cartografia (SILVA, 1993: 28-29).

2.1. «Cultura castreja»

Com a evolução e afirmação das sociedades agro-pastoris da Península, depressa chegamos à metalurgia do cobre, logo seguida do bronze e do ferro, num percurso de cerca de três milénios, marcado pelo caminhar autónomo dos povos indígenas, pontuado, aqui e ali, pelas achegas e influências aportadas das regiões norte-atlântica e mediterrânea, sem excluir os empréstimos que nos chegam via continental (Silva, 1984a). Falamos de uma realidade já denunciada nas fontes clássicas e comprovada pelos resultados de centenas de intervenções arqueológicas, distribuídas irregularmente pelo espaço peninsular, deixando em branco uma parte importante do território português, com destaque para a zona centro, ainda muito pouco explorada entre o Mondego e o Douro.

São estas sociedades que, no Noroeste da Península, das costas Cantábricas até ao Vouga, dão forma a um novo tipo de *habitat*, os povoados fortificados e alcançadorados que salpicam toda esta região, mas que, na sua maioria, continuam também por ser estudados. Referimo-nos à chamada «cultura castreja»⁶⁹, cuja denominação enraíza no apelativo *Castro* que, como *Castelo*, originalmente diminutivo do primeiro, significa lugar fortificado.

Para todo este vasto período, e no que se reporta à área do actual concelho de Aveiro, ficamos completamente em branco, se pretendermos interrogar quaisquer vestígios concretos. As características geomorfológicas da zona e a sua baixa altitude média, com quase total ausência de grandes elevações, já que a cota máxima aqui registada não ultrapassa os setenta e nove metros⁷⁰ acima do nível do mar, poderão justificar esta circunstância. Isto mesmo ressalta da leitura dos mapas que pretendem mostrar a síntese dos trabalhos de campo realizados e dos espólios encontrados, nos quais, invariavelmente, toda a zona envolvente da chamada «Ria de Aveiro» nos aparece sem qualquer representação da sinalética legendada⁷¹.

Tal não significa que este pequeno território não tenha participado, porventura activamente, na vivência daquelas sociedades, tendo em conta a importância do rio Vouga como itinerário de penetração para o interior e de escoamento de materiais ali produzidos. Pelo menos no período romano, para o qual há certezas de exploração das minas de chumbo argentífero do Braçal e da Malhada⁷², situadas junto ao rio

⁶⁹ A expressão «cultura castreja», identificando uma única cultura, pretensamente localizada num espaço vastíssimo da Península e desdobrando-se por um período relativamente longo, começa hoje a ser posta em causa, pesando as lacunas existentes no respectivo estudo e os avanços registados pela arqueologia nos últimos anos, que poderão, no futuro, trazer novas perspectivas e interpretações (ALARCÃO, 1990: 355, n.6).

⁷⁰ Precisamente no sítio da «Mamoã» de Mamodeiro.

⁷¹ Ver, a título de exemplo, o «mapa de lugares com achados do "Bronze Atlântico"» (SILVA, 1984a: 113).

⁷² Em 1943, nos trabalhos de reconhecimento de uma nova galeria, na mina da Malhada, foram encontradas duas lucernas romanas, uma das quais intacta. Ver RAMOS, Fernando Soares – Sever do

Mau, um dos afluentes da margem direita do Vouga, seria este o caminho para trazer o minério até à costa marítima. Ainda sobre o Vouga, importa destacar a zona de S. Pedro do Sul, bastante rica em estanho e povoada desde tempos recuadíssimos, com uma estação arqueológica do Bronze Final que tem fornecido um espólio rico e variado⁷³.

Quanto aos possíveis vestígios, na região do Baixo-Vouga, muitos dormirão certamente sob o pesado manto de lamas e lodos que, desde a Antiguidade, têm alimentado as actuais aluviões, algumas das quais chegaram a submergir pontes romanas e medievais, o que, nalguns casos, ainda hoje pode ser observado, nomeadamente junto à actual Ponte da Rata e perto da confluência do Rio Marnel com o rio Vouga⁷⁴.

Mas, se faltam vestígios materiais, outro tanto não ocorre com a toponímia. Assim, engastado no limite de Verdemilho, entre o Esteiro de S. Pedro e o troço final do Vale do Marona – potamónio a indiciar origem céltica –, sobre a antiga linha da costa, encontramos o sítio do «Craсто», numa cota de 12 a 14 metros que, durante a regressão würmiana, seria bem superior. Sem a forma metatética, ou em vernáculo, deparamos com outros topónimos afins, como o «Castro de Cacia», o «Castro dos Aidos», na freguesia de Oliveirinha, o «Castelo [ou "Castela"?] de S. Bernardo» e o «Castelo», na freguesia de Eirol⁷⁵.

A permanência destes microtopónimos não é suficiente para ajuizarmos do carácter pré-histórico ou proto-histórico dos respectivos lugares e, muito menos, para os integrarmos na cultura castreja do noroeste ibérico. A comprovação e datação da ocupação humana passa obrigatoriamente pela prospecção arqueológica que, nos casos em análise, nunca foi feita. A única notícia que possuímos refere-se ao «Castro de Cacia», topónimo registado em documento de 1192⁷⁶, que sabemos corresponder não a um povoado fortificado, mas sim a uma «torre», com vestígios romanos e Suevos, destruída pela incúria dos homens⁷⁷. Mas esta torre poderia constituir o último vestígio de uma antiga fortificação⁷⁸, se porventura o topónimo «Cacia»

Vouga: um pouco da sua história. *Aveiro e o seu Distrito*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro. N.º 17 (1974), p. 8-9.

⁷³ Referimo-nos ao Castro de Nossa Senhora da Guia, na freguesia de Baiões, concelho de S. Pedro do Sul, onde têm sido descobertos objectos de ouro, bronze e cerâmica datados dos séculos VIII-VII a.C. (SILVA, 1984a: 112).

⁷⁴ Isto mesmo é visível na Ponte da Rata, no rio Águeda, no aro da freguesia de Requeixo (cf. BAPTISTA, 1959) e nas pontes sobre a ribeira de Marnel e sobre o Vouga nas proximidades da antiga Talábriga [Ver BAPTISTA, Augusto Soares de Sousa – Pontes de Vouga e do Marnel. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. Vol. 13, n.º 50 (1947), p. 81-85; – Ponte do Marnel. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. Vol. 24, n.º 96 (1958), p. 311-316].

⁷⁵ Os três últimos não estão assinalados em qualquer das cartas consultadas, pelo que, uma opinião minimamente credível terá de passar pela sua identificação no local, impossível de realizar antes da elaboração deste trabalho. De qualquer forma, pelo menos em relação aos dois últimos, poderemos estar perante dois etnotopónimos.

⁷⁶ Ver *Anexo I*, p. XX.

⁷⁷ Ver «Aidos da Torre», *Anexo I*, p. VII e, nesta *Primeira Parte*, o capítulo seguinte.

⁷⁸ Os bretões construía[m] estabelecimentos fortificados junto da costa, como é o caso, a título de exemplo, do «que dominaba la faja de tierra que separa la bahía de Christ-church del mar[...]» (HUBERT, 1988: 178).

«Cacia» corresponder a um assentamento de *Cassi*, uma das tribos de celtas bretões que ocupou a Grã-Bretanha entre os finais dos séculos V e IV a.C., deixando uma retaguarda no continente (Hubert, 1988: 178-179)⁷⁹. Este possível assentamento tanto poderia resultar de um movimento dos *Cassi* que tinham permanecido no continente, como corresponder a uma deslocação de elementos deste povo já instalados na Grã-Bretanha, considerando as relações detectadas, desde tempos remotos, entre a costa atlântica da *finisterra* hispânica e as ilhas britânicas de Hierne e Álbion do périplo de Avieno (1985: 20; 44, n.22).

Em relação a estes registos toponímicos, seria de toda a urgência a promoção de campanhas de escavações no sítio do «Crasto», em Verdemilho, local que Manuel F. Rodrigues sobrevoou em ultra-ligeiro, colhendo alguns diapositivos, um dos quais pode indiciar a presença de vestígios arqueológicos⁸⁰.

A Península Ibérica, visitada desde tempos recuados pelos povos do Mediterrâneo, em busca principalmente do estanho, continuará, ao longo da Idade do Bronze, desenvolvendo as suas próprias culturas, pese embora as influências já apontadas – as culturas nórdicas, continentais e mediterrâneas –, a atingirem níveis mais elevados na fachada da Estremadura, onde a ausência de jazidas metalíferas foi compensada por um activo comércio marítimo com o Norte da Europa e com o Mediterrâneo.

O ritmo das transformações económicas e sociais, que tinha acelerado com o início da Idade do Bronze, começará a registar novos desenvolvimentos, na sequência das grandes perturbações e movimentações de povos, desde o Mediterrâneo Oriental, quando, cerca de 1200 a.C., os Hititas perdem o monopólio do ferro e surgem os chamados *Povos do Mar*, cujas acções militares sacodem a Anatólia, o Mundo Egeu, as costas da Fenícia e mesmo o Egipto. Pouco depois, recomeça a instabilidade político-militar na Mesopotâmia e todos estes movimentos acabarão por repercutir-se de diferentes formas ao longo do Mediterrâneo, acompanhando as margens norte e sul do grande mar interior e atingindo, por fim, a Península Ibérica⁸¹.

⁷⁹ *Apud* César – *De Bello Gallico*, V, 21. «Los *cassi* debieron formar parte del mismo grupo que los *veliocasses*, *viducasses*, *baicasses*, *tricasses*; se considera que este grupo puede haber dado su nombre al Hesse.» (HUBERT, 1988: 179).

⁸⁰ Actualmente existem técnicas de fotografia aérea que podem prestar valioso auxílio aos arqueólogos. Partindo de fotografias realizadas com recurso a aviões lentos, voando a baixa altitude, em condições atmosféricas distintas e diferentes épocas do ano, é possível descobrir os índices pedográficos, que fornecem sinais mais ou menos seguros de construções soterradas (RODRIGUES; BARREIRA, 1994: 170-172; foto do «Crasto» na p. 171).

⁸¹ Sobre esta problemática ver TAVARES (1990a: *passim*; 1990b; 1993a: *passim*; 1993b).

2.2. Colonização: Fenícios e Gregos na Península

É por esta altura que a tradição assinala a presença fenícia nas costas ibéricas, apesar da arqueologia apontar para datas mais recentes e, em parte, coincidentes com as acções destruidoras do Império Assírio que, embora tenham tido início nos finais do século XII a.C., registaram sucessos mais agressivos durante a primeira parte do século IX a.C., aquando das campanhas de Assurbanipal II contra as cidades da costa sírio-libanesa, continuadas nos séculos VIII e VII a.C.⁸² por reis assírios como Senaquerib ou Assaradão, e concluídas, pelo menos no que respeita a Tiro, no ano de 573 a.C., quando a cidade foi conquistada e destruída pelo rei Nabucodonosor II da Babilónia, após um cerco de treze anos. Terá sido este o contexto que levaria ao impulso da colonização fenícia que, cerca de 814 a.C., data lendária, mas que coincide com o período fornecido pela datação dos achados arqueológicos, teria fundado a cidade de Cartago, nas costas da Líbia, numa excelente posição estratégica face ao comércio do Mediterrâneo, já que assegurava a Tiro, a metrópole fundadora, um ponto de apoio para o comércio e navegação no Mediterrâneo Central e Ocidental.

Os Gregos começaram no século IX a.C. a colonizar o Mediterrâneo Oriental, privilegiando as costas da Ásia Menor e as margens do Mar Negro, dominando as ilhas de Creta e de Chipre, instalando-se na costa africana da Cirenaica e avançando rapidamente para o Mediterrâneo Central, com a fundação de várias colónias no sul da Itália e na Sicília. O espaço mediterrâneo é desde então disputado por Gregos e Fenícios, aos quais, no Mediterrâneo Ocidental, se juntam os Etruscos⁸³, todos procurando o domínio dos mercados e mercadorias do mundo celta continental, da Península Ibérica e do continente africano.

Cartago acabará por separar-se da sua antiga metrópole, impedida pela talassocracia helénica de com ela comunicar e, logo depois, assistindo impotente à já referida acção destruidora do rei babilónico. Os horizontes da antiga colónia de Tiro viram-se definitivamente para Ocidente, perseguidos de perto pelos Gregos que, no século VI a.C., como vimos atrás, fundaram a colónia de Massília nas proximidades da embocadura do Ródano e, no século seguinte, continuaram a expansão para Poente, até chegarem às costas da Ibéria.

⁸² São desta época os materiais encontrados no assentamento fenício de Santa Olaia, Figueira da Foz (Pereira, 1993: 289-290), nas proximidades da antiga embocadura do Mondego, no mais recôndito do velho estuário do rio que, por essas épocas remotas, avançaria profundamente para leste. O asso-reamento de todo este estuário começou a delinear-se muito a montante, bastando observar a subida do leito do rio por alturas de Coimbra, onde a antiga ponte medieval e o convento de Santa Clara-a-Velha acabaram submersos (MARTINS, 1947; DAVEAU, 1980).

⁸³ Quanto à sua possível origem, ver TAVARES (1993b).

2.3. A cultura dos Tartessos e a presença púnica

A Península Hispânica era cada vez mais um complexo mosaico de povos e línguas, com alguns destes povos a abrirem-se à história através dos respectivos sistemas de escrita. No Sul, abarcando uma zona relativamente vasta, envolvida pelos cursos do Guadiana e do Guadalquivir e ultrapassando mesmo este último rio, pelo menos até Gadir, desenvolveu-se a civilização dos Tartessos, cultura autóctone centrada na exploração mineira e na metalurgia do bronze, e possuidora de uma cerâmica de grande perfeição e qualidade. Esta civilização, cujas raízes mergulham no *hinterland* andaluz do segundo milénio a.C. (Blázquez, 1997: 212), teria entrado em contacto com a mercancia fenícia nos séculos XII-XI a.C., de acordo com as fontes clássicas, embora a arqueologia não encontre vestígios anteriores ao século VIII a.C., e com a helénica a partir de meados do século VII a.C.

O resultado da concorrência comercial entre as três potências presentes no Mediterrâneo Ocidental acabará, como não podia deixar de ser, por se reflectir na Hispânia. A agressividade comercial dos Gregos incomodava Cartago, mas também perturbava a Etrúria, o que ficou por demais evidente em 535 a.C., quando, frente a Alália, colónia jónia da Córsega, os Gregos acabam derrotados por uma aliança de Cartagineses e Etruscos.

A Península fica dominada comercialmente por Cartago que, em 509, na sequência da derrota da dinastia etrusca em Roma, afastará também os Romanos e os seus aliados, forçando-os a um tratado que lhes negava «la navegación al oeste del cabo Bello, hacia Orán, frente a Cartagena» (Tovar; Blázquez, 1982: 11). Perante esta nova realidade política, a Península sofrerá algumas transformações, com destaque para as costas levantinas, agora controladas por outros amos, onde se assiste à apresada construção de muralhas e ao encerramento de algumas feitorias, fenómeno este que se estende à área norte-africana, onde existiam estabelecimentos ligados ao sul peninsular (Ruiz Mata, 1993):

El espacio comprendido entre los siglos VI y III a.C. corresponde al del imperio cartaginés pre-bárcida y coincide con aquel periodo en que Cartago asume, gradual y militarmente, el control de los viejos territorios de población fenicia occidental. Se trata de un periodo de profundos cambios en el seno de la sociedad fenicia de Occidente, cuyo desarrollo ya no depende de unos objetivos estrictamente económicos y comerciales promovidos desde las ciudades fenicias de Oriente, sino que va a estar condicionado por una situación política totalmente distinta. (M. E. Aubet, *apud* Ruiz Mata, 1993: 65).

2.4. *A Península segundo o périplo de Avieno: pré-celtas e celtas*

Importa agora errar algures no tempo, para esboçar o quadro geral da evolução étnica da Península Ibérica, no âmbito das possibilidades, mas também das lacunas e das muitas dúvidas que continuam hoje sem resposta, apesar dos inegáveis avanços carreados pelos estudos transdisciplinares dos últimos anos. Depois, retomaremos a meada onde a deixámos, na passagem dos séculos VI-V a.C., onde procuraremos descortinar o impacto das acções púnicas na Hispânia.

Sem pôr em causa as raízes locais da cultura dos Tartessos⁸⁴, nem as suas influências orientalizantes, devidamente comprovadas, a investigação actual detectou nesta área uma forte componente celta, evidenciada pelos estudos linguísticos que incidiram sobre a toponímia e os documentos epigráficos presentes na zona, mas também pelas mais recentes interpretações do material arqueológico disponibilizado por múltiplas campanhas de escavações (Blázquez, 1997: 212-214). Estamos perante realidades absolutamente normais para a globalidade da Península, se considerarmos as diferentes fontes disponíveis, provenientes da arqueologia ou das obras dos escritores clássicos. Uma destas fontes clássicas, a *Ora Marítima*, fornece-nos bastas informações sobre a Hispânia dos séculos VI a I a.C., com algumas achegas do autor, que terá sido procônsul na Bética no século IV da nossa era⁸⁵. Trata-se de um poema que chegou até nós incompleto, constituindo um périplo que se inicia na península da Bretanha, fazendo algumas incursões para o interior, quando há rotas terrestres a substituir a navegação ao longo de certas partes da costa, e terminando na colónia grega de Massília.

O périplo coloca na Bretanha, a Armórica ou Aremórica⁸⁶ da Antiguidade, o País dos *Oestrymnides*, povo que teria habitado a Hispânia, donde fora expulso, segundo a letra do poema, por uma invasão de serpentes. A alusão é manifestamente simbólica, se considerarmos a denominação que o poema atribui à Península – *Ophiusa*⁸⁷ – e a um dos etnónimos registados – *Saefes*⁸⁸ –, correspondendo a uma tribo ou

⁸⁴ O reconhecimento desta realidade não afasta a possibilidade do povo Tartesso poder ser oriundo da Ásia Menor e aparentado aos Etruscos (TAVARES, 1993a: 20-21).

⁸⁵ Rúfio Avieno, o autor desta obra, tê-la-á decalcado quase por inteiro de um poema grego do século I a.C. que, por sua vez, utilizou um périplo massaliota do século VI a.C. e informações de geógrafos desse mesmo século e do seguinte. Para informações mais completas sobre o historial deste poema, ver FERREIRA, José Ribeiro – Introdução [e] – Notas (AVIENO, 1985: 11-14; 41-70). Para outras interpretações de algumas partes do périplo, veja-se RIBEIRO, José Cardim – *A Ora Marítima* de Avieno e a descrição da costa atlântica entre o Cabo da Roca e a foz do Sado: A propósito da localização de *Poetanion* (in VILLAR; ENCARNAÇÃO, 1996: 279-300), onde é possível encontrar um levantamento exaustivo das diferentes análises que, desde o século passado, têm vindo a ser feitas em torno deste valioso documento, bem como uma bibliografia bastante completa.

⁸⁶ Palavra de origem céltica, formada de *Are-* < **p^ori* "cerca, junto a" + *mori*, forma celta para "mar" (VILLAR, 1996: 379).

⁸⁷ Do GR. *ὄφις* "serpente", significando terra de serpentes.

⁸⁸ Possivelmente de origem comum ao LAT. *sēps* "espécie de serpente". Em sentido figurado, "o demónio; a serpente" (TORRINHA: 789a)

confederação de tribos, certamente de origem celta, cujo símbolo totémico era a serpente e que ocuparia o curso final do Tejo e a região ao norte de Lisboa. Esta identificação dos *Saefes* com o seu possível totemismo, porventura já ultrapassado nesta época⁸⁹, tem a seu favor o facto de haver, na Gália celta, animais-deuses, um dos quais, *Segomo*, revestia a forma de uma serpente com cabeça de carneiro (Hubert, 1988: 464).

Quanto aos *Oestrymnides* de Avieno, povo pré-celta que entretanto abandonara a Hispânia, na sequência de um processo que será uma constante em toda a Europa céltico-germana, com tribos, confederações de tribos, *civitas* e até secções de *civitas* – os *pagi* – em permanente movimento, empurrados por uns e expulsando outros (Hubert, 1988: *passim*), talvez os possamos identificar com os *Ὀστίωνες* [*Ostiones*] de Píteas⁹⁰, que mais não são que os *Osismi*⁹¹ de César (Hubert, 1988: 369), a *civitas* que continuava desde há séculos ocupando uma parcela da Bretanha, correspondendo certamente a uma parte do povo primitivo. E dizemos uma parte, porque é muito possível que este mesmo povo seja responsável pela «pujante cultura do Bronze Atlântico Final no Noroeste, de reconhecidos vínculos com a Irlanda e Grã-Bretanha» (Silva, 1990a: 264), para onde poderia ter migrado, levando consigo, inclusivamente, a «cultura castreja».

A Sul dos *Saefes*, Avieno coloca o assentamento dos *Cempsii*⁹², outro povo céltico que se estendeu da foz do Sado ao território dos Tartéssios, onde terão ocupado parte da foz do Guadalquivir, embora posteriormente dali fossem expulsos (Avieno: 24), cabendo-lhes, talvez, a responsabilidade «por grande parte da celtização ocorrida na área tartéssica» (Silva, 1990a: 264). Estes povos celtas, caldeados com outras ondas célticas, provenientes da Meseta nos séculos seguintes, corresponderão, basicamente, aos *Celtici*, assinalados nesta região por fontes clássicas mais tardias⁹³, e seriam os fundadores dos povoados a que, no sul de Portugal e no sudoeste da Andaluzia⁹⁴, respondem, entre outros, os topónimos com o elemento *-briga* (Blázquez, 1997: 215).

⁸⁹ «En el curso de la evolución producida [entre los celtas], se formaron héroes, héroes civilizados o fundadores de grupos sociales, de los que unos pueden haber sido antiguos *totems*, otros pudieron haber estado provistos de emblemas totémicos. Existe una cosa segura; en las sociedades célticas, en lugar del *totem* del clan, encontramos el héroe del clan, de la tribu, de la nación.» (HUBERT, 1988: 464).

⁹⁰ Geógrafo grego de Massilia que viveu no século IV a.C. e viajou até ao Mar do Norte e Mar Báltico. Ver HUBERT (1988: 369), *apud* HOLDER, E. – *Alt-celtischer Sprachschatz*, Leipzig, 1896. 3 vol., s.v. *Osismi*.

⁹¹ Os *Osismi* eram um povo *pré-céltico* da Bretanha a que CÉSAR (1996) alude mais de uma vez na sua *De Bello Gallico*: «Eodem tempore a Publio Crasso, quem cum legione una miserat ad Venetos, Unellos, *Osismos*, [...] quae sunt maritimae civitates Oceanumque attingunt [...]» (Livro 2º, 34); «Adsciscunt sibi socios ad id bellum *Osismos*, Lexovios [...]» (Livro 3º, 9, 10).

⁹² A permanência do *-p-* médio neste etnónimo, que, tal como o *p-* inicial, cai nas línguas celtas, não oferece aqui qualquer problema, porquanto há certezas de que essa queda nunca acontece no grupo *-ps-* (HUBERT, 1988: 47).

⁹³ ESTRABÃO (64/63 a.C.-23/24), 3, 2, 2; EFORO (c. 390-334 a.C.), in ESTRABÃO, 4, 4, 6; ERATÓSTENES (c. 275-c. 192 a.C.), in ESTRABÃO, 2, 4, 4; HERÓDOTO (c. 485-c. 425 a.C.), 2, 33. (*apud* BLÁZQUEZ, 1997: 213-214).

⁹⁴ MARTÍN ALMAGRO, in *Ampurias*, 26-27 (1964-1965), p. 226 ss., defende uma data próxima de 800 a.C. para a chegada dos *Cempsii* à ria de Huelva (*apud* BLÁZQUEZ, 1997: 53, n. 4)

Depois destes últimos, ocupando o Sudoeste da Península, entre o Sado e o troço final do curso do Guadiana, demoravam os *Cynetes* (Avieno: 22-23) ou *Conii* que poderiam ter chegado a estas paragens a partir de uma região bem mais a norte, empurrados pelo movimento dos *Cempsi*. A verificar-se tal hipótese poderiam relacionar-se com os topónimos *Coniumbriga* e *Conimbriga*, já que a Sul teriam sido os fundadores da cidade de *Conistorgis*, povoados em que parece evidente a presença do etnónimo deste povo.

Discute-se ainda hoje a origem étnica dos *Conii* ou *Cynetes*, umas vezes ligados ao Mediterrâneo, com uma língua não indo-europeia (Alarcão, 1990: 396-397), outras vezes relacionados culturalmente com os *Oestrymnides*, logo considerados pré-celtas, de língua indo-europeia, e responsáveis pelo Bronze Final do Sudoeste (Silva, 1990a: 264-266)⁹⁵.

A relativa precisão do périplo de Avieno circunscreve-se à costa peninsular que desce da foz do Tejo à entrada do Mediterrâneo e, daqui, sobe até Massília, bordejando as instalações hispânicas púnico-fenícias, gregas e ibéricas. Para o norte do Tejo as informações são pouco rigorosas, enquanto o interior da Hispânia está quase ausente, obrigando ao cruzamento permanente com outras fontes clássicas posteriores, mas também, como aliás em relação ao conjunto do périplo, com os dados fornecidos pela arqueologia e a linguística.

Quanto à linguística, pese embora o grande esforço dos últimos anos⁹⁶, há ainda um longo caminho a percorrer, para conhecermos a extrema complexidade das línguas paleo-hispânicas, algumas das quais nunca tiveram suporte escrito, e outras, independentemente do peso que poderiam ter tido na Antiguidade, só se deixaram

⁹⁵ São os *Kynesoi* das fontes gregas, ou *Cunei* das fontes latinas. A favor da tese indo-europeia podemos apontar o próprio nome deste povo, que parece estar presente na voz gaélica *coinne* "assembleia, reunião", que faz o plural com *-idbean* (MACFARLANE), e também o segundo elemento da cidade de *Conistorgis* – pois em relação ao elemento *-briga* não existem dúvidas – que poderá relacionar-se com o GAÉL. *tòrr* "colina, monte, outeiro" (MAC-FARLANE) (*rr* = *r* inglês) ou talvez *tràigh* "praia, costa, litoral, margem de lago ou rio" (*gh* = *ch* inglês). FRANCISCO VILLAR (1995: 199-244) faz um estudo aprofundado dos topónimos pré-romanos da série *Tur-*, raiz que liga à formação de hidrónimos do paleo-europeu, o que estaria de acordo com o gaélico *tràigh*, e também com a filiação pré-céltica deste povo. *Conistorgis* poderia, desta forma, traduzir-se pela "cidade dos *Conii* junto da costa, ou nas margens de um rio". Pessoalmente inclinamo-nos para um significado que identificaria o elemento *-torgis* com *-briga*, "lugar alto fortificado", considerando as diferentes vozes célticas para "torre", "castelo" e, nalguns falares do gaélico, "colina": GAÉL. *tòrr*, IRL. *tor*, V.-IRL. *tor*, GALÊS *twr*, CÓRNICO *tur*, BRET. *tour* < **turi*, todos da raiz IND.-EUR. **tver* "defender, cercar, encerrar, rodear" (MACBAIN, 1982). A origem indo-europeia deste elemento confirma-se ainda na Geografia de Ptolomeu (ver bibliografia), onde, no L. 2, cap. 10 (*Germaniae magnae situs: Europa tabula quarta*), aparecem várias cidades da Germânia (antes ocupada por povos Celtas) com o sufixo *-urgiun* e *-urgis*, e próximo ou sobre o Danúbio, os *oppida* de *Budorgis*. Confirmando o carácter indo-europeu destes topónimos terminados em *-dorgis*, *-torgis*, *-durgis* e *-turgis*, temos as vozes SÂNSCR. *durga* "cidadela", "castelo" e *mabldurga*, *abdurga*, *dhanvadurga* e *nrdurga* "fortaleza" (KAPP; MALDEN, 1997).

⁹⁶ Desde 1974 que têm vindo a realizar-se, em diferentes cidades universitárias europeias, os *Colóquios de Línguas e Culturas Pré-romanas da Península Ibérica*, enquanto as respectivas *Actas* foram quase todas publicadas pela Universidade de Salamanca, a organizadora do 1º Colóquio. Em Portugal já se realizaram dois destes encontros: o III, que ocorreu em Lisboa, entre 5 e 8 de Novembro de 1980 (HOZ, 1985), e o VI, que teve lugar em Coimbra, entre 13 e 15 de Outubro de 1994 (VILLAR; ENCARNAÇÃO, 1996).

mostrar, pelo menos até ao presente, através de um número muito limitado de documentos, manifestamente insuficientes para deles retirarmos conclusões definitivas.

Ainda segundo Avieno, que temos vindo a seguir, a norte dos *Saefes* estariam instalados os *Lusis*⁹⁷, nos quais poderíamos descobrir a mesma família de *Lusitanos* e *Lusones* que, séculos depois, aparecem, os primeiros, a ocupar a região desde o Douro até talvez além do Guadiana, enquanto os segundos demoravam a nordeste, na área celtibérica, entre as nascentes do Ebro e do Douro. Mais a Norte, por certo na cordilheira Ásturo-Cantábrica, quedava-se o assentamento dos *Dragani*⁹⁸, povo de origem pré-céltica que se terá deixado submergir perante as vagas posteriores de *Galllaeci*, *Astures* e *Cantabri*.

A Leste, mas a sul do Ebro, algo afastados da costa, com a qual comerciavam, Avieno coloca «os *Berybraces* [ou *Bebrices*], uma tribo selvagem e feroz, [que] vagueavam entre numerosos rebanhos de gado» (Avieno, 1985: 30). Schulten julga-os aparentados com os *Cempsis* e os *Saefes*⁹⁹, o que parece confirmar-se pelo próprio etnónimo, cujos elementos manifestam ligação às vozes célticas do galês *bery* "ave de rapina" + *brac* "livre" (Nodine, 1996), o que, a confirmar-se¹⁰⁰, estaria de acordo com a nota descritiva do périplo em relação a este povo.

⁹⁷ Aceitamos a opinião que rectifica os *Lucis*, da edição *princeps*, para *Lusis*, preferindo-a aos que pretenderam descobrir, nesta passagem (verso 198) a presença lígure (*Ligus*) na Península. Sobre esta polémica, ver, entre outros, FERREIRA (1985: 48, n. 39). Sobre os exageros da presença liguro-ilírica numa vasta área da Europa, ver VILLAR (1996: 306-312; 384-389).

⁹⁸ O nome poderia já existir, como antropónimo, no mundo trácio da Ásia Menor, a julgar pelas informações de alguns autores (ver DRAGAN, 1990b: 185).

⁹⁹ *Apud* FERREIRA (1985: 61, n. 90).

¹⁰⁰ I. Duridanov identifica o onomástico *Bébrykes* com uma tribo trácia que ocupou as duas margens do Bósforo, atribuindo ao etnónimo um cariz totémico, relacionando-o com o «castor», ING. *beaver*, LITUANO *bėbrus*, *bėbras*, VELHO-PRUSS. *bebrus*, ESLAVO **bebrE*, do INDO-EUR. **bbbhru-s* (DURIDANOV, 1999: IV.C. «Tribal names», p. 1).

2.5. Os Bascos

Uma descrição mais aprofundada, da complexa teia étnica da Hispânia, terá de esperar pelos primeiros contactos romanos, que não tardaram, desde logo quando entram em conflito com Cartago, disputando-lhe a supremacia no Mediterrâneo Ocidental. Parece-nos importante começarmos por uma breve alusão ao povo Basco¹⁰¹ que, apesar de ter sofrido uma inevitável assimilação cultural, face ao cerco indo-europeu e ao posterior processo de cristianização, nem por isso deixou de manter a sua identidade e de resistir ao vórtice que escondeu profundamente ou eliminou todas as línguas primitivas da Europa, sabendo resistir à indo-europeização lexical e continuando a identificar-se por uma cultura e uma língua única em todo o Velho Continente, pese embora os recuos que a actual sociedade globalizadora lhes tem vindo a impor.

O povo *Euskara*, e a sua nação *Euskalberria*, que, talvez desde o Neolítico, estanciava nas duas vertentes dos Pirinéus, responde hoje pelo nome de uma das suas antigas tribos – os *Vascones* –, continuando a ocupar uma parte importante do seu antigo território, onde resistiram a sucessivos e seculares empurrões, protagonizados por uma miríade de povos invasores que, atravessada a Europa transpirenaica, se propunham encontrar logradouro capaz de os acomodar na Hispânia.

A sua qualidade de não indo-europeus, que compartilharam com os seus vizinhos *Iberos*, terá originado, durante muito tempo, a ideia do «vasco-iberismo», identificada com uma Península de língua única – o *ibero* –, cujas reminiscências teriam chegado aos nossos dias através do idioma dos Bascos. Esta perspectiva é hoje negada pela generalidade dos linguistas, apesar de se reconhecerem alguns pontos de encontro, explicados pela vizinhança dos dois falares e pelos inevitáveis e mútuos empréstimos, cuja pertença, a uma ou outra destas duas línguas, é actualmente impossível de determinar¹⁰². A estas dificuldades somam-se as carreadas pelos em-

¹⁰¹ No périplo apenas são contemplados por uma breve interpolação, possivelmente do próprio Avieno, que, no verso 251, alude aos «turbulentos *Vascones*» (AVIENO, 1985: 24).

¹⁰² Nos últimos tempos apareceram alguns estudos de genética, partindo da análise do factor «Rhesus», que pretendem actuar interdisciplinarmente com a linguística e trouxeram alguns resultados interessantes, para não dizer intrigantes. Estes estudos, incidindo em amostras de população europeia e do Próximo e Médio Oriente, identificam o factor Rh+ com os povos neolíticos do Médio Oriente, da área onde nasceu a agricultura, e com a expansão destes povos para Ocidente.

A prova desta conclusão encontram-na nas baixas percentagens de Rh- na Europa Central (12 a 15%), na Europa Mediterrânea (9 a 12%) e na Arábia e Índia (percentagens ainda menores). Em contrapartida, na Europa Setentrional e no Cáucaso, na periferia desta expansão agrícola, o factor Rh- atinge cerca de 50% da população, o que só tem paralelo entre os Bascos (VILLAR, 1996: 478-480). O problema continua em aberto, mas a correspondência das percentagens de Rh-, verificada entre os Bascos e os povos do Cáucaso, poderia ser apresentada a favor da identificação dos Bascos com os Iberos, se cruzarmos as conclusões da genética com algumas fontes clássicas que apontam o Cáucaso como berço dos Iberos. Para além de várias passagens de Estrabão, também Plínio afirma que *Iberi populi Hispania, ab iberis Asia orti* (apud GARRIGOU, 1884: *passim*).

empréstimos das línguas pré-celtas e celtas, considerando a extinção de quase todas elas, a profunda evolução das poucas que ainda resistem, ou as múltiplas respostas que alguns casos sugerem¹⁰³.

A origem dos Bascos e dos Iberos é responsável por rios de tinta e as mais díspares hipóteses, contribuindo para a permanência do problema e a dificuldade da sua resolução. Os linguistas não encontram nenhuma língua que possam considerar, à luz da ciência actual, como parente, mesmo afastado, do *Euskara* e, quanto ao ibérico, é tão pouco conhecido que torna impossível qualquer esforço nesse sentido. Apenas no Georgiano e no Berbere se detectam algumas coincidências com o Basco, mas em percentagens muito reduzidas, de respectivamente 7,5 e 10% (Villar, 1996: 473-480). Por certo, no futuro, aumentarão as respostas, quando for possível interpretar, de forma mais consensual e estruturada, os testemunhos da língua ibérica até agora recolhidos¹⁰⁴, e quando estiverem disponíveis os árduos trabalhos que pretendem reconstruir o Protovasco¹⁰⁵.

Estas informações constam igualmente de vários Atlas sobre a Antiguidade, em cujos mapas se utilizaram as fontes clássicas para assinalar a presença de povos e nações. Nalguns podemos encontrar uma Ibéria em pleno Cáucaso, encostada à margem esquerda rio Ciro, sobrepujando o seu curso médio (LEVI, 1991: 195; 198), noutros, para uma época diferente, podemos encontrar os Iberos, na margem direita do mesmo rio, no início do respectivo curso (CORNELL; MATTHEWS, 1991: 220).

¹⁰³ É o caso da voz BASCA *errege* "rei" que tanto pode ser um empréstimo do LATIM como do CELTA, já que o celta peninsular não alterava o /ē/ em /ī/ (VILLAR, 1996: 478).

¹⁰⁴ Em 1994, no decurso do VI Colóquio sobre Línguas e Culturas pré-romanas da Península Ibérica, que se realizou em Coimbra entre 13 e 15 de Outubro, foram apresentadas algumas comunicações relacionadas com o Ibérico, que podem ser consultadas nas respectivas *Actas* (VILLAR; ENCARNACÃO, 1996).

¹⁰⁵ Para os estudos de reconstrução do Protovasco, identificado com o *Euskara* da Antiguidade, falado nos Pirinéus e nas cercanias do Vale do Ebro e despido dos empréstimos posteriores, consultar, nas *Actas del VI Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica*, o artigo de Joaquín GORROCHATÉGUI e Joseba A. LAKARRA, que é acompanhado de uma extensa e valiosa bibliografia (VILLAR; ENCARNACÃO, 1996: 101-145).

2.6. O domínio de Cartago na Hispânia

É altura, como atrás dissemos, de regressar à viragem dos séculos VI-V a.C., quando, na sequência da batalha de Alália e do Tratado com Roma, os Púnicos passam a dominar a desembocadura do Guadalquivir e toda a costa adjacente, apropriando-se, em regime de quase exclusividade, da passagem para o Atlântico.

Conhecemos mal o que se passa no xadrez étnico da Península, durante o período que medeia entre esta época e o século III a.C., quando as hostilidades romano-cartaginesas atingem o clímax, reverberado na fereza dos diferentes episódios das denominadas «Guerras Púnicas». Durante mais de dois séculos, a geopolítica local favoreceu Cartago, enquanto a República Romana se ocupava com a defesa e a conquista da Itália, e também com os problemas internos, resistindo às invasões dos Celtas da Gália e esmagando os Samnitas e os Etruscos, ao mesmo tempo que resolvia os problemas sociais suscitados pelas reivindicações da plebe, face a um patriciado demasiado arreigado ao poder e aos privilégios ancestrais.

De certa forma, esta situação poderá considerar-se a principal responsável pela atitude de Roma face à talassocracia púnica, já que a vemos humilhar-se perante a potência norte-africana, nomeadamente quando se vê forçada a subscrever o tratado de 348 a.C., ou quando, mais tarde, em 226 a.C., pressionada pela ameaça celta no norte da Itália, reconhece não apenas a continuidade da presença cartaginesa no Sul peninsular, como também o seu domínio de toda a costa levantina até ao Ebro, sacrificando mesmo um dos seus aliados, a cidade grega de Sagunto.

Recuando a 265 a.C., ano da submissão definitiva dos Etruscos, Roma não esperou um ano para abrir as hostilidades com Cartago, iniciando-se a Primeira Guerra Púnica que se estenderá de 264 a 241 a.C., data em que a Sicília passa para o domínio da cidade do Lácio, acontecendo o mesmo, pouco depois, com a Córsega e a Sardenha, entre 240 e 237 a.C., quando Cartago procurava resolver os graves problemas resultantes de uma revolta de mercenários.

A presença cartaginesa na Península, até à Primeira Guerra Púnica, visara sobretudo o comércio, a exploração mineira e o recrutamento de mercenários. Depois da rendição de 241 a.C., e resolvidos os conflitos internos, Cartago irá construir um verdadeiro império na Hispânia, que se estendia por toda a costa mediterrânea até à desembocadura do Guadiana, já no Atlântico, confinando a Norte com a margem direita do Ebro e penetrando, a Poente, nas terras salmantinas. Será um império de pequena duração, pois o ataque cartaginês a Sagunto reabrirá as hostilidades com Roma, iniciando-se a Segunda Guerra Púnica, que decorreu quase toda em território hispânico, e cujo corolário foi a derrota de Cartago nos campos italianos de Metauro e a sua expulsão da Península, simbolicamente antecipada com a submissão da Gades fenícia a Roma, em 205 a.C., e efectivamente concluída três anos depois, quando, na

quando, na batalha de Zama, o romano Cipião derrota o exército púnico de Aníbal Barca¹⁰⁶.

Roma aposta, desde então, no domínio completo da Península, o que acabará por conseguir depois de vários anos de guerra, acontecimentos que terão ocasionado deslocações em massa de diferentes povos hispânicos, directamente envolvidos nas batalhas, ou simplesmente fugindo delas, mergulhados num flagelo que sacudiu a Ibéria durante mais de dois séculos.

¹⁰⁶ A inimizade romano-púnica permanecerá latente durante alguns anos, até ao acordar desse letargo, responsável pela Terceira Guerra Púnica e pela total destruição da antiga colónia de Tiro, em 146 a.C.

2.7. *Túrdulos e Turdetanos*

Dividem-se as opiniões quanto aos possíveis impactos da presença púnica no Sul da Península, na sequência da batalha de Alália. Enquanto alguns autores admitem perturbações e alterações políticas locais, que explicariam a decadência da cultura tartéssica, outros há que apontam causas diferentes para esse ocaso¹⁰⁷. No entanto, conhecendo-se as relações mercantis dos Tartessos antes desta data, nomeadamente as que tinham estabelecido com o Noroeste europeu, rico em estanho (Avieno, 1985: 20, v.114-115), e conhecendo-se também a exclusividade atlântica de Cartago depois de Alália, afastando todos os concorrentes mediterrâneos dessas paragens, poderemos encontrar aqui algumas das causas que teriam contribuído para o declínio da cultura do Baixo-Guadalquivir¹⁰⁸.

Todavia estamos no campo de meras hipóteses e, quanto a certezas, temos o desaparecimento dos Tartessos nas fontes escritas que historiam o período posterior aos finais do século VI a.C., embora, em relação aos tempos mais recuados, o façam em segunda mão, já que pertencem a épocas muito mais tardias¹⁰⁹. Aparecem agora os Turdetanos, a ocupar a região dos antigos Tartessos, e os Túrdulos, acantonados imediatamente a norte. Ressalta a coincidência dos elementos consonânticos das raízes dos três etnónimos – Tartessos, Turdetanos e Túrdulos –, que poderá ter tradução num possível parentesco entre estes três povos, o que aliás é confirmado por algumas fontes greco-romanas¹¹⁰.

O novo quadro étnico, bem como a decadência do reino tartéssico, talvez correspondam à chegada de sangue novo a estas paragens, na sequência de movimentações a partir da Meseta, porventura relacionadas com a entrada, via Pirinéus, de outros povos celtas. Mas também poderá ser o resultado de alterações locais, face às profundas transformações ocorridas no final do século VI a.C., como sejam as que acima assinalámos, quando nos referimos ao novo papel desempenhado pelos Púnicos em toda esta região, as que se relacionam com a quebra do intercâmbio mercantil proporcionado pelas cidades fenícias da costa libanesa, interrompido pelas acções militares dos Babilónicos, comércio que alimentava sobretudo Cádiz, ligada aos flu-

¹⁰⁷ Ver síntese do problema e respectivos autores em BLÁZQUEZ (1997: 235-236). FERNÁNDEZ CASTRO (1997: 238) defende a permanência de boas relações entre os Púnicos do sul peninsular, Tartessos e colónias gregas.

¹⁰⁸ Os Massaliotas, por exemplo, se quieram, por esta época, chegar ao estanho das «ilhas Estrímnides», faziam-no por rota terrestre, seguindo de Narbona, pelos vales do Aude e do Garona; até ao Golfo Cantábrico, e não por mar, já que a saída para o Atlântico lhes estava vedada (FERREIRA, 1985: 46, n. 28).

¹⁰⁹ Referimo-nos a ESTRABÃO (64/63 a.C.-23/24), PLÍNIO (23-79), Pompónio MELA (séc. I), PTOLOMEU (90-168) e Tito LÍVIO (59 a.C.-17 d.C.). Estrabão utiliza fontes que parecem não recuar ao final do século II a.C., como Posidonio (c.135-c.50 a.C.), Políbio (c.200-c.120 a.C.) e Asclepiades de Mírlea (séc. I a.C.) (*apud* FERNÁNDEZ CASTRO, 1997: 239-243).

¹¹⁰ ESTRABÃO III, 1, 6, *apud* MANUEL MAIA – Celtici e turduli nas fontes clássicas (HOZ, 1985: 165-177, *passim*)

xos da mercancia tartéssica e, por último, a passagem para os gregos de Massília do controle dos importantes mercados do noroeste europeu, ricos produtores do sempre indispensável estanho.

Colocando as raízes tartéssicas no *hinterland* andaluz, Turdetanos e Túrdulos continuam a ocupar o mesmo território, podendo, na realidade, ser os herdeiros dos primeiros, agora com nova roupagem etnonímica, em que o primeiro elemento traduzia as origens, enquanto o segundo bem poderia corresponder ao contributo dos povos com os quais se amalgamaram, o que se torna tanto mais plausível, quanto é certo encontrarmos nestes arrabaldes, a sul do Guadalquivir, os

«[...] bastetanos, a los que también llaman bástulos» (Estrabón 3, 1, 7) [...] «pero estos bastetanos, de los que acabo de hablar, también pertenecen a Turdetania, y lo mismo aquellos bastetanos de allende el Anas y la mayoría de sus vecinos directos» (Estrabão, 3, 2, 1); in Fernández Castro, 1997: 240).

Considerando, embora, as imprecisões e confusões de Estrabão¹¹¹, quando descreve a complexa teia étnica do Sul da Península, não podemos deixar de evidenciar a similitude de comportamento lexical nas duplas Turdetanos/Túrdulos e Bastetanos/Bástulos¹¹², que o geógrafo grego apresenta umas vezes como vizinhos e, outras, como parte do mesmo todo.

A proliferação de *oppida* e *turres* em todo o território Turdetano e Túrdulo, tanto no Baixo como no Alto-Guadalquivir, com algumas cidades em posição de predominância em relação a outras, constituindo uma unidade política em torno de um líder, permite-nos deduzir a existência de certa insegurança, manifestada em diferentes períodos, entre os quais podemos incluir o que se inicia nos finais do século VI a.C. até ao desencadear da Primeira Guerra Púnica. A arqueologia mostrou, na sequência de trabalhos recentes, que estas fortificações se multiplicaram no início do século V a.C., enquanto, entre os finais do século IV e início do III, surgem novas *turres*, principalmente no Alto-Guadalquivir, no território ocupado pelos Túrdulos. (Fernández Castro, 1997: 239-261, *passim*).

Para além da decadência e desaparecimento dos Tartessos, também os Cónios entram em declínio nos séculos V e IV a.C., situação que é acompanhada pela instalação de novos povos célticos no sul e pela chegada ao Alentejo e Algarve dos Túrdulos que, ultrapassando o Guadiana, ali construíram as *urbes* de que nos fala Estra-

¹¹¹ Estas confusões poderão ser mais aparentes do que reais, resultando de dificuldades na estruturação de um discurso que transmita realidades extremamente confusas e complexas, dado o extremo caldeamento de povos verificado na região. Não esqueçamos que uma das fontes de Estrabão foi o filósofo Asclepiades de Mirlea, «un hombre culto que enseñaba gramática (es de suponer que griega) en el sur de la Península Ibérica» (FERNÁNDEZ CASTRO, 1997: 239).

¹¹² Os sufixos *-tan-* e *-ul-*, presentes no segundo elemento destes etnónimos poderão ter o mesmo significado, se os relacionarmos com algumas línguas céltas. Isto aconteceria se *-tan-* estivesse ligado à raiz *dán* "sobre, superior", donde provirão as vozes GAÉL. *dán*, IRL. *dána*, e o V.-IRL. *dáne*, *dána*, significando "corajoso, forte, vigoroso" (MACBAIN, 1982), e se *-ul-* se identificasse com o GAÉL. *úr* "novo, vigoroso, forte" (MACFARLANE).

bão (Alarcão, 1983: 17-18). «Serão datáveis deste momento algumas fundações túrdulas registadas em alguns topónimos característicos do Sul de Portugal com sufixo em *-oba/uba*, como *Ossonoba* (Faro), *-ilis* (*Myrtyllis*, Mértola), *-cci* (*Tubucci*, Herdade do Carvalho?)» (Silva, 1990a: 289)¹¹³.

A migração para Norte, de povos estacionados no Sul, integrando Túrdulos e Célticos¹¹⁴, acabando os primeiros por estanciar no Centro e Norte do actual território português e os segundos na Galiza, poderia ter ocorrido nesta mesma época. E, se esta movimentação migratória incluiu Cónios, bem poderiam ter sido eles os fundadores de *Conimbriga*¹¹⁵, topónimo que mostraria, no seu segundo elemento, a celtização¹¹⁶ deste povo indo-europeu das primeiras vagas pré-celtas.

Estes Túrdulos correspondem aos chamados *Turduli Veteres*¹¹⁷, que ocuparam a faixa litoral entre o Vouga e o Mondego, tudo indicando que, em época mais tardia, possivelmente em relação directa com as acções militares de Aníbal, em 221 e 220 a.C., que penetrou profundamente na meseta do Guadiana e na região do Tejo, onde infligiu uma derrota aos Carpetanos, houve nova deslocação daquele povo, quedando-se, desta feita, a sul do Mondego. Sairiam desta última deslocação os povoadores das cidades, cujos topónimos apresentam sufixos em *-ippo/-ipo*¹¹⁸, que os antigos autores identificavam com os *Turdulorum oppida*¹¹⁹.

¹¹³ *Apud* ALARCÃO, J. – *Roman Portugal*. Warminster-England: Aris and Phillips, 1988. 1, p. 135, Appendix 2. Ver infra, cit. 118.

¹¹⁴ Informações presentes em ESTRABÃO, *Geografia*, 3, 3, 5; Pompónio MELA, 3, 8; C. PLÍNIO, 4, 112-113 (SILVA, 1990a: 290-291), entretanto confirmadas pelo achado das *tessera hospitales* no Castro da Senhora da Saúde, Vila Nova de Gaia (SILVA, 1984a: 145).

¹¹⁵ Se esta hipótese se verificasse, a fundação de *Conimbriga* seria posterior a *Conistorgis*, não se justificando o que dissemos atrás, quando fazemos chegar os Cónios ao Sul, empurrados pelos *Cempsí*.

¹¹⁶ Pensamos que o conceito se justifica, fossem os Cónios pré-indo-europeus ou indo-europeus pré-celtas. Pessoalmente inclinamo-nos para a segunda hipótese, como decorre do que atrás afirmamos (p. 38-39, n. 95).

¹¹⁷ P. MELA, 3, 8; PLÍNIO, 4, 112-113; comprovação epigráfica das citadas *tessera hospitales* (SILVA, 1990a: 290; ALARCÃO, 1983: 20).

¹¹⁸ Estas terminações, bem como *-oba/-uba*, poderão ser indo-europeias, se atentarmos no AVÉST. *upa* "no alto, em lugar elevado" (adv.), "elevado, alto" (adj.) (PETERSON, 1995).

¹¹⁹ Ver cit. 117, *supra*.

2.8. *Lusitanos, Galaicos e últimas vagas celtas*

As informações mais precisas, sobre a Península e os povos que a habitavam, começam a surgir nas fontes clássicas posteriores à Primeira Guerra Púnica, na sequência das acções militares e político-administrativas da República Romana que, depois de 218 a.C., em simultâneo com o início da segunda guerra contra Cartago, iniciou a conquista sistemática de todo o território transpirenaico, ultrapassando a sua área de influência, até então circunscrita ao Norte do Ebro.

O largo período desta guerra terá sido responsável por vastíssimas deslocações de povos, já que, maioritariamente, eram hispânicas as tropas que serviam os dois principais contendores, cujos exércitos contavam com dezenas de milhar de combatentes oriundos das diferentes etnias da Ibéria. Vencidos os Cartagineses, depressa os povos hispânicos do Leste Peninsular, fossem eles Iberos, Celtiberos ou Turdetanos, incluindo os que tinham servido Roma como aliados, descobriram que, derrotados os antigos senhores, outros se preparavam para continuar a sua obra de dominação. Mas esses serão episódios a que nos referiremos, em termos necessariamente breves, no capítulo que se segue.

Quanto ao território que verdadeiramente nos interessa, por enquadrar a área do actual concelho de Aveiro, ou por se relacionar de qualquer forma com ela, passaremos agora à respectiva caracterização étnica. Jorge Alarcão (1990: 352-359) tenta, a partir dos elementos disponíveis, e quantas vezes contraditórios, traçar o quadro étnico do espaço correspondente à *finisterra* atlântica, sem deixar de aludir às limitações das problemáticas levantadas, considerando o muito que está por fazer a nível da prospecção arqueológica e interpretação dos achados, a exigirem uma mediação permanente com as fontes já disponíveis.

Para esta época, inscrita na Segunda Idade do Ferro, não encontramos, nesta fachada atlântica, uma unidade cultural e étnica, mas antes uma grande diversidade que poderíamos simplificar em três grandes áreas, ou talvez em duas, como veremos adiante, nem por isso homogéneas, já que se descobrem diferenças sensíveis, quer no povoamento, quer em termos sociais e económicos, nomeadamente entre o litoral e o interior da zona Centro, onde

[...] a vida das comunidades indígenas deverá ter sido seriamente condicionada por uma vincada assimetria entre o litoral atlântico, com terras férteis, rios navegáveis e clima temperado, e o interior, com terras áridas, montanhas agrestes, comunicações difíceis e um clima rigoroso (Silva, 1990a: 312).

A multiplicidade dos povos do Centro será quase uniformizada por algumas fontes romanas, a reflectirem o ponto de vista do colonizador, mais interessado numa terminologia que respondesse aos seus objectivos políticos e económicos, do que no retrato fiel da realidade encontrada, cujos contornos não se adaptavam aos

interesses da colonização. Estes pressupostos teriam ditado a redução desta área ao assentamento dos Lusitanos, integrando neste povo um vasto conjunto de tribos e cidades, que sabemos etnicamente distintos. Assim, apesar de toda a região entre o Douro e o mar algarvio, com uma larga reentrância nas actuais províncias espanholas de Salamanca, Cáceres e Badajoz, ter constituído a província romana da Lusitânia, nem por isso podemos concluir que os Lusitanos fossem aí os únicos habitantes, como não sabemos se este etnónimo pertence à iniciativa de um importante agrupamento de tribos afins, ou se, pelo contrário, corresponde a um crisma romano, que, sob esta denominação, teria integrado uma variedade étnica que hoje só conhecemos em parte. Também não podemos excluir a hipótese de algumas das diferentes etnias, assentes nesta extensa área, terem sido parcialmente respeitadas nas fronteiras que encerravam os *conventi*, os distritos jurídicos em que se dividiam as províncias.

Do que não restam dúvidas é da forte componente céltica e indo-europeia que atravessa toda esta fachada, do Algarve à Cantábria, nem da presença das culturas do Sul no Centro e Norte do actual território português, protagonizada pelas cidades túrdulas, também elas miscigenadas com o mundo céltico, a crer em topónimos como Langóbriga, na região de Santa Maria da Feira, talvez no sítio de Monte Redondo.

A Sul do Tejo, na área que mais tarde Roma fará coincidir com o *conventus* *Pacensis* (*Pax Iulia* "Beja"), encontramos os Cónios, os *Celtici* e as *urbes* dos Túrdulos, imperando a organização de verdadeiras cidades-estados, que dominavam áreas de dimensão variável, abarcando cidades de menor dimensão e múltiplas representações étnicas (Alarcão, 1990: 357-358).

No Centro, outros ou os mesmos povos, igualmente miscigenados. Ocupando o litoral entre o Tejo e o Mondego, demoravam os *Turdulorum Oppida* que, como vimos, poderiam constituir a segunda migração de Túrdulos para o norte do Tejo, já que a primeira dessas migrações corresponderia aos assentamentos de *Turduli Veteres*, também eles estacionados no litoral, mas entre o Vouga e o Douro. Para o interior, mas também a pontilhar o litoral ou a sua proximidade, como em Talábriga, sobre o Vouga, alargava-se o habitat dos Lusitanos, abrangendo o território entre Douro e Tejo que, a sudeste, talvez se aproximasse do curso superior do Guadiana. Sobre o curso superior do Vouga, a seguir aos *Turduli Veteres*, estendia-se o território dos *Pæsuri*. Para Leste, entre os Lusitanos e os Celtiberos, nos territórios das actuais províncias espanholas de Salamanca e Cáceres, encontramos os *Vettones* e os *Vaccei* que, em nossa opinião poderão ter entrado em território lusitano, na conturbação das guerras que acompanharam as conquistas romanas. Os Vetões podemos descobri-los em Trás-os-Montes e nas Beiras, nas numerosas esculturas zoomórficas do porco, coincidentes com idênticos achados nas províncias espanholas de Ávila, Salamanca e Cáceres. Quanto aos Vaceus, que chegaram a conquistar Salamanca (Salinas de Frias, 1986: 24), talvez sejam os fundadores do *Oppidum Vacca* (Cabeço do Vouga), que

poderia ter dado o nome ao rio¹²⁰, e estejam presentes em Talábriga, algures nas proximidades daquele castro, considerando

que entre os Talabrigenses, no Baixo Vouga, se praticavam formas próprias de uma agricultura colectivista, ao modo dos povos Vaceus localizados a nordeste dos Lusitanos e na sua vizinhança (Silva, 1990a: 313, *apud* Appianos, 75).

A norte do Douro deparamos com uma mancha complexa de povos, que os Romanos envolveram sob o manto dos *Callaci*, o primeiro etnónimo em que tropeçaram, quando, pela primeira vez, ultrapassaram este rio. No entanto, não faltavam vizinhos a estes *Callaci*, logo seguidos dos *Bracari*, *Seurbi* e *Grovii*, estes últimos a norte do rio Minho, e muitos outros localizados mais para o interior. Pese embora a fronteira colocada, pelos Romanos, sobre o Douro, marcando aí o limite norte da Lusitânia, tudo aponta para a sua artificialidade, feita de interesses geopolíticos e geoestratégicos, como sustenta Jorge Alarcão, que prefere olhar o Noroeste Peninsular como uma unidade cultural, «uma vasta área que poderemos chamar calaico-lusitana», sem deixar de vincar a especificidade das planícies litorais de entre Douro e Tejo, «onde Pompónio Mela (III, 8) situa os *Turduli Veteres* e os *Turdulorum oppida*» (Alarcão, 1990: 353).

Se diferenças existiam, nesta extensa região, que desce das praias Galegas da Biscaia até ao Tejo, elas eram delimitadas pelo curso do Vouga, a crermos nos documentos epigráficos e nas fontes clássicas que, directa ou indirectamente, têm dado corpo a todos estes informes¹²¹. Assim, a sociedade castreja a norte do Vouga tinha como célula primária a *família extensa*, que se agrupava em estruturas suprafamiliares, as *gentilidades* ou *castros* que, por sua vez, se uniam em torno de uma *gens* ou de um *populus*. O grau de autonomia de cada gentilidade ou castro era bastante elevado, como decorre «da capacidade jurídica para estabelecer pactos [...], e da existência de divindades tutelares próprias, transmitidas pela epigrafia, designadamente das referências associadas aos *Lares* e às divindades do grupo *Band*» (Silva, 1990a: 327).

Esta realidade está também presente em Plínio que, quando descreve a fachada atlântica, faz uma enumeração exaustiva dos povos que demoravam a norte do Vouga e, transposto este rio, passa apenas a referir cidades¹²². Jorge Alarcão retira daqui algumas consequências, colocando a hipótese da organização política e social a Sul do Vouga ser já semi-urbana, ao contrário do Norte, onde permaneciam as estruturas tribais (Alarcão, 1983: 20).

De qualquer maneira, como atrás já assinalámos, não podemos afirmar a homogeneidade étnica da área considerada semi-urbana, se atentarmos nalgumas evidências, entre as quais cumpre destacar as que são fornecidas pela toponímia.

¹²⁰ Veja-se *infra*, neste trabalho, Segunda Parte, cap. II, s.v. «Vouga».

¹²¹ Referimo-nos às obras de Estrabão, Pompónio Mela e Plínio. Dos autores mais creíveis, por terem vivido os acontecimentos ou viajado pela Hispânia, apenas nos chegaram «resumos ou transcrições nos geógrafos posteriores». Estão neste grupo Décimo Júnio Bruto, que dirigiu uma expedição à Península em 138-137 a.C., Artemidoro, que teria viajado pelas costas da Ibéria cerca de 100 a.C. e, por fim, Posidónio, que teria estado na Hispânia à volta de 90 a.C. (*apud* ALARCÃO, 1983: 17).

¹²² PLÍNIO – *Naturalis Historia*, L. 4, 112-118.

Estes últimos dados, se seguirmos alguns autores, poderiam indiciar a presença de povos indo-europeus e não indo-europeus, os primeiros identificados por topónimos pré-celtas ou celtas, nos quais se destaca o elemento *-briga*, e os segundos ocupando os centros urbanos com uma toponímia não ibérica, aparentada com a do Sul da Península e alguma norte-africana, que se caracteriza pela presença dos elementos *ip-/i(p)po* e *obu-/uba* (Villar, 1996: 480).

Considerando que esta última toponímia corresponde, na generalidade, aos assentamentos túrdulos, logo directamente relacionada com os Tartessos, pensamos ser ainda extemporânea qualquer conclusão definitiva, enquanto não se decifrar a escrita do Sudoeste, dos antigos ocupantes da bacia do Guadalquivir, tanto mais que é evidente a divisão entre os linguistas, com alguns a defenderem a filiação indo-europeia destes falares¹²³.

Traçámos um quadro geral e abreviado da realidade cultural que subjaz ao substrato em que assentou o romance da *finisterra* atlântica, onde certamente se multiplicariam os falares que, caldeados ao longo dos séculos, terão permitido o entendimento e a comunicação entre gentes das mais variadas origens. Maioritárias seriam as vozes filiadas nas línguas pré-celtas e celtas, em que o Lusitano, expressão das primeiras, ocuparia uma posição destacada, embora, neste litoral alavariense, aportassem muitos outros contributos, com pesos diferentes, desde as línguas do Mediterrâneo e do Sul, Sudeste e Sudoeste da Península, carreadas pelos Túrdulos que, nas suas terras de origem, com elas tinham mantido contactos seculares, até às arribações marítimas oriundas do Noroeste europeu, das costas da Biscaia ou das Ilhas Britânicas, expressas no Ibérico e no Vasconço, mas também nos falares celtas da Gália e dos mundos goidélico e britónico. Por último, do interior da Península, acompanhando os vales dos rios e seguindo o curso do Vouga, o Celtibero, precedido dos falares de Vetões e Vaceus, talvez idênticos ou aparentados¹²⁴ ao Lusitano¹²⁵.

¹²³ José A. CORREA, in «Consideraciones sobre las inscripciones Tartesias» (HOZ, 1985: 377-395), embora céptico, deixa em aberto a possibilidade da filiação indo-europeia da língua dos Tartessos. S. WIKANDER (*apud* VILLAR, 1996: 483), in «Sur la langue des inscriptions Sud-Hispaniques», *Studia Linguistica*, n.º 20 (1966), p. 1-8, coloca a possibilidade do Tartesso ser uma língua indo-europeia de tipo anatólico.

A aceitarmos a identificação com os Trácios de uma série de topónimos apresentados pelo linguista búlgaro I. Duridanov, onde aparecem as cidades de *Burdapa*, *Burdipa* e *Mōsypa*, cujos elementos finais, claramente aparentados aos que também estão presentes nos topónimos túrdulos, e que este autor traduz por "água", "rio", apresentando exemplos de outras línguas indo-europeias não célticas, teremos de considerar em aberto a possibilidade da filiação indo-europeia daqueles falares (IV.A. Geographical names, 10 p.). No cap. V deste mesmo trabalho, surgem-nos as vozes TRÁC. *apa* "água, rio", *upa* "rio", *aphus* "fonte, nascente", ilustradas e confirmadas no V.-PRUS. *ape* "rio" e *apus* "nascente", AVÉST. *ap* "água", LIT. *upe* "rio" e LET. *upe* "rio, ribeiro" (DURIDANOV, 1999)

¹²⁴ A. Tovar defende uma grande proximidade entre os falares dos Lusitanos, Vetões e povos do Noroeste, da área asturo-galaica (TOVAR, 1985: 229).

¹²⁵ «Ha sido muy discutida [...] la cuestión de si los lusitanos eran un pueblo celta o no lo eran; Schulten piensa que eran una rama de los lusones que fuera desplazada hacia el Oeste peninsular; Bosch Gimpera cree que son iberos en período de expansión sobre elementos célticos que se les habían superpuesto; los datos arqueológicos nos muestran claros elementos de cultura iberizantes. Nosotros pensamos con Tovar que el elemento celta es el más fuerte como muy bien demuestran los nombres de muchas ciudades, la onomástica de sus habitantes, la religión [...]. Como el de los lusitanos ha

A toponímia local, na área da actual laguna de Aveiro, parece fornecer alguns dados que poderão legitimar estas hipóteses, pois poderão corresponder a assentamentos de povos deslocados sob a pressão das campanhas de Júlio César na Gália e na Aquitânia¹²⁶, povos que, já antes das acções bélicas de Roma, andavam fraccionados:

Así, las grandes naciones del principio se dispersan a través del mundo céltico, donde una buena parte de estos elementos se encuentran disfrazados bajo nuevos nombres. Habían conservado, al parecer, el recuerdo preciso de sus orígenes, ya que a veces conservaron su nombre. Los pueblos de formación secundaria procedieron de la misma manera. La comparación de todos estos nombres con ciertos nombres de ciudades y de poblaciones, que tienen semejanzas bastante directas, permite completar la imagen de esta dispersión. (Hubert, 1988: 364).

Desta forma, poderíamos relacionar com «Cacia» os *dii Casses*, que aparecem em duas inscrições encontradas nas proximidades de Mogúncia (Hubert, 1988: 365), e que surgem como um dos elementos de vários etnónimos da Gália céltica e belga, como os referidos aos *Veliocasses*, *Viducasses*, *Tricasses* e *Baycasses*¹²⁷, ou em antropónimos como o do chefe bretão *Cassivellaunus* (Goudineau, 1994: 45).

Uma secção de *Bellovaci*¹²⁸, dos quais os *Veliocasses* eram provavelmente «clientes»¹²⁹, talvez também arribasse a estas paragens, o que poderia explicar o potamónimo Vouga (*Vacca* ou *Uacua*) e o topónimo *Oppidum Vacca*¹³⁰, nas margens daquele rio, que, desta forma, nada deveriam aos Vaceus, hipótese que avançámos atrás. O topónimo «Carcavelos», que em 1220 nos aparece sob a forma «Cacauelos», poderá igualmente relacionar-se com o primeiro elemento do etnónimo *Bellovaci*, bem presente, num documento de 1050, nas demarcações de uma das propriedades que o prócere Gonçalo Viegas tinha «in riba de uauga»:

[...] quomodo diuide per illa insula de pingnero¹³¹ [...] per suos terminos per ut sparte per illa petra de contensa et de alia parte per illa lagona¹³² de sub porto de belli et quo-

sido muy discutido [...la] origen y carácter [de los vettones]. Para Schulten eran ibéricos; para Gómez Moreno ligures; para Maluquer, con el que estamos, son claramente indoeuropeus-celtas. La religión, la onomástica y las excavaciones de los castros de la zona nos demuestran que se trata de un pueblo celta.» (FRANCISCO MARTÍN, 1996: 57-58).

Hoje é raro o linguista que duvida da qualidade indo-europeia das línguas faladas por Lusitanos, Vetões e Vaceus, mas alguns há que defendem a presença de fortes marcas pré-celtas, enquanto outros optam por uma língua indo-europeia não celta, mais arcaica e aqui desenvolvida (cf. TOVAR, 1985: 227-253; SCHMIDT, 1985: 319-341).

¹²⁶ As campanhas de César na Gália começaram em 58 a.C. e estenderam-se à Aquitânia, como expressamente o próprio Júlio CÉSAR afirma na sua *De Bello Gallico*, L. 3º, 11, 3; 20, 1; 21, 1 a 3 (contra os Sociates); 23, 3; 26, 6; 27, 1 (vários povos, entre os quais os Ausci).

¹²⁷ Ver HUBERT (1988: 365); GOUDINEAU (1994); CÉSAR (1996: *passim*).

¹²⁸ Os dois elementos que formam este etnónimo também identificam dois dos povos celtas que, no século II a.C., demoravam na Península Ibérica: os *Vaceus* (*Vaccei*), ao Norte dos Vetões, sobre o curso médio do Douro, e os *Bellos* (*Belli*), um dos povos celtíberos da margem direita do Ebro.

¹²⁹ García Yebra, V.; Escolar Sobrino, H., nota s.v. «Veliocasses», in CÉSAR (1996: 264).

¹³⁰ Sobre estas nomes ver ALARCÃO (1983: 98-99).

¹³¹ Trata-se da actual aldeia de Pinheiro, na margem direita do Vouga, defronte da aldeia de Eirol, esta na margem esquerda e pertencente ao concelho de Aveiro.

modo diuide de alia parte uauga per cima de illa lacona de sub porto de belli in suo directo diuide cum belli (Madañ, 1959: 11).

No concelho de Vagos, «Sosa»¹³³ e «Ouça», sobre a margem direita do rio Boco, lembram-nos dois povos da Aquitânia, os *Sociates* e os *Ausci*, ambos atacados e derrotados, em 58 a.C., por P. Licinius Crassus que comandava a cavalaria de César. Os primeiros tinham a sua capital em *Sos* e os segundos na actual *Ausch* que, no tempo de Augusto, respondia por *Augusta Auscorum*¹³⁴, certamente um heterónimo do conquistador para um possível **Ausca* dos seus habitantes, se considerarmos a forma hodierna do topónimo. Fenómenos idênticos são perceptíveis em Portugal, onde, por exemplo, a romana *Liberaltas Iulia* jamais sobrepujou a Évora dos seus íncolas.

Se outras provas quiséssemos, da dispersão destes povos, também as encontraríamos nos *Eburovicos* e *Eburones*, os primeiros demorando entre o Main e o Reno e os segundos sobre o curso final do Meuse. Estes etnónimos, derivados de *eburos* "teixo", árvore totémica, entram na composição de vários topónimos, um pouco por toda a parte: *Eburobriga*, no *Yonne* (*Aurolles*), *Eburomagus* (*Bram*), no *Aude*, *Eburodunum* (*Iverdon*), na Suíça, *Eburodunum* (*Embrun*), nos Altos Alpes, (Hubert, 1988: 365) *Eburacum* (*York*), na Inglaterra, e, em Portugal, Évora, Évora-Monte e Évora de Alcobaça.

¹³² Deverá corresponder ao actual Campo de Carcavelos, onde há cerca de mil anos existiria a lagoa proveniente da junção das águas dos rios Vouga e Águeda, precisamente entre Carcavelos e Almeir.

¹³³ Um documento de 1088, transcrito no *Livro Preto da Sé de Coimbra*, fala-nos já desta antiga vila, que foi sede de concelho medieval, denominando-a *Socia*: «[...] una hermda vocabulo Sancti Christofori quod est in ripa maris inter villa Socia et villa Iliavo.» (COSTA, 1978: 198).

Joaquim da Silveira situa o topónimo na época romana, atribuindo a sua origem ao antropónimo *Socius*, que reconhece pouco vulgar, e apresentando como exemplos duas inscrições, uma da Ístria e outra da Itália, onde aparecem, respectivamente, os nomes femininos *Socia* e *Soccia* (SILVEIRA: 1944: 164-167).

¹³⁴ CÉSAR – *De Bello Gallico*, L. 3º, 27, 1 (*Ausci*); L. 3º, 20, 2 e 3; 21, 1 e 2 (*Sociates*).

PRIMEIRA PARTE: O QUADRO GEO-HISTÓRICO

3. O espaço e os homens: o titubear do romance

3. O espaço e os homens: o titubear do romance

A HISTÓRIA da formação do romance identifica-se com todo um processo complexo de aculturação, iniciado com a conquista romana da Península e prolongado ao longo de alguns séculos, os necessários para que a latinização se fosse impondo e submergindo os substratos que, teimosamente, dois mil anos depois, continuam a espreitar em cada esquina, sejam elas as loquelas locais, ou mesmo as «origens obscuras» a que os dicionaristas recorrem, para se desembaraçarem do que não cheira a latim, a grego ou a empréstimo de qualquer língua «de gente». Por outras palavras, continuamos hoje, com responsabilidades para as elites que dirigem a normalização da língua, a ignorar parte da nossa cultura, do nosso passado, da nossa história.

A formação do romance galaico-português, à semelhança do que ocorreu na área celtibérica, teve uma história sangrenta, marcada por uma feroz resistência ao invasor Romano, olhado durante séculos como um corpo estranho que violentava culturas e liberdades, quando, ao fio da espada, pretendia alterar usos e costumes ancestrais, enraizados por vivências milenárias.

A cultura semi-urbana do Sul não terá dificuldade em adaptar-se às exigências dos senhores recém-chegados, já que as respectivas elites aderiram desde cedo às instituições municipais romanas, que respeitavam os seus anseios de domínio político e económico. Por outro lado, estas sociedades estavam desde há séculos em contacto permanente e directo com o Mediterrâneo e com a mercancia que nele se gerava ou trocava, razões suficientes para olhar a chegada de Roma como uma abertura a novas oportunidades de crescimento e desenvolvimento, até porque a sua própria evolução já os aproximava do modelo transportado pelos colonizadores.

Daí que a sua integração no mundo romano decorresse quase sem sobressaltos, principalmente a Sul do Tejo, onde os negócios e os latifúndios removeram escolhos à romanização, na medida em que pressupunham o rápido avanço da latinização, facilitada por um latim alterado e simplificado no período arcaico (séculos III-II a.C.), pelas influências itálicas e gregas, que o transformou numa verdadeira língua franca, capaz de se abrir aos particularismos locais, mesmo quando, no período clássico (90 a.C.-15 d.C.), sofreu a normalização dos gramáticos, responsável pelo percurso autónomo de um outro latim, o da língua falada e popular, peanha que sustentou os diferentes romances.

3.1. A conquista romana da fachada atlântica peninsular

A conquista do Noroeste Peninsular apenas se iniciou em 150 a.C., quando é certo que os Romanos já enfrentavam os Lusitanos desde 194 ou 193 a.C., nas múltiplas acções de razia e saque que estes, frequentemente, praticavam nas terras ricas e urbanizadas do Guadalquivir. Antes daquela data apenas temos notícia de uma incursão ao interior das terras de Lusitanos e Vaceus, que teria ocorrido em 179 ou 178 a.C., sem que isso significasse qualquer ocupação ou presença definitiva dos invasores.

A guerra registará um forte crescendo depois de 147 a.C., quando Viriato consegue reunir um vasto conjunto de *populi* sob o seu comando, infligindo várias derrotas aos Romanos. Destas acções militares apenas nos chegaram notícias até 137 a.C., ano em que o procônsul Décimo Júnio Bruto estabelece uma nova estratégia, privilegiando as campanhas ao longo da orla costeira, cujo domínio lhe possibilitaria promover incursões em direcção ao interior.

Nestes primeiros sessenta anos de guerra, poucos terão sido os resultados obtidos por Roma, pois não conseguiu conquistar ou pacificar os povos da *finisterra* a norte do Tejo, sempre prontos a rebelar-se quando beliscados na sua idiosincrasia ou nas suas organizações supra-familiares. As fontes de que dispomos só tornarão a falar na sequência das campanhas de Sertório (80-72 a.C.), e a guerra continuará até pelo menos 44 a.C., quando Sexto Pompeio acaba a pacificação da zona entre Tejo e Douro, já depois de por aqui terem passado generais prestigiados, como era o caso de Júlio César. Caberá a Augusto a direcção da conquista da região a Norte do Douro, terminada apenas em 25 a.C., ano da fundação de Mérida, a futura capital da província da Lusitânia.

Esta pequena sementeira de datas teve um objectivo preciso: não apenas o de mostrar o valor dos povos que demoravam na fachada atlântica, berço do Galaico-Português, mas sobretudo fazer sobressair as diferenças económicas, sociais e de cultura material, que explicam cento e setenta e cinco anos de guerra, como também ritmos de conquista muito diferenciados, já que a maior parte do Alentejo foi dominado até cerca de 150 a.C., enquanto o Centro de Portugal só se dobrou cem anos depois, e o Norte do Douro na passagem do último quartel antes na nossa era¹³⁵.

As diferenças antropoculturais, entre o Norte e o Sul, mostram-se, em toda a sua dimensão, num escrito de Plínio¹³⁶ que, ao descrever a organização político-jurídica da Lusitânia, posterior a Augusto, enumera quarenta e cinco *populi*, unidades políticas autónomas em torno de uma *civitas* ou de um *oppidum*. Destes *populi*, o autor romano distingue cinco *coloniae*, um *municipium civium Romanorum*, três municípios *Latii*

¹³⁵ Sobre os acontecimentos da conquista romana, seguimos essencialmente o historiador Jorge Alarcão (1983: 17-53; 1990: 345-351)

¹³⁶ Plínio, *Naturalis Historia*, L. 4, 117.

antiqui e trinta e sete [*civitates* ou *oppida*] *stipendiaria*. O elevado número destas últimas, em época tão tardia, mostra as dificuldades do invasor, já que correspondem a territórios de não-cidadãos, na inteira dependência de Roma e obrigados ao pagamento do *stipendium*, tributação fixa que, por vezes, variava em função da resistência oferecida.

A cidadania plena ou mitigada abrange apenas os nove *populi* das colónias e municípios, ficando por saber o tipo de direito que presidia às colónias, se o latino ou o romano¹³⁷. Por último, se procurarmos localizar os *populi* sujeitos ao *stipendium*, não custa perceber as razões por que a sua grande maioria ocupa a zona a Norte do rio Tejo.

¹³⁷ Os municípios ou as colónias de direito latino gozavam de direitos civis e de voto, mas não eram elegíveis para as magistraturas de Roma; os municípios ou as colónias de direito romano usufruíam do título e das prerrogativas completas de cidadão romano.

3.2. Transformações políticas, sociais e económicas

Ao longo dos dois primeiros séculos do Império, as elites hispânicas foram-se afeiçoando ao *modus vivendi* romano, sendo frequentemente recompensadas com a concessão da cidadania romana e por sucessivas transformações de carácter administrativo e político-jurídico, com a multiplicação dos municípios e o alargamento do direito de cidade. Inscreve-se nesta política a decisão de Vespasiano, de 73 ou 74, concedendo o *Latium minus* à Península, pelo qual, caso a caso e obrigando a lei específica, os magistrados das cidades, no final do respectivo mandato, recebiam a cidadania romana.

Com a Península pacificada, o Império empreendeu de imediato a sua organização político-administrativa, assentou algumas legiões nos territórios mais rebeldes, como era o caso das Astúrias e da Cantábria, ao mesmo tempo que incentivava a iniciativa económica local e facilitava a instalação de emigrantes itálicos.

Por outro lado, na continuação das acções empreendidas já pela República, com vista à transformação das estruturas indígenas, também o Império prosseguiu o desmantelamento dos núcleos urbanos, trazendo para os vales as populações que antes se alcandoravam nos castros, criando novos núcleos de povoamento e repartindo a terra em regime de propriedade privada, enquanto se construíam as indispensáveis vias de comunicação e se erguiam as pontes que anulavam as fronteiras fluviais, facilitando a circulação de exércitos, mercadores e mercadorias, mas também do funcionalismo encarregado da cobrança dos impostos.

Todas estas medidas terão contribuído para a desintegração da sociedade indígena, cujo recuo será precipitado pelo recrutamento de tropas auxiliares e pelo aproveitamento romano dos antigos pactos de hospitalidade, agora manipulados para criar situações de dependência clientelar, bem visíveis nas guerras civis que sacudiram Roma, onde, num ou outro campo, era possível encontrar a participação de elementos hispânicos.

Os achados monetários, pertencentes a este período, que as escavações têm trazido à superfície, em diferentes regiões da Península, mesmo onde antes imperavam as relações comunitárias, mostram como a propriedade desigual já se tinha instalado, e permitem-nos pensar nos prejuízos que essa nova realidade económica poderia ter causado no tecido social tradicional.¹³⁸

¹³⁸ Para os assuntos tratados neste subcapítulo, ver FRANCISCO MARTÍN, 1996: 77-87.

3.3. *A Lusitânia e as novas divisões administrativas*

Durante o período da conquista, a Hispânia foi dividida, de início, em duas províncias, a *Citerior* e a *Ulterior*, cujas fronteiras são ainda hoje discutidas, apesar de ser possível defini-las com certa aproximação, a partir de um texto de Estrabão¹³⁹. Esta divisão deve ter tido lugar em 197 a.C., data em que Roma nomeou dois governadores para a Península. Mas, pese embora a divisão romana, que integra na *Ulterior* toda a fachada atlântica, grande parte de Castela-a-Velha, as Astúrias, a Cantábria e as Vascongadas, nada nos permite afirmar que o território da futura província da Lusitânia estivesse sob o domínio romano. Já o vimos atrás.

A primeira alteração a esta divisão apenas ocorrerá em 27 a.C., na sequência da organização promovida por Augusto, que divide a *Ulterior* em duas: a *Provincia Hispania Ulterior Batica* e a *Provincia Hispania Ulterior Lusitania*, esta última a estender-se do Algarve às Astúrias. A primeira, sem problemas militares, é entregue ao Senado, enquanto a segunda, com territórios por conquistar no extremo Noroeste, ficará sob o controlo directo do imperador.

Terminada a guerra no Noroeste, após a derrota dos Ástures, Augusto irá reformular a divisão provincial, em data muito discutida, que Dió Cássio, talvez acertadamente, coloca em 14 a.C. Nesta segunda reorganização, Augusto parece aproveitar as fronteiras definidas anos antes por Sexto Pompeio, quando, dentro da *Ulterior*, criou dois distritos militares, um dos quais, *ab Ana Vettonum agrum Lusitaniamque*, irá constituir, nesta reforma augustal, a nova *Provincia Hispania Ulterior Lusitania*, em que o nome permanece, mas não o mesmo território, amputado da região a norte do rio Douro, com a *Gallacia* e as Astúrias a passar para a *Citerior* (Francisco Martín, 1996: 89-96).

Entretanto a Lusitânia era dividida em três *conventi iuridici*, distritos que visavam a administração da justiça e que eram periodicamente visitados pelo governador: o Sul do Tejo, na parte do actual território português, pertencia ao *conventus Pacensis*, com capital em *Pax Iulia* (Beja), colónia fundada por Júlio César; a região entre Tejo e Douro, uma vez mais na parte hoje portuguesa, pertencia ao *conventus Scallabitanus*, com sede em *Scallabis Praesidium Iulium* (Santarém), outra colónia fundada por César; a Leste, no território dos Vetões, ocupando as actuais províncias de Salamanca, Cáceres e parte de Badajoz, ficava o *conventus Emeritensis*, com a capital em *Iulia Augusta Emerita* (Mérida), colónia fundada por Augusto em 25 a.C., para assentamento dos veteranos das legiões *X Gemina* e *V Alaudæ*, que tinham combatido nas campanhas do Noroeste peninsular. O actual território português a Norte do Douro, integrado no *conventus Bracarensis*, com sede em *Bracara Augusta* (Braga), pertencia já, como vimos, a outra província.

¹³⁹ ESTRABÃO, III, 4, 19 (*apud* FRANCISCO MARTÍN, 1996: 90).

3.4. A «romanização» no litoral-norte da Lusitânia

Tendo presente a acentuada diferença entre a realidade cultural dos dois *conventi* lusitanos da orla atlântica, importa determo-nos agora na área do *conventus scallabitanus*, entre Tejo e Douro, não só porque a região que estudamos se integra nesta circunscrição, mas também porque o processo de romanização foi aqui muito menos intenso, como teremos oportunidade de mostrar.

Antes de mais, parece-nos importante aclarar o conceito de «romanização», frequentemente confundido nos seus contornos e entendido como um processo que teria atingido por igual toda a população hispânica, o que é desmentido pela análise dos factos e pelo resultado da interpretação dos achados, provenientes da prospecção arqueológica. Isto mesmo sobressai do estudo inovador que constituiu a dissertação de doutoramento de Francisco Martín (1996), que servirá de guia nas considerações e problemáticas a seguir enunciadas.

A vulgar associação do conceito de «romanização» ao de «aculturação», como resultado directo do caminho percorrido por grande parte dos investigadores destes períodos, ao privilegiarem o estudo das manifestações culturais, tem sido responsável por muitos equívocos e por uma precipitada generalização de um conjunto de fenómenos que, embora indiscutivelmente presentes nas atitudes e vivências das elites provinciais, estão longe de corresponder a idênticos comportamentos da totalidade da população. O estudo de Francisco Martín tenta ultrapassar esta visão demasiado circunscrita, privilegiando as realidades económicas e sociais e partindo de todo o tipo de fontes, «arqueológicas, epigráficas, numismáticas y literarias», sendo certo que «a las dos primeras se les presta especial atención» (Idem: 15).

É conhecido o papel da *civitas* em todo o mundo romano, nomeadamente a nível provincial, pois por ela passava toda a organização política da dominação e o controlo sobre as actividades económicas, colocadas ao serviço dos interesses do colonizador. Durante o Alto Império, a preocupação reformadora dos imperadores incidiu sobretudo na instauração do regime municipal, cuja generalização constituía a pedra basilar da unidade romana, já que se estruturava na imitação das instituições da *urbs Roma*.

O município, ou a colónia, com o seu próprio senado, as suas magistraturas electivas e o seu culto local, não era sinónimo de cidadania completa, já que, na maior parte dos casos, se enquadrava juridicamente no *ius Latii*, que reconhecia, aos respectivos «cidadãos», direitos civis – como os de recurso judicial, de propriedade e de casamento – e o direito de voto, aqui limitado ao município, pois não eram elegíveis para as magistraturas de Roma. Do grau de romanização de cada município dependia a passagem do *ius Latii* ao *ius Romanum*, inseparável do direito de cidade, com prerrogativas de natureza política, militar e civil, que passavam, inclusivamente, pela inscrição dos novos cidadãos numa das tribos da *urbs Romana*.

Durante o Alto Império, e na sequência do que já vinha acontecendo no período republicano, a municipalização irá avançar rapidamente no sul da Península, nomeadamente na área do *conventus Pacensis*, o que não acontecerá entre o Tejo e o Douro, muito menos a norte deste rio e, ainda menos, no extremo Noroeste, pelo menos até ao início do século III:

[...] gran parte da Lusitania — más o menos al Norte de una línea imaginaria coincidente con el curso del rio Tajo —, a principios del siglo III de nuestra Era, conservaba en gran medida su primitiva estrutura indígena de la que son buena muestra los aspectos económicos, la pervivencia de *unidades suprafamiliares* y, de ahí, las formas culturales que nos llegan a través de la lengua de las inscripciones, religión, etc., etc. La ausencia de núcleos urbanos con estatuto jurídico de privilegio en grandes áreas, a principios de dicho siglo III de nuestra Era, no hace más que corroborarnos en esta misma idea. (Francisco Martín, 1996: 22-23).

O pragmatismo romano tentará tornear as dificuldades que esta região lhe oferece, procurando ultrapassar as limitações impostas pela permanência das estruturas indígenas, baseadas na consanguinidade, expressas nas unidades familiares e supra-familiares, nalguns casos organizadas em confederações tribais. Nestes casos, Roma fará coincidir a *gens* com a *civitas*, como parece evidente no enquadramento jurídico-político de Lusitanos e Vetões, aos quais faz corresponder, respectivamente, o *conventus Scallabitanus* e o *conventus Emeritensis*. Mais a Norte, perante o vigor das unidades suprafamiliares, e das estruturas comunitárias com elas relacionadas, Roma não conseguirá tão pouco uma solução deste tipo¹⁴⁰. Em oposição a esta realidade, na área do Sul, integrada no *conventus Pacensis*, as *civitas* são etnicamente ecléticas, mostrando a hegemonia local da economia urbana.

Face ao que fica dito, vemos como a romanização esteve quase ausente do Norte da Lusitânia, se não considerarmos este conceito

[...] como un fenómeno puramente cultural o institucional, sino como una evolución profunda que afecta a elementos estructurales de base, evolución que, eso sí, permite los cambios culturales e institucionales. Podemos, así, entender perfectamente cómo la vida urbana estuvo prácticamente inédita en vastas zonas peninsulares hasta bien entrado el Imperio, precisamente porque no se dio una transformación profunda de las estructuras de la organización socioeconómica de los pueblos que habitaban dichas regiones. La forma peculiar de estar constituidos estos pueblos influyó de manera decisiva en su evolución en época romana y las diferencias existentes nos explican la mayor o menor resistencia que opusieron a los conquistadores (Francisco Martín, 1996: 27).

É também esta a opinião de J. Mangas¹⁴¹ que, ao estudar os municípios romanos da Península, encontra muitas zonas onde Roma obrigou os indígenas a aceitar a organi-

¹⁴⁰ SANTOS YANGUAS, J. — *Estructuras indígenas en el Noroeste Peninsular y los cambios de las mismas: s. I a.C. al II d.C.* Tesis doctoral mecanografiada, defendida en Oviedo, 1978 (*apud* FRANCISCO MARTÍN, 1996: 23, n. 9).

¹⁴¹ MANGAS, J. — Un capítulo de gastos en el municipio romano de Hispania a través de las informaciones de la epigrafía latina. *Hispania Antiqua*. vol. 1 (1971), p. 105-146; (*apud* FRANCISCO MARTÍN, 1996: 27, 398)

zação urbana, situação que os mesmos ultrapassavam, mantendo paralelamente «su propia organización tradicional com la que ellos se administran a sí mismos», sendo

significativo que sólo se encuentren inscripciones referentes a gastos en las ciudades del Centro, Norte y Noroeste que fueron centros administrativos o que tuvieron un contingente de romanos o itálicos para atender a las necesidades de las explotaciones mineras.¹⁴²

Os inúmeros e valiosos dados que acompanham a obra de Francisco Martín, que temos vindo a seguir, na sua maior parte provenientes de fontes epigráficas, abrem caminho a novas interpretações e mostram plenamente a debilidade da romanização na generalidade do território ao norte do Tejo, pelo menos até ao início do século III, fronteira que delimita aquele estudo.

Assim, dos representantes das ordens senatorial e equestre¹⁴³, que desempenharam cargos políticos na Lusitânia, poucos são os naturais da Província e, mesmo esses, são geralmente descendentes de antigos imigrantes itálicos e oriundos das cidades meridionais do *conventus Pacensis*, regressando aos seus locais de origem logo que terminam os respectivos mandatos.

No que se reporta aos cargos municipais e religiosos, estes últimos frequentemente de âmbito provincial, orbitam em torno da ordem dos decuriões, uma elite provincial cujo poder lhes vem igualmente da riqueza e que, sob o Império, acabam por integrar os senados locais, nos quais passa a residir o poder, esvaziando ou diminuindo as atribuições das antigas magistraturas republicanas. Estas elites, fortemente romanizadas, mais por interesses pessoais do que por convicção, não representam minimamente a realidade indígena, da qual paulatinamente se foram afastando. Não são pois um barómetro, pelo qual possamos aquilatar do grau de romanização da *civitas* ou da província, mas serão, seguramente,

los artifices más cualificados de la penetración de las estructuras romanas entre las indígenas, [...] los principales agentes de la romanización. Su relación con la esclavitud — como propietarios de esclavos —, con el culto imperial, con la propiedad privada, con la vida urbana, certifica este aserto. (Francisco Martín, 1996: 140).

¹⁴² J. MANGAS, ob. cit. p. 127-128.

¹⁴³ A ordem senatorial, inicialmente identificada com a aristocracia tradicional, ligava-se à *nobilitas* que se fundava na religião hereditária. Com a abertura da ordem aos plebeus ricos, continua a ocupar o *status* mais elevado da sociedade romana, mas os seus membros, necessariamente ricos, tinham de assentar essa riqueza na propriedade fundiária, estando-lhes vedadas as actividades comerciais e financeiras.

A ordem equestre aparece com as reformas do rei Sérvio Túlio, que criou doze centúrias de cavaleiros, escolhidos entre os plebeus mais ricos. Os «cavaleiros» começam por assumir-se como uma aristocracia rival do patriciado, que procura o prestígio nas actividades militares, vindo a constituir um *lobby* plutocrático, cuja riqueza assentava nas diferentes actividades económicas (mercantis, financeiras, industriais, arrematação de cobrança de impostos, etc.)

Durante o Império, os elementos destas duas ordens constituem a classe dos *honestiores* (ricos), no seio de uma sociedade de classes que começara a dar os primeiros passos ainda durante os últimos anos da monarquia.

À semelhança do que se detectou, em relação aos elementos das ordens senatorial e equestre, também, entre estas elites, é bastante diminuta a representação indígena e, atentando na respectiva antroponímia,

no podemos sino deducir que se trata, en un buen número de casos, de inmigrantes itálicos o descendientes de los mismos asentados en los núcleos urbanos más boyantes y que el elemento indígena no tuvo fácil acceso a los puestos municipales. Todo ello se agrava si tenemos en cuenta que varios de los que consideramos de origen indígena hubieron de valerse de su paso por el ejército para poder acceder a dichos cargos. (Idem: 139).

Conhecido o recrutamento de Lusitanos¹⁴⁴, principalmente no século I, para as legiões, corpos auxiliares e corpos especiais, seria interessante conhecer a globalidade dos veteranos regressados às suas terras, já que poderiam constituir um elemento de romanização. Para um período de quase dois séculos, as fontes epigráficas conhecidas fornecem-nos o nome de cerca de cinquenta veteranos, regressados à sua terra depois de licenciados, número que, desde logo, afasta qualquer ideia que pretendesse relacioná-los com mudanças estruturais na sociedade indígena. Mas algo teriam para contar, nos longos serões de Inverno, se atentarmos nos percursos das *Cohortes* formadas com recrutamento de Lusitanos: Mécia, Dácia, Dalmácia, Panónia, Judeia, Egipto, Britânia, Germânia, África... (Francisco Martín, 1996: 141-180).

Um outro factor que podia ser utilizado para avaliar o grau de romanização da Lusitânia, passaria pelo conhecimento das vias de comercialização dos produtos da Província. A questão põe algumas dificuldades para a área do *conventus Scallabitanus*, já que as poucas informações, fornecidas pelas fontes, se circunscrevem quase só ao sector mineiro, cuja produção, como afirma Estrabão¹⁴⁵, se destinava a Itália e a Roma. A arqueologia e a epigrafia parecem indiciar a existência de intermediários provenientes da Bética ou do Sul do Tejo, o que diz bem do tipo de estruturas económicas que vingavam no Norte da Lusitânia. Sintomaticamente, o único comerciante lusitano que conhecemos, M. Cassius Maximus, natural de *Aeminium*, reside no porto de *Ostia*, na foz do rio Tibre (Idem: 317).

Temos ainda outros indícios importantes, que confirmam a débil romanização do Norte da Lusitânia, entre os quais cumpre destacar a sobrevivência da onomástica pessoal indígena, não só nos aspectos lexicais, mas também estruturais, bem atestada pela epigrafia até épocas bastante tardias. Se existisse aculturação generalizada, a realidade seria bem outra, pois, se a toponímia tem tendência a manter-se, o mesmo não acontece com a antroponímia: «los nombres de las personas cambian siempre que una cultura pasa a ser dominante en un país determinado» (Idem: 253).

A área de permanência dos nomes indígenas, ao longo de todo o Alto Império, abrange a quase totalidade do *conventus Emeritensis* (território dos Vetões), com exclu-

¹⁴⁴ Este recrutamento relacionar-se-ia com os encargos tributários impostos por Roma aos diferentes *populi stipendiarii*, que, em certos casos incluía a obrigação de fornecer soldados para os distintos corpos do exército romano.

¹⁴⁵ ESTRABÃO, III, 2, 5 (*apud* FRANCISCO MARTÍN, 1996: 317)

são da zona de Mérida e do Nordeste, o mesmo acontecendo no *conventus Scallabitanus*, com excepção de um triângulo a Sul, cujos vértices se situam no cabo da Roca, nas proximidades das Portas do Ródão e num ponto sobre a costa atlântica, sensivelmente entre Aveiro e Figueira da Foz (Idem: 257, mapa)¹⁴⁶. Nesta mesma área foram descobertas as inscrições de Cabeço de Fráguas e de Lamas de Moledo, testemunhos eloquentes de como, no século II d.C., a língua lusitana ainda era utilizada (Silva: 1990a: 397).

Depreende-se, de todo este arrazoado, uma certa permissividade de Roma perante uma parte importante do território da Lusitânia a norte do Tejo, talvez porque a permanência das estruturas indígenas não prejudicava o seu principal interesse nesta região, fixado essencialmente na exploração mineira e, de certa forma, no recrutamento militar. A somar a estes factores, poderíamos ainda considerar a excentricidade, face ao Mediterrâneo, de toda esta zona, cujas riquezas, para além do minério, não justificavam outro tipo de afirmação colonizadora que, quando aqui explora a agricultura, também não rejeita a proximidade e contemporaneidade da propriedade comunal indígena que, desta forma, convive com a propriedade privada do invasor. Mas também encontramos indígenas adaptando-se e enriquecendo através da acumulação dos meios de produção, cujo exemplo mais paradigmático, porque bem conhecido, será o de Astolpas, o sogro de Viriato.

Quanto à área do actual concelho de Aveiro, pouco conhecemos da presença romana, para além dos vestígios encontrados em Cacia, junto à igreja de S. Julião, de que temos algumas memórias descritivas e alguns achados, mas também a destruição de todas as informações que o local poderia hoje fornecer, se não o transformassem em saibreira que tudo arrasou (Souto, 1930; Sarabando, 1976). Cacia, porventura com outro crisma, poderia ter sido o porto que servia Talábriga e por ali terá passado, em direcção ao sul, o chumbo do Braçal e talvez o estanho das minas da zona de S. Pedro do Sul.

Ultimamente descobriu-se no lugar de Ribeirinha, nas proximidades da vila de Eixo, os restos de um forno romano de cerâmica, já muito danificado, devido em parte às actividades de exploração de brita, nos terrenos envolventes. O sítio está hoje bastante degradado, considerando o abandono a que foi votado após a única escavação ali efectuada, em 1986, sem qualquer continuidade (Silva, 1997a).

O romance tardará a impor-se em toda a *finisterra* a Norte do Tejo, bem como nos lugares recônditos da Península, onde avançará ao ritmo da difusão da nova religião. Com efeito, os maiores avanços da latinização nada devem à acção de Roma, pois acontecerão quando a decadência do Império era já imparável, explicando-se antes pela expansão do Cristianismo e respectiva liturgia, transportadora do latim que, palavra a palavra, irá invadindo os falares pré-românicos de uma população aloglota, residente fora dos centros urbanos, que, livre de espartilhos lógico-gramaticais,

¹⁴⁶ Para este tema veja-se, sobretudo, PALOMAR LAPESA, 1957.

porque desconhecadora da língua escrita, a irá afeiçoando e simplificando, ao sabor de cada substrato.

Aqui reside parte da especificidade do romance peninsular, já que a outra parte tem se ser encontrada no latim falado nos centros urbanos, mesmo quando apoiado na alfabetização, já que a Hispânia, para além do seu descentramento face a Roma, foi uma das suas primeiras províncias e, de todas elas, talvez a maior acolhedora das migrações transalpinas e dos correspondentes falares, considerando que a uniformização linguística da Itália estava longe de ter sido alcançada, o que ainda hoje é visível na multiplicidade dos seus dialectos.

Todos estes factores, interagindo mutuamente, terão vestido o romance da Ibéria com trajos conservadores, mas também com muitas inovações, que mais não fazem que acentuar o carácter independente das suas populações:

A princípio Roma exerce um domínio absoluto; o latim provincial aspira docilmente à disciplina do *sermo urbanus* da capital. Mas quando as legiões recrutadas na Hispânia, na Récia, na Germânia são chamadas indistintamente para proteger as fronteiras da Itália, quando os Columelas, os Marciais, os Lucanos, os Quintilianos, os Orósios – nascidos na Hispânia – são considerados como grandes poetas, rétores e historiadores das letras romanas, facilmente se compreende que o latim provincial já não reconheça a língua de Roma como padrão inflexível. (Silva Neto, 1992: 119).

O resto tentaremos procurá-lo na toponímia, e talvez as loquelas e vozes locais mostrassem aos linguistas a complexidade do substrato, que os apontamento do capítulo anterior deixam adivinhar, tanto mais que, como acabamos de ver, o chamado fenómeno da romanização não foi, por estas bandas, suficientemente forte para apagar os vestígios das falas do passado.

PRIMEIRA PARTE: O QUADRO GEO-HISTÓRICO

4. O espaço e os homens: o superstrato linguístico

4. O espaço e os homens: o superstrato linguístico

QUANDO os primeiros indícios da decadência romana abrem as portas do Baixo Império, já há muito que a Lusitânia vinha sofrendo problemas económicos, visíveis principalmente no Sul, já que as estruturas indígenas do Centro e Norte, apesar de acusarem alguma regressão, continuavam dominantes. Os problemas, já detectados no início do século II, ligam-se à decadência do modo de produção escravagista, e mostram-se tanto no sector da mineração como na agro-pecuária das grandes *villae*.

Nas minas vai crescendo a mão-de-obra assalariada, como se demonstra pela *Lex Metallum Vipascense*¹⁴⁷ e, nos latifúndios, a baixa rendibilidade dos escravos leva os grandes proprietários a optar pela manumissão, porque os libertos produzem mais e não deixam de continuar, jurídica e economicamente, dependentes dos seus patronos (Francisco Martín, 1996: 374-375). O recuo do escravagismo levará à auto-suficiência das *villae*, que se fecham sobre si mesmas, cortando os elos que antes as uniam às cidades, cujo dinamismo irá recuando, face ao lento desaparecimento da pequena indústria e do pequeno e médio comércio, agora sem clientes.

No Baixo Império as dificuldades irão agravar-se, na directa proporção do caos político e social que, de lés a lés, sacudirá todo o espaço romano. Na Hispânia, quando se abria o último quartel do século II, a Bética e a Lusitânia sofrerão algumas investidas de *Mauri*, provindos do Norte de África, que abalam a sensação de segurança dentro desta parcela do Império, tanto mais que, na Lusitânia, estas arremetidas terão mesmo atingido as regiões do Norte.

O Império começara a recuar desde os finais do século II, primeiro na Britânia, com o abandono da muralha de Adriano, depois, no século seguinte, com a pressão germânica nas fronteiras e a transposição do Reno, cerca de 260, por Francos e Alamanos, que atravessam toda a Gália e penetram na Hispânia, donde alguns passam a África, saqueando e destruindo o que encontravam pelo caminho. Por sua vez, os problemas de origem externa eram agravados pelos levantamentos populares, pela guerra civil e pelas acções de bandos de salteadores – os *bagaudae* –, que atormentaram as Províncias, nomeadamente a Hispânia, desde o século III ao século IV.

Enquanto isso as instituições romanas deixavam de funcionar e sucediam-se os assassinatos de imperadores, quando não surgiam, um pouco por toda a parte, do Oriente a África, passando pela Gália, imperadores usurpadores, muitos deles a manterem o poder por anos áfios, constituindo, nalguns casos, autênticas dinastias, como os Gordianos em África ou a família de Odenato no denominado Império de Palmi-

¹⁴⁷ As chamadas «Leis de Vipasca» correspondem à legislação referente à exploração das minas do povoado romano de *Vipasca*, nas proximidades de Aljustrel, constantes de duas tábuas de bronze ali encontradas, uma em 1876 e outra em 1906 (ALARCÃO, 1983: 134-139)

ra. Estes usurpadores multiplicaram-se por todo o espaço romano, dando lugar a dezenas de pequenos «impérios» que lograram a independência durante alguns anos, como aconteceu, em meados do século III, na Hispânia, na Gália, na Britânia, na Panónia ou na Grécia.

Perante esta situação política, e considerando o quadro que, no capítulo anterior, traçámos para a Lusitânia, não custa perceber como o caminho se abriu à reanimação das estruturas indígenas da Península, mesmo nas zonas mais romanizadas, como resposta à ausência do poder imperial, afogado que estava na decadência das cidades, a morada que tinha escolhido para exercer o seu domínio, agora abandonadas pelas elites que o serviam, que, pressurosas, procuravam o refúgio das suas *villa*, para escapar à insegurança que campeava.

Roma ainda estrebuchará, procurando salvar o que já não tinha conserto. Referimo-nos às reformas de Diocleciano e Constantino, que passam pela divisão do Império, pela organização corporativa de toda a vida económica, vinculando os cidadãos, perpétua e hereditariamente, às suas profissões, e obrigando os curiais a permanecer nas suas cidades. Tudo isto acabará por ser feito através de uma vigorosa centralização do Estado, fortemente militarizado e sustentado por uma nova burocracia, constituindo uma pesada máquina, cujos custos eram compensados por uma apertada fiscalidade. Apesar de tudo Roma não vai conseguir evitar a derrocada, acabando por tombar perante a pressão e a força dos Germanos.

O início das movimentações dos Germanos recua aos finais do primeiro milénio a.C., quando começaram a estender-se pela Prússia e pelos territórios polacos adjacentes. Será no século III a.C. que os Germanos começam a dividir-se em diferentes grupos, daí resultando novos etnónimos, expressão das novas realidades étnicas, correspondentes às fusões e associações de tribos e povos diferentes. A expansão germânica irá pressionar os Celtas que, nalguns casos, são empurrados para Sul e Oeste, enquanto, noutras situações, se verifica a miscigenação entre os dois povos.

No século I a.C. os Germanos ocupavam ainda o Sul da Escandinávia, a península da Jutlândia e o território a Norte da Europa, entre os rios Weser e Vístula, do Mar do Norte ao Báltico. Entre estes povos contavam-se os Godos e os Suevos que, por essa altura, demoravam, respectivamente, na desembocadura do Vístula e na bacia do Elba e são eles que sobretudo nos interessam, na medida em que terão contribuído para o superstrato hispânico, na sequência do seu assentamento na Península, onde, entre os séculos V-VIII deram origem a dois Estados – os reinos Suevo (até 585) e Visigodo (até 711).

4.1. Os Suevos na Germânia

Os Suevos constituíam uma confederação de várias tribos nómadas, integrada, entre outros, pelos Quados, Marcomanos, Varnas e Lombardos que, ainda no século I, ocupavam as regiões dos rios Havel e Spree, aproximando-se, a Norte, da desembocadura do Elba. Estenderam-se depois desde o Báltico até ao Danúbio, ocupando a Saxónia e a Turíngia.

César, em 58 a.C., empreende uma campanha contra a Confederação Sueva, chefiada então pelo rei Ariovisto, que ocupava a região do Meno desde o século II a.C., donde expulsara os Helvécios para o Reno superior. Ariovisto tinha transposto o Reno à frente de um grande exército, vencendo os gauleses e ocupando a terça parte do território dos Sequanos¹⁴⁸, enquanto cem *pagi* suevos, comandados pelos irmãos Nasua e Cimberio, chegavam à outra margem do rio, preparados igualmente para o franquear¹⁴⁹. Mas as legiões do estratega romano acabaram por derrotar o exército germano, no qual se integravam *Harudes, Marcomani, Triboci, Vangiones, Nemetes, Sedusii* e *Suebi*, que foram destroçados ou passaram além do Reno, tendo Ariovisto morrido na fuga¹⁵⁰.

Em 12 a.C. os Suevos serão novamente vencidos pelos Romanos, agora nas campanhas conduzidas por Cláudio Nero Druso. Cerca de trinta anos depois, por volta do ano 20, Marcomanos e Quados estabelecem-se na Boémia e na Morávia, na qualidade de «clientes» de Roma, território igualmente ocupado pelos Lombardos, os *Suevi Langobardi* de Ptolomeu (L.2, 10) que se estendem do Elba até ao Baixo Danúbio.

Outros povos Suevos, de que Ptolomeu nos fornece os inúmeros etnónimos (Ibidem), ocuparam a Suábia, região do Sudoeste da Alemanha entre o Reno e o Danúbio, que, a partir do século III, compartilharam com os Alamanos, outro grupo de tribos germânicas.

Os Suevos e Longobardos, como outros germanos estabelecidos na Europa danubiana, serão aqui evangelizados depois do Concílio de Niceia (325), recebendo o Cristianismo através da heresia Ariana, transportada pelos bispos seus partidários, exilados para estas paragens pelo imperador Constantino, por se terem recusado a subscrever a fórmula conciliar da consubstanciação.

¹⁴⁸ CÉSAR – *De Bello Gallico*, L. 1, 31, 4 a 10.

¹⁴⁹ Idem, L. 1, 37, 3.

¹⁵⁰ Idem, L. 1, 51 a 53.

4.2. Os Visigodos: da Germânia à Gália

Oriundos do Sul da Suécia e da Ilha de Gotland, os Godos ocupavam, já no século II a.C., as margens do Baixo Vístula, aí recebendo os Rúgios e Vândalos, também germânicos, a que mais tarde se juntaram os Hérulos e os Esciros. Ptolomeu ainda aqui os situa, numa alusão muito insegura, em que os denomina *Gutæ* ou *Gautæ* (Ibidem), mas tudo aponta para que, antes do ano 150, tenham iniciado uma deslocação para Sudeste.

Cerca do ano 230 encontram-se estabelecidos no Noroeste do Mar Negro, ocupando ambas as margens do Deniepre, onde acabam por se dividir em dois grandes grupos, os Ostrogodos e os Visigodos, e noutros agrupamentos de menor dimensão, como o dos Gépidos, sem que, por isso, tenham perdido o sentido da identidade étnica. Enquanto os Ostrogodos constroem um verdadeiro império (séculos III-IV), que, centrado no Baixo Deniepre, se estende para Leste até ao Don, confinando a Nordeste com os Fineses e a Noroeste com o Vístula e os Eslavos, os Visigodos avançam para Ocidente (entre 238 e 244), ocupando a Dácia Romana que, em 271, lhes é abandonada pelo imperador Aureliano.

Os Visigodos, juntamente com algumas tribos de Vândalos, permaneceram durante cerca de um século nesta região do Norte do Danúbio, recebendo mais tarde o estatuto de federados, que lhes foi outorgado em 322 pelo imperador Constantino, interessado em estabelecer na zona um tampão defensivo do *limes* romano. Será aqui que o bispo Ulfila, descendente de cristãos da Capadócia aprisionados pelos Visigodos e partidário da heresia Ariana, já condenada no Concílio de Niceia de 325, os irá evangelizar, ao mesmo tempo que concebia um alfabeto para o Gótico, para cuja língua traduziu o Novo Testamento e outros textos litúrgicos.

Pressionados pelas recém-chegadas hordas de Hunos, que já tinham destruído o império Ostrogodo, conseguem permissão para passarem à margem direita do Danúbio. Em 376 penetraram no Império, onde se revoltam perante a avidez e exploração dos comerciantes romanos, que os condenam à fome, entrando em conflito com o imperador Valente, que morreu em 378, quando os combatia. Seguiu-se um largo período de errância, em que, durante vinte e cinco anos, percorreram e saquearam a Península Balcânica. Em 401, num quadro de guerra aberta entre os Impérios do Oriente e Ocidente, avançaram para a Itália, ao serviço do imperador Arcádio de Constantinopla, onde, ao longo de onze anos, praticam o saque e a destruição, a que nem Roma escapou, fornecendo um valiosíssimo espólio e importantes reféns, entre os quais a irmã do imperador Honório de Ravena.

A campanha de Itália tinha sido conduzida pelo rei Alarico, que morrerá em 410 no Sul da Península, quando se preparava para passar com o seu povo para o Norte de África. Sucedeu-lhe o ostrogodo Ataulfo que acabou por conduzir os Visigodos para a Gália do Sul, onde fundará um reino que incluía a Aquitânia e as cida-

des de Toulouse, Bordéus e Narbona. Vália, rei dos Visigodos depois do assassinato de Ataulfo, irá legalizar o novo reino perante o Império, negociando um *foedus* e a delimitação das respectivas fronteiras.

4.3. Suevos e Visigodos na Hispânia

A fixação dos Hunos, cerca de 405, na bacia do Danúbio, irá precipitar a desagregação do Império do Ocidente, pelas repercussões que acabou por ter nos povos germânicos acantonados além do Reno. Pressionados a Sul pelos Hunos, Suevos, Vândalos Asdingos, Vândalos Silingos e Alanos, estes de origem ariana, atravessam o Reno em Mogúncia e entram na Gália, apesar dos obstáculos levantados pelos Francos. Era o último dia do ano de 406.

Dirigindo-se para Norte, percorrem a Bélgica e a Gália ocidental, destruindo e saqueando as cidades que ponteavam os caminhos romanos, descem depois para Bordéus em direcção à Narbonense, onde acabam por estacionar durante algum tempo, continuando as acções de devastação. Acabarão, mais tarde, por transpor os Pirinéus, mas a Gália do Sul terá pouco tempo para se refazer, já que, como acabámos de ver, sofrerá nova investida germânica, desta vez protagonizada pelos Visigodos.

A desorganização das defesas romanas, pressionadas por novas frentes de vagas invasoras, não conseguiu evitar a entrada destes povos na Hispânia, onde penetraram em Setembro de 409, percorrendo-a e destruindo-a durante dois anos, enquanto as elites eclesiásticas e civis, que serviam a Igreja e o Império, demandavam as terras norte-africanas. Abandonada à sua sorte, a Península viveu dias agrestes, até que a peste e a fome, cansadas de consumir os Hispano-romanos, acabaram por também marcar encontro com os invasores. Foi tempo de parar, já que, consumido o saque, restava o trabalho de produção, capaz de alimentar as bocas famintas.

O Império, incapaz de qualquer acção ofensiva, acabará por aceitar os intrusos, admitindo-os como federados e distribuindo-lhes terras, escravos e senhas de abastecimento, como se pertencessem ao exército regular romano. E assim, entre 411 e 412, os Suevos e os Vândalos Asdingos fixaram-se no Noroeste, os primeiros entre Douro e Minho e os segundos na Galécia, os Vândalos Silingos na Bética, que deles receberá o crisma andaluz, enquanto os Alanos ocupavam vários lugares da Lusitânia e da Cartaginense. Além-Pirinéus a Gália do Sul recebia os novos senhores visigodos, sob o comando de Ataúlfo, que acrescentaram uma nova peça ao complicado xadrez da intriga política romana que, nessa época, contava com cinco imperadores, dois legítimos e três usurpadores: dos primeiros, um era neto e o outro filho de Teodósio I – Teodósio II (408-450) em Constantinopla e Honório (395-423) em Milão, donde passou a Ravena –, Constantino III (407-411) em Arles, ocupando o Norte e o Leste da Gália, sucedendo-lhe Jovino (411-413) em Mogúncia, Prisco Atalo (410-413) em Roma, elevado pelos visigodos à púrpura imperial e por eles demitido, e Máximo (410?-411) em Tarragona, com o apoio dos Vândalos da Bética (Livermore, 1976: 53-62).

No reinado de Vália (415-418), os Visigodos entraram na Península, ao serviço de Roma, para combater os Alanos e os Vândalos Silingos que se tinham deslocado para o Sul da Bética, abandonando os assentamentos que o Império lhes distribuía.

Os Alanos e os Silingos, vencidos e dizimados e sem os respectivos reis, o primeiro morto em combate e o segundo aprisionado, dirigiram-se para a Galécia, onde se juntaram aos Asdingos, enquanto os vencedores regressavam ao Sul da Gália, assinando com Roma o pacto que lhes definia as fronteiras, confinando-os a um território que os afastava de Tarragona e Barcelona, os portos do Nordeste hispânico que tinham ocupado sob o comando de Ataulfo.

Em 419, o desentendimento entre Suevos e Vândalos expulsava estes últimos da Galécia, obrigando-os a deslocar-se para a Bética, sob o comando do seu rei Gunderico e a supervisão da autoridade romana, representada pelo conde Asterius e pelo subvicário Maurocellus. Instalados na Bética, os Vândalos abrem as hostilidades com Roma, nomeiam imperador o antigo usurpador Máximo, e conseguem infligir uma tremenda derrota ao exército imperial que pretendeu combatê-los, apoderando-se da sua força naval, com a qual semearam a devastação nas ilhas do Mediterrâneo e nos portos do Sul e do Sudeste da Hispânia, onde chegaram a conquistar Sevilha e Cartagena.

Após a morte de Gunderico em 428, sucedeu-lhe Genserico que, no ano seguinte, levou o seu povo para África, apoderando-se de vastos territórios, de que resultou a redução da presença romana, limitada à Mauritânia e Tripolitânia. No entanto, considerando a primitiva dispersão dos Alanos e Vândalos pela Galécia, Lusitânia e Cartaginense, muitos terão ficado na Península, por certo integrados no reino Suevo.

Apesar da existência de um rei, eleito entre os chefes dos diferentes bandos, os Suevos não passavam de um aglomerado de povos e tribos, em que se destacavam os Quados e Marcomanos. Todas as grandes decisões eram tomadas em conselho de chefes que, para o efeito, reunia na residência real, de início instalada em Dume, nas proximidades de Braga.

Depois de 438, quando os Suevos passam a ser comandados pelo rei Réquila, iniciaram-se as suas incursões para Sul, até à Bética, e, durante algum tempo, a sua corte esteve instalada em Mérida. Quando Réquila morreu, em 448, os Suevos dominavam toda a Espanha Ulterior, beneficiando da ausência de guarnições militares romanas na maior parte do território meridional da Península, por não terem sido substituídas as tropas dizimadas anos antes pelos Vândalos. Requiário, filho e sucessor de Réquila, será o primeiro rei germano a converter-se ao cristianismo católico, mas esta conversão não foi acompanhada pelo seu povo, nem tão pouco pela maioria dos quadros político-militares.

Os acontecimentos que conduziram os Visigodos à conquista da Hispânia poderão datar-se de 454, ano em que Frederico, irmão do rei Teodorico II, marchou sobre a Tarraconense, para pôr fim a uma nova ameaça de *bagaudæ*. Durante esta campanha é assassinado o imperador do Ocidente, Valentiniano III, seguindo-se a

eleição de Avito, em Toulouse e Arles, no reino Visigodo do Sul da Gália, que, desta forma, mostrava não aceitar a sucessão engendrada em Itália.

A confusão italiana foi aproveitada pelos Suevos, que invadiram a Tarraconense, e pelos Vândalos que, desde o Norte de África, avançaram para a conquista das Baleares. Em resposta, os Visigodos, sob o comando de Teodorico II, atravessaram novamente os Pirinéus, desta feita para combater os Suevos, expulsando-os da Tarraconense e perseguindo-os até Braga e *Portucale*, onde Requiário foi aprisionado e, mais tarde, morto (456). O rei visigodo nomeou então um governante para o reino Suevo e, até regressar à Gália, em 457, percorreu a Lusitânia, permanecendo em Mérida durante o Inverno.

Entretanto, em Itália, Avito acabará deposto e transformado em bispo de Placência (456), ao mesmo tempo que Ricimero, filho de um suevo e de uma filha de Vália, derrotava os Vândalos e tomava as verdadeiras rédeas do poder, segurando-as firmemente ao longo de dezasseis anos, período em que os imperadores, feitos e desfeitos pelo ambicioso suevo, elevado ao patriciado pelo imperador Leão do Oriente, não passavam de marionetas, que saracoteavam ao som da música dos desígnios políticos deste general.

Na Hispânia, os Visigodos continuavam com as suas campanhas, começando por atacar a Bética, donde expulsaram os Suevos e para onde reconduziram o bispo ariano de Sevilha, até então refugiado na Gália, enquanto os Suevos matavam o rei imposto pelos godos, mas sem conseguirem a unidade anterior, já que o reino acabou dividido.

A instabilidade e a destruição instalaram-se no Noroeste, com graves consequências para as populações, apanhadas no cruzamento de vários fogos. Os Suevos dividiram-se em duas facções que se digladiavam e os enfraqueciam, uma dirigida pelo rei Maldras (456-460), ocupando a Lusitânia, e outra pelo rei Frantano (457-458) na Galécia, cisão que continuará nos seus sucessores Frumário (460-464) e Requimundo (458-464). Por outro lado, Visigodos e Vândalos, agora unidos contra a política de Roma, aliam-se também no combate aos Suevos, contra os quais dirigem várias campanhas.

Com o desaparecimento dos últimos dois rivais, Remismundo¹⁵¹, o novo rei Suevo, logrará unificar o reino, mas conseguiu-o à custa da sujeição ao rei godo e da aceitação da evangelização ariana, que converterá o rei e grande parte do seu povo, agravando as relações com a população hispano-romana.

Na Gália do Sul, quando Eurico sucede a Teodorico II, sem se preocupar em renovar o *foedus* com o Império, já o reino Visigodo tinha estendido as suas fronteiras

¹⁵¹ A interpretação da fonte idaciana torna difícil uma conclusão definitiva sobre a existência deste rei, como personagem distinta do anterior Requimundo. Considerando que Idácio não faz qualquer alusão à morte de Requimundo, que desaparece subitamente dos seus escritos, é muito provável que Remismundo seja a mesma pessoa. Se esta última hipótese for a verdadeira, Requimundo, após a morte de Frumário, teria conseguido unir as duas facções e tornar-se o único soberano, com o apoio e aliança de Teodorico II dos Visigodos e o regresso à fé ariana. O seu reinado estender-se-ia, assim, de 458 a 469, governando como único rei entre 464 e 469. (LIVERMORE, 1976: 93, n. 5).

até à costa mediterrânea, interrompendo desta forma a ligação directa entre a Itália e a Hispânia, e dominava uma parte importante da Península, que incluía o Sul da Lusitânia, a Bética, a Cartaginense e a Tarraconense.

A tensão entre Roma e os Visigodos, e o desinteresse destes últimos, a partir de certa altura, pelas questões do Império, concentrados que estavam na consolidação e independência do reino de Toulouse, levou os Suevos a romperem a aliança a que tinham sido forçados, recomeçando as suas investidas para Sul, saqueando e destruindo Conimbriga em 467 e avançando até Lisboa, que lhes abriu as portas.

O conhecimento que temos dos Suevos, para o período que medeia entre a conquista de Lisboa, e talvez também de Mérida, e a segunda metade do século VI, é um mundo de sombras. Sabemos que os Visigodos responderam às acções militares suevas e ao seu avanço para Sul, invadindo o reino do Noroeste Peninsular em 469, mas o cronista Idácio cala-se e, para o século seguinte, nada mais se diz.

O regresso das fontes dar-nos-á conta dos últimos anos da independência Sueva, antes da anexação definitiva pelo reino Visigodo de Toledo. São estas fontes que nos informam do regresso à fé católica, durante o reinado de Teodomiro (559-570), talvez facilitado pela comunidade bretã católica do Norte da Galécia, cujo assentamento ainda não se conseguiu datar com segurança, tantas são as hipóteses. Nem Orósio (c.385-d.423), historiador e teólogo bracarense, nem Idácio (c.390-c.470), cronista, bispo de Chaves e hispano-romano natural da Galécia, nos falam da sua chegada, o que afasta os períodos em que escreveram. Poderá ter acontecido uma emigração continuada, porventura iniciada no tempo do usurpador Máximo (383-388), já que

los soldados de Máximo en el continente eran bretones armoricanos, que ya no volvieron a su propio país. Lo más lógico es pensar que los hombres de Máximo recibieron tierras y adquirieron la condición de *lati*, después de su derrota em Aquileia en 388. [...] Pero si bien el antiemperador Máximo ocupó las Galias, partiendo de Britania, también tomó posesión de Hispania, y el reajuste de fronteras que experimentó la Gallæcia en estos momentos sugiere que pudo haber acantonado sus tropas en el Noroeste. (Livermore, 1976: 96-97).

Aquando da queda do Império do Ocidente, a velha Gália romana albergava três grandes povos germanos. No vale do Ródano estanciavam os Borgúndios que, no espaço de uma geração, acabarão absorvidos pelos Francos, depois de terem reconhecido a autoridade do Imperador do Oriente e de trocarem a heresia ariana pelo cristianismo católico. No Noroeste assentavam-se os Francos que, com redobrado vigor a partir de 481, quando Clóvis I chega ao poder, procuram expandir-se e afirmar o seu próprio Estado, tarefa dificultada por uma ideia que confunde o reino com a propriedade reguengueira, levando a sucessivas fragmentações e lutas fratricidas, na sequência das divisões da herança.

Em território e organização a hegemonia pertencia aos Visigodos, com independência assumida desde 475, sob o reinado de Eurico. Na Gália ocupavam o Sul e Oeste, do Mediterrâneo ao Atlântico e dos Pirinéus ao Ródano, mas as suas frontei-

ras estendiam-se para a Hispânia, que dominavam na sua quase totalidade, com excepção do reino Suevo, a Noroeste, e das montanhas bascas a Norte de Pamplona. Sobrava-lhes o resto, que era quase tudo: uma grossa fatia da Lusitânia, a Tarracoenense, a Cartaginense e a Bética, donde passaram ao Norte de África para conquistarem Ceuta, controlando, desta forma, a passagem que separava o Atlântico do Mediterrâneo.

Os Visigodos, estabelecidos na Aquitânia desde 419 e com uma larga permanência dentro das fronteiras do Império, que recuava ao último quartel do século IV, eram os Germanos mais "romanizados" e mais adaptados às instituições de Roma, não só pela sua velha condição de "federados", mas essencialmente devido ao papel activo que, a partir da derrota dos Hunos, nos Campos Cataláunicos (451), passaram a ter nos desenvolvimentos políticos e na intriga que minou os últimos anos do Império de Ravena.

Não foi por acaso que aspámos a adjectivação de romanização, já que, entre os Visigodos, era sobretudo uma adaptação em torno da compreensão e aceitação do outro, e não uma posição de subalternidade perante as diferentes expressões da cultura romana, fossem elas a língua, a religião ou o direito que, recusadas até ao final da sua permanência na Gália, e mesmo durante os primeiros tempos da sua passagem definitiva para a Hispânia, evitaram, durante alguns séculos, a perda da sua idiossincrasia e a miscigenação com as populações romanizadas.

A verdadeira organização do Estado Visigodo inicia-se com o rei Eurico (466-484), responsável pela publicação do *Codex Euricianus*, uma colectânea de leis dirigidas apenas aos Germanos, mas cuja elaboração coube a juristas romanos que, cada vez em maior número, integravam a assessoria da Corte, constituindo uma burocracia escolhida de acordo com as respectivas competências. É que, perante o vazio que soprava da Península Transalpina, à deriva sob o comando de Odoacro, e conquistada, alguns anos depois (487), pelos Ostrogodos de Teodorico, assumido rei da Itália desde 493, nada mais restava às elites político-administrativas das antigas províncias que procurar serviço e privilégios nos novos reinos e nas suas Cortes, ávidas por imitar o que sempre tinham admirado, quando não invejado, desde a liturgia do poder, ao luxo e sumptuária que acompanhava a sua prática.

Nos finais do século V os Visigodos começam a estabelecer-se na Hispânia, calculando-se o seu número entre cem mil e cento e cinquenta mil, para uma população hispano-romana que deveria variar algures entre os sete e os doze milhões. Este assentamento não decorreu de forma pacífica, pois deparou com a oposição das elites urbanas das províncias, destacando-se, nesta resistência, a Bética e a Lusitânia, de certa forma responsáveis pela sua instalação sobretudo no centro da Península.

Alarico (484-507) continuou a acção reformadora do rei Eurico, seu predecessor, alargando os seus interesses às populações dominadas, como decorre da publicação do *Breviarium Alaricianum*, um código de leis destinado aos súbditos romanos. Contudo, o seu reinado de paz e de tolerância religiosa foi quebrado pelas investidas dos Francos que, chefiados por Clóvis I, entretanto convertido ao catolicismo e

apoiado pela Igreja, venceram os Visigodos e os seus aliados Ostrogodos, conquistando Bordéus e Toulouse. Estes acontecimentos, cujo clímax correspondeu à batalha de Vouillé, em que Alarico e grande parte do seu exército perderam a vida, reduziu as possessões transpirenaicas dos Visigodos a uma parte da Narbonense.

A partir de 510, com a subida ao trono do pequeno Amalarico, filho de Alarico e neto do rei Teodorico da Itália, o reino Visigodo estará, durante um largo período, sob a influência ostrogoda. Até 526, dada a menoridade do rei, o governo é exercido por Teodorico, na qualidade de regente, que, poucos anos antes de morrer nomeou um funcionário romano e outro ostrogodo para assegurarem o governo da Hispânia. Amalarico só tomou as rédeas do poder depois da morte do avô, avançando de imediato com um conjunto de medidas, com vista a resolver as relações com os Ostrogodos, os problemas decorrentes da nacionalidade dos ostrogodos e visigodos que tinham contraído matrimónio, bem como a definição da fronteira gaulesa entre os dois reinos, que se fixou no braço ocidental do delta do Ródano. Depois da morte de Amalarico, assassinado em 531, em Barcelona, para onde fugira na sequência de uma derrota sofrida em Narbona, frente aos Francos, muitas famílias visigodas da Septimânia abandonaram a Gália e entraram na Península. O reino Visigodo irá então conhecer mais dois reis ostrogodos, até à subida ao trono de Áquila (549-555)

Será durante a governação deste último rei, em plena guerra civil, que os Bizantinos desembarcam em Espanha (552), chamados por uma das facções, conquistando uma faixa no litoral Sudeste, que foi sendo reduzida por várias acções godas, mas donde só foram definitivamente expulsos no reinado de Suintila (624).

Preocupámo-nos em estender um pouco as movimentações destes povos, fora e dentro da Hispânia, porque os seus percursos podem, por vezes, significar uma opção correcta entre diferentes hipóteses credíveis para a interpretação de um topónimo.

Pela mesma razão, também nos interessam as datações referidas à conversão dos seus reis, pelo impacto que podem ter junto dos súbditos, já que, enquanto arianos, e com um direito privativo, era impossível a sua diluição na população hispano-romana, o que necessariamente aconteceria a partir dos casamentos mistos, considerando a grande desproporção entre uns e outros.

A conversão de Recáredo em 587 e o III Concílio de Toledo, em 589, marcam o início da conversão geral dos visigodos ao catolicismo, mas não significam a fusão entre as duas sociedades. Os casamentos mistos continuam tão raros como antes, já que ambas as comunidades são regulamentadas por ordenamentos jurídicos específicos. Se algo acontece de diferente, em relação ao passado, prende-se com a tolerância religiosa, já que a atitude do rei e da hierarquia católica destoa, pela negativa, dos comportamentos do período dominado pelo Arianismo.

Houve ainda outros factores que contribuíram para uma influência muito limitada dos Visigodos na Península, entre os quais convém destacar a instabilidade permanente, manifestada nas lutas civis entre candidatos ao trono ou entre eleitos e

usurpadores, mas também nas revoltas e rebeliões em diferentes pontos da Hispânia, tanto a Sul, onde se destaca a prolongada cisão de Córdova, como a Norte, onde o reino Visigodo nunca conseguiu impor o seu domínio, nomeadamente entre os Bascos que, alcandorados nas suas montanhas, lograram manter a independência e o seu paganismo, controlando os territórios de Navarra, Alava, Biscaia e Guipúscoa (Llivermore, 1976: 180).

Por outro lado, a capital do reino Visigodo só se deslocou para Toledo quando se aproximava o termo da primeira metade do século VI, ocupando uma posição central no quadro geográfico da Península, mas sobretudo na área do assentamento godo que, em geral, esteve circunscrito a

la actual provincia de Segovia y las provincias circundantes, Madrid, Toledo, Palencia, Burgos, Soria y Guadalajara. (Thompson, 1990: 155)

Este facto, aliado às permanentes revoltas em vários pontos da Hispânia, patentes nas campanhas militares de diferentes reis, quase sempre dirigidas para a Narbonense ou para o Levante e Su-sueste ibérico, deixaram grande parte da Península entregue às magistraturas civis, exercidas por hispano-romanos.

A nosso ver, a sucessão de crises políticas, sociais e financeiras, que sacudiram o reino Visigodo durante quase toda a sua existência, o descentramento da sua capital em relação à *finisterra* atlântica, como também os interesses históricos do reino, sempre ligados à Septimânia e aos portos do Nordeste, deixaram o caminho aberto à influência do Estado Suevo no Noroeste hispânico, mesmo após a sua anexação em 585, já depois da sua reconversão ao catolicismo, no reinado de Teodomiro (559-570).

Doravante, a presença de Toledo na faixa ocidental far-se-á sobretudo através das magistraturas civis e dos bispos visigodos, cujo número, na Galécia e na Lusitânia, é manifestamente exagerado, se quiséssemos estabelecer uma relação entre a origem étnica dessa hierarquia religiosa e o peso das populações hispano-romanas e germânicas assentes na mesma área. Mas esta realidade é anterior à anexação do reino Suevo por Toledo, pois já antes,

el porcentaje de suevos que firmaba en el II Concilio de Braga de 572 era muy alto. De los doce obispos que estuvieron presentes en el sínodo, un número no inferior a cinco tenían nombre germánico, y uno (Mailoc, proveniente del asentamiento bretón), era celta. Esta costumbre local continuó existiendo en Galicia durante el siglo VII, y en el III Concilio de Braga de 675, la mitad de los obispos fueron germanos. Pero Lusitania constituye una sorpresa aún mayor. Ciertamente, si omitimos de nuestras cifras la sede metropolitana de Mérida [...] y el remoto obispado de Ossonoba, el porcentaje de obispos godos llega casi al cincuenta por ciento. (Thompson, 1990: 329-330)

Os Visigodos nunca conseguiram centralizar a administração, dividida entre godos e hispânicos, criando, desta forma, as condições para a corrupção e o abuso de exações, elementos que concorreram para que a generalidade da população os olhasse como estrangeiros opressores. Nas cidades a administração continuava idên-

tica à do último período imperial, mas as injustiças faziam-se sentir muito mais nos campos, onde os pobres e as glebas soçobravam perante os abusos e os encargos exercidos ou exigidos pelos grandes senhores terratenentes e pela fiscalidade visigoda, esta acrescida das alcavalas com que as magistraturas locais se locupletavam.

No século VII, apesar da legislação central, que procurava acabar com estes abusos, raros eram os ricos a pagar impostos, transferidos, sob diversos artifícios, para os mais pobres e desfavorecidos. E quando, em meados desse mesmo século, as reformas de Chindasvinto e de Recesvinto põem um ponto final na velha administração romana, tudo acabará como dantes (Thompson, 1990: 153).

A nova administração goda irá também atacar nos Concílios onde, apesar do peso dos bispos germânicos, continuava a haver uma maioria de prelados romanos. Recesvindo, em 653, alterará esta proporção, fazendo participar nestas assembleias os altos funcionários palatinos que, romanos ou godos, votavam de acordo com os interesses régios (Idem: 335). A importância destas medidas é tanto maior, quanto sabemos que as decisões conciliares não se limitavam aos problemas de carácter religioso, abarcando igualmente as esferas do direito civil e da sociedade laica.

4.4. *A conquista islâmica: Árabes e Berberes*

Na abertura do século VIII a Espanha visigótica atravessava uma grave crise social e política, agravada pelas concepções germânicas derivadas do papel da tribo e da sua articulação com a instituição real, que manteve o seu carácter electivo, apesar dos reis, nos últimos anos, associarem os filhos ao poder, com vista a assegurarem a sucessão hereditária. Neste panorama, «cada hombre mantenía una relación directa con el rey, a quien debía lealdad» (Watt, 1995: 17).

Para além desta realidade, geradora de conflitos entre facções contrárias, geralmente protagonizadas pelos adeptos da sucessão tradicional e da sucessão hereditária *ad hoc*, havia um descontentamento generalizado a nível popular, em virtude da sobrecarga tributária e das exacções correlativas. De certa forma, a Igreja contribuía para aprofundar este descontentamento, enquanto principal responsável, juntamente com alguns reis, pela perseguição desenfreada feita à numerosa comunidade judaica, que integrava os agentes mais notórios do comércio entre a Península e o espaço mediterrâneo. Os XVI e XVII Concílios de Toledo, realizados em 693 e 694, foram particularmente duros para os judeus hispânicos, proibidos de praticar o comércio ultramarino ou mercenciar com cristãos, salvo se aderissem à fé católica, e, noutros casos, reduzidos à escravatura conjuntamente com as respectivas famílias (Thompson, 1990: 280-283).

Com a morte de Vitiza em 710, que já governava associado ao pai – o rei Egica (687-702) –, o poder caiu nas mãos de Rodrigo, elevado ao trono, conforme a tradição goda, por uma assembleia de nobres e de altos funcionários palatinos. De fora ficava o presumível sucessor Agila, apoiado pela Igreja e filho do monarca anterior, que o nomeara *dux* da Tarraconense, lugar que continuou a ocupar, «e incluso acuñó moneda como si fuera un soberano independiente»:

La debilidad del reino visigodo puede atribuir-se, así, pues, a tres factores principales: las divisiones entre las clases elevadas acerca de la sucesión del reino; el descontento de los demás sectores sociales ante los privilegios de las clases superiores, y, por tanto, la dudosa fidelidad del ejército; e, finalmente, la persecución contra los judíos. (Watt, 1995: 18).

Provavelmente a invasão islâmica de 711, dirigida por Tárique ibne Ziade e Muça ibne Noçáir, terá algo a ver com a perseguição à comunidade judaica da Península, que contava com poderosos aliados na sua congénere norte-africana, talvez o intermediário que convenceu o Califado de Damasco a intervir na Hispânia.

Considerando estes pressupostos, compreende-se o sucesso da incursão e a forma favorável como foi recebida, quer por um sector da aristocracia dominante, quer pela maioria esmagadora da população hispano-romana, que dificilmente esperaria piores dias dos recém-chegados dominadores. Não encontramos outra justificação para a rápida conquista da quase totalidade da Península, com um exército inicial

de cerca de sete mil homens, a que se juntaram, pouco depois, mais cinco mil. Foi com estes doze mil homens em armas, grupo heterogéneo de árabes, sírios e egípcios, mas sobretudo berberes, que Tárique desbaratou as tropas do rei Rodrigo que, abandonado por parte do seu exército, veio a sucumbir nesta batalha.

Tárique avançou de seguida sobre Córdova, conquistou depois Toledo, quase sem resistência, e terá mesmo feito um avanço de reconhecimento até Saragoça, regressando a Toledo onde passou o Inverno. No ano seguinte chegou Muça ibne Noçáir, o governador da província do Noroeste de África, à frente de um exército de dezoito mil árabes. Em 714 os dois exércitos tinham conquistado a Hispânia de Sul a Norte, incluindo Aragão e uma boa parte das Astúrias, mas o Noroeste quase não fora penetrado, situação que ainda se verificará em 715, depois das conquistas de Abde Alaziz, assassinado nesse ano, o filho de Muça que ficara a governar a nova província, na sequência da chamada a Damasco de seu pai e de Tárique (Watt, 1995: 20-22).

E assim a Hispânia se transformou no *al-Andalus*, corruptela de *Vandalicia* – a terra dos Vândalos – que, ao designar o território sob domínio muçulmano, foi paulatinamente encolhendo nos séculos seguintes, à medida que a Reconquista avançava das Astúrias para Sul.

A presença islâmica na Península trouxe uma melhoria substancial no que concerne às estruturas administrativas, o mesmo se podendo dizer em relação ao peso tributário que recaía sobre a generalidade do povo, fosse ele dos campos ou das cidades. Era esta, aliás, a prática seguida pelo Califado ao longo do imenso território que controlava, desde o Punjab, no subcontinente indiano, à Ibéria, passando pela Península Arábica e pelo domínio do Golfo Pérsico e Mar Vermelho, as ligações do Índico à Rota da Seda e ao Mediterrâneo, também ele abraçado pelo Islão nas margens do Leste, Sul e Ocidente.

Os árabes eram igualmente muito tolerantes face à religião, principalmente quando se tratava de cristãos e judeus, cujas religiões reveladas eram olhadas como precursoras da revelação final, a de Alá a Maomé. Daí que estas comunidades pudessem continuar a praticar os respectivos cultos, sujeitas à sua própria hierarquia e magistraturas, responsáveis perante o conquistador pela arrecadação de impostos e administração da justiça.

Eles próprios, divididos tribalmente, constituíam uma minoria entre os invasores, um amálgama mal cozinhado de povos e etnias, em que se destacavam, numericamente, os berberes semipagãos, ciosos da sua ancestral cultura e durante muito tempo integrados nas províncias romanas do Norte de África. E terá sido a conflitualidade latente, entre árabes, egípcios, sírios e berberes, a responsável por assentamentos separados que, lentamente, foram ganhando foros de autonomia, apoiados pelas idiosincrasias locais que, de uma forma ou outra, tinham resistido às influências de aculturação e de governo, fossem elas romanas ou visigodas.

PRIMEIRA PARTE: O QUADRO GEO-HISTÓRICO

5. A Reconquista: do romance ao galaico-português

5. *A Reconquista: do romance ao galaico-português*

A NATUREZA das dissenções que grassavam entre a diversidade étnica dos invasores, e mesmo entre os representantes das diferentes tribos árabes, vieram facilitar todo o processo da Reconquista, cedo iniciada a partir das serranias asturianas, sob o comando de Pelágio, o chefe ásture responsável pela primeira derrota muçulmana, em 718, nos acidentados terrenos de Covadonga.

O reflexo destas divergências patenteia-se no elevado número de governadores que o *al-Andaluz* conheceu de 710 a 755, enquanto emirato dependente de Damasco, muitos dos quais acabaram os seus dias assassinados. Se excluirmos Tárique e Muça, os conquistadores, contamos vinte governadores, dois dos quais exerceram o cargo em dois mandatos distintos (Coelho, 1989: 55-56). Durante este período acontecem as revoltas de berberes no Norte de África (740) e no Centro e Norte da Península (741), aqui devido a uma fome que levará muitos deles a regressar às terras de origem.

Estes acontecimentos serão aproveitados pelo recém formado reino das Astúrias, através de várias razias praticadas por Afonso I (739-757), que consegue expulsar os muçulmanos da Galiza (750-751) e de Astorga (753-754), avançando ainda mais para Sul, até Viseu. Mas a ausência de recursos político-militares não permitiu a Afonso I ocupar a zona assolada, preferindo recuar para território mais seguro, levando consigo os quadros administrativos e, possivelmente, alguns elementos da população, o que deu lugar à denominada tese do *ermamento* das margens do Douro, defendida por Alexandre Herculano com base numa interpretação literal do *Chronicon Sebastiani*¹⁵². Estudos do início deste século, como os de Alberto Sampaio (1923)¹⁵³, e outros mais recentes, como os de Pierre David (1947), Avelino Jesus da Costa (1959) e Almeida Fernandes (1968), demonstram que não podemos embarcar numa leitura precipitada, ignorando a mentalidade e os objectivos políticos que subjazem a muitos diplomas.

Dois importantes documentos dos séculos VI e VII, já utilizados, entre outros, pelos referidos Pierre David e Avelino Jesus da Costa, mas cujo estudo pioneiro se deve a Almeida Fernandes (1968)¹⁵⁴, permitem-nos rasgar algum caminho no conhecimento histórico do Noroeste hispânico, já que o seu conteúdo, quando comparado com a documentação dos séculos IX-X, possibilita a rejeição da referida tese do *ermamento total*. Os documentos em questão correspondem à *Divisio Teodemiri* ou "Paroquial Suevo", redigido entre 572 e 582-585, e à *Divisio Wamba* ou "Provincial Visigótico", redigido em meados da segunda metade do século VII ou talvez ainda

¹⁵² *España Sagrada*, XIII, ap. VII. *Apud* SAMPAIO, 1979: 10.

¹⁵³ Ver SAMPAIO, 1979: 10-15; 46-56.

¹⁵⁴ Há uma nova edição de 1997 (ver *Bibliografia*), resumida, mas actualizada com contributos dados de 1989.

antes de 665, no reinado de Recesvinto (Fernandes, 1997: 43, 109, 115)

O mérito de Almeida Fernandes reside sobretudo na identificação quase total das antigas paróquias suevas, descobrindo, na esmagadora maioria dos casos, a permanência desses topónimos, mesmo quando profundamente dissimulados sob sucessivas capas de deturpações e corruptelas, presentes nos documentos em questão ou acumuladas ao longo dos últimos séculos.

Porque o nosso trabalho incide sobre a região de Aveiro, abrimos aqui um parêntese, procurando, com base nesta rica documentação, trazer alguma luz à vida religiosa destas populações, considerando o que atrás dissemos, quando falámos do papel do cristianismo na divulgação do latim e, por essa via, no desenvolvimento dos diferentes romances.

O isolamento da zona de Aveiro está bem patente no mapa das paróquias suevas do século VI (Fernandes: 1968: 76), cujas sedes estão totalmente ausentes deste litoral, certamente ainda não cristianizado. A única paróquia registada nas proximidades situa-se além-Vouga e corresponde a Antuã, havendo algumas incertezas quanto à localização de *Insula* que, para Almeida Fernandes, se situaria no actual concelho de Oliveira de Azeméis, na freguesia de Cucujães¹⁵⁵ (Fernandes, 1997: 89). A Sul do Vouga, na área do actual concelho de Aveiro, não há registo de qualquer sede paroquial, fosse ela católica ou ariana.

Estas constatações permitem-nos deduzir da inexistência local, ou nas proximidades, de quadros eclesiásticos, capazes de dar assistência religiosa aos respectivos habitantes que, por isso mesmo, em período tão tardio – último quartel do século VI –, ainda não teriam sido cristianizados. Mas esta realidade não será de estranhar, se considerarmos que a maioria dos Suevos, quando entraram na Península, ainda eram pagãos, e que a evangelização do reino apenas se inicia poucos anos antes, cerca de 550, com a chegada à Galécia de S. Martinho de Dume.

O quadro pouco melhora quando recuamos aos últimos anos do Império, já que, no Norte de Portugal, apenas vislumbramos a diocese de Braga e, na Lusitânia, para além da metrópole de Mérida, conhecem-se tão só as dioceses de *Ossonoba*, Évora e Lisboa, situação agravada pela inexistência na Hispânia de «*corepiscopos* ou bispos rurais, como existiram no Oriente» (Oliveira, 1994: 32-33).

De acordo com o "Paroquial Suevo", a região de Aveiro integrava-se na diocese de *Conimbria*, na actual freguesia de Condeixa-a-Velha, cuja jurisdição descia um pouco a Sul de Tomar, enquanto a Norte subia até ao Douro, que acompanhava para Leste até encontrar o rio Arda. No aro desta diocese, entre Vouga e Mondego, apenas havia as paróquias de Emínio (Coimbra) e Lorrvão, muito longe de Aveiro. O

¹⁵⁵ Almeida Fernandes considera absurda a hipótese de Pierre DAVID (1947: 37) que concentra num único topónimo – *Insula Antumane* – estas duas paróquias suevas, com uma justificação, na verdade, muito difícil de aceitar, face às evidências dos argumentos daquele investigador (FERNANDES, 1968: 101-102; 1997: 90-91).

No concelho de Oliveira de Azeméis existem hoje três lugares denominados "Ínsua", nas freguesias de Carregosa, Cucujães e S. Martinho da Gândara (FRAZÃO, 1981: 397).

"Provincial Visigótico"¹⁵⁶, da segunda metade do século VII, enuncia as diferentes dioceses e fornece-nos os respectivos limites. Em relação ao "Paroquial Suevo", e para a zona atlântica que nos interessa, verifica-se a inclusão na diocese de *Portucale* do território entre Douro e Vouga, que antes pertencia à diocese de *Conimbria*. Quanto aos limites, ali se afirma que «*Portucale teneat de Avia usque Loram, de Almos usque Solam*», e que «*Conimbria teneat de Naba usque Borga, de Torrente usque Lora*». A transcrição justifica-se pelo limite comum às duas dioceses, que sublinhámos, já que é a mais antiga referência a "Loure", do concelho de Albergaria-a-Velha, na margem direita do Vouga e nas proximidades de Aveiro.

A tardia chegada do cristianismo, a uma parte importante do Noroeste hispânico, será a principal responsável pela organização espacial da Igreja, já que aproveitou as circunscrições político-administrativas preexistentes, muitas das quais recuavam às últimas reformas de Diocleciano. Por outro lado, a identificação das paróquias suevas e dioceses visigodas possibilitou o estudo diacrónico dessas mesmas áreas, o que permitiu, como dissemos, reforçar a fundamentação da ausência de qualquer *ermamento* nesta região.

O grande pensador aveirense Jaime de Magalhães Lima, hoje injustamente esquecido e postergado para as prateleiras do olvido, já disso se apercebera, sem outro suporte que a sua inteligência de excepção. Admirador de Alexandre Herculano, grande amigo de Oliveira Martins e de Alberto Sampaio, junta-se a este último, quando, debruçado sobre os povos do Baixo-Vouga, espreitando-lhes a alma e apalpando a terra, os homens e a língua, se decide pela continuidade do povoamento, entretecendo o seu comentário com palavras do autor d' *As vilas do Norte de Portugal*:

Aqueles *ermos, desertos, terras desabitadas*, de que os cronistas nos falam, têm de ser entendidos em termos hábeis. Em todas as invasões militares "o grande número fica sempre, quaisquer que sejam as tormentas, retraído, escondido, na passagem dos exércitos, amigos ou inimigos, dando ao País a aparência de um deserto". Quando foi da restauração ásture-leonesa "a população existia, mas, fugidiva, sem ponto de apoio, justamente medrosa pelas violências a que está sujeita uma terra sem leis nem autoridades. Desde que teve quem a protegesse apareceu imediatamente para a vida social". O bispo Odoário, por exemplo, sob incumbência de Afonso I, recompôs em poucos anos as dioceses de Lugo e de Braga; e da rapidez da reconstrução, das formalidades da posse e do inventário dos bens que os documentos registam resulta a demonstração de que tais *ermos* não existiam.¹⁵⁷

Fechado o parêntese é tempo de regressarmos ao *al-Andalus* que recebera sangue novo em 755, quando ali desembarca Abderramão ibne Moáuiá, sobrevivente do massacre da dinastia omíada de Damasco. Abderramão I abre um novo ciclo do poder muçulmano na Península, iniciando o emirato independente de Córdova, que durará até 929, quando outro Abderramão, o III, o eleva à categoria de Califado, com

¹⁵⁶ A validade do documento é posta em causa por alguns autores. Sobre este problema e a respectiva crítica, ver FERNANDES, 1997: 109-115.

¹⁵⁷ LIMA, Jaime de Magalhães – Alberto Sampaio e o significado dos seus estudos na interpretação da História Nacional. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1924. p. 43.

as respectivas consequências religiosas, já que o califa é também o emir dos crentes, o mesmo é dizer, descendente legítimo do Profeta.

O Califado de Córdoba estará de pé durante um século, até 1031, quando as quezílias, os conflitos e a guerra aberta entre os príncipes árabes, em concorrência com a degeneração dos últimos califas, encerrados nos seus palácios e transformados em marionetas de eunucos ou de ministros como Almançor, que governou como ditador durante mais de vinte anos, levaram à sua pulverização nos numerosos reinos de Taifas.

O Norte cristão também vivia permanentes conflitos, como resultado directo da fragmentação do reino de Leão, sempre que a um rei sobreviviam vários filhos, contribuindo dessa forma para o reacordar de identidades político-culturais, muitas delas assentes em matrizes ancestrais, cujos desenvolvimentos eram tanto mais fortes, quanto maior era a distância que as separava da corte leonesa. Por tudo isto, a Reconquista avançava ou recuava em função do estado de organização e unidade de cada uma das partes.

Regressando às margens do Douro, pretensamente «ermadas» por Afonso I, e ao território onde mais tarde nascerá Portugal, importa destacar as acções promovidas no reinado de Afonso III (866-911), quando nasce o reino de Leão, por deslocação da respectiva capital, de Oviedo para aquela cidade, cujo nome assume a reminiscência do antigo assentamento da *Legio VII Gemina*.

Uma prolongada acalmia política no Norte cristão ofereceu o ensejo e as condições para um avanço da fronteira em direcção a Sul, ao longo da faixa atlântica, mais distante dos centros de decisão muçulmanos, envolvidos frequentemente na resolução de conflitos com as principais cidades mediterrâneas do *al-Andalus*. Vímara Peres, ao presuriar *Portucale* em 868, irá reorganizar e enquadrar politicamente toda essa zona, estabelecendo a sede de governo e de repovoamento na antiga cidade da margem direita duriense.

Desta presúria, e do repovoamento de *Portucale*, resultará uma poderosa família condal, onde entroncaram os descendentes de Vímara Peres, do conde Gonçalo Betotes e dos irmãos Ero e Diogo Fernandes. Esta família governou o condado de 868 a 1071, data em que Nuno Mendes, o último conde, revoltado contra o rei Garcia, o filho de Fernando Magno que reinava na Galiza e em *Portucale*, é por este vencido e morto na batalha de Pedroso.

A revolta terá as suas raízes no reinado anterior, quando a política centralizadora do rei Fernando (1035-1065) retirou poder aos condes, confiando a administração a funcionários directamente dependentes da Coroa. A hipótese é tão mais verosímil, quanto sabemos que Nuno Mendes, embora apareça na corte de Fernando Magno, só ostenta o título de conde durante o governo de Garcia, período em que talvez tenha tentado recuperar todos os poderes anteriores.

Aveiro liga-se a esta dinastia condal através da condessa Mumadona Dias, filha de Diogo Fernandes, que entrou para esta família através do casamento com o conde

Hermenegildo ou Mendo Gonçalves, governante de *Portucale* até cerca de 950. O vínculo relaciona-se com as propriedades que esta senhora aqui possuía, constantes de um diploma de doação datado de 959, o mais antigo documento que, com o nome de Aveiro – *Alavario* –, chegou até nós.

Dez anos depois da presúria de *Portucale*, em 878, será a vez de Hermenegildo Guterres presuriar Coimbra, aí estabelecendo uma outra sede de repovoamento e levando a fronteira cristã até ao Mondego. Mas, neste caso, haverá um retrocesso, pois a reorganização árabe e o exército de Almançor, o ministro que encerrou o califa Hixeme I no seu palácio, proibindo-lhe as visitas, farão recuar uma vez mais a fronteira, embora aqui permaneçam os mosteiros e muitos familiares dos condes portugalenses, algumas vezes aliados aos árabes, numa clara e inequívoca afirmação de individualidade face a Leão.

Isto mesmo acontecerá cerca de 995, quando o conde Froila Gonçalves se aliou a Almançor, de quem terá recebido o governo de Montemor-o-Velho, onde se manteve até 1017, quando dali foi desalojado e vencido pelo conde Mendo Luz, que colocou no seu lugar o prócere Gonçalo Viegas “de Marnel”. Não será de excluir a hipótese do conde Froila ter também governado Coimbra, já que Almançor mandou reconstruir a cidade por essa mesma data.

Dois anos depois, com alguns cristãos no seu exército, Almançor atacará o coração da Galiza, profanando o túmulo do Apóstolo em Santiago de Compostela. Será nesta campanha que morrerá o conde portugalense Gonçalo Mendes, filho de Mumadona Dias. As investidas árabes ainda continuarão por algum tempo, como aconteceu em 1025 ou 1026, data provável da conquista de Lafões e talvez também de Montemor que, apenas em 1034, passará definitivamente para mãos cristãs, através de Gonçalo Trastemires

Depois da morte de Almançor (1002) e da desagregação do Califado (1031), o Norte cristão passará por uma fase de excepção, devido sobretudo ao papel desempenhado por Fernando I de Castela, o filho de Sancho III de Navarra que, ao herdar o condado da Meseta o transforma em reino (1035) para, dois anos depois, lhe juntar o de Leão, após vencer em combate o rei Bermudo III.

Até 1065 Fernando Magno, como a história o lembra, será rei de Leão e de Castela, o chefe cristão que mais fez avançar a fronteira para Sul, recebendo avultadas tributações de reinos de Taifas, abrigados sob a sua protecção. A obra será continuada por um dos seus filhos, o futuro Afonso VI, que, no entanto, terá de esperar sete anos após a morte do pai, para conseguir vencer os irmãos e reunir novamente os reinos de Leão, Castela e Galiza. (Mattoso, 1981: *passim*)

PRIMEIRA PARTE: O QUADRO GEO-HISTÓRICO

6. Coimbra: a fusão Norte-Sul

6. Coimbra: a fusão norte-sul

A segunda metade do século XI é um período de nítido avanço das forças cristãs. Fernando Magno reconquista Coimbra em 1064, auxiliado pelo conselho e participação pessoal de Sisnando, um moçárabe de Tentúgal que, raptado pelos muçulmanos, permanecera longo tempo na Corte de Sevilha, onde desempenhou o elevado cargo de vizir. Incompatibilizado com o rei de Sevilha, Sisnando aparece na corte de Fernando Magno, onde vê as suas qualidades reconhecidas pelo rei cristão, que lhe entrega o governo de Coimbra e da Terra de Santa Maria, o território de Entre Douro e Vouga antes integrado no condado de *Portucale*, onde o cônsul de Coimbra, como se apresenta na documentação da sua chancelaria, vai buscar a filha do último conde portugalense – Loba Nunes "Aurovelido" – com a qual contrai matrimónio.

A personalidade de Sisnando Davides marcou indelevelmente a vida da cidade do Mondego, norteando-se o seu governo por uma política de independência e tolerância. Moçárabes, cristãos do Norte e muçulmanos conheceram em Coimbra, durante cerca de trinta anos, que tantos foram os de governo sisnandino, uma coexistência sem sobressaltos, que possibilitou um próspero intercâmbio cultural e comercial entre as comunidades de diferentes credos religiosos.

O bispo Paterno de Coimbra, que Sisnando foi buscar a território mourisco, trouxe consigo a cultura e as tradições árabes, notoriamente presentes na escola que o prelado dirige na Sé coimbrã, uma réplica das escolas teológicas que funcionavam anexas às mesquitas.

As influências mouriscas estão ainda presentes no estilo notarial adoptado pela chancelaria do conde Sisnando, cuja corte inclui muitas personagens de nome árabe ou arabizado. Bem poderiam recuar a este período os vestígios árabes na salicultura aveirense, onde, ligadas à faina salineira, encontramos palavras como *alborque* ou *alboroque*, *alfaia*, *alfinetes*, *algibé*, *almajarra* ou *almanjarra*, *marachas*, *safra*, *açude* e *tarimba*, como também o vasto conjunto de topónimos de que à frente daremos notícia.

Assaz mais determinante para o futuro de Portugal, o facto de Sisnando trazer consigo os costumes e regulamentos das cidades do Sul, as tradições de autogoverno, milícias e magistraturas municipais, presentes na génese dos nossos primeiros concelhos.

Se nenhum destes factores pode ser considerado decisivo para a formação de Portugal, não há dúvida que contribuíram, com a sua quota parte, para a definição da individualidade do nosso território.

A Sisnando irão suceder os franceses Raimundo e Henrique, este último governando do Minho ao Tejo. Os francos trazem consigo a Ordem de Cluny, que pretende unificar culturalmente a terra cristã peninsular, impondo os seus pontos de vista e os ritos romanos. A reacção do centro do condado vai ser imediata e D. Hen-

rique, se quer manter a orgulhosa Coimbra, terá de fazer várias concessões à sua população, bem patentes no foral que lhe outorgou em 1111 (Coelho, 1973: *passim*).

Como afirma Damião Peres, «Portugal é [...] uma realidade nacional, assente numa elaboração político-económica» (Peres, 1970: 39). A afirmação é verdadeira, mas não será menos verdade que aquela elaboração foi facilitada pela individualidade cultural, cozinhada no lume brando dos séculos, na fogueira desta *finisterra* sobre o Atlântico debruçada:

A posição de Portugal ajuda a compreender o seu alheamento do Mediterrâneo (de que a Espanha se conservará solidária até ao fim do século XVI) e explica as relações com os países marítimos do Atlântico [...]. (Ribeiro, 1979e: 133)

Afonso Henriques, no seu caminhar para sul, parece reconhecer as virtualidades de Coimbra, cidade que foi cadinho onde se caldearam culturas e afirmaram forças municipalistas. O nosso primeiro rei escolherá Coimbra para centro do seu governo, certamente por lhe reconhecer as qualidades que permitirão a construção da ponte que unirá a cultura do norte à cultura do sul, a cultura neogoda e franco-cluniacense à cultura moçárabe (Coelho, 1973: *passim*).

O centro do País respondeu aos anseios do primeiro Afonso de Portugal. A atestá-lo temos a rápida implantação das fronteiras definitivas de Portugal (no século XIII, no reinado de Afonso III), e o desenvolvimento do espírito nacional que, nos alvares de Aljubarrota, se espalha do Algarve ao Minho.

Aveiro e a região do Baixo-Vouga integraram-se totalmente nesta realidade cultural, e terá sido, durante o consulado de Sisnando Davides, que o cristianismo aqui entrou profundamente, por certo na sua versão moçárabe, se quisermos dar algum significado às doações populares que privilegiaram o mosteiro moçárabe da Vacariça, antes de se transferirem para a Sé de Coimbra e, mais tarde, quando reinava o nosso primeiro rei, para o cenóbio dos cónegos de Santa Cruz.

A entrada definitiva da área de Aveiro para os reinos cristãos, durante o governo sisnandino, ressalta da leitura de um documento de Janeiro de 1103, respeitante à doação de uma herdade em Esgueira, feita pelo presbítero Soeiro à Sé de Coimbra,

[...] in uilla quam appellantur *isgeira* que habet iacencia secus foce. uauca prope littora maris [...] uel in ipsa *uilla paretum meorum* uel de *apresuria temporibus sesnandi consulis colimbriensi*. (Madaíl, 1959: 19)

Mas, nesta zona, o ataque ao moçarabismo ocorre depois da morte de Sisnando em 1091, integrando-se nestes acontecimentos a liquidação do referido mosteiro da Vacariça, cujos bens são integrados na Sé coimbrã, vítima que foi das pressões cluniacenses, apoiadas abertamente por Afonso VI, ligado pelo casamento e pela ajuda militar franca ao abade Hugo de Cluny, o homem que durante décadas domina papas e a cristandade ocidental (Coelho, 1973: *passim*). A certidão de óbito do mosteiro da Vacariça ocorrerá em 13 de Novembro de 1094, data da carta de doação de

todos os seus bens à Sé de Coimbra, assinada pelos novos condes da Galiza e *Portucale*, o franco Raimundo e Urraca Afonso (*GEPB*, 33: 656).

Também o romance ganhará novo fôlego por estas paragens, fundamentalmente ao longo da Reconquista, num processo a que não será estranha a colonização galega e de entre Douro e Minho, aqui arribada na esteira de um conjunto de próceres, entre os quais cumpre destacar os representantes da casa de Marnel.

A este contributo teremos de juntar, talvez com o mesmo peso e importância, senão mais, a acção das comunidades moçárabes, arribadas a Norte durante o governo sisnandino, movimento que se intensificou nos anos seguintes, quando os chefes francos e a Ordem de Cluny trouxeram para a Península o espírito de cruzada, transformando a Reconquista numa guerra religiosa, até aí inexistente.

A incompreensão da barbárie cristã, perante a tolerância religiosa dos árabes e o seu convívio com a cristandade moçárabe, mostra-se em toda a sua crueza no final da carta do cruzado Ranulfo ao letrado Osberto de Bawdsey¹⁵⁸, na qual descreve a conquista de Lisboa:

[...] outros mouros, vivos, mas semelhantes a cadáveres, arrastavam-se por terra, e suplicantes abraçavam e beijavam o sinal da cruz e proclamavam boa a Santa Maria Mãe de Deus, de modo que em todos os seus actos e palavras, e até mesmo nos extremos da sua agonia, misturavam-se e proclamavam comovidamente: Maria boa, boa Maria! ¹⁵⁹

Como decorre da descrição, os mouros de Ranulfo mais não eram que cristãos moçárabes, muitos dos quais, face ao agravamento das acções militares, e das perseguições iniciadas no período almorávida (1086-1157), optaram por escolher o caminho dos reinos cristãos do Norte. Sabemos de muitas comunidades moçárabes em torno de Coimbra e também na zona de Sever do Vouga, e a toponímia do concelho de Aveiro mostra também, de quando em quando, o seu rasto.

Em conclusão, pensamos poder afirmar que o romance se desenvolveu no Noroeste da Península, invadindo os meios rurais, principalmente a partir do século V, quando o convívio de diferentes adstratos se foi precipitando numa língua comum, construída a partir do latim popular. Daqui nascerá o galaico-português, quando o Noroeste começa a voltar costas ao centro leonês, ainda mais longínquo quando se desloca para Toledo, procurando o seu próprio caminho político, capaz de aprofundar os caboucos de uma cultura secular, plena de especificidades.

Os que do Sul subiram a Norte, e nele se fundiram, ajudarão, por sua vez, o Norte a descer ao Sul. E desse encontro, e dessa cultura, teria que sair uma língua diferente, capaz de exprimir o canto dessa mesma diferença.

¹⁵⁸ Embora discutida a autoria desta carta, parece-nos que o problema foi ultrapassado a partir da descoberta, por Paulo Quintela, do "s" em evidência sobre o "R" de Randulfo (R^S), marca do nominativo que coloca o cruzado como autor da carta e Osberno como destinatário. Vd. LIVERMORE, Harold V. – *Origens das relações luso-britânicas: O primeiro historiador inglês de Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1976.

¹⁵⁹ In "Carta do cruzado inglês", in PIMENTA, Alfredo, ed. – *Fontes medievais da história de Portugal. 1. Anais e Crónicas*. 2ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1982. p. 123.

SEGUNDA PARTE: ESTUDOS TOPONÍMICOS

I. Toponímia: classificação e tipologia

Segunda Parte: estudos toponímicos

La Toponimia es la disciplina que estudia los nombres de lugar; la Antroponimia se ocupa de los nombres de persona. Esta dualidad es más bien teórica o formal, ya que unos y otros están inseparablemente ligados; las personas han dado nombres a los lugares y los lugares a las personas. (Caridad Arias, 1995: 16)

I. Toponímia: Classificação e tipologia

AS POSSIBILIDADES recentemente abertas ao trabalho científico, pelo desenvolvimento da informática e pela crescente tendência para a interdisciplinaridade, implicam novas respostas, capazes de potenciar as recém-chegadas ferramentas. Foram estas, por excelência, as razões que nos forçaram a reflectir sobre os problemas da classificação e tipologia dos topónimos, a partir dos numerosos estudos já publicados, desde os trabalhos pioneiros de José Leite de Vasconcelos e Alberto Sampaio, passando, entre outros, por Joaquim da Silveira, José Joaquim Nunes, Joseph Piel, Pedro Cunha Serra, Dieter Kremer ou Almeida Fernandes, e terminando no vastíssimo manancial de obras versando a onomástica ou a toponomástica em particular, publicadas um pouco por toda a Europa, cujo balanço, no que respeita à área românica, tem vindo a ser feito, desde a década de oitenta, no *Lexicon der Romanistischen Linguistik*¹⁶⁰.

O problema da classificação, com destaque para os conteúdos toponímicos, foi há muito considerado prioritário, embora muito pouco tenha sido feito, tanto em Portugal como além-fronteiras, onde os diferentes autores vão introduzindo neologismos, sem que haja um consenso universal (Kremer, 1994c: 534b). Apesar dos desencontros, que prejudicam o desenvolvimentos destes estudos, encontramos um ponto de união entre os diferentes contributos avulsos, já que todos partem de construções baseadas no grego clássico.

A Academia das Ciências de Lisboa é a instituição a que, por lei, cabe a resolução dos problemas relacionados com a língua portuguesa, mas, por razões que desconhecemos, que poderão relacionar-se com aspectos orçamentais, muito pouco tem sido feito nas últimas décadas. Destacamos o seu *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, publicado em 1940, com cerca de cento e quarenta mil entradas de vocabulá-

¹⁶⁰ Editado em Tübingen pela editora Max Niemeyer Verlag, sob a direcção editorial de Günter Holtus, Michael Metzeltin e Christian Schmitt. Nesta obra têm participado especialistas de toda a Europa, tratando aspectos gerais das diferentes línguas, com destaque para a Antroponímia e Toponímia.

rio comum e dezassete mil de nomes próprios, onde se avançou alguma coisa na classificação do vocabulário onomástico (Academia, 1940: XXI-XXIV).

No que respeita à toponomástica, o maior esforço de classificação continua a dever-se a Almeida Fernandes, autor da excelente entrada, s.v. "Toponímia", da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (GEPB, v. 32: 70-84), trabalho que merecia ter sido revisto na recente actualização desta obra, tanto mais que o autor ainda está, felizmente, entre nós¹⁶¹.

Com base em todos estes contributos, e respeitando as designações já consagradas pela Academia na obra acima referida, tentámos, a partir do léxico do grego clássico, estabelecer um sistema taxinómico, capaz de responder à função e conteúdo dos diferentes topónimos, com vista a facilitar o posterior tratamento do *corpus*, ainda inconcluso, referido ao concelho de Aveiro. Conscientes de que esta proposta é, sobretudo, uma primeira aproximação a uma sistematização toponomástica imprescindível, como tal a apresentamos, esperando os contributos indispensáveis ao seu enriquecimento, que possibilitem a posterior aceitação do órgão legitimador.

Se este processo for levado a bom termo, será possível, no futuro, e perante estudos da mesma natureza, referidos a outras áreas do País, avançar para o respectivo cruzamento, partindo de um sistema comum, capaz de fornecer as sínteses indispensáveis, geradoras de novos trabalhos e estudos, mas também de problemáticas sustentadas, que, no seu conjunto, contribuiriam para um melhor conhecimento do nosso passado, fornecendo novos materiais a linguistas, historiadores e arqueólogos.

1. Classificação quanto à função do lugar

DADA a sua consagração, *toponímia*, *topónimo* e o adjectivo *toponímico* deveriam continuar a ser usados, quando nos referimos aos nomes dos lugares em geral, mas, em termos classificativos de precisão, seria importante acrescentar àqueles os termos *microtoponímia*, *microtopónimo* e *microtoponímico*.

Nesta segunda aplicação, o primeiro grupo ligar-se-ia à chamada "toponímia maior", que incluiria os nomes das localidades e regiões, enquanto o segundo, ligado à "toponímia menor", se aplicaria aos nomes de sítios, fossem eles campos, herdades, arruamentos, fontes, vales, montes, ribeiros, etc..

Por detrás desta classificação estaria o homem, o agente nomenclador, que entraria na "toponímia maior" através da sua função gregária, expressa nos povoados, sejam eles aldeias, vilas ou cidades, a partir dos quais a natureza é transformada e nomeada.

¹⁶¹ O próprio Almeida Fernandes afirma que, em relação ao que escreveu nesse artigo, sobre "famílias" toponímicas, se afasta hoje de muito do que aí disse (Fernandes, 1997: 29, n.38). A nosso ver, e considerando o peso da colaboração deste autor no corpo principal da *GEPB*, estamos perante um juízo que reforça a opinião acima expressa, já que os saberes não param e um verdadeiro investigador está permanentemente em processo de actualização, como resultado directo do seu próprio trabalho.

2. Classificação quanto à origem e significado

A EXTREMA riqueza e variedade de conteúdos, da toponímia em geral, exige que avancemos para a sua sistematização, fixando uma terminologia suficientemente expedita e atenta ao pormenor, através da qual possamos organizar a informação para posterior tratamento.

Assim, respeitando, como dissemos, a terminologia já fixada pela Academia, que só interfere, e raramente, nas subdivisões da nossa sistematização, organizámos uma taxinomia toponímica que, como regra geral, antepõe e aglutina ao substantivo *toponímia* um elemento grego, com a dimensão suficiente para uma leitura do respectivo significado.

Esta taxinomia desenvolve-se em 17 classes (grau 1), algumas das quais com subclasses (grau 2) que, em poucos casos, ainda se subdividem (grau 3). Porque as subdivisões inviabilizavam uma leitura que respeitasse a ordem alfabética, dificultando a sua rápida localização, optámos por apresentar o corpo da taxinomia em negrito, com cada um dos termos precedido do correspondente número de ordem, de um, dois ou três elementos, de acordo com o respectivo grau. Como esta opção teria de respeitar, em primeiro lugar, a ordenação alfabética dos termos de grau um, integrámos nessa ordem, repetindo-os, todos os outros termos das subdivisões, em caracteres normais e sem numeração a precedê-los, substituída por um travessão, seguidos de uma notação que os encaminha para a classe principal.

Para cada entrada principal, as numeradas e em negrito, apresentamos o étimo grego de que partimos, a respectiva transliteração para caracteres latinos, o significado, o campo semântico que pretendemos abranger e, por último, alguns exemplos dos topónimos incluídos nessa classificação.

Taxinomia toponímica utilizada neste trabalho

01. **Agrotoponímia** < *ἀγρός* [*agros*], “campo”: actividades agro-pecuárias (Agra, Arrota, Campo, Campelo, Ribafeita, Vinhais, etc.);
 - **Aminotoponímia** (vd. “Oicotoponímia”)
 - **Anemotoponímia** (vd. “Uranotoponímia”)
02. **Antropotoponímia** < *άνθρωπος* [*anthropos*], “homem”: toponímia a partir dos nomes próprios, apelidos e alcunhas das pessoas, abarcando a antroponímia e a prosonímia (Academia, 1940: XXII);
 - 2.1. **Prosonímia** < **Prosónimo** < *προσ-* [*pros-*], “adjunção”: «os cognomes ou apodos em geral» (Ibidem);
 - 2.2. **Patrónimo** (ou **Patronímico**) < *πατρο* + *ωνυμικός* [*patronymikós*]: «do nome do pai», «nomes que exprimam filiação ou descendência, mas também os que designem uma linhagem» (Ibidem);
03. **Arqueotoponímia** < *ἀρχαίος* [*arkhaios*], “antigo”: qualquer topónimo que aponte para vestígios do passado, mais ou menos recente, assumindo o carácter de fonte arqueológica, no sentido mais amplo e actual desta ciência. Por esta razão, a classificação nesta divisão não exclui a inclusão numa das outras;
 - **Astrotoponímia** (vd. “Uranotoponímia”)
04. **Axiotoponímia** < *ἀξία* [*axía*], “mérito, dignidade, honra”: a partir de «palavras que constituam formas cortesias de tratamento ou expressões de reverência» (Academia, 1940: XXIV) ou cargos elevados na estrutura das instituições civis e religiosas (El-Rei, Rainha, Alcaide, etc.)
05. **Biotoponímia** < *βίος* [*bios*], “vida”: vida animal e vegetal, podendo especificar-se nas subdivisões a seguir enunciadas:
 - 5.1. **Fitotoponímia** < *φυτόν* [*phytón*], “planta”: plantas (Carregal, Taboeira, etc.);
 - 5.1.1. **Dendrotoponímia** < *δένδρον* [*déndron*], “árvore”: árvores (Carvalho, Castanheiro, Freixo, Loureiro, etc.);
 - 5.2. **Zootoponímia** < *ζῶον* [*zōon*], “animal”: animais (Mataduços, etc.);

- 5.2.1. **Entomotoponímia** < *εντομον* [*éntomon*], “insecto”: insectos (Ralos, Raralha, etc.);
- 5.2.2. **Ictiotoponímia** < *ιχθύς* [*ikhthýs*], “peixe”: peixes (Enguia, Par-rachil, etc.);
- 5.2.3. **Ornitoponímia** < *όρνις* [*órnis*], “ave”: aves (Cantadeira, Codornizes, Cotovia, Falcoeiras, Gaivota, etc.);
06. **Cromotoponímia** < *χρώμα* [*kroma*], “cor”: cores (Alva, Viriato, etc.);
- **Cronotoponímia** (vd. "Uranotoponímia")
- **Dendrotoponímia** (vd. "Fitotoponímia")
07. **Emporotoponímia** < *έμπορία* [*empória*], “comércio”: actividades comerciais, mercados (Feira, Venda, etc.);
- **Entomotoponímia** (vd. "Biotoponímia: zootoponímia")
08. **Etnotoponímia** < *έθνος* [*éthnos*], “raça, nação, povo”: «nomes de povos, de tribos, de castas [...], de comunidades políticas ou religiosas que possam ser entendidas num sentido étnico» (Academia, 1940: XXIII) (Galegos, Coimbra-brões, etc.);
- **Fitotoponímia** (vd. "Biotoponímia")
09. **Geotoponímia** < *γη* [*gê*], “terra”: acidentes geográficos e respectivos nomes (Cabedelo, Ilha, Serra, Monte, Vale, Vouga, Tejo, Marão, etc.);
- 9.1. **Hidrotoponímia** < *ύδωρ* [*hýdor*], “água”: nascentes, fontes, linhas e toa-lhas de água, podendo especificar-se nas subdivisões já consagradas (Fonte Nova, Fonte da Pega, Lagoa, Arrujo, Ribeiro, etc.):
- 9.1.1. **Limnonímia** < *λίμνη* [*límne*], “pântano”: estudo onomástico dos lagos e de outros acidentes lacustres (Ria de Aveiro, Pateira de Fermentelos, etc.);
- 9.1.2. **Potamonímia** < *ποταμός* [*potamós*], “rio”: estudo onomástico dos rios (Vouga, Águeda, Cértima, etc.);
- 9.2. **Litotoponímia** < *λίθος* [*lithos*], “pedra”: rochedos, aspectos geológicos (Barreiro, Areal, Pedra da Moura);
- 9.3. **Orotoponímia** < *όρος* [*óros*], “monte, montanha”: relevo e formas de ter-reno (Outeiro, Vale, etc.);

- Hagiotoponímia (vd. “Hierotoponímia”)
- Hidrotoponímia (vd. Geotoponímia)
- 10. **Heortoponímia** < *ἑορτή* [*heorté*], “festa, festividades populares” (Academia, 1940: XXIII)
- 11. **Hierotoponímia** < *ιερός* [*hierós*], “sagrado”: sagrado, religião, templos, capelas (ex. Ermida, Mosteiro, Igreja, Grijó, etc.) (Academia, 1940: XXIII);
 - 11.1. **Hagiotoponímia** < *ἅγιος* [*hágios*], “santo”: santos (Nossa Senhora de Fátima, Santa Joana, Santo Amaro, São Tiago, São Roque);
 - 11.2. **Mitotoponímia** < *μῦθος* [*mýthos*], “mito, fábula, nomes relativos à mitologia clássica ou a outra qualquer” (Academia, 1940: XXIII) (Lares, etc.);
 - 11.3. **Teotoponímia** < *θεός* [*theós*], “Deus”: Deus, religião (Senhor dos Aflitos, Senhor das Barrocas, etc.);
- Ictiotoponímia (vd. “Biotoponímia: zootoponímia”)
- 12. **Lexotoponímia** < *λέξις* (< *λέγω* ‘dizer’) [lexis], “maneira de falar, elocução”, “estilo”, “palavra”, “expressão”: sequência sintáctica fixa relativa a um topónimo; toponímia predicativa e atributiva, sob a forma aglutinada ou analítica (Vilaverde, Lamamá, Quinta da Velha);
- Limnonímia (vd. “Geotoponímia: hidrotoponímia”)
- Litotoponímia (vd. “Geotoponímia”)
- Mitotoponímia (vd. “Hierotoponímia”)
- 13. **Necrotoponímia** < *νεκρόν* [*nekrón*], “cadáver”: morte, sepulturas (Arco, Arcozelo, Moimenta, Pias, Anta, Mamoa, etc.);
- 14. **Odotoponímia** < *ὁδός* [*ódos*], “caminho”: caminhos, ruas, praças, pontes, barcas de passagem, vaus, transportes, estações de mudas (Adro, Atalho, Azinhaga, Barca, Calçada, Caminho, Carreira, Carril, etc.);
- 15. **Oicotoponímia** < *οἰκία* [*oiquía*] e *οἶκος* [*oícos*], “casa”; *κατοικίζω* [*katoikídho*], “povoar, tornar habitado, colonizar”: povoamento e/ou respectivo estatuto jurídico; marcos divisórios de propriedades; edificações e fortificações; abrigos naturais (ex: Póvoa, Aldeia, Jogueiros, Vilafranca, Vilanova, Montaria, Casal, Paço, Sá, Torre, Vilar, Vila, Vilela, Vilarinho, Quintã, Cividade, Citânia, Prova,

etc.; Espiunca, Pala, etc.);

15.1. **Aminotoponímia** < ἀμύνα [amina], “defesa”, “ação de se defender”: fortificações, lugares de vigia (ex: Castro, Castelo, Torre, Atalaia, etc.);

15.2. **Oriotoponímia** < ὄριον [órion] “limite, fronteira, marco”: marcos divisórios de propriedades e lugares (ex: Marco, Padrão, Perafita, etc.);

— **Oriotoponímia** (vd. “Oicotoponímia”)

— **Ornitoponímia** (vd. “Biotoponímia: zootoponímia”)

— **Orotoponímia** (vd. “Geotoponímia”)

— **Potamonímia** (vd. “Geotoponímia: hidrotoponímia”)

16. **Tecnotoponímia** < τέχνη [tékhne], “arte manual, habilidade”: ofício, habilidade, arte, artesanato. ciência aplicada, indústrias; trabalho, produtos, utensílios (Fráguas, Fábrica, Ferraria, Forno, Lagares, Moinho, Azenha, etc.; Cabaços, Mós, Modivas, Mofreita, etc);

— **Teotoponímia** (vd. “Hierotoponímia”)

17. **Uranotoponímia** < οὐρανός [ouranós], “céu”; < ὥρα [ora], “estado atmosférico, divisão do tempo”: corpos celestes, estado atmosférico, firmamento, exposição ao sol ou aos ventos (Solposto, Soleira, etc.);

17.1. **Anemotoponímia** < ἀνεμος [anemos], “vento”: ventos (ex: Angejoa, Aguião, Vale do Suão, Coimbrão, etc.);

17.2. **Astrotoponímia** < ἀστρον [ástron], “astro”: «nomes de estrelas, planetas, constelações, etc.» (Academia, 1940: XXIII) (Solposto, Soleira, etc.)

17.2. **Cronotoponímia** < χρόνος [khrónos], “tempo”: «nomes próprios referentes ao calendário de qualquer povo, os nomes de eras históricas e ainda vários nomes designativos de épocas» (Academia, 1940: XXIII), nomes relacionados com estações do ano, etc. (Branha, etc.);

— **Zootoponímia** (vd. “Biotoponímia”)

3. *Topolexia: tipologia morfossintáctica*

NESTE capítulo não podemos ir além de um manifesto de intenções, impossível de concretizar no presente estudo, considerando as limitações impostas pelos prazos que regulam a apresentação das dissertações de mestrado. Não quisemos, apesar disso, deixar de vincar a importância deste género de trabalho, que pensamos fazer no futuro, pois é através dos respectivos resultados que se torna mais fácil a descoberta das diferentes camadas históricas e da própria evolução da língua.

Ainda aqui atrevemo-nos a introduzir um outro neologismo, já patente no título, para exprimir mais claramente o tipo de operações a desenvolver, relacionadas com a análise morfossintáctica dos topónimos. Daí a escolha do termo *topolexia*, também aqui colhido do grego *τοπος* [topos] “lugar” + *λήξις* [léxis] “expressão” + *-ia*, exprimindo a ideia da disciplina que estuda a sequência sintáctica fixa, relativa a um topónimo.

Este trabalho, iniciado por Joseph Piel e Dieter Kremer¹⁶², e continuado por este último (Kremer, 1994b; 1994c), será muito facilitado pela utilização da taxinomia desenvolvida no capítulo anterior, pressupondo, no que se relaciona com Aveiro, o alargamento do *corpus* toponímico (*Anexo I*), através do recurso a muitas outras fontes que, embora por nós inventariadas, não tivemos oportunidade de explorar¹⁶³, como também o tratamento etimológico da globalidade dos topónimos.

Através de programas informáticos e da estatística descritiva, é possível recolher, em tempo relativamente curto, um vasto conjunto de informações, como sejam, a título de exemplo, as combinações de palavras nos topónimos, estabelecendo classes correspondentes ao número de palavras de cada um deles, e procurando, para cada uma dessas classes, as frequências de nomes e topónimos, expressas em termos quantitativos e percentuais; o comprimento das palavras através da contagem das respectivas letras, cujo número daria lugar a outras tantas classes, para as quais se calculariam as frequências, para cada um dos diferentes nomes e para os topónimos integradores desses mesmos nomes, uma vez mais expressas quantitativa e percentualmente; a avaliação da repetição de nomes únicos, através do estabelecimento de classes identificadas com a frequência (ex: +100, +50, ... +15, +10, 9, 8, ... 1), procurando, para cada uma dessas classes o total de nomes construídos e a respectiva percentagem; a quantificação dos diferentes elementos morfossintácticos, como sejam as terminações dos topónimos (-a, -as, -o, -os, -aço, -al, -eira, -im, -inho, ...) ou as ligações preposicionais (-d', -da-, -de-...).

¹⁶² PIEL, Joseph; KREMER, Dieter – *Hispano-gotisches Namenbuch. Der Niederschlag des Westgotischen in den alten und heutigen Personen- und Ortsnamen der Iberischen Halbinsel* [Livro de antropónimos hispano-góticos. A derrocada do gótico nos antropónimos e topónimos antigos e actuais na Península Ibérica]. Heidelberg: Winter, 1976. *Apud* KREMER, 1994c: 537-538, 544.

¹⁶³ Compare-se a relação de fontes que serviu de base ao *Anexo 1* (p. I-III) e o levantamento descrito no cap. II da *Introdução* a este trabalho, *supra*, p. 7-20.

Neste campo resta ainda muito por fazer, como se mostra no artigo de Dieter Kremer (1994c) que vimos seguindo, como a análise da formação dos nomes colectivos, das construções elípticas, dos diminutivos e seus diferentes padrões, das permanências de arcaísmos; o levantamento das séries semânticas; a selecção quantificada dos nomes mais frequentes que ocorrem em primeiro lugar; o mesmo para os hagiónimos; a selecção das partículas iniciais e dos elementos terminais dos antropónimos germânicos, etc., retirando, de todo este manancial, as conclusões que se impõem. Como nos diz Kremer,

Ein Blick auf die häufigsten Wortelemente in den portugiesischen Ortsnamen läßt den sprachlichen Reichtum nur erahnen. Grundmuster der Benennung werden erkennbar. Wegen ihrer Häufigkeit tragen diese Namen jedoch meist eine zusätzliche Bestimmung. Es wäre wichtig, diese Individualisierung systematisch zu untersuchen.¹⁶⁴

¹⁶⁴ «Um olhar sobre os elementos mais frequentes nos topónimos portugueses permite adivinhar uma grande riqueza lexical e linguística. Os padrões de base tornam-se reconhecíveis. Devido à sua frequência estes nomes contribuem para uma determinação suplementar. Seria importante analisar, de forma sistemática, esta individualização.» (Kremer, 1994c: 540b). Tradução de Maria Judite Sousa Pereira.

SEGUNDA PARTE: ESTUDOS TOPONÍMICOS

II. Os nomes dos lugares: etimologia e semiologia

II. Os nomes dos lugares: etimologia e semiologia

Los nombres de lugares, fuentes, caminos, valles y hondonadas, prados, casas y términos se han transmitido de padres a hijos sin interrupción. Más o menos arcaicos, nunca han sido la letra muerta de un documento. Han tenido la garra del uso diario, la fuerza que dan al nombre el uso vital y el trabajo de cada jornada, el sentir y el vivir de una persona. Por eso su conservación ha sido más fiel que las dudosas fuentes clásicas y literarias que citan nombres de modo impreciso y donde el autor, muchas veces extranjero, no ha estado nunca.

(Gordaliza, 1993: 12)

CONSIDERANDO o que dissemos atrás, nesta segunda parte do nosso trabalho, procurámos organizar as entradas toponímicas de forma a poderem responder mais rápida e objectivamente aos desideratos ali explanados.

Assim, abrimos uma entrada para cada um dos nomes integradores dos topónimos, o mesmo fazendo em relação aos elementos toponímicos, independentemente de ocuparem o primeiro lugar ou os seguintes, deixando de fora, como é óbvio, os elementos de ligação, quase sempre expressos pela preposição *de*, com ou sem artigo.

Perante esta opção, microtopónimos como "Leira dos Adobos" ou "Lavoura do Adro" aparecerão nas entradas "Leira", "Adobos", "Lavoura" e "Adro", com os respectivos nomes a serem integrados nas correspondentes classes da taxinomia proposta, possibilitando, desta forma, um maior aproveitamento deste material, quando quisermos retirar dele informações sobre o povoamento ou a vida material.

Na primeira linha de cada entrada encontraremos, em primeiro lugar, o vocábulo correspondente ao topónimo, em itálico, negrito e maiúsculas. Procurámos sempre a forma que mais se aproxima do étimo e da norma portuguesa, ou que mais vezes se repete, independentemente da sua identificação com um topónimo de nome único, ou com um dos nomes de um topónimo composto. Quando a entrada corresponde a um elemento toponímico, geralmente um adjectivo (ex: "Bela", "Bastas") ou um advérbio (ex: "Além"), só a primeira letra será maiúscula, exceptuando situações em que se verifique substantivação. No centro da mesma linha apresenta-se a etimologia, com o étimo em itálico, precedido da abreviatura da língua de origem, em maiúsculas pequenas, de acordo com o respectivo quadro, colocado antes do início do glossário. Ainda nesta linha, encostado à direita e também em itálico, colocámos a classificação taxinómica que, de acordo com a correspondente interpretação, poderá ser múltiplice.

Na secção seguinte, ocupando uma ou várias linhas, em caracteres pequenos e

em itálico, inscreveram-se todos os topónimos ou microtopónimos em que o vocábulo da entrada participa, sob a forma simples ou derivada. Para facilitar a leitura, pusemos a negrito as ocorrências de cada uma das diferentes configurações recolhidas. Imediatamente depois de cada topónimo, entre parênteses, colocámos a identificação do lugar, em que o número de dois dígitos corresponde ao código identificador da freguesia, enquanto a letra remete para a fonte documental¹⁶⁵.

Na terceira secção de cada entrada, em caracteres maiores e normais, fornecemos as hipóteses e conjecturas que poderão explicar o topónimo, a possível evolução etimológica e outras informações de carácter histórico ou antropológico, de distribuição geográfica e, nalguns casos, as ocorrências em Portugal ou noutros Países europeus.

Por último importa deixar uma nota justificativa do material tratado, que fica muito aquém da globalidade dos topónimos recolhidos no *corpus* anexo. Conscientes da absoluta impossibilidade de os estudar todos, considerando que o tratamento de alguns significou vários dias de pesquisa e reflexão, afastámos, desde o início, a maior parte da microtoponímia da zona alagada, com destaque para as marinhas de sal.

Mas estamos perante um tipo de trabalho que exige do investigador um elevado grau de humildade, se quisermos manter a necessária honestidade científica, capaz de nos afastar das euforias que sempre surgem, quando, perante determinadas hipóteses, acreditamos ter alcançado uma explicação definitiva e inabalável. Só que, quando retomamos o fio à meada, nalguns casos quando estudamos um outro topónimo, ou avançamos com o estudo, a reflexão e as consultas, tudo se desmorona, como um castelo de areia roubado por onda traiçoeira ao menino embevecido.

Conscientes do que este trabalho significa, e das areias movediças em que nos movimentamos, mantivemos sempre esse sentimento de humildade, por vezes alimentado pelo estudo de certos topónimos que, perante as nossas interrogações, ou problemáticas levantadas, nos respondiam com uma miríade de soluções credíveis¹⁶⁶.

Colocado o problema, e pesadas as limitações dos prazos com que trabalhámos, sobrou a imposição de reduzir este glossário, mas também a vontade firme de continuar e terminar o desiderato colocado na linha de partida, mesmo sabendo que esse “terminar” não corresponde a nenhuma obra definitiva, nomeadamente em relação a nós próprios.

¹⁶⁵ Os códigos identificadores das freguesias, representados por números de dois dígitos, encontram-se na p. I do *Anexo I*; os códigos das fontes documentais, representados por uma letra maiúscula, ou por "Z" maiúsculo + minúscula, encontram-se no mesmo anexo, entre as p. I-III.

¹⁶⁶ Veja-se, a título de exemplo, os casos de "Aveiro", "Eixo" e "Esgueira".

Glossário toponímico

abreviaturas etimológicas

ACAD.	Acádico	GASC.	Gascão	MOÇ.	Moçárabe
AL.	Alemão	GAUL.	Gaulês	NAV.	Navarro
ALTO-AL.	Alto-alemão	GERM.	Germânico	NEERL.	Neerlandês
ÁR.	Árabe	GÓT.	Gótico	NOR.	Norueguês
ARAG.	Aragonês	GR.	Grego	OCC.	Occitano
AST.	Asturiano	HEBR.	Hebraico	PERS.	Persa
AVÉST.	Avéstico	HEBR.-ANT.	Hebraico Antigo	PORT.	Português
BERB.	Berbere	HIT.	Hitita	PORT.-ANT.	Português antigo
BRET.	Bretão	I.-E.	Indo-europeu	PRÉ-CÉLT.	Pré-céltico
CAST.	Castelhano	IB.	Ibérico	PRÉ-I.-E.	Pré-indo-europeu
CAT.	Catalão	IB.-VASC.	Ibero-vasconço	PRÉ-ROM.	Pré-romano
CÉLT.	Céltico	ILÍR.	Ilírio	PROTO-I.-E.	Proto-indo-europeu
CELTIIB.	Celtibero	ING.	Inglês	PROV.	Provençal
CÓRN.	Córnico	IRL.	Irlandês	ROM.	Romeno
DIN.	Dinamarquês	ISL.	Islandês	SÂNSC.	Sânscrito
ESL.	Eslavo	IT.	Italiano	SDV.	Sudoviano
ESP.	Espanhol	LAT.	Latim	SUEC.	Sueco
ETRS.	Etrusco	LAT.-HISP.	Latim hispânico	SUEV.	Suevo
FINL.	Finlandês	LAT.-POP.	Latim popular	TRAC.	Trácio
FR.	Francês	LEO.	Leonês	UGAR.	Ugarítico/Fenício
FR.-ANT.	Francês antigo	LET.	Letónio	V.-ALTO-AL.	Velho-alto-alemão
FRIG.	Frígio	LIT.	Lituano	V.-GAL.	Velho-galês
GAÉL.	Gaélico	LUS.	Lusitano	V.-IRL.	Velho-irlandês
GAL.	Galês	M.-ALTO-AL.	Médio-alto-alemão	V.PRUS.	Velho-prussiano
GALG.	Galego	MAN.	Manx	VASC.	Vasconço

Glossário toponímico

A

AÇUDA

ÁR. *as-sudd*

tecnotopónimo

Açuda (05A)

“Açuda”, do AR. *assudd*, “a represa de água”, poderá proliferar na microtoponímia, mas aparece raramente na toponímia maior, contrariamente ao seu correspondente latino – “Pre-sa”. Frazão (1981: 12a) regista apenas dois lugares com este apelativo, o “Açude do Pinto”, freguesia do concelho de Oleiros, e “Açudes de Palma”, no concelho de Alcácer do Sal.

Esta voz está também presente no léxico do salgado de Aveiro, no aparelho denominado “tranqueira do açude”¹⁶⁷, onde funciona o “bombeiro”¹⁶⁸.

ADOBOS¹⁶⁹

ÁR. *at-tub*

tecnotopónimo

Adobeiro(s) (01A), Adobos (02A), Cova dos Adobes (02A: Quintã do Loureiro), Gândara dos Adobes (08A), Leira dos Adobos (02A), Vale dos Adobos (04A)

“Adobo” ou “adobe”, do ÁR. *attub*, “o tijolo cozido, seco ao sol”, muito utilizado na construção de habitações.

A noção colectiva, ou, melhor, a noção de lugar onde se produz qualquer coisa, é dada, nestes topónimos, pelo plural – “Adobos”, “Adobes” – ou pela sufixação *-eiro* – “Adobeiro”, “Adobeiros” < “Adobe” + *-eiro*, sufixo que, neste caso, significa o lugar onde se produz ou fabrica alguma coisa.

A forma com terminação *-o* é claramente romanizada, ao contrário da terminada em *-e* que deverá filiar-se nalgumas das falas moçárabes, que oscilam entre a conservação ou a queda da vogal final, ou, muito simplesmente, corresponderá a um comportamento influenciado pelo «superestrato árabe, lengua que practica la pérdida de la vocal final» (Galmés de Fuentes, 1983: 71-74).

ADRO

LAT. *atriu-*

odotopónimo

Adro de Baixo (04VW), Adro de Cima (04VW), Adro da Senhora da Graça (04A), Lavoura do Adro (04A), Rua do Adro de Baixo (04A), Rua do Adro de Cima (04A), Vale dos Adros (04A)

“Adro”, do LAT. *atriu-*, “pátio interior, pórtico que rodeava o pátio, pórtico dum tem-

¹⁶⁷Embora o determinativo não apareça em nenhuma obra publicada, o termo foi recolhido pelo autor em trabalho de campo dos anos 60. Informação do marnoto José Gamelas.

¹⁶⁸«O *bombeiro* é formado por um taboleiro de madeira de pinho, especie de grande bartidoiro, preso a uma corda que se suspende aos paus d'uma cabrilha de 3 metros d'altura, denominada *tranqueira*. [...] As cabrilhas armam-se n'uma poça onde vem ter a agua, que se pretende escoar; e em frente d'un açude, destinado a recebel-a depois d'elevada.» (Alcoforado, 1877: 59). Ver também Nogueira (1935: 85); Castro (1945: 189); Dias (1996: 20 e 85)

¹⁶⁹Apesar de nenhum destes topónimos se inscrever na área da freguesia de Esgueira, foi aqui que a produção de adobos teve mais importância, nomeadamente nos finais do século passado, como se afirma numa publicação da época: «A produção de adobes ocupava, assim, um elevado número de individuos em Esgueira [nos finais do século XIX...]. O *Anuario Commercial de Portugal* repetia, ano após ano, que, em Esgueira, o fabrico de cal e adobes ocupava “diariamente para cima de 500 pes-soas” [...].» (Rodrigues, 1998: 316).

A templo”, veio a designar, no romance do Noroeste peninsular, o “terreiro em frente ou à volta de uma igreja”. O apelativo originou vários topónimos em Portugal e na Galiza onde, a par de “Adro”, se encontram formas ainda mais antigas, como “Atrio” e “Adrio” (Cabeza, 1992: 394).

Piel (1989: 12) considera esta voz como exemplo de alguns conservadorismos presentes no galaico-português, colocando a hipótese de se tratar de uma inovação regional que poderia recuar ao período romano.

No concelho de Aveiro apenas encontramos microtopónimos com esta voz na freguesia de Eixo, mais um elemento a confirmar a antiguidade do povoamento nesta zona, onde se repetem, a nível da toponímia, diversos arcaísmos. Por conhecimento pessoal, podemos acrescentar que este apelativo tem uma utilização geográfica que ultrapassa o Noroeste da Península, já que é muito vulgar em Évora, nomeadamente na freguesia de S. Mamede, onde o largo da Igreja é denominado localmente por "adro".

AGRA

LAT. *agru-*

agrotópónimo

Agra (01A, 02AC, 05AC, 06A), *Agra dos Andoeiros* (05T), *Agra de Aradas* (01A), *Agra (de) Baixa(o)* (02A), *Agra de Cacia* (02A), *Agra de Cima* (02A, 05A), *Agra do Couto* (06S), *Agra do Crasto* (01E), *Agra de Dentro* (02A), *Agra de Esgueira* (05A), *Agra do Facho* (05A), *Agra de Fora* (05A), *Agra dos Frades* (06L), *Agra Grande* (05AT), *Agra Grande das Ribas* (05T), *Agra dos Judeus* (06AL), *Agra de Mariola* (05T), *Agra do Meio* (02A), *Agra Moreira* (05T), *Agra do Norte* (02A), *Agra Nova* (02A), *Agra do Paço* (05A), *Agra da Pedra de Moura* (01W), *Agra Pequena* (05AT), *Agra das Ribas* (05T), *Agra das Roçadas* (05T), *Agra de Sá* (10AGQ), *Agra de São Tomás* (06A), *Agra dos Selões* (02A), *Agra de Verdemilho* (01A), *Agra de Vilarinho* (02A), **Agras** (05C:Taboira), **Agrinha(s)** (06A), **Agro** (04A, 05A, 09A), *Chão da Agra* (02A), *Portal da Agra* (05T), *Rua da Agra* (02A), *Terras das Agras* (07A), *Viela da Agra* (01A, 05A), *Vinha da Agra* (02A)

“Agra”, de “agro”, do LAT. *agru-*, designa “campo, terra cultivada”. No concelho de Aveiro há poucas manifestações desta voz com o género do étimo latino, proliferando a forma com a marca do feminino, talvez devido à atracção de “terra”, de que temos um registo em “Terras das Agras”. Um comentário de Orlando Ribeiro, inserido numa caracterização da economia antiga do Noroeste hispânico, e referido a este apelativo, parece dar razão a esta hipótese:

Os cereais eram todos de sequeiro e exigiam terras enxutas (*agras*), onde se cultivavam alternadamente espécies de Inverno – trigo, centeio, cevada – e de Verão – milho alvo e painço. (Ribeiro, 1986: 111-112)

Na Galiza as *agras* constituíram uma forma de organização agrária, havendo pelo menos duas em cada aldeia, uma para cada folha de cultivo. Eram amplos terrenos de cultivo, principalmente de cereais, que, embora delimitados no seu conjunto, estavam divididos em parcelas abertas. Estes campos galegos tinham, nalguns casos, outras denominações, como *veiga*, *vilar* ou *estivo* (Villares, 1991: 27).

No Norte de África encontramos a voz berbere *agbrum*, com o significado de “pão” (Amazigh: 5), coincidente com a forma latina, mas por certo um empréstimo desta língua, considerando o largo período de presença romana em toda esta zona.

Para Piel (1989: 56), arcaísmos e galego-minhotismos como *agro*, *agra*, *agrela*, conservados na toponímia, identificam-se com o LAT.-HISP. falado na Galécia, ainda durante a época romana, que já então ganhara foros de especificidade face à latinidade de outras regiões hispânicas.

ÁGUA

LAT. *aqua-*

agro-, tecno-, hidrotopónimo

Água da Granja (08N), *Aguarador* (05T), *Agueirão* (05T), *Agueiros* (08A), *Azenha da Água da Granja* (SZ), *Azenha da Água da Venda* (Z), *Chão da Água* (02A), *Esteiro das Portas de Água* (10C), *Olho d' Água* (01A, 05A), *Pinhal da Água* (05E), *Porto da Água da Granja* (08G), *Vale da Aguanada* (09AE)

As características da região de Aveiro, onde a água está omnipresente, justificam os diferentes microtopónimos a ela alusivos. Se hoje já não encontramos "Aguarador" e "Agueirão", retirados de um documento da primeira metade do século XV, ainda se detecta a presença do segundo, com a marca do plural e despido do sufixo aumentativo.

Considerando os contextos em que nos aparece a voz "água", principalmente em documentos dos séculos XV a XVII, depreende-se que já foi apelativo de pequeno curso de água, realidade que se ajusta aos topónimos "Água da Granja", "Azenha da Água da Granja", "Azenha da Água da Venda", "Chão da Água", "Pinhal da Água" e "Porto da Água da Granja". Esta fala já não ocorre hoje com tal significado, pois a antiga "Água da Granja" deu lugar ao actual "Vale da Granja", enquanto a "Água da Venda" foi substituída por "Rego da Venda", já registado no século XVI, mas ainda presente na actualidade.

O derivado por aglutinação "Aguanada" de "água" + "nada", LAT. *nata-* "nascida", é, com toda a evidência um sinónimo de "nascente", o mesmo é dizer, de "nascida de água".

Quanto aos derivados "Agueirão" e "Agueiros", ambos formados do étimo "água" + *-eiro*, sufixo com o significado de lugar onde se guarda algo, no primeiro caso acrescido do sufixo aumentativo *-ão* e, no segundo, com a marca do plural, são apelativos relacionados com o regadio, designando o sulco por onde passa a água da rega.

Guardámos para o fim o arcaico "Aguarador", recolhido num documento do século XV e correspondendo ao actual "aguadouro", de "aguar" (< LAT. *ad aquari*, "juntar água") + infixo *-a-* + sufixo *-dor* ou, talvez melhor, *-douro*, se considerarmos a forma actual e a variante "ougadouro" encontrada no mesmo documento (*Anexo I*, p. VI), designando o lugar onde se afoga o linho, a cova com água em que se faz o curtimento do linho.

Em Trás-os-Montes, no distrito de Bragança, usa-se o derivado com o sufixo *-eiro* – "aguadeiro":

O linho atado em molhos, com as raízes para um lado e as pontas para outro, é deitado na água de tanques, de ribeiras, de açudes ou de fossos, cavados expressamente para este fim, e aos quais se dá o nome de *aguadeiros* do linho.¹⁷⁰

AGUIÃO

LAT. *Aquilone-*

anemo-, antropotopónimo

Aguião (04A), *Guião* (09A)

O microtopónimo "Aguião", do LAT. *Aquilo* "Aquilão" (vento norte), designa uma propriedade exposta ao vento norte. A toponimização desta voz mostra-nos a influência das nortadas nas diferentes culturas, obrigando os camponeses a construir sebes de protecção que, na zona de Eixo, se denominavam "cômoros".

Há ainda a possibilidade deste topónimo se referir ao antropónimo *Aquilo* ou **Aquilus*, o primeiro dos quais abunda como cognome, designando uma "cor escura", pelo que poderá emparceirar com outros cognomes vulgares na antroponímia latino-cristã do Noroeste hispânico, como *Albus*, *Flavus*, *Maurus*, etc. (Piel, 1948: 31)

Nesta hipótese, "Aguião" poderá referir-se a um antigo *fundus Aquilanus* (>*aquilano* >

¹⁷⁰ Ver PACHECO, Helder, org. – *Artes e tradições de Bragança*. Lisboa: Terra Livre, 1984. p. 186).

A

**aquilão* > “Aguião”), recuando aos primeiros séculos da nossa era, ou, mais provavelmente, ao período de domínio suevo, quando o genitivo substituiu o sufixo possessivo na designação do possessor da propriedade. Como o latim popular se reduziu a dois casos, o nominativo e o acusativo, era este que funcionava como caso oblíquo, pelo que *Aquilonem* (> *aquilone* > *aquilon* > “Aguião”) também desempenhou a função de caso possessivo.

AIDO

LAT. *aditu-*

agrotópónimo

Aidinho (09A), **Aido** de Baixo (03A), *Aido do Bicho (ou Bucho?)* (07A), *Aido do Carochó* (09A), *Aido de Cima* (07A), *Aido do Cosme* (09A), *Aido do Couteiro* (01A), *Aido do Entrudo* (04A), *Aido da Fonte* (02A), *Aido do Garrido* (01A), *Aido da Igreja* (03A), *Aido do Machinho* (02A), *Aido do Marco* (08A), *Aido Maria Morais* (03A: *Carcavelos*), *Aido do Padre* (07A), *Aido do Pereira* (07A), *Aido da Poça* (03A), *Aido do Queirós* (01A), *Aido do Remédio* (08A: *Costa do Valado*), *Aido do Roque* (08A), *Aido do Silva* (06A: *Vilar*), *Aido(s) da Velha* (07A: *Verba*), *Aido Velho* (03A), **Aidos** (05A, 07A, 08A: *Oliveirinha*, 09A, 10A: *Quinta do Gato*), *Aidos de Azurva* (05A), *Aidos da Capela* (05A), *Aidos de Celha (ou Silba?)* (07A), *Aidos de Cima* (09A), *Aidos do Porto de Ílhavo* (07A), *Aidos da Torre* (02A), *Aidos de Verba* (07A), *Aidos da Vessada* (07A), *Cabeço dos Aidos* (01A), *Cabo dos Aidos* (01A: *Quinta do Picado*), *Castro dos Aidos* (08A), *Lavouras de Trás-dos-Aidos* (08A), *Serrado de Trás-dos-Aidos* (01A), *Trás-dos-Aidos* (01A, 04A, 06L, 08A, 09A)

É notável a propagação, em Aveiro, da voz “Aido”, do LAT. *aditus*, “entrada para um edifício ou um lugar”, designando uma “pequena propriedade junto à casa”, tanto mais que nunca aqui encontramos o termo “eido”, forma muito mais prolífica no galaico-português e a única presente na toponímia galega (Cabeza, 1992: 22).

“Aido” designa pois um quinteiro ou quintal junto a uma casa, uma pequena propriedade, anexa à casa principal da exploração agrícola, geralmente ocupada com pomar ou plantas hortícolas.

A evolução de *aditu-* > “aido” resultou da queda do *-d-* intervocálico e da sonorização *-t* < *-d-*. A permanência do ditongo /ai/, que no galego-português evoluiu para /ei/, poderá resultar da chegada tardia desta voz, certamente carregada por assentamentos moçárabes, cujos falares conservaram os ditongo /ai/ e /au/ (Lapesa, 1991: 176).

ALAGOA

LAT. *lacu-* > *lacuna-*

limnónimo; hidrotópónimo

Alagoa (04A, 07A, 09A), **Alagoas** (02A), **Alagoela** (04AW), **Alagoinha** (09A), **Lago** do Paraíso (06EXY) ou **Lago** da Promaceira (06X), **Lagoa** (12AEST; 07A, 09A), **Lagoa** do Junco (05A), **Lagoas** (01A), **Lagoela** (04EVW), **Lagoinha** (03A), **Lagoinhas** (07A), **Lagos** (05A), **Ponte da Lagoela** (04V), **Rua da Alagoela** (04A), **Vale da Alagoa** (03A), **Vale da Lagoa do Junco** (04E, 05A)

Os topónimos “Lagoa” e a sua forma protética “Alagoa”, do LAT. *lacuna*, bem como os seus derivados (diminutivos em *-inha* e *-ela*), parecem designar em Aveiro terrenos pantanosos, charcos ou pauis. Nalguns dos locais em questão, este significado está hoje desajustado da realidade, por motivos que se prendem com a antiguidade dos topónimos e da ocupação humana na região, que foi promovendo, ao longo dos tempos, sucessivos trabalhos de drenagem e arroteamento ou, noutros casos, alteamentos e aterros¹⁷¹.

No Minho, este termo continua relacionado com a abundância de água, pois é apelativo de belga grande com água limosa ou de lameiro.

A forma simples, sem o *a-* coalescente, mas algumas vezes precedida do artigo *a*, aparece com frequência na toponímia da Galiza (Cabeza, 1992: 232).

¹⁷¹ Em Eixo, «quando se fez a estrada nova [...] se fizeram em alguns sítios grandes aterros [...] no sítio da Laguela se fez um grande aterro aos lados do pontão, tanto para a banda de Aveiro como para a da vila [...]» (Vicira, 1984: 31).

A forma "Lagos", na freguesia de Esgueira, deverá ser corruptela de "Lagoa", devida por certo ao escrevente do livro de registo das matrizes, onde o microtopónimo foi recolhido. O "Lago do Paraíso" corresponde a uma grande toalha de água, na zona alagada, entre a estrada para a Barra e o lugar de Santiago, sítio hoje muito assoreado, de tal forma que fica a descoberto durante a baixa-mar.

ALBOI

IB.-VASC. *albodi* ?

antropo-, etno- dendrotopónimo ?

antropotopónimo ?

etnotopónimo ?

Alboi (06PSU)

O topónimo "Alboi" corresponde a uma área hoje integrada no centro urbano, tendo quase desaparecido da toponímia oficial, exceptuando o denominado "Cais do Alboi"¹⁷², embora continue bem vivo entre os habitantes da zona. Apesar de não termos encontrado registos anteriores a 1687, tal não significa que o topónimo não seja muito mais antigo, como se depreende da própria grafia e do facto de uma das portas da muralha quatrocentista, que abria para a actual Rua de José Rabumba, antiga "Rua do Alboi" (Mendes (1974: 246-247), levar esse determinativo.¹⁷³

Outrora, o então chamado "Bairro do Alboi" (Quadros, 1984: 53) compreendia não só a actual Rua de José Rabumba, mas a zona onde veio a construir-se a urbanização do Largo do Conselheiro Queirós.

Queimado (1937), na sua "Memoria sobre a villa de Aveiro", datada de 1687, identifica o "Alboy" com a zona residencial dos mercadores «inglezes, que lhe pozeram aquelle nome de Albyon sua terra natal que significa Inglaterra». Das ingenuidades populares podemos respigar outra etimologia pretensamente inglesa, justificada por um «ó boy», arvorado no vocativo com que os ilhéus do Noroeste europeu se dirigiriam aos íncolas aveirenses.

A origem de "Alboi" mergulha certamente no substrato, abrindo-se a hipótese de uma etimologia ibérica, se considerarmos os actuais VASC. *albo* "plátano, lado, costeira" e *albodi* "bosque de plátanos" (Lopez-Mendizabal, 1976: 24b). Todos estes significados assentam como luva a esta área e, em relação ao último, a queda do *-d-* intervocálico forneceria de imediato o nosso "Alboi".

Não é de excluir uma hipótese de base antroponímica, pré-romana, atendendo aos nomes *Albonius*, *Albonia* e *Albui* (gen.), encontrados em diversa epigrafia da Lusitânia, num dos casos em S. Sebastião do Freixo, Leiria. Fora da Península, esta antroponímia apenas foi encontrada na Itália ligúrica (Palomar Lapesa, 1957: 28); no Norte de Portugal aparecem também os nomes *Albonius*, nos concelhos de Resende e Vila Nova de Foz Coa, e *Albuia*, em Panoias, Marco de Canavezes (Albertos Firmat, 1985: 263, 309)¹⁷⁴.

Por último, deixamos apenas uma nota, referindo a presença, ao norte de Lugo, de um assentamento de *Albiones*, um dos *populi* de que nos fala Plínio: «[...] *et deinde conventus Lucensis a flumine Navia Albiones* [...] (L. 4, 111).

¹⁷² O "Cais do Alboi" começa no "Cais dos Moliceiros" e termina na "Rua da Liberdade"; nos Roteiros da Câmara, de 1945 e 1952, indica-se a "Rua de Clemente Morais" como anterior denominação.

¹⁷³ Alusões à "Porta do Alboi" podem ser encontradas em Costa (1868, v.2: 66), Gomes (1875: 170) e Queimado (1937: 93). A "Memória" de Queimado, publicada em 1937 no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, foi escrita em 1687.

¹⁷⁴ Para estes nomes e respectiva cartografia ibérica, ver também Albertos Firmat, 1976: 57-86.

A

ALCAIDE

ÁR. *al-qaid*

axiotopónimo

Alcaide (08.A)

Este microtopónimo, do ÁR. *al-qaid*, "chefe, comandante, governador de praça", corresponderá a uma metonímia em que o cargo substitui a pessoa, na identificação de uma propriedade que, por certo, pertenceu a um antigo alcaide de Aveiro.

Seria certamente um "alcaide-menor" ou "alcaide pequeno", designado de entre os "homens-bons" da terra, já que a vila, ciosa dos seus pergaminhos e privilégios, não gostava de ver nobres de portas adentro. Isto mesmo se depreende de uma carta de D. João II, data de 30 de Dezembro de 1493, em que, a pedido dos aveirenses, confirmava esse mesmo privilégio:

[...] ComSiramdo nos Como a maior parte da gente que uiue Em a nosa uila daueiro Sam mareantes E pescadores E asi doutras pesoas que ganhão Suas Vidas fora de Suas cazas pelo qual Semdo a uila do infante dom pedro meu auoo que deus ajaa auemdo respeito a ela Se poder melhor pouorar lhe deu priuilegio que nhuas pesoas poderozas asi homes Como molheres viesem Viuer E morar na dita uila [...] E nos uemdo o que nos asim requerião Ser reZão [...] temos por bem E queremos que daqui Em diamte nenhuma das ditas pesoas poderozas [...] non uiuam nem morem na dita Vila [...]. (Madaíl, 1959: 242-243)

Em 1506, temos notícia de um conflito entre os moradores da vila e Diogo Fernandes, ouvidor do donatário, que empossara Pero Moreira, cavaleiro da casa do Conde de Faro, no cargo de alcaide-mor de Aveiro, contrariando o privilégio da vila de não ter este cargo na respectiva administração, nem «pessoa poderosa» dentro do povoado. Em 1 de Julho de 1506, D. Manuel mandava que se

[...] restituisse e ouesse por restituída a dita Villa de Aueiro a Sua posse de nom auer hi alcaide mor como dantes estaua. (Madaíl, 1959: 254).

ALDEIA

ÁR. *ad-dai'a*

oicotopónimo

Cimo da Aldeia (03.A: Eiro)

O apelativo "aldeia", do ÁR. *addaia* "pequena povoação rural", acabou por se impor no português, ultrapassando as vozes de origem latina anteriormente usadas. Quando passou ao romance parece ter designado apenas uma casa rústica isolada, um casal ou uma herdade, alargando-se depois o seu significado a uma pequena povoação. (Elucidário, v.1: 330-332).

O primeiro registo conhecido, ainda sem ditongação, data de 1134¹⁷⁵. Este apelativo tem uma larga representação na toponímia portuguesa, onde Frazão (1981: 25-33) regista cerca de três centenas e meia de ocorrências, o mesmo acontecendo em grande parte da Espanha (Nieto Ballester, 1997: 40-41), e mesmo na Galiza, ainda que com um peso reduzido (Moralejo Lasso, 1977: 15).

ALEGRIAS

LAT. *alecre- < alacre-*

antropotopónimo

Alegrias (05.A)

Frazão (1981: 33) regista seis ocorrências deste topónimo em Portugal, e ainda duas

¹⁷⁵ Academia Portuguesa de História – *Documentos Medievais Portugueses*. 1958. vol. 1, p. 74. *Apud* Machado (1997: 50).

do derivado "Alegrete". Porque ambos são apelidos de família de residentes em Aveiro e suas redondezas¹⁷⁶, pensamos que este microtopónimo poderá designar uma propriedade pertencente a uma família "Alegria".

Além

LAT. (*ad*) *illinc*

elemento lexicotopónimo

Arada de Além (S), Arrota de Além (03A), Banda de Além (07A), Braçal de Além (02A: Cacia), Chão de Além (12AE: Vilar), Cboisa de Além (02A: Quintã do Loureiro), Vinha do Chão de Além (06A)

A voz "Além" significa "do outro lado", aparecendo isolada (oriotopónimo) ou como elemento circunstancial na toponímia da Galiza e do Norte de Portugal. Refere-se a um lugar situado para além de um ponto de referência que, frequentemente, é um rio ou um curso de água (Cabeza, 1992: 29-31).

No concelho de Aveiro aparece sempre como segundo elemento toponímico, precedido da preposição "de".

ALFÂNDEGA

ÁR. *al-jândiga*

orotopónimo

Alfândega (01A), Alfândega de Cima (01A), Vale da Alfândega (04AEVW)

Este topónimo será um dos que dão razão ao povo, quando afirma que «as aparências iludem». Na verdade, perante o lugar identificado por esta denominação, nada nele aponta o vulgar sentido da voz "alfândega". A origem provável do topónimo será o ÁR. *al-jândiga*, "o barranco", que também aparece na Galiza sob a forma "*Alfândiga*" (Moralejo Lasso, 1977: 39). A evolução explica-se por atracção paronímica com "alfândega", do ÁR. *al-funduq*.

Provavelmente será também esta a origem de "Alfandanga", em Olhão e "Alfândega da Fé", encravada num dos vales da bacia do Sabor.

ALGARVIA

ÁR. *al-karavía* ?; de "Algarve" ?

etno-, fitotopónimo ?

Algarvia (01A)

"Algarvia" poderá ser uma corruptela de "alcaravia", do ÁR. *al-karavía*, que designa uma planta herbácea da família das Umbelíferas, originária da África do Norte e do Sudoeste da Ásia, espontânea e cultivada em Portugal, onde é vulgarmente conhecida por cominho. Nesta conjectura, estaríamos perante uma atracção paronímica, exercida pelo etnónimo "algarvia".

Mas a origem do microtopónimo poderá ser outra, provavelmente um etnónimo, referido ao detentor do domínio útil ou directo da terra, que, por metonímia, viesse a designar a própria propriedade. Estas ocorrências são quase sempre originadas em heterónimos, da responsabilidade da vizinhança, fenómeno registado não só na Península Ibérica, como também noutras zonas da Europa, nomeadamente em França:

En effet, quand une personne s'installait dans un lieu, les voisins lui donnaient souvent le nom de la localité ou de la région d'où elle venait. (Morlet, 1990a: 534a)

¹⁷⁶ O microtopónimo aparece apenas nas matrizes do princípio deste século e o apelido, embora não seja muito vulgar, é bastante antigo em Portugal; consultando a lista telefónica de Aveiro, encontramos um em Azurva (Esgueira) e vários no concelho de Ílhavo.

A**ALGUEIRINHO**ÁR. *al-gār*

orotopónimo

Algueirinho (01A), Ribeiro do Algueirinho (01A)

O topónimo “Algueirinho” deve filiar-se no ÁR. *algar*, “a cova, o barranco”, que deu em português (Machado, 1997: 56), galego (Moralejo Lasso, 1977: 39-40) e castelhano (Academia, 1992: 98) “algar”, com o mesmo significado, e que se encontra em topónimos portugueses como “Algar”, “Algarão”, “Algares”, “Algueirão” e “Alqueirinhos” (Frazão, 1981: 36-37, 42), ou espanhóis como “Algar” e “Algarinejo” (Nieto Ballester, 1997: 42-43).

“Algueirinho” será um derivado de “algar”, com o sufixo *-inbo*, de sentido diminutivo, designando um pequeno barranco. A forma erudita deveria corresponder a “algarinho”, que terá evoluído para “Algueirinho” pela dissimilação a distância *a-a > a-e*, com ditongação do *-e > -ei*. No entanto esta hipótese parece-nos um pouco forçada, pois, em geral, a dissimilação *-a-a* resulta em *-e-a*, enquanto a ditongação do *-e-* não ofereceria problemas se a semivogal viesse da sílaba seguinte.

Se afastarmos esta solução, poderemos talvez aceitar uma formação popular, que o deverá ser, por atracção paronímica com “alqueire” (temos um “Alqueirinhos” em Tavira), ou por influência do plural árabe de *al-gār*, a voz ÁR. *al-geirān*, donde deriva directamente o topónimo “Algueirão” (Machado, 1997: 58). Neste último caso o topónimo pressupõe o bilinguismo, o mesmo é dizer que estaríamos perante uma formação moçárabe.

ALMASLAT. *anima-**hieró-, necrotopónimo**Almas do Areal (02C), Almas do Bragal (09A), Almas do Pereira (05A), Capela das Almas (09E), Chão das Almas (03A, 05A), Chão do Almo (05A: corruptela do anterior?), Gândara das Almas (09A: Taipa), Viela das Almas (09A)*

As “Almas”, mais conhecidas, popularmente, por “alminhas”, termo que curiosamente não aparece na toponímia maior, podem ser nichos, capelinhas ou cruzeiros que lembram a morte violenta de alguém, relacionando-se com o culto dos mortos e a fé paradisíaca, expressões de religiosidade muito vivas nas zonas rurais do concelho.

Sendo sempre esta a devoção subjacente à microtoponímia em apreço, casos haverá, quando o substantivo determina um outro relacionado com a propriedade rural, que distinguem bens patrimoniais de uma qualquer “Confraria das Almas”, das muitas que outrora existiram nas diferentes paróquias do concelho.

ALMEARAÁR. *al-manara*

arqueotopónimo

Ponte de Almeara (ou Ponte da Rata) (03Zb)

“Almenara” é a forma registada pelos dicionaristas, significando lanterna, farol, fogos de aviso.

É com este último sentido que encontramos o vocábulo em Fernão Lopes: «E faziam do logar [de Almada] toda a noite ao Mestre muitas almenaras [...]» (*Crónica de D. João I*, vol. 1, cap. 136). Segundo Mário Fiúza (*Elucidário*, 1: 398), a manutenção do *-n-* intervocálico, em pleno século XV, «prova-nos que o vocábulo foi importado pelo CAST. *Almenara*, “señal que se hace con fuego em lugar elevado” que se regista desde 1250».

No entanto, as formas sem *-n-*, “Almiar” ou “Almeiar” e “Almiara”, dos topónimos do concelho de Águeda¹⁷⁷ e de Montemor-o-Velho, o primeiro dos quais deu o nome à ponte

¹⁷⁷ Na inquirição de D. Afonso II, de 1220, já esta povoação fronteira de Eirol aparecia sob a forma “Almeara”, sem o *-n-* intervocálico (Madaíl, 1959: 62).

que franqueia o rio Águeda (actual Ponte da Rata), pouco antes deste desembocar no Vouga, legitimam a hipótese de recepção anterior do vocábulo que, quanto a nós, poderá ter sido directamente importado do árabe, já no século VIII, antes da queda do *-n-* intervocálico. Vd. infra, s.v. “Alumieira” e “Atalaia”.

ALMOÍNHAS

ÁR. *al-munia*

agrotopónimo

Almoínhas (04A)

O topónimo “Almoínhas”, que está por “almuinha”, do ÁR. *al-munia*, “casal” ou “herdade”, aparece também na Galiza e Aragão (Cabeza, 1992: 22) e corresponde ao apelativo que, em português, significa quintarola, horta, quintal ou cercado.

Para Portugal, Frazão (1981: 40) regista doze aldeias com este apelativo, no singular e no plural, abarcando um espaço que vai do Alentejo ao Minho.

ALQUEIVE

ÁR. *al-qana*

agrotopónimo

Alqueive (01A), Alqueives (08A)

A voz alqueive filia-se no ÁR. *al-qana*, “terra deserta”, e designa os terrenos sujeitos a pousio, com anos em que apenas são lavrados, mas não semeados, para aproveitamento dos pastos.

Frazão (1981: 42) regista para Portugal as variantes “Alqueives” (Lagoa), “Alqueva” (Portel) e “Alqueve” [Arganil, Tomar, Cinfães (2) e Arouca]. Para Arouca o levantamento de Frazão está incompleto, pois existem dois “Alqueve” e um outro, “Alqueves”, com a marca do plural (Fernandes, 1995: 30).

ALTOS, Alta

LAT. *altu-*

orotopónimo

Altos de Lamamá (02A), Altos da Matança (02A), Cruz Alta (06AS: S. Bernardo), Ucha Alta (05A)

Na forma substantiva refere-se a terrenos da zona alagada, que pouco excedem a cota zero, mas que justificam o apelativo por não serem inundáveis na sucessão das marés. A toponímia composta com este elemento aparece com frequência no Noroeste Peninsular, como por exemplo em vários pontos do concelho de Arouca (Fernandes, 1995: 30) e na Galiza (Cabeza, 1992: 71; *passim*), com várias ocorrências em Portugal a Norte do Tejo (Frazão, 1981: 42-44).

Aparece também na forma adjectiva (Cruz Alta, Ucha Alta), como elemento secundário e qualificativo.

ALUMIEIRA

LAT. *luminaria*

arqueotopónimo

Alumieira (05ACKZc)

A forma protética “Alumieira” do plural neutro LAT. *luminaria*, que aparece também na Galiza (Cabeza, 1992: 146), será a forma latina correspondente ao árabe “Almeara”, designando o lugar de sentinela donde se faziam sinais de luzes, com candeias, fogueiras ou archores. Vd. supra, s.v. “Almeara”; infra, s.v. “Atalaia”.

Para Portugal, Frazão (1981: 44) regista a variante “Alumiara” (Vila Nova de Gaia) e

apenas duas "Alumieira" (concelhos de Aveiro e Oliveira de Azeméis). Despido da coalescência, o topónimo aparece duas vezes com a forma "Lumiar" (Lisboa e Alvaiázere) e uma com o plural "Lumiares" (Armamar) (Idem: 435).

ALVADIO, Alva

I.-E. *albb-; LAT. *albare, alba-*

fitotopónimo (elem. lexicotopónimo)

Alvadio (07A), *Matos da Palheira Alva* (07A), *Palheira Alva* (07A), *prado alvar* (G-959: *Alavario*)

Os três microtopónimos da freguesia de Nariz deverão ligar-se no sentido e no espaço, e poderão corresponder a três denominações do mesmo sítio, salvaguardando a necessidade de efectuar uma observação *in loco*, o que não foi feito.

A realidade retratada deverá corresponder a um campo alagado onde cresce o junco, «plantas herbáceas, alongadas e flexíveis, da família das Juncáceas (género *Juncus*), representadas em Portugal por várias espécies espontâneas, aquáticas ou de terrenos húmidos ou alagadiços». Na área da Ria de Aveiro destacam-se as espécies *Juncus effusus* e *Juncus maritimus* (Reis, 1993: 136).

A raiz *albb- "branco; rio", do proto-indo-europeu pré-céltico ou, pelo menos, paracéltico, que está por detrás de vários hidrónimos um pouco por toda a Europa, nomeadamente na Suíça, onde estas formações são bastante prolíficas (Müller, 1990b: 564a), está também presente no latim, com o significado de "branco".

Como elemento toponímico, "Alva", do LAT. *alba* "branca", surge como adjectivo qualificativo de "Palheira", o que condiz com a aparência dos terrenos alagadiços cobertos de junco, principalmente quando neles incidem os raios solares.

"Alvadio", do LAT. *alba(re)* + *-(d)io*, sufixo que forma adjectivos de verbos, com o sentido de "modo de ser" ou "referência" (Vilela, 1994b: 103), substantivou no topónimo, como sinédoque de "campo (ou terreno) alvadio" ou, se houver correspondência com o sítio designado, como metonímia de "(Matos da) Palheira Alva".

ALVAR

CÉLT. *arbar (GAÉL. *arbbar*)

agrotopónimo

prado alvar (G-959: *Alavario*), *Alvariça* (02A)

"Prado Alvar", documentado em 959, numa das confrontações das propriedades de Aveiro (*Alavario*) possuídas pela condessa Mumadona Dias e por ela doadas ao mosteiro de Guimarães, poderia significar o mesmo que os microtopónimos anteriores, se "alvar" fosse adjectivo com o mesmo significado de "alvo". Mas esta hipótese tropeça com a presença do sufixo *-ar*, que nunca forma adjectivos de adjectivos, mas sim adjectivos (familiar, escolar...) ou substantivos (vilar...) de substantivos (< família, escola, vila).

Assim, inclinamo-nos para uma tautologia, que poderá recuar ao adstrato típico do convívio entre duas línguas diferentes, tautologia tanto mais facilitada, quanto verificamos, como veremos de seguida, aproximações semânticas entre a voz celta e a latina, pois destas línguas se trata.

Se "alvar" fosse um adjectivo do LAT. *arvu* "campo, terra lavrada, seara", faria pouco sentido que qualificasse "prado", do LAT. *pratu*, "prado, terreno, campo", realidade que poderá ter estado por detrás da interpretação de Piel (1937: 27-28), identificando "alvar" como patronímico de *Alvarus*. Muito mais tarde, referindo-se em concreto ao topónimo "Prado Alvar", que também aparece na Galiza sob a forma aglutinada "Pradoalbar" (Cabeza, 1992: 344), Joseph Piel (1989: 87-87) continua a manter a mesma opinião.

Quanto a nós, pensamos que este "alvar" corresponderá a uma voz celta, detectável

no GAÉL. e no IRL. *arbhar*, "cereais, plantas gramíneas", no V.-IRL. *arbe*, com o mesmo significado (MacBain, 1982), e também no MAN. *aber*, "pastagem, margem, foz de rio" (Kelly, 1993). No mesmo grupo poderíamos ainda incluir o verbo GÓT. *alþan* "cultivar, plantar, deixar crescer" (Carver, 1998), apenas como mais um contributo para confirmar a ligação de todas estas vozes ao mesmo campo semântico.

Se cruzarmos os significados das vozes gaélicas da Escócia, Irlanda e Ilha de Man, talvez possamos chegar ao sentido primitivo da fala celta, que poderia identificar um prado húmido, em terreno sujeito a inundações, o que explicaria, embora com desvio semântico, o CAST. *albariça*, "laguna salobre" (Academia, 1997: 82b).

Perante todos os considerandos precedentes, não podemos concordar com Piel (1937: 28), quando, embora estranhando o sufixo, atribui a "Alvariça" o sentido de uma «casa, etc. que pertence ou que pertenceu a um chamado Álvaro». Pela nossa parte, interpretamos o topónimo "Alvariça", recolhido na freguesia de Cacia, que se queda nas margens do Vouga, como o "sítio dos pastos", com o sufixo *-iça* a designar lugar, como em "cavalariça".

ALVEGADA

ÁR. *al-birka* ?, PRÉ-ROM.?

agrotopónimo

Alvegada (02A, 03A, 09A), *Alvergada* (09A), *Alvegadas* (02A, 07A).

"Alvegada" e "Alvergada" podem provir de "alverca" + *-ada* < ÁR. *al-birka* "tanque de água para rega", o que daria ao topónimo o significado de "leira de regadio", dado o sentido do sufixo nominal *-ada*, de origem latina, que exprime as ideias de conjunto, medida, acção, justificando desta forma a metonímia.

O topónimo poderá também ser um derivado de **abelga* ou **albelga*, formas protéticas de "belga", provenientes do artigo coalescente *a* ou *al* (árabe), o que, a verificar-se, justificaria as formas *Alvegada* (ou *Albegada*) e *Alvergada* (ou *Albergada*)¹⁷⁸. No primeiro caso a evolução explicar-se-ia pela sequência *Alvegada* < *Albegada* < **abelgada* < **abelga* + *-ada*, registando-se a metátese do *l* do grupo *bl* para o fim da sílaba anterior (*abel-* > *albe-*), possível se tivesse havido emudecimento do *-e-* de "abelgada", (Huber, 1986: 154); ou, no segundo caso, teríamos a sequência *Alvergada* < **albergada* < **albelgada* < **albelga* + *-ada*, com a dissimilação a distância *l-l* > *l-r*, vulgar na formação do português (Huber, 1986: 151). Vd. infra, s.v. «Belguinha»

Qualquer destas hipóteses não afastaria o sentido de «pequeno campo cultivado», atribuído pelos dicionaristas ao apelativo "belga".

AMANHADA

GÓT. *manjan*

lexotopónimo

Mal Amanhada (05A)

Topónimo circunstancial com referência à forma como a terra foi agricultada, se distribuía topograficamente ou à sua aptidão agrícola. Uma clara metonímia, em que a associação de dois adjectivos se substantivou, substituindo o qualificado pelo qualificativo.

¹⁷⁸ Vd. *Anexo I*, p. VII, s.v. «alvegada» e «alvergada».

AMARONA

CÉLT. *māra* + *onna*

hidrotópónimo

Amaroa (05A), *Amarona* (01A), *Rua da Amarona* (01A), *Vale do Marona* (01E)

O “Vale do Marona” corresponde a um ribeiro que nasce entre as Quintãs e a Quinta do Picado, próximo do Carregueiro, entrando na zona alagada a Sul da Agra do Crasto, em Verdemilho e desaguando na Ria de Aveiro. A quase totalidade do seu curso coincide com o limite entre os concelhos de Aveiro e o de Ílhavo.

“Marona”, que também aparece com a vogal protética, poderá ter origem no CÉLT. *māra* “grande” + *-onna* “curso de água”. O CÉLT. ou PRÉ-CÉLT. **onna* “curso de água; água” (Walter, 1994:62; Baylon, 1982: 68; Rostaing, 1985: 27), que também encontramos no BR. *auon* “rio” e no GAUL. *abona* “rio” (MacBain, 1982), aparece isolado ou como segundo elemento em hidrotópónimos europeus, como em França os ribeiros e rios *One* (Luchon), *Beuvronne* (<*Bebronna* “ribeira dos castores”) e *Garonne* (<**gar-onna*) (Baylon: ib.) e, em Espanha, na província de Palência, a *Fuente de la Marona* (Gordaliza, 1993: 171). Este elemento é ainda visível nos apelativos do MAN. *marrooan* “margem de ribeiro” e *strooan* “ribeiro” (Kelly, 1993).

Quanto ao primeiro elemento, já identificado por Corominas (1976b: 158), numa outra situação, com o CÉLT. *māros* “grande”, é possível descortiná-lo, com o mesmo significado, no BR. *meur*, GAÉL. *mór* e *màrach* (<*mór* + *-ach*, desinência do neutro), IRL. *mór*, V.-IRL. *mór*, *már*, GAL. *mawr*, V.-GAL. *maur*, CÓRN. *maur*, GAUL. *-maros* (MacBain, 1982) e no MAN. *mooar* (Kelly, 1993).

O sentido deste nosso topónimo seria então o de “ribeira grande” ou, menos provavelmente, “margem do ribeiro”, se considerarmos o significado do apelativo MAN. *marrooan*. A forma sem a vogal coalescente apenas aparece na Carta Militar (f. 185), sendo de notar que apenas a ocorrência na freguesia de Esgueira, que não conseguimos localizar, apresenta a queda do *-n-* intervocálico, o que não se verifica em Aradas, onde o duplo *-m-* céltico é respeitado.

AMASSADEIRA

LAT. *macerare*

tecnotópónimo

Amassadeira, *Amassadeiras* (06A: *Vilar*), *Massada* (08A), *Massuda* (08A).

“Amassadeira” deve estar por «amaçadeira», que poderá significar o sítio onde se maça o linho. Os dicionaristas registam o vocábulo «maçadeiro» com o significado de pedra em que se maça o linho.

Considerando os significados do LAT. *macerare*, presentes no PORT. “maçar”, o verbo português pode ter vindo directamente do latim popular, onde a síncope podia ter acontecido (*macerare* > **maceare* > “maçar”) e, neste caso, o PORT. “maço” seria um derivado regressivo daquele verbo. Se aceitarmos esta hipótese também “maçadura” proviria directamente do latim popular, quando o participio futuro perdeu o sentido verbal e se adjetivou ou substantivou, como, por exemplo, em “cobertura”.

“Amassadeira”, má grafia de “Amaçadeira”, é um derivado de “maçar” + *-(d)eira*, sufixo a designar o lugar e o instrumento da acção (ex. “banheira”), com a vogal protética.

O *Elucidário* (2: 395) averba «massua» com o significado de «maçadura de linho», ideia claramente presente no topónimo “Massuda” que, em Oliveirinha, manteve o *-d-* intervocálico, a que não será estranha a tardia colonização, possivelmente com famílias portadoras de outro substrato. Na mesma freguesia, encontramos também, possivelmente referido ao mesmo sítio, a forma “Massada”, de “maçar” + *-ada*, sufixo a designar a acção praticada.

AMERICANO

de América

odotopónimo

Estrada do Americano (10A)

O *americano* correspondia a um meio de transporte assente em carris, com utilização de tracção animal. A estrada (ou caminho) do *Americano* foi construída, mas os carris nunca foram instalados. Este projecto pretendia ligar a estação do caminho-de-ferro ao cais da Ria, pelo que o novo caminho começava na Praça do Comércio (actual Praça de Joaquim de Melo Freitas), atravessava o Ilhote do Cojo e seguia pela actual Rua do Comandante Rocha e Cunha até à estação. O topónimo lembrou, enquanto existiu, um projecto inacabado.

O projecto foi desencadeado em 1873 por Silvério Augusto Pereira da Silva, Director das Obras Públicas de Aveiro, que requereu à Câmara a concessão para a construção de um caminho-de-ferro americano, entre a Estação e o cais da Ria. A concessão veio a ser deferida em 10 de Abril do ano seguinte e, quinze dias depois, por escritura lavrada no Porto, o concessionário transfere-a para uma companhia fundada na capital nortenha por Agostinho Francisco Velho.

O assentamento da linha passava pela construção de um novo arruamento, que a Câmara se comprometia a realizar, devendo o concessionário contribuir com os custos da expropriação de uma casa a demolir, situada entre as duas pontes da cidade, no prolongamento da frente do actual Hotel Arcada. De todo o projecto apenas ficou o arruamento, cujo troço ocidental, a partir das pontes, recebeu o nome oficial de Avenida Bento de Moura, embora popularmente ficasse conhecido por "Caminho Americano" (Gomes, 1899: 249). Este último apodo, depois da construção da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, ficou circunscrito ao troço oriental, a actual Rua Comandante Rocha e Cunha.¹⁷⁹

AMIEIRA

PRÉ-CÉLT./CÉLT. *amino(a)?

dendrotopónimo

Fonte da Amieira (061: junto da muralha)

Nome vulgar do *Alnus glutinosa*, frequente junto dos cursos de água e em lugares muito húmidos. Em Portugal ocorrem mais de setenta topónimos referidos a esta árvore, sob as vozes Ameal, Amiais, Amiar, Amieira (25), Amieirais, Amieiral, Amieiras, Amieirinho e Amieiro (Frazão, 1981: 47-49). O topónimo, de origem pré-romana, repete-se na Galiza sob as formas Ameneiro(s), Amieiro(s), Amieira, Ameneiral, Amieiral e Amenal (Cabeza, 1992: 148)

Este apelativo apenas está presente na Galiza e nos antigos *conventi* da Lusitânia que actualmente pertencem a Portugal, embora ocorra muito raramente a sul do Tejo. Será um apelativo trazido para a Península pelas primeiras vagas pré-celtas, já que tudo indica tratar-se de uma fala indo-europeia, possivelmente calaico-lusitana.

Tem-se apresentado o LAT. **amœnariu-* (<*amœna* "lugares aprazíveis") como origem do nome desta árvore, o que se explicaria por metonímia, em que o ambiente propiciado por este arvoredo, o nome da causa, se substituiu ao do efeito.

É muito provável que o étimo seja outro, que não o latino, mergulhando porventura no substrato e, provavelmente, com uma raiz relacionada com "água", já que estamos perante uma planta de zonas húmidas, cujo habitat privilegiado são as margens de rios e ribeiros. Se considerarmos as vozes para "rio" do GAÉL. *abbainn*, IRL. *abhann*, V.-IRL. *abann*, GAL. *afon*, BR. *auon*, GAUL. *abona* e *ambe* "ribeiro, rio", o LAT. *amnis* (<**ab-nis*) (MacBain, 1982) e o SÂNSC. «*ambú* (neutro) "água" e o seu sinónimo *ámbbas*» (Corominas, 1976b:103), podemos

¹⁷⁹ Para mais informações, ver FERREIRA, Fausto de Matos Melo – "O Americano". *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. N.º 15/16 (Dez. 1990), 49-52.

admitir um **ami(e)no(a)*, CÉLT. ou PRÉ-CÉLT., do Noroeste da Península, com o provável significado de “árvore dos rios”. Deste étimo derivariam, por sufixação, os nossos “Amieiro(a)” e “Amial”.

AMOREIRA

LAT. *moru-*

dendrotópónimo

Amoreira(s) (02A),

“Amoreira”, forma coalescente de “moreira”, deriva do étimo LAT. *moru-* “amora”. O latim popular ao abandonar o género neutro, substituiu o singular em *-um* pelo masculino *-us*, enquanto «o plural em *-a* foi considerado como feminino do singular» (Vasconcelos, 198?: 247).

Este fenómeno estará por detrás da nossa “amora”, do LAT. *moru-* (neutro), cujo plural *mora* passou ao singular feminino do latim popular, designando a árvore e o fruto e, depois, ao romance, onde terá recebido, a vogal protética e o sufixo *-eira* (<*-(a)eria*), originando duas falas distintas, a primeira para o fruto e a segunda para a árvore.

No entanto não excluimos a hipótese do sufixo *-eira*, na sua forma latina, estar já presente na fala que designava a “amoreira” no latim popular, pelo menos nas zonas de substrato céltico, já que estes sufixos com *-r-*, com vogal anteposta (*-a-* e *-e-* mais frequentes, mas também, ainda que mais raramente, *-i-*, *-o-* e *-u-*) e igualmente posposta (*-ara*, *-ari*, *-aria*, *-ario*, *-era*, *-erio*, *-eris*, etc.) eram bastante frequentes nas línguas celtas, aparecendo em grande profusão na formação de antropónimos (Palomar Palesa, 1957: 127-128).

AMOROSO

CELT. **mor*

hidrotópónimo

Amorinha (04A: *Campo de Horta*), *Amoroso* (05A, 10A), *Cale do Amoroso* (10C), *Casa do Amoroso* (10C), *Casa do Amoroso do Norte* (10C), *Fonte dos Amores* (06ASU), *Ilha do Amoroso* (10Y), *Ilhote dos Amorosos*¹⁸⁰, *Praia dos Amorosos*¹⁸¹, *Regueira do Amoroso* (10C), *Sequio do Amoroso* (10C)

A voz “amor”, presente em tantas fontes “dos Amores” e, na Ria de Aveiro, na “Ilha do Amoroso”, topónimo a partir do qual se geraram muitos outros, sempre com ele relacionados, está também presente na Galiza e entre Douro e Minho. Na Galiza encontramos uma ilha e um ilhote denominados “Amorosa” e, no litoral do Grove (Pontevedra), um sítio com “duas pedras” chamado “Amor”, havendo ainda a registar a praia da “Marosa”, no litoral cantábrico (Cabeza, 1992: 257).

Em Portugal, para além das ocorrências aveirenses, temos a “Praia da Amorosa” (Viana do Castelo), a freguesia de “Amor”, no concelho de Leiria, encostada ao Rio Lis, e os lugares “Amorosa” nos concelhos de Viana do Castelo (sobre o mar), Guimarães (sobre um afluente do Ave) e Matosinhos (sobre o rio Leça). Há ainda uma ocorrência no Algarve, na freguesia de S. Bartolomeu de Messines, junto ao rio Arade.

Estes topónimos têm uma clara origem celta, aparentando-se, de certa forma, ao antigo nome dos *Aremorici*, povo ao qual se deve a remota denominação da Bretanha – *Armorica* ou *Aremorica* –, cuja formação parassintética se explica pelos elementos *are-* “diante de” + *mor* “mar” + *-ici*, “as gentes que vivem junto do mar”, em que *are-* é um antigo **pare* (o /p/ cai em quase todas as línguas celtas), equivalente ao LAT. *pra* “diante de, em frente de” (Hubert, 1988: 47). Quanto ao elemento *-ici*, trata-se do genitivo do prefixo *-icus*, com sentido genealógico, muito vulgar na Península Ibérica, para onde terá sido trazido pelas primeiras vagas pré-

¹⁸⁰ Este topónimo da zona alagada já existia pelo menos no século XVI, como se comprova por um dos tombos do Mosteiro de Lorvão (vd. MADAÍL, 1946: 192).

¹⁸¹ Idem

célticas, se atentarmos no facto dos “armoricanos” corresponderem aos antigos *Oestrymnides* do périplo de Avieno que, antes da Bretanha, tiveram o seu assentamento na Hispânia (vd. *supra*, p. 36-37). Esta sufixação existia no celta ogâmico e está presente também nos testemunhos do velho-irlandês (vd. Silva Neto, 1992: 156).

Em “Fonte dos Amores” temos uma tautologia, já que o PRÉ-CÉLT. ou CÉLT. **amor* poderá significar também fonte, nascente, sítio donde a água jorra. Considerando a raiz PROTO-I.-E. **mar*, **mor* “água parada, laguna, lago, mar” (Villar, 1996: 94-96), podemos pensar numa derivação prefixal com *ad-* “para fora”, com a mesma origem do LAT. *ad* que, quando prefixo, tem um significado idêntico ao que registámos para a partícula celta. No antigo GAÉL. deparamos com os prefixos *od-* ou *ad-* precisamente com este significado, como se patenteia nos verbos *od-bero* “espalhar-se, correr para fora” e *ad-bero* “fluir” (MacBain, 1982). Nesta lógica, podemos reconstruir uma voz CÉLT. **ad-mor* “água que flui, fonte” que, por assimilação *d-m- > m-m*, chegasse ao “amor” das nossas fontes.

Por esta razão incluímos aqui o microtopónimo “Amorinha”, recolhido na freguesia de Esgueira, que talvez se refira a uma pequena fonte ou nascente, já que seria pouco provável a sua origem em “amora”; se não há dificuldade em admitir o apelativo de uma planta como topónimo, o mesmo não podemos dizer em relação ao respectivo fruto, ainda por cima com sufixação diminutiva.

“Amoroso” será igualmente um derivado parassintético do mesmo **mor*, mas aqui com o prefixo *at-* “sobre, por cima de, em cima de, junto a, em posição superior”, também presente no IRL. e V.-IRL. *ath*, *ad*, GAL. *ad*, BRET. *at*, GAUL. *ate*, SÂNSC. *ati* e também no prefixo LAT. *at-* (ex. *atavus*) (MacBain, 1982); também os sufixos aqui presentes, *-*o-* e *-*so-*, são bem conhecidos da derivação indo-europeia, que frequentemente associa dois e, nalguns casos, mais de dois (Villar, 1996: 95). O hidrotopónimo “Amoroso” deverá designar, face ao exposto, uma terra que está acima da água, o que condiz com “ilha”, ou junto do mar, o que condiz com a sua situação no espaço lagunlar, a ocidente da “Ilha da Testada”, não esquecendo que, aquando do seu baptismo, ainda não existiria o cordão de areias de S. Jacinto.

Por este exemplo se vê como a linguística poderá ser importante na interdisciplinaridade com a História e a Geografia, já que nos permite datar com alguma aproximação o desenvolvimento da laguna de Aveiro.

ANDOEIRO

LAT. **pandulare < pandere*

litotopónimo

Andoeiro (06A: S. Bernardo), *Andoeiros* (05AST, 10A), *Agra dos Andoeiros* (05T), *Encosta dos Andoeiros* (05A)

“Andoeiro”, de “ândoa” + *-eiro*, é o sítio onde existe a “ândoa”, apelativo aveirense para uma espécie de barro azulado que se extraía junto à Ria e servia para aplicar no fundo dos cristalizadores das marinhas. Os dicionários registam a forma “ândoa” que não aparece em Aveiro, sendo certo que esta fala é uma loquela da salicultura aveirense, não afluindo em nenhuma outra região do País, nem nas restantes línguas românicas.

A voz “ândoa”, que os nossos dicionaristas consideram de «origem obscura», poderá ser uma forma regressiva do verbo “andoar”, contrariamente ao registo dos mesmos dicionários (Costa; Melo, 1996), que consideram o verbo formado de «ândoa + *-ar*».

A nossa conjectura assenta no facto de fazer pouco sentido a permanência de uma voz para “barro”, circunscrita à zona das marinhas de Aveiro, sem que lhe encontremos uma possível etimologia, mesmo a nível de substratos.

Em nossa opinião estamos perante uma metonímia, em que um verbo, designando uma determinada operação da safra salineira, passaria a designar o material utilizado, através de um novo substantivo, obtido desse mesmo verbo por derivação regressiva.

O dicionarizado “andoa”, sendo paroxítono, exigiria a forma **andona*, o que a fala proparoxítona aveirense dispensa, pelo que o nosso ponto de partida, para tentar encontrar uma possível origem para esta fala, será a voz “ândoa”, como se pronuncia localmente.

E, para chegarmos ao nosso objectivo, nada melhor que dar a palavra a um profundo conhecedor da salicultura aveirense, nacional e internacional, para que a voz do especialista¹⁸² nos explique o que seria esse “andoar”:

A operação denominada *andoar*, consiste em estender uma camada fina de andoa por sobre o fundo dos cristalizadores, um pouco gretado pela retracção do terreno, apesar das repetidas circiadellas que se lhe deram.

Para se andoar uma salina pulverisa-se primeiro o barro sobre o pavimento duro das eiras, e leva-se em seguida para a parte superior dos meios de baixo, onde os marnotos fazem com elle caldeirinhas, *casulas*, que enchem com a água dos meios de cima.

N’esta água dilue-se a própria andoa até ficar em massa muito rara.

Chegada a este ponto dá-se com ella uma *barrela* aos cristalizadores; quer dizer, estende-se pela sua superfície em camada muito fina.

Tal é a primeira operação que se pratica no dia em que se deita a marinha. (Alcoforado, 1877: 64).

Enriquecidos pelas explicações de Maia Alcoforado, estamos agora melhor preparados, para procurar uma resposta credível, que ilumine a obscuridade dos nossos dicionários.

O latim popular carregou-se de neologismos que, em muitos casos «são formações derivadas com auxílio de prefixos e sufixos», neste último caso com recurso privilegiado aos sufixos diminutivos. Isto mesmo acontece em relação aos verbos, frequentemente alargados por meio dos sufixos *-ulare*, *-icare*, *-itare* e *-escere*. Foram fenómenos deste tipo os responsáveis, por exemplo, da substituição do clássico LAT. *miscere* “misturar” pelo popular *misculare* (Vasconcelos, 1982: 245), precisamente o tipo de formação que irá explicar o verbo “andoar” da loquela marnoteira, cuja grafia correcta, como veremos, deveria ser “anduar”.

Quanto a nós, “andoar” provirá do LAT. **pandulare* (<*pandere* “estender”), depois da aférese do *p*- inicial, uma imposição de substrato celta não lusitano, e da queda do *-l* intervocálico. Teríamos, assim, **(p)andu(l)ar(e)* > “anduar”, com a grafia correcta, donde, por derivação regressiva, teria saído a fala “ândua” e não «ândoa», referida ao material usado pelos marnotos na operação de “anduar”, acima descrita por Alcoforado. A aférese do *p*- inicial também podia resultar do cruzamento de **panduar* com “andar”, considerando que o lusitano é uma das poucas línguas célticas, ou pré-célticas, a preservar o *p*- inicial (Schmitz, 1985: 338).

ANGEJOA

de *Angeja*

anemotópónimo

Arrota Velha Anjoa (02A: *anjoa* por *angejoa*), *Angejoa* (02A)

“Angejoa” é forma feminina do adjectivo “angejão”, para concordar com “arrota” ou “terra”. Esta voz do léxico local designa o que aqui se chama vento «angejão», vento do sudeste que vem do lado de Angeja (Cf. Baptista, 1946: 94). O topónimo identifica uma propriedade cuja situação a expõe àqueles ventos.

¹⁸² Manuel da Maia Alcoforado, o autor a que nos referimos, foi um brilhante aluno da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que não ascendeu à cátedra por entretanto ter sido vítima de doença grave. Foi o fundador e autor da revista *Museu Tecnológico*, tendo falecido antes de poder terminar o programa que impusera a si próprio. A maior parte dos números publicados tratam da salicultura nacional e estrangeira, com especial aprofundamento da de Aveiro, onde tinha salinas, e da de outras regiões do País que expressamente visitou, mostrando o significado que para ele tinha a ciência. (*GEPB*, 15: 954-955, s.v. “MAIA ALCOFORADO, Manuel da).

ARADAS

LAT. *hedera-*

fitotopónimo

Aradas (01AEGJSUZaZc), *Arada* (G), *Arada de Além* (S), *Arada de Jusão* (G), *Arada de Fundo* (G), *Arada de Susão* (G), *Agra de Aradas* (01A), *Banda de Arada* (01A: *Quinta do Picado*), *Fonte da Arada de Oleiros* (01G), *Presa de Aradas* (01G), *Ribeiro(s) de Arada(s)* (01AGH), *Vale de Arada* (01AE), *Vale de São Pedro de Aradas* (01U)

Uma leitura apriorística deste topónimo, partindo da sua forma actual, levar-nos-ia de imediato ao plural neutro do LAT. *arata* “campos cultivados”, quando é certo que o significado original desta denominação pretende dizer precisamente o contrário.

Esta convicção advém dos diferentes registos recolhidos (*Anexo I*, p. VIII), nos quais, ao longo dos séculos XII e XIII, sobressaem as formas *Heerada* (1131), *Erada* (1181, 1188, 1201, 1220) e *Aarada* (1202), com o moderno “Arada” a espreitar, pela primeira vez, no dealbar do século XIV.

Considerando estes registos, parece-nos evidente que a origem do topónimo “Arada”, actualmente com a marca do plural, resíduo da antiga divisão em “Arada de Baixo” (*jusaan*) e “Arada de Cima” (*susaan*), residirá no LAT. *hedera-* “hera”, com a derivação sufixal em *-ada*, a designar a noção colectiva. “Arada(s)” seria então um vasto campo de mato, onde predominaria a “hera”, nome vulgar de certas ervas vivazes (*Glechoma hederácea*) e de arbustos trepadores (*Hedera canariensis*).

A passagem de *Heerada* a “Arada”, depois da queda do *h-* inicial e do *-d-* intervocálico, acompanhados da crase do hiato *-ee-*, terá sido o resultado natural do arroteamento destes campos que, cultivados, mereceriam o novo crisma. Com efeito, perante a documentação disponível, o arroteamento das terras desta freguesia terá ocorrido a partir dos finais do século XII, considerando o reduzido cânon com que nessa altura a entidade senhorial onerou os foreiros. Se a terra já estivesse desbravada e cultivada, por certo outro galo cantaria, e de cocorocó bem mais robusto. (Madaíl, 1959: 33, 39, doc. XIX, XXIV).

ARCOLA

LAT. *arva* > *arcella*, *arcu-*

oriotopónimo

Arcola (09A), *Arcoza* (?) (09A), *Chão de Arcos* (04A: *Campo de Horta*)

Os microtopónimos desta entrada correspondem a designações antigas dos marcos que limitavam as *villae* romanas ou as suas subunidades, e que permaneceram em vigor, com força de lei (Código Visigótico), durante o período germânico, continuando a ser respeitados e frequentemente citados na documentação dos reinos cristãos da Reconquista. Como nos explica Alberto Sampaio

a *arva* [LAT. *arva*] era um marco especial, composto de quatro paredes, como de um poço, que os agrimensores edificavam nos quadrifínios [nas *villae* de quatro extremas] e perto das nascentes; nos trifínios [nas *villae* de três extremas] construíam a *arcella*. (Sampaio, 1979, v.1: 40 ss.).

Hoje, em Portugal, desapareceu este apelativo, substituído pelo germano “marco”, mas ainda o encontramos em vários topónimos e, nalgumas regiões do léxico leonês, ainda aparece a voz *arva* com o significado do “marco” que assinala a linha de fronteira entre dois povoados (Diez Suárez, 1994: 2)-

Na toponímia recolhida em Aveiro, temos “Arcola”, de *arva* + *-ola*, sufixo de sentido diminutivo a indicar uma “arva” de pequenas dimensões, e “Arcoza”, derivado do mesmo étimo, em que o sufixo *-oza* poderá corresponder a *-oça*, exprimindo a ideia de semelhança, referindo-se provavelmente à mesma realidade. Este último termo poderá corresponder a uma formação do latim popular, sob influência da sufixação céltica, com o mesmo significado de “arva”, se considerarmos os vários derivados com sufixo *-elo* – “Arcozelo” – detectá-

veis na toponímia portuguesa, mas também poderá *-oza* estar por *-osa*, o que daria uma propriedade provida de marcos.

Perdido o sentido deste antigo apelativo, talvez os “Arcos” que aparecem a determinar um “Chão” no Campo da Horta, na freguesia de Eixo, corresponda a um antigo “arcas”, em que a mudança de género se impôs por atracção do determinado.

Estes microtopónimos também se referem, frequentemente, a diferentes tipos de monumentos funerários, por vezes simples sepulturas escavadas em pedra.

AREIA

LAT. *arena-, arenariu-, arenella-*

litotopónimo

Areal (05A, 08A), **Areal da Ponte Velha** (03A), **Areal dos Ricos** (03A), **Areceiro** (01A, 02A, 04A, 05A, 06A: S. Bernardo, 07A), **Areceiro do Caldeira** (06A), **Areceiro da Matança** (02A), **Areceiros** (10L), **Areia** (02A, 05A)¹⁸³, **Areias** (05A, 14Zd), **Areias de Verba** (07A), **Areias de Vilar** (06A), **Areosa** (04V, 11AE), **Almas do Areal** (02C), **Arneiro** (09A), **Arneiros** (05A, 06IO), **Arnelas** (10AHQUZc), **Arrota do Areal** (02A), **Cabeço da Areia** (02A), **Cabeços dos Arceiros** (02A), **Carreira dos Arneiros** (05Za), **Carvalho de Chão de Areias** (04A), **Chão da Areia** (02A), **Chão de Areias** (04A), **Choisã do Arceiro** (06A), **Cova da Areia** (02A), **Estrada de Arnelas e Forca** (10U), **Fonte do Arneiro** (07G), **Praia da Areia** (02A), **Rua do Areal** (02A), **Viela de Arnelas** (10A).

Considerando que grande parte do concelho de Aveiro assenta sobre terrenos com depósitos modernos de areias e aluviões, como também de praias antigas do Plistocénico, não será de estranhar a profusão de microtopónimos referidos a esses afloramentos, até pelo seu significado em relação à actividade agrícola.

Para além de “Areia”, do LAT. *arena-* > *area* > *areia*, formado por queda do *-n-* intervocalico e tritongação para fugir ao hiato, aparecem vários derivados, uns formados já no romance e outros ainda no latim popular. Entre os primeiros estarão “Areal” de “areia” + *-al*, sufixo a designar a ideia de conjunto ou quantidade; “Areceiro” de “areia” + *-eiro*, exprimindo a noção do lugar onde existe algo; e “Areosa” de “areia” + *-osa*, indicando um lugar provido ou cheio desses sedimentos. A noção colectiva aparece também transmitida pelo plural “Areias”.

Do latim popular teria o PORT.-ANT. recebido as falas “Arneiro” (< *arenario* < *arena* + *-ariu*) e “Arnelas” (< *arenella* < *arena* + *-ella*), designando terra delgada e muito areenta, pouco produtiva ou estéril. Nestes dois casos caiu o *-e-* intertónico entre *n* – *r*, o que acontecia igualmente entre outras associações consonânticas (Huber, 1986: 81).

Se exceptuarmos “Arnelas” todas as outras falas são bastante produtivas na formação de topónimos portugueses (Frazão, 1981: 55-60), o mesmo acontecendo em relação à Galiza onde, para além dos referidos, aparecem ainda outros derivados (Cabeza, 1992: 46, 47, 216).

ARINHO

LAT. *arvu-* > *aruu*

agrotopónimo

Arinbo (09A), *Rua do Arinbo* (05A).

“Arinho”, de “aro”, < LAT. *aruu* (= *arvu*) “terra lavrada, campo”, + *-inbo*, designa um pequeno campo cultivado, nos arrabaldes do povoado. Esta etimologia foi defendida por Corominas e J. Leite de Vasconcelos, ajustando-se às realidades expressas pelos dois topónimos de Aveiro (*apud Elucidário*: v.1, p. 571-572)

Na Galiza encontram-se vários topónimos com este étimo, como por exemplo *Aro* e *Ara*, correspondendo todos eles a lugares «situados sobre vales, depresións ou valgadas».

¹⁸³ Este topónimo da zona alagada já existia pelo menos no século XVI, como se comprova por um dos tombos do Mosteiro de Lorvão (vd. MADAÍL, 1946: 192).

Cabeza (1992: 38) relaciona-os com a base pré-indo-europeia **ara*, "vale", que se encontra no VASC. *aran*, "vale, campo" (Lopez-Mendizabal, 1976: 44a) e responde à topografia de grande parte dos topónimos galegos desta raiz. Não é esse o caso de Aveiro.

ARRABEIA

LAT. *rapu-*

hidrotopónimo

Arrabeia (09A), Relva da Arrabeia (09A)

Provavelmente a voz "Arrabeia" é uma forma coalescente de "rabeia", correspondente a "rabeio", derivado regressivo do verbo "rabear", em que a marca do feminino pode ter surgido por atracção paronímica exercida por "relva". Também não pomos de lado a hipótese de uma formação popular, por substantivação de "rabeia", terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo "rabear".

Se, como pensamos, está referida a um curso de água, neste caso o Rio Águeda, pode significar um troço deste rio onde a água "rabeia", isto é, onde corre com grande impetuosidade. Veja-se o que adiante dizemos s.v. "Saltos".

ARREDOEIRO

LAT. *radere*, **radulare*

agrotopónimo

Arredoeiro (05T), Arredoiro (T), Outeiro do Redoiro (05T), Ponte do Arredoeiro (05T)

Estes microtopónimos, da primeira metade do século XV, procedem do verbo LAT. *radere* "raspar, rapar, barbear, tosquiar" > PORT. "raer" e > "rer". Este último verbo *rer* é ainda hoje voz corrente na salicultura de Aveiro, designando uma das operações ligadas à produção de sal, que se faz diariamente em cada terço dos *crystalizadores*, consistindo em puxar o sal para o *tabuleiro*, com o auxílio da *rasoila*.

"Arredoiro", ou "Redoiro", sem a vogal protética, derivam de "re(r)" + *-douro* (ou *-doiro*), designando o «lugar onde se rapa», isto é, onde se corta erva para alimentação dos animais, se considerarmos que o sentido de "cortar" já está presente no étimo latino, nos significados "barbear" e "tosquiar".

A forma "Arredoeiro" pressupõe a existência, no latim popular, do verbo **radulare* (< *radere*)¹⁸⁴ > **raduar* > **reduar* (dissimilação *a-a* > *e-a*). Neste caso "Arredoeiro" provirá de **redu(ar)* + *-eiro*, sufixo a designar o lugar onde se produz algo, o que, à semelhança dos outros dois registos, pressupõe uma sinédoque, já que o topónimo elimina o complemento preposicional "da Relva" ou "da Erva".

ARROTA

LAT. *abrupta-*, do v. *abrumper*

agro-, oicotoónimo

Arrota (01A, 11AE), Arrota de Além (03A), Arrota do Areal (02A), Arrota do Bajoco (03A), Arrota do Bicho (03A), Arrota da Caluna (03A), Arrota das Canas (09A), Arrota de Cima (06A), Arrota do Corgo (05A: Taboeira), Arrota do Couteiro (09A), Arrota da Devesa (03A), Arrota Grande (05A), Arrota da Lavoura (03A), Arrota da Maria Tomé (04A), Arrota do Meio (S), Arrota do Moliçal (03A), Arrota do Monte (02A), Arrota do Norte (02A), Arrota Nova (05AC: Paço), Arrota da Pereira (03A), Arrota da Presa (06A), Arrota da Quinta (02A), Arrota do Rei (04A), Arrota da Rosa (02A), Arrota da Tapada (03A), Arrota Velha (05A), Arrota da Velha (02A), Arrota Velha Anjoa (02A), Arrota da Vila (01A), Arrota (02A, 03AE, 04GV, 05A, 06A), Arrota de Baixo (03A, 06A), Arrota do Carapinhal (08S), Arrota de Esqueira (05A), Arrota da Horta (04A), Arrota do Monte (02C: Quintã do Loureiro; 03A), Arrota (02C), Arrota (02A, 03A, 04A, 05A), Arrota da Cabeça (02A, 03A), Arrota da Chão (03A), Arrota da Fontinha da Rota (07A), Arrota da Mata(o) da Arrota (03A), Arrota da Ponte das Arrota (04Y), Arrota do Ribeiro de Arrota (04A), Arrota da Rua das Arrota Novas (04A)

¹⁸⁴ Veja-se o que dissemos s.v. "Andoeiro" e compare-se com o PORT. "rádula".

Os terrenos ganhos ao mato, arroteados para o cultivo, respondem em Aveiro pelo apelativo “Arrota”, que prolifera na microtoponímia da região, onde apenas encontramos uma ocorrência “Arroteias”, certamente a mais recente, pois será uma derivação regressiva do verbo “arrotear”, se, pelo contrário, não for uma formação a partir do LAT.-POP. **arrutela*, com queda do *-l-* intervocálico e tritongação a evitar o hiato.

A única “Rota” registada poderá corresponder a “Arrota”, em que o */a/* inicial se encostou à preposição “de”. Quanto a “Arrota”, parece-nos que a poderemos derivar directamente do LAT. *abrupta*, participio passado do verbo *abrumper* “separar quebrando, rasgar, romper”. Do LAT. *abrupta* derivaria “arrota”, por queda do *-b* do prefixo *ab-*¹⁸⁵, devido a atracção do LAT. *rupta*, de *rumper*, seguindo-se a assimilação *pt > tt (> t)*.

Esta interpretação etimológica, que não rejeita, para outras regiões, a origem no étimo LAT. *rupta*, assenta na repetição, em documentos medievais de latim bárbaro, referidos a esta área, da fala *abrupta*, possivelmente latinização da fala do romance donde já constava o */a/* inicial. Já em 1095, numa doação do presbítero Rodrigo à Sé de Coimbra, do lugar de Ripas Altas, se dizia:

«Concedo omnia que concluduntur infra hos terminos ad integrum sive abrupta sive non abrupta [...]» (Costa, 1978: 191)

O topónimo não aparece na Galiza, mas continua vivo no léxico leonês, sob as vozes “arroto” e “arrote” (Díez Suárez, 1994: 54).

ARRUJO

PRÉ-ROM. *arrugin-*

hidrotópónimo

Arrocheiras (05AC), *Arrochela* (06L), *Rua da Arrochela* (06A), *Arrujo* (04AEGVW), *Arrujo de Cima* (04A), *Lameiro do Arrujo* (04A), *Póvoa do Arrujo* (04G), *Ribeiro de Arrujo* (04A), *Vale do Arrujo* (04VW)

A fala “arroio”, apenas existente na Hispânia, e à qual os nossos topónimos se devem referir, tem sido objecto das mais desencontradas interpretações, quer por linguistas peninsulares, quer alemães, sem que até hoje se tenha chegado a uma conclusão aceite pela generalidade dos filólogos.

A latinização desta fala em *arrugia*, que assenta numa passagem de Plínio (*Nat. Hist.* 33, 4, 21), tem sido aceite por grande parte dos dicionaristas. Em Espanha, o dicionário da Academia (1992: 201), na entrada “arroyo”, apresenta a etimologia «de la voz hisp. *arrugia*, galeria de mina e arroyo». Em Portugal, Pedro Machado e a *GEPB* enveredam pela «origem duvidosa», enquanto para a planta homónima o primeiro apresenta uma «origem ibérica», e a segunda reenvia-nos para uma comparação com o FR. *arroche*. Por sua vez, a última edição da Porto Editora, digitalizada, dá para a planta uma «origem obscura» e, para o curso de água, segue a Academia Espanhola, mas vai um pouco mais longe, com o seu «do lat. hisp. *arrugin-*, de *arrugia-*, “galeria de mina”» (Costa; Melo, 1996).

Joseph Piel (1953) estuda centenas de falas portuguesas e galegas, mas passa em branco sobre este apelativo, e só mais tarde o nomeia, limitando-se a atribuir-lhe uma origem pré-romana e derivando-o de *arrugium* (1989: 11). Nos últimos anos Francisco Oroz, da «Universidad de Tubinga», sem pôr em causa o étimo *arrugia*, tem vindo a desmontar alguns contributos mais recentes, alguns da escola alemã, que pretendem uma origem a partir do VASC. *arroil*, e outros, como Corominas, que prefere o VASC. *arragia* “crisol”¹⁸⁶.

¹⁸⁵ O *-b-* caía principalmente nos prefixos *abs-*, *ob-* e *sub-* (Huber, 1986: 103).

¹⁸⁶ OROZ, Francisco J. – Sobre palabras prerromanas en escritores latinos. A propósito de una reciente edición del libro XXXIII de la *Historia Naturalis* de Plinio. In Villar; Encarnação, 1996: 207-215; OROZ, F. – Escarceos etimológicos. In Villar, 1990: 331-349.

Por nós nada mais nos resta que aceitar este ibérico *arrugin*, no qual o nosso “Arrujo” se arruma com perfeição, tanto na etimologia como no conteúdo, já que se trata de um ribeiro que corre num vale da freguesia de Eixo. Os derivados “Arrocheiras” e “Arrochela” estarão, por certo, apoiados noutro substrato, responsável pelo ensurdecimento da fricativa, quando a vogal velar é substituída por palatais, menos recuadas e arredondadas. Regista-se o facto do *-g(i)-* não ter caído entre vogais, o que acontecia na formação do romance, e daí a fala “arroio”.

“Arrocheiras” fica sobre a zona alagada da freguesia de Esgueira, numa área onde se encontram vários cursos de água em confluência. “Arrochela” é hoje nome de um arruamento aveirense, na zona do Alboi, e terá sido o apelativo do ribeiro ainda hoje existente na Baixa de Santo António que, no século passado, ia mais longe:

[...] e do sul a norte corre um pequeno Ribeiro, que dá o nome a uma propriedade particular e que, desagua n’um esteiro da mesma Ria. Esse Ribeiro é um pouco mais largo junto à capella dos Santos Martyres, no sitio, em que costumam estar algumas mulheres lavando roupa. Ha ahi uma pontinha. E por isso antigamente se chamava Quinta da Pontinha á Quinta dos Santos Martyres. (Gomes, 1899: 289)

Frazão (1981: 63) regista os topónimos “Arrocha” (Condeixa), “Arrochada” (Albergaria-a-Velha), “Arrochela” (Arcos de Valdevez, Guimarães, Olhão, Sertã e Silves), “Arrocheiros” (Aveiro, em vez de “Arrocheiras”), “Arroia” (Montemor-o-Velho), “Arroeiros” (Mafra), “Arroio(s)” (Tavira, Monchique e Lisboa), “Arroja” (Loures) e “Arrojela” (Portimão).

ATALAIA

ÁR. *at-talaia*

oicotopónimo

Atalaia (02AC), Monte da Atalaia (02A)

O microtopónimo “Atalaia”, do ÁR. *at-talaia*, «lugar alto donde se exerce vigilância, torre ou lugar donde se observa e vigia o mar ou a terra», poderá relacionar-se, dada a sua situação numa das freguesias ribeirinhas, com a rede de atalaias ao longo da costa, mandadas construir depois de 844 pelo emir ‘Abdal al-Rahman II, na sequência das incursões marítimas dos Normandos que chegaram a assolar a costa aveirense. (Watt, 1995: 42)

AVEIRO

CÉLT.(GAL.) *alaf*, PRÉ-ROM. *Alabi*; GERM. *baira* ?

agro-, antropo-, zootopónimo?

Aveiro (06/10AEGIZZaZc), Caminho de Aveiro (05T), Carreira de Aveiro (02/10C: na Ria), Cavada(s) da Quinta de Aveiro (08A), Granja de Aveiro (10AGU), Quinta de Aveiro (08A)

Desde o século XVI que o topónimo *Aveiro* tem merecido as mais desencontradas opiniões, misturando aspectos lendários e leituras pseudo-etimológicas. O aveirólogo Ferreira Neves, num estudo publicado em 1936, desmonta muitas dessas falácias e avança para novas interpretações (Neves, 1936), recorrendo às raízes indo-europeias e às sucessivas formas do topónimo, com base em documentação que, mais tarde, Rocha Madaíl publicou (Madaíl, 1959) e lhe deve ter facultado, já que era um dos co-directores da revista onde o estudo veio a lume.

Mas Ferreira Neves parte, desde logo, de uma interpretação abusiva do primeiro documento em que surge o topónimo, a doação feita pela condessa Mumadona Dias ao mosteiro de Guimarães, em 959, de propriedades que tinha em Aveiro:

Sobre o estado da questão veja-se MEIER, Harri – *Etymologische Aufzeichnungen: Anstöße und Anstöße*. Bonn, 1988, p. 86-94.

in territorio colinbric uilla de alcaroubim quomodo illa obtinuit froya gundesindiz per incartatione de Gondisindo suariz cum omnibus prestationibus suis terras in Alauario et Salinas que ibidem comparauimus. In communiaciones de prado aluar per suis terminis cum suos homines secundum in carta resonat.¹⁸⁷

Ao contrário do que afirma F. Neves, não há nada neste documento, tabelionicamente cuidado, apesar do latim bárbaro, que nos permita concluir pela qualidade de *villa* em relação a Aveiro. Todas as *villa* com nome de possesores, constantes do diploma, têm o antropónimo no genitivo latino, ou no genitivo analítico do romance, com a preposição “de” precedida do determinado designativo da exploração rural, situação que não se verifica para *Alauario*.

No documento em apreço *Alauario* está como locativo, com o caso oblíquo precedido da preposição *in*, enquanto as *villa*, com nomes comuns, estão no nominativo romanizado.

Face ao que expomos, pensamos que o locativo *Alauario* se referia, em meados do século X, a uma região de casais dispersos e cabanas de marnoteiros, possivelmente um antigo *fundus*, sem o carácter de exploração rural centralizada que a documentação do século seguinte já lhe dá¹⁸⁸, pelo que o aglomerado urbano só deverá começar a estruturar-se após as campanhas de Almançor, ou talvez depois da conquista definitiva de Montemor por Gonçalo Trastemires, em 1034, cuja jurisdição se estendia ao vale do Vouga.

No entanto não excluimos a possibilidade da *vila* ser muito anterior e ter sido entretanto destruída, o que pode ter acontecido com as incursões normandas do século IX, documentadas desde 844 (vd. *infra*, s.v. “Atalaia”), mantendo-se o topónimo para o respectivo território. Mas uma coisa são hipóteses mais ou menos verosímeis, e outra a pretensão de retirar dum documento algo que lá não está.

Ferreira Neves faz o levantamento da evolução do topónimo *Alauario* > *Alaveiro* > *Aaveiro* > *Aveiro*¹⁸⁹, mas esta constatação de base documental vai ser ignorada quando reduz *alava* a *ave* (Neves, 1936: 95), passando por cima de tudo o que antes afirmara e esquecendo que a existência do *-l-* intervocálico, para além de documentada, tem a respectiva queda igualmente comprovada na forma com hiato.

Quanto a nós o *Alauario* de 959 é já a forma tabeliônica latinizada de *Alaveiro*, dos documentos de 1047, 1050 e 1077 (Madaíl, 1959: 7, 11, 13), porventura já presente no linguajar dos seus íncolas.

Alavario poderá ter uma origem celta, língua que nos pode fornecer múltiplas hipóteses de interpretação, como veremos de seguida. A primeira prende-se com a fala do GAL. *alaf* “manada de gado vacum” (Nodine, 1996) + *-ario* (> *-eiro*), sufixo que tanto pode designar o lugar onde se guarda algo, como a noção colectiva. Este *Alavario*, de *alaf* + *-ario*, por sonorização do *-f* em *-v-*, fenómeno que ocorre na formação do português para o *-f* intervocálico (Huber, 1986: 103), poderia desta forma designar o pasto do gado vacum, conjectura credibilizada pelas *terras* que a condessa Mumadona diz aqui ter comprado, e pela confrontação do *prado alvar* (vd. *supra* s.v. “Alvar”) indicado no mesmo documento, de que acima transcrevemos um fragmento.

Uma outra hipótese pré-romana, devidamente documentada, daria a *Alavario* uma origem antroponímica, a partir dos nomes pessoais pré-latinos *Alabi* ou *Aleba*¹⁹⁰, possivelmente

¹⁸⁷ Arquivo da Universidade de Coimbra, doc. 1 da *Colecção da Colegiada de Guimarães*. Apógrafo do séc. XII, transcrito in MADAÍL (1959: 1-6); passagem transcrita no corpo deste trabalho (Ibidem: 3). Sublinhado nosso.

¹⁸⁸ Um documento de 1047 fala-nos já de *uilla alaveiro*; vd. MADAÍL (1959: 7).

¹⁸⁹ Esta evolução pode ser confirmada nos documentos coligidos, na *Colectânea de Documentos Históricos*, por Rocha Madaíl (1959: *passim*).

¹⁹⁰ *Alabi* foi recolhido em “Villamesías, Trujillo”, na província espanhola de Cáceres. In *Boletín de la Real Academia de la Historia*, n.º 44 (1904), p. 133; *Aleba* foi recolhido em Alcântara, Lisboa. In *Corpus inscriptionum Latinorum*. Berlim. vol. 2, 755 (*apud* Palomar Lapesa, 1957: 27-28).

relacionados com o topónimo ibérico Alava que, ao contrário do que afirma Ferreira Neves (1936: 94), aparece, já com a forma *Alaba*, muito antes do século VIII, quando Ptolomeu (século II) o inclui no rol das *civitates* dos *Celtiberi* (*Geog.*, L. 2, cap. 5). Neste caso, o topónimo *Alabi* + *-ario* (> *-eiro*) > **Alabario* > *Alavario*, poderia recuar pelo menos ao século II, quando já estava totalmente vulgarizado o uso do sufixo possessivo na formação dos nomes de possesores de *fundi* ou *villa*. Embora o sufixo mais usado fosse *-anus*, apareciam também, com o mesmo sentido, os sufixos *-acus* (Gália e outras zonas célticas), *-obre* (Galiza) e *-eira* (Lusitânia) (Piel, 1948: 5-6). A marca do masculino, presente em *Alavario*, afastaria a hipótese de uma *villa* [*Alavaria*], mas estaria de acordo com um *fundus Alavari(us>o)*, apelativo que designava uma propriedade rústica, com todos os seus pertences (Sampaio, 1979: 38).

Resta-nos uma possibilidade germânica, que, *a priori*, nos parece pouco provável, considerando que se trata de uma construção a partir do gótico e os visigodos nunca tiveram grande presença nesta área da Península, mesmo depois da integração do reino suevo em 585. Mas, neste caso, a fala sueva, que desconhecemos, até poderia corresponder à goda, considerando os aspectos religiosos relacionados com o étimo que vamos propor, bem como a continuidade dessa voz em todas as línguas germânicas actuais. Referimo-nos ao GÓT. *baíra*, a palavra goda para “urso”, ainda bem viva no ING. *bear*, AL. *bär*, DIN. e NOR. *bjǫrn* e no SUEC. *björn*.

Segundo Joseph Piel, «parece dever atribuir-se ao urso, entre os germanos, um carácter religioso, porque as línguas respectivas perderam a primitiva denominação indo-europeia correspondente ao LAT. *ursus*, GR. *arktos*, substituindo-a por metáforas (*baíra* quer dizer “o castanho”) possivelmente tabuísticas» (Piel, 1989: 139).

Atendendo ao processo de formação das palavras em germano, podíamos explicar **Alavairo* como derivada de *alb-s* > *Al-* “santuário” + *-a-* (vogal de ligação) + *baíra* “urso” (Piel: 136, 138-139). O primeiro elemento também poderia ser o adjectivo *all* “todo”, presente no etnónimo *Alamanos* “todos os homens” e no antropónimo *Alarico* “todo poderoso”. Quanto à vogal de ligação, ensina Piel que

os dois elementos dum nome composto germânico são normalmente ligados entre si pela chamada “fugenvokal”, ou seja [vogal] de junção. O timbre desta vogal é variável, podendo abranger toda a escala vocálica: *a, e, i, o, u*, predominando o /*e*/ e o /*i*/, sem que se reconheça um critério que faça preferir esta ou aquela. É diferente o caso do /*a*/ que, ao que parece, se impõe quando no elemento inicial já existia esta vogal (Idem: 136),

o que é o caso.

Para transformarmos Aveiro em “santuário de ursos”, ou zona onde abundam os ursos, o que também é atestado pelo topónimo “Mataduços”, falta resolver o percurso **alabaira* > **alavairo*. A evolução *-b-* > *-v-* não oferece dificuldade, nomeadamente para o aveirense que não reconhece a diferença. Quanto à evolução da terminação *-a* > *-o* explica-se por *baíra* ser um dos nomes germânicos masculinos em *-a* que são latinizados em *-us*, com genitivo em *-i*, e romanizados em *-o* (Piel, 1942: 26).

O percurso de **Alavairo* a “Aveiro” explica-se por fenómenos fonéticos muito vulgares em português, com todas as formas intermédias documentadas¹⁹¹. A evolução do ditongo *ai* > *ei* originou “Alaveiro” (século XI); a síncope da líquida intervocálica *-l-* está patente em “Aaveiro” (desde o século XII); a crase do hiato das duas vogais áspersas /*a*/ está já documentada nos finais do século XIII, embora o hiato ainda apareça em muitos diplomas posteriores.

¹⁹¹ [**Alavarium*] > *Alavario* (ano de 959; p. 3) > [**Alavairo*] (não aparece em documentos conhecidos) > *Alaveiro* (ano de 1047; p. 7) > *Aaveiro* (ano de 1168; p. 30) > *Aveiro* (ano de 1216; p. 56). As datas referem-se aos documentos, transcritos nas páginas referidas, que podem ser consultados em Madaíl (1959).

AZENHA

ÁR. *as-sanía*

tecnotopónimo

Azenha (04A: *Quinta da Velha*; 05T; 09AE), *Azenha da Água da Granja* (SZ), *Azenha da Água da Venda* (Z), *Azenha de Baixo* (04AW, 08ANRUZc), *Azenha do Catão* (01A), *Azenha da Catarina* (06A), *Azenha do Cavaco* (06A: *Vilar*), *Azenha das Devesas* (03A), *Azenha da Granja* (08S), *Azenha da Horta* (03A), *Azenha do Mamoal* (11E), *Azenha da Moita* (08H), *Azenha Nova* (06A: *S. Bernardo*), *Azenha do Porto de Eixo* (05T), *Azenha da Rosa* (12RS), *Azenha do Vale da Loba* (09E), **Azenhas de Baixo** (12AE), *Azenhas da Moita* (12AE), *Cabeço da Azenha* (09A), *Campo da Azenha* (01A¹⁹²), *Chão da Azenha* (02A), *Esteiro das Azenhas* (10I), *Lomba da Azenha* (03A), *Olhos da Azenha* (09E), *Quinta da Azenha* (02A), *Ribeira da Azenha* (02A), *Ribeiro da Azenha* (05A), *Vale de Azenhas* (01A)

“Azenha”, do ÁR. *as-sanía*, “nora, roda de irrigação”, é entre nós o apelativo para o moinho de água de roda vertical, introduzido na Península pelos romanos, mas cuja generalização se deverá aos árabes, enquanto o “moinho”, do LAT. *molino*, designa o engenho congénere de roda horizontal e os movidos a vento.

A “azenha” pode ter chegado a Aveiro directamente através dos árabes, mas é mais provável que tenha sido trazida do Sul por assentamentos moçárabe. A elevada frequência deste apelativo nesta região prende-se, naturalmente, com a existência de numerosos vales e respectivos cursos de água.

AZINHAGA

ÁR. *az-zinaíqa*

odotopónimo

Azinhaga (07AF)

Na área do actual concelho de Aveiro, são variadíssimos os microtopónimos de origem árabe. Este é mais um, o primeiro que nos aparece referido a caminhos. O ÁR. *az-zinaíqa*, que deu em português “azinhaga”, designa um pequeno arruamento ou caminho estreito.

AZURVA

PROV. ALAV. *zurba*?

dendrotopónimo

Aidos de Azurva (05A), **Azurva** (04AEKSWZc), *Chão de Azurva* (05A), *Fornal (Fornal?) de Azurva* (04A), *Ilhote dos Azurveiros* (02A), *Outeiro de Azurva* (04S), *Ponte de Azurva* (04A), *Raso de Azurva* (04AE), *Ribeiros da Azurva* (05A), *Vale de Azurva* (04EIVW)

A origem do topónimo AZURVA poderá estar no regionalismo alavês *zurba* (Academia, 1997: 2132), correspondente ao ESP. *serba*, *serbal*, PORT. *sorva*, *sorveira*, *sorbo* < LAT. *sorbum*, «sorva, fruto da sorveira», *sorbus* «sorveira» (Torrinha, 1945: 808c). Álava, a província espanhola deste regionalismo, pertenceu por inteiro à zona linguística do basco, apesar de actualmente apresentar uma forte castelhanização (Entwistle, 1995: 48).

O topónimo *Azurva*, que não se repete em Portugal, corresponde a um lugar da freguesia de Eixo, concelho de Aveiro, em cujas proximidades, mas já no aro do município de Oliveira do Bairro, existe o lugar de Azurveira¹⁹³, formação coalescente de “zurveira”, abrangendo as freguesias de Bustos e da Palhaça.

Neste caso “Azurva” seria a forma protética de *zurba*, não tendo qualquer significado a grafia com a labiodental -v- em vez da bilabial -b-, já que, na região de Aveiro, o v gráfico se pronuncia como /b/ ou /β/.

¹⁹² Num tomo das Confrarias de S. Pedro de Aradas (vd. referência completa na nota s.v. “Cantadeira”), em transcrição de documento do século XVII, aparecem referências a um “Campo das Azenhas” em Verdemilho.

¹⁹³ FRAZÃO (1981: 75b) chama-lhe impropriamente *Azurvideira*.

Em Treviño, Burgos, encontramos vários topónimos idênticos e com o mesmo significado, como *Las Zurbas*, *Zurba*, *El Zurbal* e *Zurbalday* (Nieto Ballester, 1997: 379).

BACALHAU

CELT. *caljo-

litotopónimo

Barroco do Bacalhau (05A)

“Bacalhau” deve estar por “calhau” o que, a verificar-se, corresponderia ao desenvolvimento da tautologia “Barroco do Calhau” > *Barrocalhau > Bacalhau, por aglutinação e posterior síncope originada em atracção paronímica. Ver, na mesma freguesia, apoiando esta interpretação, o *Chão do Calhau*.

O apelativo “calhau”, referido a “pedra”, tem a sua origem no CELT. *caljo-, cujo étimo está também presente no GAUL. *caljavo*, no GAÉL. *clach* e no MAN. *Clagh* (Kelly, 1993).

Encontramo-lo na toponímia occitana do meio-dia francês, sob as formas *Cailhan* e *Cailhavel* (Fénié, 1997: 64), nos Pirinéus, onde se registam, entre outros, *Cailhaon*, *Cailhabèras* (Vallée d' Azun), *Cailhaous*, *Cailhabèra* (Aspe) *Cailhabet*, *Cailhabè* e *Cailhabès* (Ossau) (Berot, 1998: 180-181)

BACELO

LAT. *bacillu-*

agro-, fitotopónimo

Bacelo (02A, 03A, 07A), Bacelo da Correçinha (S), Rego do Bacelo (09A)

“Bacelo”, do LAT. *bacillu* “varinha”, veio a significar no latim popular uma “vinha nova”, devido ao cruzamento semântico com LAT. *baccula* “baga”.

BAIXA, Baixo

LAT.-POP. *bassiare-

orotopónimo; elemento de lexotopónimo

Baixa de Matança (02A), Baixeira(s) (01A), Baixeiro(s) (01A), Adro de Baixo (04VW), Agra Baixa (02A), Agra de Baixo (02A), Aido de Baixo (03A), Arrota(s) de Baixo (03A, 06A), Azenha(s) de Baixo (04AW, 08ANRUZc), Braçal de Baixo (08A), Braçais de Baixo (08A), Brejo de Baixo (02A), Carreira de Baixo (05A), Cavada de Baixo (04A), Cavadas de Baixo (01A), Chão de Baixo (06A, 08A, 09A), Chãs de Baixo (06A), Covão(ões) de Baixo (08A), Granja de Baixo (08AEKSV), Póvoa da Granja de Baixo (08NZc), Horta da Carreira de Baixo (05A), Lavoura de Baixo (09A), Lavouras de Baixo (08A), Pedras de Baixo (03A), Pinheiros de Baixo (03A), Rua do Adro de Baixo (04A), Rua Baixa (02A), Vale de Baixo (06A), Viela da Carreira de Baixo (05A)

A voz “baixo”, formação regressiva do verbo baixar, do LAT.-POP. *bassiare (-ssi- intervocálico > -ix-), surge na microtoponímia aveirense quase sempre como segundo elemento toponímico e complemento adverbial de lugar. Como substantivo aparece como primeiro elemento ou isolado, nas formas “Baixa”, “Baixeira(s)” e “Baixeiro(s)”, designando zonas passíveis de ficar cobertas de água.

BALDIO

ÁR. *batil*

agrotopónimo

Baldio Paroquial (08A: Gândara)

Os “baldios” eram terrenos incultos ou maninhos, de usufruto comum a todos os habitantes de uma povoação, constituindo um elemento indispensável ao equilíbrio das economias rurais, já que forneciam pastos, cama para o gado, caça, lenha, etc. No que se refere ao microtopónimo registado, “Baldio Paroquial”, corresponde às antigas terras comunais do povo da paróquia de Oliveirinha.

BALSA

PRÉ.-ROM. *balsa*

fitotopónimo

Ponte da Balsa (04V), Rua da Balsa (04A), Valsa ou Bróco (04A)

O microtopónimo “Balsa” corresponde a um terreno alagadiço com vegetação emaranhada, ou a um terreno inculto com matagais. Em Aveiro apenas encontramos o topónimo em Eixo, com um dos registos a apontar “Bróco” como outra denominação para o mesmo sítio. Este último termo poderá relacionar-se com o OCC. *Bruga* “urze, charneca, esteva” (Boisgontier, 1992: 153), o que está de acordo com a realidade expressa por “balsa”.

No léxico da Beira-Ria existe a voz “balso”, que designa uma «planta rústica de folhas carnudas e triangulares que se planta para fixar a terra dos valados e as areias (Baptista, 1946: 237). Vd. *infra* s.v. “Bróco”.

BANDA

GÓT. *bandi; bandva*

elemento de lexotopónimo

Banda de Além (07A), Banda de Arada (01A: Quinta do Picado), Sortes Pequenas da Banda de Horta (03A)

O termo “banda” aparece na microtoponímia de Aveiro com o significado de «lado, margem», sempre integrado num lexotopónimo e pressupondo um lugar determinado como ponto de partida para a compreensão da expressão. “Banda” deriva do GÓT. *bandi* “faixa, bando, ligação, grupo”, talvez cruzado com *bandva* “sinal, tabuleta, letreiro, indicação, indício” (Carver, 1998).

BANEEIRO (Barreiro??)

LAT-POP.. *baneara*

hidrotopónimo

Baneiro (06A: Quinta do Gato)

Na Galiza surgem os topónimos *Baña*, *Bañal* e *Baños*. Alguns dicionários de galego registam o apelativo *baña*, significando «bañadeiro, charco ou paraxe onde adoitam revolcarse os animais monteses» (Cabeza, 1992: 56). Sem outra pista para a compreensão deste topónimo, parece-nos poder utilizar o galego para a sua interpretação.

“Baneiro”, derivado de “banha(ɾ)”, + *-(d)eiro*, sufixo a designar o lugar onde se realiza a acção, poderá pois ser uma zona de charcos, frequentada por animais monteses. A formação é manifestamente de origem popular, registando a queda do *-d-* intervocálico, que terá sido responsável pelo avanço na articulação da palatal /nh/, que passou a alveolar /n/, enquanto a vogal semi-fechada /a/ passava a fechada /e/, facilitando desta forma a emissão desta fala.

O sentido desta voz talvez se explique nas queixas de um morador do Solposto, nas proximidades da Quinta do Gato, que, em 1766, reclamava contra os estragos que vários animais selvagens, entre os quais enumerava raposas, toirões e ginetas, faziam nas novidades agrícolas por ele produzidas, porque tinha as suas propriedades cercadas de matos, propícios à criação daqueles «bichos bravos»¹⁹⁴.

BARACHÃO

ÁR. *marajá*

hidrotopónimo

Barachão (01A)

Este topónimo, da zona alagada de Aradas, do ÁR. *marajá* “terreno alagadiço”, equivale a “marachão”, de “maracha” + *-ão*, designando um baixio ou restinga submersa, mas que, na maré baixa, fica frequentemente emersa. A fala cruza-se com o léxico das marinhas de sal de Aveiro, onde existe o apelativo “baracha” ou “maracha”.

¹⁹⁴ ANTT-DP-Beira, maço 4, n.º 274, 19 de Dezembro 1766, *apud* Amorim (1997a: 97)

As “barachas” ou “marachas” são, no salgado de Aveiro, muretes feitos de lama que separam, no sentido do comprimento, os vários compartimentos de cada uma das ordens ou mudas da marinha. As grandes barachas são, também aqui, denominadas “barachões”.

As bilabiais /p/, /b/ e /m/ são indiferentemente usadas como consoantes iniciais destes apelativos, nos vários salgados do País. Assim, temos em Aveiro “baracha” ou “maracha”; também “maracha” na Figueira da Foz; “baracha” em Alcochete, Póvoa de Santa Iria, Lagos, Castro Marim, Tavira e Setúbal; “brachil” e “marchil” em Faro, com plural em *-is*; “barachil”/“barachis” em Alvor; “prachil”/“prachis” na Fuseta; “perchil”/“perchis” em Marim. Em Faro ocorre também “baracha”, mas como sinónimo de “peça”, o correspondente do “talho”¹⁹⁵ de Aveiro, enquanto em Alvor aparece o termo “baracha de sal”, designando o montículo de sal que se forma sobre a “baracha” (Alcoforado, 1877: 84-85, 107; Nogueira, 1935: 86-87).

Em nossa opinião estas alternâncias devem-se aos diferentes substratos, ao superstrato árabe e ao cruzamento da fala do LAT.-POP. **paracula* (>PORT.-ANT. **paracha*) com o ÁR. *marajá* (> “maracha”). Considerando que as “barachas” são pequenos muretes de divisão dos “talhos”, pensamos que esta fala poderá ser um derivado regressivo do LAT.-POP. **paraculare* (de *parare* “dividir”) > **parachar* > **paracha* = “baracha”. A troca do /p/ pelo /b/ é típica do árabe, que não possui o fonema bilabial surdo (*Pax* > Beja), enquanto a coexistência das bilabiais surda e sonora pode ser atribuída aos moçárabes, pois na zona de Sevilha, «por ejemplo, al lado de la forma *Pulchena* [...encontramos] la variante *Bulchena*» e, «frente a topónimos del tipo *Palmaraya* [...] *Palmata* [...] *Palmete*, encontramos *Balma*, como designación del actual *Palma del Río*» (Galmés de Fuentes, 1983: 195-196).

Para a explicação *b* < > *m*, vd. *infra*, nota na entrada «Borraçal».

BARBEITO

LAT. *vervactum*

agrotónimo

Campo do Barbeito (05T)

O topónimo explica-se pela sequência LAT. *Vervactum* > *barbaito* > *barbeito*, correspondendo à passagem das fricativas labiodentais a oclusivas bilabiais (*v/-v-* > *b/-b-*) e de *-ct-* > *-it-* e assimilação a distância de *e-a* > *a-a*. O apelativo “barbeito” é sinónimo de alqueive, terra que se deixa em pousio, ou que só se lavra de dois em dois anos (Silva Neto, 1992: 567).

O *Elucidário* (2: 20-21) apresenta outros sentidos para esta voz, relacionando-a com as divisórias das propriedades, mas não nos parece que seja o caso deste topónimo que, no concelho de Aveiro, não chegou aos nossos dias.

BARBELIQUE

LAT. *barbella*

fitotónimo

Barbelique (09A)

“Barbelique” designa um lugar ocupado pela *barbela*, em que *-ique* corresponde ao sufixo toponímico moçárabe (L.Lorente, 1991: 15-16). A planta *barbella*, enunciada num reportório anónimo, terminado cerca de 1100, pertencente a um botânico sevilhano (Galmés de Fuentes, 1983: 19, 257, 259), poderá corresponder ao ESP. *barba*,

¹⁹⁵ Os *talhos* correspondem, no salgado de Aveiro, à terceira ordem ou *muda* de compartimentos do *mandamento*, situados entre as *sobrecabeceiras* e as *cabeceiras*. Nalgumas marinhas, a meio da safra, chegam a ser aproveitados como *crystalizadores*. A sua largura corresponde a três *meios*, como as ordens anteriores (cerca de 13,5 metros), tendo um comprimento de cerca de 22 metros. Nestes compartimentos a altura da água é de cerca de 7 cm, com uma concentração de cerca de 10° ou mais.

planta anual de la familia de las gramíneas, con hojas radicales muy delgadas, de unos cinco centímetros de largo, que forman un césped, del cual salen cañitas lampiñas de unos 20 centímetros, con nudos casi negros y hojas más cortas que sus vainas; las flores forman panoja cilíndrica, blanca y brillante, y las aristas son muy finas por la parte superior (Academia, 1997: 263-264).

O PORT. “barbela”, como termo botânico, designa uma “casta de videira branca” e “barbélula” o “apêndice do papilo das plantas sinanteráceas quando curto, cónico e pontuado (GEPB, 4: 183a). Possivelmente, será este último termo o correspondente à “barbela” de “Barbelique.

BARBOSA

antropónimo

antropotopónimo

Ilha da Barbosa (S)

“Barbosa” é aqui apelido de família, com a função determinativa a indicar o possuidor da “Ilha”. O apelido é bastante antigo em Aveiro-Esgueira, documentando-se já nos séculos XV-XVI, na pessoa de Aires Barbosa.

É provável que esta propriedade andasse na posse da família do grande humanista que, em testamento de 1540, instituiu uma capela na velha matriz de Santo André, onde foi sepultado. Nesse mesmo testamento, onde se exprime a vontade de

que qualquer que por os anos adiante for administrador da dita Capela, que tome o apelido de Barboza, e isto por memoria do dito fundador da dita Capela,

enumeram-se também as suas propriedades, entre as quais três marinhas, denominadas “Riba da Veia”, “Refugida” e Oliveirinha”. Estas propriedades da família Barbosa, na zona alagada, aproximam-na da ilha em questão, cuja denominação, recolhida em documento do século XVIII, não chegou aos nossos dias¹⁹⁶.

BARCA

LAT. *barca-*

odotopónimo

Barca de São João (04.AEW), Cabeço do Barqueiro (02A), Chão dos Barcos (05A), Rua da Barca (04W), Rua das Barcas (06A)

O transporte de pessoas e mercadorias, fosse na laguna ou no Rio Vouga, dependiam, noutros tempos, quando aqui não existiam pontes, da “barca” e do seu tripulante, o “barqueiro”.

O reconhecimento da importância deste transporte está já implícito num documento de 15 de Abril de 1363, data de uma carta do infante D. Pedro, senhor de Aveiro, para o vintaneiro-mor dos homens do mar, determinando que o barqueiro, responsável pela barca que atravessava o Vouga em Cacia, fosse dispensado de servir nas frotas do rei:

Sabede que o concelho e homens boons desgueira me disserom que em termo do dito logo auia hum Rio que chamam Cacia em que andaua barca de passagem [...] E que a dicta barca estaua posta no dicto porto e que nom podiam auer barqueiroo nenhuum que em ella quisesse andar porque os constringiam pera hir com galees E per mingua de barqueiro a dicta barca nom pas-saua E que se perdia hi muita companhia E que ja este anno hi morrerom quatro homens dos boons que auia em auero [...] E mando a uos que o nom constringades que uaa em gallees nem em frota em quanto el seruir a dicta barca de passagem como deue. (Madaíl, 1959: 133-134)

¹⁹⁶ NEVES, Francisco Ferreira – Vida e testamento do humanista Aires Barbosa. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 14, n.º 53 (1948), p. 42-64.

BARRÊGA

PRÉ-ROM. ?

antropónimo

Vale do Barrêga (01AE)

“Barrega” de “barro” + *-ega*, sufixo de origem pré-romana, como aliás a voz a que se junta, exprime uma relação e tem sentido pejorativo. Se bem interpretamos o topónimo, está por terra barrenta, de má qualidade, logo imprópria para o fabrico de louça.

No entanto, a marca feminina do nome, precedido de preposição com artigo masculino, e o facto dos vales constituírem unidades de povoamento, levam-nos a preferir a identificação com um prosónimo ou mesmo antropónimo, referido a um dos habitantes do vale, possivelmente o primitivo proprietário ou rendeiro. Nos Pirinéus franceses aparecem os antropónimos *Barrou* e *Barriá*, pronunciados sem ditongação na loquela local e com o acento tónico a incidir na vogal sublinhada (Berot, 1998: 80, 124).

BARREIRO

PRÉ-ROM. *barro*

litotopónimo

Barreira Branca (05A, 07A 09A), *Barreiras* (07A, 09AE), *Barreiras do Rio Vouga* (02A: *Vilarinho*), *Barreirinhas* (08A), *Barreiro* (02A, 03AE; 04VW; 06A: *Quinta do Gato*; 06A: *Vilar*, 08AE, 09AE, 12AET), *Barreiros* (01A, 02A, 06A), *Barreiros da Taipã* (09A), *Barricouvo* (09A), *Barrinhos* (08A), *Barro* (01A, 02A, 05A, 07A, 13E), *Barro Branco* (07F), *Barro da Roçada* (07A), *Barro da Sobreira* (03A), *Barro da Vinha* (02A), *Barromau* (04AV), *Barros* (02A), *Barros da Costa do Valado* (08A), *Barros de Verba* (07A), *Brejo das Barreiras* (02A), *Cova do Barro* (03A), *Rua do Barreiro* (02A, 04A), *Rua do Barromau* (04A), *Serrado do Barreiro* (05A), *Verremum* (=Barrimau?) (04A), *Vieira do Barromau* (=Barromau) (04W)

O apelativo “barro” prolifera na microtoponímia de Aveiro, tanto na sua forma simples, como em diferentes derivados, o que não será de surpreender, se atentarmos na existência, em séries bastante espessas, de vários desenvolvimentos de argilas do Cretácico, de coloração amarela, azul, vermelha e cinzenta e também em mesclas destas cores (Teixeira; Zbyszewski: *passim*).

“Barro” é uma fala pré-romana, muito discutida quanto à sua origem, possivelmente pré-indo-europeia, difícil de arrumar em qualquer substrato, seja ele ibérico ou mediterrâneo, já que nos faltam as bases que permitam essa classificação com o mínimo de acerto científico. A solução para estas dúvidas passam por um grande avanço no conhecimentos de outras línguas, nomeadamente pelo estudo do proto-caucásico, a possível pátria ancestral dos Iberos. Pessoalmente pomos a hipótese de, primitivamente, a voz **barro* corresponder a um qualificativo de “terra”, que bem poderia relacionar-se com a respectiva cor. Neste caso até poderíamos estar perante uma fala indo-europeia, considerando o TRÁC. *beras* “castanho, moreno, pardo, escuro, trigueiro” (Duridanov, 1999). Em vários lugares do Sul de França, encontramos na toponímia o vestígio de um antigo termo oronímico **barro*, com o significado de “cume” (Fénié, 1997: 22), bem como o OCC. *barra*, hoje *barre*, “monte de forma alongada, falésia” (Camps, 1991: 19)

Afastadas estas elucubrações, porventura inconsequentes, regista-se o facto de, independentemente da sua origem, esta fala continuar bem viva nas línguas românicas do Noroeste da Península, já que, embora existente em castelhano, é nesta língua apelativo para “lodo” ou para objectos e vasilhas fabricados com *arcilla* (Academia, 1992: 271a)

Na microtoponímia de Aveiro, para além das formas “Barro” e “Barros”, temos os derivados sufixais “Barreira(s)” < “barro” + *-eira(s)*, “Barreiro(s)” < “barro” + *-eiro(s)* e “Barrinhos” < “barro” + *-inho(s)*, em que os dois primeiros sufixos designam a noção colectiva, ou o lugar onde se encontra algo, enquanto o último forma diminutivos, transmitindo, por certo, a pequenez do afloramento.

Restam-nos os compostos por aglutinação, “Barricouvo”, de **barrocouvo* < “barro”

+ “covo”, o mesmo que “Barro fundo” (cova aberta pela extracção de barro) e “Barrimau” < “Barromau” < “barro” + “mau”, barro de má qualidade. No primeiro caso temos um dos particularismos arcaicos do latim hispânico, a voz “covo” por “cova”.

BARRIL

OCC. *barrail*; GASCÃO *barralh* ?

antropo-, agrotopónimo ?

Rua do Barril (03.A)

A especulação imobiliária verificada nas cidades transformou completamente as aldeias ou pequenas vilas dos respectivos arrabaldes, como é o caso das que rodeiam Aveiro, onde se ergueram muitas habitações de pessoas que trabalham na cidade. Desta forma, muitos microtopónimos, designando realidades independentes, acabaram por ser engolidos pelos novos aros urbanos, passando o nome do sítio a designar o arruamento que o substituiu.

Este fenómeno pode ser observado um pouco por todo o concelho de Aveiro, sendo de louvar a preocupação das autoridades locais em manter a velha toponomástica. São estas as razões que nos levam a não estranhar a ligação de “Barril” a um arruamento que, apesar de tudo, poderia levar-nos a um possível morador com esse prosónimo, que tanto podia ser reflexo da sua aparência física como da profissão de tanoeiro.

“Barril” poderá provir do OCC./PROV. *barrail* “campo ou prado fechado com sebes e valados”, significado também presente no GASCÃO *barralh* (Boisgontier, 1991: 17-18). O OCC. *barri*, que inicialmente designava “protecção, muralha, vala, fosso”, passou a designar o arrabalde de um povoado, dando origem, com este último significado, a vários topónimos do Sul de França (Fénié, 1997: 84). Nos Pirinéus franceses, designando um lugar fechado, encontramos ainda as vozes, do linguajar local, *barris* “rochedos que fazem barreira de um lado a outro” e *barrailh* “o redil das cabras” (Berot, 1998: 162).

Considerando estes campos semânticos, bem como a função do sufixo português *-il*, frequentemente relacionado com o lugar onde os animais se recolhem (redil, canil, touril), o nosso “Barril” poderia ter designado um recinto fechado com essa mesma função. Esta ideia de “cerco” ou “cercado” podemos ainda encontrá-la no apelativo “barril”, com que no Algarve se designa uma espécie de armação usada na pesca do atum (GEPB, 4: 290a).

BARROCAS

PRÉ-ROM. **barroca*

orotopónimo

Albarroco (07.A), Barrocanso (09.A), Barrocão (07.A), Barrocas (10.SU), Barrocas da Gândara (02.A), Barrocas da Quintã do Loureiro (02.A), Barrocas de Sôra (07.A), Barroco (09.A), Barroco do Bacalbau (05.A), Barrocos (02.A), Viela do Senhor das Barrocas (10.A)

As formas “barroco” e “barroca”, designando depressões ou escavações no terreno, provocadas por torrentes de água, só ocorrem em Portugal, com especial incidência no antigo território da Lusitânia e entre Douro e Minho. Para a Galiza, nem Cabeza (1992) ou Moralejo Lasso (1977) apresentam quaisquer registos de topónimos com este apelativo. Esta fala está registada no dicionário da Academia Espanhola, sob as formas *berrueco* “penedo granítico” e *berrocal*, colectivo do anterior. Com o significado do PORT. “barroco” e “barroca”, apenas encontramos “barranco”. Para a zona de Palência também apenas aparece “Barranco(a)” e alguns derivados (Gordaliza, 1993).

Na toponímia portuguesa, Frazão (1981: 92-94) regista “Barroca(s)” (40+15), “Barrocal” (8), “Barrocais” (1), “Barrocalinho” (1), “Barrocalvo” (1), “Barrocão” (2), “Barrocaria” (1), Barroco (15), “Barrocoso” (1), “Barroqueira” (3), “Barroqueiros” (1) e “Barroquinhas” (1). Quanto ao nosso “Barranco(a)” e seus derivados, distribuem-se na sua grande maioria

pelo Algarve e Sul do Alentejo, aflorando muito raramente no Norte. Em Espanha, com especial incidência na Estremadura, ocorrem as formas “Berrocal” e “berrocalejo”; mais a Leste, de Madrid a Zaragoza, surgem-nos alguns “Berruco” (Nietp Ballester, 1997: 88).

Em Aveiro, para além das formas já apontadas, destacamos “Albarroco”, com coalescência do artigo árabe *al*, denotando a presença árabe ou moçárabe na freguesia de Nariz. “Barrocanso” será provavelmente uma corruptela de “barroco ancho”, com o adjectivo a perder a palatalização na sequência da aglutinação e deslocação do acento.

Bastas

?

lexotopónimo

Pedras Bastas ou da Horta (04A)

“Bastas” aparece em “Pedras Bastas” como elemento qualificativo, com o sentido de “cheio de”, “numerosas”, “muitas”. O topónimo reflecte uma realidade que interessa à actividade agrícola, pois indicia as características do terreno e a quantidade de trabalho indispensável ao respectivo aproveitamento.

BEIRÓ

LAT. *riparia-*

hidrotopónimo

Beiró, Beiro, Beira (02A), Ilha de Beiró¹⁹⁷

“Beiró” filia-se em “beirola”, de “beira” + *-ola* (> *-oa* > *-oo* > *-ô*), sufixo de origem latina com sentido diminutivo. “Beira” é, por sua vez, uma redução de “ribeira”, designando “borda ou margem”, o “que se acha na riba”. Quando o topónimo surgiu, expresso pelo sintagma “Ilha de Beiró”, em relação com o respectivo acidente geográfico, devia designar uma pequena “ilhota nas proximidades da costa”. Vd. infra, s.v. “Eirô”.

Bela

LAT. *bella-*

elem. de *lexotopónimo*; *antropotopónimo*

Cabeço da Fonte Bela (03A), Chão da Bela (05A), Fonte Bela (03A)

Se, em relação a dois dos topónimos recolhidos, não sobram dúvidas sobre o papel qualificativo de “Bela”, o mesmo não poderemos dizer quanto a “Chão da Bela”, claramente um determinativo de posse, referido ao antropónimo “Bela” ou a um hipocorístico de Isabel.

O antropónimo “Bela” poderá ainda ter uma origem diferente, só possível de aclarar com documentação que atestasse a antiguidade do microtopónimo. Sem que possamos avançar nada de concreto, deixamos a nota de que podemos estar perante o nome masculino *Vigila*, de origem germânica, do qual, no primeiro período da Reconquista, aparecem várias ocorrências, sob a forma *Veila* ou do respectivo patronímico *Veilaç*. Nos séculos XI-XII surgem-nos as formas *Beila*, com a ditongação a manter-se pela «presión culta». e *Bela*, com a monotongação já documentada em diploma leonês de 1049 (Menéndez Pidal, 1976: 79).

BELGUINHA

CÉLT. **ambelica*

agrotopónimo

Belguinha (09A)

“Belguinha”, de “belga” + *-inha*, designa um pequeno campo cultivado, uma pequena

¹⁹⁷ Este topónimo da zona alagada já existia pelo menos no século XVI, como se comprova por um dos tombos do Mosteiro de Lorvão (vd. MADAÍL, 1946: 192).

leira ou courela. Com este sentido ou aparentado, este termo aparece, em várias regiões da Ibéria, sob as formas *melga*, *belga*, *embelga*, *chamelga*, *embuelga*, *ambelga*, *mielca*, *emberca*, *amelgar*, *amelcar*, *chemelgar* (Villar, 1990: 344). Vd. supra, s.v. «alvegada».

BENFEITAS

LAT. *bene factas*

lexotopónimo

Benfeitas (04AE)

“Benfeitas”, aglutinação de “bem” + “feitas”, é substantivação do adjectivo que designa algo “bem acabado”, referindo-se certamente às terras cultivadas que qualifica.

BICO

LAT. *beccu-*

antropo-, geo-, lexotopónimo

Bica (11AE: Mamodeiro), Bicas (03A: Eirol), Bico da Cale do Ouro (10/14B), Bico do Chegado (02C), Bico do Pragal (10B), Bicos (05A), Bicos Cravelhos (05A), Carreão do Bico (03A), Chão da Bica (02A), Chão do Bico (05A), Chão dos Três Bicos (02A), Quinta dos(as) Bicos(as) (02A: Quintã do Loureiro)

“Bico” do LAT. *beccu* “bico”, designa, nalguns casos, extremidades de ilhas, ilhotes ou cabeços, de configuração ponteguda, na desembocadura de um canal. Em “Chão dos Três Bicos”, como noutros microtopónimos do mesmo tipo, deve referir-se à morfologia do terreno, havendo ocasiões que poderão corresponder a um prosónimo.

BOAVISTA

“boa” + “vista”

lexotopónimo

Boavista (Ria de Aveiro, 10A), Ilha da Boavista (10A), Quinta da Boavista (Boa Vista) (01U)

A zona alagada denominada “Boavista” deve o topónimo à quinta do mesmo nome que, por sua vez, ocupa um espaço sobranceiro à Ria, a Sul de Santiago, a partir do qual se observa uma paisagem esplêndida.

BOCA

LAT. *bucca-*

antropo-?, hidro-, odotopónimo

Boca do Raso (09A), Boca do Rio Novo (10C), Boca do Rio Velho (02C), Boca da Viela (07A), Boquia (04A)

A voz “boca” passou à toponímia de Aveiro, designando fozes de rio e entrada ou saída de rua ou caminho. “Boquia”, de “boca” + *-ia*, sufixo de origem latina que exprime a noção colectiva, talvez se refira às realidades atrás apontadas ou, muito simplesmente, não passe de um prosónimo atribuído a qualquer personagem local, designando a respectiva propriedade.

BOM, Boa

LAT. *Bonus-; bona-*

antropotopónimo

Fonte *Boa (05T), Valbum [Vale Bom?] (05A)*

O nome masculino “Bom” parece estar presente em “Valbum”, topónimo que corresponderá a “Vale Bom”, primitivo “Vale do Bom”, que foi largando a preposição à medida que se foi perdendo a memória daquele antropónimo. Optamos pela identificação antropónica, e não qualificativa, porque, em 1412, na freguesia do microtopónimo, encontramos

um proprietário duma marinha chamado “Bom Domingues”¹⁹⁸. A associação a “vale” apoia esta hipótese, já que as marinhas de Esgueira se situavam, em grande parte, no então chamado “Vale das Marinhas”.

Bonus começou por ser um cognome, já vulgar na Hispânia, mas que se tornou mais frequente na época cristã (Piel, 1948: 45).

Quanto a “Boa”, elemento do hidrotopónimo “Fonte Boa”, do século XV, é aqui um adjectivo a qualificar a água da fonte.

BOMBARDA

IT. *bombarda*

antropotónimo

Rua da Bombarda (10A)

O apelativo “bombarda” designa uma primitiva boca de fogo, pesada e curta, capaz de projectar grandes balas de pedra, como designa também a própria bala de pedra.

No caso em apreço deverá referir-se a uma pessoa, pois o apelido “Bombarda” já aparece no século XVII, numas habilitações do Santo Ofício, referido a uma «Mariana da Costa Bombarda, filha de João Gomes Bombarda e de Isabel da Costa, naturais da freguesia de S. Miguel de Aveiro»¹⁹⁹.

BONSUCESSO

LAT. *successu-*

hagiotónimo

Bonsucesso (01AEJKSU), Estrada do Bonsucesso (01A)

“Bonsucesso” é sinédoque de “Nossa Senhora do Bom Sucesso”, protectora das parturientes, com “sucesso” a ter aqui o sentido popular de “parto”.

BORRAÇAL

PRÉ-ROM.

fitotónimo

Vale do Borraçal (08G) (= Morraçal)

O topónimo “Borraçal” designa o lugar onde abunda a “borraça” ou “morraça”. “Borraçal”, está por “morraçal”, de “morraça” + *-al*, sufixo de origem latina que exprime a ideia de conjunto ou quantidade.

A evolução *m- > b-* já acontecia no passado, embora não esteja registada pelos gramáticos. Em Aveiro, ainda hoje, na linguagem das marinhas, temos as formas *baracha* e *maracha* (vd. *supra*, s.v. “Barachão”). Se considerarmos a correspondência dos topónimos *Milia* e *Melga*, inscritos no paroquial suevo do século VI, com *(A)belha* e *Belga* (Fernandes, 1968: 63-64, 80), podemos considerar que esta evolução podia acontecer quando o *m-* era seguido de vogal + consoante líquida (ex.: *mor- > bor-*, *mar- > bar-*, *mil- > bel-*, *mel- > bel-*).

A morraça é uma «planta, da família das Gramíneas, frequente e espontânea nas areias marítimas do centro e do Sul de Portugal» (Costa; Melo, 1996, s.v. «morraça»). Os dicionaristas registam igualmente, s.v. “borraçal”, o sentido de «lameiro, lugar pantanoso onde cresce borraça ou erva» (GEPB, vol. 4: 945b)

¹⁹⁸ «Item na marynha que foy de Stevom de Jsgeyra que he de *boð dominguez* b medjdas» (SILVA, 1994: 267)

¹⁹⁹ LIMA, Jorge Hugo Pires de – O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 25, n.º 100 (1959), p. 292.

BOUÇA

PRE-ROM. **bauttia*

agrotopónimo

Boiça (05A), *Bouça* (04A)

“Bouça” é apelativo para terreno delimitado em que se cria mato e pastos, ou seja, «fazendas de monte, fechadas sobre si, e unicamente destinadas para criação de gado, estrumes e lenhas» (*Elucidário*, 2: 91; Piel, 1989: 84-85; Silva Neto, 1992: 278).

BRAÇAL, BREJO

CÉLT. **bracu*

fitotopónimo

Braçais (08A), *Braçais de Baixo* (08A), *Braçal* (02A, 08AEN), *Braçal de Além* (02A), *Braçal de Baixo* (08A), *Braçal de Cima* (08A), *Braçal do Coudel* (08A), *Vale do Braçal* (04N)

Brejeira (01A, 05A, 06A, 07A, 08AS), *Brejinha* (04AE), *Brejo* (01A, 02A, 03A, 04/05AE, 07A), *Brejo de Baixo* (02A), *Brejo do(as) Barreiro(as)* (02A), *Brejo Largo* (06A), *Brejo dos Outeiros* (03A), *Brejo da Poça* (02A), *Brejo da Póvoa* (02A), *Brejo do Saldanha* (04E), *Brejo das Vacas* (03A), *Cabeço do Brejo* (03A), *Terras da Brigeira* (08S)

“Braçal” poderá identificar-se com o CAST. *breçal*, de *brezo* + *-al*, a que poderia corresponder o PORT.-ANT. **braça(o)*, hoje desaparecido como fitónimo, mas que deveria corresponder ao antigo apelativo da “urze” (torga, queiroga...), nome vulgar da *Calluna vulgaris* (torga ordinária) que aparece em muitas zonas à volta da ria de Aveiro (Reis, 1993: 137). Esta hipótese estriba-se no referido CAST. *breçal*, «sitio poblado de brezos», planta cujas flores tinham grande importância para a apicultura e que correspondem a um

arbusto de la familia de las ericáceas, de uno a dos metros de altura, muy ramoso, con hojas verticales, lineales y lampiñas, flores pequeñas en grupos axilares, de color blanco verdoso o rojizas, madera dura y raíces gruesas, que sirven para hacer carbón de fragua y pipas de fumador (Academia, 1997: 324).

Em apoio desta interpretação temos ainda o OCC. *brossa*, “urze, charneca, esteva, matagais, silvados, brenhas” (Camps, 1991: 138).

“Brejo” e seus derivados deverão corresponder ao mesmo étimo, aqui com passagem pela zona árabe e certamente trazido para Norte pelas migrações moçárabes.

BRAGAL

CELT. **braga*, SUEV. **blabba* ?

fito- oicotopónimo

Bragal (01A, 09E), *Almas do Bragal* (09A), *Vale do Braga* (01E)

O topónimo “Bragal” pode ser de origem sueva, se tivermos em conta a toponomástica bastante típica que uma das tribos daquele povo, os longobardos, deixou em Itália, entre a qual encontramos derivados do apelativo *blabba*, donde teria nascido o LAT. *blaca* “souto” ou “carvalhal”, à letra, “terra negra” (Pellegrini, 1988: 437).

O V.-ALTO-AL. registava a voz *brabha*, designando “alqueive”, o revolver da terra em Junho, mês que, devido a estas actividades agrícolas, se chamava *Brachmonat*. De *brabha* derivaram os actuais *Brache*, *Brachfeld* e *Brachland*, significando, respectivamente, “baldio”, “alqueive” e “pousio” (Wahrig: col. 745).

“Bragal”, de “braga” + *-al*, sufixo de origem latina que exprime a ideia de conjunto, pode bem filiar-se nessa voz SUEV. **blabba*, significando o conjunto de “terrenos baldios”. E o mesmo pode ser aplicado ao “Vale do Braga”, com cerca de 2 Km de terrenos baixos, ainda hoje quase sem habitações, por onde corre um ribeiro que desagua no esteiro de S. Pedro.

O GAL. *bragwair*, “charneca, extensão de terra coberta de feno vulgar, ervas e gramí-

neas”, poderá ter origem no mesmo étimo (Nodine, 1996), o que poderia dar também uma origem celta a este topónimo.

BRANHA

LAT. *veranea*

agro, cronotopónimo

Branha (09A)

A voz “Branha”²⁰⁰, designação para “pastos de Verão”, é considerada por Piel (1989: 12) como um neologismo popular, caracterizador da «individualidade inconfundível» do galaico-português e do galego-asturiano, no quadro do «fundo hispânico comum». Este apelativo, quase extinto em Portugal, mesmo a nível da toponímia, manifesta-se no nome de alguns lugares da Galiza (Cabeza, 1992: 116, 344, 399).

Sendo um apelativo da zona de montanha, surge como uma forma estranha na zona de Aveiro, certamente para aqui trazido por qualquer família proveniente das terras altas, que se estabeleceu em Requeixo.

BRASILEIRA

de *Brasil*

etnotopónimo

Brasileira (02A)

O microtopónimo deve corresponder a prosónimo do proprietário que, o próprio ou os seus ascendentes, teria sido emigrante no Brasil. Um caso de metonímia com origem em heterónimo atribuído pela vizinhança.

BRASOEIRO

de *brasão* < FR. *blason* ?

dendrotopónimo

Brasoeiro (05A)

A forma masculina, que recebeu o sufixo *-eiro*, parece afastar a suposição deste topónimo corresponder a um derivado de “brasa” que, com aquela partícula, daria “braseiro” e poderia corresponder a uma propriedade com grande exposição ao sol²⁰¹.

Uma hipótese que nos parece verosímil filiar o topónimo na voz **brasoneiro* (> “brasoeiro”, depois da queda do *-n-* intervocálico), de “brasão” + *-eiro*, sufixo que pode ter o sentido de “lugar onde se guarda algo”, com o significado de “sítio do brasão”. O apelativo identificaria o que, em silvicultura, corresponde ao «conjunto de árvores, em número geralmente reduzido, que se deixam crescer em alto fuste e durante mais tempo, para o efeito de obter madeiras de maior bitola e melhor qualidade» (GEPB, vol. 5: 51a).

²⁰⁰ «Em várias das serras [minhotas] existem, como nas montanhas galegas e asturianas, *brandas* ou *brañas*, umas de cultura (centeio, milho, algumas fruteiras), outras de pastagem de gado miúdo [...]. Casas toscas de pedra solta, sumariamente divididas e mobiladas, servem para habitação de umas semanas de Verão ou quando a família sobe, por uns dias, a amanho as terras. Casas e terras pertenciam sempre a gente das aldeias próximas, que aí têm as suas habitações fixas e as casas de lavoura permanentes.» (Ribeiro, 1995: 293).

²⁰¹ Vd. infra, s.v. «Sob».

BRAZALAIAS

do nom HEBR. *Bersellai*

antropotopónimo

Esteiro das Brazalaías (10CM)

A denominação deste esteiro, também conhecido por “Esteiro dos Frades”, assenta no nome de três marinhas, situadas a meio deste canal (Brazalaia Velha, do Norte e Nova).

A maior parte das salinas de Aveiro são designadas pelos antropónimos ou prosónimos dos respectivos proprietários, nalguns casos com a marca do feminino, para concordar com o género da palavra “marinha”.

Partindo desta constatação, Joaquim da Silveira resolveu há muito a incógnita deste topónimo, quando teve acesso ao processo inquisitorial contra João Bezerra, apontado como filho do «Dr. Paulo Luís, por outro nome chamado, entre os da sua lei, *Moisés Bersellai* (sic), *jurista em Aveiro*»²⁰² Assim, a “marinha da Brazalaia”, de um *Bersellai* (= LAT. *ferreus*), que já nos aparece no século XVIII, teria pertencido àquele jurista ou à respectiva família (Silveira, 1944: 164) que, na comunidade hebraica aveirense, não seria a única a possuir propriedades na zona alagada²⁰³.

BROCO

CÉLT. **bruco*

fitotopónimo

Bróco (04A) (*Valsa ou Bróco, 04A*), *Vale da Brogueira (05A)*, *Buragal (01AEJSU)*, *Rua do Buragal (01A)*

“Broco” terá sido apelativo para “urze ou esteva”, embora o seu uso se tenha perdido em Portugal. Podemos, no entanto, encontrá-lo na Bretanha e no Sul de França.

Na França do sul manifesta-se através dos topónimos *Brugairolle*, *la Bruguère* (cp. com *Vale da Brogueira*, em Esgueira), *le Bruguier* (Baylon; Fabre, 1982: 234), com base no apelativo PROV. *bruc* e *brug*, OCC. *bruga* (Boisgontier, 1992: 153), BRET. *bruc* e *brug*, do GAUL. **bruko-* (Plonéis, 1993: 107-108), todos designando “urze, esteva, charneca”.

BULHÕES

do apelido FR. *Bouillon*

antropotopónimo

Bulhões (05A), *Cale de Bulhões (02/05/10C)*

“Bulhões” é apelido de antiga família nobre de Esgueira, na qual andou o senhorio do morgado de Mataduços, instituído por Vasco Gomes de Bulhões, monteiro-mor de D. Dinis (Coutinho, 1944b: 108).

O apelido é bastante antigo e possivelmente proveniente de França, pois já o encontramos no reinado do nosso primeiro rei, nos ascendentes de Santo António de Lisboa.

BUNHEIRO

LAT. **budinu-* < *buda-*

fitotopónimo

Bunheiro (03E, 04A), *Bunheiras (04A)*, *Lote do Bunhal (05A)*, *Vale do Bunheiro (04A)*

“Bunheiro”, “Bunheiras” e “Bunhal”, de “bunho” + *-eiro(as)*, *-al*, são substantivos colectivos que designam um local onde há “bunho”, planta da família das Ciperáceas que se dá nos lugares húmidos, uma espécie de junco com que se cobrem os montes de sal e que também serve para fazer esteiras.

Em português existem os apelativos «bunho» e «bunho» para designar o «junco» ou

²⁰² Trata-se do processo n.º 12 813, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição. (Silveira, 1944: 164, *apud Archivo Historico Portuguez*, vol. 3, p. 285, nota).

²⁰³ Vd. *Anexo I*, p. XLI: “Marinha da Judenga”, “Marinha da Judia”...

«erva dos pântanos», com representação toponímica apenas em *Buinbeira*, *Bunbeiro* e *Bunbosa* (GEPB, vol. 5: 181,194b). Na Galiza multiplicam-se os exemplos de *Buño* e *Budiño* (Cabeza, 1992: 79-80).

BURRIQUEIRO

LAT. *burricu*- “cavalo pequeno”

emporotopónimo

Burrinhal (02A), *Burriqueiro(s)* (04AE)

O microtopónimo “Burriqueiro”, de “burrico” + *-eiro* (sufixo que exprime a noção de profissão), que também aparece no plural, deverá designar o sítio onde existiam instalações de alquilaria, actividade que, nos finais do século passado, estava a desaparecer de Eixo, como expressamente se afirma num manuscrito do terceiro quartel de Oitocentos.²⁰⁴

“Burrinhal”, de “burro” (< **burrus*, derivado regressivo de **burricus*) + *-inbo* (sufixo diminutivo) + *-al* (sufixo que exprime a ideia de conjunto), poderá designar o mesmo tipo de negócio, ou, talvez, o sítio onde se criam cavalgaduras.

²⁰⁴ «Também foi importante o negócio de cavalgaduras, cavalos, éguas e mulinhas de seis meses. Este comércio consistia em comprar para vender logo, e está hoje quase abandonado, não havendo quem trate dele exclusivamente. Os contratadores não corriam só as feiras do distrito, mas até outras muito distantes, como as de S. João de Évora, Lisboa, Golegã, Coimbra, Neves, Viseu, Calvos, Vila Nova de Famalicão e Penafiel.» (Vieira, 1984: 44)

CABAÇOS

LAT. *cavu-*, *cova-*

antro-po-?, orotopónimo?

Vale dos Cabaços (08A), Vale dos Cabaças (04A)

“Cabaços”, que também aparece na matriz sob a forma “Cabaças”, poderá ser um derivado do LAT. *cavu-* “profundo, côncavo” ou *cava* “buracos, cavidades”, ou, talvez melhor, das formas hispânicas mais arcaicas *covu*, *cova* + *-aço*, sufixo nominal de origem latina com sentido aumentativo.

A opção por *covu*, *cova* prende-se à forma registada na freguesia de Eixo, já que o vale em questão deverá ser o mesmo, abrangendo as duas freguesias, e Oliveirainha nasceu muito depois da antiga vila vouguense, com os primeiros arroteamentos a acontecerem apenas nos finais do século XV. (cf. Madaíl, 1959: 239).

Perante a tradição da voz “vale” no povoamento do Norte ibérico²⁰⁵, da Galiza aos Pirenéus, não excluímos o carácter antroponímico, possivelmente prosonímico, do termo “Cabaços” ou “Cabaças” que, neste caso, não teria função qualificativa, mas sim determinativa.

CABANAS

LAT. *capanna-*

oicotopónimo

Cabanas (09A), Cabanau (01A, 02A, por cabanão?, cabanal?), Vale da Cabana (09A)

“Cabana” < LAT. *capanna-* “casa pequena”, casa rústica sem pavimento e, de ordinário, coberta de colmo, choça, choupana, etc. Esta voz indo-europeia é de grande antiguidade, pois já a encontramos no SÂNSC. *kayamana* e *pakkana*. Com o mesmo significado (Peterson, 1995) e, na última destas falas, a dar de imediato o latim, através da metátese das duas primeiras sílabas.

O sentido colectivo é-nos transmitido pelas formas “Cabanas” e “Cabanau”, a primeira com a marca do plural e a segunda com o sufixo *-al*, aqui corrompido em *-au*, pronúncia habitual nalguns lugares da zona de Aveiro, nomeadamente em Ílhavo.

CABEÇO

LAT.-HISP. *capitū-*; LAT. *capitū-*?

oico-, orotopónimo

Cabeçadas (01A, 05T), Cabeceiro (03A), Cabecinha (09A), Cabecinha das Pedras (05A), Cabecinho das Neves (02C), Cabecinho das Pedras (02A), Cabeço (01A, 02AC, 03A, 05A, 07A, 08AES, 09AS), Cabeço dos Aidos (01A), Cabeço da Areia (02A), Cabeço da Arrota (02A, 03A), Cabeço da Azenha (09A), Cabeço da Baralha (03A), Cabeço do Barqueiro (02A), Cabeço do Brás (09A), Cabeço do Brejo (03A), Cabeço do Cabo (02A), Cabeço dos Cacos (10C: marco geodésico), Cabeço do Cacto (02A), Cabeço do Cão (10B), Cabeço do Cego (01A), Cabeço de Cima (02A), Cabeço do Cortello (03A), Cabeço da Cunha (02A), Cabeço da Doida (10B), Cabeço da Eireira (07AF), Cabeço do Espinheiro (02A), Cabeço da Fonte (09A), Cabeço da Fonte Bela (03A), Cabeço do Galego (05A), Cabeço da Galiza (10A), Cabeço Grande (04A, 08A), Cabeço das Hortas (06A), Cabeço da Lavoura (09A), Cabeço da Leitoa (10C: marco geodésico), Cabeço do Martelo (02A), Cabeço do Monte (02A), Cabeço dos Montes (04A), Cabeço das Murtas (03A), Cabeço Negro (06A), Cabeço das Oliveiras (09A), Cabeço das Pedras (04A, 06A, 08A), Cabeço da Pinheira (01A), Cabeço da Póvoa (11AF), Cabeço Redondo (14AV, 08A), Cabeço do Rego (04A), Cabeço do Ribeirinho (07A), Cabeço do Rio (08A), Cabeço de São Bernardo (06A), Cabeço de Sarrazola (02A), Cabeço Seco (09A), Cabeço do Serrano (05A), Cabeço da Silba (09A), Cabeço do Travessadouro (10BC), Cabeço do Vale (03A), Cabeço do Vale de Salgueiro (04A), Cabeço da Verba (07A), Cabeço da Vessada (05A), Cabeço do Vidente (03E), Cabeços (02A, 08A, 09A), Cabeços dos Areeiros (02A), Cabeços da Quinta (02A), Encostas do Cabeço do Rio (08A), Lavoura do Cabeço de Eira (07A), Rua do Cabeço (08A)

Numa área que não excede os 200 Km², com uma altitude máxima que fica aquém dos oitenta metros e média muito inferior, é particularmente notória a produtividade oronímica,

²⁰⁵ Vd. s.v. “Vale”

patente em nomes como “Cabeço”, “Outeiro” e “Vale”.

Mas a voz “cabeço” tem nesta zona vários sentidos, nem sempre identificados, como geralmente acontece noutros pontos do País, com o derivado impróprio de “cabeça”, significando cume arredondado de monte, outeiro ou outra qualquer pequena elevação, sendo antes, na zona alagada, apelativo dos pequenos ilhotes que por aqui emergem.

E porque estes ilhotes são produtores de muitas gramíneas, algumas das quais foram ou ainda são utilizadas na alimentação do gado, talvez a origem do apelativo, nesta última acepção, esteja no LAT. *capitū*- “forragem”, evoluindo para “cabeço” por atracção paronímica.

Os derivados “Cabeçadas” e “Cabeceiro”, devem corresponder a uma outra realidade, não topográfica, mas relacionada com o regime jurídico de usufruto da propriedade, que vigorou da Idade Média ao Liberalismo. Com efeito, nalguns prazos enfitêuticos, divididos por herança ou qualquer outro tipo de alienação do domínio útil, apenas um dos foreiros (o “cabeça” ou “cabeceira”) era responsável pela entrega do foro ao senhorio, competindo-lhe a cobrança das fracções junto de cada um dos outros colonos (*Elucidário*, 2: 54b, 77a). Tais prédios, chamados “cabeçadas” ou “casais encabeçados”, poderão estar na origem desta toponímia (Vd. entrada seguinte, s.v. “Cabo de Al Clero”).

CABO de AL CLERO

LAT. *capitale*-

oicotonónimo

Cabo de Al Clero (04A)

Pensamos que o obscuro microtopónimo “Cabo de Al Clero” corresponderá a uma corruptela de “Cabedal Clero”. A antiga voz “cabedal”, “*capdal*” ou “*cabdal*” respondia ao «grosso dos dízimos, foros ou pensões», ao antigo «direito real a que chamavam *direito de cabeça, censo fiscal, jugada* ou *fossadeira* e também *herdades*» (*Elucidário*, 2: 55 e 67). Na sequência das divisões a que o domínio útil dos primitivos casais foi sujeito, fosse por heranças sucessivas ou outro tipo de alienação, veio a designar o casal que, perante o senhorio, respondia tributariamente por um conjunto de terras a ele “encabeçadas” (Idem: 77).

Pelo que aduzimos, o topónimo recuará à Idade Média, pretendendo distinguir um casal responsável, perante o senhorio eclesiástico, pela quitação do «direito de cabeça» que recaía sobre um conjunto de prédios.

Em 1220, aquando da inquirição de D. Afonso II, os direitos reais das “herdades” eixenses continuavam na posse da Coroa, incidissem eles sobre os casais da família dos Sousas, de Santa Cruz de Coimbra ou da Ordem do Hospital; só os casais pertencentes aos Templários estavam isentos da obrigação. No entanto, já nesta altura, o abuso instalara-se e quer Santa Cruz quer o Hospital, como depois os Sousas (Krus, 1993: *passim*), acabaram por se apropriar desses direitos (cf. Madaíl, 1959: 56):

De hereditate filiorum Comitum domini menendi quam habet in uouga preter Exo et de omnibus hereditatibus ordinum que sunt in uouga faciunt tale forum maiordomo domini regis de quolibet casale .ij. gallinas et alqueire de tritico et alqueire de vino et alqueire de veuada. Et hereditas de sancta Crux de colimbria et de hospitali solebant dare hoc forum et modo non dant illud. Et hereditas de Templo quam ibi habet nunquam dedit forum istud.» (Madaíl, 1959: 65).

O facto do apelativo “clerigo” ser atribuído, «quase até o meio do século XII», aos cónegos regrantes (*Elucidário*, vol. 2: 107a), poderia fazer corresponder o topónimo a uma herdade de Santa Cruz de Coimbra, cenóbio que, como vimos, possuía propriedades em Eixo.

Mas, por essa época, o termo referia-se igualmente ao pároco de uma freguesia (Idem: 109a), pelo que, nesse caso, a propriedade em questão poderia ligar-se aos rendimentos da

própria paróquia, hipótese para a qual nos inclinamos. Com efeito, como se afirma em memória eixense do século XIX,

é tradição que [...a antiga igreja matriz de Eixo] tinha um bom passal, que abrangia várias terras, que hoje são de particulares, em roda do adro da dita capela, estendendo-se principalmente para as Cavadas e Ribeirinho, até à Vala Real, onde ainda hoje se vê um marco de pedra que dizem ser do mesmo passal (Vieira, 1984: 33-34).

Neste caso, a propriedade identificada com o microtopónimo em apreço corresponderia ao “casal encabeçado” das terras que constituíam o antigo passal, conjectura apoiada pela existência local de propriedades deste tipo, como se deduz da leitura do foral manuelino de Eixo e Requeixo, de 1516, onde se fala expressamente em «cazaaes emcabeçados» (Madaíl, 1959: 310). Segundo o memorialista que vimos seguindo, em toda a antiga vila de Eixo só havia dois espaços que conseguiam fugir à condição de terra foreira ou raçoeira em relação a algum senhorio: o sítio do Arrujo e os terrenos do velho passal (Vieira, 1984: 34).

CABO, CABEDELLO

LAT. *capu-* por *caput*; *capittelu-*

geo-, oriotopónimo

Cabeço do Cabo (02A), *Cabedelo* (02A: *Vilarinho*; 09AE: *Pateira*), *Cabo dos Aidos* (01A),

A noção de extremidade está presente nestes três microtopónimos, com a voz “Cabo”, do LAT.-POP *capu*, a designar o extremo de uma propriedade, enquanto “Cabedelo”, do LAT. *capittelu-*, se refere a uma restinga de areia na zona alagada da foz do Vouga. Esta última fala aparece cedo no latim bárbaro dos documentos concernentes à região de Aveiro, como acontece nas confrontações de uma propriedade em 1088:

[...] inter villas que nuncupantur Socia et Illiabum et ejus terminationes incipiunt a loco qui appellatur Serra per eum locum quem Furnum Tegularium vocant usque ad rivum quem dicunt Foriolum et ad partem maris usque ubi dicunt Capittellum de Degano. (Costa, 1978: 248, doc. 345)

CABOUÇO

LAT. *cavare*

agrotopónimo

Cabouço (05A)

“Cava”, derivado regressivo de cavar, + *-ouco*, sufixo nominal pré-romano, designando o pequeno sítio ou lugar onde se fez arroteia de cava.

CABREIRA

LAT. *capra*

zootopónimo

Cabreira (01A), *Cabreiras* (06A), *Cabreiro* (07A), *Cabrita* (02A, 05A)

A crescente procura de peles curtidas contribuiu para o aumento da criação de gado caprino, como se confirma documentalmente para Aveiro, na centúria de Setecentos. A multiplicação deste gado criou problemas na zona, considerando a escassez de pastos e os estragos causados por estes animais.

Mesmo assim, deveriam ser bastantes os proprietários de cabras, porque, foram notificados, no mesmo ano [1785], para porem as suas cabras fora da cidade e seus subúrbios, por terem feito extorsões nas novidades particulares, valados e pastos que pertenciam aos lavradores da “*renda do verde*” que, por lhes terem usurpado os pastos, se recusavam a pagá-la. (Amorim, 1997a: 234)

Dos microtopónimos registados, todos se referem à criação destes animais, com

exceção talvez de “Cabrita”, que poderá ser um prosónimo, embora não afastemos a hipótese de se integrar na realidade expressa pelos restantes, já que encontramos, na toponímia maior, “Cabrita”, “Cabriteira” e “Cabrito” (Frazão, 1981: 131).

CAÇÃO

LAT. *captione-*

antropotónimo

Quinta do Cação (05A)

“Cação”, para além de apelativo de certos peixes, é um prosónimo vulgar entre os povos da Beira-Ria, em cujo linguajar designa uma pessoa «traquina, tratante» (Baptista, 1946: 239), o que está de acordo, em ambos os casos, com a significação do LAT. *captione-* “armadilha, engano, fraude, cilada, acção de tomar ou agarrar”.

Mas em Aveiro houve uma família de apelido “Cação”, como podemos constatar num documento do Santo Ofício, datado de 1741, em que, na enumeração dos antepassados de um novo comissário, se alude a «João Pereira Cação, ourives [...] natural de Aveiro, freguesia de S. Gonçalo» e a «Manuel Dias Cação, de Aveiro, filho de Baltasar Dias Cação, de S. Miguel de Milheirós de Poiares, Feira, e de Maria Manuel, de Aveiro [...]»²⁰⁶.

CACIA

LAT. *Cassius* ; CELT. *Cassia, Cassi, cassa-* ?

antropo-, etno-, fito-, mitotónimo

Agra de Cacia (02A), Cacia (02ACGKSTZZc-1106), Calçada de Cacia (02A), Castro de Cacia (02G-1192), Rio de Cacia (02G-1363)

O descentramento de Aveiro, em relação às grandes vias romanas, não impediu a presença da cultura itálica, absolutamente comprovada para Cacia. A toponímia local já apontava alguns vestígios, como os microtopónimos *Castro de Cacia* e *Aidos da Torre*, dois apelativos do mesmo sítio separados por oito séculos²⁰⁷.

Considerando as confrontações de Cacia, indicadas na doação feita por D. Henrique e D. Teresa, em 1106, ao mosteiro de Lorvão (Madaíl, 1959: 20-21), bem como os achados noticiados por alguns autores (Souto, 1930; 1942; Sarabando, 1976) no sítio do Castro, é legítima a conclusão de estarmos perante uma vila romana, de dimensões bastante consideráveis durante o período suevo-visigodo, já que abrangia um território que entestava com Esgueira e Eixo, passando pela Moita da Mamoia. Mas os «terminos nominatos» para a «uilla nostra nomine Cacia» (Madaíl, 1959: 21) também poderiam ter nascido das convulsões da Reconquista, na medida em que não há qualquer alusão a «terminos antiquos» (Sampaio, 1979, vol. 1: 44).

O castro será repovoado no dealbar do século XII²⁰⁸, o que pressupõe um ermamento anterior, correspondendo talvez a um mero recuo da população para o miolo de Cacia, devido às incursões da pirataria mourisca e normanda da Alta Idade Média. Com efeito, no sécu-

²⁰⁶ LIMA, Jorge Hugo Pires de – O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 42, n.º 168 (1976), p. 290.

²⁰⁷ Ano de 1192: «castro de cacia» (Madaíl, 1959: 40); Anos 20 deste século: «Aidos da Torre» (Rodrigues; Barreira, 1994: 174)

²⁰⁸ Em Julho de 1192 Mendo Achia e sua mulher Maria Pais fazem uma doação ao mosteiro de Lorvão, do qual tinham recebido o «castro de cacia qui nobis datis ad *populare intus et foris per ubi potuerimus plantare. edificare ...*» (Madaíl, 1959: 39-40).

lo V ainda estaria habitado, se levarmos em linha de conta a opinião do numismólogo Sousa Oliveira, enunciada com base na observação das fotografias do anverso e reverso de uma moeda ali encontrada. A moeda em questão, com a efígie e a legenda do imperador Honório (395-423), apresentava um aspecto grosseiro que aquele estudioso atribuiu à cunhagem sueva dos chamados soldos galicanos, que foram perdendo qualidade à medida que os cunhos se deterioravam²⁰⁹. O centro desta *villa*, a *villa urbana*, devia situar-se no actual lugar do “Paço”, topónimo a lembrar o *palatium* ou residência do respectivo *dominus*, enquanto o “Vale Caseiro” poderá ser, possivelmente, uma reminiscência da concentração dos *casarii*. Da posterior fragmentação, em unidades de exploração individualizada, falam-nos topónimos como “Vilarrinho”, “Quintã do Loureiro” e as várias “Quinta”. (vd. *infra*, s.v. “Vila”)

O topónimo Cacia, independentemente da sua integração nos capítulos da antrotoponímia ou da fitotoponímia, transmite-nos sempre pergaminhos de antiguidade. Se a origem deste topónimo reside no antropónimo latino *Cassius*²¹⁰, teria surgido a partir dos finais da República, quando se começou a utilizar o sufixo possessivo *-anus* (Piel, 1948: 5). Nesta hipótese a etimologia justificaria o topónimo, através da evolução (*Villa Cassiana* > **Cassiã* > **Cassiã* > *Cassia* (=Cacia), um processo que encontramos igualmente em *campana* > *campã* > “campa”, ou em *quintana* > “quintã” > “quinta” (Sampaio, 1979, v.1: 73).

Em *Cassiana* > **Cassiã* temos a queda do *-n-* intervocálico, com nasalização da vogal anterior, um fenómeno típico do Noroeste peninsular que, segundo alguns autores, se ligará a um substrato ligure-cantábrico (Silva Neto, 1992: 154-155); **Cassiã* > **Cassiã* resulta da crase anuladora do hiato (Idem: 196), enquanto a paroxítone *Cassia* (=Cacia) corresponde à desnasalação da última sílaba, dada a dificuldade na pronúncia do *-ã* final, e ao regresso do acento ao lugar que já ocupava em *Cassiãna*, de acordo com uma regra de ouro da «fala corrente [...] que acentuava sempre a penúltima sílaba» (Silva Neto, 1992: 167). Além do mais, a língua popular procura sempre a facilidade de articulação, o que explica a inexistência em português de ditongos nasais crescentes

Embora alguns autores defendam que a queda do *-n-* intervocálico apenas ocorreu no século XI, estando ainda em curso na centúria seguinte (Teyssier, 1994: 15-16), não temos bases suficientemente sólidas para ajuizar acerca dessa datação, considerando que só tardiamente a escrita regista as transformações da oralidade. A antiguidade da síncope do *-n-* intervocálico pode aquilatar-se pela análise de um documento de 1192, o conhecido auto de partilhas entre os irmãos Rodrigo, Vasco e Elvira Sanches, no qual aparece o microtopónimo

²⁰⁹ (*Apud* Sarabando, 1976: 38-39). Suevos, Visigodos e Francos suprimam a falta de numerário copiando, durante muito tempo, os numismas de Honório.

²¹⁰ Nome romano bastante usual (Torrinha, 1945: 128); (*GEPB*, vol. 6: 152-153).

Quintaa, sem qualquer sinal de nasalização que, no entanto, se pode dever a erro do escriba (Fonseca, 1985: 172-173). Significa isto que, em 1192, a nível do registo escrito, encontramos formas que já tinham ultrapassado as fases intermédias *quintana*, *quintãa* e *quintã*, ou pelo menos a primeira, processo que necessariamente se dilatava no tempo.

Por outro lado, como está por demais provado, o latim bárbaro tabeliônico, que «continuou a usar-se ainda durante cerca de um século depois de surgirem os primeiros escritos em português» (Idem: 103), não corresponde à língua falada, pois alatinava as palavras e expressões do romance, fossem elas ou não estranhas ao latim. Esta tendência leva por vezes os escribas da época a cometerem erros, como um *Atanagildi*²¹¹ por *Atagildi* (nome germânico formado por *Atta* “pai” + *Gild* “imposto”), certamente por atração do acusativo latinizado *Atane-* de *Ata* (cf. Piel, 1937: art.º. 15, 20, 95, 595) e, noutros casos, a não avançarem para a latinização, como em *Cacia*, que dificilmente ligariam a *Cassiana*, forma de um possessivo caído em desuso entre os séculos V-VI.

Ainda no âmbito da antroponímia, encontramos os nomes pré-romanos *Cessee* e *Cessia*, certamente celtas, como veremos de seguida, que se documentam «varias veces en la Beira Baixa así como en las provincias de Cáceres y Badajoz». Um outro nome indígena, que aparece com bastante frequência, é *Casiena*, que poderá «relacionarse con algún homófono del latino *Cassius*» (Alberto Firmat, 1985: 277-278). Por último importa referir o nome *Cassia*, inscrito numa árula votiva ao deus *Mandiceus*, encontrada em 1956 na Madre de Deus, Sintra (Encarnação, 1975: 232; foto 54)²¹². Estes antropónimos também poderiam estar por detrás do topónimo *Cacia*, porventura uma antiga *villa Cessia* ou *Cassia*, recuando ao período da Roma republicana, quando o gentílico, posposto ao apelativo da unidade agrícola, tinha a função possessiva.

A origem destes nomes recuam ao simbolismo totémico dos celtas, daí os encontramos como fitónimos, teónimos e etnónimos. Com efeito os apelativos arbóreos são vulgares na fitotoponímia e na antroponímia celta (Walter, 1996: 61-62), atendendo ao carácter protector que este povo atribuía a árvores como o “carvalho”, o «suporte vegetal da sabedoria e não a própria sabedoria, um dos meios do rito e não o motor ou o beneficiário da cerimónia religiosa» (Le Roux; Guyonvarc’h, 1993: 107).

A confirmação destas afirmações encontramos-la um pouco por toda a Europa céltica, começando nos apelativos para “carvalho”, como o GAUL. *cassano* (Walter, 1996: 62), o *cassou* (pl. *cassigon*) dos falares pirenaicos (Berot, 1998: 273) ou o OCC. *casse* (Boisgontier, 1992: 153). Inscrições das proximidades de Mogúncia, duas delas entre as zonas de assentamento dos belgas e bretões, mencionam os *dii Casses*, por certo divindades ligadas à sabedoria, enquanto se multiplicam os etnónimos com o elemento *-casses*, entre os quais os referidos aos *Tricasses*, *Veliocasses*, *Viducasses*, *Bayocasses* (Hubert, 1988: 365). Plínio alude ainda aos *Sucasses* da Aquitânia, aos *Bodiocasses*, certamente o mesmo povo que, noutras fontes, aparece com a denominação *Bayocasses* (L. 4, 107 e 108). Provavelmente todos estes povos teriam resultado da fragmentação dos *Cassī*, povo celta que César, em *De Bello Gallico* (L.5, 21), situa nas ilhas Britânicas e na Bretanha (Hubert, 1988: 179).

Perante estes considerandos, podemos colocar, como outras hipóteses para a interpretação do topónimo “Cacia”, uma origem fitonímica, entrelaçada na vida religiosa e referida ao “carvalho”, ou, em alternativa, uma base étnica, centrada num possível assentamento de *Cassī*.

²¹¹ Doação de Mumadona Dias ao mosteiro de Guimarães, em 959 (Madaíl, 1959: 3).

²¹² Mário Cardozo fez a leitura desta ara, cuja inscrição traduziu por «*Cassia Mate/r Man/diceo v(otum) s(olvit) l(ibens)*», considerando o deus *Mandiceus* como uma divindade ibérica. CARDOZO, Mário – Novas inscrições romanas no Museu Arqueológico de Odrinhas [Sintra]. *Revista de Guimarães*. Guimarães. vol. 68 (1958), p. 355-376. *Apud* Encarnação, 1975: 33, 232.

CACOS

LAT. **caculu-*, por *caccabu-*

tecnotopónimo

Cabeço dos Cacos (10C), Caqueiro (09A)

“Cacos”, fragmentos de cerâmica usados no conserto das marinhas, no início da safra. Os topónimos devem indicar malhadas de depósito provisório de cacos.

CADEIRA

LAT. **cadaria* < *cadere*

orotopónimo

Cadeira (09A)

O microtopónimo “Cadeira” deverá provir do LAT.-POP. **cadaria* “desnível de terreno”, evoluindo, no romance, para “cadeira” > “caeira”, com esta última fala representada na toponímia galega: *A Caeira, As Caeiras, O Caeiro* (Cabeza, 1992: 200). Em Portugal afluem os topónimos “Cadeira de El-Rei” (Tomar), “Cadeiras” (Lousada), *Caiera* (Pombal) e *Caeiros* (Reguengos de Monsaraz e Mafra) (Frazão, 1981: 134).

CAIÃO

LAT. *cadere* ?; CELT. *caion* ?

oico-, orotopónimo ?

Caião (05AE)

O topónimo “Caião” poderá derivar do LAT. *cadere* > PORT. ANT. *caer* (*Elucidário*, 1: 59) “cair”, através do respectivo particípio passado feminino **caeda* + *-ão* > “caedão” > “caião”. A evolução explica-se pela síncope do *-d-* intervocálico e resolução do hiato pela formação do ditongo, através da passagem da vogal tónica *-e-* à semivogal *-i-*.

“Caião” poderá ainda provir do CELT. *caion* “cercado” (Hubert, 1988: 309), apelativo que poderia designar os “cercados circulares”, típicos dos assentamentos celtas da Bretanha. A informação vem de Estrabão, que nos diz que os bretões viviam dentro de uma espécie de cercados, de *kraals* circulares, que também serviam para guardar o gado (*apud* Hubert, 1988: 441).

CALDEIREIRO

LAT. *caldaria-*

emporo-, tecnotopónimo

Caldeireiro (09A)

O microtopónimo “Caldeireiro” recorda a tradição da indústria artesanal de caldeiraria no antigo concelho de Eixo, com especial representação na vila, mas também presente em Requeixo, de acordo com o registo recolhido. No referente a Eixo, temos uma breve descrição de um memorialista local, do século passado:

A indústria mais importante desta Vila tem sido a das caldeiras. O pessoal desta indústria compõe-se de proprietários capitalistas, artistas e criados caixeiros para andarem pelas feiras, ainda que muitas vezes a mesma pessoa acumula os dois primeiros mesteres, e alguns (poucos) os três ditos. Os proprietários das lojas de caldeiras compram e mandam vir do Porto pastas de cobre e latão amarelo e fazem ou mandam fazer nas suas lojas caldeiras, tachos, alambiques, painéis, ser-tãs, escumadeiras, fogareiros, esquentadores de cama e outros objectos [...] os quais os ditos criados vão vender às feiras e pelas portas em quase todo o Reino. (Vieira, 1984: 43-44)

CALE, CANAL

LAT. *canale-*

hidrotópónimo

Cale de Amoroso (10C), **Cale** de Bulhões (02/05/10C), **Cale** da Cidade (06/10Y), **Cale** do Espinheiro (10.ACM-1524), **Cale** de Ílbavo (Y), **Cale** da Lobeira (M-1524), **Cale** da Marta (10.AC), **Cale** do Ouro (10.ABC), **Cale** do Paço (10.A), **Cale** do Parrachil (10C), **Cale** das Pirâmides (06.A), **Cale** de Sama (10E), **Cale** de São João (Y), **Cale** das Silbas (02.A: *Quintã do Loureiro*), **Cale** dos Tojos (05.A), **Cale** da Veia (05/06/10.AY), **Cale** da Vila (06/10.AQY-1592), **Canal** Central de São João (Y), **Canal** da Cidade (06/10Y), **Canal** do Espinheiro (Y), **Canal** do Matadouro (Y), **Canal** da Moacha (10BC), **Canal** das Pirâmides (06/10EUY-C.1830), **Canal** dos Santos Mártires (06Y), **Canal** de São Jacinto (10/14BDY), **Canal** de São Roque (10.AY), **Canal** de Vagos (Y), **Canal** da Vila (10B).

A laguna de Aveiro, vulgarmente denominada “Ria de Aveiro”, é, como já dizia Raul Brandão, n’ *Os Pescadores*, um dos seus mais belos livros,

[...] um enorme pólipó com os braços estendidos pelo interior desde Ovar até Mira. Todas as águas do Vouga, do Águeda e dos veios que nestes sítios correm para o mar encharcam nas terras baixas, retidas pela duna de quarenta e tantos quilómetros de comprido, formando uma série de poças, de canais, de lagos e uma vasta bacia salgada. De um lado o mar bate e levanta constantemente a duna, impedindo a água de escoar; do outro é o homem que junta a terra movediça e a regulariza. Vem depois a raiz e ajuda-o a fixar o movimento incessante das areias, transformando o charco numa magnífica estrada, que lhe dá o estrume e o pão, o peixe e a água da rega. Abre canais e valas. Semeia o milho, povoa a terra alagadiça, e à custa de esforços persistentes, obriga a areia inútil a renovar constantemente a vida.

Não há fotografia que valha este naco de prosa, verdadeira aguarela da paisagem e do coração das gentes, que mostra as cales e os canais, mas sobretudo o homem que os nomeia, que neles circula, estradas que são de aproximação entre as populações ribeirinhas, facilitando o convívio e a troca de mercadorias, mas também os arraiais de arromba como o de S. Paio da Torreira.

A etimologia de “canal” explica-se directamente pelo termo latino, enquanto “cale”, com origem no mesmo étimo, resulta da queda do *-n-* intervocálico e da crase do hiato *-aa-*.

CALHAU

CELT. **caljo-*

litotópónimo

Chão do Calbau (05.A)

Ver infra "Bacalhau"

CAMINHO

CÉLT.-LAT.. *camminu-*

odotópónimo

Caminho de Aveiro (05T-1446), **Caminho** da Fonte (08.A), **Caminho** das Marinhas (05T-1446), **Caminho** das Padeiras (01/06/Ílbavo U-c.1830), **Caminho** do Porto de Eixo (05T-1446), **Caminho** do Ramal (08S-1749), **Caminho** do Ribeiro (05T-1446), **Caminho** das Ribas (05T-1446), **Caminho** de Santiago (06.AS-1749), **Caminho** de São Bernardo (06U-c.1830), **Caminho** do Vale da Marinha (05T-1446), **Caminho** Velho (04.A), **Caminho** de Vilar (05.AT-1446), **Chão do Caminho** (06.A: *Vilar*), **Cinco Caminhos** (02.A, 04.A, 08.A)

O apelativo “caminho” designa uma via de comunicação destinada principalmente ao trânsito rural. Passou ao romance através do latim popular que, por sua vez, já o tinha recebido do céltico. (Fonseca, 1985: 198).

CAMPO

LAT. *campu-*

agrotópónimo

Campinhos (02.A, 12.AEH), **Campo** da Azenha (01.A), **Campo** do Barbeito (05T), **Campo** de Carcavelos (03.AE), **Campo** de Eixo (04.EW), **Campo** da Enguia (02.A), **Campo** de Horta (04.A), **Campo** de Linhares (01.A), **Campo** de Madeiros (04.A), **Campo** Redondo (Zb), **Campo** do Rossio (10U), **Campo** de Santo António (06U), **Campo** dos Santos Mártires (06U), **Campo** do Tojo (02C), **Campo** Velho (04.AV), **Largo do Campo Velho** (04E), **Viela do Campo** (02.A)

“Campo” é apelativo para terra de cultivo, espaço plano, terreiro sem edificação, dentro de uma povoação. Na freguesia de Eixo, «o *campo* é o terreno que está sujeito às inundações do Vouga», zona «formada essencialmente por terras de aluvião» (Magalhães, 1960: 248, 248 n. 3)

Nesta última freguesia distingue-se entre “campo” e “Campo Velho”, este último parecendo

indicar que aqui foi a parte do campo que primeiro se cultivou, ou que este foi o campo dos primeiros povoadores da Vila, supondo um campo novo cultivado depois daquele; e sendo o campo velho uma parte pequeníssima em relação ao mais campo, e próximo à Vila, daqui podemos concluir que ele foi o campo dos primeiros povoadores, que também deviam ser poucos. De um documento autêntico que temos se vê que este campo, tendo estado areado a ponto de os proprietários não conhecerem os marcos dos seus prédios, se lhe fizeram trabalhos para o desarear, que em 1720 era tido por fertilíssimo.» (Vieira, 1984: 46, n. 1).

CANAS, CANAVIAL

LAT. *canna-, cannabe-*

fitopónimo

Arrota das **Canas** (09A), **Cana** Lieira (04A, má leitura, por *Caniseira?*), **Canaviais** (05T-1446), **Canavial** (09A), **Canecira** (01A, está por *Caniceira?*), **Canicais** (07F), **Canço** Grande (09A), **Canilhas** (ou) **Caninhas** (02A), **Caniseira** (04VW), **Canota**(?) (02A), **Palha Canas** (05A), **Rego das Canas** (01AJ), **Ribeira(o) da Caniseira** (04VW), **Vale da Cana** (08A), **Vale da Caniseira** (04V)

A “cana” foi uma planta muito importante nas antigas economias rurais, o que explica a profusão do seu apelativo, e respectivos derivados, na microtoponímia local, onde se destaca o “canço”, de “cana + -iço (sufixo de sentido diminutivo), planta lenhosa, da família das Gramíneas, nome vulgar da *Fragmites communis*, muito frequente em Portugal e que abunda na zona alagada da Ria de Aveiro (Reis, 1993: 136). Na toponímia aparecem os colectivos “Canical” e “Caniceira”, com os respectivos sufixos a designarem a noção de conjunto ou quantidade ou o lugar onde abunda essa planta. Derivados de “cana”, com o mesmo sentido atrás apontado para o sufixo *-iço*, temos as formações “Caninha” (*-inha*), “Canilha” (*-ilha*) e “Canota” (*-ota*). Resta apontar o colectivo “canavial” < *cannabe* ou *canave* + *-al* “campo de cânhamo”, que acabou por significar o mesmo que “canal” (< “cana” + *-al*), “lugar onde abundam as canas”, impondo-se ao segundo devido à homonímia que, na circunstância, seria duplamente perturbadora da comunicação, considerando que um dos habitats da “cana” é precisamente a margem de canais e outros cursos de água.

No linguajar dos povos da Beira-Ria encontramos a voz “canízia”, sempre grafado com *-s-* (Reis, 1993: 84, legenda da foto; Baptista, 1946: 241), não registado pelos dicionaristas, donde deriva o colectivo *caniseira*, que aparece na toponímia de Eixo a qualificar um dos vales pantanosos da freguesia (Vieira, 1984: 49).

“Palha Canas” poderá ser forma antiga da *palha-de-canço*, espécie de junco também chamado *lestras* (GEPB, 20: 82b), ou, simplesmente, será um sinónimo de *palhaça*, habitação feita de palha. Este último apelativo deu origem a vários topónimos, entre os quais o da freguesia da Palhaça. no concelho de Oliveira do Bairro. Quando ao vocábulo *Palbacana*, encontramos-lo a denominar pelo menos dois lugares, um no concelho de Alenquer e outro no de Condeixa-a-Nova (Frazão, 1981: 555a). No sânscrito, entre várias vozes para “cabana”, aparecem as falas *kaiamana*, *pakkana* e *palli* (Peterson, 1995), o que poderá clarificar o sentido primitivo desta planta, por certo utilizada na construção dessas precárias habitações das antigas aldeias e casais rurais.

Na Galiza, como colectivos ou derivados de *cana*, aparecem os topónimos *Canaval*, *Caneiro(s)*, *Caneda*, *Canedo(s)*, *Canido* e *Canosa*, *Caniza* e *Canizo* (Cabeza, 1992: 26, 101-102, 432, 440).

CANCELA

LAT. *cancelu-*, «grade»

agrotópónimo

Cancela (05A), *Cancelada* (09AE), *Cancelas* (02A; 05Q-1637), *Rua da Cancela* (02A)

Os topónimos “Cancela(s)” e “Cancelada” referem-se a currais transitórios, no meio dos campos, cercados de sebes, onde se reúne o gado, principalmente ovelhas e cabras; com vista ao aproveitamento do respectivo estrume. Considerando o principal objectivo destas cercas, são conhecidas, nalguns pontos do País, por esterçadas.

CANTADEIRA

de “cantar”

antropo-, ornitópónimo

Cantadeira (01A)

“Cantadeira” (< “cantar” + *-deira*) é apelativo de pássaros da família dos Alaudídeos, comuns em Portugal, também conhecidos por cotovia, capatorra, caturreira, laverca, etc., que nidificam no solo. Algumas aves desta família residem nos prados sebes e campos que margina a Ria de Aveiro, como, por exemplo, a cotovia-de-poupa (*Galerida cristata*) e a laverca (*Alauda arvensis*), ou por aqui estiam, como é o caso da calhandrinha-comum (*Calandrella cinerea*) (Reis, 1993: 57, 66).

Mas o microtopónimo em causa, mesmo que a origem esteja na referida ave, deve ser um prosónimo local, tanto mais que, já no século XVII, encontramos em Verdemilho um Manuel da Silveira “o Cantadeiro”²¹³.

CÃO

LAT. *canna-*?

Fitotópónimo?

Cabeço do Cão (10B)

O topónimo “Cabeço do Cão” corresponde a um pequeno ilhote²¹⁴, entre a península de S. Jacinto e a ilha da Moacha. A denominação pode advir da respectiva configuração, mas importa lembrar que, nesta zona da laguna, nomeadamente em Cacia, o caniço é popularmente conhecido por *canis* (Conde, 1984: 52).

Pelo que fica dito, pensamos que, a verificar-se a primeira hipótese, o topónimo será de origem erudita, pois a possível semelhança do ilhote com a cabeça de um cão só pode ser percebida através da cartografia. Se, pelo contrário, a denominação deriva do apelativo *canis*, estaremos perante um exemplo de toponímia de origem popular.

CARCAVELOS

CÉLT.

antropo-, etnotópónimo

Belli (G-1050, 1116), *Cacavelos* (G-1220), *Campo de Carcavelos* (03AE), *Carcavelos* (03AENWZZc), *Chão de Carcavelos* (03A), *Lavoura de Carcavelos* (03A), *Monte de Carcavelos* (03A), *Porto de Carcavelos* (03A), *Ronheiras de Carcavelos* (03A), *Sub porto de Belli* (G-1050)

“Carcavelos” deve corresponder à antiga *vila* de *Belli* ou ao *Sub porto de Belli* dos docu-

²¹³ Carta de compra e venda de um chão no sítio das Teceloas, transcrita a fl. 6vº do *Livro do tombo das propriedades e foros pertencentes as confrarias do Santíssimo Sacramento Senhora do Rozario Senhora da Lomba Senhor Jezus espírito Santo S. Sebastião e almas da Igreja e Freguezia de S. Pedro das Aradas que por especial Provisão de S. Magestade que Deos guarde Fes o Doutor Faustino de Bastos Monteiro Juis do dito tombo e o Sentenciou em vinte e tres de Nouembro de mil e Sete centos e quarenta e Sete annos*. Este livro, quando por nós foi consultado, estava em poder da Junta de Freguesia de Aradas, onde esperamos ainda esteja, embora o local correcto para a sua guarda fosse o Arquivo Histórico Municipal.

²¹⁴ Vd. interpretação para o apelativo “cabeço”, supra, na correspondente entrada.

mentos do século XI-XII, apesar das dificuldades transmitidas pelo diploma de 1050, bastante confuso na explanação das confrontações que incluem estes dois últimos topónimos. No século XIII já nos aparece *Cacavelos*, tendo desaparecido da documentação conhecida qualquer referência àquela antiga *vila* que, conforme a transcrição que se segue, de um fragmento do referido diploma de 1050, teria nessa altura um papel importante na navegação do Vouga e do acidente lagunar que então se desenvolvia:

[...] per suos terminos per ut sparte per illa petra de contensa et de alia parte per illa lagona ²¹⁵ de sub porto de belli et quomodo diuide de alia parte uauga per cima de illa lacona de sub porto de belli in suo directo diuide cum belli (Madaíl, 1959: 11).

Considerando que a conquista definitiva de Montemor-o-Velho data de 1034, e a de Coimbra de trinta anos depois, não terão sido as contingências da Reconquista a ditar a alteração do nome deste povoado que, ainda em 1116, aparece com a denominação *Belli*, numa doação do conde D. Henrique ao Mosteiro de Lorvão (Madaíl, 1959: 23).

Se “Carcavelos” (= *Cacavelos*) corresponder a *Belli*, este segundo elemento tanto pode ser um antropónimo como um etnónimo: no primeiro caso um nome gentilício de origem céltica (vd. Piel, 1948: 43) e, no segundo, um nome étnico referido aos *Belli*, povo celtibérico com assentamento na margem direita do Ebro no séc. II a.C., ou a fracções dos *Tarbelli*, povo que Plínio (L.4, 108) situa na Aquitânia, ou aos *Bellovaci*, etnónimo que parece integrar elementos provenientes dos *Belli* e dos *Vaccei*, correspondendo a um povo celta da região entre o Sena, o Soma e o Oise, de que César nos fala em *De Bello Gallico* (L.2, *passim*).

Se os *Belli* de *Cacavelos* proviessem dos *Bellovaci*, “Carcavelos” podia resultar da união dos dois povos (*Belli* e *Vaccei*), recorrendo aqui a Ptolomeu que, na sua *Geografia* (L. 2, cap. 5), atribui aos *Vaccæi* [sic] a *civitas Cauca* cuja grafia, mesmo que esteja correcta, não trás dificuldades na evolução para *Caca*. O mesmo autor identifica também *Canaca* como uma das *civitas* dos Turdetanos (L. 2, cap. 3) e, ainda aqui, considerando o aparecimento documental de *Cacavelos* no século XIII, não haveria problemas em chegar ao primeiro elemento deste topónimo: *Canaca* > *Caaca* > *Caca*, por queda do *-n-* intervocálico e crase do hiato.

O facto de mal conhecermos a antiga língua dos celtas continentais, e ainda menos a dos Lusitanos, não nos permite uma utilização segura das actuais línguas de origem céltica na reconstrução das desaparecidas. Apesar de tudo, deixamos apenas como nota, as vozes gaélicas *càbh* “os restantes, os outros” (MacBain, 1982), *caochan* “ribeiro” e *cala* “porto de abrigo” (MacFarlane). A esta nota acrescentamos a fala *cacou* “abrigo sob rocha”, comum às diferentes loquelas dos Pirinéus franceses (Berot, 1998: 23), e o SÂNSC. *kaccha* “margem de rio” (Kapp; Malten, 1997).

Apesar das 25 ocorrências (26 com a de Aveiro) de “Carcavelos”, registadas por Fração (1981: 153-154) para Portugal, não iremos considerá-las para a interpretação da homónima aveirense, pois temos a primitiva forma “Cacavelos” suficientemente documentada. Assim, viramo-nos para Espanha, onde, a Noroeste de Leão, «en el Bierzo, en terreno llano y fértil, regado por las aguas del río Cuá», deparamos com a vila de *Cacabelos*, havendo outras quatro em Ourense, três em Lugo e uma em Pontevedra (Nieto Ballester, 1997: 101), o que não significa que acompanhem o autor destas informações, quando faz derivar estes topónimos do LAT. *cacabu* “panela, caldeirão”.

Pela nossa parte, e considerando a preexistência independente do segundo elemento deste topónimo, avançamos, no que se refere ao primeiro elemento, com uma tríplice hipótese: “povoado na margem do rio”, “porto de abrigo”, “uma fracção, uma parte [os outros,

²¹⁵ Como já dissemos atrás, deverá corresponder ao actual Campo de Carcavelos, onde há cerca de mil anos existiria a lagoa proveniente da junção das águas dos rios Vouga e Águeda, precisamente entre Carcavelos e Almeir, ou, talvez já se refira à actual Pateira de Fermentelos.

os restantes]” dos *Belli*.

CARDAL

LAT. *cardu-*

fitotónimo

Cardal (07A)

“Cardal”, de “cardo” + *-al*, designa o local onde abunda o cardo, nome vulgar extensivo a várias plantas, mais ou menos espinhosas.

CARRAJÃO

PRÉ-ROM.

fitotónimo

Carrajão (03/09AE), *Carrajão do Bico* (03A), *Carrajão das Quintãs* (09E), *Carrajoa* (08A), *Gândara do Carrajão* (03A), *Raso do Carrajão* (03A)

“Carrajão”, de “carrajó” + *-ão*, tem aqui o sentido de lugar onde há grande quantidade de carrajó, planta herbácea, da família das Plantagináceas, espontânea e frequente em Portugal, nos lugares húmidos, aproveitada para forragens, também conhecida por outras denominações.

Na área da Ria de Aveiro, principalmente nas valas e lugares húmidos, aparece a espécie *plantago major*, que talvez se identifique com o aumentativo *carrajão* (Reis, 1993: 137; GEPB, 30: 646a). Também por aqui aparece a diabelha, nome vulgar da *plantago coronopus* (Reis, ib.), utilizada na medicina popular para combater as febres intestinais (GEPB, 8: 876).

CARRASQUEIRA

PRÉ-ROM.

fitotónimo

Carrasqueira (05A)

“Carrasco” + *-eira*: lugar onde há *carrascos* ou *carrasqueiras*, planta arbustiva, da família das Fagáceas (espécie de carvalho), espontânea em Portugal.

CARREGAL

LAT. *carice-?*; PRÉ-ROM. *karr-?*

fitotónimo

Carregais (01A, 08NZc), *Carregal* (05A, 09AEGZb), *Carregueiro* (01AE, 08A), *Matos do Carriço* (07A)

“Carregal”, de “carrega” + *-al*, designa o lugar onde abunda a “carrega”²¹⁶ ou *carriço*, uma planta gramínea, indígena da Península Ibérica, com cerca de dois metros de altura, raiz larga e rasteira, folhas lisas e flores em espigas largas. Cria-se junto da água e em terrenos pantanosos, sendo muito importante no antigo mundo rural, já que as suas folhas serviam para forragem, os talos para construir as coberturas das palhoças e as espigas para fazer escovas (Academia, 1997: 424, s.v. «carrizo»). A planta cria-se em toda a zona alagada da Ria de Aveiro, nomeadamente a espécie *carex divulsa* (Reis, 1993: 136).

A importância da planta na economia do homem medieval está por demais patente nos numerosos topónimos a que deu origem em toda a Península: CAST. Carcedo, Carrizal, Carrizo, Carrizosa; MÓÇ. Carriches (Toledo), Carraixet e Carrícola (Valência) (Nieto Ballester, 1997: 113); GAL. Carregal, Carracedo(a), Carracido, Carragueiros, Carrizal, Carragoso(s) (Cabeza, 1992: 116-117); PORT. Carrazedo, Carreço, Carregais, Carregal, Carregosa, Carregueira, Carriça, Carriçal, Carriço (Frazão, 1981: 159-163).

²¹⁶ O apelativo “carrega” ainda subsiste no Brasil, designando uma planta da família das poáceas.

CARREIRO(A)

LAT. *carraria-*, LAT. *carrile-*

odotopónimo

Carrancha (01A), **Carreira** (03A), *Carreira dos Arneiros* (05Za-1309), *Carreira de Aveiro* (02/10C: na Ria), *Carreira de Baixo* (05A), *Carreira Branca* (05A); *Carreira de Cima* (03A), *Carreira de Eixo* (05T-1446), *Carreira Larga* (05A), *Carreira da Malhada* (07A), *Carreira do Mato* (05T-1446), *Carreira do Monte* (05T-1446), *Carreira do Pedro* (07A), *Carreira das Ribas* (05T), *Carreira do Vale da Marinha* (05T), *Carreira dos Vareiros* (05A), *Carreira de Vilar* (05T), **Carreirinhos** (05A), *Carreiro do Marco* (08A), *Carreiros* (09A), **Carril** (01A, 06I-1556), *Carril do Ciborro* (05T), *Carril de Santo António* (06AS-1749), **Carriis** (07A), *Entre Carreiras* (05T-1446), *Costa do Carril* (06S-1749), *Horta da Carreira de Baixo* (05A), *Rua do Carreiro* (06A), *Rua do Carril* (03A, 06, 10A), *Sortes da Carreira* (03A), *Sortes Grandes da Carreira* (03A), *Terras do Carreiro* (02A), *Tomadia das Carreirinhas* (03A), *Viela da Carreira* (01A), *Viela da Carreira de Baixo* (05A)

Os topónimos “Carreira”, “Carril” e “Carreiro” correspondem a apelativos que designam um caminho estreito. No caso dos dois primeiros, esse caminho tem, pelo menos, a largura necessária para nele passar um carro, enquanto os derivados de “carreira(o)” + *-inha(o)*, sufixo de sentido diminutivo, se referem a caminhos pedestres.

Incluímos o microtopónimo “Carrancha” nesta entrada, porque nos parece estar perante uma aglutinação seguida de haplologia, expressa pela evolução “carreira ancha” > **carreirancha* > “Carrancha”.

Para Portugal, Frazão (1981: 160-163) regista cerca de 120 topónimos formados a partir destas falas, onde se incluem todas as marcas de género e número, com uma forte concentração percentual ao Norte do rio Vouga, seguindo-se, em ocorrências, a região de entre Vouga e Tejo. Na Galiza aparece sobretudo “Carril” e, menos, “Carreira”. “Carreiro” é aqui «apelativo de cabos e illas que parece sinalar *carreiros* ou canais submarinos utilizados para a navegação dende antigo.» (Cabeza, 1992: 118-119)

CARVALHO

PRÉ-ROM.

antropo-, dendrotopónimo

Carvalhal (04A), *Carvalhal de Chão de Areias* (04A), *Carvalhal da Fonte* (03A), **Carvalheira** (09AE), **Carvalheiras** (01A), **Carvalho** (09A), *Encosta dos Carvalhos* (05A), *Moinho do Carvalho* (09A)

“Carvalhal”, de “carvalho” + *-al*, sufixo de sentido colectivo, e também o plural “Carvalhos”, designam uma mata ou conjunto de carvalhos, árvore ou arbusto da família das Fagáceas, comum em Portugal.

O apelativo “carvalheira”, com toponímia em Aradas e Requeixo, refere-se a carvalhos de pequeno porte, quase sempre na forma arbustiva.

A voz “carvalho” é também apelido muito vulgar, sendo essa a realidade expressa no composto “Moinho do Carvalho”.

CARVÃO

LAT. *carbone-*,

antropotopónimo

Vale de Carvão (05A)

O topónimo deve reportar-se ao apelido “Carvão”, considerando que os vales, como unidades de povoamento, eram frequentemente denominados com o nome do respectivo proprietário, que aparecia como complemento preposicional, determinativo do substantivo “Vale”.

Não nos inclinamos para a identificação do sítio como tecnotopónimo, considerando que, nesse caso, o respectivo apelativo deveria apresentar-se com a forma “Carvoeira”.

Em 1614, residia em Aveiro um oleiro de nome João Fernandes Carvão, casado com

Leonor Fernandes, ambos naturais desta vila e moradores na Rua Direita²¹⁷.

CASAL

LAT. *casa-*, *casale-*,

agro-, *oicotopónimo*

Casa do Afonso (10C), *Casa do Amoroso (10C)*, *Casa do Amoroso do Norte (10C)*, *Casa dos Ferrolhos (10B)*, *Casa da Guarda (02C: Cam. Ferro)*, *Casa da Lavoura (04W)*, *Casa da Moita (08A)*, *Casa do Pastor (10C)*, *Casa de São Sebastião (04A)*, *Casais (03A, 05A)*, *Casal (01G-1431; 04VW; 05A; 09A)*, *Casal de Dona Urraca (04W)*, *Casal do Forte (01S-1749)*, *Casal do Garrido (01S)*, *Casal da Morraceira (02C)*, *Casal de Pedro Anes (01S)*, *Casal de Requeixo (09S)*, *Casal do Taipinho (01S)*, *Casas Velhas (09A)*, *Caseiro (06A: Vilar)*, *Chão da Casa (05A, 09A)*, *Chão das Casas (06A)*, *Chão da Casinha (02A)*, *Chousa do Vale Caseiro (02A)*, *Ilhote da Casinha (02A: Vilarinho)*, *Quinta da Casa (01A)*, *Quinta do Casal (01E)*, *Rua do Casal (04A)*, *Vale do Caseiro (02AC)*.

O topónimo “Casa” aparece principalmente na zona alagada, designando uma habitação rural isolada, quase sempre numa ilha ou ilhote, em área não sujeita a inundações.

“Casal” e “Casais” referem-se a propriedades rústicas ou, no segundo caso, a lugarejos na zona rural. Estas propriedades constituem unidades económicas de exploração agrícola, incluindo a casa e os campos agricultados.

Ver também *infra*, s.v. “Vila”.

CASTRO

LAT. *castru-*,

arqueotopónimo

Agra do Crasto (01E), *Castelo (03A)*, *Castelo de S. Bernardo (06A)*, *Castro dos Aidos (08A)*, *Castro de Cacia (02G-1192)*, *Crasto (01AG-1431)*, *Ramal do Castelo (06A)*, *Viela do Crasto (01A)*

Os “castro” eram lugares fortificados, das épocas pré-romana e romana, constituindo o habitat privilegiado das populações do Noroeste da Península Ibérica. As ocorrências no concelho de Aveiro colocam alguns problemas de interpretação, devido essencialmente à ausência de quaisquer prospecções arqueológicas.

O “Ramal do Castelo” e o “Castelo de S. Bernardo” devem referir-se a outra realidade, que só poderemos deslindar com uma pesquisa no local. Até lá, e apenas como hipótese, talvez “castelo” esteja por “Castela”, o que daria um carácter étnico ao topónimo, podendo corresponder à instalação de uma família espanhola.

CAVADA

LAT. *cavata-*

agrotopónimo

Cavada (07A), *Cavada de Baixo (04A)*, *Cavada da Picota (08A)*, *Cavada da Quinta de Aveiro (08A)*, *Cavada da Rua dos Melões (08A)*, *Cavadas (01AE, 02AC, 03A, 04V, 05A, 08AE, 09AE)*, *Cavadas de Baixo (01A)*, *Cavadas de Cima (04A)*, *Cavadas da Horta (04A)*, *Cavadas da Marinha de Vilarinho (02A)*, *Cavadas do Pano (09E)*, *Cavadas de Verba (07A)*, *Cavadinha (08A)*, *Cavadinhas (04V)*, *Pinbais das Cavadas (01A)*, *Rio das Cavas (01A)*, *Vale de Cavadas (04V)*, *Viela da Cavada (04A)*

“Cavas”, assim como “Cavada” e seus derivados, designam pequenas propriedades agrícolas ou leiras, cuja preparação era feita manualmente pelo camponês, sem utilização de animais.

CELEIRO

LAT. *cellarín-*, *sella-*

arqueotopónimo

²¹⁷ Habilitações do Santo Ofício, *António – m. 5, n.º 202*. In LIMA, Jorge Hugo Pires de Lima – O Distrito de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 25, n.º 99 (1959), p. 204 (registo n.º 53).

Rua do Celeiro (05A)

Este topónimo designa uma antiga instalação senhorial, onde os camponeses tinham obrigação de entregar as rendas em géneros. No caso, porque referido a Esgueira, a entidade senhorial era o Mosteiro de Lorvão, que senhoriou a vila desde a Idade Média até ao Liberalismo.

CERRADO

LAT. *seratu-*

agrotopónimo

Cerradinho (03A), **Cerrado** (03A), **Serradeira** (01A), **Serradinho** (02A), **Serrado** (01A, 02A, 03A, 04A, 05A, 07A, 08A, 09A), **Serrado do Barreiro** (05A), **Serrado da Estrada** (01A), **Serrado das Chãs** (06A), **Serrado de Trás-dos-Aídos** (01A), **Quinta do Serrado** (05A)

Estes topónimos referem-se a propriedades cercadas por sebes ou valas, sendo uma outra denominação de “chousa” (Ver *infra*), geralmente orientadas para a produção de produtos hortícolas e novidades.

O derivado “Serradeira” pode aludir a uma zona de cercados, mas também poderá designar um terreno onde abunda a “serradela”, do LAT.-POP. *serratela*, planta leguminosa, espontânea ou cultivada, e muito utilizada para forragens. A fala registada proviria, neste caso, da evolução “serradela + -eira > *serradeleira > *serradeeira > “Serradeira”.

CHÃO

LAT. *planu-*

agrotopónimo

Chão (05A), **Chão da Agra** (02A), **Chão da Água** (02A), **Chão de Além**²¹⁸ (12AE), **Chão das Almas** (03A, 05A), **Chão do Almo** (05A), **Chão de Arcos** (04A), **Chão da Areia** (02A), **Chão de Areias** (04A), **Chão da Arrota** (03A), **Chão do Ascenso** (08A), **Chão da Azinha** (02A), **Chão de Azurva** (05A), **Chão de Baixo** (06A, 08A, 09A), **Chão dos Barcos** (05A), **Chão da Bela** (05A), **Chão da Bica** (02A), **Chão do Bico** (05A, 06A), **Chão do Borges** (08A), **Chão do Branco** (08A), **Chão do Brás** (02A), **Chão do Cacho** (02A: *Sarraçola*), **Chão do Calhau** (05A), **Chão do Caminho** (06A: *Vilar*), **Chão de Caravelos** (03A), **Chão da Casa** (05A, 09A), **Chão das Casas** (06A), **Chão da Casinha** (02A), **Chão do Cego** (05A), **Chão de Cima** (02A: *Quintã do Loureiro*), **Chão dos Coices** (05A), **Chão do Correia** (05A), **Chão do Costa** (07A), **Chão das Covas** (05A), **Chão de Dentro** (05A: *Atrás dos Louros*), **Chão Dinis** (08A), **Chão da Eira** (10Q-1745), **Chão de El-Rei** (06A: *Vilar*), **Chão de Esgueira** (05A: *Taboeira*), **Chão da Estrada** (01A), **Chão do Felício** (07A), **Chão da Folsa** (10A), **Chão do Fonseca** (05A), **Chão da Fonte** (02A, 05A), **Chão do Forno** (01A), **Chão do Fura** (02A), **Chão das Gestas** (05A), **Chão Grande** (03A), **Chão da Igreja** (02A), **Chão do Jerónimo** (05A), **Chão do Lamego** (03A), **Chão do Laranjal** (03A), **Chão do Louro** (07A), **Chão dos Louros** (10Q), **Chão do Machado** (02A), **Chão do Magro** (06A: *Vilar*); **Chão da Margarida** (05A), **Chão da Marinha** (08A: *Oliveirinha*), **Chão da Marmato** (01A: *Coimbrão*), **Chão do Mato** (01A: *Quinta do Picado*), **Chão do Moimbo** (02C), **Chão dos Moimhos** (03A), **Chão do Monte** (05A), **Chão das Murtas** (05A), **Chão Novo** (02A, 07A), **Chão da(s) Oliveira(s)** (05A), **Chão dos Órfãos** (05A), **Chão do Outeiro** (02A), **Chão do Paço** (04A: *Horta*), **Chão das(o) Palhas** (06A), **Chão dos Paulos** (05A), **Chão das Pedras** (01A, 02A), **Chão das Pedras de Verba** (07A), **Chão da Pega** (01A: *Quinta do Picado*), **Chão do Pinhal** (05A), **Chão da Pinheira** (01S-1749), **Chão do Pinheiro** (06A: *Vilar*; 02C), **Chão do Pocimbo** (05A), **Chão do Poço** (03A), **Chão da Presa** (01A: *Quinta do Picado*), **Chão dos Ralos** (02A), **Chão da Raralha** (03A), **Chão do Rato** (01A: *Quinta do Picado*; 08A: *Quintãs*), **Chão do Redondo** (02A: *Quinta da Póvoa*), **Chão do Rego** (03A, 10Q), **Chão do Rito** (02A), **Chão do Rodrigo** (08A), **Chão do Salgueiro** (08A), **Chão da Santa** (02A), **Chão da Senhora** (05A), **Chão das Silbas** (07A: *Verba*), **Chão por Trás das Vinhas** (05A), **Chão dos Três Bicos** (02A), **Chão das Vencarias** (06A: *Santiago*), **Chão do Ventura** (08A), **Chão da Viela** (04A), **Chão da Viela do Monte** (02A), **Chão de Vilar** (06A), **Chão da Vinha** (05A, 06A), **Chãos** (09A), **Chãos Domado** (08A), **Chãos da Vinha** (08A), **Chãozinho** (01A), **Chãs** (06I-1556), **Chãs das Almas** (08A), **Chãs de Baixo** (06A), **Chãs de Cima** (06A), **Chãs Dinis** (08A), **Chãs do Marmata** (01A: *Coimbrão*), **Chãs do Norte** (06I-1556), **Monte do Meio Chão** (02C), **Serrado das Chãs** (06A), **Vinha do Chão de Além** (06A)

A voz “chão”, substantivação do adjetivo LAT. *planu* “plano, chão”, é uma das falas

²¹⁸ Este topónimo já aparece no século XVIII [“Chão de Além (limite de Aradas)”], no Livro de Tombo das Confrarias de S. Pedro de Aradas (Vd. referência completa na nota s.v. “Cantadeira”).

mais produtivas em Aveiro, para designar uma pequena parcela ou leira agrícola. Estas pequenas propriedades são o resultado de séculos de actividade rural, provindo de sucessivas repartições dos casais, em virtude das heranças, e também da venda dessas mesmas parcelas, por parte dos herdeiros desinteressados ou afastados da actividade rural, devido ao apelo das oportunidades surgidas nos centros urbanos.

Por esta razão, hoje são raros os lavradores ou camponeses com a propriedade concentrada, já que as sucessivas aquisições familiares, por herança ou compra, levaram à dispersão espacial da propriedade individual, dificultando uma exploração rendível ou a sua organização em moldes capitalistas.

Os proprietários mais pequenos, com mais dificuldades, acumulam frequentemente a actividade rural com o emprego na fábrica.

CHARNECA

PRÉ-ROM.

fitotopónimo

Charneca (08/11AE: Costa do Valado e Quintãs)

“Charneca” identifica terrenos incultos e áridos onde há apenas vegetação rasteira. Apesar de discutida, ainda não se encontrou qualquer etimologia credível para este apelativo (Silva Neto, 1992: 279).

CHOUSA

LAT. *clausa-*

agrotopónimo

Choisa (05A), Choisa de Além (02A: Quintã do Loureiro), Choisa do Areiro (06A), Choisa do Monte (01A), Choisa do Muro (02A), Choisa Nova (02A: Quintã do Loureiro), Choisa Velha (01A: Verdemilho²¹⁹), Choisas da Mariscosa (04E), Chousa (02A, 07A), Chousa do Curioso (04W), Chousa do Duarte (02A), Chousa das Fontes (02A), Chousa Grande (05A), Chousa Larga (04AW), Chousa da Luzia (04W), Chousa da Maia (02A: Quintã do Loureiro), Chousa do Negrito (02A), Chousa do Padre Marques (04W), Chousa das Paredes (02A), Chousa Pequena (05A), Chousa do Pinheiro (02A), Chousa dos Pinheiros (04A), Chousa do Vale Caseiro (02A), Chousa do Velho (02A), Chousa do Viso (02A), Chouseira (02A), Marreca da Choisa Nova (02A), Vinha da Choisa (06A)

Os topónimos “Chousa” ou “Choisa”, do LAT. *clausa* “fechada”, designam pequenas herdades rodeadas de muro ou fechada por sebe. São sinónimos de “tapada” e “cerrado”, apelativos que também aparecem em microtopónimos da região.

Nalgumas áreas do concelho, estas terras cercadas de sebes são uma resposta às ameaças do Vento Norte, como expressamente se afirma em relação a Eixo:

Os principais melhoramentos ou benefícios, que se têm feito no campo, são os dos cômoros e tapagens, ou, como aqui se diz, fazendo *chousas* e abrindo valas. [...] Sendo o campo muito exposto ao vento norte, é evidente que os cômoros são o único meio económico de o abrigar: benefício que é reconhecido por todos os que têm observado a diferença para melhor que fazem as novidades próximas e ao abrigo dos mesmos cômoros [...] (Vieira, 1984: 45).

CILHA

LAT. *cingula*

agro-, entomotopónimo

Cabeço da Silha (09A), Cale das Cilbas (02A: Quintã do Loureiro), Chão das (C)Silbas (07A), Cilba Sardinha (04AE), Cilbas de São Bernardo (06A), Gândara da Silha (09A), Ribeira da (C)Silba de Verba (07A), Silha (07A), Silba-Sardinha (04V), Silbas (05A, 09A), Silbas da Horta (04A), (C)Silbas da Vessada (07A), (C)Silbas de Vilar (06A), Vale das (C)Silbas (02A: Quintã do Loureiro)

Embora este topónimo ocorra sobretudo com a grafia “Silha”, deve ser um mal grafa-

²¹⁹ Este topónimo já aparece no século XVIII (“Chouza Velha”), no Livro de Tombo das Confrarias de S. Pedro de Aradas (Vd. referência completa na nota s.v. “Cantadeira”).

do de “cilha”, do LAT. *cingula* “cintura”, em vez de um empréstimo castelhano, como pretendem alguns dicionaristas. O CAST. *silla*, do LAT. *sella* “assento, cadeira” poderia convir a um dos significados indicados pela *GEPB* (v.28: 734), “pedra em que assenta o cortiço das abelhas”, mas pouco dirá quando se apresenta “silha” a designar um “colmeal cercado de paredes circulares” (Ib.).

Posta a questão nestes termos, parece-nos que a grafia correcta deste topónimo deveria ser com /c/ e não com /s/, já que faria pouco sentido designar um colmeal pela pedra que sustenta cada cortiço, ou transformar essa pedra em topónimo. Este topónimo, que também aparece grafado com /c/, a par de /s/, em Cacia, Nariz, Eixo, S. Bernardo e Vilar, deve designar um “colmeal”, não necessariamente cercado de paredes circulares, sendo certo que já o foi em tempos recuados, quando a gulosice dos ursos os punham em perigo.

Cimo(a)

LAT.-HISP. *cyma* < GR. *κῆμα*

lexo-, orotopónimo

Adro de Cima (04VW), *Agra de Cima* (02A, 05A), *Aido de Cima* (07A), *Aidos de Cima* (09A), *Alfândega de Cima* (01A), *Arrota de Cima* (06A), *Arrujo de Cima* (04A), *Braçal de Cima* (08A), *Cabeço de Cima* (02A), *Carreira de Cima* (03A), *Cavadas de Cima* (04A), *Chão de Cima* (02A), *Chãs de Cima* (06A), **Cimo da Aldeia** (03A: Eírol), *Cimo de Vila* (06ISU-1556), *Conão de Cima* (08A), *Cruzeiros de Cima* (03A), *Figueiras de Cima* (01A), *Granja de Cima* (08AEKV), *Póvoa da Granja de Cima* (08NZc), *Pedras de Cima* (03A), *Pinheiros de Cima* (03A), *Quinta de Cima* (05A, 08A), *Ribeiros de Cima* (03A), *Rua da Simaldeia* (=Cimo da Aldeia) (03A), *Vale da Marinha de Cima* (05T-1446)

“Cima” e “Cimo”, com o significado de “a parte mais alta, lugar superior, lugar acima de”, surgem como elementos de topónimos compostos, referidos à “situação”.

A forma feminina aparece sempre como segundo elemento, precedida da preposição *de*, enquanto a forma masculina ocorre na primeira posição, nalguns casos escondida sob a aparência feminina, como por exemplo em “Simaldeia”, má grafia de “Cimaldeia”, que corresponde à aglutinação dos dois elementos inicialmente presentes no topónimo: Cim(o d’)Aldeia < Cimo da Aldeia.

COBRADOURO

LAT. (*re*)*cuperare*

agro-, tecnotopónimo

Cobradouro (09A)

O microtopónimo “Cobradouro”, de “cobrar” + *-douro*, sufixo que pode ocorrer em substantivos derivados de verbos, traduzindo o lugar onde se realiza uma acção, designa aqui o local onde se corta a água que se vai buscar para a rega dos campos. A base desta fala deriva do LAT. *recuperare* > “recuperar” > “cobrar”, com aférese da sílaba inicial.

CODORNIZES

LAT. *coturnice-*

ornitopónimo

Codorneiros (05A), *Codornizes* (05A)

“Codornizes”, plural utilizado como colectivo, designará uma zona onde abunda a codorniz, nome comum da *Coturnix coturnix*, pequena ave galinácea, da família dos Fasianídeos, observada como estivante na zona da Ria de Aveiro (Reis, 1993: 65).

“Codorneiros” é, manifestamente, uma haplologia de “codorniz” + *-eiros* (no sentido de noção colectiva) > *codornizeiros > codorneiro, e estará com o mesmo sentido do registo anterior, correspondendo talvez ao mesmo local.

COIMBRÃO

de Coimbra

anemotopónimo

Coimbrão (01AJSUZf), Rua do Coimbrão (01A)

O topónimo poderia referir-se a colonização interna, proveniente de Coimbra, mas, nesta hipótese, prevaleceria a marca do plural, mesmo que estivesse sob a forma derivada aumentativa.

Parece-nos mais provável que este topónimo esconda uma sinédoque do aqui chamado “vento Coimbrão”, o vento quente que sopra do Sul.

COJO

I.-E. (SÂNSC. *kaccha*)

hidrotopónimo

Cojo (06AH), Doca do Cojo (10Y), Esteiro do Cojo (10L-1781), Ilhote do Cojo (10AU), Vale do Cojo (10Y)

O topónimo "Cojo" identifica uma zona de Aveiro que, ainda no século passado, era um terreno pantanoso, conhecido também por "Ilhote" ou "Caldeira", este último certamente relacionado com o apresamento das águas da preia-mar, para alimentar o funcionamento dos moinhos de maré da fábrica de moagem.

Com a marca do masculino, não aparece em qualquer dicionário, nem há registos de topónimos. Pelo contrário, sob a forma "Coja", nomeia uma freguesia do concelho de Arganil, situada na margem esquerda do rio Alva; um lugar da freguesia e concelho de Aguiar da Beira, na margem direita da ribeira da Coja, um dos afluentes do Dão; por último, é também um heterónimo da ribeira de Cerdeira (*GEPB*, 7: 98b), em cuja margem tem assento uma outra freguesia do concelho de Arganil, homónima da ribeira e também conhecida por Cerdeira da Coja (*GEPB*, 6: 495).

Não encontramos qualquer vestígio da origem deste topónimo no latim ou no céltico, nem tão pouco nos superstratos, onde procurámos falas aparentadas, nomeadamente um presumível "cōdio" ou "cōdia" que poderiam, no PORT.-ANT. evoluir para "cojo" e "coja".

No entanto, a voz SÂNSC. *kaccha* "pântano, paul" (Kapp; Malten, 1997), abre a possibilidade de estarmos perante um substrato das primeiras vagas indo-europeias, já que todos os topónimos encontrados estão directamente relacionados com cursos de água e, pelo menos no que se refere a Aveiro, já que não observámos localmente os restantes, há correspondência nas realidades expressas pelas duas falas.

COLMEIAS

LAT. *culmena*

entomotopónimo

Colmeias (03A), Colmeeira (Culmieira?, Cumieira?) (09A), Vale de Colmeias (05AE)

O apelativo “colmeia”, designando um cortiço ou habitação artificial de abelhas, derivará do LAT. *culmena*, feminino de *culmenus* (< *culmu*) “de colmo”. No concelho de Aveiro, a microtoponímia relacionada com a criação de abelhas exprime-se principalmente através do apelativo “cilha”, a maior parte das vezes mal grafado “silha”.

CONGOSTA

LAT. HISP. *congusta* - < *coangusta* - < *cum* - *angusta*

odotopónimo

Congosta Grande (06A; Santiago), Rua da Congosta (05A), Viela da Congosta (05A)

O apelativo “congosta”, de grande produção toponomástica, designa um caminho estreito e comprido, mais ou menos declivoso. (Sobre a história desta fala e das respectivas interpretações, ver Piel, 1953: 101-105).

CORREDOIRA

LAT. *correre*

odotopónimo

Corredoira (05AT-1446), *Cortinhas da Corredoira* (05T-1446), *Rua da Corredoura* (06A)

“Corredoura” ou Corredoira”, de “correr” + *-doura*, designa uma rua larga e direita ou, noutros casos, um caminho em declive.

CÓRREGO, CORGO

PRÉ-ROM. > LAT.-POP. *corrugus*

oro-, hidrotopónimo

Corga (09A), *Corgo* (03A, 05A, 06AS-1749), *Correga* (06I-1556), *Correga do Norte* (06I, 1556), *Córregos* (05A), *Correguinho* (02A), *Correzinha* (06IS-1556), *Arrota do Corgo* (05A), *Bacelo da Correzinha* (S-séc.XVII), *Fonte da Correzinha* (06I-1556), *Lomba do Corgo* (03A)

Proveniente de um substrato pré-romano do território da Lusitânia, com especial incidência na região do Vouga, os apelativos “córrego” e “corgo”, com apreciável presença na toponímia, designam “um vale fendido com água, regueiro, atalho fundo” (Silva Neto, 1992: 279-280).

CORTÃ

LAT. *corte-* < *coborte-*; *coborticu(a)-*

agrotopónimo

Cabeço do Cortelho (03A), *Cortã* (09A), *Cortelha* (09A), *Cortelho* (03A), *Cortinhal* (09A), *Cortinhal das Eiras* (05T-1446), *Cortinhas da Corredoira* (05T)

“Corte” e “cortelho(a) são apelativos de terreno tapado, próximo da habitação rural, onde se encontram os currais e outras instalações para o gado e, por vezes, pequenas leiras com as novidades.

“Cortinha” e “cortinhal” são sinónimos de pequenas leiras, sobre o comprido, rodeadas de sebes ou muros, onde se produzem produtos hortícolas.

CORTIÇOS

LAT. *cortice-*

fitotopónimo

Mato dos Cortiços (03A)

O topónimo “Mato dos Cortiços” deve relacionar-se com “cortiçó”, termo do léxico da Beira-Ria, referido a uma espécie de junça ou canísia (vd. Baptista, 1947: 88).

COSTA

LAT. *costa-*

orotopónimo

Barros da Costa do Valado (08A), *Chão do Costa* (07A), *Costa* (01A, 08AN-1616), *Costa Branca* (04A), *Costa do Carril* (06S-1749), *Costa da Fonte* (03A), *Costa do Forno* (04AE), *Costa do Meio* (09A), *Costa Negra* (03A, 04E), *Costa do Povo* (06A), *Costa de São Jacinto* (14A), *Costa do Valado* (08AEHNSVZc-1689), *Costeira* (07A), *Costeiras* (01A, 05A), *Encosta* (08A), *Encosta dos Andoeiros* (05A), *Encosta do Capitão* (07A), *Encosta dos Carvalhos* (05A), *Encosta da Fonte* (06A), *Encosta da Granja* (08A), *Encosta da Quinta do Sino* (08A), *Encosta do Raso* (08A), *Encosta da Valeira* (05A), *Encostas do Cabeço do Rio* (08A), *Encostas da Fonte* (05A), *Encostas do Vale do Rio* (08A), *Mato da Costa* (03A), *Padeira da Costa* (08A), *Ramal da Costa do Valado* (08AS-1749), *Rua da Costeira* (06A)

Os microtopónimos “Costa”, “Encosta” e “Costeira” (“costa” + *-eira*), do LAT. *costa* “costela, lado, flanco” correspondem a apelativos que designam um terreno em declive, geralmente em torno de uma elevação. “Costeira” encontra-se mais a nível urbano, nomean-

do um arruamento em ladeira.

“Costa” pode ainda significar a margem de terra encostada ao mar, como é o caso da “Costa de S. Jacinto”.

COVA(O)

LAT. *cova*

agro-, orotopónimo

Chão das Covas (05A), *Cova* (01A, 09A), *Cova dos Adobes* (02A), *Cova da Areia* (02A, 03A, 05A, 07A, 08A), *Cova das Baías* (04A), *Cova do Barro* (03A), *Cova da Horta* (04A: Tomadias), *Cova das Hortas* (02A), *Cova do Loureiro* (02C), *Cova da Malícia* (03A), *Cova do Marçal* (05A), *Cova do Ouro* (05A), *Cova da Quintã* (02A), *Cova da Raposa* (01A, 04A, 07A, 09A), *Covada* (08A, 09A), *Covadas* (05A), *Covão* (05S, 07A, 08/09AS), *Covão de Baixo* (08A), *Covão de Cima* (08A), *Covas da Raposa* (04V), *Covelo* (03A), *Covões* (02A, 03A, 05A), *Lomba dos Covões* (03A), *Raso das Covas* (04A), *Raso dos Covões* (03A), *Vale da Cova* (08A), *Vale do Covo* (02AC), *Vale dos Covões* (03A), *Vila Cova* (09A)

Se parte destes topónimos se referem a escavações provocadas pelas águas ou pela exploração do barro, o maior número deles devia emparceirar na entrada s.v. “Cavadas” (vd. *supra*), pois designam pequenas leiras trabalhadas por cava manual. Este apelativo, com este último significado, é um dos arcaísmos detectados na Hispânia, onde o latim popular recorria às falas *covu* e *cova* por *cavu* e *cava* (vd. Silva Neto, 1992: 116-117).

COVAL

LAT. *caveale* - < *cavea* -

agrotopónimo

Coval (04V)

Pesem embora as aparências, o topónimo “Coval” não é um derivado do LAT. *cavus* > *covus*, mas filia-se antes no LAT. *caveale*-, adjectivo que significava “guardado numa gaiola” e que, substantivado, designaria a própria “gaiola” ou “recinto fechado”. O étimo também poderia ser o substantivo LAT. *cavea* “conjunto de estacas que se colocam em volta de uma árvore para as proteger do gado” que, por metonímia, passasse a significar “recinto fechado onde se guarda o gado”.

Nesta hipótese, o apelativo “coval” resultaria de *cavea* > **cavia* > **cava* > “cova” + *-al*, em que **cavia* resulta do fechamento da primeira vogal do hiato, que acaba por se transformar em semiconsoante; **cava* justifica-se pela absorção da semiconsoante, que podemos atestar na evolução *aviolu* > *avyolu* > *avolu*; e “cova” surgiria por dissimilação regressiva *a-a* > *o-a*, devido à atracção paronímica do feminino do adjectivo LAT. *covus*, variante do LAT.-HISP. **cova*-, “oca”.

Avançamos estas probabilidades porque, segundo testemunho do século passado, o “Coval” em apreço se identificava com o «Carral do Concelho [de Eixo], feito de muro de forma circular com porta para a dita rua [do Arrujo]» (Vieira, 1984: 32).

Aquela identificação é confirmada por um levantamento dos falares da Beira-Ria, onde “coval” aparece, designando um «espaço, geralmente circular, vedado de muros altos, onde eram encerrados os gados que os guardas campestres encontravam à solta e sós, nos campos ou nos caminhos» (Baptista, 1947: 88).

COVO

LAT.-HISP. **cova*-

tecnotopónimo

Esteiro do Covo (02A, *Vilarinbo*; séc. XVI)²²⁰, *Ilha de Cobelo* (Zd-1758),

²²⁰ Este topónimo da zona alagada já existia pelo menos no século XVI, como se comprova por um dos tombos do Mosteiro de Lorvão (Madaíl, 1946: 192).

Os topónimos “Esteiro do Covo” e “Ilha do Cabelo” (“covo” + *-elo*) devem referir-se a zonas da laguna onde se praticava a pesca com o “covo”,

armadilha feita em vime e de vime-de-salgueiro, o primeiro usado na construção da *bolsa interior* e das *tranças*, e o segundo [...] na construção do *corpo* e no *arco da boca*. Na parte posterior tem um orifício, para a expulsão do peixe, tapado com um *tavo* de madeira removível [...]. Coloca-se nas partes fundeiras do Rio (poços), com a boca virada para a foz.» (Conde, 1984: 190).

DEVESA

LAT. *defensa-*

agrotópónimo

Arrota da Devesa (03A), Azenha das Devesas (03A), Devesa (04A), Devesa dos Outeiros (03A), Devesas (05A)

“Devesa” designa uma propriedade tapada, como também uma mata ou arvoredado em quinta ou cerrado. Neste caso deverá referir-se a terrenos férteis nas margens de um rio, nomeadamente nos registos da freguesia de Eixo.

EIRA

LAT. *area-*

agrotopónimo

Cabeço da Eireira (07AF), *Cabeço da Eireira do Roque* (07A), *Chão da Eira* (10Q), *Cortinhal das Eiras* (05T), *Eira Velha* (04A), *Eiras* (05T), *Eirinha* (05A), *Lavoura do Cabeço de Eira* (07A), *Quintal da Eira* (06A), *Vala da Eirinba* (04E)

“Eira” é apelativo para terreno liso e duro ou lajeado, onde se desgranam e secam os cereais e os legumes.

No salgado de Aveiro designa também o terreiro onde o sal é armazenado em montes que, no fim da safra, são cobertos com bajunça. Situam-se no chamado “malhadal” e cada marinha tem geralmente duas eiras para cada conjunto de trinta “meios dobrados”. Para evitar desmoronamentos que arrastassem consigo o sal, estas eiras são reforçadas com tabuado por dentro e por fora.

EIRO

PRÉ-ROM. *erio*

necrotopónimo

Mamoá do Eyro (11Zb-1287) > *Mamodeiro* (vd.)

A voz “Eiro”, que qualifica a “Mamoá d’ Eiro” (> “Mamodeiro”), poderá ter origem ibero-vasconça, se atentarmos na fala VASC. *erio* “morte” (Lopez-Mendizabal, 1976: 145)²²¹

EIRÔ

LAT. *orula-*

hidrotopónimo

Eirô (01A), *Oirô* (01A), *Ouro* (01A), *Esteiro do Eirô* (01X)

“Eirô”, forma popular de “Oirô” e “Ouro”, de *ourola < LAT. *orula* < *ora*, “beira-mar, litoral” + *-ula* (sufixo latino diminutivo), designa o mesmo que a voz latina, isto é, terrenos situados na beira-mar, nas margens da laguna. Vd. supra “Beirô”.

EIROL

LAT. *Auriolus* < *Aurius*

antropotopónimo

Eirol (03AEGNWZZc-1166), *Pé de Eirol* (03A), *Tapadas de Eirol* (03A)

Eirol, sede de uma das actuais freguesias do concelho, não oferece quaisquer problemas quanto à origem do seu nome, correspondendo a um antropotopónimo já estudado por Silveira²²² e Piel, (1948: 38). As diferentes abonações deste nome radicam-no em *Auriolus*, hipocorístico de *Aurius*, nomes latinos bastante documentados. Uma *villa Aurioli* estaria na origem de Eirol, atestadas que estão as formas “Auriol” (1166), “Ouro” (1220), “Oiol” (1282) e “Eirol” (1282). A primeira destas formas corresponde ao emudecimento e apócope do *-i* final do latim vulgar, que ocorre depois da líquida *l*²²³. A passagem do ditongo *au* a *ou/oi* é um fenómeno normal do português, havendo igualmente exemplos da mudança de *ou-* para *ei-*, sejam os casos apontados por Silveira e Piel (1948: 38)²²⁴, ou os topónimos *Eirô*

²²¹ Vd. infra, s.v. «Mamodeiro»

²²² SILVEIRA, Joaquim da – Toponímia portuguesa. *Revista Lusitana*, vol. 24, p. 201 (*apud* Piel, 1948: 48)

²²³ O /i/ breve do latim literário passou a /e/ fechado no latim vulgar, caindo depois da líquida /l/. Assim Portucale > Portugal, mas também *mal*, *tal*, *mortal*, etc. (HUBER, 1986: 53, 90).

²²⁴ *Eiteiro* por *Outeiro*, *Eirosa* por *Ouroso*, *Eivedo* < **Oivedo* = *Oliveto* (PIEL, 1948: 38); *Eirô* por *Ouro* (vd. supra, neste estudo).

por *Ouro* tratados na entrada imediatamente anterior a esta.

A forma toponímica aponta para uma datação que poderá iniciar-se nos séculos III-IV, quando o genitivo, tipicamente hispânico, substitui o sufixo *-anus* (Piel, 1948: 9), e atravessar todo o período suevo-visigótico até à Reconquista, quando, por volta do século XII, surge a perífrase com a preposição *de*.

Quanto à origem étnica do utilizador do antropónimo, não podemos avançar com certezas. Sabemos, desde os trabalhos de Piel, que um antropónimo germânico não significa, para o seu detentor, a qualidade de godo, dado o modismo, generalizado na Península, dos hispano-romanos optarem por esta onomástica. A antroponímia germânica domina a Hispânia entre os séculos V e XII, quando a hagnonímia romana começa a fornecer uma parte cada vez mais importante da onomástica pessoal (Piel, 1989: 129-131). Ainda em 1090, nos aparece, em Coimbra, um Auriol Marechiz (ou Marekiz), casado com uma Adosinda Menendis (Costa, 1979: 304-305). Se o nome da mulher é totalmente germânico, o mesmo não poderemos dizer no que se refere ao marido, com nome de origem latina e patronímico claramente godo.

O topónimo aparece igualmente na Galiza, sob a forma *Ourol* (Cabeza, 1992: 288).

EIXO

SUEV. **eich*, IB.-VASC. *etxe*

dendrotónimo

Caminho do Porto de Eixo (05T), Campo de Eixo (04EW), Carreira de Eixo (05T), Eixo (04AEGHKSZZbZc), Feira de Eixo (04EVW), Fonte de Eixo (04W), Mato de Eixo (03A), Monte de Eixo (04A), Porto de Eixo (05T), Quintãs de Eixo (08A), Serra de Eixo (04VW)

Eixo, imediatamente a norte de *Eirol*, apresenta dificuldades acrescidas na respectiva interpretação, devido às várias hipóteses credíveis, algumas a remontarem ao período pré-romano.

Joaquim da Silveira e Joseph Piel consideram-no um antropotopónimo, apontando-lhe, no entanto, origens diferentes. Piel, que devia desconhecer a interpretação de Silveira²²⁵, pretende fundar o topónimo *Eixo* nos nomes supostos de **Ascila* ou **Ascilu*, a partir do nome *Asco* bastante atestado, escudando-se na forma *Eixea* que, para além de demasiado tardia (séc. XV), em relação aos registos que possuímos (Madaíl, 1959, *passim*), «não pertence ao toponomástico, mas sim ao onomástico» (Magalhães, 1960: 259), e a explicação parece não agradar tão pouco ao insigne mestre, que destaca o seu percurso forçado (Piel, 1937-1945: 84-85).

Para Silveira, *Eixo* derivaria do antropónimo *Ascius*²²⁶, hipótese foneticamente possível, mas que, em nossa opinião, esbarra com a permanência, ainda no século XII, do nome “*Achia*”²²⁷, o que, apesar de tudo, não impossibilita uma evolução diferente para o topónimo, o que ocorre frequentemente, pelo que será uma interpretação a considerar.

Por nós, consideramos igualmente a possibilidade de uma origem no antropónimo *Ar-cius*, que aparece com frequência nas regiões celtas da Península, na forma simples ou derivada, não havendo qualquer testemunho fora da Hispânia (Palomar Lapesa, 1957: 39 e 41).

A possível evolução dos antropónimos atrás apontados, por Joseph Piel, Joaquim da Silveira e por nós próprios, exige, desde logo, uma explicação prévia, no que se refere ao LAT. *-ci-*, pois só perante ela se poderão justificar os passos posteriores. Como afirma Silva

²²⁵ Desenvolvida sob o pseudónimo de Th. Ramires (MAGALHÃES, 1960: 258).

²²⁶ RAMIRES, Th. [Joaquim da Silveira], in *Correio do Vouga* (Eixo). N.º 9 (1 Abril 1904) (*apud* Magalhães, 1960: 258).

²²⁷ Documento de 1192: Mendo Achia, povoador do castro de Cacia (Madaíl, 1959: 39).

Neto

é dos mais importantes o tratamento de *c* e *g* antes de *e* e de *i*. Desde antes do período histórico do latim as guturais antes das vogais citadas não eram sons velares, mas pré-palatais pronunciados *três en avant*. Com efeito, a fonética histórica do latim evidencia que *c* e *g* impediram a passagem de *e* para *o* em casos como: *scelus, gelu, celsus*, etc., em face de *(h) olus, pulsus*, etc. (1992: 202-203).

Pelo que fica dito, percebe-se como o LAT. *-ci-* já soava próximo de */chi/*, o que seria mais notório quando antecedido de outra fricativa sibilante, como era o caso do *s*, o que levaria, no português antigo, à respectiva assimilação, num som que podíamos representar por */ssi/* e que, entre vogais, passava a *-ix-* */ich/*, como em *passione* > "paixão" (Huber, 1986: 120), explicando-se a hipótese de Joaquim Silveira pela sucessão *Ascius* > **Ascio* > **Assio* > **Aixo* > "Eixo". O mesmo aconteceria com *Arcius*, pois *-rx-* passava a *-ss-* por assimilação, como se patenteia em *aversu* > "avesso" ou no *ursu* > *osso* ou *usso* do português antigo (Idem: 145), pelo que, neste caso, a evolução seria quase idêntica à anterior: *Arcius* > **Arcio* > **Assio* > **Aixo* > "Eixo".

Mas, tendo em conta a tardia ditongação da primeira sílaba de Eixo, apenas registada no final do século XIII, que, no entanto, poderá firmar-se em qualquer substrato local, pelo que as conjecturas anteriores continuam de pé, bem como as sucessivas formas recolhidas entre os séculos XI e XII – *Exso, Exu, Exo, Hexo* –, serão de considerar outras hipóteses, que passaremos a desenvolver, embora não deixemos de ter presente que língua escrita e língua falada são realidades diferentes e que os testemunhos da primeira podem não coincidir com a segunda.

Desde logo poderíamos destacar a voz CÉLT. *exe* "água" (Walter, 1996: 362), e as do VASC. *etxe* ou *exe* "casa" (Entwistle, 1995: 34; Lopez-Mendizabal, 1976: 161). A explicação, para a origem de Eixo (*Exo*), não ofereceria aqui qualquer dificuldade fonética e a presença de substratos pré-romanos na microtoponímia da zona, sejam eles o arcaísmo *Arrujo* ou *Balsa*, favoreceriam estas hipóteses.

Contudo, entre as duas, inclinamo-nos para a probabilidade ibero-basca, apresentada em segundo lugar, tanto mais credível quanto sabemos ser a «casa» a unidade básica da sociedade vasconça (Entwistle, ib.), equiparando-se ao papel desempenhado no noroeste ibérico pelas realidades expressas nos topónimos Casal, Vilar, Paço ou Quintã, entre outros. Em reforço desta interpretação temos um vale da Cantábria, entendido aqui o termo "vale" como uma unidade sócio-económica de povoamento, denominado *Hecho* e já documentado em 867. Em 1116 o referido vale de *Hecho* contava nove *villas*, uma das quais chamada *Exco*, nomes bem próximos das grafias acima apontadas para o nosso "Eixo" (Diez Herrera, 1993: 6-7; 15)²²⁸. Mas, neste caso, temos duas grafias distintas e coevas, que corresponderão, certamente, a diferentes etimologias.

Estas falas podem, no entanto, ter ainda uma outra origem, se ponderarmos o GAL. *echen* "manancial, fonte, nascente", mas também "família, linhagem, tribo" (Nodine, 1996), o que permitiria concluir por uma ocupação celta da região de Eixo que, como vimos, poderia igualmente abarcar a zona de Aveiro.

Considerando a frequência e a importância da fitotoponímia em toda a área do concelho, patentes em topónimos como "Carregal" e "Taboeira", poderíamos ainda explicar "Eixo" por uma espécie de tojo. A importância das giestas na economia rural do noroeste hispânico está por demais confirmada, nomeadamente através das palavras, provenientes do substrato pré-latino, celta ou pré-celta, referidas a plantas selvagens. Para a giesta o galaico-português tinha três vocábulos, todos presentes no galego e um sobrevivente no português:

²²⁸ Ver *infra* s.v. "Vale".

toxó, PORT. "tojo", *árgoma* (espécie maior) e *arxe* (espécie mais pequena) (Piel, 1989: 21). Esta última espécie – *arxe* – poderia estar na origem de Eixo, já que a evolução de *arxe* para “Exo” também não oferece dificuldades fonéticas, passando pela assimilação do *-r-* pelo *-x-*²²⁹ e pela assimilação a distância do grupo vocálico *a-e > e-e*²³⁰.

É altura de nos decidirmos pela interpretação que, em nossa opinião, poderá estar mais próxima da realidade, considerando as formas *Exso*, *Exu*, *Exo*, *Hexo*, documentadas entre os séculos XI e XII, bem como a abundância do topónimo *Eiche(n)* na Alemanha renana²³¹, território ocupado durante séculos pelos chamados germanos ocidentais, entre os quais se contam os Suevos. A confluência destes factores permitem-nos aventar a hipótese de "Eixo" provir do SUEV. **eich* "carvalho" < GERM. **aiks* (Wahrig, 1984, s.v. *Eiche*¹, c. 1010), tendo presentes os fenómenos fonéticos da segunda mutação consonântica da língua alemã, protagonizada precisamente pelos referidos germanos ocidentais.

Entre estas mutações, que foram absorvidas pelo alto-alemão, está a evolução da oclusiva forte *k* para a fricativa constrictiva *ch*, /*kch*/, quando ocorria no interior das palavras, ou entre vogais, ou no fim da palavra depois de vogal, o que, sendo o caso, legitima a reconstrução **eich* apresentada no período anterior, a qual, entre falantes aloglotas, soaria muito próximo do registo *Exso*, de 1050, o mais antigo certificado para "Eixo".

Ocupando o princípio da palavra, também a oclusiva *t* evoluía para a fricativa sibilante (*t*)*ʒ* o que servirá para mostrar como a voz SUEV. **eich* nunca poderia ser gótica, já que os Godos pertencem ao grupo dos germanos orientais, onde estes fenómenos não tiveram lugar. Sirva-nos de exemplo as vozes para "sinal" do GÓT. *taikens* e do V.-ALTO-AL. *zeichan* ou do ALTO-AL. *zeichen*: no primeiro caso mantêm-se as oclusivas *t* e *k*, enquanto nos dois restantes temos as mutações *t > (t)ʒ* e *k > ch* (Polenz, 1973: 44).

Numa obra há pouco publicada²³², onde se pretende arrumar as interpretações de Joaquim da Silveira²³³ e de Joseph Piel²³⁴ nas «hipóteses etimológicas [...] menos eruditas ou mesmo ingénuas» (p. 23), deparamos com uma leitura do topónimo "Eixo" que não é erudita, mesmo que pretenda sê-lo, nem «menos erudita» e, quanto a nós, também não é «ingénua». Outra coisa será, que não sabemos o quê. Segundo este autor, o topónimo "Eixo" provém

do vocábulo sânscrito *ex + abúa*, usado por eles e por outras tribos indo-europeias e assumido pelos romanos [?]. Composto pelos radicais do linguajar onomatopaico, significa "saída de curso livre de água corrente" ou "fóz de rio" [...]. (p. 21).

²²⁹ Como *rs > ss* (Huber, 1986: 145).

²³⁰ Como se verifica em *calente > queente* (Huber, 1986: 146-147).

²³¹ Veja-se o *Anexo III*, p. vii.

²³² GASPAR, João Gonçalves – *Eixo na história*. Eixo: Paróquia de Santo Isidoro, 1998. 346 p. ISBN 972-97845-0-7. A obra organiza-se sob a forma de calendário ou anais, fornecendo ao investigador um conjunto de informações importantes, como ponto de partida para trabalhos de história local. Quando o autor pretende fazer história, o que acontece, por exemplo, no primeiro capítulo, e também nalgumas entradas, continua, à semelhança de publicações anteriores, a semear incongruências e erros graves, consequência directa do tipo de obras que deve consultar, algumas por demais ultrapassadas, mas também de contributos pessoais prejudicados por uma marcada ausência de conhecimentos científicos nesta área do saber. O problema é tanto mais grave, quanto, na folha de título, sotoposto ao nome do autor, nos aparece a validação de autoridade — «Da Academia Portuguesa de História»...

²³³ RAMIRES, Th. [Joaquim da Silveira], in *Correio do Vouga* (Eixo). N.º 9 (1 Abril 1904) (*apud* Magalhães, 1960: 258). Ver supra, nesta mesma entrada.

²³⁴ Ver supra, nesta mesma entrada. O autor contactou esta hipótese de Piel através de Magalhães (1960: 258-259).

Desde logo, o que ressalta desta breve transcrição é uma ideia absurda sobre a língua sânscrita, uma língua de civilização que, já em finais do século XVIII, merecia, do grande linguista Sir William Jones, um conhecedor profundo de cerca de vinte e oito línguas, entre as quais o latim, o grego clássico, o persa, o sânscrito e o árabe, palavras como estas:

A língua *sânscrita*, qualquer que seja a sua antiguidade, possui uma estrutura maravilhosa; mais perfeita que o *grego*; mais copiosa que o *latim*, e mais requintadamente refinada que ambas [...] (*apud* Ruhlen, 1996: 32).

O autor em questão apresenta depois um rol de variantes para "água", sem qualquer sentido dentro da língua sânscrita, com alguns casos a corresponderem a elementos doutras línguas indo-europeias que, mesmo quando relacionados com "água", exprimem realidades distintas.

Regressemos então ao pretense sânscrito «*ex + abíu*». Começando pelo primeiro elemento, não se vislumbra qualquer rasto dele na língua sagrada dos Hindus, o mesmo acontecendo em relação ao segundo. "*Ex*" não é mais que a preposição latina correspondente ao PORT. "de" – com a ideia de movimento de dentro para fora –, que, com o sentido pretendido, pode ser expressa, entre outras, pela voz SÂNSCR. *ven* (Kapp; Malten, 1997); por outro lado, entre as numerosas vozes desta velha língua para exprimir "água", o que encontramos de mais aproximado ao estranho «*abíu*» são o SÂNSCR. *agkagkâ*, *agkupa* e *uda* (*ibidem*) e, um pouco mais perto, *ambú* (neutro) e *ámbhas-* (Corominas, 1976b:103).

O sânscrito também responde com múltiplas vozes ao sentido de "fôz de rio", expressas geralmente por sintagmas de dois morfemas, em que o elemento mais abundante é *mukha-*, logo seguido, em frequência, por *vaktra-* (Kapp; Malten, 1997), sempre muito longe da sucessão de letras apresentada pelo nosso autor, sem indicação de quaisquer provas ou fontes. Mesmo considerando que o autor destes dislates tenha confundido o sânscrito com o avéstico, língua pérsica antiquíssima e próxima da primeira, o nosso assombro continua, já que, nesta última língua, *abú* significa "senhor" e *abúm* "vida, mundo, espírito". Para água, mais uma vez, não faltam as vozes, entre as quais, a título de exemplo, destacamos *ainyô*, *ap*, *ape*, *apô*, *âpa*, *âpem*, *âpô* e *âfsh* (Peterson, 1995), variantes que correspondem, nalguns casos, a épocas distintas, já que os fragmentos ou partes do *Avestá*, o livro sagrado dos Persas, a partir do qual se processou este levantamento lexical, foram escritos durante um largo período, desde o século VI a.C..

O autor, que temos vindo a criticar, ainda não percebeu que o sânscrito é uma das muitas línguas das subfamílias do indo-europeu, cuja importância reside na sua fixação religiosa, continuando ainda hoje a desempenhar o papel de língua sagrada. A normalização do sânscrito clássico, que corresponde ao período que medeia entre o século V a.C. e o século XI d.C., foi obra do gramático Pānini que viveu no século IV a.C.. O facto de se manter inalterável até aos nossos dias, transformou esta língua num precioso instrumento de trabalho para a reconstrução do indo-europeu, sendo acompanhada, na consecução desse objectivo, por todas as outras línguas da mesma família (hitita, albanês, grego, tocariano, eslavo, báltico, germânico, itálico, céltico, etc.). Este trabalho, iniciado nos finais de Oitocentos com bases minimamente científicas, tem avançado extraordinariamente nos últimos anos, sendo hoje possível indicar a forma reconstruída **akwā* como a voz que respondia, no indo-europeu, a "água", dela derivando todos os apelativos correspondentes nas línguas desta família (Villar, 1996: 506-507).

Por último, resta-nos apresentar as falas que mais se aproximam do pretense SÂNSCR.

abúa. Referimo-nos às vozes UGAR. *ah* "ribeiro, junco, prado" e ACAD. *abhu* e *abhé*²³⁵ (séc. VII a.C.) "rio, ribeiro", (Espírito Santo, 1993a: 99b) falas semitas que mostram a antiguidade da raiz que exprime "água", já que a descobrimos em todas as línguas do mundo, mesmo quando, nalgumas delas, não exprime o conceito de água, mas outros afins, ligados a líquidos ou ao acto de beber²³⁶.

ENGUIA

LAT. *anguilla*-

ictiotopónimo

Campo da Enguia (02A)

Topónimo a designar um local propício para a apanha das “enguias”, peixe teleósteo, comestível, de corpo longo e cilíndrico, da família dos Murenídeos, muito frequente em Portugal e em toda a região de Aveiro, onde é bastante apreciado, integrando as especialidades gastronómicas locais.

ESGUEIRA

? CELT. *esca*, *esgo*; GERM. *askē*; PRÉ-ROM. *Escus*, ? *antropo-*, *empero-*, *fito-*, *hidro-*, *hieroto-*
Esca, **Escaris*, **Escaria*; CAT. *escar* pónimo

Agra de Esgueira (05A), *Arrotas de Esgueira* (05A), *Chão de Esgueira* (05A), *Esgueira* (05AEGHKSTZZc), *Esteiro de Esgueira* (05AC), *Estrada de Esgueira* (05A), *Flor de Esgueira* (05A), *Fonte de Esgueira* (05G), *Prais de Esgueira* (05A), *Quinta de Esgueira* (05A), *Vale de Esgueira* (05A)

Esgueira, entre Sá e Cacia, pode corresponder a uma *villa Escaria*, com base no antropónimo PRÉ-CÉLT. ou CÉLT. **Escaris* ou **Escaria*. A epigrafia peninsular fornece os onomásticos pessoais *Escus*, *Esca*, encontrados em Yecla de Yeltes, na região de Salamanca, a sul do Douro²³⁷. Os nomes supostos (*) atrás indicados justificam-se porque

en las lenguas célticas son abundantes las derivaciones con un elemento *-r-* [...], ya unido directamente al radical, ya por medio de una vocal de unión. En ello coincide la onomástica lusitana [...], donde también es frecuente la derivación con *-r-*. (Palomar Lapesa, 1957: 127)

Com a vogal de união *-a-* aparecem, nos antropónimos lusitanos, os sufixos *-ara*, *-ari*, *-aria*, *-arion*, *-aris*, *-aron*, *-aros*, *-arus*, *-are* (Palomar Lapesa, *ibidem*), o que legitima a suposição atrás esboçada.

Outra possibilidade seria a identificação com um hidrotopónimo celta, derivado de *esca* "água" (Walter, 1996: 62), porventura surgido no período da romanização que lhe forneceu o sufixo latino *-aria*, «muito frequente para designar o sítio onde se encontra uma coisa» (Piel, 1989: 205). De **Escaria* teria resultado "Esgueira", por sonorização *-c-* > *-g-* (**Esgaria*), atracção do *-i-* pela tónica *-a-* (**Esgaira*) e evolução do ditongo *ai* > *ei*.

Não excluimos a hipótese de um derivado, com o sufixo atrás referido, do CÉLT. *esgo*, “sabugueiro”, árvore totémica que a tradição celta relacionava com a morte e que pode estar por detrás dos topónimos galegos “Esgo”, “Esga” e “Esgos” (Caridad Arias, 1995: 243). O sabugueiro, nome comum do *Sambucus nigra*, é uma espécie da família da Madressilva, de

²³⁵ O *het* fenício-hebraico, transliterado *ḥ*, pronuncia-se com uma aspiração que se aproxima dos sons /hâ/, /gâ/ (Espírito Santo, 1993a: 28).

²³⁶ Sobre a problemática relacionada com a origem da linguagem e a possível existência de uma antiga língua "pré-babélica" – o *nostrático* –, hipótese científica resultante de estudos interdisciplinares que envolvem a linguística e a genética, ver Ruhlen (1996). Para o étimo e múltiplas vozes referidos a "água", nalgumas dezenas de línguas do Mundo, ver obra citada, p. 100-105.

²³⁷ MORÁN, P. César – *Epigrafía Salmantina*. Salamanca, 1922. p. 42 (*apud* Palomar Lapesa, 1957: 73).

bosques húmidos, existente em quase todos os países da Europa, incluindo Portugal (Humphries, 1996: 298).

Esgueira poderá ainda esconder um fitotopónimo formado do GÓT. *azgó* "freixo" (Carver, 1999), do GERM. **askē* "freixo" (Wahrig, 1984, col. 1187), com o sufixo latino *-aria*, já indicado nas primeiras conjecturas e integrado, desde cedo, nos falares góticos «para derivação de étimos locais» (Polenz, 1973: 34). A evolução *azg-* > *esg-* não constitui novidade, pois encontramos-la registada em palavras de origem latina²³⁸, acontecendo o mesmo no próprio alemão²³⁹. Neste caso, o significado de Esgueira seria "o lugar onde existem freixos", "freixal ou freixial" o que também é de aceitar, dado estarmos perante uma espécie arbórea que, em Portugal, é espontânea nas margens de rios e ribeiros²⁴⁰. O apelativo desta árvore continua hoje quase idêntico nas diferentes línguas germânicas, como decorre do AL. *esche*, ING. *ash*, DIN. *ask*, *aske* (Meijden, 1999a), SUEC. *ask*, *aska* (Meijden, 1999d), igualmente bem próximos do atrás referido GÓT. *azgó* (Carver, 1998).

Para esta última etimologia, a origem de Esgueira não poderia ser sueva, como decorre da explanação atrás esboçada, quando tratámos do topónimo "Eixo", já que, neste caso, em vez do fonema oclusivo, *k* ou *g*, teríamos de encontrar uma fricativa *ch*, como no alemão *Esche*. Daí esta hipótese ter poucas pernas para andar, considerando que a casa dos godos andou afastada destas paragens, pois só em 585 houve integração do reino suevo no visigodo, concretizada essencialmente através da administração política, pois a sua minguada população, face à área total da Península, tornava a ocupação quase impossível. Na toponímia, a influência gótica far-se-á sentir quase exclusivamente a partir da sua antroponímia, quando esta, durante a Reconquista, assume foros de modismo nos territórios cristãos da Hispânia.

Guardámos para o fim uma outra interpretação, que nos parece muito de acordo com a topografia do local, mormente se recuarmos no tempo, quando a velha Ribeira de Esgueira, ainda não assoreada pelos fenómenos da formação lagunar, recebia as embarcações no seu porto natural e abrigado. A hipótese radica no Nordeste da Hispânia, com um trajecto que poderá ser liguro-céltico, e escuda-se no vocabulário marítimo do catalão, onde podemos encontrar o apelativo *escar*, com o significado de

Lloc a la vora del mar o d'un riu, disposat de manera que per un pla inclinat poden ésser avarades o retirades de l'aigua les embarcacions ²⁴¹.

(*Gran diccionari de la llengua catalana*)

Segundo o dicionário de catalão acima citado, donde retirámos esta hipótese, a voz *escar* proviria do IT. *scaro*, através do antigo genovês que, por sua vez, a teria recebido do GR. *eskharion* "grade". Quanto a nós, a voz CÉLT. *esca* "água", associada à sufixação *-r-* (ver *supra*), à passagem por Génova, em pleno centro do antigo território ligúrico, e ao significado do apelativo catalão, fortalecem melhor a origem liguro-celta que a grega. "Scaria", um topónimo que integra todos os fonemas de "Esgueira", nas margens do Lago Lugano, na Lombardia, um território devassado pelas vagas celtas que entraram na Itália entre 500 e 400 a.C., ocupando quase toda a região do Norte transalpino, onde se misturaram com os Lígures, pode constituir um exemplo desta interpretação (Hubert, 1988: 259-290).

²³⁸ Ex.: LAT. *abscondere* > PORT.-ANT. *asconder* > PORT. esconder (PIEL, 1937-: 90); (vd. também Huber, 1986: 277, § 438).

²³⁹ v.-alto-al. *ask* > AL. *esche* (Wahrig, 1984: col. 1187).

²⁴⁰ Cf. LAUTENSACH, Hermann – A cobertura vegetal. In RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne – *Geografia de Portugal*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1988. vol. 2, p. 547. Na área do concelho de Aveiro existem os microtopónimos Freixo e Freixieiro (vd. *infra*).

²⁴¹ «Local à beira do mar ou de um rio, disposto de maneira que, por um plano inclinado, podem ser lançados ou retirados da água as embarcações.» Tradução do autor.

Não esqueçamos que até mesmo Massília, a actual Marselha e principal colónia grega do Mediterrâneo Ocidental, estava encravada em pleno território ligúrico, que se estendia do rio Arno, na Itália, até ao Ródano, com presenças assinaladas a Norte do Ebro e nas ilhas de Elba e Córsega. No século III a.C., quando os Romanos os contactam pela primeira vez, já eles conviviam, desde há muito com os Celtas e, mesmo que fossem, como afirmavam os Latinos, «belicosos, intrépidos, tramposos, embusteros [...] e comerciantes pouco de fiar», não deixavam também de ser «marinos expertos» (Villar, 1996: 385).

Resta-nos uma breve observação sobre uma pretensa interpretação deste topónimo, publicada em 1995²⁴², onde encontramos um amálgama de incongruências, dificilmente aceitáveis em letra de forma. Sem que nos detenhamos nos erros, alguns crassos, e imprecisões históricas e conceptuais que ignoram, pelo menos, as investigações dos últimos cinquenta a cem anos, destacamos o facto de se pretender derivar o topónimo "Esgueira", sem apresentação de quaisquer fontes, do SÂNSC. «*scar* ou *sgar*», «monossílabos» [sic] a que se atribui o significado de «zona rochosa no cimo de um outeiro».

Mas, em sânscrito, a raiz *skar-* significa "cortar, separar, dividir" (Laurent; Hartmann, 1900: 406ss), e o exemplo do ING. *scar*, fornecido em apoio desta tese, também não colhe, não só porque, para além do sentido apontado – «parte rochosa e escarpada de uma montanha» –, tem muitos outros, como pode igualmente ter sofrido uma evolução semântica, o que se mostra no ISL. *skor*, "abertura ou fenda num despenhadeiro", e *sker*, "ilhéu rochoso", ou no DIN. *skjaer* que, para além de "penhasco ou falésia", também identifica "o aspecto da pele de um animal depois de tosquiado" (Kellerman, 1974: 856c), exemplos suficientes para ilustrar a acepção que apontámos para a raiz sânscrita. Quanto a outro exemplo de suposta autoridade, o do GR. *εσχάρα* [*eskhára*] "lar, altar dos sacrifícios, braseiro", não se liga com a referida raiz, mas sim com o SÂNSC. *skba-* "brilhar, arder" (Laurent; Hartmann, 1900: 34), o fogo que brilha no lar.

E porque o autor é, além de mais, académico correspondente da Academia Portuguesa de História, título a escudar autoridade na contracapa dos seus livros, não podemos deixar de comentar a passagem que a seguir transcrevemos:

A própria palavra *esgueira*, em sentido comum, usava-se para o pagamento ao jornaleiro do dia de trabalho – pagamento esse que, em recuadas eras, não raro era feito com pedrinhas maiores ou menores, as moedas de então. Além disso, sem sair do nosso País, encontramos topónimos que terão a mesma origem, como *Escarei* (na Ribeira de Pena), *Escarigo* (em Figueira de Castelo Rodrigo), *Escariz* (em Arouca) e *Isqueiro* (em Caminha).

Passando por alto no que respeita à ideia peregrina da moeda-pedra, pensamos que a voz "esgueira", dicionarizada como regionalismo, significando o «pagamento do dia de trabalho ao jornaleiro», e apresentada como um derivado regressivo de "esgueirar", a que é atribuída uma «origem obscura» (Costa; Melo, 1996), poderá corresponder a um substracto anti-quíssimo, por certo pré-indo-europeu e, possivelmente, de origem semita. Com efeito, podemos obter resposta para todos os significados apontados para "esgueira" e "esgueirar", se recorrermos ao HEBR.- ANT. e nos detivermos nas vozes *skir* "assalariado, jornaleiro", *sker* "alugar, assalariar", *sker/sèkèr* "salário" e *sqr* "enganar, ludibriar" (Espírito Santo, 1993a: 240 e 252).

Debrucemo-nos agora sobre os exemplos apontados, para apoiar a pretensa identificação de Esgueira como um litotopónimo. Começando por "Escarei", estamos perante um topónimo que identifica uma *villa* pertencente a um **Ascardus*, nome que se encontra no

²⁴² GASPAR, João Gonçalves – A Vila de Esgueira: Notas soltas proferidas num serão informal. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. N.º 25/26 (Dez. 1995), p. 25-38.

genitivo e que se explica pelo GERM. **Aske* "freixo". Ainda hoje há muitas pessoas de apelido "Freixo", voz que também está presente na microtoponímia local. A primitiva *villa Ascaređi* passou a "Escarei" por uma evolução perfeitamente dentro das regras da formação do português: *Asc-* > *Esc-*, como em LAT. *abscondere* > *asconder* (PORT.ANT.) > "esconder", acompanhado da queda do *-d-* intervocálico (Piel, 1937-1945: 90). O nome é formado de *Asca-* "freixo" + *-redus*, talvez do GÓT. *ráups* "vermelho, barulhento, ruidoso" (Carver, 1998).

"Escarigo", que também está presente no nosso distrito, em Oliveira de Azeméis, é um outro antropónimo germânico – *Ascaricus* –, nome derivado de *Asca-* "freixo" + *-ricus* < GÓT. *reiks* "poderoso" (Carver, 1998), «bastante frequente no onomástico medieval peninsular. Chamam-se assim um bispo de Palência (653) e outro de Braga (785)» (Piel, ibidem). "Escariz", de [*villa*] *Ascarizj*, é o genitivo ou patronímico do anterior (Piel, ibidem).

Quanto aos vários topónimos do Noroeste peninsular que nos aparecem sob as formas "Isqueiro" – dois em Caminha e dois em Barcelos –, "Esqueiro" – Famalicão e Oliveira de Azeméis e um microtopónimo em Eirol (Aveiro) –, "Esqueiros" – Vila Verde e Paços de Ferreira (Frazão, 1981: 310 e 398²⁴³), para além das formas mais arcaicas de *Escairo*, no Minho e na Galiza, ou de outro *Esqueiro* no município de Cabanas, na Corunha, foram há muito estudados por Joseph Piel, que os relaciona com as vozes galaico-minhotas de "esqueiro" e "esqueira", abonadas, s.v. "esqueiro", por Cândido de Figueiredo para o Minho – "pequena escada de mão" – e por Valladares para a Galiza – "escalerilla manuable mas pequeña y ligera que la *esqueira*" (*apud* Piel, 1953: 154). Partindo destas definições, Piel funda-os etimologicamente no LAT. *scala*: **scal-ariu*, *-aria*, donde deduz a sua formação no LAT.-HISP. do Noroeste peninsular e da Gália, já que integra, no mesmo todo, o PORT. "escada", o AST. *escalada* e o FR.-ANT. *échalée*, que representam o derivado sufixal **scal-ata*.

A proliferação desta voz, na toponímia galaico-minhota, pode identificar acidentes topográficos, designando povoados situados «no sopé de uma encosta íngreme, para onde levariam degraus» ou, noutra hipótese, se atribuirmos a "esqueiro" o significado de "grade", presente no FR.-ANT. *échalier*, estaríamos perante lugares ou casais cuja denominação assentaria na existências dessas «armações, destinadas à conservação da palha (chamadas hoje *cabanas* ou *barracas*), e formadas de grades inclinadas» (Piel, 1953: 154-156).

Pessoalmente inclinamo-nos para a primeira hipótese, muito mais credível na formação toponímica, embora não afastemos a possibilidade, pelo menos para alguns casos, de estarmos perante derivados do CÉLT. *esc/isc* "água, rio" + *-eiro(a)*, sufixo nominal (do LAT. *-ariu*, *-aria*) que transporta a noção colectiva. Nesta probabilidade, poderíamos juntar a estes topónimos o de "Íscar", vila da província de Valhadolid, nas proximidades dos rios Pirón e Cega.

Quanto à instabilidade *i/e* do fonema inicial, também presente em Aveiro, onde tanto se pronuncia "Esgueira" como "Isgueira", corresponde a um fenómeno detectável na toponímia do Noroeste, com especial relevância na Galiza. No caso concreto de "Esgueira", o primeiro registo escrito conhecido com *E-* em vez de *I-* apenas ocorre em 1309²⁴⁴. O fenómeno parece dever-se

a las características del vocalismo gallego, que como se sabe, no es tan sencillo y definido como el castellano ni tan complicado y vario como el portugués [...]. Todo ello se manifiesta [...] en los topónimos y en especial en los rurales y pegados al suelo, como parte que son de la lengua vulgar y a la vez quizá por estar menos familiarizados con la escritura. Y se manifiesta en una serie de alternancias o variaciones de algunas vocales, principalmente entre *a/e*, *e/i* y *o/u* átonas [...] (Moralejo Lasso, 1977: 304-305).

²⁴³ A crermos em Piel (1953: 155), Frazão não terá inventariado todos os topónimos destas vozes, existentes em Portugal.

²⁴⁴ Ver os diferentes registos recolhidos no *Anexo I*, p. XXVIII.

Mas também poderá ter origem no superstrato germânico, sujeito à chamada «quebra vocálica» em *e/i* e *o/u*, sempre que na sílaba seguinte havia *a*, *e*, *o* (Polenz, 1973: 27).

ESPADANAL

LAT. *spathana-*

fitotopónimo

Espadanal (02A, 05A), *Espadaneira* (05G-1309)

“Espadanal” e “Espadaneira” de “espada” (em forma de espada), nome vulgar extensivo às plantas herbáceas, palustres, de folhas lineares, do género *Sparganium*, família das Esparganiáceas, espontâneas em Portugal.

ESPINHEIRO

LAT. *spina-*

fitotopónimo

Cabeço de Espinheiro (02A), *Cale do Espinheiro* (10ACM-1524), *Canal do Espinheiro* (Y), *Espinheiro* (05T-1446), *Espinheiros* (05T), *Ilha do Esteiro do Espinheiro* (10A)

“Espinheiro”, do LAT. *spina-* + *-eiro*, designa o nome vulgar aplicado a muitas plantas, mais ou menos espinhosas, algumas espontâneas e cultivadas em Portugal, entre as quais o espinheiro-alvar e o espinheiro-da-virgínia. O topónimo, da zona alagada, aparece-nos já no século XV.

ESPONDEIRA

LAT. *sponda*

orotopónimo

Espondeira (07A), *Espoégos* (05A), *Esproégos* (05A)

O topónimo “Espondeira” deverá designar um terreno na margem de ribeiro, um talude ou terreno inculto junto a um curso de água. Neste caso, considerando a presença do sufixo *-eira*, poderemos estar perante um adjetivo que qualificaria uma dada propriedade, antes de se substantivar e individualizar no topónimo.

“Espoégos” designa a mesma realidade, derivando igualmente do LAT. *sponda* > *espona* + *-ego* > *esponego* > “espoego”. Esta forma será mais arcaica, se considerarmos o sufixo utilizado, do pré-céltico ou céltico *-aiko*, *-aecu* (Lapesa, 1991: 45).

Este apelativo, assinalado documentalmente em várias áreas do Nordeste hispânico, nos séculos XI-XII, caiu em desuso, mantendo-se, no entanto, nalgumas regiões e na toponímia, bem como no léxico actual do vasconço (empréstimo latino) e do italiano. Encontramo-lo, com ou sem assimilação, no aragonês e navarro *espuenda* “margem de rio ou campo, talude”, no antigo CAT. *espona* “borda da cama, partes laterais do corpo humano”, no VASC. *esponda* “talude, terreno inculto e costeiro”. O actual IT. *sponda* é apelativo de margem, borda e beira.

Dada a inexistência deste apelativo em português, esta propriedade deverá relacionar-se com um assentamento basco ou italiano na freguesia de Nariz, possivelmente em tempos recuados. A exclusão de catalães a aragoneses radica no facto de, apesar do exemplo para o aragonês, a assimilação *nd* > *nm*, ocorrer sobretudo nestas duas línguas, sendo geral na toponímia catalã. (Menéndez Pidal, 1976: 290).

Considerando, no entanto, o que dizemos abaixo, s.v. «Pano», poderia tratar-se de um assentamento italiano, durante o período romano, integrado por gentes de diferentes regiões da Península Transalpina, cujos dialectos, face ao latim, reagiam de forma diferente, de acordo com os respectivos substratos. Se hoje, o italiano normalizado, a partir dos dialectos da Toscana, mantém o grupo *nd*, o mesmo não acontecia com os dialectos osco-úmbricos, que

faziam a assimilação registada no hidrotopónimo “Pano”.

ESQUEIRO

LAT. *scala* > **scal-ariu*

odo-, orotopónimo ?

Esqueiro (03A)

“Esqueiro” poderá designar uma encosta íngreme, em forma de escada, como vimos atrás (vd, *supra*, s.v. “Esgueira”), mas também poderá ter outro significado, se atentarmos

[...] no sardo e reto-românico, [em que] certas formas correspondentes a *scala* significam “saída ou passagem estreita” [...], acepção que talvez esteja na base do topónimo português *Esqueiro* (Piel, 1953: 333).

ESTEIRO

LAT. *astuariu*- “braço de mar”

hidro-, odotopónimo

Esteiras (04A), **Esteiro** (04A, 09A), *Esteiro das Azenhas* (10I), *Esteiro das Brazaiaias* (10CM), *Esteiro da Capeloa* (06X), *Esteiro da Cidade* (06/10L), *Esteiro do Cojo* (10L), *Esteiro do Covo* (02A: *Vilarinho*), *Esteiro do Eiró* (01X), *Esteiro da Escada* (06L), *Esteiro de Esgueira* (05AC), *Esteiro da Fábrica* (06/10L), *Esteiro da Fonte Nova* (06/10Y), *Esteiro dos Frades* (10AEMY), *Esteiro do(s) Gramato(s)* (10AC), *Esteiro do Ledia* (10L), *Esteiro da Leiva* (05A), *Esteiro da Mó Veia* (05A), *Esteiro da Moça* (05A), *Esteiro do Moreira* (10C), *Esteiro da Nortada* (10C), *Esteiro Novo* (06L: *Santos Mártires*; 02A: *Vilarinho*), *Esteiro das Palbas* (10A), *Esteiro da Parada* (Q), *Esteiro das Portas de Água* (10C), *Esteiro do Porto do Cervo* (01G), *Esteiro do Puxadouro* (M), *Esteiro da Redúzia* (10X), *Esteiro da Regateira* (06S), *Esteiro da Ribeira* (10L), *Esteiro de Sá* (10L), *Esteiro de São Pedro* (01E), *Esteiro de São Fins* (01G), *Esteiro da Veia* (10A), *Ilha do Esteiro do Espinheiro* (10A), *Lavoura do Esteiro* (04A), *Ponte do Esteiro* (06+Ílhavo Y)

“Esteiro”, que nos aparece já com esta grafia em documento de 1077 (Madañ, 1959: 13), designa um braço estreito de rio ou mar que se estende pela terra dentro. Em Aveiro é sinónimo de “canal”.

ESTRADA

LAT. *strata*-

odotopónimo

Cerrado da Estrada (01A), *Chão da Estrada* (01A), *Estrada do Americano* (10A), *Estrada de Arnelas e Forca* (10U), *Estrada da Barra* (06/Ílhavo Y), *Estrada do Bonsucesso* (01A), *Estrada de Esgueira* (05A), *Estrada da Fonte* (03A), *Estrada da Malhada* (06A), *Estrada Nova* (06AU), *Estrada das Pombas* (06U), *Estrada da Quinta do Gato* (10A), *Estrada de São Bernardo* (06A), *Estrada de São Tiago* (06U), *Estrada de Vilar* (06I-1556), **Estradas** (02A)

Significado óbvio e incontornável em qualquer zona do mundo onde exista ocupação humana. Salvam-se as florestas virgens...

ESTREPEIRO

LAT. *stirpe*-

fitotopónimo

Ponte do Estrepeiro (05VW)

"Estrepeiro", de "estrepo" + *-eiro*, sufixo que designa árvores e arbustos e ainda a noção colectiva, deverá ser topónimo muito antigo nesta zona do Vouga, situada, de acordo com a descrição da fonte onde o recolhemos, pouco depois de Taboeira.

Este apelativo deve designar uma zona de arbustos e silvados, o que estaria de acordo com o étimo latino. É possível que se trate da zona arbustal que acompanha todos os caminhos de campo e canais, entre Taboeira e o rio Vouga, frente a Angeja. Deverá tratar-se do espinheiro-branco, também conhecido por pilriteiro ou estrepeiro.

FÁBRICA

LAT. *fabrica-*

tecnotopónimo

Esteiro da Fábrica (06/10L), Rua da Fábrica (06A)

A fraca industrialização de Aveiro, tanto no século passado, como na primeira metade deste século, terão sido os principais motivos que elevaram o apelativo "fábrica" à condição de topónimo que, pelo menos no início, foi certamente da iniciativa popular.

A "rua" e o "esteiro" acompanham-se no seu percurso. A antiga "Rua da Fábrica" correspondia a uma parte da actual Rua de Homem Cristo, terminando no Ilhote do Cojo, enquanto o então chamado "Esteiro da Fábrica" é hoje conhecido por "Canal do Cojo", a continuação do "Canal Central", a Leste da Ponte-Praça, que corre em direcção ao Centro de Congressos, na antiga Fábrica Campos.

O nome da rua e do esteiro deve-se à existência de uma fábrica de faiança, que funcionava na casa da quinta do morgado de Vagos, cuja laboração terminou em 1907, após a morte do último empresário, a viúva de Pedro António Marques. Na sua edição de 8 de Dezembro de 1956, o jornal aveirense *Litoral* lembrava, na secção "Arca de Antiguidades", a situação desta fábrica cinquenta anos antes:

Vai deixar de funcionar a antiga fábrica de louça de barro ordinário, que tinha a sua sede no Cojo e na rua que tinha o seu nome [Rua da Fábrica], sendo pertença dos herdeiros do Visconde de Valdemouro. Os seus produtos, sob a direcção do arrendatário, o falecido e sempre lembrado pintor Pedro Marques, o *Serrano*, tiveram muita saída e foram modificados, apresentando belos exemplares de vasos, jarras, etc. e eram muito procurados para a serra e para o Algarve. Presentemente, estava muito limitada a sua produção, que era quase a da primitiva louça caseira.²⁴⁵

O jornal *Litoral* era impresso nesta rua, na "Tipografia Lusitânia", que aqui tinha as suas instalações. Neste arruamento veio depois a instalar-se a também desaparecida "ELA-Empresa de Louças e Azulejos", de que vimos um prato comemorativo da primeira fornada. O referido prato, da colecção particular de João Sarabando (ver nota anterior), tinha uma ornamentação muito simples, constituída por algumas inscrições de cor azul: no centro as letras "ELA" e, por baixo, em cercadura, os dizeres "7.8.1920 1ª fornada".

FALCOEIRAS

LAT. *falcone-*

ornitopónimo

Cais das Falcoeiras (10A)

Espécies de gaivotas, entre as quais a *Larus fuscus*, também chamada "gaivota-d' asas escuras", residentes na Ria de Aveiro, em zonas de águas livres (Reis, 1993: 55).

FARINHA

LAT. *farina-*

antropotopónimo

Ilha do Monte Farinha (10CGHY), Maria Farinha (04AV), Monte Farinha (10ACG)

A "Ilha do Monte Farinha" aparece citada no foral manuelino de Aveiro, de 1515, com a qualidade de terra senhorial coutada (Madaíl, 1959: 293). Se esta ilha existisse já no século XII, bem poderia dever a sua denominação a Pedro Peres Farinha, grande proprietário em Cacia que, em testamento de Agosto de 1194, manda entregar ao mosteiro de Lorvão, após a sua morte, o valor de 10 ou 12 morabitinos, conforme morresse com ou sem filhos.

²⁴⁵ Informações e ficha cedidas ao autor pelo saudoso aveirólogo e jornalista João Sarabando.

Este valor deveria ser entregue em bens móveis, herdades ou marinhas, o que faz dele um proprietário na zona alagada (cf. Madaíl, 1959: 40).

Em “Maria Farinha” tanto podemos ter um apelido, como um prosónimo relacionado com a sua profissão, ou de qualquer dos seus antepassados, certamente ligada à panificação ou moagem, actividade que teve um grande desenvolvimento em Eixo, nomeadamente no século passado.

FEIRA

LAT. *feria-*

emporotopónimo

Feira (08A), Feira de Eixo (04EVW), Rua da Feira (08A), Vinhas da Feira (08A)

Sítio onde se expõem e vendem mercadorias; grande mercado que se realiza com certa periodicidade.

A “Feira de Eixo” começou em 3 de Outubro de 1855; em 1868 a feira tinha poucas tendas e vendiam-se nela cereais e hortaliças, mas o principal negócio era o gado vacum e suíno (Vieira, 1984: 44). Mas já antes de 1711 havia uma grande feira no aro deste concelho, no lugar de Oliveirinha, que continua a realizar-se nos dias 7 e 21 de cada mês.

FEITAL

LAT. *filictu-*

fitotopónimo

Afeiteira (02A), Feital (05T), Feital de Verba (07A), Feiteira (09A)

Estes fitotopónimos, colectivos derivados de “feto”, neste caso do regionalismo ditongado, designam um lugar onde esta planta abunda.

FOLSA

LAT. *fossa* “canal” ?

hidrotopónimo

Chão da Folsa (10A), Folsa (10AQ-1745), Viela da Folsa (10A)

As “folsas” são, em Aveiro, pequenos ramais de água, sem saída, que fazem a ligação entre a marinha e os esteiros. Este topónimo, em plena cidade, junto à actual Rua de Sá, fornece-nos indicações sobre a urbanização deste local, a sul do Canal de S. Roque.

FONTE

LAT. *fonte*

hidrotopónimo

Aído da Fonte (02A), Cabeço da Fonte (09A), Cabeço da Fonte Bela (03A), Caminho da Fonte (08A), Carvalhal da Fonte (03A), Chão da Fonte (02A, 05A), Chão das Fontes (02A), Chousa das Fontes (02A), Costa da Fonte (03A), Encosta da Fonte (06A), Encostas da Fonte (05A), Esteiro da Fonte Nova (06/10Y), Estrada da Fonte (03A), Fontainhas (04AE: Monte de Eixo; 05AE: Taboeira; 07A), Fontanheiro (07A), Fonte (02A, 03A, 04W, 07A, 09A), Fonte da Amieira (06I), Fonte dos Amores (06ASU), Fonte da Arada de Oleiros (01G), Fonte do Arneiro (07G), Fonte Bela (03A), Fonte Boa (05T), Fonte da Correçinha (06I), Fonte da Cortiça (09A), Fonte do Cortiço (04AVW), Fonte de Eixo (04W), Fonte de Esgueira (05G), Fonte do Frade (03A), Fonte do Gordo (06A: Vilar), Fonte do Lila (06AU), Fonte Martins (Mártires?) (07F), Fonte dos Mártires (07A), Fonte da Mina (05T), Fonte Mogeira (05T), Fonte Nova (06ASU), Fonte do Olho (=Fontolho) (07A), Fonte da Pega (02A, 06AG), Fonte da Rola (02A), Fonte de Santo Isidoro (04V), Fonte de São João (10A), Fonte do Senhorio (05A), Fonte da Silva (09E), Fonte Velha (01A, 05A, 09A), Fonte Velha da Verba (07A), Fonte de Vilarinho (02A), Fontilheira (09A), Fontinha da Arrota (07A), Fontinha e Quintãs (08A), Fontolho (07F), Horta da Fonte (04A), Largo da Fonte (08E), Leira da Fonte (11AE), Malhada da Fonte Nova (06A), Outeiro da Fonte (04A), Palhal da Fonte Velha (07A), Quinta da Fonte (02A), Ribeira da Fonte (05A), Rua da Fonte (08A), Rua da Fonte Nova (06A), Rua da Fonte da Póvoa (02A), Tomadia do Vale da Fontinha (03A), Vala do Fontão (07F), Vale da Fonte (03A, 07A, 08A), Vale da Fontela (08?G), Vale da Fontinha (03/04AE, 05A), Vale das Fontinhas (09A), Viela da Fonte de Sá (10Q)

O topónimo “Fonte” e seus derivados designam realidades distintas, como nascentes, fontanários e pequenos veios de água, tendo em comum a necessidade vital do homem em água potável. Quando a água não chegava canalizada às casas, e muitas habitações não possuíam poços, era a fonte que resolvia esses problemas, como ajudava a moça casadoira no namorico de soslaio.

FORCA

LAT. *furca*-

odotopónimo

Estrada de Arnelas e Forca (10U), Forca (04VW, 05A, 10AEGTU-1446), Forcada (01A), Forcadelas (04AVW), Forcadelho (04A), Marco da Forca (10A), Pinhal da Forca (05A), Raso das Forcadelas (04A)

As falas “forca” e seus derivados, do LAT. *furca* “forcado de dois dentes”, não se relacionam com a vulgar identificação popular de “patíbulo, mas referem-se antes a caminhos em V, ou a passagens estreitas em forma de V, significado que já estava presente no LAT. *furcula*.

O sufixo *-ada* aparece a formar adjectivos que poderão ter andado juntos a “carreira”, designando a forma desses caminhos, acabando por se substantivar e por receber outra sufixação, como os diminutivos *-ela* e *-elbo*.

Esta toponímia aparece na Galiza (Cabeza, 1992: 421-422) e também na Itália, onde colhemos exemplos como *Forca, Fòrcola, Biforcola* e *Biforco* entre outros (Pellegrini, 1988: 440).

FREIXO

LAT. *fraxinu-*

dendrotopónimo

Freixeiro (09A), Freixo (07AF: Verba; 09A), Montes Largos de Freixo (07A), Rego dos Freixos (07/11F)

O apelativo “freixo” designa o nome vulgar de uma planta arbórea, da família das Fraxináceas (ou Oleáceas), com destaque para uma espécie florestal, de madeira muito branca, espontânea de Norte a Sul de Portugal.

FUZIL

LAT. *foce-* por *fauce-*

hidrotopónimo

Ilha do Fusil (02A; séc. XVI), Ilha do Feisil (02A), Ilha do Fuzil

O topónimo “Fuzil” deverá provir de “foz” + *-il*, sufixo que forma adjectivos de substantivos, com o sentido de referência. “Fozil” significaria [a ilha] “da foz” [do Vouga], o que está conforme a topografia, pois esta ilha situa-se imediatamente atrás da “Testada” (vd. infra este topónimo), na antiga desembocadura do rio. A grafia “Feisil”, bem como a tendência da zona de Aveiro para a evolução do ditongo *au* > *ou* > *ei*²⁴⁶, ajudam a sustentar esta interpretação.

A grafia “Fuzil” aparece numa carta topográfica de 1778, exemplar n.º 312 da colecção da Mapoteca do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, e numa outra, anterior a 1791, pertencente à Biblioteca Pública Municipal do Porto (vd. reproduções in Amorim, 1997b). Este topónimo da zona alagada já existia pelo menos no século XVI, como se comprova por um dos tombos do Mosteiro de Lorvão (Madaíl, 1946: 192).

²⁴⁶ Vd. supra as entradas «Eirô» e «Eirol».

GAFANHA

GERM. *gafa* ?

agrotopónimo

Ponte da Gafanha (ou Ponte do Esteiro) (06.ACY)

“Gafanha” < “gafa” + *-anha*. “Gafa” deve estar por “terra estéril”, embora hoje se tenha perdido este significado na região da Ria de Aveiro. Como o sufixo nominal *-anha*, de origem latina, designa qualidade ou relação, a voz “gafanha” devia corresponder a um apelativo que designaria um conjunto de terrenos pouco produtivos, o que seria o caso dos areais situados entre Aveiro e o mar.

Na região de Bierzo, em Leão, ainda hoje aparece a voz “gafa” (e “gafo”), para designar “terreno malo de cultivar” (Díez Suárez, 1994: 8), o que está absolutamente de acordo com a área correspondente ao topónimo Gafanha.

O alemão actual regista a voz “kaff”, na oralidade pejorativa, do médio-alto-alemão “kaf”, com o significado de “sítio miserável” (Wahrig, 1984: col. 2012)

GAIVOTA

LAT. *gavia-*

ornitopónimo

Gaivota (10.A), Ilha da Gaivota (10.ACEOY), Regueira da Gaivota (10B)

As características costeiras e lagunares da região de Aveiro transformam-na em território privilegiado para várias espécies orníticas, nomeadamente para as gaivotas, nome vulgar extensivo a umas aves palmípedes da família dos Larídeos, com várias espécies presentes na Ria, como o guincho-comum ou gagosa a gaivota-d’asas-escuras, a gaivota-argêntea-de-patas-amarelas, o alcatraz-comum, a gaivina-preta, a gaivina-de-bico-preto, o garajau-comum, a andorinha-do-mar-comum e a andorinha-do-mar-anã (Reis, 1993: 55).

GALEGO(A)

de *Galiza*

etnotopónimo

Cabeço do Galego (05.A), Cabeço da Galiza (10.A), Galega (04.A, 08.A), Mata Galega (05.A), Praia da Galega (séc. XVI)²⁴⁷, Quinta do Galego (05.A, 08.A), Regueira da Galega (10C)

A colonização galega na área do concelho de Aveiro está presente nalguns microtopónimos locais. A iniciativa desta toponomástica pertence quase sempre aos vizinhos já instalados, que identificam o recém-chegado pela sua região de origem, tanto a nível de propriedades como de prosónimos.

Numa escritura de 5/7/1683, transcrita no tombo das propriedades das confrarias de Aradas, a fl. 20, há uma propriedade de um tal Manuel Simões o Galego (vd. *supra*, p. 161-162, n. 213). Num documento de 1412, do Mosteiro do Lorvão, aparece também um Martim Anes da Galega, proprietário de uma marinha de sal em Esgueira (Silva, 1994: 266).

GALINHA

LAT. *gallina*

antropotopónimo

Galinheira (02.A), Quinta da Galinha (12.AE), Vale da Galinha (09.A)

Estes microtopónimos devem originar-se no antropónimo “Galinha”, que já encontramos numa relação de proprietários em Esgueira, datada do séc. XV. Com efeito, dificilmente a “galinha” daria lugar à denominação de um sítio, considerando a sua existência na totalidade ou quase totalidade das explorações rurais.

²⁴⁷ Este topónimo da zona alagada já existia pelo menos no século XVI, como se comprova por um dos tombos do Mosteiro de Lorvão (Madaíl, 1946: 192).

Por esta razão optamos pela base antroponímica, a partir do nome de João da Galinha, um dos proprietários de marinhas em Esgueira, constante de um documento de 1423, do Mosteiro de Lorvão (Silva, 1994:271).

GÂNDARA

LAT.-HISP. *gandara*- < PRÉ-ROM. / I.-E.

agrotopónimo

Barrocas da Gândara (02A), **Gândara** (01A: *Quinta do Picado*; 05A; 07A: *Verba*; 08AGU-1106: *Costa do Valado*), *Gândara dos Adobes* (08A), *Gândara das Almas* (09A: *Taipa*), *Gândara do Carrajão* (03A), *Gândara de Fora* (12R-1733: *Solposto*), *Gândara de Nariz* (07A), *Gândara de Oliveirinha* (08AEY), *Gândara da Ramalheira* (07A), *Gândara do Roncalheiro* (07A), *Gândara da Silba* (09A), *Gândara da Ucha* (09A), **Gândaras** (05A), **Gandra** (01A, 05A), *Meio da Gândara* (09A), *Pousios da Gândara* (07A), *Quinta da Gândara* (08A), *Rego da Gândara* (09A), *Vinhas da Gândara* (07A)

O apelativo “gândara” designa um terreno despovoado, coberto de plantas agrestes. É também sinónimo de charneca, de terreno arenoso e pouco produtivo ou estéril.

Silva Neto (1992: 281) resume a história da pesquisa linguística em torno desta fala, considerada de substrato alpino-pirenaico e ascendendo a uma base **ganda*, ligada por alguns autores ao testemunho de Plínio (*Hist. Nat.*, 33, 70-74) que apresenta a fala *gandadia* usada pelos mineiros das Astúrias.

Pela nossa parte, impossibilitados, por agora, de ir mais além, não queremos fechar esta entrada sem apresentar outros registos, que poderão contribuir para fazer recuar esta voz ao indo-europeu, havendo necessidade de explorar as possíveis ligações de “gândara” com as vozes do SÂNCR. *kandara* “vale, depressão”, *ista-gandha* “areia”, *randhra* “barreiro” e *candrakanta* “pedra” (Kapp; Malten, 1997).

GARÇAS

LAT. *ardea*-

ornitopónimo

Garças (séc. XVI) ²⁴⁸

“Garça”, nome vulgar extensivo a umas aves pernaltas da família dos Ardeídeos. Na Ria de Aveiro, podem ser observadas, como residentes, estivantes ou invernantes, as espécies garça-pequena (*Ixobrychus minutus*), garça-boeira (*Bubulcus Ibis*), garça-branca-pequena (*Egretta garzetta*), garça-real (*Ardea cinerea*) e garça-vermelha (*Ardea purpurea*) (Reis, 1993: 52).

GATO

LAT. *cattu*

antroponímico, zootopónimo

Estrada da Quinta do Gato (10A), *Leira(s) da Quinta do Gato* (12A), *Quinta do Gato* (12AERUZc), *Vielas das Gatas(os)* (04AW)

A “Quinta do Gato” poderá referir-se ao “gato bravo”, mamífero carnívoro da família dos Viverrídeos, com pelagem cinzento-clara muito manchada de negro, também conhecido por gineta, gineto, toirão, que ainda no século XVIII frequentava estas paragens (vd. *supra* s.v. “Baneeiro”). Alguns destes animais continuam a ser observados na região da Ria de Aveiro, como é o caso da gineta, nome vulgar da *Genetta genetta* e do toirão, nome vulgar do *Mustela putorius* (Reis, 1993: 131).

Mas a origem do topónimo talvez se refira a um prosónimo ou apelido do proprietário, o que estaria mais de acordo com o costume de identificar desta forma este tipo de herdades.

A “Vielas dos Gatos” (ou “das Gatas”) admite igualmente uma dupla interpretação, já

²⁴⁸ Idem.

que a denominação tanto pode resultar de uma família ali moradora, conhecida por esse prosónimo, como da presença de grande quantidade de “gatos” nesse pequeno arruamento. Esta última hipótese, referida ao canídeos, deu lugar em Aveiro ao antigo apodo de “Rua dos Cães”, com que era popularmente conhecida, na Beira-Mar, a “Rua do Campeão das Províncias”.

GORGULHÃO

LAT. *gurgulione-*

hidrotópónimo

Gorgulhão (09A)

O topónimo dificilmente terá a sua origem no “gorgulho”, insecto coleóptero que ataca as sementes recolhidas em celeiros.

No Brasil, “gorgulho” também designa «pedra miúda de que é formado, por vezes, o leito dos rios» (GEPB, 12: 597b). O português do Brasil regista ainda o adjectivo “gorgulhentto”, reportado ao “terreno que tem muitos seixos” (Ibidem). Em Requeixo encontram-se terrenos deste tipo, e também zonas do rio com estas características, como na confluência do Rio Cértima com o Rio Águeda.

Mas a explicação do topónimo não deverá relacionar-se com o termo “gorgulho”, derivado regressivo do LAT. *curculione-*, mas directamente com a voz “gorgulhão”, do LAT. *gurgulione-*, “garganta, goela”, designando nascentes de água, apesar de não a encontrarmos nos modernos dicionaristas. A toponímia galega regista as formas “Gorgollón”, “Gorgullón” e “Gorgullos”, que identificam locais relacionados com cursos de água e, num dos casos, com uma chamada “Fonte Grande” (Cabeza, 1992: 484). Na freguesia de Requeixo aparecem-nos pelos menos cinco registos de “Fonte” ou seus derivados (Vd. *Anexo I*).

GRALHEIRA

LAT. *gracula- < graculu-*

ornitópónimo

Gralheira (02A), Grelheira (02A)

“Gralheira”, de “gralha” + *-eira*, sufixo que exprime também noção colectiva, designa o sítio onde as gralhas abundam ou formam bando.

“Gralha” é nome vulgar comum a uns pássaros pertencentes à família dos Corvídeos, presente nas matas e campos que envolvem a laguna, nomeadamente através das espécies identificadas com o gaio-comum, a pega-rabuda e a gralha-preta (*corvus corone corone*) (Reis, 1993: 57). Esta ave é também conhecida, entre outros nomes, por “grelha”, o que é suficiente para justificar a variante “Grelheira”.

GRAMÃO

LAT. *gramina*, pl. de *gramen*,

antropo-; fitotópónimo

Esteiro do Gramato (10A), Esteiro dos Gramatos (10C), Gramão (05AE), Gramatal (02A), Gramato (10A), Gramaxa (05A), Gramaximas (05A), Gramoal de Taboeira (05VW), Ilha do Gramato (10A), Ilhote do Gramato (02A), Regueira do Gramatal (02C), Gramatais

“Grama”, do LAT. *gramina*, plural de *gramen*, é apelativo duma erva rasteira, rizomatosa, prejudicial às culturas, pertencente à família das Gramíneas, espontânea em Portugal, e também conhecida por gramão, mas, no caso em apreço, designará, como o étimo latino de que deriva, “pasto, alimento de animais herbívoros”.

“Gramato” e “Gramão” são dois derivados de “grama”, o primeiro um diminutivo

formado com o sufixo *-ato*, o segundo um aumentativo com sufixo *-ão*, certamente nomes comuns de diferentes espécies de gramíneas, donde procedem os colectivos “Gramatal”²⁴⁹ e “Gramoal”, formados com o sufixo *-al*. Nas marinhas de Alcochete e da Póvoa de Santa Iria aparecem, respectivamente, as vozes “gramato” e “gramata”, referidas à «vegetação que nasce no fundo das reservas» e que «torna as águas esverdeadas [...] e não as deixa tomar a graduação conveniente» (Nogueira, 1935: 107).

“Gramaxa” é, por certo, má grafia de “gramacha”, de “grama” + *-acha*, sufixo diminutivo, muitas vezes com sentido pejorativo.

Quanto a “Gramaximas”, só pode ser corruptela de “Gramachinas”, um derivado de “Gramacha” + *-ina*, sufixo que exprime a ideia de origem, neste caso referido a uma família de apelido “Gramacho” que andou aparentada aos “Eças” de Esgueira (Coutinho, 1944c: 68).

“Gramata”, é também apelido de família local²⁵⁰.

Grande

LAT. *grande-*

elemento de *lexotopónimo*

Agra Grande (05AT), Agra Grande das Ribas (05T), Arrota Grande (05A), Cabeço Grande (04A: Carrascal/Eiço; 08A), Caniço Grande (09A), Chão Grande (03A), Chousa Grande (05A), Congosta Grande (06A: Santiago), Raso Grande (05A), Sortes Grandes da Carreira (03A), Terra Grande (05T-1446), Vale Grande (03A, 05A, 09A)

O adjectivo “grande”, elemento de topónimos compostos, aparece sempre em segunda posição, a seguir ao substantivo qualificado. O registo mais antigo, na toponímia recolhida, recua ao século XV.

GRANJA

FR. *grange* < LAT. POP. *granica*

agrotopónimo

Azenha da Água da Granja (SZ-1527), Azenha da Granja (08S-1749), Coroada da Granja (08A), Encosta da Granja (08A), Granja (08ANW-1616; 10AGU-1293), Granja de Baixo (08AEKNSVZc-1689), Granja de Cima (08AEKVZc-1689), Porto da Água da Granja (08G-1488), Rua da Granja (10A), Vale da Granja (04VW-c.1870)

“Granja” designa uma propriedade rústica, com todas as suas dependências. Esta voz, de importação francesa, aparece quase sempre ligada a propriedades da Igreja.

No concelho de Aveiro ocorre apenas em dois lugares, correspondendo à actual Rua Visconde da Granja (*grosso modo*) e ao lugar da Granja, da freguesia de Oliveirinha. Em Aveiro, o registo mais antigo deste topónimo encontra-se num documento de 1293, do mosteiro cisterciense de S. João de Tarouca, proprietário da «Granga daueiro», propriedade que andava associada à igreja matriz de S. Miguel, e de um terço da vila²⁵¹. Foi precisamente a Ordem de Cister, com casa-mãe em França e à qual pertencia este cenóbio, a responsável pela entrada e divulgação em Portugal da voz “granja”.

²⁴⁹ “Gramatais”: este topónimo da zona alagada já existia pelo menos no século XVI, como se comprova por um dos tombos do Mosteiro de Lorvão (Madaíl, 1946: 192).

²⁵⁰ Documento de 1733: «[...] e terra de Jozeph Pires Gramata de Esgueyra [...]» (Resende, 1963: 279)

²⁵¹ O Mosteiro de S. João de Tarouca foi um grande proprietário em Aveiro e aqui teve elevados rendimentos, entre os quais os da “Granja” (Madaíl, 1959: 91) e mil moios de sal por ano, doados pela bastarda régia D. Urraca Afonso e seu marido D. Pedro Afonso (Madaíl, 1959: 55-56). O Mosteiro foi ainda proprietário de um terço da vila entre 1227, data da doação feita por D. Aldara Peres (Madaíl, 1959: 70-72) e 1306, quando D. Dinis fez um escambo com aquele cenóbio, recebendo o terço da povoação e a Granja (Madaíl, 1959: 111-115)

G

GRIFO

LAT. *crispu*-?

antropotónimo

Poço do Grifo (04EVW)

“O Grifo” era prosónimo de um antigo proprietário de Eixo, o que é expressamente afirmado numa memória sobre esta vila, escrita no terceiro quartel do século passado, onde, com referência ao “Poço do Grifo” se diz:

Poço hoje muito profundo que acaba no gramoal de Taboeira, mas que há menos de oitenta anos era caminho de fazendas confinantes e entre outras das de um homem chamado «o Grifo» por alcunha, que lhe deu o nome. (Vieira, 1984: 31, n. 5).

Ficamos por descobrir as origens deste prosónimo, tanto mais que o abutre desse nome não parece frequentar terras litorâneas, mas o apodo poderia referir-se ao cabelo encaçolado do nosso proprietário, se porventura assim o tivesse.

Apesar da explicação do memorialista de Eixo, não queremos deixar de referir que, no Sul de França, no francês regional do Languedoc, aparece a voz *griffe* e a variante *griffoul*, do OCC. *Grifol*, com o significado de "fonte" (Camps, 1991: 60).

GROEIRA

LAT. *grue*- > *gruu*-

ornitónimo

Agroeira (01A), Groeira (06A)

Os microtopónimos "Groeira" e "Agroeira", este último na forma coalescente, devem situar-se nas margens da laguna, se, porventura, a sua origem for o "grou" ou o seu derivado "grual", de "grou" + *-al*, sufixo que talvez tenha alguma coisa a ver com o pardal, se considerarmos a sua cor parda. Estas duas aves frequentam os pântanos e lodaçais abertos, onde se reproduzem.

O "grou" é uma ave de grande porte, só observável, em número muito reduzido, no Alentejo e Ribatejo, pelo que, se o microtopónimo se refere a esta espécie, temos aqui um testemunho da fauna desaparecida da laguna.

O apelativo "grual", que a *GEPB* (12:804a) identifica com o "maçarico-real", que inverna nas salinas e lodos da Ria de Aveiro (Reis, 1993: 54 e 77), é usual na zona da laguna, designando, na loquela local, um «grande pássaro bravo da ria» (Baptista, 1947: 309). Na adjectivação desta definição poderá residir a lembrança do "grou", não tanto em "grande", que ambos o são, embora o primeiro muito mais, mas em "bravo", já que o "grou" é bastante agressivo, quando vê a prole em perigo.

O topónimo "Groeira" provirá então de "grou" + *-eira* ou, com mais probabilidade, de "grual" + *-eira*, sufixo com a noção colectiva, donde teria resultado **grualeira* > **gruaeira* > "grueira", por queda do *-l* intervocálico e posterior crase a anular o hiato que impedia a tritongação. Neste caso, a grafia correcta do topónimo seria "Grueira" e não "Groeira".

GROTA

LAT. *crepita*- ? *crypta*-

hidrotónimo

Grota (03A, 04A, 05E), Ilha da Grota Velha (02A), Ilhote da Grota Velha (02A)

Abertura por onde a água das cheias invade os campos marginais e onde, para o evitar, se costumam construir diques de defesa. Este problema afecta tanto os terrenos de cultivo como as marinhas, mas estas já o prevêm aquando da respectiva construção.

Esta voz deverá provir do LAT. *crepita* “rachada, fendida, arrombada”, por sonorização /c/ > /g/, síncope da sílaba *-pi-* e velarização /e/ > /o/.

Nas marinhas, para evitar a abertura de "grotas", é construído o "defensão", muro de

defesa e separação, com duas paredes paralelas, que delimita a salina, impedindo a sua inundação aquando da preia-mar ou das marés vivas. O "defensão" é construído com "torrão", aplicado por meio de "lamas" que, igualmente enchem a caixa formada pelas paredes do muro.

Esta defesa é completada pelo "entraval", uma vala com cerca de um metro de largura, entre o tabuleiro da "marinha velha" e o "malhadal". Esta vala, que acompanha a marinha em toda a sua largura, estende-se, nalguns casos, pelos lados. Este "entraval", que serve para defender a marinha das águas que se infiltram a partir dos esteiros, através do "defensão" e do próprio "malhadal", serve também para receber as águas que porventura nasçam ou se formem sob o fundo dos "meios". O escoamento do "entraval" para o esteiro faz-se, através da "bomba de escoar", durante a baixa-mar.

H

HORTA

LAT. *hortu-*

agrotópónimo

*Arrotas da Horta (04A), Azenha da Horta (03A), Cabeço das Hortas (06A), Campo de Horta (04A), Cavadas da Horta (04A), Cova da(s) Horta(s) (02A, 04A), **Horta** (03AGKVZZZbZc-1220; 04AE; 04A: Arrota; 04A: Entre os Outeiros; 04A: Ribeirinho; 04A: Sobral; 04A: Tojal; 04A: Viveiro; 08A), Horta(s) da Carreira de Baixo (05A), Horta da Fonte (04A), Horta das Freiras (06S-1749), Horta da Margarida (05A), Horta dos Outeiros (03A), Horta da Riça (05A), Horta Rossio (04A), Horta do Teixeira (02A), Horta Velha (08A), **Hortas** (02A: Quintã do Loureiro; 04A: Costa do Forno; 05A; 06A; 07A; 09A), Hortas de José de Chantre (01A), Hortas da Póvoa (02A), Hortas da Presa (05A), **Hortinha** (07A), **Hortinhas** (01A), Lavouras da Horta (08A), Ribeira(o) da Horta (04/08AE), Silbas da Horta (04A), Sortes Pequenas da Banda de Horta (03A), Vale da Horta (08AE)*

“Horta”, do LAT. *hortu-*, “propriedade cercada de muro, tapada, cerca, horta”, viria a designar o terreno cultivado com hortaliças e legumes.

ILHA

CAT. *illa* (e) < LAT. *insula*-

geotopónimo

Ilha do Amoroso (10Y), *Ilha de André Botelho...* (M), *Ilha de António José Saraiva* (M), *Ilha da Barbosa* (S), *Ilha da Boavista* (10A), *Ilha da Cepa* (02A), *Ilha de Cobelo* (Zd), *Ilha do Esteiro do Espinheiro* (10A), *Ilha do Fusil* (02A²⁵²), *Ilha da Gaga* (02ACT), *Ilha da Gaivota* (10ACEOY), *Ilha do Gramato* (10A), *Ilha da Grota Velha* (02A), *Ilha de Lamamá* (02A), *Ilha da Longa* (S), *Ilha de Maçaricos* (02A: *Vilarinbo*), *Ilha do Malbadal* (02A), *Ilha do Mariano* (02A), *Ilha de Matadouce* (10C), *Ilha da Moacha do Norte* (10B), *Ilha do Monte Farinba* (10CGHY), *Ilha de Morraçal* (T), *Ilha Nova* (02A: *Vilarinbo*), *Ilha dos Ovos* (10ACOTY), *Ilha do Paço* (10A), *Ilha Pamplona* (10A), *Ilha do Parrachil* (Y) (*Ilha do Perreçil*²⁵³), *Ilha da Patinba* (02A: *Vilarinbo*), *Ilha das Pedras* (02ACT), *Ilha do Pereira* (02AC: *Sarraçola*), *Ilha de Pericos* (02A: *Vilarinbo*), *Ilha do Poço* (10ACMY), *Ilha das Portas* (10A), *Ilha Privada* (10A: no *Gramato*), *Ilha do Privado*²⁵⁴, *Ilha do Puxadouro* (Zd), *Ilha da Rainha* (S), *Ilha da Ribeira* (Zd), *Ilha da Rosa* (02A: *Vilarinbo*), *Ilha do Ronca* (02A: *Vilarinbo*²⁵⁵), *Ilha de Sama* (06/10AEHY), *Ilha do Sardó* (02A), *Ilha da Sequeira* (10A), *Ilha do Sul* (10A), *Ilha da Testada* (02ACGTY), *Ilha da Tranqueira* (ou *Franqueira?* 10CY), *Ilha do Trovisco* (10GMT), *Ilha Velha* (02A: *Póvoa*), *Ilha da Viuva* (02A), **Ilhote** dos *Amorosos*²⁵⁶, *Ilhote de Azurveiros* (02A), *Ilhote da Casinha* (02A: *Vilarinbo*), *Ilhote do Cojo* (10AU), *Ilhote do Gravato* (02A), *Ilhote da Grota Velha* (02A: *Vilarinbo*), *Ilhote de Lamamá* (02A: *Vilarinbo*), *Ilhote das Limas* (02A), *Ilhote Novo* (02A: *Vilarinbo*), *Ilhote da Serra* (02A: *Vilarinbo*), **Ínsua** (02A: *Sarraçola*; 03A: *Terras do Vouga, próximo do Paredã*; 04A; 09A), *Ínsua das Muachas*²⁵⁷

A profusão deste apelativo na toponímia da zona alagada coaduna-se com as características da laguna. Óbvio portanto.

²⁵² Este topónimo da zona alagada já existia pelo menos no século XVI, como se comprova por um dos tombos do Mosteiro de Lorvão (Madaíl, 1946: 192).

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Idem.

JUNCAL

LAT. *juncu-*

fitotopónimo

Juncaís (02A), **Juncal** (08A), **Juncos** (02A: *Quintã do Loureiro*; 02A: *Sarraçola*), **Junqueira** (02AC, 04AC, 05A), **Lagoa do Junco** (05A), **Praia do Junco** (10U), **Vale do Junco** (02A, 07A), **Vale da Lagoa do Junco** (04E, 05A)

“Junco” é o nome vulgar extensivo, de forma geral, a plantas herbáceas, alongadas e flexíveis, da família das Juncáceas, representadas em Portugal por várias espécies espontâneas, aquáticas ou de terrenos húmidos ou alagadiços, como o junco-agudo, frequente na faixa marítima, o junco-das-esteiras, o junco-desmedulado, do centro e do Sul de Portugal, o junco-dos-sapos, dos lugares inundados de Inverno, em quase todo o País. Na zona da Ria de Aveiro encontra-se o *juncus effusus* e o *juncus maritimus* (Reis, 1993: 136).

Na toponímia local aparece-nos no singular, como determinativo, ou como substantivo colectivo, neste caso com a marca do plural ou como derivado sufixal em *-al* e *-eira*.

Jusão

LAT. *jusu-*

elemento de lexotopónimo

Arada de Jusão (01G-1431)

“Jusão” de “juso” + *-ão*, adjectivo formado do advérbio antigo *juso*, “abaixo, debaixo”.

LAMAS

PRÉ-ROM *lama

hidrotopónimo (limnónimo)

Altos de Lamamá (02A), Ilha de Lama (T), Ilha de Lamamá (02A), Ilbote de Lamamá (02A), Lamamá (02AC), Lamarão (08/09A: Oliveira), Lamarosa (06/08A), Lamas (04A), Lameirinho (05A), Lameiro (06I-1556; 05AT-1446; 09A), Lameiro do Abreu (04A), Lameiro do Arrujo (04A), Lameiro das Roçadas (05T-1446), Ribeiro de Lamamá (02A)

Esta toponímia, de base *lama*, assenta num velho substrato comum à Península Ibérica, Sul de França, parte da Suíça e Toscana (Silva Neto, 1992: 130), designando lodaçais e atoleiros.

Os derivados “Lamarão” e “Lamarosa” mostram o infixos de ligação *-r-*, antes dos respectivos sufixos, o que poderá ser explicado pelo substrato céltico, que recorria a este processo com bastante frequência (Palomar Lapesa, 1957: 127-128).

LAPA

PRE-I.-E. *lappa, “pedra”

litotopónimo

Lapa (03A)

“Lapa” significou inicialmente “laje, pedra”, vindo depois a alargar o seu campo semântico, designando igualmente uma gruta ou um abrigo sob um rochedo.

LAVACOS

de “lavar” + “cu”

ornitopónimo

*Lavacos (10B), Praia de Lavacos (10B)*²⁵⁸

Este “Lavacos” da carta militar deverá ser corruptela de “Lava-cus”, originada por deficiente emissão ou recepção na transmissão oral, aquando do trabalho de campo subjacente à cartografia da região.

O “Lava-cu” (ou “lavacu”, como pretende a *GEPB*) é uma ave penalta da família dos Caradriídeos, comum em Portugal, e também conhecida por areiro, lavadeira, lavadeira e maçarico, entre outros nomes. A espécie reside nas salinas e lodos da Ria de Aveiro, com destaque para o maçarico-das-rochas, nome vulgar do *Tringa hypoleucos* (Reis, 1993: 54)

LAVANDEIRA

PRÉ-ROM.

ornitopónimo

Lavadeira (01AG-1431: sob o Crasto de Verdemilho)

“Lavadeira” é nome vulgar extensivo a várias espécies de aves limícolas, de pequeno porte, da família dos Caradriídeos, também conhecidas por maçaricos, borrelhos, fradinhos, etc. É ainda nome vulgar de uma ave da família dos Motacilídeos, também conhecida, entre outras denominações, por lavandisca e alvéola.

O topónimo identifica a zona alagada e lodosa subjacente ao Crasto de Verdemilho, biótopo por excelência de várias espécies orníticas, representantes das duas famílias referidas (Reis, 1993, *passim*).

Provavelmente esta “Lavadeira” refere-se a diferentes espécies de “alvéolas”, aves residentes (alvéola-cinzenta e alvéola-branca) ou estivantes (alvéola-amarela) nos prados e

²⁵⁸ A “Praia de Sovacos” da matriz, certamente má grafia do escriturário ou má leitura na respectiva recolha, deve corresponder a este topónimo, pois não encontramos mais nenhum indício da sua existência na transcrição dos livros matriciais que utilizámos (vd. Rodrigues; Barreira, 1994).

campos da região lagunar (Reis, 1993: 57), com algumas das suas raças a preferirem as zonas húmida dos deltas e lodaçais (Bruun, 1993: 206). Este nome comum da alvéola, certamente de origem pré-romana, repete-se pelo menos na Europa Ocidental: “lavandeira” (português), “lavandera” (espanhol), lavandière (francês).

O topónimo, sob as formas “Lavandeira” e “Lavadeiras”, também aparece na Galiza (Cabeza, 1992: 219, 236)²⁵⁹.

LAVOURA

LAT. **laboria-*, de *labor*

agrotopónimo

Arrota da Lavoura (03A), Cabeço da Lavoura (09A), Casa da Lavoura (04W), Lavoura (09A), Lavoura do Adro (04A), Lavoura de Baixo (09A), Lavoura do Cabeço de Eira (07A), Lavoura de Carcavelos (03A), Lavoura do Esteiro (04A), Lavoura do Forno (08A), Lavoura(s) da Igreja (07A), Lavoura(s) da Moita (08A), Lavoura de Nariz (07A), Lavoura dos Outeiros (03A), Lavoura da Quinta (09A), Lavoura da Rua Cega (06A), Lavouras (08A), Lavouras de Baixo (08A), Lavouras da Horta (08A), Lavouras de Santo António (08A), Lavouras de Trás-dos-Aídos (08A), Lavradouro (10A), Rua da Lavoura (03A), Rua da Lavoura de Cima (03A)

Em todo o concelho de Aveiro, o microtopónimo “Lavoura” apenas assoma no Sul-Sudeste, com uma única exceção, devida por certo a importação, abrangendo os territórios de Nariz, Eiro e da antiga paróquia de Eixo. O apelativo “lavoura” designa aqui os terrenos em volta da povoação, compreendendo os quintais, que são cultivados com as novidades de Verão e de Inverno (Vieira, 1984: 47).

O apelativo filiar-se-á no LAT.-POP. **laboria-*, de *labor* + *-ia*, sufixo de origem grega que contribuiu para vários neologismos populares (vd. Vasconcelos, 198?: 245).

LEIRA

LAT. *glarea*

agrotopónimo

Canto da Leira (07A), Leira dos Adobos (02A), Leira Comprida (05A), Leira da Figueira (09A), Leira da Fonte (11AE), Leira Longa (04A, 09AE), Leira do Moleiro (09A), Leira(s) da Quinta do Gato (06A), Leira da Senhora (04A), Leiral (02A), Leiras (05A, 06A, 09A), Leiras da Cruz (07A), Leiras de Dentro (06A: São Bernardo), Leiras da Matança (02A), Leiras do Monte (08A: Vale da Horta), Leirinha (07A), Leirinhas (01AE, 11AF), Leirões da Morraceira (02A: Matança), Rua do Leiral (02A)

A “leira” designa uma pequena parcela de terreno agricultado, sinónimo de “chão”, entre outros apelativos regionais. Considerando que a sua origem está frequentemente nos arroteamentos, parece-nos que Almeida Fernandes (1995: 111) terá razão, quando faz derivar esta fala do LAT. *glarea*, cuja evolução para “eira” não coloca quaisquer problemas de carácter etimológico.

LILA

?

antropotopónimo

Fonte do Lila (06AU), Lila (01A)

O antropónimo “Lila”, talvez a origem do topónimo, se não foi o inverso, já se manifesta no século XVI, nomeadamente no *Livro 1º dos Baptismos de S. Miguel*, onde aparece um

²⁵⁹ Fernando Cabeza (1992: 235-236) nunca põe a hipótese desta voz se referir a uma ave, ligando-a a «charca que nunca seca» e a uma raiz pré-indo-europeia.

Tomé de Lira ou Tomé de Lila²⁶⁰.

Entre possíveis hipóteses, para a filiação do antropónimo, podemos considerar uma origem étnica, a partir da cidade francesa de Lille, que exportava para Portugal os tecidos aqui conhecidos por “lila”.

LINHARES

LAT. *linu*

agrotopónimo

Campo de Linhares (01A), Linhar (05T-1446), Linhares (01A, 05A)

Os “Linhares” são parcelas de terreno ocupadas com a cultura do linho, entretanto completamente ausente desta região, mas que, noutros tempos, teria grande importância na economia rural, já que o camponês assegurava autonomamente a produção de uma parte importante dos tecidos indispensáveis às suas necessidades.

LOMBA

LAT. *lumbu-*

orotopónimo

Lomba (03A; 06A: São Bernardo; 08A), Lomba da Azenha (03A), Lomba do Corgo (03A), Lomba dos Covões (03A), Lomba da Mata (14B), Lomba dos Outeiros (03A), Lombada (09A), Lombas (05A, 08A)

Nos topónimos arrolados, o apelativo “lomba” designa a cumeada e encosta de um outeiro e, noutros casos, como em “Lomba da Mata”, responde à mesma realidade da voz “duna”. A semântica desta voz tem raiz metafórica, relacionada com uma parte do corpo, à semelhança do que se passa com o seu sinónimo “costa” e com outros descritores orográficos como “cabeço”.

Este apelativo continua presente no léxico de alguns falares leoneses (Díez Suárez, 1994: 9) e na Galiza, região onde também nos parece em muitos topónimos (Cabeza, 1992: 89)

Longo

LAT. *longu-*

elemento de *lexotopónimo*

Ilha da Longa (S), Leira Longa (04A, 09AE), Longa (05A), Longas (05C), Ribeiro Longo (09A), Vinha Longa (06A)

A voz “longo(a)” aparece, nalguns topónimos compostos, como qualificativo do primeiro elemento, com o sentido de “comprido(a)”. Noutros casos surge substantivado, sob a forma feminina, em topónimo simples (“Longa”, “Longas”) ou como elemento determinativo (“Ilha da Longa”). A segunda ocorrência pertence à zona alagada, ou a lugares muito perto da água (“Longas”, Taboeira), o que nos deixa muitas interrogações quanto ao seu verdadeiro significado.

LONTRO

LAT. *lutra-* ou *lytra-*

antropo-? zootopónimo

Lontro (05C)

Este topónimo da zona alagada, entre Mataduchos e Paço, refere-se à “lontra”, mamífero carnívoro, da família dos Mustelídeos, devorador de peixes e anfíbios que ainda hoje reside na laguna de Aveiro, embora «a sua presença muitas vezes só [...seja] detectada pela ob-

²⁶⁰ Arquivo Distrital de Aveiro, Registo Paroquial, Baptismos de S. Miguel, L.º 1, f. 63, assento de 26.3.1572: «[...] bautizei [...] nesta igreja de são migel [...] a maria, filha de tome de llira e de sua molher isabel jorge [...]». Ibidem, L.º 2, f. 52, assento de 15.8.1576: «[...] he madrinha isabel jorge molher de tome de lilla [...]».

observação dos seus excrementos nas margens dos esteiros» (Reis, 1993: 31).

Mas também poderemos estar perante um prosónimo, já que esta voz, em sentido figurado, também designa um bom pescador do rio ou um indivíduo preguiçoso.

LOTE

FR. *lot*

oicotopónimo

Lote do Bunhal (05A)

O elemento toponímico “Lote” designa cada uma das partes de um todo que se reparte, o quinhão resultante de uma divisão.

LOUÇAINHA

LAT. **lautiana-*, de *lautu-*

antropo-, lexicotopónimo

Louçainha (05T)

O microtopónimo “Louçainha”, registado em documento do século XV, já não consta dos livros matriciais elaborado nos finais do primeiro quartel deste século. A voz em causa será o derivado de “louçã” + *-inba*, com o significado de “trajo ataviado, ornato, garridice”, que tanto pode ser um prosónimo, referido à proprietária ou rendeira da propriedade assim designada, como um qualificativo a evidenciar as características da mesma propriedade.

LOURE

de *Laurus?*

antropotopónimo

Ponte de S. João de Loure (04WY), Tapada de Loure (05A), Vale de Loure (04A)

Os lugares de “Loure” e de “S. João de Loure”, este último sede de uma das freguesias do concelho de Albergaria-a-Velha, são povoações da margem direita do Vouga, frente a Eixo.

A origem do topónimo foi uma primitiva *villa Lauri*²⁶¹, genitivo do antropónimo *Laurus* que, sob esta forma ou noutros derivados da raiz *laur-*, estava presente na onomástica da antiga Lusitânia, repetindo-se com profusão fora da Península Ibérica, fundamentalmente entre os Celtas (Palomar Lapesa, 1957: 77).

O topónimo aparece sob a forma *Lora* no “Provincial Visigótico” do século VII (vd. Fernandes, 1968: 141-144)

LOUREIRO

LAT. *lauru-*

antropo-, dendrotopónimo

Barrocas(os) da Quintã do Loureiro (02A), Chão do Louro (07A), Chão dos Louros (10Q: Sá), Cova do Loureiro (02C), Loural (02A), Loureiro (01A, 03A), Louros (01A), Quintã do Loureiro (02CKZc), Regueira do Loureiro (10C), Rua dos Louros (01A).

Espécie nativa da região mediterrânea, sagrado entre Celtas e Romanos, o “louro” ou “loureiro” (“louro” + *-eiro*), nome comum do *Laurus nobilis*, originou vários topónimos portugueses (Frazão, 1981: 430-433), uns directamente através da árvore, outros através da onomástica pessoal, como parece ser o caso de algumas manifestações toponímicas recolhidas.

Os frutos são pequenas bagas empregadas em medicina e na indústria, enquanto as fo-

²⁶¹ O topónimo aparece em documentos do *Livro Preto da Sé de Coimbra*, num dos quais se lê expressamente: «[...] quam habemus in villa Lauri [...]» (Costa, 1978: 15).

folhas odoríferas são hoje largamente utilizadas na gastronomia.

Na toponímia local, o agrupamento desta árvore surge-nos em “Loural”, de “louro” + *-al*, sufixo de origem latina que exprime a ideia de conjunto ou quantidade.

MÁ CRISTÃO

de “mau cristão”

antropotónimo

Má Cristão (01A)

Interessante alcunha, ligada à prática religiosa, talvez relacionada com a condição de “cristão novo”. A voz popular e a maior facilidade na pronúncia deste prosónimo, talvez sob influência de “sacristão”, terão sido responsáveis pela apócope do *-u* de “mau” e consequente aglutinação, fenómeno que, embora não se manifeste nesta grafia, aconteceu sem dúvida na linguagem falada, pois, caso contrário, não se justificaria a não concordância de género entre o adjectivo e o substantivo qualificado.

MAÇARICOS

?

ornitónimo

Ilha de Maçaricos (02A), Praia de Maçaricos (02A)

“Maçarico”, português antigo *maravico*, é nome vulgar comum a várias aves pernaltas da família dos Caradriídeos, algumas das quais também designadas borrelhos.

Nos sapais da Ria de Aveiro podem ser observadas várias espécies, umas residentes e outras invernantes, como o maçarico-das-rochas, nome vulgar do *Tringa hypoleucus*, o maçarico-de-bico-direito, nome vulgar do *Limosa limosa* e o maçarico-real, nome vulgar do *Numenius arquata*, distribuído por este habitat e pelas dunas observa-se também o maçarico-galego, *Numenius phaeopus* (Reis, 1993: 54).

MADRIZ

LAT. *matrice*-? GERM. *Maderici*?

antropo-?, hidrotónimo?

Madriz (05A)

“Madriz” é apelativo, registado por Cândido de Azevedo, com o sentido de caminho pelo qual se leva o sal da salina para a eira. Mas este termo, assinalado no salgado do Algarve e de Setúbal, não existe no léxico das marinhas de Aveiro, onde aqueles caminhos correspondem aos muretes denominados “machos” (Nogueira, 1935: 110; Alcoforado, 1877-1878: 84-85).

O microtopónimo poderá também identificar-se com o antropónimo GERM. *Madericus*, «cujo genitivo [*Maderici*] poderia ter dado Madriz» (Piel, 1937: 199), de *Mad-* “poder, virtude” + *-ricus* “poderoso; chefe”. (Piel, 1937: 198; Carver, 1998)

Uma outra hipótese para a interpretação do termo “Madriz”, em Esgueira, será a sua identificação com a metáfora já presente no latim, significando “fonte” ou “nascente de água”.

MADRUGAS

LAT. *maturu-*

agro-?, antropotónimo?

Madruga (K), Madrugas (08KS)

“Madruga(s)” deverá filiar-se no LAT. **matūrica*, de *maturu-*, “maduro”, + *-ica*, sufixo átono que ocorre sobretudo em adjectivos e exprime a ideia de semelhança ou presença. Neste caso, o topónimo, que corresponde ao actual “Quintãs”, poderia designar terrenos onde nasciam novidades, onde a maturação era mais rápida, o que estaria de acordo com o sentido etimológico (Torrinha: 507a) e o facto das terras assim denominadas corresponderem a arroteias recentes.

Outra hipótese, com igual verosimilhança, relacionaria o topónimo com o apelido “Madruga”, que já ocorre pelo menos no século XV (GEPB, 15: 862), designando o nome do respectivo proprietário ou arrendatário.

MAL-AMANHADA

GÓT. *mamjan*

lexotopónimo

Mal Amanhada (05A)

Topónimo circunstancial com referência à forma como a terra foi agricultada ou se distribui topograficamente.

MALHADA

de “malhar” < LAT. *malleu-*,

tecnotopónimo

Carreira da Malhada (07A), Estrada da Malhada (06A), Ilha do Malhadal (02A, séc. XVI²⁶²), Malhada (01A, 05AC), Malhada da Fonte Nova (06A), Malhada de São Tiago (06A), Malhadas (06A, 08A), Quinta da Malhada (09A), Rua do Malhadal (02A)

“Malhada” e “Malhadal” aparecem aqui em ligação com a actividade dos moliceiros, identificando-se com os terrenos, levemente inclinados, situados nas margens dos canais da laguna, onde eram depositadas as barcadas de molicho para assim perderem o excesso de água. Os lavradores da região acorriam a estes depósitos, onde adquiriam o molicho e o carregavam em carros de bois.

Estas vozes existem igualmente no léxico do salgado de Aveiro. A “malhada” é o espaço da marinha, situado entre o entraval e o malhadal, onde secam as lamas e os molichos provenientes da limpeza da salina que, muitas vezes, servem de adubo nas pequenas hortas que os marnotos agricultam no “malhadal”, um muro bastante largo, a seguir à malhada e em contacto directo com o esteiro, onde se encontram as eiras e o palheiro.

Num e noutro caso a origem deste léxico é rural, relacionando-se com o espaço das eiras onde se “malham” os cereais.

MAMA, MAMODEIRO

LAT. *mamma-, mammula-*

arqueo-, necrotopónimo

Azenha do Mamoal (11E), Mama da Pega (popular: Madepegas) (04AE), Mama Rasa (04AW), Mamoia (03A, 11AEW), Mamodeiro (11AENVZZbZc), Mamua (G), Moita da Mamoia (G)

No concelho de Aveiro persistem alguns apelativos arqueotoponímicos que apontam para o povoamento pré-histórico, um dos quais está absolutamente comprovado, na sequência de prospecção arqueológica recente (Silva, 1997b). Os topónimos em questão aludem a construções funerárias megalíticas e situam-se nas freguesias orientais: “Mama da Pega” e “Mama Rasa” na freguesia de Eixo, “Mamoia” na de Eírol, outra “Mamoia” e “Mamodeiro” (“Mamoia do Eiro”) na de Nossa Senhora de Fátima e “Moita da Mamoia” na de Oliveirinha.

O topónimo “Mamodeiro”, ainda “Mamoia do Eyro” em 1287²⁶³, talvez tenha, nos elementos que o compõem, uma alusão directa à função funerária do monumento que lhe deu origem. Com efeito, é provável que o elemento “Eiro” se filie num étimo pré-indo-

²⁶² Este topónimo da zona alagada já existia pelo menos no século XVI, como se comprova por um dos tombos do Mosteiro de Lorvão, onde aparece sob a grafia “Madalhoal” (vd. Madaíl, 1946: 192).

²⁶³ Vd. *Anexo I*.

Europeu, com o significado de “morte”, se considerarmos que, ainda hoje, a voz basca para “morte” é *erio* (Lopez-Mendizabal, 1976: 145)²⁶⁴.

MANINHO

PRÉ-ROM. **manna*

agrotopónimo

Maninho da Prainha (02C), Maninhos (02A)

“Maninho”, do PRÉ-ROM. **manna* (Silva Neto, 1992: 283-284), designa uma terra não cultivada ou estéril, correspondendo a uma realidade sócio-jurídica de grande importância na economia camponesa da Idade Média.

Esta voz está apenas representada no ibero-românico e no basco (Ibidem).

MARCO

GERM. *marka*

oriotopónimo

Aido do Marco (08A), Carreiro do Marco (08A), Marco (07A), Marco da Forca (10A), Marco Furado (04A), Marco da Morraceira (02A), Marco de Oliveirinha (08AESVZc), Marco de São Bernardo (06AU-), Quinta do Marco (04A), Rua do Marco (06A)

“Marco”, do GERM. *marka* “sinal, fronteira”, designa as balizas de pedra ou de outro material que eram colocadas nos extremos das propriedades ou nos limites das circunscrições e territórios municipais ou senhoriais, como segue do exemplo do diploma de que transcrevemos um fragmento:

Auto de demarcação e medição entre as villas de Aveiro e a de Arada [...]. Logo os ditos louvados declararão que neste sítio do Porto de Pero Masseur [...] se fixasse um Marco [...] o qual he de pedra branca de outil e tem as quinas Reais [doc. de 1690, tombo da Casa de Aveiro, p. 125 v. do tomo 1] (Neves, 1935: 322)

Este apelativo originou vários topónimos tanto em Portugal (Frazão, 1981: 444-445) como na Galiza (Cabeza, 1992: 255-256).

MARINHA

LAT. *marina-*

tecnopónimo

Caminho das Marinhas (05T), Caminho do Vale da Marinha (05T), Carreira do Vale da Marinha (05T), Cavadas da Marinha de Vilarinho (02A), Chão da Marinha (08A: Oliveirinha), Vale da Marinha de Cima (05T-1446), Vale da Marinha de Fundo (05T-1446), Vale de Marinhas (05AT-1446)

Refere-se às marinhas de sal, termo que, em Aveiro, é preferido a “salina”, embora este último também seja usado.

MATA

PRÉ-ROM. **matta*

fitopónimo

Carreira do Mato (05T), Chão do Mato (01A), Lomba da Mata (14B), Mata (02A, 05A), Mata(o) da Arrota (03A), Mata Galega (05A), Mata de S. Jacinto (14BY), Matas (05A), Matinho (08A, 09A), Mato (05T), Mato da Arrota (03A), Mato dos Cortiços (03A), Mato da Costa (03A), Mato de Dentro (01A), Mato Dias (06A), Mato de Eixo (03A), Mato Entre as Vinhas (07A), Mato das Roçadas (05T), Mato do Simão (08A), Mato do Sargaçal (07A), Mato do Tapado (03A), Matos (02A), Matos do Carrizo (07A), Matos de Dentro (05A), Matos do Inácio (03A: Cova da Areia), Matos Novos (02A), Matos da Palmeira Alva (07A: Vale da Seca), Matos da Vessada (07A), Prats da Mata (06A), Quinta da Mata (H), Rua do Matoito (04A), Vala da Mata (04V)

²⁶⁴ Vd., supra, s.v. «Eiro».

“Mata”, com a marca do feminino, designa um terreno cheio de árvores silvestres, um agrupamento de arvoredos, sendo igualmente um apelativo usado para terrenos dedicados à silvicultura.

“Mato”, com a marca do masculino. Refere-se geralmente a terrenos incultos, cobertos de plantas agrestes, identificando-se também com charneca, brenha ou tojal.

MATADUÇOS

PRÉ-ROM. **matta-* + LAT. *ursu-*

fito- + *zootopónimo*

Mataduços (05ACTZc-1423)

A convivência de povos de línguas diferentes, numa mesma região, pode levar ao aparecimento de topónimos diferentes apenas na aparência, já que exprimem o mesmo conceito nos respectivos idiomas. Em zonas de usufruto comum, integradas em vivências deste tipo, aparecem também formações tautológicas, juntando num mesmo topónimo elementos de duas línguas adstratas. Servem como exemplos *Cheetwood* no Lancashire, do CÉLT. *cheet* “floresta” + SAXÃO *wood* “floresta”; *Brill* no Lincolnshire, do CÉLT. *bre* “colina” + SAXÃO *hill* “colina” e *Vale de Aran*, no País Basco, que se traduz por “Vale de Vale”, já que é este o significado do VASC. *aran* (Walter, 1996: 361).

Isto mesmo podia ter acontecido com *Mataduços* que, em vez de significar «mata de ursos»²⁶⁵, poderia corresponder a uma tautologia: as formas *matu* e *usso* ou *osso* significam “urso”, a primeira em celta (Walter, 1996: 62) e as segundas em galaico-português ou mesmo já no latim vulgar²⁶⁶.

Mas não nos inclinamos para esta hipótese, até pelo elevado número de topónimos, de idêntico qualificativo para diferentes termos topográficos, detectados em Portugal desde o século XII (Serra, 1968: 50-53). Assim, e em conclusão. “Mataduços” designará uma “mata” onde abundavam os “ursos”, espécie entretanto extinta em Portugal, mercê do crescimento demográfico e da caça indiscriminada de que foi vítima ao longo de toda a Idade Média. Considerando o POR.-ANT. *usso*, a grafia correcta deste topónimo devia ser “Matadussos”.

MATANÇA

LAT. *mactare*,

arqueotopónimo

Altos da Matança (02A), Areeiro da Matança (02A), Leiras da Matança (02A), Matança (02AG-1106)

“Matança” < “matar” + *-ança* (suf. nom., de origem latina, que exprime acção ou resultado de acção)

O microtopónimo “Matança”, a «*Matantja quomodo intrat in Vouga*» de 1106 (Madaíl, 1959: 21), poderia atestar dois milénios ininterruptos de povoamento, se porventura representasse a permanência memorial do episódio contado por Dión Cássio, respeitante à campanha que César, então pretor da Ulterior, iniciou em 61 a.C. nas Beiras.

César teria perseguido os Lusitanos até ao mar, levando-os a refugiarem-se numa ilha que as tropas romanas, embarcadas em jangadas, atacaram. A força da corrente afastou algumas dessas improvisadas embarcações, contribuindo para a morte (Matança?) dos que

²⁶⁵ Cunha Serra considera recente o topónimo Mataduços na região de Aveiro, por o descobrir apenas em finais de Quinhentos, nos Paroquiais de Esgueira. Pela nossa parte apresentamos um registo de 1423 e nada nos pode assegurar que a sua antiguidade, como microtopónimo de zona não povoada, não seja muito maior (Serra, 1968: 50-53).

²⁶⁶ A assimilação *rs* > *ss* já se verifica no latim, onde aparece *dossu* por *dorsu* (Huber, 1986: 145). No século III d.C. já o povo praticava esta assimilação, como podemos deduzir do *Appendix Probi*, cujo autor, preocupado com a pureza da língua, mandava substituir a forma vulgar *pessicus* «pêssego» pela forma erudita *persicus* (Walter, 1996: 112; 433 n. 186).

conseguiram desembarcar, com excepção de um único que atingiu a costa a nado. A ilha acabou por ser ocupada com o auxílio de uma frota oriunda de Cádiz (Matança²), que depois seguiu para a Corunha.

Esta ilha bem poderia quedar-se frente a Cacia, identificando-se com parte do actual Campo da Matança, não tendo qualquer sentido a sua identificação com uma das Berlengas, pois não vemos como seria possível, ao pobre legionário sobrevivente, alcançar a costa a nado (Alarcão, 1983: 44-45):

É que o chefe da expedição dirigiu-se para uma quebra-mar existente junto à ilha [baixios na laguna já em formação?] e desembarcou aí os homens para que eles fizessem a travessia a pé, mas, logo de seguida, forçado ele mesmo pelo refluxo da corrente, foi empurrado para o largo e teve de abandonar os seus homens. Todos eles caíram lutando corajosamente com o inimigo. Públio Cévio foi o único sobrevivente que, depois de ter perdido o seu escudo e recebido muitos golpes, se lançou à água, salvando-se a nado. (Díon Cássio, XXXVII, 52-53, tradução de Maria do Céu Fialho, in ALARCÃO, 1988)

MATOITO

LAT. *monte altu*

orotopónimo

Matoito (04VW), Matoita (04A), Matouto (04V), Rua do Matoito (04VW)

Contrariando as aparências, “Matoito” e/ou “Matouto” não podem ser derivados de “mato”, já que, nesse caso, dificilmente se explicaria o segundo elemento do topónimo.

Venâncio Vieira, na memória que escreveu sobre a vila de Eixo, desbrava-nos o caminho para aquilo que consideramos a correcta interpretação desta denominação:

O sítio do Matouto, na sua parte mais elevada e próximo à Cubelhã, é sem dúvida o sítio da Vila em que se avista um panorama lindíssimo, porque não só domina a Vila toda, mas também o campo até à linha férrea sobre o Vouga, em Cacia. (Vieira, 1984: 32, n. 3)

Aclarada a questão, pelo precioso escrito da segunda metade do século XIX, podemos mais afoitamente filiar “Matoito” em “Monte Alto”, cuja evolução, totalmente explicável em termos linguísticos, foi, ao longo do tempo, escondendo cada vez mais fundo a forma primitiva. De “Monte Alto” terá derivado, por aglutinação, “Montalto” que, sofrendo a vocalização do *l*, de *al-* antes de consoante, se transformou em “Montauto” e depois em “Montouto”²⁶⁷. A dificuldade na pronúncia e a atracção de “mato” terão sido os principais responsáveis pela dissimilação $\tilde{o}-\acute{o} > a-\acute{o}$, que de “Montouto” colheu o “Matouto” do século passado ou o equivalente “Matoito” dos nossos dias.

MEDELA

LAT. *meta-*

arqueo-, necrotopónimo?

Medela (01A)

“Medela”, de “meda” + *-ela*, < LAT. *meta-*, é apelativo de “montão cónico, coluna, cone”. À semelhança do que acontece na Galiza, com vários topónimos idênticos (Cabeza, 1992: 259-260; Piel, 1989: 79), “Medela” pode ser um dos apelativos para mamoa, monumento funerário pré-histórico, ou para um pequeno outeiro de forma cónica, pois não faria sentido que um montão de feixes de cereais pudesse originar um topónimo, ainda mais sob a forma derivada com o sufixo *-ela*, que tem o sentido diminutivo ou mesmo depreciativo.

²⁶⁷ Para SILVA NETO (1992: 198) esta vocalização, típica do português, já poderia ter acontecido no final do período latino, sendo responsável pelos processos de evolução linguística expressos, por exemplo, nas sequências *altariu > autairo > outeiro* ou em *salu > *sauto > soutu*.

MELÕES

LAT. *melone-*, do GR. *melon*

fitotopónimo

Cavada da Rua dos Melões (08A), Quinta dos Melões (08S-1749), Rua dos Melões (08A), Terra dos Melões (08A)

Cultura antiga na região, pois já o foral manuelino de Aveiro, de 1515, tem uma verba que trata exclusivamente dos foros que incidem sobre os melões.

MERCANTÉIS

LAT. *mercante-*,

emporotopónimo

Cais dos Mercantéis (10Y)

[Barco] “Mercantel” < “Mercante”, do comércio, + *-el*, sufixo diminutivo. O apelativo que dá nome a este cais da Beira-Mar identifica um barco típico da Ria de Aveiro, especializado no transporte de mercadorias.

MILHEIRA

LAT. *miliu*

fito-, ornitotopónimo

Mêlhera (Milheira?) (02A), (Milão (Milhão?) (05A), Milheirica (04A)

“Milheira” ou milhã é nome vulgar extensivo a várias plantas herbáceas, espontâneas e subespontâneas, da família das Gramíneas, frequentes em Portugal (de milho + *-eira*)

“Milheirica”, de “milheira + *-ica*, é apelativo de pequeno pássaro cantador, de plumagem de cor amarelo-esverdeada, pertencente à família dos Fringílídeos, frequente em Portugal e conhecido por amarelinha, azegrino, milheira, milheirinha e muitos outros nomes. Assim, o “milheira” do parágrafo anterior poderá integrar-se nesta hipótese, passando de planta a pássaro. Na Ria de Aveiro há algumas espécies de Fringílídeos residentes, como sejam o “tentilhão-comum”, o “chamariz”, o “verdilhão comum” e o “pintassilgo” (Reis, 1993: 59).

De qualquer forma, podemos apenas estar perante fitónimos, já que o sufixo *-ica* também poderia juntar-se à planta “milheira”, designando semelhança ou aparência.

MINA

CÉLT. **mina*,

hidrotopónimo

Fonte da Mina (05T-1446), Mina (05)

O hidrotopónimo “Mina” designa uma nascente de água, dotada de galeria subterrânea e estreita, existente na antiga zona de Sá, entre Aveiro e Esgueira.

MÓ

LAT. *mola-*, *molacula*

tecnotopónimo

Canal da Moacha (10BC), Esteiro da Mó [da?] Veia (05A), Ilha da Moacha do Norte (10B), Ínsua das Muachas (séc. XVI), Moacha (05A), Muacha do Mestre de Campo (séc. XVI), Muachas do Roque (séc. XVI), Rio das Mós (02C) ²⁶⁸

“Mó” e “Moacha”, de “mó” + *-acha*, sufixo diminutivo, designam pequenos moinhos que existiam em vários esteiros da laguna, aproveitando a força da corrente ou servidos por represas alimentadas pelas marés.

²⁶⁸ Todos os topónimos datados do século XVI fazem parte de um dos tombos do Mosteiro de Lorvão, de cuja transcrição foram retirados (Madaíl, 1946: 192)

MOINHO

LAT. *molinu-* < *molendinu-*

tecnotopónimo

Chão do Moinho (02C), *Chão dos Moinhos* (03A), *Leira do Moleiro* (09A), *Moinho* (06I), *Moinho do Carvalho* (09A), *Moinho do Gago* (09A), *Moinho de Vento* (09A), *Moinho de Vilarinho* (02G), *Moinho(s)* (09A), **Molareiras** (?) (05A), **Moleiras** (05A), *Quinta do Moinho* (04A), *Quinta do Moleiro* (02A)

O “moinho” designa o engenho de moagem movido a água ou a vento, de roda horizontal, ao contrário da azenha que tem roda vertical. Em Aveiro existiam sobretudo moinhos de água, razão que justifica o topónimo “Moinho de Vento” que, sem o determinativo, seria confundido com os outros.

A actividade moageira é muito antiga na região, aparecendo documentada já na Idade Média, quando em 1228 o Mosteiro de Lorvão faz carta de aforamento do moinho de Vilarinho:

[...] tibi Menendo martjni. et vxorj tue Marie suarj cartam de foro de illo molendino de uillario. tali uidelicet pacto. ut tu facias illum bene et perfecte et possideas illum in tota uita tua. (Madañ, 1959: 72.

No século passado esta actividade andou muito ligada à panificação, que se desenvolveu principalmente em Aradas, Vale de Ílhavo e Eixo, para responder às necessidades de Aveiro. Dos desentendimentos entre moleiros e padeiras, fala-nos o já nosso conhecido memorialista de Eixo:

Esta indústria [da panificação] é muito defraudada pelos moleiros e, quando as padeiras compreenderem melhor os seus interesses e se puderem emancipar destes, devem tirar bons lucros. É sabido que um alqueire de trigo rende cinco quartas de farinha ou vinte maquias. As padeiras têm recebido algumas vezes dos moleiros de cada alqueire de trigo nove maquias de farinha! (Vieira, 1984: 44).

MOIRÃO, MOURO

PRE-I.-E. **mor*, LAT. *maurus* > GERM. *Mouran*

antropo-, litotopónimo

Moirão (09A), **Moirinho** (01A), **Moirinhos** (01A), **Mor** (02A), **Mouros** (*Ver em Cabeço dos Montes*) (04A), **Paio Mourou** (06I-1556), **Pedra Moura** (01A).

Exceptuando o microtopónimo “Pedra Moura” (<PRÉ-I.-E. **mor* “pedra” ?), todos os restantes registos deverão corresponder a antropónimos, que encontramos com uma certa frequência na região de Aveiro, desde antes do início da Nacionalidade.

Na documentação do Mosteiro de Lorvão, relativa ao século XV e ao levantamento dos bens possuídos pelos proprietários de Esgueira, ainda encontramos os antropónimos “Moura” (nome próprio), “Mourão” e Mourou” (apelidos) (Silva, 1994), nomes com origem no LAT. *Maurus*, adoptado e germanizado por suevos e visigodos em *Maurane*, *Mouran* ou *Mouram* (vd. Piel, 1937: 214-218)

MOITA

PRE-ROM.

fitotopónimo

Azenha(s) da Moita (08H), *Casa da Moita* (08A: *Chãos*), *Lavoura(s) da Moita* (08A), **Moita** (08AEGHIKNSV-1488), *Moita da Mamoa* (G, 1106), **Moital** (09A), *Quinta da Moita* (H), *Vale da Moita* (08A)

“Moita” é mais um apelativo pré-romano, que passou à toponímia local, designando uma mata espessa com plantas de pouca altura (Silva Neto, 1992: 294).

MOLIÇAL

LAT. *mollicin-*

fitotopónimo

Apoliçal (03A, corruptela de *moliçal?*), *Arrota do Moliçal* (03A), **Moliçal** (03A, 08A), *Moliçal da Sobreira* (03A), **Moliceira** (04A)

“Moliçal” e “Moliceira” designam lugares propícios para a apanha do “moliço”, um conjunto complexo de diferentes plantas aquáticas da laguna aveirense, que outrora movimentou centenas de homens e barcos, recolhendo o precioso adubo com que se enriqueciam as terras.

Esta actividade, que foi responsável pela colonização dos areais das Gafanhas, ao permitir retirar de terras aparentemente pobres frutos de alta qualidade, pode considerar-se hoje extinta, apesar de ainda ser praticada por meia dúzia de moliceiros nas áreas do Norte da laguna.

MONTE²⁶⁹

LAT. *monte-*

agro-, orotopónimo

Arrota do Monte (02A), *Arrotas do Monte* (02C: *Quintã do Loureiro*; 03A), *Cabeço do Monte* (02A: *Sarraçola*), *Cabeço dos Montes* (04A: *Mouros*), *Carreira do Monte* (05T), *Chão do Monte* (05A), *Chão da Viela do Monte* (02A), *Choisã do Monte* (01A), *Leiras do Monte* (08A), **Monte** (02AC, 04AVW, 05AT, 08A: *Oliveirinha*), *Monte da Atalaia* (02A), *Monte de Carcavelos* (03A), *Monte de Eixo* (04A), *Monte Farinha* (10ACG), *Monte Gordo* (09A), *Monte do Meio Chão* (02AC), *Monte Mundrão* (02A), *Monte Negro* (09A), *Monte Novo* (05AE), *Monte do Paço* (05AC), *Monte Redondo* (02A), *Monte de Sarraçola* (02A), *Monte da Silveira* (08AES), *Monte de Sítio ou Picoto* (08A), *Monte de Vilarinho* (02A), **Montes** *Largos de Freixo* (07A), *Quinta do Monte Silveiro* (08S), *Sortes do Monte* (05A).

“Monte”, para além de significar pequena elevação de terreno, é quase sempre, nomeadamente na freguesia de Eixo, apelativo para zona de terrenos cobertos de mato, onde outrora sobressaíam grandes áreas de pinheiro, substituídos em grande parte, na segunda metade deste século, pelo eucalipto (Magalhães, 1960: 248, 248 n. 3). Em Eixo «estes terrenos formam uma grande planície superior às lavouras [...], intercalada em vários sítios por vales, que vêm desembocar ao campo» (Vieira, 1984: 48). «A maior parte destes terrenos são ocupados por pinhais; no entanto alguns são cultivados [...] há muitos anos e séculos [...] com as mesmas novidades de trigo, centeio, cevada, aveia e milho» (Ibidem).

MORRAÇAL

PRÉ-ROM.

fitotopónimo

Casal da Morraceira (02C), *Ilha de Morraçal* (T-1446), *Leirões da Morraceira* (02A), *Marco da Morraceira* (02A), **Morraçal** (02A: *Póvoa*; 09A), **Morraças** (05A), **Morraceira** (02AC)

Os topónimos recolhidos referem-se à “morraça”, uma planta da família das Gramíneas, frequente e espontânea nas areias marítimas do centro e do Sul de Portugal. Nas formas registadas, o sentido colectivo é dado pelo plural e pelos sufixos *-al* e *-eira*, ambos de origem latina e com o sentido de conjunto, quando referidos a vegetais.

MORTÓRIO

LAT. *mori* “morrer”

oicotopónimo

Mortório (01A, 02A, 03A, 04A, 05A, 06I-1556)

²⁶⁹ A lógica deste topónimo, que corresponde, na maioria dos casos, a elevações de poucos metros, poderá ser a mesma que no Minho acompanha a voz «*Montanha* [que] nunca designa qualquer serra em especial, mas um ambiente austero e duro, “terra de escravidão”, onde faltam as boas coisas que se encontram na *Ribeira*» (Ribeiro, 1995: 292, n. 10).

“Mortório” do LAT. *mori* “morrer, extinguir-se” + *-tório*, sufixo que forma substantivos derivados de verbos, tendo, entre outros, o sentido de lugar onde se realiza uma acção, indica um recuo no povoamento, pois refere-se a casais abandonados cujos terrenos foram novamente invadidos pelo mato. Na zona de Aveiro era também apelativo para marinhas abandonadas.

MURO

LAT. *mur-*

amino-, oicotonónimo

Cboisa do Muro (02A: Cacia), Muro (muralha de Aveiro), Quinta do Muro (09A)

Se pusermos de lado a referência à antiga muralha de Aveiro, os outros dois microtopónimos mostram-nos a raridade, nas respectivas freguesias, das vedações em alvenaria, suficientemente singulares para darem origem a determinativos na denominação de propriedades.

MURTA

LAT. *murta-*

fitotopónimo

Cabeço das Murtas (03A), Chão das Murtas (05A), Mortal , Murta (06AI-1556: Vilar), Murta Velha (08A), Murtal (grafado Mortal)(07F, 09A), Murtas (08A)

“Murta” é nome vulgar de várias plantas arbustivas, pertencentes à família das Mirtáceas, com flores brancas, cheirosas, espontânea e/ou cultivada em Portugal. A planta teve utilização farmacológica, devido às propriedades adstringentes e balsâmicas das folhas e bagas, e foi, entre os Romanos, árvore sagrada.

A noção de conjunto, colectivo, é dada, na toponímia arrolada, pelo plural e pelo sufixo nominal *-al*.

NARIZ

PRÉ-ROM. *Naricus*

antropotopónimo

Gândara de Nariz (07A), Lavoura de Nariz (07A), Nariz (07AFSWZZc-1479)

Pedro Cunha Serra interpreta este topónimo a partir da alcunha “Nariz” que, porventura, caracterizasse o arroteador do local, escudando-se na modernidade do primeiro registo conhecido, correspondente ao Numeramento de 1527, promovido por D. João III. Mas logo a seguir apresenta vários exemplos dos séculos XII e XIII, onde este nome já aparecia (Serra, 1966: 36-37).

Quanto a nós, o facto do topónimo surgir documentado apenas no século XVI não significa que o mesmo deixe de ser muito anterior, já que a denominação da aldeia, hoje sede de freguesia, podia ter nascido de um microtopónimo, referido a qualquer herdade da zona que, por permanecer na mesma família, não assomaria nas produções tabeliônicas.

Nos estudos de Palomar Lapesa (1957) sobre a antroponímia pré-latina, encontramos os nomes *Narius* e *Nario* (ib.: 88) com presença atestada na Hispânia. Assim, se considerarmos o sufixo lusitano *-icus*, muito produtivo na respectiva antroponímia, de que são exemplos *Albicus*, *Amonicus*, *Caricus* e tantos outros (ib.: 122-123), partindo de *Nario* ou *Narius* podemos chegar a *Naricus*, cujo genitivo possessivo *Narisci* produziria, de imediato, o nosso “Nariz”. Para aqui nos inclinamos.

OLARIAS

LAT. *olla-, ollariu-*

tecnotopónimo

Fonte da Arada de **Oleiros** (01G-1431), **Olarias** (06ASU-1749), Rua das Olarias (06A)

Os dois topónimos aqui registados coincidem com as duas áreas mais antigas do concelho, no que concerne à produção oleira, a qual tinha uma velha tradição em Aradas, mas também em Aveiro, onde a concentração destes artesãos deu o nome ao chamado “Bairro das Olarias”, fora das muralhas da vila, acompanhando o troço em frente aos mosteiros de Jesus e de S. Domingos.

Em 1431, numa relação de propriedades do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, já se afirmava que

[...] os que no dicto logio [das aradas de Susoã] moram E morarem. oleiros. E dam de cada domjnguo. se cozerem. tres tres. [sic] panellas. (Madaíl, 1959: 169)

Em Aveiro, compulsando os *Paroquiais* da Freguesia de S. Miguel, logo no *Livro 1 dos Baptismos*, a partir de 1571, encontramos vários oleiros residentes na vila, como André Fernandes. Diogo Lopes e André Pires (L.º 2, 1574), Lopo Gomes, Maria Fernandes e João Rodrigues (ib. 1575), Tomé Lopes (ib., 1576), António Lopes, António Oliveira, António Mendes (ib. 1579), João Ramos e João Mendes (L.º 2, 1580).

O antigo “Bairro das Olarias”, denominado posteriormente “Rua das Olarias”, acabou por desaparecer, dando lugar ao quarteirão onde existe a “Livraria Estante” e ao troço inicial da Avenida 25 de Abril. Hoje ainda é possível encontrar uma pequena relíquia deste antigo bairro, num logradouro interior do referido quarteirão, onde se construíram as respectivas garagens. Esse derradeiro vestígio da olaria aveirense é constituído por uma casinha térrea, em cuja parede exterior existem umas alminhas azulejadas, pintadas por João Aleluia e datadas de 1902. Representam um “calvário” com a inscrição «Local onde foi assassinado Joaquim Lourenço Lopes com 22 annos de idade, a 4 de Julho de 1902. Paz à sua alma. p. N. e A. M. (Recordação de João da Violante)».

Este bairro, e respectivos habitantes, terá sido responsável pelo decreto real de 7 de Setembro de 1699, em que se ordena ao juiz de fora da vila de Aveiro para fechar as muralhas e respectivas escadas:

Sou enformado, que de hum lanço da muralha dessa Villa, que fica para a parte do occidente, a que chamam a torre dos oleiros, e da mesma torre se descortina, e devassa o convento das Religiosas de Jezus da ordem de Sanct. Domingos, e para que se euite os inconvenientes e escandalos, que podem resultar [...] (Madaíl, 1968: 440).

Estas olarias já não existiam em 1908, e a sua decadência data de 1810, data do tratado entre Portugal e Inglaterra que abriu o Brasil aos produtos ingleses. Uma das principais produções destas olarias eram as formas para os chamados “pães de açúcar”, que eram exportadas para o Brasil. As invasões francesas e o referido Tratado puseram fim a essas exportações, tendo os *stocks* existentes sido utilizados na construção de muros.

OLHO

LAT. *oculu-* + IB.-VASC. *ul/ur*

hidrotopónimo

Fonte do **Olho** (07A), **Olhão** (08A), **Olbo d' Água** (01A, 05A), **Olhos da Azenha** (09E), **Quinta do Olhão** (08A), **Vale do Olbo** (09A)

Estes microtopónimos referem-se a nascentes de água, identificando uma formação popular por atracção paronímica, cuja origem poderá recuar à convivência de adstratos, um latino e outro pré-romano, se considerarmos o étimo IB.-VASC. *ul/ur* “água”, na base de rios

e ribeiros hispânicos.

OUTEIRO

LAT. *altariu-*

orotopónimo

Brejo dos Outeiros (03A), Chão do Outeiro (02A), Devesa dos Outeiros (03A), Horta dos Outeiros (03A), Lavoura dos Outeiros (03A), Lomba dos Outeiros (03A), Outeirinho (01AU), Outeirinho Redondo (07A), Outeiro (02C, 03A, 04AEV, 05AT, 09A), Outeiro de Azurva (04S), Outeiro da Capela (05T), Outeiro da Fonte (04A), Outeiro Gordo (07A), Outeiro do Redeiro (05T), Outeiro de S. Sebastião (05A), Outeiros da Taiça (09A), Quinta do Outeiro (11Y), Raso dos Outeiros (03A), Ribeiro do Outeiro Gordo (07A), Rua do Outeiro Becada (04A)

Os “outeiros”, do LAT. *altariu* “altar” > *autairo* > “outeiro”, designam elevações de pequena altitude, colinas. Será mais uma formação popular, por atracção paronímica com “altar”, também ele elevado em relação à posição ocupada pelos participantes do ofício religioso.

OVOS

LAT. *ovu-*

ornitopónimo

Ilha dos Ovos (10ACOTY)

A denominação desta ilha deve-se por certo a constituir um lugar privilegiado da zona alagada, no que respeita à procriação das aves aquáticas que residem na laguna ou simplesmente a frequentam, em certas épocas do ano, para nidificar.

PAÇO

LAT. *palatium*

oicotopónimo

Agra do Paço (05.A), Cale do Paço (10.A), Chão do Paço (04.A: Horta), Ilha do Paço (10.A), Monte do Paço (05.AC), Paço (05.ACKZc, 1689; 09.A), Póvoa do Paço (02.AC), Ribeira do Paço (02/05C), Rua do Paço (01.A), Senhora do Passo (=Paço?, mal grafado?) (05KZc-1689), Sorte do Paço (08.A)

O topónimo “Paço” é uma reminiscência da antiga organização da economia agrícola do mundo romano e da baixa Idade Média, correspondendo à habitação do “senhor” da propriedade, geralmente uma *villa*. Ver *infra*, s.v. “Vila”.

PADRÃO

CÉLT. *petru-*

odotopónimo

Padrão (02.A)

Corominas (1976b: 114-115), partindo do CÉLT. (com /p/, o caso do lusitano) **petru* “quatro” e das vulgares terminações, também célticas *-o-no-*, explica o topónimo “Padrão”, muito produtivo no Minho (Frazão, 1981: 552-553) e na Galiza (Cabeza, 1992: 327), como designando

‘la cuadra, la cuadrícula, el cuartón o cuarteto’ de caminos. (ib. 114),

que ilustra com a situação topográfica das diferentes ocorrências de *Padrón* e seus derivados, um pouco por toda a Galiza. Com efeito, esta interpretação parece convir muito mais ao nosso “Padrão” caciense, já que a ausência de “pedra” nesta parte do concelho de Aveiro dificilmente o explicaria através deste apelativo, ainda por cima com o reforço do sufixo aumentativo.

Colocada a questão nestes termos, parece-nos que Corominas terá razão na sua conjectura, pelo que poderíamos traduzir “Padrão” por “Quatro Caminhos”.

PALHAS

LAT. *palea-*

fito, oicotopónimo

Braça (ou Praça?) da Palha (08.A: Quintãs), Chão das Palhas (06.A), Esteiro das Palhas (10.A), Matos da Palheira Alva (07.A), Palha Canas, Palhacana (05.A/10C; séc. XVI)²⁷⁰, Palha Corras (10.A, má grafia de Palha Canas), Palhaça (05.A), Palhagueira (03.A), Palhais (09.A), Palhal da Fonte Velha (07.A), Palhas (01.A, 10.A), Palheira Alva (07.A), Ribeira da Palha (07F)

A voz “palha”, do LAT. *palea*, é apelativo para colmo de plantas gramíneas, quando seco, ou de certa quantidade desse colmo, mas também de junco seco com que se fabricam assentos de cadeiras, etc. Esta fala designa ainda as próprias plantas gramíneas para alimentação do gado, ou as hastes das plantas cerealíferas aproveitadas para o mesmo fim.

Noutros tempos, nalguns casos nem muito recuados, este material era de grande importância na construção das habitações camponesas, quase sempre cobertas por colmo. É esta a realidade transmitida pelo registo “Palhaça”, um sinónimo de “palhoça” ou “choça”, designando pequenas cabanas, quase sempre de taipa ou adobes, circulares ou quadradas e cobertas de colmo.

A voz “palha”, com este mesmo significado, recuará, pelo menos, aos primórdios do indo-europeu, se considerarmos as falas do SÂNCR. *palala*, *palaganda* “palha” e *palli* “choupana” (Kapp; Malten, 1997).

²⁷⁰ Este topónimo da zona alagada já existia pelo menos no século XVI, como se comprova por um dos tombos do Mosteiro de Lorvão (vd. Madaíl, 1946: 192).

PANO

LAT. *pandu-*

hidrotopónimo

Cavadas do Pano (09E), Pano (09A), Ponte do Pano (09Y), Ribeiro do Pano (07F)

O hidrotopónimo "Pano" provém do LAT. *pandu-*, por assimilação *-nd-* > *-nn-* (> *-n-*), fenómeno que, embora não se enquadre na evolução do português normalizado, é frequentemente detectável nos falares populares, como por exemplo em «*inagora* por *indagora* (Nunes, 1989: 134) e que, neste caso, foi por certo facilitado por uma atracção paronímica com "pano".

No entanto, considerando o peso dos assentamentos itálicos na Península, durante o período romano, a assimilação *-nd-* > *-nn-* (> *-n-*) poderá ter resultado de uma antiga colonização osco-úmbrica, que se tenha fixado nesta zona do actual concelho de Aveiro ou, muito simplesmente, assentar num substrato celta, onde também se verificam estes fenómenos linguísticos. (Menéndez Pidal, 1976: 292-293)

O adj. LAT. *pandu-* "recurvado, curvo", a que corresponde o verbo LAT. *pandare* "curvar, curvar-se", originou no romance peninsular o adj. "pando" que, tanto em português como em castelhano, alargou o seu campo semântico, certamente por influência do verbo LAT. *pandere* "estender, desdobrar, abrir (afastando)". Com efeito, enquanto o PORT. "pando" significa "enfundado, cheio, bojudo, largo", o ESP. *pando* refere-se a «lo que se mueve lentamente, como los ríos cuando van por tierra llana», ou significa «poco profundo, de poco fondo», o que se diz «principalmente de las aguas y de las concavidades que las contienen» (Academia, 1997: 1516a).

Estes atributos assentam perfeitamente no acidente hidrográfico que responde pelo nome de "Ribeiro do Pano", imediatamente antecedido e ligado ao denominado "Rio Largo", uma tautologia do primeiro. O ribeiro do Pano, a Sudoeste do concelho, é cortado a meio pela linha que separa o concelho de Aveiro, na freguesia de Requeixo, do concelho de Águeda, correspondendo a um largo curso de água, de muito pouca fundura, que ora «cobre ou descobre», como se explica na legenda da *Carta Militar* (Vagos, 196).

Os restantes microtopónimos, da freguesia de Requeixo, referem-se ao mesmo acidente: as "Cavadas do Pano" ficam na margem esquerda deste ribeiro, no lugar de Carregal, perto da sua desembocadura na Pateira de Fermentelos; a "Ponte do Pano" atravessa o ribeiro na sua confluência com o Rio Largo, dando serventia à estrada n.º 235, dividindo-se entre os concelhos de Aveiro e de Oliveira do Bairro

PARRACHIL

?

ictiotopónimo

Cale do Parrachil (10C), Ilha de Parrachil (Y), Ilha do Perrechil (séc. XVI)²⁷¹, Parracha (02A), Parrachil (05A)

"Parrachil" de "parracho" + *-il*, sufixo designativo de lugar onde os animais se recolhem, poderá designar um pesqueiro de "parrachos", peixes também conhecidos vulgarmente por rodoválhos (*Scophthalmus rhombus*), solhas (*Platichthys flesus*) e clérigos. Actualmente estas espécies entram sazonal, incidental ou acidentalmente na Ria de Aveiro (Reis, 1993: 133-134).

A forma "Parracha" poderá corresponder a um antropónimo, já que o apelido "Parracho" aparece com alguma frequência na região de Aveiro.

²⁷¹ Este topónimo da zona alagada já existia pelo menos no século XVI, como se comprova por um dos tombos do Mosteiro de Lorvão (Madaíl, 1946: 192).

PASSADOURO

LAT. *passare*

odotopónimo

Passadouro (03A, 05A, 07AF, 09AE, 11E), *Passadouro de S. Bento* (08S-1749), *Passagem* (06A),

“Passadouro”, de “passar” + *-douro*, é sinónimo de “Passagem”, de “passar” + *-agem* (forma francesa do LAT. *-aticum* que, na Idade Média, começa a substituir o congénere do PORT.-ANT. *-ádego*), designando o lugar por onde se passa:

adonde estavaõ umas estacas de Pinho antigas e donde estava o passadouro da gente que vem de Ilhauo e uerdemilho para as marinhas [doc. de 1690, tombo da Casa de Aveiro, p. 125 v. do tomo 1] (Neves, 1935: 322)

PAUIS

LAT.-POP. *padule* (por *palude*)

hidrotopónimo (*limnónimo*)

Pauiis (04E)

“Paul” é apelativo de terreno alagadiço ou pantanoso, de pântano.

PEDRAS

LAT. *petra-*

litotopónimo

Agra da Pedra de Moura (01W), *Cabecinha das Pedras* (05A), *Cabecinho das Pedras* (02A), *Cabeço das Pedras* (04A, 06A, 08A), *Chão das Pedras* (01A, 02A), *Chão das Pedras de Verba* (07A), *Ilha das Pedras* (02ACT), *Pedra* (07AF), **Pedra Moura* (01A), *Pedras* (02A), *Pedras de Baixo* (03A), *Pedras Bastas ou Horta* (04A), *Pedras de Cima* (03A), *Pedras Munitas* (09A), *Pedregal* (02A, 05A), *Pedreira* (01A, 09A), *Raso das Pedras* (09A), *Rua do Pedregal* (02A), *Vale de Pedras* (05A)

O sítio da *Pedra Moura*, situado numa cota de 47 metros sobre a margem direita do Ribeiro de Arada que, em tempos pré-históricos, desaguaria directamente no oceano, poderá referir-se a um monumento tumular do megalitismo, mas também poderá nada significar, para além da justificada estranheza da população perante uma rocha de dimensão desmesurada, numa região em que pontifica a ausência de pedra.

O apelativo *Moura* está de acordo com a tendência popular para adjectivar desta forma tudo o que identifica com o maravilhoso ou com a antiguidade. Este grande bloco residual, formado certamente por silicificações do Cretácico, teve o destino esperado perante a falta de pedra: partido em mil pedaços, carregou mais de vinte carros, ficando a sua memória reduzida ao microtopónimo²⁷².

Os restantes apelativos designam terrenos pedregosos, realidade suficientemente importante em terrenos agrícolas, para merecer a passagem à microtoponímia.

PICADO

de “picar”

antropotopónimo

Picada (07A), *Picado* (11AE), *Póvoa do Picado* (01Zc-1689), *Quinta do Picado* (01AEHJKUZc-1689), *Rua do Picado* (01A)

O apelido “Picado” é bastante antigo e relativamente vulgar no concelho de Aveiro, devendo filiar-se em fenómeno prosonímico. Em 1604 há notícia de um Bartolomeu Afonso Picado, residente na freguesia da Vera Cruz, e muitos dos seus sucessores usufruíram do estatuto de «fidalgo da Casa Real» (Coutinho, 1945).

Num doc. de 1690, tombo da Casa de Aveiro, p. 125 v. do tomo 1, alude-se a uma marinha, nas proximidades da Promaceira, no termo de Aveiro, pertencente aos «herdeiros de Niculau Ribeiro picado» (Neves, 1935: 322). A ocorrência com a marca do feminino deverá designar a mulher ou viúva de um “Picado”.

²⁷² Vd. Teixeira; Zbyszewski (1976: 25).

PICOTA

?

arqueotopónimo

Cavada(s) da Picota (08A), Picota (04AVW), Rua do Picota (04A)

Como diz Viterbo (*Elucidário*, 2: 478), a “Picota” era o «pelourinho com suas cadeias e argolas, onde os criminosos eram expostos à vergonha. Era a *picota* sinal de jurisdição».

Esta significação é válida para os topónimos da freguesia de Eixo, mas o mesmo já não acontece para a(s) “Cavada(s) da Picota”, da freguesia de Oliveirinha, de que trataremos na entrada seguinte.

PICOTO

CÉLT. *pic*

orotopónimo

Cavada(s) da Picota (08A), Picoto (03AENZ; 04VW: Arrujo; 08AKS-1721: Oliveirinha)

“Picoto”, monte ou outeiro de forma aguda, de “pico” + *-oto*, sufixo de sentido diminutivo (presente em “raborto”, “casoto”, etc.). No caso em apreço identifica um outeiro com uma cota de 55 metros, debruçado sobre a Ribeira da Horta, para a qual desce quase abruptamente.

Em “Cavada(s) da Picota” a voz é a mesma, mas com a marca do feminino, por atracção de “cavada”.

Nas loquelas dos Pirinéus franceses encontramos, referidas a estes acidentes topográficos, as falas *píqua*, *picassa*, *picou*, *picarotos* (Berot, 1998: 136).

Considerando a voz “coto” do Noroeste peninsular, também poderíamos considerar a origem de “Picoto” na aglutinação com haplogogia de “pico” (cume aguçado) + “coto” (colina, elevação). Em relação a esta última fala continua a discussão em torno da sua possível origem, sem que haja até ao momento qualquer conclusão que se possa considerar definitiva (vd. Silva Neto, 1992: 280-281).

PINHAL, PINHEIRO

LAT. *pinu-*

dentrotopónimo

Cabeço da Pinheira (01A), Chão do Pinhal (05A), Chão da Pinheira (01S-1749), Chão do Pinheiro (06A: Vilar; 02C: Cacia), Chousa do Pinheiro (02A), Chousa dos Pinheiros (04A), Pinhais das Cavadas (01A), Pinhais das Ribas (04A), Pinhais da Rita (04A), Pinhal da Água (05E), Pinhal Batista (01A), Pinhal da Forca (05A), Pinhal dos Lares (05A), Pinhal do Rato (01A), Pinhal da Senhora (09E), Pinhal do Trancas (05A), Pinhal do Ventura (06A), Pinheirinho (01A), Pinheiro Manso (01A, 07A), Pinheiro Torto (02A), Pinheiros (04A), Pinheiros de Baixo (03A), Pinheiros de Cima (03A), Pinheiros Cortados (09A), Quinta do Pinheiro (06A), Rua do Pinhal (08A), Vale de Pinheiros, (04AVW)

“Pinheira” ou “Pinheiro Manso”, nome comum do *Pinus pinea*. A GEPB (vol. 21: 725a) admite esta identificação como regionalismo do Alentejo, mas a presença das duas formas toponímicas, na mesma freguesia, permite-nos alargar o espaço desta sinonímia.

“Pinheiro”, de “pinho” + *-eiro*, nome vulgar extensivo às plantas coníferas, da família das Pináceas. Na zona de Aveiro a espécie mais abundante é o pinheiro bravo, nome comum do *Pinus pinaster*. “Pinhal”, de “pinho” + *-al*, mata de pinheiros.

POÇO

LAT. *puteu-*

hidrotopónimo

Aido da Poça (03A), Brejo da Poça (02A), Chão do Pocinho (05A), Chão do Poço (03A), Ilha do Poço (10ACMY), Poça (02AG-1106), Poças (07AF), Poceira (04A), Poço (07A, 09A), Poço do Grifo (04EVW), Poço Limpo (09A), Poço do Pato (04E), Poços (02A, 05A), Rua das Poças(os) (09A), Rua do Poço (01A)

“Poça”, de “poço”, cova pouco profunda, geralmente com água.

“Poço”, do LAT. *puteu-*, cavidade profunda, aberta no solo e, em geral, revestida de paredes de pedra, para dela se tirar água ou sítio mais fundo de um rio, o mesmo que pego. Os microtopónimos recolhidos abrangem estas duas significações, já que, pelo menos o “Poço do Grifo”, designa um pego ligado por valas ao rio Vouga.

Os derivados de “poço”, no concelho de Aveiro, são quase sempre referidos à noção colectiva, expressa pelo plural. Em “Poceira” (charco) o sufixo *-eira* exprime a ideia de intensidade; ocorre também um diminutivo, formado com o sufixo *-inbo*.

POISIO

LAT. *pausare*

agrotopónimo

Poisio de Fora (05A), **Poisios** (02A), **Pousio** (09A), **Pousios** da Gândara (07A), **Pousios** da Gândara (07A)

“Poisio”, derivado regressivo de “pousar” + *-io*, sufixo que pode exprimir a ideia de lugar e de acção, é apelativo de terra cuja cultura se interrompe, para descansar e possibilitar novas culturas.

POMBO

LAT. *palumbu-* “pombo bravo”

ornitopónimo

Estrada das **Pombas** (06U-c.1830), **Pombal** (09A), **Vale do Pombo** (08A), **Vila Pombal** (09E)

“Pombo”, nome vulgar extensivo a umas aves columbinas representadas por espécies selvagens e muitas raças domésticas. Na zona da Ria de Aveiro encontram-se, habitando as matas, o pombo-torcaz, nome vulgar do *Columba palumbus*, e a rola-comum, nome vulgar da *Streptopelia turtur*, o primeiro residente e a segunda estivante (Reis, 1993: 55). O colectivo “Pombal”, de “pombo” + *-al*, refere-se, quase por certo, ao pombo doméstico.

Alguns dos topónimos registados podem referir-se ao pombo doméstico, e outros podem ter origem diferente, como é o caso da “Estrada das Pombas”, actual Rua das Pombas, que deve o seu nome a duas pombas em ferro fundido, com a cabeça escondida debaixo de uma asa, que sobrepujavam duas pirâmides de pedra, no género das que ainda hoje podem ser vistas no Canal das Pirâmides, e que se encontravam à entrada da estrada, do lado da actual Rua Mário Sacramento, lugar então conhecido por “Sítio das Pombinhas”²⁷³.

PONTE

LAT. *ponte-*

odotopónimo

Areal da **Ponte** Velha (03A), **Canto da Ponte** (02A), **Cruzeiro da Ponte Velha** (03A), **Ponte** (05A, 07A), **Ponte de Almeira** (03Zb-1247), **Ponte do Arredoeiro** (05T-1446), **Ponte das Arrotas** (04Y), **Ponte de Azurva** (04A), **Ponte da Balsa** (04V), **Ponte da Dobadoura** (06AQY-1732), **Ponte do Engenho** (01A), **Ponte do Esteiro** (06/Ílbavo Y), **Ponte do Estrepeiro** (05VW), **Ponte de Francisco Matoso** (04Y), **Ponte da Gafanha** (06ACY), **Ponte da Lagoela** (04V), **Ponte do Pano** (09Y), **Ponte de Pau** (01A: Verdemilho), **Ponte da Rata** (03AEUW-c.1830), **Ponte de Requeixo** (09A), **Ponte de São Gonçalo** (10), **Ponte de São João de Loure** (04WY), **Ponte de São Pedro** (01AJU-1772), **Ponte da Vageira** (04Y), **Ponte Velha** (03A, 09A), **Ponte da Vessada** (07Azç-1689), **Pontes dos Arcos** (06, 10Y)

“Ponte”, construção que permite a passagem de uma via de comunicação sobre um curso de água ou vale. A proliferação deste topónimo numa região como a de Aveiro, justifica-se plenamente.

²⁷³ Informação transmitida ao autor pelo saudoso aveirólogo João Sarabando.

PORTO

LAT. *portu-*

odotopónimo

Aídos do Porto de Ílhavo (07A), Azenha do Porto de Eixo (05T), Caminho do Porto de Eixo (05T), Esteiro do Porto do Cervo (01G-1431), Portinho (08AE, 09A), Portinhos (04A), Porto da Água da Granja (G-1488), Porto de Carcavelos (03A), Porto do Cervo (01G-1431), Porto de Eixo (05T), Porto de Ílhavo (07AF), Porto da Queda (04AE), Portos (09A), Quintas do Porto de Ílhavo (07A), Ribeiro do Porto de Ílhavo (07A)

Os topónimos “Porto(s)” e o seu diminutivo “Portinho(s)” correspondem a um dos apelativos de ancoradouro, lugar de embarque e desembarque em vários pontos da zona alagada de Aveiro.

POVO

LAT. *populu-*, “povo”

arqueo-, oicetopónimo

Costa do Povo (06A: Vilar), Ribeiro do Povo (04A)

O determinativo “povo” dá-nos aqui notícia da propriedade ou usufruto comunitário, que, no primeiro caso, poderá ligar-se aos baldios ou maninhos comunais e, no segundo, ao direito de pescar ou à rega.

PÓVOA

LAT. *populu-*, “povo”

oicetopónimo

Brejo da Póvoa (02A), Cabeço da Póvoa (11AF), Hortas da Póvoa (02A), Póvoa do Arrijo (04G-1516), Póvoa de Cavalinhos (08NZc-1689), Póvoa do Paço (02AC), Póvoa do Picado (01Zc-1689), Póvoa de Sanguinheira (09NZc-1689), Póvoa do Valado (11AEHKNSVYZZc-1527)

“Póvoa”, derivado regressivo do verbo “povoar”, designa uma pequena povoação ou casal, relacionada com um novo arroteamento. O topónimo é um importante indicador do povoamento de uma dada região, principalmente quando a documentação disponível consegue datar o seu aparecimento.

PRAÇA

LAT. *platea-* do GR. *plateia*

emporotopónimo

Praça da Palha (08A)

Considerando o determinativo deste topónimo, “Praça” deve designar um “mercado”, neste caso um local onde se mercanciava “palha”. O topónimo já existia em 1835, pois nesse ano e nesse lugar (nas Quintãs), no rescaldo das lutas entre liberais e miguelistas, foi assassinado Manuel Craveiro e os seus cinco filhos (Gaspar, 1998: 167).

Esta construção toponímica, em que a voz “praça” aparece ligada ao produto comercializado, é vulgar na Galiza onde colhem vários e diferentes exemplos (Cabeza, 1992: 392-393).

PRAGAL

LAT. **pracana*

fitotopónimo

Bico do Pragal (10B), Pragal (10B)

“Pragal” designa um terreno árido onde apenas crescem plantas bravias. O sufixo colectivo *-al* parece afastar qualquer filiação no LAT. *plaga-*, como pretendem alguns dicionaristas. A planta a que se refere este colectivo deverá ser a “pragana” (+ *-al* > **praganal* > *pragaal*), que deu “pragal” depois da queda do *-n-* intervocálico e crase do hiato.

O foral manuelino de Aveiro, de 1515, alude aos «pragaes de Lama e morraçal», cujos usufrutuários ficavam obrigados a dar o «dereito das Cairras» (Madaíl, 1959: 292).

PRAIA

LAT. TARD. *plagia-* < GR. *plagia*

hidrotópónimo

Maninho da Prainha (02C), *Praia da Areia* (02A), *Praia da Cruz* (10LU), *Praia da Galega* (séc. XVI)²⁷⁴, *Praia do Junco* (10U), *Praia de Lavacos* (10B), *Praia de Maçaricos* (02A), *Praia de Palha-Cana* (séc. XVI)²⁷⁵, *Praia de S. Jacinto* (14B), *Praia dos Sovacos* (10A, *má leitura ou má grafia de Praia de Lavacos?*), *Praia das Tomásias* (10A), **Praias** (04E)

“Praia”, para além do sentido mais conhecido, orla de terra quase sempre coberta de areia, que confina com o mar, perfeitamente adequado ao topónimo “Praia de S. Jacinto”, também significa em Aveiro, nos falares dos povos da laguna, «terrenos alagados da ria, junto das ilhas ou das margens, geralmente vedados ou marcados com valados ou estacas.» (Baptista, 1948a: 30).

PRAZO

LAT. *placitu-* ?

agro-. oicotópónimo

Prazinhos (05A), *Prazo dos Covões* (03A), *Praço da Granja* (08N-1488), *Praço do Viso* (12R)

A fala “prazo” ou “emprazamento”, do LAT. *placitu-* [*diē-*], “dia aprovado pela autoridade”, designava o prédio sujeito ao regime enfiteutico, pressupondo, por parte do respectivo detentor, apenas o domínio útil, possuído por um período fixado no contrato, que podia ser de uma, duas ou três vidas e, nalguns casos, perpétuo. O arrendatário obrigava-se, perante o detentor do domínio directo ou eminente, ao pagamento de um foro.

Para além da sua abundância na microtoponímia, a exprimir a elevada frequência documentada para a Idade Média e Antigo Regime, ocorre também na toponímia maior, quase só na região das Beiras (Frazão, 1981: 633), estando ausente da Galiza (Cabeza, 1992).

Pessoalmente parece-nos um pouco forçada a etimologia apresentada nos dicionários, já que, no caso presente, começa por uma metonímia que toma o adjectivo pelo todo, sendo já antes uma simples fórmula arvorada em sinédoque do próprio contrato, para, finalmente, por extensão semântica, designar o prédio objecto do contrato. Como mera ilustração de outra possível origem, que não podemos explorar de momento, registamos a existência das vozes do HEBR.-ANT. *przi* “campo, zona rural; habitante da zona rural”, *przóm* “gente do campo, rural” e *przót* “campo, zona rural, interior” (Espírito Santo, 1993a: 209b).

Em castelhano, a fala “plazo”, também assinalada como oriunda do LAT. *placitum*, não regista nenhuma acepção que designe o prédio rústico objecto de contrato de arrendamento. O dicionário da Academia limita o significado desta voz ao «término o tiempo señalado para una cosa», ao «vencimiento del término» ou a «cada parte de una cantidad pagadera en dos o más veces», apresentando ainda a acepção antiga de «campo o sitio elegido para un desafio» (Academia, 1992: 1623). Nada que se aproxime ao sentido acima tratado para esta fala portuguesa.

Assim, a origem do apelativo poderá ser mediterrânea e fundar-se em voz semita.

PRESA

LAT. *prebensa-*

tecnotópónimo

Arrota da Presa (06A), *Chão da Presa* (01A: *Quinta do Picado*), *Freitas da Presa* (05A), *Hortas da Presa* (05A), *Presa* (02A, 04E, 05A, 09A, 10AU, 12AEZc), *Presa de Aradas* (01GJ-1431), *Presa de Taboeira* (05A), *Quinta da Presa* (06A)

O topónimo “Presa”, do LAT. *prebensa-*, designa uma represa construída para acumulação de águas, destinadas a fazer mover um moinho ou uma azenha. A importância destas

²⁷⁴ Este topónimo da zona alagada já existia pelo menos no século XVI, como se comprova por um dos tombos do Mosteiro de Lorvão (Madaíl, 1946: 192).

²⁷⁵ Idem.

construções, e da sua ligação à actividade moageira, reflecte-se na frequência com que surge na toponímia do Noroeste Peninsular, da Galiza (Cabeza, 1992: 67) ao Vouga, com raras ocorrências a Sul deste rio (cf. Frazão, 1981: 634-635).

PRÍNCIPE

LAT. *príncipe-*

axiotopónimo

Rio Novo do Príncipe (02Y)

O "Rio Novo do Príncipe" corresponde a um desvio artificial do Vouga, com vista à sua regularização e resolução de velhos problemas de assoreamento no troço lagunar. Foi aberto em 1815 e recebeu o nome em homenagem ao príncipe regente, o futuro rei D. João VI.

PRIVADA

LAT. *privata-*

oicotopónimo

*Ilha Privada (10A) (=Gramato), Ilha do Privado*²⁷⁶ ou *Ilha do Trovisco*²⁷⁷

Este topónimo dá-nos informações sobre o problema da propriedade na zona alagada que, no passado, despertou algumas polémicas e casos judiciais com grande impacto local²⁷⁸.

O determinativo parece querer vincar a condição jurídica da propriedade, considerando quão movediças são aqui as demarcações, face a diferentes tipos de alagamento e à fluidez dos contornos de uma laguna em permanente mutação. Ainda hoje se verificam alguns problemas, entre o que os particulares consideram propriedade privada e o Estado «domínio público hídrico».

PROGOTINHOS

de *Pero Godinho*

antropotopónimo

Progotinhos (05A)

O topónimo corresponde à forma plural do antropónimo "Pero Godinho", que deu "Progotinhos", por elisão da vogal *-e-* de "Pero", aglutinação dos dois nomes e ensurdecimento da linguodental *-d-* > *-t-*, por atracção de "gotinha". (Vd. supra, s.v. «Godinho»). Este "Pero Godinho" poderá identificar-se com Pedro Godinho Barbosa, que, no séc. XVII, foi juiz dos órfãos da vila de Esgueira (Coutinho, 1944a: 226). "Progotinhos" corresponderá então a uma sinédoque, cujo todo seria a "propriedade dos Pero Godinhos", isto é, a "propriedade da família Godinho ou de Pero Godinho".

PROMACEIRA

de *Pero Maceira*

antropotopónimo

Lago da Promaceira (01/06X), Promaceira (01/06.AGISX)

²⁷⁶ A grafia aparece numa carta topográfica de 1759, exemplar n.º 315 da colecção da Mapoteca do Instituto Português de Cartografia e Cadastro (vd. reprodução in Amorim, 1997b).

²⁷⁷ «Ilha do Trovisco ou do Privado»: estes topónimo da zona alagada já existiam pelo menos no século XVI, como se comprova por um dos tombos do Mosteiro de Lorvão (Madaíl, 1946: 192).

²⁷⁸ Isto mesmo aconteceu em 1897, dando lugar a um valioso documento para a história de Aveiro, uma exposição feita ao rei e subscrita por 462 proprietários, na sequência de dois decretos, datados de 1 de Outubro e 31 de Dezembro de 1895, que punham em causa situações de usucapião e de outros direitos adquiridos (Madaíl, 1946).

A origem deste microtopónimo está documentada num pergaminho original do arquivo da casa Rocha Fradinho, de Ílhavo, datado de 1459, que pertenceu a Rocha Madaíl. Ali se fala do Padre Fernão de Sá, morador em Aveiro, que, «Desejando De teer huã marinha. a começou de fazer em termo Da Decta villa [de Aveiro] em huã luguar onde chamam pero maçeira [...]» (Madaíl, 1935c: 78)²⁷⁹.

A situação exacta do lugar é-nos fornecida por um auto registado na p. 125 v. do tomo 1 do Tombo da Casa de Aveiro, datado de 6 de Julho de 1690, onde expressamente se diz que a vila de «Arada [...] começa no sítio chamado P.º Masseur por Bayxo da Irmida do Apostolo Santiago». No mesmo auto, mais à frente, o sítio é designado «do Porto de Pero Masseur», logo em plena zona alagada, o que levou o aveirólogo Ferreira Neves a tentar identificar o local, deslocando-se para junto das marinhas ali existentes, onde, em conversa com um marnoto, identificou o documentado «sítio de Pero Maceira», contido na sua pergunta, com a «Promaceira» da resposta do salineiro. O sítio corresponde a uma praia de molicho, «situada um pouco ao sul do esteiro da ponte de S. Pedro, e ao norte do Esteiro do Eirô».

Pesquisando no arquivo da Direcção de Finanças, Ferreira Neves encontrou ainda «um pergaminho com a escritura de venda de uma marinha de fazer sal, do mesmo P.º Fernão de Sá, que ele tinha no lugar de Pero Maceira, no termo da vila de Aveiro, e que vendeu por 110 mil reais brancos, em 16 de Maio de 1462, a Dona Mícia Pereira, viúva de Martim Mendes Berredo, e uma das fundadoras do mosteiro de Jesus de Aveiro» (Neves, 1935).

A formação do topónimo é basicamente a que indicámos para o anterior, já que resultou, na tradição oral e não escrita dos fenómenos linguísticos populares, da elisão do *-e-* de "Pero" e consequente aglutinação dos dois nomes.

PROMAIO

de *Pero Maio ou Maia?*

antropotónimo

Promaio (02A)

Face ao que dissemos nas duas entradas anteriores, pouco mais há a acrescentar em relação a este microtopónimo, que designa o dono da respectiva propriedade. Tratar-se-ia de um Pero Maio ou talvez de um Pero Maia, que a etimologia popular transformou em "Promaio", ainda aqui por elisão do *-e-* de "Pero" e aglutinação dos dois nomes, com a marca do masculino a surgir por atracção paronímica com o mês de Maio, no caso do apelido corresponder à nossa segunda hipótese.

PUXADOURO

LAT. *pulsare*

hidrotónimo

Esteiro do Puxadouro (M-1524), Ilha do Puxadouro (Zd), Puxadoiro (G-1417)

O hidrotónimo "Puxadouro", de "puxar" + *-douro*, que já aparece num documento de 1417, provém do verbo latino *pulsare*, "impelir, agitar, bater". A sua localização em plena laguna, onde empresta o nome a uma ilha e a um esteiro, identificará, por certo, um sítio da foz do Vouga, onde as águas são sujeitas a correntes contrárias, constituindo um sorvedouro que dificulta a navegação (a remos ou à vela) ou a natação. O sufixo nominal latino *-douro* designa o lugar onde se realiza a acção expressa pelo verbo.

O sítio a que este topónimo se refere poderá corresponder ao que, mais abaixo, nos aparece sob o apelativo "Redemoinho", pois são idênticas as realidades que um e outro pro-

²⁷⁹ Este pergaminho está publicado no primeiro volume da *Colectânea de Documentos Históricos de Aveiro* (ver em Madaíl, 1959: 218, doc. CXX)

curam exprimir.

O apelativo não aparece registado nos dicionários de Português ou de Espanhol, nem encontrámos, na Península, qualquer topónimo idêntico.

QUARTOS

LAT. *quartu-*

oicotopónimo

Quartas (03A), *Quartos* (05A), *Quartos do Eramão* (05A), *Quartos do Poço* (05A), *Quartos dos Portos* (05A), *Quartos da Taboeira* (05A)

O microtopónimo deve referir-se ao foro de $\frac{1}{4}$ que estas propriedades pagariam ao respectivo senhorio, como se depreende de uma passagem de uma memória sobre Eixo: «A Sereníssima Casa de Bragança percebeu nesta Vila, por seus almoxarifes e rendeiros, foros e rações de 4.º até 9.º dinheiro e outras alcavalas, até ao ano de 1832, em que abandonou estas rendas e os povos deixaram de pagar, fundados no decreto de 13 de Agosto de 1832» (Vieira, 1984: 52).

A antiga vila de Esgueira, onde se enquadram cinco dos seis topónimos registados nesta entrada, foi senhoreada, desde 1234, pelo mosteiro de Lorvão (Madaíl, 1959: 73). No século XV, ainda que fossem distintas as obrigações dos diferentes foreiros, cerca de 50% estavam sujeitos a foros proporcionais de $\frac{1}{4}$ em relação à seara, havendo alguns poucos que também tinham de entregar o mesmo cânone parciário em relação à produção de vinho e até da horta (Silva, 1994: 160-164).

QUEBRADA

LAT. *crepare*

orotopónimo

Quebrada (02A)

“Quebrada”, designa um declive de monte ou outeiro, uma ladeira ou escavação feita pelas águas pluviais.

QUEDA

LAT. **cadeta-*

orotopónimo

Porto da Queda (04AE)

“Queda” deve estar aqui por “declive”, terreno inclinado. Vd. *supra*, s.v. “Caião”.

QUEIMADA

LAT. *cremata(u)*

agro-, antropotopónimo

Queimada (03A, 04A), *Queimadas* (02AC), *Queimado* (01A, 05A), *Quinta da Queimada* (05C), *Raso da Queimada* (03A), *Tomadia da Queimada* (03A)

“Queimada”, lugar onde se faz a queima do mato ou restolho, para preparar a terra para cultivo.

Nalgumas ocorrências não será de excluir o antropónimo “Queimado”, que já ocorre em Aveiro em tempos bastante recuados, a começar por Cristóvão de Pinho Queimado, autor de uma *Memória* sobre a vila de Aveiro, datada de 1687 (vd. “Bibliografia” anexa).

QUEIRÓS

do apelido. *Queirós*

antropotopónimo

Aido do Queirós (01A)

Apelido de família que, neste caso, aparece como elemento secundário, a determinar o microtopónimo “Aido”, referido ao respectivo proprietário. Poderá relacionar-se com a família de Eça de Queirós, já que o avô do grande escritor, o desembargador Joaquim José Queirós, possuiu uma propriedade, com a respectiva casa, nesta freguesia, no lugar de Ver-

demilho, onde chegou a viver com o neto.

QUINTA, QUINTÁ

LAT. *quintana-*

agro-, oicotopónimo

*Arrota da Quinta (02A), Cabeços da Quinta (02A), Carrajão das Quintãs (09E), Cavada da Quinta de Aveiro (08A), Cova da Quintã (02A), Encosta da Quinta do Sino (08A), Estrada da Quinta do Gato (10A), Lavoura da Quinta (09A), Leira(s) da Quinta do Gato (06A), **Quinta** (02A: Vilarinho, 03A, 04A: Eixo, 08A, 11E), **Quintã** (01A, 02AK, 09A), *Quinta do Ajudante (06A), Quinta do Albino (04A), Quinta da Apresentação (10A: Aveiro), Quinta do Aranha(02A), Quinta de Aveiro (08A), Quinta da Azenha (02A), Quinta do Barbas (12AE), Quinta do Bento (11AE), Quinta das Bicas(os) (02A: Quintã do Loureiro), Quinta da Boavista (01U), Quinta do Branco (04AE), Quinta do Brás (01A), Quinta da Caçadeira (05A), Quinta do Cação (05A), Quinta da caldeira (05E), Quinta da Calista (05A), Quinta do Camorça (05A), Quinta da(s) Cardadeira(s) (05A), Quinta da Cardoso (01A), Quinta da Casa (01A), Quinta do Casal (01E), Quinta da Catarina (05A), Quinta de Cima (05A, 08A), Quinta do Codia (04A), Quinta da Condessa (05E), Quinta do Corim (06E: Santiago), Quinta do(a) Cunha (06A: São Bernardo), Quinta do Egas (14B), Quinta(s) de Esgueira (05A), Quinta do Fandango (05E), Quinta da Ferreira (04A), Quinta da Fonseca (01A), Quinta da Fonte (02A), Quinta do Forno (01A), Quinta do Forte 01A: Bonsucesso), Quinta de Francisco António (06S), Quinta do Freire (05A), Quinta do Galego (05A, 08A), Quinta da Galinha (12AE), Quinta da Gândara (08A), Quinta do Gato (12AERUZc), Quinta dos Gomes (06A: São Bernardo), Quinta dos Herdeiros (09A), Quinta do Judeu (03A), Quinta do Lar (05E), Quinta da Lebre (09AE), Quinta dos Lers (05A), Quintã do Loureiro (02CKZc), Quinta da Luísa de(as) Cruz(es) (04A), Quinta da Malhada (09A), Quinta do(a) Mandante(a) (02A: Sarrazola), Quinta do Marco (04A), Quinta da Mata (?H), Quinta do Melo (04A), Quinta dos Melões (08S-1749: Oliveirinha), Quinta do Mesma (04A), Quinta do Miguel (14B), Quinta do Moinho (04A), Quinta da Moita (H), Quinta do Moleiro (02A), Quinta do Monte Silveiro (08S), Quinta do Morais (05A), Quinta do Muro (09A), Quinta da Neta (09A), Quinta Nova (01A, 05A, 06A: Quinta do Gato, 08AS: Costa do Valado), Quinta do Olhão (08A), Quinta da Oliveira (01A: Amaraona), Quinta da Oliveirinha (08M), Quinta do Outeiro (11Y: Costa do Valado), Quinta do Padre Ferreira (04A), Quinta da Paiva (08A), Quinta da Pateira (06A), Quinta da Patela (06A), Quinta do Picado (01AEHJKUZc), Quinta do Pinheiro (06A), Quinta do Prego (? ...do pergro) (H), Quinta da Presa (06A), Quinta da Queimada (05C), Quinta da Quinta (05A), Quinta do Ramalho (01A), Quinta do Raso (08A), Quinta do Rebocho (10E), Quinta do Ribeiro (01E), Quinta Rôta (06A: Quinta do Gato), Quinta do Sanguineiro (04A), Quinta dos Santos Mártires (06L), Quinta de São Bartolomeu (01S), Quinta de São Francisco (04EW), Quinta da Sapateira (05S), Quinta do Serrado (05A), Quinta do [São] Simão (05ACKS), Quinta do Síndico (08E), Quinta do Sino (08A), Quinta da Sobreira (04AV), Quinta do Sol (08A), Quinta do Sol Posto (12R), Quinta da Suzana (04A), Quinta da Taboeira (05A), Quinta do Torto (12AER), Quinta do Vale dos Ferreiros (04A), Quinta do Vale do Suão (04V), Quinta Velba (08A, 10A), Quinta da Velba (04AEV), Quinta do Vilar (06A: Quinta do Gato), Quinta do Viso (12R), **Quintal** da Eira (06A: São Bernardo), **Quintarola** (10A), **Quintas** (01A, 02A, 04E, 05A, 07A, 08A, 11AE: Mamodeiro), **Quintãs** (07A, 08AESVZc), *Quintãs de Eixo (08A), Quintãs de Gonçalo Gonçalves (08NSZc), Quintas do Porto de Ílhavo (07A), Quintãs do Salgueiro (08NZc), Quintela (04A), Quintilha (04A: Sobreiro), Raso da Quinta do Judeu (03A), Raso das Quintas (03A), Vale da Quinta (01A, 09A)***

Estes apelativos designam propriedades rústicas, cercada ou não de árvores ou muros, com terra de semeadura e, geralmente, casa de habitação. Sobre a sua origem e história, ver *infra*, s.v. “Vila”.

RABAÇA

LAT. *rapacia-*

fitotopónimo

Rabo da Maça (05.A), Rabo da Naça (04.A): corruptelas de "rabaça"?

Os dois microtopónimos acima nomeados são certamente corruptela de "rabaça", da responsabilidade do escriturário que preencheu o livro da matriz, de quem fez a recolha de campo ou, porventura, uma corrupção já integrada nos falares populares da zona. "Rabaça", do LAT. *rapacia-* "folha de rábano ou de nabo", é o nome vulgar da *Apium graveolens*, planta herbácea espontânea e frequente em Portugal, nos poços, charcos e ribeiros, que pode ser encontrada na zona alagada da Ria de Aveiro (Reis, 1993: 137).

O topónimo, que aparece em Portugal sob as formas "Rabaça", "Rabaçal", "Rabaças", "Rabaceira", "Rabaceiro", "Rabacinas", "Rabaço", "Rabaçosa" (Frazão, 1981: 659-660), está ausente da Galiza (Cabeza, 1992).

RALOS, RARALHA

LAT. *raru-*

entomotopónimo

Chão dos Ralos (02.A), Chão da Raralha (03.A), Raralha (03.A)

"Ralo" é apelativo de um insecto ortóptero, também conhecido por "raro" e "grilo-toupeira", muito nocivo e robusto, da família dos Grilídeos, com as patas anteriores adaptadas à escavação, que vive nas terras de cultura cavando galerias e destruindo a parte subterrânea das plantas.

Os prejuízos que causam à agricultura justifica a sua presença na microtoponímia rural, que designa uma terra de lavoura prejudicada pela abundância destes insectos.

RAMAL

LAT. *ramale-*

odotopónimo

Caminho do Ramal (08S-1749), Ramal (06.A, 09.A), Ramal do Castelo (06.A), Ramal da Costa do Valado (08AS-1749)

"Ramal" designa uma estrada ou caminho secundário, de ligação a uma via de comunicação principal. Isto mesmo se depreende da construção da actual Rua João de Moura, em Esgueira, denominada, aquando da sua construção, de «ramal da estrada real n.º 41 do Passo de Nível de Esgueira», feita a expensas do Estado «na extensão de 359^m,48» (Gomes, 1899: 150).

RAPADA

GÓT. **hrapon* "arrancar"

agrotopónimo

Rapada (05.A), Rapadeiro (08.A), Rapadura (01.A)

Lugar onde se corta erva para alimentação dos animais, se considerarmos o sentido de "roçar, cortar com a enxada", dado a "rapar".

"Rapada" e "Rapadura" são derivados de "rapar" + *-ada* e *-dura*, sufixos que exprimem a ideia de acção, mas que, neste caso, formam vocábulos que se referem ao lugar onde a acção é praticada, fenómenos explicáveis por extensão semântica. Quanto a "Rapadeiro" está por "rapadouro", já que é o sufixo *-douro* que traduz a ideia de lugar onde se realiza uma acção.

RAPOSA

CAST. *rabosa*, *raposa* < LAT. *rapu-*

zootopónimo

Cova da **Raposa** (01A, 04AV, 07A, 09A), Covas das **Raposas** (04AV), *Raposa* (05A, 08A)

O sentido do topónimo tanto pode reportar-se a locais onde a “raposa” existia, como a um sítio onde tenha ocorrido qualquer acontecimento relacionado com este mamífero que, quando frequentava lugares habitados, sempre deixava as suas marcas nas capoeiras dos camponeses²⁸⁰. A raposa ainda habita na região de Aveiro, nomeadamente na Mata de S. Jacinto (Reis, 1993: 100).

RATA

LAT. *rate-*; CÉLT. **rata* ?

odo-, oicetopónimo

Ponte da **Rata** (03AEUW),

“Rata”, elemento toponímico presente na actual “Ponte da Rata”, outrora também chamada “Ponte de Almeira”, poderá provir do LAT. *rate* “barca, ponte de barcas”.

Uma outra hipótese, baseada no anterior determinativo da denominação oficial, que poderia não corresponder à popular, filiar “Rata” no CÉLT. **rata*, reconstrução a partir do IRL. *ráth* e do GAUL. *ratís*, que designavam a habitação do chefe entre os celtas, uma espécie de “paço rústico” em torno do qual se erguiam as cabanas de taipa e colmo de artesãos e servos. Todo este conjunto era envolvido por uma paliçada de madeira ou por um fosso (Le Roux; Guyonvarc’h, 1993: 66), o que estaria de acordo com o topónimo “Taipa”, relativamente próximo desta ponte, e cujo nome primitivo poderia ser “Rata”.

REDEMOINHO

LAT. *re-* + *molinare*

hidrotopónimo

Redemoinho (06? I-1556)

Sorvedouro de massa de água. *Re-* (>”rede-, por influência de “roda”) + “moinho”

REGO

LAT. *riguu-*, *rigale-*

hidrotopónimo

Arreais (09A), **Cabeço do Rego** (04A), **Chão do Rego** (10Q), **Esteiro da Regateira** (06S), **Regato** (02A), **Rego** (02A, 04AV, 05A, 08A), **Rego do Babelo** (09A), **Rego das Canas** (01AJ), **Rego dos Freixos** (07/11F), **Rego da Gândara** (09A), **Rego da Igreja** (09A), **Rego do Salgueiro** (03A), **Rego do Seixo** (03A), **Rego da Venda** (08AESVZ), **Rego de Verba** (07A), **Regueira do Amoroso** (10C), **Regueira da Cruz** (02A), **Regueira da Gaiota** (10B), **Regueira Galega** (10C), **Regueira do Gramatal** (02C), **Regueira do Loureiro** (10C), **Reguinho**²⁸¹ (01A: *Bonsucesso*; 01A: *Quinta do Picado*), **Rua do Rego** (04A), **Víela do Reguinho** (01A).

“Rego”, do LAT. *riguu-* “curso de água”, “canal de irrigação”, “regio de água”, bem como a derivação sufixal, de sentido diminutivo, “Reguinho”, referem-se a pequenos cursos de água, quase sempre relacionados com a actividade agrícola, já que constituem fonte de rega para os terrenos marginais. Neste sentido talvez a origem latina resida no adjetivo [*ri-guus*, *a*, *um*], que significa “que rega”, “que banha”, “que refresca”, “banhado”, “regado”, “húmido”, e não no substantivo [*rignum*, *ī*] que, com o primeiro sentido, acima referido, era geralmente utilizado na forma do plural [*rigua*, *orum*], mas também poderá ser o resultado de um encontro ou cruzamento das duas falas.

Qualquer destes microtopónimos aparece uma única vez de forma independente e,

²⁸⁰ Sobre a existência destes animais nesta zona, vd. supra, s.v. «Baneeiro».

²⁸¹ Este topónimo já aparece no século XVIII, no Livro de Tombo das Confrarias de S. Pedro de Aradas (Vd. referência completa na nota s.v. “Cantadeira”).

nos casos de "Rego" e "Reguinho", também como elemento de topónimos formados por combinação de palavras, em que a tendência aponta para dois substantivos unidos pela preposição *de*, com ou sem artigo. Nas doze ocorrências em que "Rego" surge combinado com outras palavras, é determinado em três e determinativo nas restantes nove.

O hidrotopónimo "Regueira", de "regu" + *-eira*, sufixo nominal de origem latina, aqui com a marca do feminino, exprimindo certamente a noção de intensidade, circunscreve-se à zona da laguna aveirense. Nas salinas de Huelva encontrámos o apelativo *reguera*, com o significado de "canal que se hace en la tierra a fin de conducir el agua de un lugar a otro" (Prado, 1992: 235).

"Regato", que será sinónimo de "Rego" ou "Reguinho", é usualmente aplicado para referir um pequeno curso de água, não permanente, podendo provir do LAT. *rigatu-*, participio passado do verbo latino *rigare* "regar", "molhar", "distribuir a água para regar", "conduzir regos ou canais de irrigação para". No entanto, considerando o que dizemos a seguir para "Arreais", devemos estar perante uma formação moderna, de "regu" + *-ato*, sufixo a designar a noção de pequenez, o que estaria de acordo com a tardia ocorrência de "Regateira".

Assim, esta "Regateira" provirá de "regu" + *-ato* + *-eira*, com este último sufixo a exprimir a noção colectiva, um sítio onde convergem vários "regatos". Esta voz ocorre uma única vez, como determinativo de "Esteiro", portanto igualmente na zona alagada, sem que hoje tenhamos qualquer rasto deste apelativo, já que o topónimo em que ele se integra apenas nos apareceu num documento de 1749²⁸², mas, na freguesia da Caparica, concelho de Almada, ainda há uma "Regateira" e, em Quiaios, concelho da Figueira da Foz, um "Regateiros" (Frazão, 1981: 669b-670a).

O hidrotopónimo "Arreais", com vogal coalescente e marca do plural, deriva de + "rial" < LAT. **rigale* < *riguu* + *-al*, sufixo que aqui encerra a ideia de relação ou pertinência, designa uma pequena vala por onde passa água, ou um pequeno curso de água destinado à rega. A forma deste apelativo, diferente de "regu" e seus outros derivados, deve-se ao fenómeno corrente no PORT.-ANT., em que o *-g-* intervocálico caía usualmente, quando a segunda vogal era um *-a-*.

O topónimo, com este significado e sob as formas do singular «Real» e «Rial», abunda na Galiza (Cabeza, 1992: 397-398). A forma com a vogal protética *a-* talvez possa ser explicada através do basco, língua em que não existe nenhuma palavra começada por *r-* e que, quando as importa, adapta-as através da prótese de um *a-* ou um *e-* (Arrigaray, 1971: 9), mas o fenómeno talvez possa considerar-se extensivo a outros substratos pré-romanos, pois manifesta-se em formas populares como *arrã* e tanto neste como noutros microtopónimos do presente glossário.

Para Portugal, Frazão (Idem, 62, 664-666, 669-671) regista perto de duzentos topónimos referidos a "Rego" ou seus derivados, todos eles compreendidos entre os rios Minho e Tejo, ocorrências que se prolongam, em profusão, por toda a Galiza (Cabeza, 1992: 397-398).

Na província espanhola de Palência, entre 45 000 topónimos, contam-se, tão somente, uma "Riega", dois "Riego", sete "Riguera" e um "Rigulete", certamente de importação castelhana, mas multiplicam-se os exemplos de clara proveniência leonesa, como "Regada" (3 casais ou lugares), "Regadera" (3 casais ou lugares; 1 moinho; 1 ribeiro), "Regadillas" (1 casal ou lugar), "Regadíos" (1 casal ou lugar), "Regatillo" (3 ribeiros), "Regato" (1 ribeiro), "Reguera" (25 casais ou lugares; 19 ribeiros; 4 caminhos), "Reguerinas" (1 casal ou lugar), "Reguero" (1 ribeiro), "Reguerona" (1 casal ou lugar), "Reguiruela" (1 casal ou lugar) e "Reguruela" (1 casal ou lugar; 1 ribeiro; 1 caminho), uns ligados ao regadio, mas outros referidos a pequenos

²⁸² Ver *Anexo I*, p. XXIX, s.v. "Esteiro da Regateira" e p. IV para datação da ocorrência.

cursos de água (Gordaliza, 1993: *passim*). O léxico da "Tierra de la Reina", encravada nas montanhas leonesas, regista o verbo *reguerar*, com o significado de "hacer presas para mandar el agua por los regueros" (Gordaliza, 1996: 237).

Quanto ao castelhano, encontramos dicionarizadas as vozes *riego*, com o significado de "acción y efecto de regar" ou "agua disponible para regar", *regata* "reguera pequeña o surco por donde se conduce el agua a las eras en las huertas y jardines", *reguera* "canal que se hace em la tierra a fin de conducir el agua para el riego", *reguero* "corriente, a modo de chorro o de arroyo pequeño, que se hace de una cosa líquida" e *regona* "reguera grande" (Academia, 1992: 1798a; 1754b; 1758a; 1757b). O castelhano regista ainda a voz *regato*, oriunda do verbo LAT. *rigare* e não da forma substantiva, designando "arroyuelo", "remanso poco profundo" e "acequia, cauce para regar" (Idem: 1754b), sem que detectemos qualquer representação toponímica, havendo aqui, em relação ao primeiro significado, similitude semântica com o topónimo correspondente registado em Palência. Por sua vez, García Arias (1988), no seu exaustivo trabalho sobre o léxico asturiano, não faz qualquer alusão a este apelativo ou aos seus derivados.

Igualmente ausente do Romeno, só o Italiano tem algo parecido para nos mostrar, embora o parentesco se resuma ao étimo. Trata-se do apelativo *rigagnolo*, referido a riacho, regato ou ribeiro, embora a voz mais utilizada, para exprimir estes pequenos cursos de água, seja *ruscello*.

Face às realidades detectadas, concluímos que o apelativo "rego", referido a "pequenos cursos de água", se circunscreve ao romance do Noroeste Peninsular, na área compreendida entre o Tejo e a costa Norte da Galiza, entrando, com alguns derivados, na área de falas leonesas, constituindo mais um elemento a marcar a especificidade cultural desta parte da *finis-terra* hispânica.

REI

LAT. *rege-*; *regale-*

arqueo-, *axitopónimo*

Arrota do Rei (04A), *Chão de El-Rei* (06A: *Vilar*), *Vala Real* (04VW)

As vozes "Rei" e "Real" aparecem-nos na toponímia aveirense como determinativos de dois agrotopónimos e de um hidrotopónimo. Os dois primeiros, a alardear terra reguengueira, poderão recuar à Idade Média e serão, certamente, muito anteriores a 1821, quando o Governo liberal, por portaria de 25 de Abril, determinou que «todos os bens da Coroa, de qualquer natureza que sejam, pertencem à Nação, e se chamarão conseqüentemente bens nacionais». A plena privatização destas propriedades teve, no entanto, de esperar pela legislação de Mouzinho da Silveira e prolongou-se, nalguns casos, por grande parte do período correspondente à Monarquia Constitucional.

O aparecimento do hidrotopónimo "Vala Real" pode ser datado com segurança, pois corresponde a trabalhos de regularização do Vouga, efectuados em 1830, durante o absolutismo miguelista, ano «da abertura das valas chamadas "reais" [...]» (Vieira, 1984: 49)²⁸³.

RELVA

I.-E. / PRÉ-CÉLT. (LUS. ?)

fitotopónimo

Relva da Arrabeia (09A), *Relva dos Saltos* (09A), *Relvada* (09A), *Relvadas* (07A), *Relvados* (08A), *Relvão de Verba* (07A), *Relvas* (07A)

O microtopónimo «Relva» e seus derivados, que nos aparece sete vezes no concelho de Aveiro, nas freguesias de Requeixo, Oliveirinha (desanexada da freguesia de Eixo, em

²⁸³ Memória sobre a vila de Eixo, redigida cerca de 1870.

1849, mas já antes com uma parte substancial meeira das paróquias de Eixo e Requeixo) e Nariz, é ainda hoje um apelativo muito vulgar em Portugal, designando «a aglomeração de ervas rasteiras e que pertencem quase todas às gramíneas ou poaces [sic], as quais juncam os prados e os caminhos de pouco trânsito» (GEPB, 25: 41b).

Nas formas derivadas sobressai a derivação sufixal, com os afixos *-ada*, *-ado* e *-ão*, todos de origem latina e exprimindo aqui a ideia de conjunto, sentido também presente em "Relvas", mas, neste caso, dado pela marca do plural. O derivado mais de acordo com a norma portuguesa, significando a referida ideia de conjunto, será o que utiliza o sufixo *-ada*. A derivação com os sufixos *-ado* e *-ão*, exprimindo o mesmo sentido, alardeiam formação popular, com diferenciação semântica, já que o primeiro destes sufixos forma adjetivos de substantivos, pelo que "Relvados" será a substantivação do participio passado de "relvar", enquanto o segundo, no caso em apreço, só pode aceitar-se com a acepção de aumento, podendo ser uma outra denominação de "Relvas" e "Relvadas", localizadas na mesma freguesia.

A antiguidade desta voz constata-se pela sua presença na toponímia das ilhas atlânticas, podendo ser encontrada nos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde (Ibidem: 41ab). Para Portugal continental, Frazão (1981: 673-674a) regista «Relva» (25 ocorrências) e «Relvas» (24), ambas na forma simples ou com determinativo, «Relvada» (1), «Relvinha» (2), «Relvinhas» (1), «Relvio» (1) e «Relvios» (1), o que perfaz um total de 55 ocorrências, todas elas referidas a lugares, mostrando claramente a importância da criação de gado no surgimento desses povoados.

A quase totalidade (47) destes topónimos manifesta-se entre Tejo e Douro, na área do antigo assentamento Lusitano, seguindo-se cinco ocorrências no Algarve e uma junto da costa alentejana, em Santiago do Cacém, na zona de estabelecimento dos antigos Cónios. Os dois topónimos sobrantes, sob as formas «Relva» e «Relvas», ficam fora destas duas zonas, no concelho de Vila Real.

Com uma única exceção, a que nos referiremos a seguir, a voz "relva" não aparece em mais nenhuma zona da Europa, nomeadamente nas áreas românicas, germânicas e célticas, já que não encontramos quaisquer vestígios do apelativo ou do topónimo, fosse em Galego²⁸⁴, Asturiano²⁸⁵, Leonês²⁸⁶, Italiano²⁸⁷, Francês²⁸⁸ ou Romeno²⁸⁹, nos falares Pirenaios²⁹⁰, Aquitanos²⁹¹ e do Languedoc²⁹², nas línguas célticas insulares²⁹³ e da Bretanha²⁹⁴, ou nos antigos falares da Península²⁹⁵.

Quanto ao castelhano, a voz "relva" está ausente da toponímia²⁹⁶, embora a logremos encontrar no *Diccionario* da Academia (1992: 1764a), percebendo-se essa ausência, se considerarmos o significado atribuído a este vocábulo, "acción y efecto de relvar", enquanto *relvar*

²⁸⁴ Cabeza (1992); Moralejo Lasso (1977).

²⁸⁵ García Arias (1988).

²⁸⁶ Díez Suárez (1994); Marcos Casquero (1991).

²⁸⁷ Para "relva" os dicionários apenas nos fornecem a voz *erba*.

²⁸⁸ Em vários dicionários consultados, repetem-se apenas as vozes *gazon* e *pelouse*.

²⁸⁹ Relacionado com "relva" apenas encontramos *erbaven* "herbáceo" e *erbariu* "herbário", "ervário" (BUESCU, Victor, coord. – *Diccionario de Romeno Português*. Porto: Porto Editora, 1977. p. 169)

²⁹⁰ Berot (1998); Boigontier (1992); Fénié (1997).

²⁹¹ Boigontier (1991).

²⁹² Camps (1991); Fénié (1997).

²⁹³ Dicionários em linha: MacBAIN (1982); MacFARLANE; MacLEOD (1998); NODINE, (1996)

²⁹⁴ Plonéis (1993).

²⁹⁵ Menéndez Pidal (1976); Lapesa (1991), Villar (1995); Villar (1996).

²⁹⁶ Nieto Ballester (1997); Caridad Arias (1995); Gordaliza (1993): um *corpus* com mais de 45 000 topónimos; Gordaliza (1996).

aparece como sinónimo de "levantar el barbecho" e ligado etimologicamente ao LAT. *relevāre*, origem que o mesmo dicionário também regista para o verbo espanhol *relevar* (Idem: 1763a). Embora o mesmo étimo possa originar palavras diferentes, o que ocorre com frequência, sempre que o vernáculo adopta formas eruditas e populares, não nos parece correcta a explicação etimológica apresentada para o *relvar* castelhano. O que pomos em causa é que um verbo de acção, semanticamente muito abrangente, possa passar a significar uma actividade tão específica que, para ser entendida, obrigaria, necessariamente, a uma informação expressa por um sintagma complementar, pelo que, no caso em apreço, por certo a lógica da língua levaria a um verbo *barbechar* que, aliás, existe em espanhol, com o mesmo significado de *relvar* (Idem: 265a).

As características menos conservadoras do castelhano, face ao português, bem como a complexidade e o elevado número de substratos em que assentou, terão relegado a voz *relva* para segundo plano, substituída por *herbaje*, "conjunto de hierbas que se crían en los prados y dehesas", acabando por evoluir semanticamente e perdendo o sentido primitivo que, no entanto, lá continua, embora com o «rabo escondido». Com efeito, a expressão "levantar el barbecho" mais não é que proceder à cava de uma terra que irá ficar em pousio, na qual, necessariamente, crescerão as ervas aproveitadas para a alimentação do gado, possibilitando, no afolhamento seguinte, uma melhor produção de "pão". Entretanto, no Português, temos o "barbeito" para contrapor ao CAST. *barbecho*, mas, para o CAST. *barbechar*, teremos que ir ao superstrato, que nos fornecerá o verbo "alqueivar", do ÁR. *al-qauā* "terra deserta".

Esta sucessão de reflexões e hipóteses permite-nos acreditar que a voz "relva", que encerra em si todos os fonemas presentes no LAT. *herba*, teria constituído, no passado, um apelativo presente na língua indo-europeia falada por Lusitanos, Cónios e Vetões, continuando viva na área ocupada pelos dois primeiros povos, e apresentando uma pequena reminiscência na toponímia de uma zona – as duas ocorrências no concelho de Vila Real –, onde os afloramentos da iconografia berrã indiciam a presença de Vetões, já que, na área principal do seu habitat – Salamanca e Cáceres –, a força do castelhano impôs o seu desaparecimento²⁹⁷.

Por último importa deixar uma breve nota sobre a única etimologia que encontramos dicionarizada (Costa; Melo, 1996) para o apelativo PORT. "relva", cujos fundamentos não nos parecem aceitáveis. Pretende-se que "relva" seja um derivado regressivo de "relvar", com este verbo a formar-se do LAT. *re-herbāre*, "criar erva outra vez", mas o LAT. **herbāre*, se existiu e correu no Ocidente peninsular, é logo esquecido no mesmo dicionário, quando se faz derivar o verbo "ervar" de "erva + -ar". Com efeito, o verbo latino que responde ao aparecimento da "erva" não é **herbāre*, mas sim *herbēscere* (Torrinha, 1945: 376c), verbo incoativo a concordar com a tecnologia da época, quando a "erva" seria uma dádiva da natureza, quanto muito ajudada por uma cava, mas não o resultado de uma acção humana de sementeira.

REMÔLHA

LAT. *moliāre* por *mollire*

agro-, antro-po-, hidrotopónimo?

Remôlha (09A)

Só talvez uma pesquisa no local consiga aclarar o sentido deste microtopónimo que, em nossa opinião, pode ser um prosónimo do proprietário, mas também um qualificativo do terreno. No primeiro caso as interpretações são plurais, pois a alcunha tanto pode indiciar um habitual pescador de enguias, que use o «remolhão» (*GEPA*, 25: 68b), como um doente acamado (*Ibidem*, s.v. «Remolho»), ou, por último, um preparador de peles (*Ib.*, s.v. «Remo-

²⁹⁷ Ver *supra*, p. 50.

lho»; id., 25: 408b, s.v. «Reverdecimento»).

Na segunda hipótese, porventura a verdadeira, poderemos estar perante um campo baixo, muito perto do rio e, por isso, sujeito a inundações, apresentando-se habitualmente muito molhado ou permanentemente embebido (Idem, 25: 68b, s.v. «Remolhar»).

O topónimo, com a marca do feminino, certamente por atracção de "terra [remô-lha]", formou-se a partir de "molho", derivado regressivo de "molhar", do LAT.-HISP. *molliare* que, por sua vez, sofreu nova derivação, esta prefixal, por junção do afixo *re-*, de origem latina, aqui a designar a ideia de repetição ou movimento continuado.

RENDEIRO

LAT. *reddita-*

oicotopónimo

Vale (do) Rendeiro (01A, 13A)

«Rendeiro», que aparece, neste microtopónimo, como determinativo de «Vale», é um derivado de "renda", do LAT. *reddita*²⁹⁸, + *-eiro*, sufixo nominal de origem latina (*-ariu-*) que pode designar, como é o caso, "ocupação", "ofício" ou "profissão". De acordo com as normas de evolução do português antigo, o LAT. *reddita* teria sofrido a redução do duplo *-dd-* para *-d-* simples, enquanto a linguodental *-t-*, intervocálica, sonorizava em *-d-*, seguindo-se a síncope da sílaba com a vogal breve (*-di-*). A nasalização da primeira sílaba ocorre por atracção paronímica com "venda" (< LAT. *vendita*).

Embora hoje, o apelativo "rendeiro" identifique a pessoa que toma por arrendamento uma propriedade, não nos inclinamos para esta hipótese, pois dificilmente se justificaria o topónimo, considerando a frequência desta situação jurídica, incapaz de responder à individualização de uma unidade de exploração agrícola. Por esta razão inclinamo-nos para uma explicação de carácter histórico, típica da sociedade pré-industrial, quando, em cada área senhorial, um dos caseiros acumulava a função de receber as rendas dos restantes camponeses, velando para que as mesmas entrassem no celeiro do senhor.

Seria esta a função do enfiteuta do referido Vale que, de acordo com a época, tal seria o senhor, já que o lugar pertencia ao antigo concelho de Arada, senhoreado, desde os finais do século XII até 1509 por Santa Cruz de Coimbra, de 1509 a 1566 pelo Mosteiro de Grijó, e de 1566 até à extinção das Ordens Religiosas pelo Mosteiro da Serra do Pilar²⁹⁹.

REPOUTINS

LAT. *ripa-* + *alta-* + MOÇ. *-im*

orotopónimo

Repoutins (07A)

O microtopónimo «Repoutins» provirá do LAT. *ripa-* "margem" + *alta-* + *-im*, sufixo nominal de origem latina, com sentido diminutivo e, por vezes, pejorativo, aqui sob a forma moçarabe (= *-inbo*). O processo de formação da palavra obedece à norma portuguesa, considerando a evolução *ripa* + *alta* > **ripalta*, por crase dos *aa*, > **ripouta*, por ditongação de *-al-* em *-ou-*, que ocorre antes de consoante, devido à vocalização do *-l-*; a forma actual surgiu a partir do diminutivo **ripoutim*, de **ripouta* + *-im*, pois pressupõe a dissimilação *i-i* > *e-i* (Huber, 1986: 150), donde resulta o nosso «repoutim», só possível depois da sufixação.

"Repoutim", com o sufixo *-im* por *-inbo*, atesta a antiguidade do microtopónimo, cuja terminação *-im* corresponderia a um moçarabismo, já que topónimos com esta forma são muito abundantes na região de Sevilha, não se excluindo a possibilidade de influência da *imela*

²⁹⁸ Não seguimos alguns dicionaristas, que apresentam "renda" como derivação regressiva de "render" (cf. *GEBP* e Costa; Melo, 1996).

²⁹⁹ Ver supra, p. 10-11.

árabe (Galmés de Fuentes, 1983: 211-212)³⁰⁰.

O topónimo *Ripas Altas* já ocorre em 1095, nas proximidades de Ílhavo, como se pode constatar numa doação do presbítero Rodrigo Ouriques à Sé de Coimbra:

Ego Rodericus proles Honorizi [...] facio kartam testamenti ad ecclesiam Sancte Marie sedis episcopalis sedis Colimbrie de ecclesia que vocatur Sancti Christofori in supradicto episcopio ad occidentalem plagam in ripa maris ubi vocant Ripas Altas inter villas Sociam [Sosa] et Ilavum [Ílhavo][...]. (Costa, 1978: 191, doc. 302)

«Repoutins», no plural, identificará um conjunto de pequenos barrancos ou ribanceiras, mais ou menos íngremes, se atentarmos no adjectivo "alta", que, se respeitou a etimologia latina, corresponderá a um sítio nas margens de um ribeiro, embora a voz "riba" já não pressuponha, actualmente, essa condição.

REQUEIXO

PRÉ-ROM.; HEBR.-ANT. *rèkès?*

orotopónimo

Casal de Requeixo (09S), Ponte de Requeixo (09A), Requeixo (09AEGKNSUVZaZc-1202)

Este topónimo encontra-se, na forma simples ou composta, nos antigos territórios dos *Callaici*, *Austures*, *Cantabroi* e *Vaccei*, por toda a área ao Norte do Rio Douro. Em Portugal, Frazão (1981: 675) regista vinte e quatro topónimos com esta voz e seus derivados – Requeijada, Requeijo, Requeixada, Requeixe, Requeixo e Requeixos –, com apenas três ocorrências a Sul do Douro, entre as quais a que aflora em Aveiro. Perante esta constatação, tudo aponta para que a povoação de «Requeixo», no concelho de Aveiro, corresponda à instalação naquela zona de uma ou várias famílias oriundas do Norte da Península.

Alguns dicionários de Galego³⁰¹ ainda registam a voz *requeixo*, significando "terreno que termina em costa para entrar nunha chaira [terra chã]", o que está de acordo com a orografia dos numerosos topónimos afins, presentes em toda a Galiza, como "Requeixo", "Requejada", "Requejo", "Requesón" e "Requexón", ou as formas simplificadas de "Queixo", "Queixada", "Queixadoiro" e "Queixadoiros", sempre referidos a lugares elevados ou sobre uma encosta, o que igualmente acontece com o registado em Aveiro. Como microtopónimo aparece também a baptizar alguns montes nas províncias de Lugo, em Fonsagrada, e Orense, em Allariz e Brancos. (Cabeza, 1992: 150-151 e 417-418).

Na província de Palência, que abrange o Norte da meseta central castelhana e parte das montanhas leonesas, o topónimo ocorre igualmente em profusão, sob as formas "Requejada", "Requejadilla", "Requejillo", "Requejón", "Requejo" e "Requejuelo", com a primeira a registar vinte e três ocorrências, as três seguintes apenas uma, a última duas e "Requejo" dezassete. (Gordaliza, 1993: 464, 563).

Na "Tierra de la Reina", que ocupa um vale nas montanhas de Leão, constituindo «un Ayuntamiento integrado por nueve pueblos», encontramos também este topónimo, três vezes sob a forma "Requejada" e uma para "Requejo" e "Requejín" (Gordaliza, 1996: 139-140).

A elevada frequência deste velho topónimo, bem como dos seus derivados, permite-nos depreender uma origem em nome comum, porventura incluído nos antigos falares do Norte de Portugal. Embora não tenha deixado rasto no nosso País, se exceptuarmos a entrada «Requeixada» no Elucidário de Viterbo, que comentaremos a seguir, podemos ainda hoje encontrá-lo noutros pontos do Norte da Península, como já atrás vimos em relação à Galiza.

³⁰⁰ Ver também Vasconcelos, [s.d.]: 305.

³⁰¹ Joaquim da Silveira (1966: 160) aponta C. Piñol, *Dicc. Gallego*. Trata-se da obra de CUVEIRO PIÑOL, J. – *Diccionario gallego*. Barcelona: Tip. de Ramírez y Cía, 1876 (Regueira, 1996: 24, registo 87).

Nas loquelas asturianas ainda vive a voz *requexu*, "terreno angosto y encajonado en el fondo de un valle"³⁰² e, algumas zonas dos falares leoneses, ocorrem as vozes *requciso*, "arroyo pequeño con su correspondiente vallecito" – em "La Cabrera" –, *requaixo* e *requixada*, "terreno abrigado en el fondo de un vallecito" – em "Los Ancares" –, *requejera*, "recoveco [rincão, sítio escondido] de castaña, nuez, etc." – em "Tejerina" (Gordaliza, 1996: 139-140) –, e ainda *requejero* ou *requejera*, "que tiene muchos recovecos" – na "Tierra de la Reina" (Gordaliza, 1996: 238).

Viterbo (*Elucidário*, 2: 532) regista a voz *requixada*, que encontrou num documento de 1352, da Câmara de Lamego, atribuindo-lhe, com base nos respectivos dizeres, o significado de terra «acanhada, estreita, oprimida e também despovoada». Mas o documento em questão poderá simplesmente fazer alusão ao desnível pronunciado do terreno, considerando

que a terra do dito logo he requixada por tal guisa, que non ha bi homeẽ, que aia terra, que avonde buma junta de bois a lavar [...]. (Ibidem).

Resta-nos assinalar a voz castelhana *repecho*, "cuesta bastante pendiente y no larga" (Academia: 1997: 1772)³⁰³, que vem provar a grande antiguidade do nome e do respectivo topónimo, já que corresponde à celtização de «requexo», levada a cabo pela segunda vaga céltica, posterior aos Celtas da Celtibéria, que teriam entrado na Península entre os séculos VIII-VII a.C., pois os primeiros operavam a mudança fonética *k^w* > /p/, fenómeno que surgiu «en el epicentro continental del celta», como por exemplo na Gália, enquanto estes últimos conservaram o *k^w* inalterado (Villar, 1996: 374).

Outra conclusão que poderemos tirar prende-se com a origem desta voz, que terá chegado ao Norte da Península através do Mediterrâneo, já que não encontramos, nas diferentes línguas europeias, qualquer nome comum aparentado, nem tão pouco vestígios de topónimos aproximados. Uma possível origem estaria numa língua semita do Mediterrâneo Oriental, considerando a voz *rks* = *rèkès* do antigo hebraico, que significava "terreno escarpado" (Espírito Santo, 1993a: 222b), tanto mais de considerar quanto sabemos das possibilidades de mutação ou evolução fonética das sibilantes semitas, não só entre as diferentes línguas deste grupo, mas também quando sujeitas à latinização³⁰⁴. Acresce a coincidência da distribuição deste topónimo, no Noroeste Peninsular, corresponder às grandes áreas produtoras de estanho e chumbo, aqui procurado, durante a Idade do Bronze, por Fenícios, Púnicos e Tartessos (Blázquez, 1997: *passim*).

Na sequência desta constatação, o "Requixo" de Aveiro, alcandorado a meio da costa fronteira às antigas embocaduras do Águeda e do Vouga, bem poderia ter sido um entreposto fenício, que receberia, por via fluvial, o estanho proveniente da zona de S. Pedro do Sul, cuja actividade mineira e metalúrgica era já intensa durante o Bronze Final III (900-700 a.C.), o que está provado pelos achados provenientes do povoado de Nossa Senhora da Guia, que igualmente atestam «a plena penetração de comportamentos rituais e simbólicos mediterrâneos» naquela região (Jorge, 1990: 239-242). A situação geográfica deste povoado era também muito favorável a qualquer estratégia comercial, que pretendesse, por sua vez, introduzir as suas próprias mercadorias no *binterland* correspondente às bacias daqueles dois rios.

Se aceitarmos esta hipótese semita, que nos parece credível, as etimologias propostas até agora terão muito pouco sentido. Meyer-Lübke propõe uma relação metafórica com o

³⁰² García Arias, X. LL. – *Pueblos asturianos: El porqué de sus nombres*. Salinas-Oviedo, 1977, p. 72, *apud* Gordaliza (1996:139).

³⁰³ Considerando o que a seguir afirmamos, parece-nos muito forçada a etimologia apresentada pelos dicionaristas da Academia Espanhola: «De *re-*, en sentido de oposición, y *pecho*».

³⁰⁴ REIS, João – Latinização dos vocábulos hebraicos. In Espírito Santo, 1988: 363-365.

latim *capseum* "maxilar", que nos parece demasiado forçada, mesmo considerando o apoio de Piel (1947). Menéndez Pidal (1976:84), por seu lado, faz derivar este nome do «latim vulgar» **quassiare* "golpear violentamente", "quebrantar", partindo, entre outras, das formas *Requexolo*, *Rekessolo* e *Rekesciolo*, registadas em documentos medievais (1105, 1084 e 1068), as duas últimas a identificar um lugar da província de Burgos actualmente denominado «Requejo».

Sintomaticamente, Joaquim Silveira (1966), que estudou o topónimo, não apresenta qualquer proposta de etimologia, limitando-se a identificá-lo com os apelativos que ainda sobrevivem na Galiza e nas Astúrias. Também não lhe passou despercebida a voz castelhana *repecho*, embora se limitasse a registá-la sem qualquer comentário. Conscientes de termos acrescentado alguma coisa para uma correcta interpretação deste topónimo, estamos completamente de acordo com as conclusões de Joaquim da Silveira, com ele afirmando que

Se em português lhe atribuíssemos o sentido de «quebrada do terreno, pequena encosta ou ladeira abrupta», creio que não andaríamos muito longe da verdade e estávamos bem com relação ao nosso *Requeixo*. (Silveira, 1966:160).

RESIDÊNCIA

LAT. *residentia*

hierotopónimo

Rua da Residência (03A)

A voz "residência", do LAT. *residentia*, plural de *residens*, "que reside, residente", participio presente do verbo *residere*, "residir, morar", substantivou-se talvez no latim eclesiástico, entrando no vernáculo por via erudita, já com o significado actual, adquirido por extensão semântica.

Este apelativo é desde há muito termo jurídico do Código de Direito Canónico, que impõe deveres relacionados com a "residência" a diferentes membros da Igreja, nomeadamente aos párocos (*GEPB*, 25: 256b). Já em 1348, num termo de posse de uma ração na matriz de S. Miguel de Aveiro, o clérigo Martim Anes afirmava «que el esta Regidente para seruyr a dicta Egreja» (Madaíl, 1959: 127).

O significado atribuído a "residência" no provincianismo PORT., para o qual, esta voz é, «em sentido restrito, habitação paroquial» (*GEPB*, 25: 256a), não será estranho a esta atitude da Igreja. Concluindo, podemos dizer que a "Rua da Residência", na vila de Eixo, mais não é que a rua onde se situa a moradia do respectivo pároco.

RESTEVAS

LAT. **restipa*- < *stipula*

fitotopónimo

Restevas do Ruivo (01A)

Vegetação rasteira e seca ou a parte basilar dos cereais que fica presa aos terrenos de cultura depois da ceifa. Do LAT.-POP. *restipa*- por *stipula*- "colmo, palha".

RIBAS

LAT. *ripa*-

orotopónimo

Agra das Ribas (05T), Caminho das Ribas (05T), Carreira das Ribas (05T), Pinbais das Ribas (04A), Ribas (04A, 05T)

"Ribas" é apelativo de margem elevada ou declivosa de um rio, mas, na região de Aveiro, designa sobretudo ribanceiras, arribas ou ladeiras acentuadas.

RIBEIRO

LAT.-HISP. *riparia-, ripariu-*

hidrotópónimo

Cabeço do Ribeirinho (07A), Caminho do Ribeiro (05T), Esteiro da Ribeira (10L), Ilha da Ribeira (Zd), Quinta do Ribeiro (01E), Ribeira (02A, 07A, 06HL), Ribeira da Açenha (02A), Ribeira da Canisieira (04V), Ribeira da Fonte (05A), Ribeira da Horta (04/08AE), Ribeira do Paço (02/05C), Ribeira da Palha (07F), Ribeira da Silha de Verba (07A), Ribeiras (01A), Ribeirinho (02A: Quintã do Loureiro; 04AEV; 07AF; 09A), Ribeiro (03A; 04A; 05T; 06L; 07A, 08S; 10A), Ribeiro do Algueirinho (01A), Ribeiro(s) de Arada(s) (01AGH), Ribeiro de Arrota (04A), Ribeiro de Arrujo (04A), Ribeiro da Açenha (05A), Ribeiro de Horta (04A), Ribeiro de Lamamá (02A), Ribeiro Largo (09A), Ribeiro Longo (09A), Ribeiro do Outeiro Gordo (07A), Ribeiro do Pano (07F), Ribeiro do Porto de Ílbavo (07A: Frada), Ribeiro do Povo (04A), Ribeiro do Sapata (05A), Ribeiro Seco (05A), Ribeiro da Várzea de São Bento (08A), Ribeiro de Vilarinho (02A), Ribeiro do Viriato (02A: Vilarinho), Ribeiros de Aradas (01A), Ribeiros da Azurva (05A), Ribeiros do Camarnal (04A), Ribeiros de Cima (03A), Ribeiros do Rio (08A), Ribeiros de Verba (07A), Rua da Ribeira (02A), Vale de Ribeirinho (04V), Viela do Ribeiro (02A), Vinhas do Ribeiro (07A)

Pequenos cursos de água, riachos, arroios.

RIO

LAT.-HISP. *riu- < LAT. rivu-*

hidrotópónimo

Boca do Rio Novo (10C), Boca do Rio Velho (10C), Cabeço do Rio (08A), Encostas do Cabeço do Rio (08A), Encostas do Vale do Rio (08A), Pestadas do Rio Águeda (03A), Ribeiros do Rio (08A), Rio d'Aveiro (06/10Q-1745), Rio de Cacia (02G), Rio das Cavas (01A), Rio Doce (10Y: Foz do Vouga), Rio Largo (07F), Rio das Mós (02C), Rio Novo (C), Rio Novo do Príncipe (02Y), Rio do Roxo (06A: Vilar), Rio Velho (02CY, 03A), Rio Vouga (02/10C), Vale do Rio (08A: Oliveirinha).

Na zona da laguna, o apelativo rio designa não só esses cursos de água, mas também alguns troços ou ramificações do Vouga, que recebem denominações diferenciadas.

ROÇADAS

LAT.-HISP. **ruptiare < ruptu-*

agrotópónimo

Agra das Roçadas (05T), Barro da Roçada (07A), Lameiro das Roçadas (05T), Mato das Roçadas (05T), Portal das Roçadas (05T-1446), Roçadas (01S-1749, 05AT-1446, 07F), Roçadas do Norte (06I-1556), Roçadinhas (02A), Roceira (07F)

As “Roçadas” ou “Roceiras” são terrenos de mato e erva, onde se cortam plantas com foice ou gadanha, para alimentação ou cama de gado.

SÁ

(GERM.) SUEV. *sala*

oicotopónimo

Agra de Sá (10AGQ-1431), Esteiro de Sá (10L-1781), Rua de Sá (10A), Sá (10GHKOSUZ-1050: =Rua de Sá), Salamontes (05T-1446), Vale de Sá (05T-1446), Viela da Fonte de Sá (10Q-1745)

A presença germânica na área do actual concelho de Aveiro é atestada, com absoluta certeza, para a zona do antigo lugar de “Sá”, imediatamente a sul de Esgueira. A confirmação toponímica desta presença reside precisamente na existência deste “Sá” de Saa < Sáa < Sala (Madaíl, 1959: *passim*), topónimo que, desde 1945, mereceu a atenção de Piel (1937-1945: 253-255). Naquela primeira abordagem, o ilustre linguista aventa a hipótese de uma origem gótica ou sueva, opinião que mais tarde alterou, rejeitando a conjectura inicialmente apresentada em alternativa.

Na verdade, quinze anos depois, Piel afirma que «a significação deste termo, que ascende ao gót[ico] *sala*, não é completamente segura, não devendo porém estar longe semanticamente de *paço* ou *quinta*», para, logo à frente, acrescentar que «estamos sem dúvida em presença de uma voz goda, que se tornou comum ao léxico do NO hispânico, designando um edifício de determinada forma ou destinação» (Piel, 1989: 153). Em 1973 é ainda mais preciso, afirmando que, «no que respeita aos tão característicos topónimos *Sala/Saa/Sá*, não nos repugnaria identificá-los com residências particulares de godos livres, assinados a esses lugares por motivos de segurança estratégico-política» (Piel, 1989: 125).

A explicação para a sobrevivência de mais de cem topónimos deste tipo, no Noroeste peninsular, desde a Cantábria e Galiza até ao Vouga, reside, para Joseph Piel, numa provável colonização política por parte dos Visigodos, na sequência das acções militares de 585 que levaram à integração do reino suevo na monarquia goda de Toledo (Piel, 1989: 57). Contrariamente à sua regra de ouro, Piel, neste caso, limita-se a afirmar e repetir esta posição, sem nunca apresentar argumentos convincentes.

Constatando a grande frequência deste topónimo na área atrás esboçada, que corresponde ao território ocupado durante mais de século e meio pelo reino suevo, bem como à sua ausência dos espaços integradores do reino de Toledo, não podemos aceitar a interpretação avançada por Piel, pois não faz sentido a proliferação e o êxito desta fala, partindo dum povo que, antes, nunca mostrou a sua utilização.

Gamillscheg considera *Sala* um suevismo, opinião que Piel rotula de «demasiado optimista»³⁰⁵, mas a distribuição do topónimo, na Europa transpirenaica, dá razão ao primeiro que o regista na toponímia italiana, radicando-o no «longobardo *sala* "casa, quinta"»³⁰⁶, o que tem sido confirmado em estudos mais recentes (Pellegrini, 1988: 437, 440). Podemos encontrá-lo ainda na Suécia, pátria dos Germanos, e, ao norte do Danúbio, entre Viena e Budapeste.

É neste aparente desvio europeu que fundamos a opinião de *Sala* se identificar, na Hispânia, com uma fala sueva. Antes de mais porque os Visigodos, ao contrário dos Suevos, passaram os Pirinéus já fortemente romanizados, contribuindo para a toponímia peninsular sobretudo com a sua antroponímia (Piel, 1989: 129-172, *passim*). Depois, porque a geografia destes topónimos corresponde, por excelência, aos territórios que integraram os reinos suevo e lombardo, povos que andaram juntos desde a foz do Elba aos espaços entre o Reno e o Danúbio, integrando as tribos germânicas ocidentais que mais avançaram para Sul, entre os quais ocorreram grandes transformações fonéticas, que deram origem ao alto alemão e os afastaram, em termos linguísticos, dos restantes povos germanos (Polentz, 1970: 43-52).

Parecem-nos coincidências suficientes para optarmos pela origem sueva, e identificar

³⁰⁵ Gamillscheg, in *Romania Germanica*, vol. 1, 2ª ed. p. 294 s., nota (*apud* Piel, 1989: 127, n. 16).

³⁰⁶ Idem, *Romania Germanica*, vol. 2, p. 67 (*apud* Piel, 1989: 169, n. 22).

esta centena de locativos como povoamentos do início do século V, comandados pela necessidade político-militar do enquadramento administrativo. Quanto aos Lombardos ou Longobardos, não podemos esquecer que este povo integrava a confederação sueva, o que é aliás atestado pelas fontes clássicas, nomeadamente na Geografia de Ptolomeu (L.2, 10), onde nos aparecem, junto do Reno, sob a denominação de *Suevi Langobardi*.

Joseph Piel adverte para a possibilidade de ligação desta voz galaico-germana com o termo galego *sá*, a que Eladio Rodriguez atribui o significado de *geração e colheita nova*³⁰⁷. Esta significação permite concluir da qualidade indo-europeia do termo, comprovada pelas raízes SÂNSCR. *sa-* "semear, derramar, expandir" e *sar-* "estabelecer, frutificar, reunir, agrupar" (Laurent; Hartmann, 1900: 391, 400-402). Tendo presente a lógica que, no latim, presidiu à dupla *dominus-domus* "senhor-casa" (Benveniste, 1980: 298 e 300 ss), poderíamos ainda ligar o termo *Sala* à raiz sânscrita *ksa-* "ser senhor, dispôr de" que, no persa moderno, deu *xâb* "Xá, rei" (Idem, 1981: 18), bem de acordo com o AVÉST. [*sara* >] *sarem*³⁰⁸ "autoridade, cabeça, chefe; marido" (Peterson, 1995).³⁰⁹

SABOARIA

LAT. *sapône-*

tecnotopónimo

Saboaria (06.A)

O microtopónimo "Saboaria", de "sabão" + *-aria*, sufixo nominal de origem latina, designando actividade ou ramo de negócio, identifica o sítio de uma antiga fábrica de sabão, no velho caminho de Vilar, entre a actual Variante à EN 109 e a linha de caminho-de-ferro, por detrás da Escola Secundária N.º 1.

Será esta a fábrica mencionada por Rangel de Quadros em 1883, no artigo "Aveiro contemporaneo", publicado na edição para 1884 do *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense*.

SALÕES

LAT. *sabulone-*

litotopónimo

Agra dos Selões (02.A), *Celão do Coroado* (01.A), *Saleta* (06.A: S. Bernardo), *Saloa* (06.A: Vilar), *Salões* (06.A: Vilar), *Selões* (06.A: Vilar)

O microtopónimo "Salão", o mesmo que as formas populares "selão" e "solão", do LAT. *sabulone-* "areia grossa" designa um terreno arenoso e barrento, ou um terreno em que abunda o saibro grosso, derivando directamente do étimo latino por queda da sílaba *-bu-*.

"Saloa" deve estar por "terra saloa", com o significado de terra arenosa, registando-se, na formação do topónimo, uma sinédoque, responsável pelo fenómeno de substantivação.

"Saleta" será um derivado de "sala", por sua vez uma derivação regressiva de "salão", devida a atracção paronímica, com o sufixo diminutivo *-eta*.

SALTOS

LAT. *salu-*

hidrotopónimo

Relva dos Saltos (09.A)

O microtopónimo "Saltos" poderá referir-se a um acidente hidrográfico, tanto mais de aceitar, nesta freguesia de Requeixo, quanto encontramos documentação que talvez se lhe

³⁰⁷ RODRIGUEZ GONZÁLEZ, Eladio – *Diccionario Gallego-Castellano*. s.v. «Sa», vol. 3, p. 549 (*apud* Piel, 1989: 126).

³⁰⁸ O avéstico desconhece o grafema /l/, integrado e confundido no /r/.

³⁰⁹ Para a distribuição deste topónimo na Europa, veja-se, a título de exemplo, o *Anexo III*. p. ix-xi.

refira. O sítio assim denominado poderá igualmente identificar-se com a "[Relva da] Arrabeia", como acima assinalamos.

Com efeito, num relatório assinado pelos engenheiros Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos, sobre o estado da barra e do curso do Vouga, datado de 4 de Abril de 1778, afirma-se, a dado passo, que

[...] logo mais para cima na entrada do Campo, e Rio que vem de Águeda, em cujo sítio está a Ponte de Almiar cahida [...] correm as Agoas nas Xêas com muita violencia pelo dito campo, e Rio asima, e o entulha de sorte que a Ponte está muito baixa, e as Xêas lhe quebrão as cortinas, e lhe tem feito muitos rombos, depois de lhe ter deitado os arcos abaixo [...]. (Mendes, 1974: 209)

SAMA

V.-ALTO-AL. (SUEV.?) *samo*

agrotopónimo

Cale da Sama (10E), *Ilha de Sama* (06/10.AHY), *Ilha de Samos* (06/10E), *Samarão* (08A: Quintãs), *Torrão de Sama* (M-1524), *Ilha que chama Sama* ³¹⁰

Para o topónimo "Ilha de Sama", que já aparece no século XV, a única etimologia que encontramos reside no V.-ALTO-AL. *samo* "semente que se lança à terra", ou "semente que cai das plantas e torna a germinar" (Wahrig, 1984: col. 3160, s.v. *samen*), podendo, por isso mesmo, significar "terra de semeadura" ou "pasto natural".

A origem desta fala mergulha na raiz I.-E. **sē(i)-* "deixar cair, lançar", mas o termo para "semente", tal como sucede com o "arado", apenas o encontramos nas línguas europeia, como no LAT. *semen*, AL. *same*, ESL. antigo *seme* (Villar, 1996: 139). Nas línguas indo-europeias mais antigas os termos aparentados apenas designavam "terra, terreno, solo", como é o caso da raiz AVÉST. *zam* (Peterson, 1995), ou do TRÁC. *sem(e)la* (= *zeml'a*), igualmente presentes, já com o significado de semente, no antigo búlgaro *zemlja*, russo *zemlja*, LIT. *zeme* e LET. *zeme* (Duridanov, 1989).

Esta hipótese permite-nos recuar a existência desta ilha, situada a Noroeste de Aveiro, frente ao Canal das Pirâmides, ao século V d.C., na época das invasões germânicas e estabelecimento dos Suevos nesta zona. A crermos na origem e significado do topónimo, a ilha, nesses recuados tempos, ainda não tinha as marinhas de sal que posteriormente a cobriram, sendo, possivelmente, uma área de pasto para o gado, que poderia servir a comunidade sueva instalada, não muito longe, no antigo lugar de Sá (ver respectiva entrada), hoje Rua de Sá, integrada no centro urbano de Aveiro.

A localização de um "Samo" em Barcelos e de vários derivados desta voz, com sufixações em *-ão*, *-ara* e *-ar* (<suf. V.-ALTO-AL. *-āri*, ALTO-AL. *-er* < LAT. *-arius*)³¹¹, *-eiro* (vários "Sameiro"), *-el* e *-il*, a maior parte dos quais em volta de Braga (Frazão, 1981: 703-704), antiga capital do reino Suevo, parecem legitimar esta interpretação.

Quanto aos derivados "Samil" e "Samel", Piel (1937-1945: 258) faz derivar o primeiro do genitivo Salamiriz, do nome medieval "Salamirus", e, em relação ao segundo, hesita entre uma corruptela de "Samil" ou de "Samuel". No primeiro caso não excluimos a hipótese, pese embora o sufixo *-il* poder designar o lugar onde os animais se recolhem, o que estaria de acordo com a interpretação acima atribuída a "Samo(a)". Mas este sufixo também pode ter sentido diminutivo e, nessa circunstância, o topónimo significaria uma pequena terra de pasto, sentido igualmente presente no sufixo *-el*, que ocorre, como diminutivo, sobretudo em topónimos (veja-se Portel, Pinhel, Espinhel, etc.). Assim, abre-se a possibilidade de "Samil"

³¹⁰ Doação de 1448 do Infante D. Pedro à Câmara de Aveiro (Madañ, 1946: 193)

³¹¹ Sobre este empréstimo latino, quando as tribos germânicas ainda demoravam entre o Reno e o Danúbio, veja-se Polenz (1970: 34).

poder encerrar diferentes origens, com uma das homónimas a surgir por atracção paronímica, tão vulgar nos fenómenos linguísticos de origem popular, principalmente quando se perde o significado original do étimo.

Para a Galiza, Cabeza (1992) não aponta nenhuma ocorrência, mas existe um município "Samos" na província de Lugo, registado por Nieto Ballester (1997: 309), que o pretende derivado da uma hipotética «raíz céltica o paracéltica *sam-, con el significado de "altura"», escudando-se em dois topónimos franceses não referenciados nos autores a que tivemos acesso ³¹². Também Piel (1937-1945: 258) anota três "Samil" para a Galiza (2 na Corunha e 1 em Pontevedra) e um "Samir de los Caños" na província de Zamora. Por outro lado, Moralejo Lasso (1977: 259-264) trata largamente dos topónimos "Samanos" e "Samos", que localiza na Galiza e nas Astúrias, aos quais atribui origem pré-romana, discordando no entanto de algumas interpretações de base étnica. O mesmo autor cita depois

Pero Holder (*Alicelt. Sprach.* II) [que] da nombres personales hispánicos, como *Samacia*, *Samacius*, *Samalus*, y galos como *Samicus*, *Samis*, *Samaus* de **Samavus*, *Samogenus* y otros, el del río *Samara* "Somme" y las bases *samo* — "llano, igual" y *samo* — "tranquilo",

mas acaba por não apresentar qualquer solução pessoal. Apesar de também encontrarmos o GÓT. *sama* "igual, mesmo" e *samana* "no mesmo, lugar, juntos" (Carver, 1998), parece-nos muito mais plausível a interpretação que demos aos topónimos portugueses, a partir da base *samo*, por se coadunarem com as derivações sufixais recolhidas.

A "sama" ou "salema", possivelmente do ÁR. *ballāma*, nome vulgar por que se designam alguns peixes da família dos Esparídeos, poderia também estar por detrás do topónimo da zona alagada de Aveiro, mas nunca poderia explicar toda a toponímia afim, encontrada um pouco por toda a zona do antigo assentamento suevo, com especial relevo na área em torno da sua antiga capital. Daí preferirmos a interpretação que desenvolvemos acima.

SAMOUQUEIRA

?

dendrotónimo

Samoucal (02A), *Samouqueira* (02A, 04V, 05A), *Samouqueirinha* (02A)

Estes fitotopónimos referem-se ao "samouco", nome comum da *Myrica faya*, «naturalizada ou talvez nativa do Centro e Sul de Portugal» (Humphries, 1996: 110). Embora se ignore a origem do nome, tudo indica uma filiação em substrato indo-europeu, se tivermos em conta a raiz **sam*, referida a semente.

SANGUINHEIRO(A)

LAT. *sanguineu*

fitotónimo

Quinta do Sanguineiro (04A), *Sanguineira* (04AW, 09AENZc-1689)

"Sanguineiro" de "sanguinho" + *-eiro(a)* é nome genérico de algumas plantas da família das Ramnáceas e das Cornáceas, também conhecidas por amieiro-negro, lagarinho, zangarinho, o sanguinho-das-sebes. A casca do amieiro-negro ou sanguinho-da-água, nomes vulgares do *Rhamnus frangula* é usada na farmacopeia.

³¹² Baylon; Fabre, 1982; Fénié, 1997; Berot, 1998; Plonéis, 1993.

SARGAÇAL

LAT. *salicaceu*

fitotopónimo

Mato do Sargaçal (07A), Sargaçal (02A, 06A, 09A), Sargaçal da Ajuda (06A), Sargaçais (02C)

O “sargaço” é um arbusto da família das Cistáceas, de folhas estreitas um pouco viscosas, frequente em Portugal, nas colinas secas e nos pinhais.

SARRAZOLA

PRÉ.ROM. *sara?*, IB.-vasc. *saratz?*

fito-, hidrotopónimo?

Cabeço de Sarrazola (02A), Monte de Sarrazola (02A), Sarrazola (02ACKQTZZc-1446)

O topónimo "Sarrazola" permite mais que uma interpretação, mormente se considerarmos as diferentes formas documentadas historicamente, como "Cerazolla" e "Çerazolla" (1446), "Çarrazola" (1527), "Sarrasolla" (1689) e "Sarrazolla" (1721 e 1732)³¹³. Ressalta a flutuação *e/a* da primeira sílaba, a evolução da constrictiva vibrante *-r-* > *-rr-*, porventura representando alteração no modo de articulação, com passagem de alveolar a velar, e o duplo *-ll-*, do último elemento da palavra, responsável pela permanência do fonema que, se fosse um *-l-* simples, teria caído em posição intervocálica.

Uma hipótese a considerar filiar a o topónimo no substrato pré-romano, porventura ibero-vasconço, partindo do actual VASC. *saratz* “salgueiro” (Lopez-Mendizabal, 1976: 354) + VASC. *-ola*, «sufijo que denota lugar de, conjunto de» (ib.: 323), o mesmo é dizer, em português de lei, “salgueiral”.

E teríamos o problema resolvido, se este registo toponímico estivesse circunscrito à zona de influência ibérica, onde encontrámos os parentes muito chegados *Cerésola* (Huesca, Pirinéus espanhóis) e *Cérixols* (Ariège, Sul de França). Mas, ao avançarmos com a pesquisa, deparámos com parentes do mesmo grau no Norte da Itália, como *Cerasolo*, *Ceresola* e *Cerezola* na “Emilia Romagna”, *Correzola* em “Véneto”, *Sarizola* no “Piemonte”, *Sarezola* e *Seriola* na “Lombardia”. E com esta viagem, à procura da parentela, achámo-nos em pleno assentamento dos Lígures, pelo que abriremos um parênteses, dando voz a Francisco Villar:

El nombre de ese pueblo [los ligures] ha perdurado hasta nuestros días en el de la actual región italiana de Liguria, que comprende, de Este a Oeste, las provincias de La Spezia, Génova, Savona e Imperia. Pero en la Antigüedad ocupó zonas mucho más extensas. La colonia griega de Massilia (Marsella) estaba en pleno territorio de los *saluvios*, una de las tribus ligures. Y a esa gente perteneció todo lo que es hoy la Costa Azul y la Riviera. El territorio ligur se extendía desde la ciudad de Pisa y el río Arno al Este, hasta el Ródano al Oeste. [...] En un sentido más amplio, se habla de ligures en toda la costa, también al oeste del Ródano, hasta la desembocadura del Ebro. Y para esta prolongación occidental a veces se habla de *ibero-ligures*. (Villar, 1996: 384)

Perante este quadro, poderíamos continuar a bater na tecla do “Salgueiral” igual a “Sarrazola”, considerando a fala vasconça um empréstimo directo dos lígures, ou, porventura, por intermédio dos iberos. Não é por acaso que hoje se fala de ibero-basco, quando nos referimos aos parentescos linguísticos destes dois povos, sem que possamos afirmar se se tratava ou não de uma única língua, ou se essas similitudes são o resultado de empréstimos mútuos. De qualquer forma, face aos conhecimentos actuais, não temos possibilidade de atribuir muitas dessas falas a um ou a outro desses dois povos.

E o problema ficaria quase por aqui, se Bartolomeu Conde (1996), procurando as origens remotas da sua terra natal – “Sarrazola”, não tivesse corrido Ceca e Meca, acabando por receber informações contraditórias, mas, também, no que directamente nos interessa,

³¹³ Ver *Anexo I*, p. LXIV.

por descobrir mais uns tantos “Sarrazola” na *finisterra* atlântica. Desta forma, temos de nos haver com mais uma “Ribeira de Sarrazola” (Alter-do-Chão)³¹⁴, uma “Quinta de Sarrazola” (Penhalonga, Marco de Canavezes)³¹⁵, um lugar (e quinta) de Sarrazola (Colares, Sintra)³¹⁶ e outro lugar de “Serrazela” ou “Sarrazela” (Sátão)³¹⁷.

Perante este enunciado de topónimos afins, e considerando os elementos que deixámos em nota de rodapé, concluímos que todos estes lugares têm algo em comum: água, salgueiros e presença romana. Destes pressupostos poderíamos concluir que todos eles são alheios à Hispânia, resultando do assentamento de famílias oriundas do Norte da Itália, realidade por demais documentada para o período da dominação romana, famílias essas que teriam sido responsáveis pela atribuição desta toponomástica. E o mesmo poderia ter acontecido em relação às poucas ocorrências detectadas no resto da Península.

No entanto, considerando a raiz I.-E. **sar* “fluir, discorrer” (Villar, 1996: 96), bem como as falas do SÂNSC. *sarin* e *sarā* “ribeiro, rio” (Kapp; Malten, 1997) e do TRÁC. *sara* “corrente, ribeiro” (Duridanov, 1999), que nos aparecem nestes topónimos e em centenas de outros por toda a Europa, principalmente em hidrónimos ou em povoados nas margens de cursos de água, teremos de apontar uma outra hipótese que explique o nosso “Sarrazola”, ainda *Cerazolla* no século XV.

A título de exemplo, sirvam-nos as fontes *Sora* (Langás, Saragoça), *Sar* (Santa Maria del Campo, Burgos), os arroios *Sara* (Rodeiro, Pontevedra), *Sarrión* (Coaña, Astúrias), *Sarrón de la Forada* (Boñar, Astúrias), *Sarave* (Bacáicoa, Navarra), a balsa *Sarasa* (Urdiáin, Navarra), o barranco de *Sarnes* (Lascurre, Huesca), *Sarria* (Lugo, que tomou o nome do seu rio: *Sarrie* em 1074), os rios *Sar* (Galiza), *Sarno* (Golfo de Nápoles), *Sarre* ou *Saar* (afluente do Reno, em grafia francesa e alemã), *Serio* (Lombardia), as ribeiras *Sor* (Alentejo) *Ser* (Galiza, afluente do Navia) e, com alteração árabe do /s/ inicial, os rios *Jarama* (Madrid), *Jaramillo* (Valladolid) e *Xarrama* (Alentejo). São hidrónimos antiquíssimos, certamente devidos a povos pré-celtas ou paraceltas, das primeiras vagas indo-europeias a chegar ao Ocidente.

Por tudo isto, “Sarrazola” poderá também designar um curso de água, tanto mais de aceitar no território lusitano, quanto sabemos que a sua língua, para além das desinências morfológicas, recorria à ampliação por «un sufijo, y en ocasiones se trata de derivaciones de otros nombres así formados, acumulándose los sufijos». “Sarrazola” podia provir de *sar* + *-as* (desinência do nominativo do singular) + *-ola* (elemento derivativo *-l-* precedido da vogal *-o-* atestado nas línguas célticas (Palomar Lapesa, 1957: 116-117,128).

³¹⁴ Numa zona de ocupação romana, bem atestada pela soberba ponte de “Vila Formosa”, sobre a “Ribeira de Seda”, na qual desagua a “Ribeira de Sarrazola”. Esta ponte servia a antiga via romana que unia Lisboa a Mérida. (PROENÇA, Raul, ed. – *Guia de Portugal II. Estremadura, Alentejo, Algarve*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. p. 433-434).

³¹⁵ Em zona castreja, sobre o Douro, com pequeno riacho e salgueiral, no concelho do Marco de Canavezes, em cuja área ficava a antiga “Tongobriga” (Freixo), importante centro urbano do período romano (Alarcão, 1990: 373, 477).

³¹⁶ Perto da “Ribeira de Colares” e junto do seu afluente “Ribeiro do Corvo”, mais uma vez com um vasto salgueiral. Colares apresenta também fortes vestígios de ocupação romana (PROENÇA, Raul, ed. – *Guia de Portugal I. Generalidades. Lisboa e Arredores*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. p. 554) e foi nas suas proximidades que se encontrou uma ara votiva, dedicada por *Cassia*, nome homónimo da freguesia aveirense a que pertence Sarrazola, ao deus Mandiceus (vd. *supra*, s.v. “Cacia”).

³¹⁷ Próximo do Vouga, em zona castreja, com um vale rico em água onde não falta o omnipresente salgueiral. Viseu, que dista cerca de 20 Km do Sátão, foi sede de uma *civitas* do período romano e um ponto importante de confluência de diferentes vias romanas (Alarcão, 1990: 378-381). Muito perto de Sátão, o lugar de Silvã (por certo uma antiga *villa Silvana*) é um indício toponímico que aponta para a presença romana nestas paragens (GEPB, 27: 784).

SECA

LAT. *siccare*

agrotopónimo

Seca (04EW)

“Seca”, derivado regressivo de “secar”, do LAT. *siccare*, é apelativo, na zona de Eixo, das «terras de sementeira que [...as] inundações [do Vouga] já não atingem (Magalhães, 1960: 248, n. 3).

Seco

LAT. *sicc-*

elemento de *lexotopónimo*

Cabeço Seco (09A), *Ribeiro Seco* (05A)

“Cabeço Seco” deve responder a “baixio de areia que a vazante deixa a descoberto”³¹⁸, enquanto o adjectivo “seco”, em “Ribeiro Seco”, alude ao respectivo caudal.

SEIBEIRA

LAT. *cepa*

fitotopónimo

Seebeira (G-1417), *Ilha da Cepa* (02A, má grafia de *Sepa?*), [Ilha da] **Sepa** (séc. XVI)³¹⁹

O sítio da “Seibeira” – a “Seabeira” e “Seebeira” dos séculos XIII e XV³²⁰ –, deve derivar de “Seba” + *-eira*, lugar onde abunda a “seba”, nome vulgar da *zostera nana*, planta vascular existente nas águas e sapais da Ria de Aveiro (cf. Reis, 1993: 136). O apelativo “seba” provirá do LAT. *cepa* “cebola”, se considerarmos a semelhança entre as folhas do cebolinho e os ramos frutíferos da *Zostera nana*, uma planta fanerogâmica que vive submersa na laguna e que é, de entre as plantas, a que entra em maior quantidade no moliço, constituído sobretudo por algas³²¹.

Esta interpretação estriba-se na localização do topónimo na zona alagada, onde aparece relacionado com uma marinha de sal, e também com uma ilha, se, como pensamos, “Sepa” e “Cepa” forem formas não sonorizadas de “Seba” que, perante a etimologia proposta, deveria ser grafada com /c/.

³¹⁸ É também este o sentido já presente numa carta topográfica de 1783, exemplar n.º 317 da colecção da Mapoteca do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, reproduzida em Amorim (1997b), na qual aparece, em plena zona alagada, a inscrição «Secos que descobrem».

³¹⁹ Este topónimo da zona alagada já existia pelo menos no século XVI, como se comprova por um dos tombos do Mosteiro de Lorvão (Madaíl, 1946: 192).

³²⁰ Vd. *Anexo I*, p. XLIV, entrada s.v. «Marinha da Seibeira».

³²¹ SOUSA, Tomaz Tavares – Os moliços. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 2, n.º 5 (1936), p. 57-64; n.º 7 (1936), p. 177-190.

SEIXAL

LAT. *saxu-*

litotopónimo

Rego do Seixo (03A), Rua do Seixal (10A), Seixal (lugar de) (10IPU-1687), Vale do Seixo (09AE)

O topónimo “Seixal”, do LAT. *saxu-* “seixo” + *-al*, sufixo que designa a ideia de conjunto, é apelativo de terrenos pedregosos, onde abundam os seixos ou cascalheiras de calhaus rolados, indiciadores de praias antigas que, na localização aveirense, repousam sobre os terrenos do Cretácico superior (Teixeira; Zbyszewski, 1976: 11)

A forma simples “Seixo”, que aparece como determinativo em “Rego do Seixo” e “Vale do Seixo”, caracterizam esses terrenos como pedregosos, nos dois casos possivelmente por acção das águas fluviais.

Em Aveiro, a “Rua do Seixal” foi um antigo lugar da freguesia da Vera Cruz, hoje integrado no centro urbano da cidade com o nome de Rua dos Voluntários Guilherme Gomes Fernandes. Começa na Rua do Gravito e termina na Rua do Dr. Alberto Souto, mas, antes da abertura deste último arruamento, a Rua do Seixal ia até à Avenida do Dr. Lourenço Peixinho.

SERRA

LAT. *serra-*

orotopónimo

Serra de Eixo (04VW)

O sítio da “Serra de Eixo” identifica uma pequena elevação, de cota um pouco inferior a cinquenta metros, mais conhecida por “Monte” ou “Feira de Eixo”.

Segundo Carlos Coelho de Magalhães, um memorialista de Eixo de meados deste século, o topónimo não é apoiado por qualquer realidade orográfica, pelo que deverá filiar-se na pequena capela ali existente, dedicada ao “Senhor da Serra” (1960: 245-246, n. 2).

Pela nossa parte, pensamos precisamente o contrário, escudados em testemunhos do século XI, onde encontramos o apelativo “Serra”, ao Sul de Ílhavo, atribuído a uma elevação da mesma grandeza:

[...] inter villas que nuncupantur Socia et Illiabum et ejus terminaciones incipiunt a loco qui appellatur Serra per eum locum quem Furnum Tegularium vocant usque ad rivum que dicunt Foriolum et ad partem maris usque ubi dicunt Capitellum de Degano. (Costa, 1978: 248, doc. 345, 11 Fev, 1088)

SIRGUEIRAS

LAT. *sericu-*

fitotopónimo

Sirgueiras (08A)

“Sirgueiras”, de “sirgo” + *-eira*, designa um lugar onde existe o “sirgo”, planta aquática também conhecida por limo-mestre. Na zona da laguna encontram-se as espécies *Ruppia maritima*, *Ruppia spiralis* e *Ruppia rostellata* (Reis, 1993: 136).

SOL

LAT. *sole-; solaculu*

uranotopónimo

Quinta do Sol (08A), Quinta do Sol Posto (12R-1653), Rua do Sol (01A, 08A, 10A), Soalheiro (03A), Sol Posto (12AER-1653), Soleira (05A), Soleiro (05A), Solheira (08A), Solheira, Solheiras (01A)

“Soalheiro”, < “soalho” (< *solaculu*) + *-eiro/-eira*, como “Soleiro” e “Soleira”, de “sol” + *-eiro/-eira*, designam lugares com boa exposição ao sol. “Solheira”, que surge também pluralizada, tem o mesmo significado, resultando da redução, geral na Galiza e Norte de Portu-

gal, de *soalb-* para *sollb-* (Piel, 1989: 72). A forma feminina resulta da substantivação do adjetivo que qualificava o termo “terra”.

O topónimo “Sol Posto”, ou “Solposto”, também presente na Galiza (Cabeza, 1992: 376), informa-nos da orientação do povoado, virado para Oeste. Piel (1989: 71) afirma que esta voz «poderia referir-se a um sítio elevado de onde se vislumbram os últimos raios de sol», o que é absolutamente válido para o caso de Aveiro, onde este lugar também é identificado pelo topónimo “Viso”³²².

SORTES

LAT. *sorte-*

agrotopónimo

Sorte da Carreira (03A), Sortes Grandes da Carreira (03A), Sortes do Monte (05A), Sorte do Paço (08A), Sortes Pequenas da Banda de Horta (03A), Sorte das Travancas (03A: Vale do Inferno-Eirol), Sortes de Verba (07A)

O microtopónimo "Sorte(s)" corresponde ao apelativo, presente em várias regiões do país³²³, que identificava as leiras ou parcelas provenientes da repartição dos baldios e maninhos, sorteadas pelos homens dos respectivos povoados. Por aqui começou o fim das terras comunais que, da usança comum, passou à utilização individual e, posteriormente, à propriedade privada.

O ataque aos baldios do povo começou cedo em Portugal, pois é já visível nas *Ordenações Filipinas* de 1603³²⁴. O processo iniciou-se pela municipalização desses terrenos, o que abriu o caminho à respectiva desamortização, praticada já no século XVIII pela legislação pombalina e mariana, e acelerada, nos séculos seguintes, pelo Liberalismo e pela República.

Considerando o exposto, podemos afirmar que estamos perante um verdadeiro arquetopónimo, capaz de nos informar da localização de antigas terras comunais que, neste caso, pertenciam aos povos dos antigos concelhos de Eixo e Esgueira. No entanto o tempo tudo apaga e hoje, nos meios rurais, “sortes” é também apelativo para “leira, faixa de terreno, não murada, mas limitada por marcos” (Silva Neto, 1992: 130, *apud* Cândido de Figueiredo).

SUÃO

< Sul + *-ano*

anemotopónimo

Quinta do Vale do Suão (04V), Vale de Suão (04/09AVW)

A voz "Suão" é um derivado de "Sul" + *-ano*, sufixo que forma adjectivos de substantivos, designando a ideia de proveniência. Como determinativo de "Quinta" ou "Vale", indica que essas terras estavam sujeitas aos ventos quentes e secos do Sul, o que justifica plenamen-

³²² Vd., em Resende (1963: 279), a transcrição de documento de 1733: «Item, a Quintta do Vizo, que por outro nome se chama do Sol Possto[...]»

³²³ Por exemplo no Alto Alentejo: «En 1758 [...] le roi accepte "que la *contada* dite sauvage soit divisée en deux soles et que celles-ci soit réparties tous les ans en parts égales (*por sortes*) entre les habitants" [de Fronteira]» (SILBERT, 1978: 967).

³²⁴ *Ordenações Filipinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. L. 1, tit. 66, n.º 11 e 12 (p. 146b). A Lei de 1 de Outubro de 1828, que cria em cada cidade e vila Câmaras Municipais, trata abertamente da venda de bens concelhios que, na maior parte das vezes, mais não eram que antigos baldios municipalizados. (Art.ºs 40 a 45; *Ibidem*, p. 375).

te a presença deste elemento na composição de topónimos relacionados com a actividade agrícola.

TABOEIRA

BERB.? **tabuda*,

Fitotopónimo

Gramoal de Taboeira (05VW-c.1870), Pateira de Taboeira (05Y), Presa de Taboeira (05A), Quinta de Taboeira (05A), Ta-boeira (05ACEGKSTZZc-1176)

“Taboeira”, de “taboa” ou “tabua” + *-eira*, designa um lugar onde abunda esta planta, nome vulgar da *typha latifolia*, da família das Tifáceas, espontâneas em Portugal, também conhecidas por tabua-estreita e tabua-larga. A tabua-larga é bastante vulgar nas zonas húmidas da Ria de Aveiro (Reis, 1993; 96, 136), nomeadamente junto à pateira de Taboeira.

O nome da planta deve ser de origem pré-indo-europeia, comum pelo menos ao Mediterrâneo ocidental, pois também o encontramos entre os berberes, sob a forma *tabuda* < *ta-* (prefixo feminino) + *buda* “junco” (Costa; Melo, 1996, s.v. «tabua»).

O nome da planta deu origem a vários topónimos em Portugal e em Espanha.

TAIPA

PRÉ-ROM.

tecnotopónimo

Barreiros da Taipa (09A), Casal do Taipinho (ou Paipinho?) (01S-1749), Outeiros da Taipa (09A), Taipa (09ACEGKSTZZc-1183), Vale de Taipa (04A), Vinha da Taipa (03A)

“Taipa” de < “Atápia”³²⁵, forma coalescente registada em 1183, poderá ser parede de terra argilosa, revestida de madeira ou de ramagem, para protecção dos taludes. É possível que na sua origem esteja uma fortificação primitiva, quase sobre a linha da costa da antiga Ria, assente em terrenos do Turoniano.

Considerando a antiguidade do topónimo, parece-nos que a origem desta voz terá sido comum ao português e ao espanhol, como também ao galego, já que, sob a forma “tapia”, também encontramos o topónimo na Galiza (Cabeza, 1992: 464)³²⁶.

O léxico leonês regista, em várias regiões da província, a voz “tapín”, designando a terra travada com ervas e raízes que se utiliza «para hacer pequeñas tapias en las priesas de riego y obligar al agua a salir por otras presas más pequeñas» (Díez Suárez, 1994: 79).

TECELÔA

LAT. *texere*

tecnotopónimo

Teceloa(s) (01AES-1749)

O topónimo, que aparece no singular e no plural, com o registo mais antigo datado de 1749, informa-nos sobre a actividade têxtil em Aradas, enquanto a marca do feminino liga a profissão da tecelagem às mulheres.

TELHA

LAT. *tegula-*

tecnotopónimo

Forno da Telha (04A)

A produção de telha na freguesia de Eixo, a origem deste microtopónimo, recua aos tempos romanos, se estiver correcta a primeira observação de um forno descoberto em 1986 nesta vila, já que apenas houve alguns trabalhos preliminares. (Silva, 1997a: 78-80)

³²⁵ Carta de venda, transcrita por Madaíl (1959: 35), feita por Godinho Soares e sua mulher ao mosteiro de Lorvão, em Maio de 1183.

³²⁶ A maior parte dos dicionários portugueses filiam a voz “taipa” no espanhol “tapia”. O dicionário da Academia Espanhola, por sua vez, regista o vocábulo atribuindo-lhe origem obscura (Academia, 1997: 1942).

No século passado, e ainda neste, continuava ali essa produção, de uma forma artesanal, como podemos comprovar pela leitura de uma memória sobre este povoado, e por algumas fotografias que mostram as precárias condições em que se trabalhava nesta actividade. (Vieira, 1984: 30-64; foto p. 43)

TENDEIRA

LAT. *tenda*- “barraca”

emporotónimo

Tendeira (05A)

O microtopónimo “Tendeira”, do LAT. *tenda* “barraca” + *-eira*, sufixo a designar uma profissão ou ofício, designa aqui, por metonímia, uma pequena loja de mercearia ou de bugi-gangas.

TERRA

LAT. *terra*-

agrotónimo

Terra de Corras (10A), *Terra Grande (05T-1446)*, *Terra dos Melões (08A)*, *Terra do Rato (03A)*, *Terra da Velha (06I-1556)*, *Terras das Agras (07A)*, *Terras da Brigeira (08S-1749)*, *Terras do Carreiro (02A)*, *Terras da Igreja (07A)*, *Terras Largas (05A)*, *Terras da Vessada (07A)*

O apelativo “terra” aparece com um peso reduzido, para designar propriedades ou campos dedicados à agricultura, principalmente quando o colocamos em confronto com outros, como “agras” e “chão”.

TESTADA

LAT. *testa*-

geotónimo

Testada (Ilha da) (02ACGY-1407), *Testada Norte (02C)*, *Testadas Sul (02C)*

“Testada” deve corresponder a uma substantivação do participio passado do verbo “*testar”, de “testa”, ou a um derivado deste nome + *-adas*, plural do sufixo *-ada* que forma adjectivos de substantivos, podendo exprimir a ideia “do que tem o carácter de”. “Testa”, que no latim era apelativo de “concha, casca, caixa craniana”, passou ao romance com o significado de cabeça, noção que, em sentido figurado, se conserva na forma substantivada do topónimo.

Embora o verbo “testar”, em português, tenha perdido o significado actualmente reservado ao verbo “confrontar”, talvez já o tenha tido, numa construção metafórica idêntica, de “testa a testa” como “frente a frente”. Em apoio desta hipótese temos o “atiestar” asturiano, já presente em documentação medieval dos séculos XIII e XIV, com o significado de “estar contíguos dos territórios, terrenos o fincas”³²⁷.

O português antigo regista o substantivo “testada”, com o significado de “propriedade que confina com a via pública” (*GEPB*, vol. 31: 525b) e, em Eixo, encontramos-lo ainda no século passado, quando se fala de “testadas de propriedades” (Vieira, 1984: 46, n. 2).

“Testada” teria o sentido de “em frente de”, “confrontando com”, neste caso frente à foz do Vouga, entestando ou encabeçando com o mar, contribuindo, desta forma, para a compreensão da formação da laguna.

³²⁷ Num documento de 1289 lê-se que «um hero [...] de la una parte *atiesta* con suerte de Pele Moro de Qualloto [...], enquanto num outro, de 1334, se alude à «[...] frente la reguera que *atiesta* en heradamiento vuestro» (García Árias, 1988: 182)

TOJAL

PRE-ROM. *toju

fitotopónimo

Cale dos Tojos (05A), Campo do Tojo (02C), Tojal (04AK-1721, 07A, 09A), Tojal de Verba (07A), Tojeiro (05T-1446), Tojo(s) (04AV), Vale dos Tojos (05A)

A importância do “tojo” na pequena exploração rural será responsável pelo aparecimento destes microtopónimos, na forma simples ou com a derivação sufixal em *-al* e *-eiro*, designando o sítio onde abunda esta planta. Trata-se de uma planta arbustiva, da família das leguminosas, usada como estrume, camas para o gado e para aquecer os fornos.

TOMADIA

CÉLT. (GAÉL. *tombas*); GÓT. *tamjan*

agrotopónimo

Tomadia das Carreirinhas (03A), Tomadia da Queimada (03A), Tomadia do Vale da Fontinha (03A), Tomadias (03E), Vale das Tomadas (03A)

Estamos perante topónimos referentes a arroteias que talvez recuem, pelo menos, à Idade Média. Com efeito, no foral manuelino de Ílhavo o termo “tomadas” refere-se aos arroteamentos feitos em terrenos maninhos, exprimindo o sentido de acto ou efeito de tomar ou de se apoderar de alguma coisa:

E os maninhos em Ilheuo [Ílhavo] toma os quem quer com o foro da terra [...] porem [...] se nam tomaram os dictos maminhos (sic) sem primeiro serem Justificados nas camaras dos comçellos se sam nas saída e logramentos doutros cassaes [...]: E Aalem do foro da terra que dos dictos maninhos se paguara pagar se am soamente das cassas que nouamente se fizerem nas dictas tomadas a que chamam cabanarias [...]. (Madaíl, 1959: 266)

O mesmo sentido, de acto ou efeito de tomar, é dado à voz “tomadias”, título de uma das verbas do foral manuelino de Eixo e Requeixo, de 1516 (Madaíl, 1959: 309), mas aqui referido às exações senhoriais na apropriação ilegítima de corveias ou produtos da terra.

“Tomadia” é um derivado de “tomada”, participio passado, no feminino, do verbo “tomar”, formado por junção do sufixo *-ia*, designando a acção ou o seu efeito. O verbo “tomar”, nos seus diferentes significados, deverá responder ao cruzamento de origens célticas e germânicas, se considerarmos as vozes GAÉL. *tombas*, “lida, labuta, faina, trabalho difícil, trabalho duro”, mas também “significado, significação, sentido, acepção, ideia, intenção, propósito”; GAÉL. *tomb*, “oferta, oferecimento, acção de oferecer, aquilo que se oferece”, como igualmente “tentativa, esforço, ataque”, ou ainda “ameaçar, proferir ameaças, pôr em perigo, avisar, prenunciar, pressagiar, estar iminente” (MacLeod, 1998); e, por fim, o GÓT. *tamjan* “amansar, domar, domesticar, subjugar, abater, submeter” (Carver, 1998).

Perante o manancial semântico destas vozes, duas gaélicas e uma gótica, parece-nos possível a substituição da fórmula «origem duvidosa», encontrada na maior parte dos nossos dicionários para ilustrar a etimologia de “tomar”.

TORRÃO

LAT. *terra-*

litotopónimo

Torrão de Sama (M-1524)

“Torrão”, por “terrão” < “terra” + *-ão*. Este microtopónimo deve corresponder ao actual apelativo “torroeira”, sítio donde se extrai o “torrão”, «formado de lodo forte, de salão ou de terra argilosa muito compacta». Cortado em paralelepípedos de 2 dm³, é utilizado na construção das marinhas de Aveiro. (Nogueira, 1935: 132-134).

TRANCAS

CÉLT. *tranca, *taranca

antropotónimo

Pinhal do Trancas (05A), Trancas (05A)

O carácter prosonímico deduz-se do sintagma "Pinhal do Trancas", em que o determinativo possessivo é uma clara alcunha do proprietário, porventura alusivo às suas pernas ou às de algum dos seus ascendentes, ou à rudez do seu carácter.

TRANQUEIRA

CÉLT. *tranca, *taranca

tecnotónimo

Ilha da Tranqueira (10CY) (também aparece com a grafia deturpada "Franqueira"), Tapada das Franqueiras (05A).

A qualidade dos determinados "Ilha" e "Tapada" convencem-nos que a forma correcta do determinativo é "Tranqueira" e não "Franqueira", considerando esta última voz como corruptela, possivelmente originada no desuso e esquecimento do significado do primeiro apelativo, ainda que os topónimos nos pareçam relativamente recentes, face à datação das fontes donde foram respigados.

"Tranqueira" de "tranca" + *-eira*, sufixo nominal de origem latina, designando a noção colectiva, significa "estacada, cercado de madeira". Nalgumas ilhas da laguna, postas a cultivo ou pastagem, constroem-se, para além das valas, defensões com estacadas de madeira e "torrão"³²⁸, para evitar a entrada de águas salgadas.

O sentido primitivo da voz celta, apontada pelos dicionaristas para "tranca", poderia relacionar-se com estas construções, se atentarmos no GAÉL. *tràghadb*, que designa "refluxo, maré vazante; dique, comporta de canal, reguladora das marés" (MacLeod, 1998).

TROVISCO

LAT.-HISP. *turbisca-*

fitotónimo

*Ilha do Trovisco (10GMT), Ilha do Trovisco ou do Privado*³²⁹

A "Ilha do Trovisco" deve a denominação ao "trovisco", planta venenosa, de frutos drupáceos, pertencente à família das Dafnéceas, espontânea em Portugal. O veneno do trovisco é utilizado para facilitar a pesca, lançando-se num preparado para a água, o que provoca o estonteamento dos peixes e a sua vinda à superfície, onde se deixam facilmente apanhar.

Certamente que esta "arte" de pesca era bastante utilizada nesta parte da ria, ou a planta abundaria na ilha.

³²⁸ Ver *supra*, s.v. "Torrão".

³²⁹ Este topónimo da zona alagada já existia pelo menos no século XVI, como se comprova por um dos tombos do Mosteiro de Lorvão (Madaíl, 1946: 192) e pelo foral manuelino de Esgueira, de 1515 (Madaíl, 1959: 293).

UCHA

LAT.-POP. *ustula*-

agrotopónimo

Gândara da Ucha (09A), *Ucha* (01AE, 05A, 06A, 08A), *Ucha Alta* (05A), *Ucha Pequena* (05A), *Uchas* (11AE), *Vila da Ucha* (04A)

“Ucha”, do LAT. *ustula* (< *usta*) “queimada”, designa uma terra arroteada através de queimada de mato.

URRACA

PRÉ-ROM.

antropotopónimo

Casal de Dona Urraca (04W)

Uma lenda centenária ligada ao sítio do Arrujo, em Eixo, permite-nos identificar a Dona Urraca que nos aparece neste microtopónimo. Diz-nos Venâncio Vieira, um memoria-lista de Eixo do século passado, ser

tradição que uma senhora chamada D. Urraca (que dizem ser rainha), passando por esta terra e sítio do Arrujo, aqui deu à luz um filho e por isso isentou os seus moradores de certos encargos territoriais, e que por isso se chamou ao dito sítio do Arrujo "Casal de D. Urraca", como ainda hoje [cerca de 1870] muitos lhe chamam. (Vieira, 1984: 34).

A tradição local identifica esta D. Urraca com a mulher de Afonso II (Magalhães, 1960: 276), que na verdade se chamava assim, mas o itinerário deste rei nunca passou por Aveiro ou Eixo (cf. Dias, 1986: 29-47).

Quanto a nós, esta lenda, que até será verdadeira, pode referir-se a D. Urraca Gonçalves, senhora que viveu no século XI, sendo filha de Gonçalo Viegas "de Marnel" e de D. Châmoa Honoriques, proprietários de um terço de Aveiro e com bens de raiz em Eixo, como expressamente se afirma no início de um inventário das suas propriedades, datado de 1050: «in exso corte... de uilla que fuit de sando fofiz medietate integra»³³⁰ (Madaíl, 1959: 9). A própria vila de Eixo pertenceu nesse mesmo século a duas sobrinhas de D. Urraca – D. Châmoa Honoriques, homónima da avó, e D. Teresa Fernandes "de Marnel" – que possuíam a vila em partes iguais. Esta D. Teresa Fernandes foi a primeira mulher de Mendo Viegas de Sousa, o segundo Sousa, que dela não teve geração, mas herdou a metade de Eixo, casando

³³⁰ As reticências estão na transcrição do documento, assinalando uma parte ilegível do diploma, como mandam as regras da diplomática e da paleografia, com o pequeno senão de ignorar a dimensão da lacuna, não permitindo, de forma alguma, a leitura abusiva e sem sentido que encontramos em Gaspar (1998: 33), ao traduzir o texto latino por «no cerrado de Eixo [...] uma inteira metade da Vila que pertenceu a Sando Fofiz». Traduzir "corte" por "cerrado", o primeiro significado registado por Torrinha (1945: 160c), aclarado logo de seguida como «pátio para gado ou instrumentos agrícolas; pátio; curral», não tem qualquer pertinência. Por outro lado, a expressão "cerrado de Eixo" não significa literalmente nada que se relacione com esta época, no sentido que o autor lhe pretende atribuir.

Bastava uma pequena consulta no *Elucidário de Viterbo* (vol. 2: 139a), ou nos *Estudos Económicos* de Alberto Sampaio, para desfazer quaisquer dúvidas e avançar para uma tradução correcta. Como afirma este último autor «[...] *chors, tis* ou *cobors, tis*, significava em latim clássico o recinto das construções rústicas; Varrão aconselha nas grandes explorações duas *cobortes*, uma das quais, pela descrição que faz, corresponde com justeza ao nosso eido, eirado ou quinteiro [...]» (Sampaio, 1979: v. 2, p. 75). Conვენhamos que é grande a distância entre metade de uma vila e metade de um casal ou de uma gleba. Alberto Sampaio chama ainda a atenção para a utilização daquele apelativo, que raramente surge na documentação medieval referido a terras de cultivo, aparecendo sobretudo relacionado com marinhas de sal, o que deve ser o caso, já que é essa a realidade imediatamente anterior e posterior, onde surgem os *talios* como subdivisões das *cortes*. Da análise do documento, não restam dúvidas que se trata de aquisições ou heranças de "*salinas*", no todo ou em parte, em "*sala*", "*Sá*" e "*exso*", "Eixo"; só no parágrafo seguinte o inventário começa a enumeração das herdades e, aí chegados, acabaram-se as "*cortes*".

em segundas núpcias com D. Elvira Fernandes "de Marnel", filha da acima referida D. Urraca Gonçalves e de seu marido Fernando Afonso de Toledo.

Deste segundo casamento veio a nascer Gonçalo Mendes (I) de Sousa, o terceiro Sousa, que foi senhor de Eixo e mordomo-mor de D. Afonso Henriques, de 1157 a 1167, casando com D. Urraca Sanches, sobrinha do rei, em cuja pessoa deverá engastar a personificação da lenda, com mais probabilidades do que a referida em primeiro lugar, considerando a estreita ligação à Casa Real, capaz de transportar o título de "rainha" para a lenda em apreço.

A referida propriedade terá ficado isenta de encargos, não por ali ter nascido um filho de D. Urraca, o que até poderia ter acontecido, mas porque esse filho, ou um outro, ali teria sido criado, na sequência de uma prática consuetudinária, vulgar entre a nobreza, praticada por estes senhores de Eixo que, seguindo o uso da época, poderiam ter instituído, neste casal, um "amádigo", isto é, um

casal ou herdade, que lograva os privilégios de *honra*, por nele se haver criado ao peito de alguma mulher casada, o filho legítimo de um *rico-bomem* ou *fidalgo honrado*. Era este um dos grandes abusos, que os fidalgos cometiam, e que se opunha aos interesses da real fazenda. Queria um lavrador libertar o seu casal ou herdade: pedia a um fidalgo, senhor da *honra* mais vizinha, lhe desse um filho a criar a sua mulher; criava-o ela em sua casa e, por ser ama do leite deste tal filho, amparavam os pais dele aquele casal e o honravam; e não só a casa do lavrador, mas todo o lugar e vizinhança onde o lavrador morava, ficava honrado, livre e isento de imposições e tributos (*Elucidário*, v. 1: 445a).

Em nossa opinião terá sido esta a origem da lenda e do topónimo, enquanto os factos com eles relacionados serão anteriores a 1290, ano em que D. Dinis acabou com tais abusos, que diminuía a terra reguengueira e os seus proveitos, mas também as propriedades da Igreja.

URZEIRAS

LAT. *ulice*-

fitotónimo

Urzeiras (08A)

O topónimo "Urzeiras", de "urze" (<LAT. *ulice*) + *-eiras*, designa um lugar onde abundam estas plantas, da família das Ericáceas, espontâneas e mais ou menos frequentes em Portugal sob várias designações: urze-branca, frequente e também conhecida por queiroga, quiroga e torga, a urze-durázia ou urze-das-vassouras e a urze-vermelha, também conhecida por chamiça

VACAS

LAT. *vacca-*

zootopónimo

Brejo das Vacas (03A)

Este elemento toponímico ajuda a perceber o significado de “brejo”: não só pasto natural mas também, por certo, cama para o gado.

VAGEIRA

LAT. **vacivaria*

agrotopónimo

Ponte da Vageira (04Y), Vageira (04V)

“Vageira”, do LAT. *vaci(v)u* + *-aria*, designa uma terra desaproveitada, que nunca foi plantada ou onde as plantas morreram (*Elucidário*, 2: 623).

VALA

LAT. *valla*, pl. de *vallum*

hidrotopónimo

Vala (02A), *Vala da Eirinha* (04E), *Vala da Ermida* (V), *Vala do Fontão* (07F), *Vala da Mata* (04V), *Vala Nova* (06L), *Vala Real* (04VW), *Vala do Rosário* (04Y), *Vala Veia* (04W), **Valas** (02A), *Vale da Valida* (11E), *Encosta da Valeeira* (05A), **Valia** (05A), *Valia de Vilarinbo* (02A).

O apelativo “vala”, do LAT. *valla* “trincheiras, tranqueiras”, plural do neutro *vallum*, designa uma escavação longa, que recebe ou conduz águas de rega ou serve para drenar terras sujeitas a inundações. Será este o caso da maioria das “valas” que encontramos na micro-toponímia de Aveiro.

Ainda que a sua origem esteja no plural de *vallum*, o latim popular transformou o plural neutro em *-a* no feminino do singular, o que explica a aparente anomalia. (Vasconcelos, 198?: 247).

Sobre a importância destas condutas de água, fala-nos um memorialista de Eixo, onde as terras baixas do “campo”, para além das inundações periódicas, sofriam igualmente outras transformações, resultantes dos sedimentos transportados pelo Rio Vouga:

As valas são a nossa antiga e fácil drenagem com que enxugam, alteam, aquecem e arejam os terrenos húmidos, baixos, frios e impermeáveis ao ar. Não sabemos o grau de fertilidade deste campo nos séculos remotos; mas devemos supor que foi em grau muito subido, atendendo aos foros pesadíssimos e rações de 4.^a a 9.^a que lhe foram impostos numa superfície que está sepultada a muitos metros de altura; sendo certo que a superfície actual não suportaria tais encargos.» (Vieira, 1984: 45-46).

Quanto à forma dos topónimos “Valia” e “Valida”, só a sua datação poderia fornecer algumas certezas no que respeita ao respectivo étimo, já que tanto podem ser derivados de “vale” como de “vala”, pois o primeiro era do género feminino em latim. O sentido de “valia” perdeu-se hoje por completo, embora ainda pudéssemos respigar o apelativo na *Nova Floresta* (v.1: 254) do Padre Manuel Bernardes: «Outros o levam por *valias* e pedreiras» (*GEPB*, v.34: 24b).

O “Vale da Valida”, que só aparece na carta militar, corresponderá a uma tautologia, se “valida” (= “valia”, forma derivada por queda do *-d-* intervocálico) provier do LAT. *valle* + *-ita*, sufixo diminutivo > *vallita* > *valida* (sonorização *-t-* > *-d-*). No século X, num documento de 991, ainda aparecia «suas valles» (Nunes, 1989: 222, n. 1).

“Valeeira” poderá ser um derivado sufixal de “vala” + *-(d)eira*, designando um lugar onde existem valas, pois, se proviesse de “vale” deveria ter dado “valeira”. Tenha a voz “vala” recebido o sufixo *-eira* ou *-deira*, o resultado pode sempre rever-se na forma recolhida,

porquanto **valadeira* podia dar **valaeira*, por queda do *-d-* intervocálico. Acontece que a crase *-ae-*, em vez do hiato, foi aqui resolvida pela evolução para *-ee-*, em que a primeira vogal deve soar /i/.

VALADO

ÁR. *baladí*

oicotopónimo

Valado (08GZZbZc),

Considerando as formas apresentadas por este topónimo até ao século XVIII – “Valadi” (séc. XII) e “Valade” (séc. séc. XV-XVIII) –, não nos inclinamos para uma origem no LAT. *vallatu*, que designaria uma propriedade rústica cercada por sebes ou valas.

A origem provável do topónimo poderá ser o ÁR. *baladí*, designando o assentamento local de uma família árabe, descendente dos primeiros invasores (Lleal, 1990: 113), denominados *baladiyyūn*, isto é, “primeiros colonos” (Watt, 1995: 38). A desinência sufixal *-í*, muito utilizada em gentilícios, é mais um elemento a favorecer esta hipótese.

VALE

LAT. *valle-*

hidro-, oico-, orotopónimo

Balinho (04A), *Barros da Costa do Valado* (08A), *Cabeço do Vale* (03A), *Cabeço do Vale de Salgueiro* (04A: Monte de Eixo), *Cbousa do Vale Caseiro* (02A), *Costa do Valado* (08AEHNSVZc), *Encostas do Vale do Rio* (08A), *Póvoa do Valado* (11AEHKNSVYZZc), *Quinta do Vale dos Ferreiros* (04A), *Quinta do Vale do Suão* (04V), *Tomadia do Vale da Fontinha* (03A), *Valbum* [*Vale Bom?*] (05A), *Valdejo* (02A), *Valduja* (02A), *Vale* (01A, 02A, 03A, 05A, 07A, 08A, 09A), *Vale(s)* (02A, 05A), *Vale dos Adobos* (04A), *Vale dos Adros* (04A), *Vale da Aguanada* (09AE), *Vale da Alagoa* (03A: *Tomadias*), *Vale da Alfândega* (04AEVW), *Vale da Andreza* (09A), *Vale do António* (07A), *Vale de Arada* (01AE), *Vale do Arrujo* (04VW), *Vale das Azenhas* (01A), *Vale da Azurva* (04EVW), *Vale de Baixo* (06A), *Vale do Barrêga* (01AE), *Vale do Borraçal* (08G), *Vale do Braçal* (04N), *Vale do Braga* (02C), *Vale do Branco* (01A), *Vale da Brogueira* (05A), *Vale do Bunheiro* (04A), *Vale dos Cabaços* (04A, 08A), *Vale da Cabana* (09A), *Vale da Cana* (08A), *Vale da Canisreira* (04V), *Vale do Carvão* (05A), *Vale do Caseiro* (02AC), *Vale do Castanheiro* (09A), *Vale da Catarina* (03A), *Vale de Cavadas* (04V), *Vale de Cavalos* (09E), *Vale do Clérigo* (01A), *Vale do Cojo* (10Y), *Vale de Colmeias* (05AE), *Vale da Cova* (08A), *Vale do Covo* (02AC: *Quintã do Loureiro*), *Vale dos Covões* (03A), *Vale Diogo* (08AE), *Vale Escuro de Verba* (07A), *Vale de Esgueira* (05A), *Vale do Ferreiro* (04/09A), *Vale da Fonte* (03A, 07A, 08A), *Vale da Fontela* (08?G), *Vale da Fontinha* (03/04AE, 05A), *Vale das Fontinhas* (09A), *Vale do Forro* (07A), *Vale da Galinha* (09A), *Vale da Gamela* (09A), *Vale do Godinho* (02A), *Vale Grande* (03A, 05A, 09A), *Vale da Granja* (04VW), *Vale da Horta* (08AE), *Vale do Inferno* (03A), *Vale das Janeirinhas* (04A), *Vale de Janeiro* (04A), *Vale de João dos Santos* (01A), *Vale do Junco* (02A, 07A), *Vale das Ladeiras(os)* (07A), *Vale da Ladra* (09A), *Vale da Lagoa* (03E), *Vale do Largo* (02A), *Vale da Lavoura* (03A), *Vale da Lebre* (08A), *Vale da Lagoa do Junco* (04E, 05A), *Vale da Lenda* (07A), *Vale do Lino* (08A), *Vale da Loba* (09A), *Vale de Loure* (04A), *Vale da Marinha de Cima* (05T), *Vale da Marinha de Fundo* (05T), *Vale de Marinhas* (05AT), *Vale do Marona* (01E), *Vale da Moita* (08A), *Vale da Mula* (07A: *Porto de Ílhavo*), *Vale do Olbo* (09A), *Vale do Parrêlo (ou Passêlo?)* (09A), *Vale do Pato* (09A), *Vale de Pedras* (05A), *Vale Pequeno* (04A), *Vale da(o) Pereira* (05A), *Vale de Pero Giro* (05T), *Vale do Picanço* (09/11AE), *Vale de Pinheiros* (04AVW), *Vale do Pombo* (08A), *Vale da Quinta* (01A, 09A), *Vale da Rama* (07F, 09A), *Vale do Ramil* (06A: *Vilar*), *Vale de Ratinha(s)* (05A), *Vale do Rato* (07A), *Vale do Rendeiro* (01A, 13A), *Vale de Ribeirinho* (04V), *Vale do Rio* (08A: *Oliveirinha*), *Vale Rondeiro* (13E), *Vale de Sá* (05T), *Vale Salgado* (05A), *Vale de Salgueiro* (04AV), *Vale de São Pedro de Aradas* (01U), *Vale do Seixo* (09AE), *Vale das (C)Silhas* (02A: *Quintã do Loureiro*), *Vale do Sobreirinho* (08A), *Vale do Suão* (04/09AVW), *Vale de Taipã* (04A), *Vale das Tenças* (03A), *Vale dos Tojos* (05A), *Vale das Tomadas* (03A), *Vale da Valida* (11E), *Vale Ventoso* (04AE), *Vale da Videira* (03AE), *Vale de Vilar* (06G), *Valia* (05A), *Valia de Vilarinho* (02A), *Valinho* (05A, 08A), *Valinhos* (01A: *Aradas*; 01A: *Quinta do Picado*; 07A, 09A).

O apelativo “vale” é uma das vozes mais produtivas na toponomástica da área do concelho de Aveiro, onde a encontramos sobretudo em topónimos com mais de um elemento, ocupando quase sempre a primeira posição e seguida de complemento preposicional, qualificativo ou de posse. Apesar da baixa altitude média do concelho, não será de estranhar esta profusão, considerando os numerosos arroios, ribeiros e riachos que, um pouco por

toda a parte, caracterizam a paisagem desta zona, escorrendo para as águas da laguna e do Vouga que abraçam o miolo do aro municipal a Leste, Norte e Oeste.

Estamos em presença de uma antiga realidade económica e sócio-cultural detectável, em toda a sua pujança, nas serranias do Norte de Portugal, Galiza, Astúrias e Cantábria, prolongando-se pelos Pirinéus. O “vale” tinha a água e a terra de aluvião, indispensável à fixação das populações que aí procuravam o habitat propiciador da actividade agro-pastoril. Estes acidentes orográficos que, nas montanhas do Norte, atingem por vezes grandes dimensões, individualizaram-se socialmente através do assentamento de diferentes subunidades da organização étnica indígena,

[...] ligadas por parentesco real o mítico, que vivían bajo una norma – o código consuetudinario – y se autoregían mediante la convocatoria de sus propias reuniones o asambleas (Diez Herrera, 1993: 10).

Isto mesmo transparecia na zona portuguesa do Gerês, nomeadamente na desaparecida comunidade de Vilarinho da Furna, estudada por Jorge Dias³³¹.

Na região de Aveiro estamos perante uma realidade necessariamente diferente, considerando a pequenez da área, embora seja possível identificar idiossincrasias marcadas e específicas, podendo corresponder a individualidades étnicas distintas que, durante a Idade Média, foram em parte respeitadas no enquadramento promovido pelo senhorialismo e pelo cristianismo.

Os dois poderes, o da terra e o da alma, raramente separados e bastas vezes coabitando, encabeçaram numa “vila” as instituições que entreteceram esses vales numa unidade política e religiosa. O primeiro mostrava-se na casa ou no celeiro senhorial, e nas magistraturas que o representavam, enquanto o segundo se exprimia através da paróquia, da respectiva igreja e do presbítero que a dirigia. A importância deste pequeno mundo ligava-se ao espaço de circulação de pessoas e bens que, nestes tempos recuados, raramente ultrapassava o aro paroquial, mesmo nesta região, em que o rio e a laguna possibilitavam uma maior aproximação entre as populações.

Por vezes o poder senhorial violentava esta harmonia primitiva, mas aqui vingava a organização religiosa, a respeitar os contornos culturais das antigas divisões. Em conclusão, podemos afirmar que a vida dos homens medievais, no território do actual concelho de Aveiro, girava politicamente em torno das “vilas” de Aveiro, Esgueira, Eixo e Arada, mas, em termos sociais e culturais, eram as paróquias que dominavam. E aí, para além destas “vilas”, teríamos de acrescentar a paróquia de Cacia e, mais tarde, mesmo quando a independência não é completa, as de Eirol, Nariz e Requeixo. Teremos de considerar ainda outros ajustamentos, como, a título de exemplo, a inclusão de Verdemilho (no poder temporal anexo a Ílhavo) na paróquia de Arada, e de Sá (também ligada senhorialmente a Ílhavo) meã das paróquias de Aveiro e de Esgueira

Em muitos casos estes “vales” integram-se numa bacia hidrográfica secundária, o que os liga entre si, facilitando os contactos, como acontece em Eixo, onde o “Vale da Granja” ramifica com o “Vale do Picoto”, o “Vale da Alfândega” com o “Vale do Cabeço Redondo” e com o “Vale do Salgueiro”, o “Vale do Suão” com o “Vale das Forcadelas” e o “Vale de Azurva” com o “Vale da Quinta da Velha” (Vieira, 1984: 51).

Etimologicamente “vale” deriva do LAT. *valle*, feminino que passou a masculino em português. Os derivados, com a marca do feminino, “Valia” e “Valida”, como vimos atrás s.v. “Vala”, poderão, por isso mesmo, provir de “vale”, identificando-se com “Valinho”, diminutivo que também consta dos registos da nossa recolha. “Valbum” será corruptela de

³³¹ DIAS, Jorge – *Vilarinho da Furna: Uma aldeia comunitária*. Nota preliminar. Pref. de Orlando Ribeiro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981. 313 p. (Temas Portugueses).

“Vale Bom” ou, talvez melhor, de “Vale do Bom”, se identificarmos este “Bom” com o antropónimo respectivo, antiquíssimo no Noroeste Peninsular e ainda bem vivo no século XV (vd. *supra*, s.v. “Bom”).

“Valdejo” e Valduja” devem corresponder ao mesmo acidente orográfico, em que a primeira forma será corruptela da segunda. Se não fosse a existência do *-d-* estaríamos perante dois diminutivos, formados com os sufixos *-echo* e *-ucho*, sonorizados. Mas, perante a presença do *-d-*, indício claro da presença da preposição *de* na forma anterior à aglutinação, inclinamo-nos para um antigo “Vale da Ucha” ou “Vale de Ucha” (vd. *supra*, s.v. “Ucha”).

VANGELHO

de: "Evangelho" ou "João [Jean] Velho"

antropotopónimo

Vangelho (02A)

Uma das explicações que encontramos para este estranho topónimo radica na denominação de uma outra propriedade, situada igualmente na freguesia de Cacia. Referimo-nos à “Arrota Velha Anjoa”, já tratada na entrada “Angejoa”, que poderia, na sequência da evolução “Velha Anjoa” > **Velhanjoa* > “Vangelho”, ter originado este topónimo, por aglutinação com crase de *-a + a-* e metátese produzida por atracção paronímica de “Evangelho”, facilitada pela manutenção paroxítona. O fenómeno da metátese é frequente no linguajar popular da região, como se verifica, por exemplo, na voz “jalbeira” por “algibeira” (Baptista, 1947: 311).

Outra hipótese, que pensamos plausível, corresponderia à evolução **Vale Ancho* + *-elbo* [< LAT. *-iculu-*], “vale larguinho”, > **Vale Anchelbo* > **Valanchelbo* > “Vangelho” (queda do *-l-* intervocálico e sonorização da palatal *-che-* > *-ge-*, por assimilação progressiva exercida pela sonora *van-*).

Mas a interpretação correcta parece ser bem mais simples, se considerarmos a existência de um Rui Dias Evangelho no século XVII, ligado a Beatriz Lara e almoxarife do Duque de Aveiro³³², ou o flamengo ou francês «Janvelho»³³³ [Jean? Velho] que no século XVII residia em Eixo, nome que poderia, por metátese *J <> V*, provocada pela atracção paronímica acima referida, dar “Vangelho”.

VAREIROS

< Ovar

emprotopónimo

Carreira dos Vareiros (05A)

“Vareiro”, de “ovareiro” < Ovar + *-eiro*, com aférese do *o* inicial, acabou por significar, devido a alargamento semântico e metonímia, vendedor ambulante de peixe, ou designar os habitantes da beira-mar, desde Aveiro até às proximidades do Porto. A “Carreira dos Vareiros” mostra-nos como Esgueira se encontrava nos caminhos percorridos pelo pescado.

³³² Informação do Dr. Manuel de Oliveira Barreira, que detectou esta personagem nos papéis do *Arquivo da Misericórdia de Aveiro*, quando procedia a pesquisa para a sua tese de Mestrado, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, titulada: *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: pobreza e solidariedade (1600-1750)*. 1995. 228 f.

³³³ Informação do Dr. Francisco Messias, que encontrou o nome na investigação que desenvolve sobre demografia eixense, a partir dos respectivos Paroquiais, no âmbito de uma tese de Mestrado apresentada na Universidade do Minho: *A antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha (1666-1900): estudo demográfico*. 1999. 285 f.

VÁRZEA

LAT.-HISP. **barcina*- < CÉLT. **barga* ?

agrotopónimo

Barja (08A), *Ribeiro da Várzea de São Bento* (08A), *Varja* (08A: *Costa do Valado*), *Várzea de S. Bento* (08A)

A voz “várzea”, planície cultivada nas margens de rio ou ribeiro, apenas se encontra nas proximidades de São Bento, lugar que nos aparece pela primeira vez num documento do século XVIII.

O topónimo deve ter entrado tardiamente na área do concelho de Aveiro, trazido certamente pelos arroteadores do local que, face ao exposto, não pertenceriam a esta região.

Pensamos que a fala local referida a esta realidade poderá provir directamente do celta, sem a evolução sufixal **barcina*, reconstruída para o latim popular. Os topónimos tratados acima, s.v. “Bragal” e “Brogo”, poderão ter alguma coisa mais a dizer-nos, porventura relacionado com a voz “Várzea”, necessitando de um estudo mais apurado.

VEIA

LAT. *vena*-

hidrotopónimo

Cale da Veia (05/06/10AY), *Esteiro da Mó Veia* (05A), *Esteiro da Veia* (10A), *Veia de Arada* (01S-1749), *Veia da Testada* (02C)

“Veia” tem aqui o sentido de caminho fluvial, corrente, sítio onde a água corre com mais força. Esta acepção mostra a existência de tautologia nos compostos “Cale da Veia” e “Esteiro da Veia”, devido, por certo, à perda do significado original de “veia”.

Velho

LAT. *vetula*-, *vetulu*-

elemento de lexotopónimo

Aido da Velha (07A: *Verba*), *Aido Velho* (03A), *Arrota Velha* (05A), *Arrota da Velha* (02A), *Arrota Velha Anjoa* (02A), *Caminho Velbo* (04A), *Campo Velbo* (04AV), *Casas Velhas* (09A), *Chouisa Velha* (01A: *Verdemilho*), *Chousa do Velbo* (02A), *Cruz Velha* (09A), *Cruzeiro da Ponte Velha* (03A), *Eira Velha* (04A), *Fonte Velha* (01A, 05A, 09A), *Fonte Velha da Verba* (07A), *Forno Velbo* (01A), *Horta Velha* (08A), *Ilba da Grota Velha* (02A), *Ilba Velha* (02A), *Ilhote da Grota Velha* (02A: *Vilarinho*), *Largo do Campo Velbo* (04E), *Murta Velha* (08A), *Palhal da Fonte Velha* (07A), *Ponte Velha* (03A, 09A), *Quinta Velha* (08A, 10A), *Quinta da Velha* (04AEV), *Rio Velbo* (02CY, 03A), *Terra da Velha* (06I), *Velbo* (06A: *S. Tiago*), *Vinha Velha* (01A), *Vinhas Velhas* (07A)

O topónimo “Velho” aparece isolado uma única vez, correspondendo, possivelmente, a uma metonímia de “Terra da Velha”, documentada em assento do século XVI.

De resto, o elemento “velho”, com as variações de género e número, surge na toponímia local sob as formas substantiva e adjectiva, no primeiro caso em sintagmas preposicionais com *de*, e, no segundo, como elemento qualificativo do nome anterior, fornecendo uma mera informação da antiguidade ou uma identificação por antonímia.

VENCARIAS

LAT. *vacca*-

agrotopónimo

Chão das Vencarias (06A: *Santiago*)

“Vencarias” pode ser má grafia ou corruptela de “vacarias”, da responsabilidade do escriturário da matriz ou de quem lhe transmitiu, por escrito ou oralmente, a informação. Se a hipótese estiver correcta, o topónimo referir-se-ia ao local de instalação dos currais das vacas, especialmente leiteiras, onde se mungia ou vendia leite de vaca.

O lugar de Santiago, actualmente quase todo ocupado pelo *Campus* da Universidade, era uma zona agrícola muito rica, que abastecia o velho burgo de Aveiro. Um memorialista aveirense dos finais do século passado, depois de se referir aos diferentes mercados e feiras

da cidade, acrescentava que

Aqui também é fácil comprar hortaliças, e até fructas e legumes no tempo proprio, a qualquer hora do dia, nas quintas, hortas e pomares, que ha, tanto em volta, como mesmo no centro da Cidade.³³⁴

VENDA

LAT. *vendare*

emporotopónimo

Azenha da Água da Venda (Z-1527), Rego da Venda (08AESVZ-1527)

“Venda”, de “vender”, por derivação regressiva, ainda hoje, nalgumas regiões do País, designa a taberna ou casa de pasto. Quanto à nossa “Venda”, já ali existia no século XVI, estrategicamente situada nas proximidades da azenha, no caminho que levava de Aveiro a Requeixo, passando pela Granja, sobre o cruzamento com um outro caminho que unia Eixo à “*uia pública colimbriana*” (actual estrada 335: ver infra s.v. “Verba”).

A importância destes estabelecimentos, semeados ao longo dos fracos caminhos de então, avalia-se pela profusão destes topónimos. Para Portugal, Frazão (1981: 830-833) regista 170, muitos dos quais eram estalagens de péssimo serviço, como nos é transmitido por vários relatos de viajantes portugueses e estrangeiros.

VENTO

LAT. *ventu-, ventosu-*

anemotopónimo

Moinho de Vento (09A), Rua do Vento (10A), Vale Ventoso (04AE)

Se no primeiro microtopónimo o determinativo “Vento” designa a força motriz do moinho, já não acontece o mesmo nos dois restantes, onde o substantivo e o adjectivo, recolhidos pelo romance directamente do latim, mostram a orientação de uma rua e de um vale, que os expõem aos ventos dominantes, causando suficiente desconforto para merecerem o destaque toponímico.

VERBA

LAT. *vepre-*

fitotopónimo

Aidos de Verba (07A), Areias de Verba (07A), Barros de Verba (07A), Cabeço da Verba (07A), Canadas de Verba (07A), Chão das Pedras de Verba (07A), Feital de Verba (07A), Largo de Berba (07F), Rego de Verba (07A), Ribeira da Silba de Verba (07A), Ribeiros de Verba (07A), Sortes de Verba (07A), Vale Escuro de Verba (07A), Verba (07AFGNZc-1174).

“Verba” é povoação antiga, que já nos aparece documentada à entrada do último quartel do século XII³³⁵. Antes dos fenómenos de assoreamento da antiga ria e da formação do cordão de areias do litoral (fig. p. 24), a zona em que se inscreve este velho topónimo ocupava uma situação geográfica privilegiada, com acessos rápidos quer ao profundo golfo em que desaguava o Vouga, através dos vales do ribeiro da Palha, do rio Largo (tautologia do seguinte, ao qual está ligado) e do ribeiro do Pano, quer à costa marítima, seguindo a actualmente denominada vala do Fontão e o rio Boco.

Este último trajecto patenteia-se no topónimo “Porto de Ílhavo”, no início do Fontão, certamente o “*arnario fontane*” documentado em 1253, num aforamento do Mosteiro do Lorrão, onde este potamónimo, conjuntamente com a “*uia pública colimbriana*” (actual estrada

³³⁴ QUADROS, Rangel de – Aveiro contemporaneo. In *Catalogo-Almanach da Imprensa Aveirense*. Aveiro, 1883. Edição para 1884.

³³⁵ Vd. *Anexo I*, p. LXX e p. I-III para a identificação das fontes

335?), surge a delimitar a herdade aforada (Madaíl, 1959: 74). O *arnario fontane* será o actual ribeiro do Fontão, cuja antiga comunicação com o rio Boco está implícita no referido "Porto de Ílhavo", debruçado sobre a margem norte do primeiro.

O topónimo "Verba" talvez já tenha sido um apelativo, porventura do período em que o latim popular aqui fez a sua entrada. Se o foi não deixou qualquer rasto nos dicionários das línguas românicas da Hispânia, onde, como veremos, só se descobre na toponomástica.

A formação desta fala terá ocorrido, como dissemos, em pleno domínio do latim popular, nos primeiros séculos da nossa Era, quando o latim falado pelas populações da România já tinha sofrido profundas alterações, tanto na morfologia, como na sintaxe ou no léxico, facilitando a sua divulgação e afirmação no seu convívio com os adstratos. Entre essas transformações destaca-se a simplificação das declinações, que de cinco passaram na prática a três, já que a quinta se fundiu na primeira e a quarta na segunda. Outro tanto aconteceu com os seis casos da declinação clássica, reduzidos então ao nominativo e ao acusativo, pesem embora alguns particularismos (Vasconcelos, s.d.: 247).

Colocados estes considerandos, podemos agora atribuir a "Verba" o étimo LAT. *vepre-*, "espinheiro, sarça, silvado", explicando a evolução pela sequência *vepre* > **vebre* > **verbe* > *verba*. O ponto de partida poderia ter sido já **vepra*, da primeira declinação, mesmo que *vepres*, *is*, pertencendo à terceira, nela deveria continuar; só que, nesta ocorrência, os dois casos remanescentes no latim popular tinham na terceira e na quinta declinação as mesmas desinências casuais – *-es* no nominativo, *-e(m)* no acusativo –, o que poderia justificar o embaraço; também o *-m* final da desinência do acusativo já tinha caído no *sermo cotidianus* (Fonseca, 1985: 34, 36). O segundo registo desta evolução corresponde à sonorização *-p-* > *-b-*, fenómeno hispânico já detectável no século III (Idem: 58), a que se seguiu a metátese do *-r-* que recuou para a primeira sílaba, fechando-a e facilitando a articulação, pois o som das vibrantes, como também das laterais, está mais perto dos sons vocálicos que de quaisquer outras consoantes. Localmente, a procura da facilidade articulatória chega mesmo ao betacismo do /v/ inicial, como decorre do topónimo "Largo de Berba".

Embora único em Portugal, como acima afirmámos, este topónimo pode ser encontrado em Espanha – «Brieva (Ávila), Brieva en Cameros (La Rioja), Brieva de Juarros (Burgos) [...], Brieves (Astúrias)» – e, na Itália, La Vepra (Lombardia) e Viepri (Massa Martana) (Nieto Ballester, 1997: 94).

VERDEMILHO

LAT. *Villa d' Emiliu-*

Antropotónimo

Agra de Verdemilho (01A), Torreão de Verdemilho (01A), Verdemilho (01AGJUZZaZc-1166)

Entre Aveiro e Ílhavo, na zona em que se inscreve o topónimo Crasto, encontramos o lugar de "Verdemilho" cuja grafia actual esconde quase tudo o que teria estado na sua origem, só passível de ser percebido através da documentação medieval. Respondendo ao inquérito paroquial de 1758, com base no questionário elaborado pelo Padre Luis Cardoso, o pároco de Ílhavo, João Martins dos Santos, abre caminho à compreensão do topónimo:

dos lugares do Termo que ficam fóra da freguezia, o mayor he uerdemilho, que no Foral se chama villa de milho (Madaíl, 1936: 303).

A documentação medieval, nomeadamente a publicada por Madaíl (1959: *passim*), mostra-nos a evolução deste topónimo, desde *Villa de Milio* (1166) a "Vila de Milho" (1355), com esta última forma a mostrar-se já no "Vilademilho" de 1296. A forma actual do topónimo terá aparecido entre 1527, ainda "Vila de Milho", e 1689, já lugar de Verdemilho.

Antes de tentarmos explicar o nome deste lugar, para o qual haveria muito mais certe-

zas se pudessemos contar com a prospecção arqueológica no sítio do Crasto, lembramos a existência, cerca de 570, de uma paróquia sueva denominada *Milia*, nas margens do rio Ave (Fernandes, 1968: 63-64, 76).

A “Villa de Milio”, que subjaz a Verdemilho, poderá ser povoação antiquíssima, se aceitarmos uma primitiva *Villa Aemilia* cujo antropotopónimo tivesse resistido, nesta zona tão isolada e descentrada, ao aparecimento do caso possessivo em *-anus* (*Villa Aemilianus*) e ao genitivo de tipo integral (*Villa Emilius*) ou elíptico (*Emilius*) (Piel, 1989: 156).

O isolamento da zona está bem patente no mapa das paróquias suevas (Fernandes, 1968: 76), totalmente ausentes de todo este litoral, certamente ainda não cristianizado. A única paróquia registada nas proximidades corresponde a Antuã, havendo incertezas quanto à localização de *Insula* que, para Almeida Fernandes, se situaria na região da Feira³³⁶.

Durante a Reconquista, quando o genitivo deixou de ser usado na linguagem corrente, a forma única, que passa a ser utilizada, baseia-se no acusativo, como de resto acontece com os nomes comuns (Piel, 1989: 157-158). A partir daqui temos, para os topónimos deste tipo, a perífrase com a preposição *de*, e, a *Villa Emilia* de que falávamos poderia ter dado lugar à **villa de Emilio* ou **villa d' Emilio* (> vila d'E Milio, a “villa de Milio” de 1166), se a elisão não tivesse acontecido já antes, no falar dos íncolas, com a primeira sílaba de *Emilio* a fundir-se na última de *vila* (**Villemilio* > *Villa de Milio*).

VESSADA

LAT. *versata-*

agrotopónimo

Aidos da Vessada (07A), *Cabeço da Vessada* (05A), *Matos da Vessada* (07A), *Ponte da Vessada* (07AZc), *Silbas da Vessada* (07A), *Terras da Vessada* (07A), **Vessada** (07AF, 09A), *Vessada do Véro* (05A), **Vessadinha** (08A, 09A)

“Vessada”, terra fértil e regada, que se lavra e cultiva (*Elucidário*, 2: 629a). O topónimo corresponde à substantivação do participio passado feminino de “vessar” < LAT. *versare* “revolver, lavrar com o arado”. Estes topónimos, quase todos na freguesia de Nariz, poderão significar colonização nortenha, a crermos na afirmação de Piel (1989: 74), que os confina ao Minho.

Mas a distribuição deste topónimo ultrapassa aquela província, já que o encontramos em Trás-os-Montes – “Vessadios” –, na região do Porto e no distrito de Aveiro, onde está presente em Oliveira de Azeméis, Murtoza (Frazão, 1981: 835-836) e Arouca (Fernandes; Silva, 1995: 178). E, embora já inexistente em Eixo, havia ali, em 1587, a chamada “vessada do Paço”, frente à igreja matriz, que, em 15 de Julho daquele ano, foi comprada pela condessa de Odemira para o seu filho menor (Gaspar, .

Com a mesma origem, sob as formas “Avesada(s)”, “Vesadiña” e “Vesada”, encontra-se igualmente na Galiza, onde deu nome ao «arado *besadoiro*, etimologicamente *vesadoiro*, arado forte, axeitado para roturar ou *vesar* terras pesadas» (Cabeza, 1992: 428).

VIDEIRA

LAT. *vite-*

agro-, fitotopónimo

Vale da Videira (03AE)

³³⁶ Almeida Fernandes considera absurda a hipótese de Pierre David (1947: 37) que concentra num único topónimo — *Insula Antunane* — os dois nomes que, para aquele investigador, correspondem a paróquias distintas. Quanto a nós, a hipótese de Pierre David até tem verosimilhança, se atentarmos que um dos afluentes do rio Antuã é precisamente o rio Ínsua, o que, no entanto, não retira possibilidades à outra suposição, contribuindo talvez para precisar melhor a sua localização (Fernandes, 1968: 101-102). No concelho de Oliveira de Azeméis existem actualmente três lugares denominados “Ínsua”, nas freguesias de Carregosa, Cucujães e S. Martinho da Gândara (Frazão, 1981: 397).

A carta militar não mostra, na área de inscrição deste microtopónimo, qualquer símbolo de casa de habitação. O determinativo “videira”, de “vide” + *-eira* < LAT. *vite*, deve estar por “vinha”, que a referida cartografia (fl. 185: Aveiro) assinala no pequeno plano donde parte este vale.

Trata-se de um vale abrigado, que escorre para a ribeira da Horta, onde se encontra o limite entre as freguesias de Eirol e de Eixo. Referindo-se a Eixo, e a estes vales não pantanosos, lemos numa memória do século passado que

«Os vinhos destes vales, são inquestionavelmente os melhores por serem mais maduros que os das latas» (Vicira, 1984: 51).

VIELA

LAT. *via-*

odotopónimo

Boca da Viela (07A), Chão da Viela (04A), Chão da Viela do Monte (02A), Viela... × 29 (01A, 02A, 04AW, 05A, 06AU-c.1830, 08A, 09A, 10AQ-1745), Vielas (02AC)

“Viela” do LAT. *via-* “rua, estrada, caminho” + *-ela*, sufixo com função diminutiva, quando ligado a nomes, designa um caminho estreito, de ligação entre leiras e propriedades.

VILA

LAT. *villa-, villare-, villarinu*

oicotopónimo

Agra de Vilarinbo (02A), Areias de Vilar (06A), Arrota da Vila (01A), Cale da Vila (06/10AQY-1592), Caminho de Vilar (05AT-1446), Canal da Vila (10B), Carreira de Vilar (05T-1446), Cavadas da Marinha de Vilarinbo (02A), Chão de Vilar (06A), Cimo de Vila (06ISU-1556), Estrada de Vilar (06I-1556), Fonte de Vilarinbo (02A), Moinho de Vilarinbo (02G, 1228), Monte de Vilarinbo (02A), Par da Vila (05T-1446), Pateira de Vilarinbo (02C), Quinta de Vilar (06A), Ribeiro de Vilarinbo (02A), Silbas de Vilar (06A), Vale de Vilar (06G-1506), Valia de Vilarinbo (02A), Vila Cova (09A), Vila dos Ferreiros (06A), Vila Nova (10HIU-1431, 09E: Requeixo), Vila Pombal (09E), Vila da Ucha (04A), Vilar (06.AEGIKRSZTU-1446), Vilar da Capela (05T-1446), Vilarinho (02ACGKQYZZc-1106)

As *villæ*, “vilas”, foram introduzidas no Noroeste da Hispânia no tempo de Augusto. Eram grandes explorações agrícolas, já divididas em duas partes, uma cultivada directamente pelo proprietário, através de *servi*, dirigidos por um feitor, enquanto a outra parte se fraccionava em parcelas, distribuídas por homens livres ou *servi* que as agricultavam isoladamente.

Dentro destes latifúndios havia várias construções, entre as quais a *villa urbana*, residência temporária ou permanente do proprietário – o *dominus* “senhor, dono, senhor da casa” – que, no Noroeste ibérico, se denominavam *palatium* (>Paaço > “Paço”) ou *palatiolum* (>Paaçolo > “Paçô”).

Nas proximidades do *palatium* – a casa do *dominus* – estendia-se a chamada *villa rustica*, fechada em torno de um eido ou eirado, onde se encontravam todas as outras instalações de apoio à actividade agrícola, como os aposentos dos *servi*, os celeiros, arrecadações para as alfaias e as cortes do gado.

Mais afastadas, em grupo ou isoladamente, erguiam-se as pequenas *casæ* dos camponeses das parcelas independentes. Eram casas de vários tipos, umas cobertas de telha ou de colmo, outras pequenas cabanas, de construção mais precária e pobre. Estas habitações camponesas eram conhecidas por *casarii*, vindo a designar, a partir do século IV, a globalidade da fracção distribuída a cada família, e os marcos que delimitavam essas parcelas chamavam-se *casales*. Com o andar do tempo, o *casarius* (> “caseiro”) veio a designar o caseiro ou rendeiro, enquanto os *casales* (> “casais”) deixam de ser sinónimo de marcos, para denominar a parcela que individualizavam.

A crescente fragmentação das *villæ* trouxe outras denominações para as respectivas subunidades, designadas no Noroeste hispânico por *casales*, *quintanas* ou *quintas*, *villares* e *villarini* que, na Alta Idade Média, se tinham já transformado em prédios independentes. (Sam-

paio, 1979, v.1: 67-75)

A evolução destas fracções veio, na Baixa Idade Média, a alterar o sentido de muitas destas falas. Assim, a “Vila”, do LAT. *villa-*, passou a designar um povoado de dimensão equivalente às nossas aldeias e pequenas vilas; “Vilar”, do LAT. *villare-*, foi no baixo-latim um adjectivo derivado de *villa*, que acabou substantivado, significando aldeola ou lugarejo; “Vilarrinho”, do LAT. *villarinu* < *villare* + *-inu-*, sufixo diminutivo, nomeou igualmente uma pequena aldeia ou lugar. “Casal”, do LAT. *casale* que, como vimos, designava primitivamente os marcos de uma parcela agrícola, passou a significar essa mesma unidade agrícola, na sua totalidade, incluindo a casa e as terras, e o plural “Casais” (< LAT. *casales*) acabou por indicar também um pequeno lugar, um lugarejo.

Em 1527, quando em Portugal se fez o primeiro numeramento ou contagem dos fogos, na área do actual concelho de Aveiro havia as vilas de “Aveiro”, “Esgueira”, “Eixo” e “Arada”, com diferentes graus de autonomia, o que se reflectia nos poderes e tipos de magistraturas locais, para que eram eleitos os cidadãos mais ricos e influentes, os chamados “homens bons” dos alvores da nossa nacionalidade.

Todas estas “vilas” estavam, em 1527, sujeitas a autoridades senhoriais que, por isso mesmo, aqui arrecadavam diferentes rendas e alcavalas: Aveiro pertencia a D. Jorge de Lencastré, filho natural de D. João II, Mestre de Santiago e Duque de Coimbra; Esgueira pertencia ao Mosteiro de Lorvão (no cível) e à Coroa (no crime); Eixo estava nesta altura na posse da Coroa, passando mais tarde para a Casa de Bragança; Arada pertencia ao Mosteiro de Grijó, de que era prior o bispo de Safim.

VINHA

LAT. *vinea-*

agro-, fitotopónimo

Barro da Vinha (02A), Chão da Vinha (05A, 06A), Chãos da Vinha (08A), Mato Entre-as-Vinbas (07A), **Vinha** (01A, 05A), Vinha da Agra (02A), Vinha do Chão de Além (06A), Vinha da Cboisa (06A: Presa), Vinha Longa (06A: Vilar), Vinha da Pega (G-1417), Vinha do Pires (05A), Vinha da Taipã (03A: Carcavelos), Vinha Velha (01A), Vinhas (03AE, 09A), Vinhas da Feira (08A), Vinhas da Gándara (07A), Vinhas do Grilo (07A), Vinhas do Ribeiro (07A), Vinhas do Salgueiro (07A), Vinhas Velhas (07A)

“Vinha” do LAT. *vinea*, “terreno plantado de videiras”, aparece-nos pela primeira vez, na microtoponímia local, no início do século XV. Mas, como mero apelativo, referido à respectiva cultura na área do concelho de Aveiro, encontramos-lo já em séculos anteriores.

Em Agosto de 1181, na carta de aforamento outorgada a Arada pelo mosteiro de Santa Cruz, que nos mostra o fraco povoamento da zona, atribui aos

[...] hominibus nostris de Erada [...] tale forum ut quicumque de novo ruperit terram nostram et laboraverit in ea panem vel plantaverit *vineas* det inde nobis *octavam* partem videlicet tam de panem quam de *vino* [...]. (Madaíl, 1959: 33)

Os arroteamentos devem ter corrido a contento, pelo que, passados menos de sete anos, em Abril de 1188, já com outro prior, aparece-nos um novo documento de empraçamento das vinhas de Arada,

[...] ut faciant et plantent ibi *vineas* et quando ipsæ vineæ *vinum* dederint de ipsis vineis nobis per singulos annos *Septimam* partem de vino persolvant [...]. (Idem: 39),

mas, desta feita, o cânone subia da oitava para a sétima parte do vinho produzido, tanto os homens de Aradas tinham de entregar ao cenóbio senhorial.

VIRGIAL

LAT. *viridiale-

agrotopónimo

Vergiais (02CT-1446), *Vergial* (02A), *Virgial* (02A)

A forma normalizada “vergel”, designando “pomar, jardim, horto” nunca nos aparece na microtoponímia local sob essa designação. A documentação do século XV fornece-nos as falas “bergeaes”, “bergeas”, “bregeas” e ainda um “bregoa”, enquanto os registos do início deste século transmitem a forma “Virgial” (ver *Anexo I*, p. LXX).

Com origem no Sul de França, não encontramos este apelativo em qualquer dos dicionários de francês regional consultados³³⁷. Apenas descobrimos uma referência a esta fala numa obra sobre toponímia occitana, onde podemos ler que,

Le *vergèr* < latin *viridarium*, “lieu planté d'arbres” et qui désigne en languedocien un “verger” ou, avec un sens plus précis “un champ d'oliviers”, se retrouve dans la toponymie sous la forme **Verdier** (évolution semi-savante). (Fénié, 1997: 86)

Perante o exposto, não nos parece que estas falas aveirenses passem pelo provençal, como se afirma nalguns dicionários, devendo ter sido recebidas directamente do LAT.-POP. *viridiale < viridia (pl. n.) + -ale.

VIRGÍNIA

?

antropo- agrotopónimo

Virgínia (04A)

“Virgínia” poderá ter origem no respectivo antropónimo, mas há a possibilidade de estarmos perante uma corruptela de “vergel” (ver s.v. “virgial”), se considerarmos as falas recolhidas para exprimir este tipo de exploração agrícola, onde inclusivamente encontramos, na mesma freguesia, um “virginal” a par de “virgial” (ver *Anexo I*, p. LXX).

VIRIATO

LAT. viridatu-

cromotopónimo

Ribeiro do Viriato (02A)

“Viriato” não deverá corresponder a um antropónimo, que dificilmente daria o nome a um ribeiro. Inclínamo-nos, por isso, para uma derivação do participio passado do verbo LAT. *virido* “tornar verde, ser verde”, com referência à cor das águas do ribeiro, ou, mais provavelmente, à vegetação do vale.

“Viriato” < LAT. *viridatu-*, no masculino a concordar com “ribeiro”: a evolução explica-se pela queda do -d- intervocálico, que ocorre na formação do português.

VISO

LAT. visu-

orotopónimo

Chousa do Viso (02A), *Quinta do Viso* (12R), *Viso* (03A, 05A, 09A), *Visolha* (08A),

“Viso”, do LAT. *visu-*, participio passado dos verbos *videre* “ver” e *visere* “contemplar”, veio a identificar-se, por metonímia e extensão semântica, com o nome comum sinónimo de cume ou outeiro, lugar alto donde se pode observar uma vasta panorâmica. A corroborar esta asserção temos o facto do topónimo “Viso” aparecer, nas suas origens, em paralelo com “Solposto”, designando o mesmo lugar³³⁸.

³³⁷ Camps, 1991; Boisgontier, 1991; Boisgontier, 1992.

³³⁸ Vd. supra, anotação em *Solposto*.

Este topónimo, com a mesma grafia e o mesmo significado, é bastante frequente na Galiza (Cabeza, 1992: 511).

VIÚVA

de viúva (cor negra)

antroponímico, ornitotopónimo

Ilha da Viúva (02A)

Viúva ou *galeirão comum* são nomes vulgares da *Fulica atra*, ave de plumagem negra, residente na Ria de Aveiro, onde pode ser observada regularmente em certos juncais e caniçais³³⁹.

Embora considerando esta hipótese, perfeitamente consentânea com a topografia lagunar, não podemos excluir um prosónimo com base no estado civil do proprietário, o que não nos foi possível desvendar.

VIVEIRO

LAT. *vivarium*-

tecnotopónimo

Viveiro (02A, 04A)

Recinto próprio para a criação e reprodução de animais ou plantas. Nestas duas freguesias, ribeirinhas do Vouga ou da laguna, o topónimo deve significar o “sítio onde se conservam peixes vivos”.

O apelativo existe também no léxico do salgado de Aveiro, designando o primeiro compartimento da ordem das comedorias (conjunto do viveiro e dos alibés). A cota destes viveiros deve ser tal que permita que a sua água escorra totalmente para o esteiro, para facilitar a respectiva limpeza e posterior secagem ao sol. Esta operação tem lugar no final da safra, no mês de Setembro, fornecendo ao marnoto grandes quantidades de bom peixe, cuja venda serve para equilibrar o orçamento familiar. Estes viveiros devem também escorrer para o lado da marinha, para ser possível o total aproveitamento da sua água, com melhor concentração que a do esteiro, reduzindo ao mínimo a entrada de água nova.

VOLTA(S)

LAT. *voluta*- do v. *volvere*

hidro-, odotopónimo

Volta (09A), Voltas (04A)

O apelativo "volta(s)" é uma substantivação do participípio passado do verbo LAT. *volvere* "rolar, fazer rolar, fazer dar voltas", que já tinha ocorrido em latim com o substantivo *voluta* "voluta (ornato do capitel jónico)".

Sendo evidente o significado de sinuosidade(s), curva(s), meandro(s), o microtopónimo deverá referir-se à irregularidade da configuração de certos caminhos ou cursos de água.

Firmamos esta opinião no microtopónimo "Volta", marcado na carta militar (Fl. 185) sobre a margem direita do rio Águeda, frente à Ponte de Requeixo, no sítio onde o rio faz uma curva de cerca de 90°, pelo que acreditamos que o hidrotopónimo abrangerá igualmente a margem esquerda (ver *supra* s.v. "Arrabeia"). Quanto à forma plural registada em Eixo, embora possa referir-se aos meandros do Vouga ou de qualquer dos ribeiros locais, também poderá relacionar-se com os múltiplos e sinuosos caminhos existentes na freguesia.

O topónimo regista-se um pouco por todo o País, nas formas singular e plural ou com determinativo (Frazão, 1981: 861; *GEPB*, 36: 623a). Na Galiza abunda a forma "Revolta",

³³⁹ Vd. *GEPB* (11: 943, s.v. «fulica»); Idem (12, 55, s.v. «galeirão»); Idem (36: 519a, s.v. «viúva»); vd. também Reis (1993: 54).

quase sempre referida a caminhos ou passagens entre montes (Cabeza, 1992: 160; 353).

VOUGA

I.-E. *Vacua*

hidrotopónimo (potamónimo)

Barreiras do Rio Vouga (02A: Vilarinbo), Rio Vouga (02/10CG-1050: nauca; 1106: Vouga)

O Vouga, à semelhança de outros grandes cursos de água, constituiu uma importante via de penetração dos povos da Antiguidade, que tendiam a utilizar os vales dos rios, onde preferentemente se fixavam, como é por demais evidente nos vestígios arqueológicos que acompanham grande parte do seu percurso.

O potamónimo Vouga, que nos clássicos aparece com a grafia *Vacca* e *Vacua*, pode dever o seu nome aos *Vaccæi*³⁴⁰, que demoraram a norte do Douro, ocupando uma região que subia de Zamora a Alava. Alguns deles, empurrados pelas acções militares romanas, bem poderiam ter chegado ao Vouga, através dos vales do Douro e de algum dos seus afluentes da margem esquerda.

Como nos diz Alarcão (1983: 98-99), não há nenhum argumento válido que impossibilite a identificação do Cabeço do Vouga com o *oppidum Vacca*, noticiado por Plínio, que também poderia ser responsável pelo hidrotopónimo, costume popular ainda bem vivo e patente no século XIV, no potamónimo *Rio de Cacia*, apelativo com que os cacienses reconheciam o Vouga³⁴¹. Já em Plínio, em vez da referência ao *Munda* "Mondego", encontramos a passagem da descrição da Lusitânia em que nos surgem os *oppidum et flumen Æminium* (L. 4, 113), atestando esta prática na Antiguidade Clássica.

Como já aventámos noutro lugar, os padrinhos do nosso Rio também poderiam ter sido os *Bellovacii*, em cujo etnónimo é possível encontrar as bases para *Vacua* "Vouga", *Oppidum Vacca*, *Belli* e *sub porto de Belli*³⁴².

Mas, considerando outros rios europeus, com denominações semelhantes, como sejam *Vača*, *Vaegi*, *Vaen'ga*, *Vaga*, *Vagaj*, *Val'ja*, *Vangaš*, *Vaška*, *Voč*, *Vogulka*, *Vojkor*, *Volčanka*, *Volga*, *Vorkuta*, na Rússia, *Vovča*, na Ucrânia, *Vuka*, na Croácia, bem como o que fica dito na nota de rodapé anterior, não excluimos uma outra origem, seja ela indo-europeia ou mesmo pré-indo-europeia.

³⁴⁰ É esta a forma que nos é transmitida por Plínio, *Naturalis Historia*, 4, 112.

³⁴¹ Documento de 1363: «Rio que chamam Cacia» (Madaíl, 1959: 133).

³⁴² Ver supra, p. 54, referência e transcrição de parte de um documento de 1050. No entanto não excluimos outras hipóteses, nomeadamente pré-indo-europeias, quando deparamos, nas línguas ameríndias da América do Sul com vozes como o MAYORUNA *naka* "água", CULINO *yaku* "água" e *waku* "rio", AMAHUACA *wakum* "água" e NOCOMAN *wakoja* "rio"; ou, no AINU, língua que apresenta semelhanças com o indo-europeu e que era falada no arquipélago japonês antes da chegada dos Nipões, contando hoje com cerca de 15 000 falantes nas ilhas de Hocaído, Curilas e Sul da Sacalina, na qual o conceito "água" se exprime pela fala *wakka* (Ruhlen, 1996: 102 e 104).

Conclusão

Tentaremos de seguida, de forma necessariamente sintética, retirar algumas ilações do trabalho desenvolvido ao longo das páginas precedentes, embora reconheçamos, pelas razões já apontadas (vd. *supra*, p. 109), os limites de tais conclusões, considerando o grande número de topónimos eliminados, para o que bastará confrontar o *corpus* do Anexo I com o *glossário* analisado no último capítulo da *Segunda Parte* deste estudo.

Das lacunas aduzidas destacam-se as problemáticas relacionadas com a hagiónimoia e a antroponímia, bem como o manancial que certamente resultaria do tratamento da nomenclatura das marinhas de sal, a que podemos acrescentar algumas dezenas de microtopónimos aparentemente pré-romanos ou mesmo pré-indo-europeus. Mas a complexidade desse material, em conjugação com os prazos de que dispusemos e a forma como trabalhámos uma parte importante da toponímia arrolada, não permitiu que tivéssemos ido mais longe.

A estas limitações teremos de acrescentar a desigualdade de tratamento dos topónimos estudados, já que, em muitos deles, seria possível uma visão acrescentada, nomeadamente no que concerne à respectiva integração no espaço português, peninsular e europeu, passando, pontualmente, por incursões além das fronteiras do velho continente. Contudo, o cumprimento destes desideratos implicam tempo, tempo para estudo e para reflexão, e para aprofundamento dos nossos conhecimentos e competências na área da linguística, como também uma pesquisa bibliográfica acrescida, pese embora o investimento já feito em todos estes sectores.

Conscientes dos avanços conseguidos, não o estamos menos no que respeita ao que ficou por fazer, porque o caminho é longo e, quanto mais o desbravamos, mais afastados ficamos do inatingível desfecho.

A ocupação pré-histórica da área do actual concelho de Aveiro está comprovada pela arqueologia, pelo menos em relação ao monumento funerário de “Mamodeiro”, mas a toponímia estudada aponta para outros locais, que mereceriam igual tratamento, sejam eles a “Azenha do Mamoa”, “Mama da Pega”, “Mamoa”, “Moita da Mamoa” e “Crasto”, ou ainda “Medela”, “Arcola” ou “Arcoza” (?), “Chão dos Arcos” e “Pedra da Moura”.

Alguns destes últimos microtopónimos poderão não corresponder a qualquer vestígio pré-histórico, mas não deixam de constituir indícios a merecerem uma visita de equipas especializadas, com vista a um estudo topográfico e prospectivo, que os coloque no campo das hipóteses a verificar ou os afaste dessa possibilidade.

No que se refere a “Mamodeiro”, a velha *Mamoa do Eyro* de 1287, deixa-nos, para além das informações da prospecção arqueológica, o enigma do povo responsável pelo nome *Eyro*, do complemento preposicional, que, no seu manifesto parentesco com o VASC. *erio* “morte”, aponta para um antiquíssimo assentamento pré-indo-

européu, podendo corresponder ao nome primitivo do sítio, antes do romance lhe antepor a “Mamao” e do povo os aglutinar em vestimenta de peça única, a mascarar o conteúdo esquecido.

“Carcavelos”, o antigo *Cacavelos* de 1220, assim continuando na Galiza e em Leão, poderá ter resultado da aglutinação de dois topónimos vizinhos, *Caca* + *Belli* (“Belos”), este último atestado documentalmente em 1050 e 1116, e o primeiro travestido de “carca”, talvez por aspiração do substrato ou para não ofender o ouvido do latim ou do vernáculo. Este topónimo constitui mais um problema não totalmente resolvido, apesar dos esforços de Espírito Santo (1988) que parte de uma meta antecipadamente traçada – uma Hispânia originalmente semita –, afastando os escolhos, que lhe surgem a cada passo, com extrapolações e equivalências, sem se preocupar minimamente com a fundamentação histórica ou linguística³⁴³. E assim, uma tese de extrema criatividade, que poderia ser tratada do ponto de vista científico, aca-

³⁴³ Moisés do Espírito Santo (1988) acha-se senhor da verdade absoluta e definitiva, não recuando perante o ataque a historiadores e linguistas, acusados de inaptos na análise toponímica, já que, na sua perspectiva, «a compreensão da significação dos topónimos é também [não discordamos] (ou sobretudo) [agora discordamos] o terreno dos etnólogos e dos sociólogos» (id.: 255). É dolorosa tanta falta de humildade científica, principalmente dirigida a cientistas que trabalham em interdisciplinaridade, com todas as ciências que possam contribuir para a correcta interpretação da onomástica. Moisés do Espírito Santo, que faz algumas críticas pertinentes a muitas interpretações toponímicas, perde toda a razão e terá dificuldades em ser aceite nas hipóteses porventura correctas, que as encontramos, precisamente pela falta de humildade e pela arrogância demonstrada, nomeadamente quando pretende reduzir todos os *Bel-*, *Bal-*, *Vel-* e *Val-* ao deus semita *Bal*, ignorando que esta divindade será possivelmente anterior às culturas semitas, já que é comum a muitos povos da Antiguidade:

Bel, Bell- (y formas com V-) es [...] un antiguo nombre de divinidad ampliamente difundido, prácticamente en todas las culturas, y muy especialmente en el mundo celta. [...] En sus versiones celtas es *Beli*, *Bellona*, *Béleno*, etc., masculinas y femeninas, la suprema divinidad solar y del fuego, cuya fiesta, el *Beltene* (‘el fuego de Bel’), se celebraba la noche del 30 de Abril, encendiendo hogueras simbólicas, dadoras de salud y fertilidad *, las mismas que hoy se llaman de *San Juan*.

* A este fin se hacía pasar el ganado entre dos fuegos. Las cenizas se esparcían después por los campos. Esta festividad se relacionaba también con el culto a las aguas, opuesto al del fuego y siempre relacionado con él. (Caridad Arias, 1995: 307).

E quanto à deusa *Istar*, também se poderiam apresentar outras hipóteses, como as que estarão por detrás de *Ister* ou *Istros*, o antigo nome do Rio Danúbio.

Se historicamente não podemos negar a presença semita na Hispânia, e ninguém o nega, já será anedótico transformar os Lusitanos em semitas e varrer os Celtas da Península, transformando

o termo “celta” utilizado na Península no sentido de não-romano [sic] [...no] termo fenício-cartaginês *selte*, *sálte* que significa “governador absoluto, tirano, dominador local”, isto é, um regime político fora do conceito romano de Estado (Espírito Santo, 1993a: 48),

esquecendo que já Heródoto, no século V a.C., aqui colocava os Celtas, dando-lhes como vizinhos os *Kynesioi*, «que são no Ocidente o último povo da Europa».

Com trapalhadas deste jaez, não admira que se confundam costelas com falos, assim interpreta o autor o escudo dos “Costas”, aposto de pernas para o ar na capa de uma das suas obras, porque assim o encontrou,

sobre a Fonte de Mor, no ribeiro de Mor, na Serra de Mor (Gonçalo, Guarda). [E a interpretação é taxativa:] Conteúdo da pedra: seis falos e a fórmula MARIA AVE (*mbr aby*) ‘vigor paternal’. Foi a fonte do *mbr* ‘dote, vigor’ (Espírito Santo, 1989: capa e legenda na 2ª página de fotos a seguir à p. 176).

Quanto ao «MARIA AVE», tão pressurosamente transliterado e traduzido no cananita «vigor paternal», para condizer com «falo», trata-se da legenda dos Mendonças (FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. vol. 2, p. 359), pelo que o referido brasão pertenceria a uma família cruzada de “Costas” com “Mendonças”.

ba esboroadada em poalha que o vento leva, quando se pretendem inventar “carcavelos” onde apenas existem “carvalhos”...

No campo da onomástica, caberia igualmente um estudo mais aprofundado sobre os antropónimos e etnónimos, pois, como sabemos, para além das relações que muitas vezes existem entre ambos, também é frequente a sua ligação mítica a um teónimo. Aceitamos ser este o caso dos *Belli* (“Belos”) de “Carcavelos”, se estiver correcta a identificação que fizemos entre os dois topónimos.

A atestar a antiguidade do povoamento na área em estudo, haverá ainda a destacar os topónimos “Aveiro”, “Esgueira”, “Eixo” e “Cacia”, possivelmente pré-romanos, considerando algumas das hipóteses que desenvolvemos nas respectivas entradas. Também aqui ficaram por explorar algumas pontes relacionadas com teónimos celtas, pré-celtas ou mesmo mediterrâneos, para cuja sustentação continuamos a recolher material de informação.

“Requeixo”, por outro lado, poderá indiciar a presença fenícia na desembocadura do Vouga, como vincámos na fundamentação oportunamente aduzida, o que não será de estranhar, considerando as características deste povo e as suas actividades marítimas e comerciais, aliadas às condições naturais oferecidas pelo profundo golfo aqui existente, bem como às possibilidades de mercancia a que aludimos quando tratámos este topónimo.

Quanto ao conjunto da toponímia estudada, apesar da maior parte ser de origem latina, uma parcela importante chegou-nos através do latim popular que, como é sabido, incorporou numerosas falas hispânicas e europeias, estranhas ao Lácio e mesmo à Itália, sendo difícil, nalguns casos, apurar a sua verdadeira origem, devido às grandes lacunas ainda existentes no que se refere ao conhecimento das línguas celtas continentais e, muito mais, das línguas pré-celtas, paraceltas e ibéricas.

Nesta zona de confluência Norte-Sul, os diferentes substratos terão alguma coisa a dizer-nos sobre Túrdulos, Turdetanos e Lusitanos, mas, por certo, também aqui terão aportado, desde o Mar da Biscaia, povos vindos da Bretanha e das costas da Aquitânia ou da Cantábria, fossem eles gascões, vasconços, aquitanos, galaicos e tantos outros. O caminho também se abria por terra, desde as nascentes do Douro e do Ebro, através dos vales dos afluentes da margem esquerda do primeiro que, nalguns casos, permitiam um acesso relativamente fácil ao vale do Vouga, porta porventura aproveitada por pequenos grupos de celiberos, vaceus e vetões, já que o crescimento demográfico das correspondentes gentilidades obrigava a fraccionamentos repetidos, na procura de terras capazes de garantir o sustento das famílias.

O topónimo “Azurva”, um regionalismo da antiga área vasconça de Álava, único em Portugal, se exceptuarmos o colectivo “Azurveira”, já fora do concelho, é um exemplo paradigmático destas descidas do Norte, e poderia legitimar uma idêntica procedência para “Eixo”, atendendo à proximidade dos dois povoados. Este trabalho de agrupamento geográfico dos topónimos, procurando um fio condutor que facilite a sua interpretação, principalmente quando nos encontramos perante uma grande variedade de hipóteses credíveis, é igualmente prioritário e será também uma

tarefa a desenvolver no futuro, porque daqui poderá resultar uma melhor compreensão acerca da ocupação do espaço e do conhecimento dos diferentes substratos ou adstratos, sobre os quais assentaram os falares locais.

Alguns dos fenómenos fonéticos que fomos registando, à medida que avançávamos na interpretação do material estudado, nomeadamente na freguesia de Nariz, onde num espaço relativamente pequeno detectámos diferentes evoluções para o mesmo fonema ou grupo consonântico, ajudam-nos a perceber a heterogeneidade da ocupação humana deste pequeno rincão, cujos acessos e condições naturais favoreceram esses assentamentos.

O descentramento do Noroeste hispânico face a Roma também terá contribuído para um certo conservantismo do latim popular que aqui se desenvolveu, com repercussões no futuro romance, já que andou arredado das transformações ocorridas na Itália, nos séculos que se seguiram à conquista. Assim, enquanto o Noroeste da Hispânia continuava isolado do Mediterrâneo, Roma expandia-se através da Europa, anexava os celtas continentais e contactava os germanos, ao mesmo tempo que bebia avidamente a cultura e a língua grega. Entretanto, na Itália, a crescente afirmação da administração central aproximava os diferentes falares transalpinos e, todos estes factores, interagindo, acabaram por renovar o *sermo vulgaris*.

Por sua vez, as línguas célticas ou pré-célticas dos povos da *finisterra* atlântica, a Norte do Vouga, teriam tido uma evolução mais lenta que as suas congéneres continentais e insulares, o que, considerando a primitiva proximidade de celtas e itálicos, antes destes últimos penetrarem na Península transalpina, terá facilitado os primeiros contactos a nível de adstratos, se nos servirem de exemplo as poucas palavras que conhecemos do Lusitano, nomeadamente as das inscrições do Cabeço das Fráguas, como *oilam* (LAT. *ovis*), *porcom* (LAT. *porcus*) e *taurum* (LAT. *taurus*).

Muitos dos arcaísmos hispânicos provieram do Sul da Itália, alguns através do Norte de África, outros são próprios da Hispânia, como os microtopónimos “Arrujo”, “Arrochela”, “Congosta”, “Corgo”, “Correga” ou “Córregos”, entre tantos outros que encontramos na zona de Aveiro.

Os topónimos de origem pré-romana ou céltica detectam-se principalmente a nível dos fitónimos, orónimos, ornitónimos, hidrónimos e litónimos. No campo da oicotonímia e da agrotonímia dominam os nomes de origem latina, ainda que haja alguma expressão dos substratos e dos superstratos, neste último caso muito mais árabe que germano.

De qualquer forma, e apenas em relação ao material estudado, podemos concluir que o substrato aflora na toponímia aveirense muito mais que o superstrato, notando-se a quase ausência do germano, mesmo a nível da antroponímia, enquanto o árabe, certamente aqui arribado com as migrações moçárabes, tem uma pequena expressão nos capítulos da agro-, oro-, tecno- e oicotonímia.

Bibliografia *

Dicionários e vocabulários

- ACADEMIA das Ciências de Lisboa (1940) – *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa. XCII-821 p.
- ACADEMIA Española, Real (1997) – *Diccionario de la lengua española*. 21ª ed. Madrid: Editorial Espasa Calpe. 2 vol., 2135 p. ISBN 84-239-9416-3.
- AMAZIGH Network: *Lexique (Tamazight/Kabyle – Français)*. Pequeno dicionário de Berbere-Francês, *on-line*, no endereço:
<http://www.tulane.edu/~meche/TAMAZIGHT/Tamazight/Francais/aprendre.html>
- ANDRADE, Agostinho Rodrigues de (1878) – *Diccionario Chorographico do reino de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade. VII-254 p.
- ANDRADE, Agostinho Rodrigues de (1896) – *Corografia historico-estatistica do distrito de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 298 p. 16 mapas.
- ÁVILA e BOLAMA, Marquês de [ÁVILA, António José de] (1909-1914) – *A nova carta chorographica de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias. 3 vol. (497+526+516 p.)
- BAPTISTA, João Maria; OLIVEIRA, João Justino Baptista de (1874-) – *Chorographia moderna do Reino de Portugal*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1874-1879. 7 vol.
- BAPTISTA, Joaquim José Ferreira (1946, 1947, 1948a) – Loquela dos povos da Beira-Ria. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 12, n.º 46 (1946), p. 91-98; vol. 12, n.º 47 (1946), p. 236-243; vol. 13, n.º 50 (1947), p. 86-93; vol. 13, n.º 51 (1947), p. 194-202; vol. 13, n.º 52 (1947), p. 308-316; vol. 14, n.º 53 (1948), p. 26-41.
- BAPTISTA, Joaquim José Ferreira (1948b-1949) – Alcunhas da Murtoza. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 14, n.º 55 (1948), p. 231-240; vol. 14, n.º 56 (1948), p. 252-263; vol. 15, n.º 58 (1949), p. 117-128).
- BARREIROS, Gaspar (1561) – *Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros ó anno de MDXXXVJ começado na cidade de Badajoz em Castella te á de Milam em Italia; co algunas outras obras cujo catalogo vai scripto com os nomes dos dictos lugares na folha seguinte*. Coimbra: Ioa Alvarez. 247 p. Há uma 2ª ed. de 1968, com reedição em 1986, feita pela Universidade de Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigenensis; 81).
- BARREIROS, Gaspar (1984) – *Suma e descripçam de Lusitania (Cód. 8457 da BN): um inédito de Gaspar Barreiros*. Ed. lit. de Justino Mendes de Almeida. Coimbra: [s.n.]. 51 p. Separata de: Revista da Universidade de Coimbra, n.º 31.
- BENVENISTE, Émile (1980-1981) – *Le vocabulaire des institutions indo-européennes: 1. Économie, parenté, société; 2. Pouvoir, droit, religion*. Sommaires, tableau et index par Jean Lallot. Paris: Les Éditions de Minuit. 1ª ed: 1969. ISBN 2-7073-0050-0.
- BETTENCOURT, E[miliano] A[ugusto] de (1885) – *Diccionario chorographico de Portugal e Ilhas Adjacentes contendo as divisões administrativa, judicial, ecclesiastica e militar ultimamente decretadas...* 3ª ed. Lisboa: Typographia Universal. 206 p. Ilustrado com mapas.

* De acordo com a última versão da norma portuguesa: NP 405-1. 1994, Informação e Documentação – *Referências bibliográficas: documentos impressos*. Lisboa: Instituto Português de Qualidade. 49 p.

- BEZZENBERGER, Adalbert [et al.] (1998) – *Trilingual Dictionary of Prussian: Prussian, German, English*. Dicionário *on-line*, no endereço:
<<http://donelaitis.vdu.lt/prussian/reconstructions.htm>>
- BOISGONTIER, Jacques (1991) – *Dictionnaire du français régional des Pays Aquitains: Bordelais. Agenais. Périgord. Landes. Gascogne. Pays Basque. Béarn. Bigorre*. Paris: Éditions Bonneton. 156 p. (Dictionnaire du français régional). ISBN 2-86253-110-3.
- BOISGONTIER, Jacques (1992) – *Dictionnaire du français régional du Midi toulousain et pyrénéen: Toulousain. Pyrénées centrales. Albigeois. Quercy. Rouergue*. Paris: Éditions Bonneton. 155 p. (Dictionnaire du français régional) ISBN 2-86253-123-5.
- BLUTEAU, Rafael (1712-1728) – *Vocabulario Portuguez e Latino*. vol. 1-4, Coimbra: Colegio das Artes, 1712-1713; vol. 5-8: Pascoal da Sylva, 1716-1721. – *Suplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino*. vol. 1, Lisboa: Joseph Antonio da Silva, 1727; vol. 2, Lisboa: Patriarcal Officina da Musica, 1728. 8 vol. + 2 vol. suplemento.
- BRUNSWICK, H. (1910) – *Diccionario da antiga linguagem portugueza*. Lisboa: Empresa Lusitana, [1910?]. 336 p.
- CABEZA QUILES, Fernando (1992) – *Os nomes de lugar: Topónimos de Galicia: a sua orixe e o seu significado*. 1ª ed. Vigo: Edicións Xerais de Galicia. 561 p. (Montes e Fontes). ISBN 84-7507-688-2.
- CAMPS, Christian (1991) – *Dictionnaire du français régional du Languedoc: Aude. Gard. Hérault. Lozère*. Paris: Éditions Bonneton. 157 p. (Dictionnaire du français régional). ISBN 2-86253-117-0.
- CARDOSO, Luís (1747-) – *Diccionario geografico ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Regia Officina Silviana, 1747-1751. 2 vol. 1º vol.: A-AZU; 2º vol. BAB-CUV. O manuscrito da obra completa está depositado na Biblioteca Nacional.
- CARDOSO, Luís (1767-) – *Portugal sacro-profano, ou catalogo alfabetico de todas as freguesias dos reinos de Portugal e Algarve: das igrejas com seus oragos...* Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767-1768. 3 vol.
- [CARVALHO, Tito Augusto de, dir.] (1878-) – *Diccionario de geographia universal*. Por uma Sociedade de Homens de Sciencia. Lisboa: David Corazzi, 1878-1887. 4 vol.
- CARVER, Matthew (1998) – *Gothic - MnE Lexicon*. [Dicionário de Gótico-Inglês]. *On-line*, no endereço:
<<http://www.csulb.edu/~mcarver/goth.html>>
- CASTRO, João Baptista de (1762-) – *Mappa de Portugal antigo e moderno*. 2ª ed. rev. e aum. Lisboa: Officina Priarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763. 3 vol.
- CASTRO, João Baptista de (1870) – *Mappa de Portugal antigo e moderno*. 3ª ed. rev. e aum. por Manoel Bernardes Branco. Lisboa: Typ. do Panorama. 4 vol.
- CASTRO, João Baptista de (1748) – *Roteiro terrestre de Portugal em que se ensinam por jornadas e summarios não só os caminhos, e as distancias, que ha de Lisboa...* 1ª. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa. 216 p.
- CORREIA, António Mendes [et al.], dir. – ver *GRANDE ENCICLOPÉDIA...*
- CORTESÃO, António Augusto (1900-1901) – *Subsidios para um dictionario completo (historico-etymologico) da lingua portuguesa...* Coimbra: França Amado. 2 vol. Inclui toponímia, antroponímia e arcaísmos.
- CORTESÃO, António Augusto (1912) – *Onomástico medieval português*. Lisboa: Imprensa Nacional. 422 p. Separata do: *Archeologo Português*.

- COSTA, Américo (1929-) – *Dicionário chorographico de Portugal continental e insular: hydrographico, historico, orographico, biographico, archeologico, heraldico [e] etymologico*. Pref. de José Joaquim Nunes. Porto: Civilização, 1929-1949. 12 vol.
- COSTA, António Carvalho da (1868) – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas e lugares, que contêm; varoens illustres, genealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, e outras curiosas observaçoens*. 2ª ed. Braga: Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868-1869. 3 vol. A primeira edição é de 1706-1712.
- COSTA, J. Almeida; MELO, A. Sampaio e (1996) – *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora/Priberam Informática. CD-ROM, versão 1.0. Versão revista e ampliada da 7.ª edição do Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora.
- D' HAUTERIVE, R. Grandsaignes (1994) – *Dictionnaire des racines des langues européennes: grec, latin, ancien français, français, espagnol, italien, anglais, allemand*. Paris: Librairie Larousse. 365 p. ISBN 2-03-340335-1.
- DIAS, Diamantino (1996) – *Glossário: Designações relacionadas com as marinhas de sal da Ria de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. 97 p. ISBN 972-9137-24-2.
- DICCIONARIO *geográfico de España*. Madrid: Ediciones del Movimiento, 1956-1961. 17 vol. Ver SANCHEZ MAZAS, R.
- DÍEZ SUÁREZ, Maria Soledad (1994) – *Léxico Leonés*. 1ª ed. León: Universidad, Secretariado de Publicaciones. VIII-313 p. ISBN 84-7719-431-9.
- DURIDANOV, Ivan (1999) – *The Language of the Tracians*. Publicação *on-line* no endereço <http://members.tripod.com/~Grozniyat/thrac-html>
Trabalho distribuído por 9 capítulos, em 64 p., acrescido de outras opiniões sobre o problema (Harvey Mayer: 1 p.; John Hill: 9 p.) Versão resumida e traduzida para o inglês de: *Ezikiyt na trakite*. Sofia: Nauka i izkustvo, 1976.
- ESPÍRITO SANTO, Moisés (1993a) – *Dicionário Fenício-Português*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões da FCSH/UNL. 290 p.. Contém os glossários das línguas e dialectos falados pelos Fenícios e Cartagineses: Cananita, Acadiano, Assírio e Hebraico bíblico.
- FÉNIÉ, Bénédicte; FÉNIÉ, Jean-Jacques (1997) – *Toponymie occitane*. 1ª ed. Dir. col. de Guy-Marie Renié. [Bordeaux ?]: Editions Sud Ouest. 126 p. (Sud Ouest Université; n.º 8). Bénédicte Fénié a consacré sa thèse de doctorat à «Toponymie de la Grande Lande et microtoponymie du canton de Pissos»; Jean-Jacques Fénié, agrégé de géographie, enseigne aussi l' occitan et est collaborateur de la revue *Garona* (Centre d' Etude des Cultures d' Aquitaine et d' Europe du sud, Université Michel de Montaigne – Bordeaux III). ISBN 2-87901-215-5.
- FERNANDES, A. de Almeida; SILVA, Filomeno (1995) – *Toponímia Arouquense*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense. 251 p. ISBN 972-9474-09-5.
- FERREIRA, Alves [et al.] (1957) – *O mais antigo mapa de Portugal (1561)*. Coimbra: Universidade. Separata de: Boletim do Centro de Estudos Geográficos; estudo de Alves Ferreira, Custódio de Morais, Joaquim da Silveira e Amorim Girão.
- FRAZÃO, A.C.Amaral (1981) – *Novo dicionário corográfico de Portugal: Continente e Ilhas Adjacentes*. Ed. aum., rev. e actual. por A. A. Dinis Cabral. Porto: Editorial Domingos Barreira. 1040 p.
- GARMENDIA LARRAÑAGA, Juan (1987) – *Lexico Etnografico Vasco / Euskal Lexiko Etnografikoa*. Donostia - San Sebastian: Servicio Editorial Universidad del Pais Vasco / Caja de Ahorros Municipal de San Sebastian. 424 p. Tese de doutoramento.
- GEPB: ver *GRANDE ENCICLOPÉDIA Portuguesa e Brasileira*.

- GORDALIZA [APARICIO], F. Roberto (1993) – *Toponimia de El Monte el Viejo de Palencia*. 37 p. num. de 445-481. Palencia: Diputación Provincial. Separata del núm. 64 de Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses.
- GORDALIZA [APARICIO], F. Roberto (1994) – *Los Nombres de la Montaña Palentina*. Palencia: edição do autor. 30 hojas. Serie de 21 artículos publicados en el Diario Palentino em 1994. Reproducidos a tamaño A4 y encuadrados en plástico con espiral. Incluye Prólogo, Bibliografía e Índices.
- GORDALIZA APARICIO, F. Roberto; CANAL SÁNCHEZ-PAGÍN, José María (1993) – *Toponimia Palentina: Nuestros pueblos. Sus nombres y sus orígenes*. Palencia: Caja España. 596 p. Tamaño folio; más de 45 000 nombres; ver supra GARCIA ARIAS (1995). ISBN 84-87739-41-5.
- GORDALIZA APARICIO, F. Roberto; CANAL SÁNCHEZ-PAGÍN, José María (1996) – *Tierra de la Reina: Historia y Palabras*. León: edição dos autores. 257 p. ISBN 84-921575-0-X.
- GRAN DICCIONARI de la llengua catalana. Barcelona: Enciclopèdia Catalana, 1997. Publicação *on line* no endereço:
<<http://www.grec.net/cgi-bin/lexicx.pgm>>
- GRAN ENCICLOPEDIA CATALANA. Dir. de Jordi Carbonell; dir., a partir del vol. 4, de Joan Carreras i Martí. Barcelona: Enciclopèdia Catalana, 1970-1983. 15 vol. + 1(16) Suplemento. ISBN 84-300-5511-8.
- GRAN ENCICLOPEDIA GALLEGA. Dir. de Ramón Otero Pedrayo. Santiago/Gijón: Silverio Cañada, 1974-1997. 32 vol. A obra básica consta de 30 vol.; os dois restantes são apêndices.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA e Brasileira **. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [1935-1960]. 40 vol.
- KELLERMAN, Dana F., coord. (1974) – *The Portuguese Living Webster Encyclopedic Dictionary of the English Language*. Chicago: Livraria Bertrand / The English Language Institute of America. XXX-1158-vi-122 p. ISBN 0-8326-0028-8.
- KAPP, Dieter B.; MALTEN, Thomas (1997) – *Cologne Sanskrit Dictionary Project*. Cologne: Institute of Indology and Tamil Studies / University of Cologne. Dicionário em linha nos endereços: <<http://www.uni-koeln.de/phil-tak/indologie/mwreport.html>> e <<http://www.uni-koeln.de/cgi-bin/SFgate>>
- KELLY, Phil [et al.] (1993) – *Fockleyr Gaelg-Baarle. Manx-English Dictionary*. 3rd ed. HTML version by John T. McCranie, San Francisco State University. Dicionário em linha no endereço <<http://www.ceantar.org/Dicts/Manx/index.html>>
- LANZA ALVAREZ, Francisco (1953) – *Dos mil nombres gallegos*. Buenos Aires: Ediciones Galicia del Centro Gallego de Buenos Aires. 320 p.
- LAURENT, D.; HARTMANN, G. (1900) – *Vocabulaire étymologique de la langue grecque et de la langue latine*. Paris: Ch. Delagrave. 497 p. Contém as palavras primitivas gregas e latinas com a indicação de sua origem, reportada às raízes sânscritas.
- LEAL, Augusto Soares d' Azevedo Barbosa de Pinho; FERREIRA, Pedro Augusto (1873-) – *Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e grande numero de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira, 1873-1890. 12 vol.
- LIMA, Baptista de (1932-) – *Terras Portuguesas*. Pref. de António Baião. Póvoa de Varzim: Tip. Camões, 1932-1940. 8 vol.

** Nas citações utilizamos a abreviatura GEPB.

- LLORENTE MALDONADO DE GUEVARA, Antonio (1991) – *Los topónimos españoles y su significado*. 2ª ed. Salamanca: Instituto de Ciencias de la Educación / Ediciones Universidad. 58 p. (Documentos Didacticos; n.º 104). ISBN 84-7800-043-7.
- LOPES, João Baptista da Silva [1781-1850] (1841) – *Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do reino do Algarve*. Faro: Algarve em foco, 1988. 2 vol. (Temas e Estudos Algarvios; n.ºs 11-12). Facsimile da edição da Academia das Ciências de Lisboa, 1841.
- LOPES, João Baptista da Silva [1819-1896], coord. (1891-) – *Diccionario postal e chorographico do Reino de Portugal comprehendendo a divisão administrativa, judicial e ecclesiastica do Continente do Reino e dos archipelagos dos Açores e Madeira*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891-1894. 3 vol.
- LOPEZ-MENDIZABAL, Isaac (1976) – *Diccionario Vasco-Castellano*. 6ª ed. San Sebastian: Editorial Auñamendi. 450 p. (Colección Azkue; n.º 9). ISBN 84-7025-104-X.
- MacBAIN, Alexander (1982) – *An etymological dictionary of the Gaelic language*. Glasgow: Gairm Publications. (MacBain's Dictionary). 1st ed. 1896; 2nd ed. revised 1911. Dicionário em linha, no endereço:
<<http://www.ceantar.org/Dicts/MB2/index.html>>
- MacCALLISTER, Rick (1999) – *On-line dictionary of postulated non-IE substrate vocabulary in the Germanic languages*. No endereço:
<<http://www.muw.edu/~rmccalli/subsGer.html>>
- MacFARLANE, Malcolm – *MacFacFarlane's (Scottish-) Gaelic-English Dictionary*. Dicionário em linha de Gaélico (Escocês) - Inglês, no endereço:
<<http://www.sst.ph.ic.ac.uk/angus/faclair/>>
- MacLEOD, William J. (1998) – *Gaelic Guide*. versão 1.99e em linha.
- MACHADO, José Pedro, coord. (1991) – *Grande dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Publicações Alfa. 6 vol. ISBN 972-626-035-3.
- MADOZ, Pascual (1845-1850) – *Diccionario geografico-estadístico-historico*. Madrid. 16 vol.
- MARCOS CASQUERO, Manuel-Antonio (1991) – *El habla de Béjar: Léxico*. 2ª ed. corr. y aum. Salamanca: Centro de Estudios Salmantinos / Consejo Superior de Investigaciones Científicas. 175 p. (Publicaciones del Centro de Estudios Salmantinos; n.º 34). ISBN 84-04554-8
- [MARANHÃO, Francisco dos Prazeres, O.F.M.]. (1852) – *Diccionario geographico abreviado de Portugal e suas possessões ultramarinas... por um flaviense*. Porto: Typographia de Sebastião José Pereira. 257 p. Publicado sob o pseudónimo de António Fernandes Pereira, da vila de Favaio.
- MARQUES, Pedro José (1853) – *Diccionario geographico abreviado das oito provincias dos reinos de Portugal e dos Algarves, com a designação dos concelhos, comarcas, districtos, provincias, dioceses, oragos, freguezias, congvas respectivas, legoas de distancia, correios e feiras. Seguido de interessantes noticias corographicas e historicas; assim como d'uma tabella demonstrativa das Comarcas judiciais, concelhos, numero de fogos, etc.* Porto: Typ. Commercial. XIII-291 p.
- MEIJDEN, Tom van der (1999a) – *Dictionary Program: English-Danish / Danish-English*. V24 rel. 1. *Web site*: <<http://www.theoffice.net/dictionary>>
- MEIJDEN, Tom van der (1999b) – *Dictionary Program: English-Finnish / Finnish-English*. V24 rel. 1. *Web site*: <<http://www.theoffice.net/dictionary>>
- MEIJDEN, Tom van der (1999c) – *Dictionary Program: English-Norwegian / Norwegian-English*. V24 rel. 1. *Web site*: <<http://www.theoffice.net/dictionary>>
- MEIJDEN, Tom van der (1999d) – *Dictionary Program: English-Swedish / Swedish-English*. V24 rel. 1. *Web site*: <<http://www.theoffice.net/dictionary>>
- MENÉNDEZ PIDAL, R[amón] (1968) – *Toponimia Prerromana Hispana*. Madrid: Gredos.

- MENGO, Francisco da Silva (1889) – *Diccionario de nomes de baptismo, comprehendendo mais de quatro mil nomes de ambos os sexos, colligidos dos registos officiaes, da Mythologia, da Historia, dos «Flos Sanctorum», etc.* Pref. de Theophilo Braga. Porto: Typ. Elzeviriana. 136 p.
- NIETO BALLESTER, Emilio (1997) – *Breve diccionario de topónimos españoles*. Colab. de Araceli Striano Corrochano. 1ª ed. Madrid: Alianza Editorial. 447 p. ISBN 84-206-9487-8.
- NODINE, Mark H. (1996) – *Welsh to English Lexicon*. Dicionário on-line de Galês-Inglês, no endereço:
<http://www.cs.brown.edu/fun/welsh/LexiconWE_main.html>
- NOGUEIRA, R. de Sá (1935) – *Subsídios para o estudo da linguagem das salinas*. Lisboa: [s.n.]. 154 p. Sep. de: A Língua Portuguesa, vol. 4.
- NUNES, José Joaquim (1920) – *A vegetação na toponímia portuguesa*. Coimbra: Universidade. 47 p. Separata de: Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras.
- NUNES, José Joaquim (1921) – *Nomes de pessoas na toponímia portuguesa*. Coimbra: Universidade. 20 p. Separata de: Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras, n.º 13.
- ORPUSTAN, Jean-Baptiste (1997) – *Toponymie Basque: Noms des pays, communes, hameaux et quartiers historiques de Labourd, Basse-Navarre et Soule*. 3ª ed. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux / Centre d'études linguistiques et littéraires basques. 194 p. 1ª ed. 1990; auteur: professeur de langue et littérature basques et directeur de l'U.R.A. 1055 du CNRS. ISBN 2-86781-095-7.
- PALOMAR LAPESA, Manuel (1957) – *La onomástica personal pre-latina de la antigua Lusitania: estudio lingüístico*. Salamanca: Colegio Trilingüe de la Universidad, 1957. 168 p. (Theses et Studia Philologica Salmanticensia; n.º 10).
- PALOMAR LAPESA, Manuel (1960) – Antroponimia prerromana. In ALVAR, Manuel [et al.], ed. – *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid. vol. 1 (1960), p. 347-389.
- PEREIRA, António Fernandes: ver [MARANHÃO, Francisco dos Prazeres, O.F.M]
- PEREIRA, Isidro (1990) – *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*. 7ª ed. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa. 1054 p. ISBN 972-571-193-9.
- PEREIRA, [João Manuel] Esteves; RODRIGUES, Guilherme (1904-) – *Portugal: dicionário histórico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico...* Lisboa: João Romano Torres, 1904-1915. 7 vol.
- PETERSON, Joseph H. (1995) – *Dictionary of most common AVESTA words*. Dicionário em linha no endereço: <<http://www.avesta.org/avdict/av5.html>>
- PIEL, Joseph M. (1937-1945) – *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos. 220 p., 2 vol. Separata de: Boletim de Filologia, vol. 2 (1933) a vol. 7 (1944).
- PIEL, Joseph M. (1942) – *O património visigodo da língua portuguesa*. Coimbra: Instituto Alemão da Universidade. 33 p. Texto refundido da comunicação apresentada em 1940 ao Congresso do Mundo Português.
- PIEL, Joseph M. (1947) – *Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo*. Coimbra: Casa do Castelo. 46 p. Separata da «Revista Portuguesa de Filologia», vol. 1, t. 1, 1947.
- PIEL, Joseph M. (1948) – *Nomes de «possessores» latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*. Coimbra: Universidade. 184 p. Separata de: Biblos, vol. 23 (1947), p. 143-202 e 283-407.
- PIEL, Joseph M. (1953) – *Miscelânea de etimologia portuguesa e galega*. Coimbra: Universidade. 392 p. (Acta Universitatis Conimbricensis).
- PIEL, Joseph M. (1960a) – Antroponimia germânica. In ALVAR, Manuel [et al.], ed. – *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid. vol. 1 (1960), p. 421-444.

- PIEL, Joseph M. (1960b) – Toponímia germânica. In ALVAR, Manuel [et al.], ed. – *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid. vol. 1 (1960), p. 531-560.
- PIEL, Joseph M. (1988) – Uma numerosa família toponímica galego-portuguesa de origem obscura: Sesto/Sexto, Sisti/Sixto, Sestín, Sestelo, etc. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1984-1988. Vol. 2, p. 49-54.
- PIEL, Joseph-Maria (1989) – *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989. 282 p. (Estudos Gerais/Série Universitária).
- PLONÉIS, Jean-Marie (1993) – *La toponymie celtique: l'origine des noms de lieux en Bretagne. La flore et la faune*. 1^{ère} ed. Paris: Éditions du Félin. 248 p. L' auteur est Docteur en lettres. Il travaille depuis de nombreuses années sur le domaine celtique dans le cadre du CRBC (Centre de recherche bretonne et celtique), unité associée au CNRS. ISBN 2-86645-138-4.
- POIARES, Frei Pedro de (1667) – *Diccionario Lusitano-Latino de nomes propios de Regioens; Reinos; Pronincias; Cidades; Villas; Vastellos; Lugares; Rios; Mares; Montes; Fontes; Ilhas; Peninsulas; Istbmos; &c. com o nome Latino, dando a esse nome Latino o vulgar que hoje tem, pera boa intelligencia de Liuros Sagrados & Prophanos*. Lisboa: Officina de Ioam da Costa. XXVIII-104-488 p.
- PORTUGAL. Ministério do Exército. Serviço Cartográfico do Exército (1967) – *Reportório Toponímico de Portugal: 03-Continente (Carta 1/25 000)*. [Lisboa]: S.C.E., 1967. 3 vol.
- PRADO, Josefina (1992) – *El lexico de las salinas de Huelva*. 1^a ed. Prólogo de Vidal Lamíquiz. Huelva: El Monte, Caja de Huelva y Sevilla y Diputación Provincial de Huelva. 277 p. Tese de doutoramento
- RODRIGUES, Manuel Ferreira; BARREIRA, Manuel (1994) – Toponímia do concelho de Aveiro: elementos para o seu estudo. *Estudos Aveirenses: Revista do ISCLA*. Aveiro: FEDRAV. ISSN 0872-4873. Vol. 3(1994), p. 167-194.
- ROSTAING, Charles (1985) – *Les noms de lieux*. 10^e éd. Paris: Presses Universitaires de France. 128 p. (Que sais-je?; n.º 176). 1^{re} éd.: 1945. ISBN 2-13-038660-1.
- SAMPAIO, M. (1940) – *Dicionário Corográfico de Portugal*. Pref. de Albino Forjaz de Sampaio. Lisboa: Editorial Progresso. 359 p.
- SANCHEZ MAZAS, R., dir. (1956-) – *Diccionario Geografico de España*. Madrid: Ediciones del Movimiento, 1956-1961. 17 vol.
- SANTA ROSA DE VITERBO**, Joaquim de (1983-) – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...* 2^a ed. crítica por Mário Fiúza. Porto: Livraria Civilização, 1983-1984. 2 vol.
- SANTANO Y LEON, Daniel (1981) – *Diccionario de gentilicios y toponimos*. Madrid: Paraninfo. 480 p. a 2 coln. ISBN 84-283-1069-6.
- SCHMIDT, Jean-Jacques (1998) – *Dictionnaire Français-Arabe Arabe-Français: Mots utiles de la vie courante*. Paris: Éditions du Dauphin. (Langue Vivante). 194 + 194 p. ISBN 2-7163-1030-0.
- SERRA, Pedro Cunha (1960) – Topónimos do Distrito de Aveiro [Alboi, Alhavaite, Catralva, Chipar de Baixo e Chipar de Cima, Rechico, Rua Cega]. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 26, n.º 103(1960), p. 190-203.
- SERRA, Pedro Cunha (1966) – Topónimos do Distrito de Aveiro [Nariz, Mamarrosa, Sanchequias, Mó-Monte Farinha, Catapeixe]. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 32, n.º 125 (1966), p. 36-44.

*** Nas citações usamos, em vez do nome do autor, a primeira palavra do título – *Elucidário* – seguida dos números correspondentes ao volume e página.

- SERRA, Pedro Cunha (1967) – Topónimos do Distrito de Aveiro [: Veadores, Jafafe, Orone, Palhaça, Pombal, No salgado de Aveiro]. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 33, n.º 129 (1967), p. 39-56.
- SERRA, Pedro Cunha (1968) – Topónimos do Distrito de Aveiro [: As-Avessas, Matadusos, Fonte de Angiã, Lobão e Lobel, Manhôce ou Manhouce]. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 34, n.º 133 (1968), p. 47-61.
- SERRA, Pedro Cunha (1970a) – Topónimos do Distrito de Aveiro [: Ponte Reada, Mogofores, Arrancada-Lavegada, Morraceira, Agueira, Minhoteira, Petra de Aquila]. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 36, n.º 141 (1970), p. 29-40.
- SERRA, Pedro Cunha (1970b) – Topónimos do Distrito de Aveiro [: Cedrim, Couto de Esteves, Troquido, Leigunda, Brunhido]. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 36, n.º 144 (1970), p. 307-316.
- SERRA, Pedro Cunha (1971) – Topónimos do Distrito de Aveiro [: Vila Nova de Monçarros, Belazaima, Vacariça, Grada, Vila Chã Sarrã, Talhadas, do Salgado de Aveiro]. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 37, n.º 147 (1971), p. 201-220.
- SERRA, Pedro Cunha (1973) – Topónimos do Distrito de Aveiro [: Milheirós]. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 39, n.º 153 (1973), p. 48-54.
- SERRA, Pedro Cunha (1974) – Topónimos do Distrito de Aveiro [: Alqueidão]. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 40, n.º 157 (1974), p. 38-46.
- SERRA, Pedro Cunha (1975) – Topónimos do Distrito de Aveiro [: Irijó, Formal, Penso]. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 41, n.º 161 (1975), p. 35-42.
- SERRÃO, Joel, dir. (1979) – *Dicionário de História de Portugal*. Reed. Porto: Iniciativas Editoriais. 6 vol.
- SILVA, António de Moraes (1949-) – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 10ª ed. rev. corrig. e aum. por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado. Lisboa: Confluência, 1949-1959. 12 vol.
- SILVEIRA, Joaquim da (1944) – Topónimos do distrito [: Alquerubim, Barzalaia ou Brazaia, Sôza ou Souza]. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 10, n.º 39 (1944), p. 161-167.
- SILVEIRA, Joaquim da (1966) – O topónimo Requeixo. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. vol. 32, n.º 126 (1966), p. 159-160.
- SILVEIRA, Luís (1958) – La Toponymie des Territoires Portugais d' Outre-mer: Essai de classification des noms des agglomérations urbaines. *STVDLA*. Dir. do Prof. António da Silva Rego. Lisboa: Agência Geral do Ultramar: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. N. 1 (Jan. 1958), p. 162-174. Comunicação apresentada ao V Congresso de Ciências Onomásticas, Salamanca, 1954.
- SCMIDT, Jean-Jacques (1982) – *Dictionnaire Français-Arabe Arabe-Français: Mots utiles de la vie courante*. Paris: Éditions du Dauphin. VIII+194+194 p. (Dictionnaire «Langue Vivante»). ISBN 2-7163-1030-0.
- SÖDERWALL, K. F. (1998) – *Ordbok öfver Svenska Medeltids-språket*. Dicionário on-line, de suco clássico, no endereço:
<<http://spraakdata.gu.se/sdw>>
[Versão electrónica ao cuidado de um grupo de trabalho integrado no «SGML-märkt vid Spåkdata, Institutionem för svenska språket», da Universidade de Göteborg, a que pertencem Marianne Larsson, Rudolf Rydstedt e Yvonne Cederholm].
- SOLÁ SOLÉ, José Maria (1960) – Toponimia fenicio-púnica. In ALVAR, Manuel [et al.], ed. – *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid. vol. 1 (1960), p. 495-500.

- SOUSA, Arlindo de (1961) – Onomástica pré-romana: o nome Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 27, n.º 108 (1961), p. 241-292. Bibliografia: p. 287-292.
- SPALDING, Tassilo Orpheu (1989) – *Dicionário de Mitologia: egípcia, sumeriana, babilónica, fenícia, burrita e hitita, celta*. São Paulo: Editora Cultrix, 1989. 145 p.
- TAVARES, A[ntónio] Augusto (1951) – Palavras e expressões portuguesas de origem hebraica. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. Vol. 2 (1951), p. 217-244.
- TORRINHA, Francisco (1945) – *Dicionário Latino-Português*. 3ª ed. [Porto]: Edições Marânus. 947 p.
- UREÑA PRIETO, Maria Helena T. C.; UREÑA PRIETO, João Maria T. C.; PENA, Abel do Nascimento (1995) – *Índices de nomes próprios gregos e latinos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT. 419 p. (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas). ISBN 972-31-0061-2.
- VANDENDRIESSCHE, E.; PLANCKE, M. (1974) – Al-‘Andalus dans le «Mu’jam al-Buldân» de Yâqût ar-Rûmî: Première partie: ‘Alif-Bâ’. *STVDLA*. Dir. de A. Teixeira da Mota. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. N.º 39 (Dez. 1974), p. 236-304.
- VANDENDRIESSCHE, E.; PLANCKE, M. (1979) – Al-‘Andalus dans le «Mu’jam al-Buldân» de Yâqût ar-Rûmî: Deuxième partie: Tâ’-dâl. *STVDLA*. Dir. de A. Teixeira da Mota. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. N.º 41-42 (Jan.-Dez. 1979), p. 113-135.
- VASCONCELOS, J. Leite de, coord (1884) – *Dicionario da Chorographia de Portugal contendo a indicação de todas as cidades, villas e freguezias [...]*. Porto: Livraria Portuense de Clavel. XXV-502 p.
- VASCONCELOS, J. Leite de, (1928) – *Antroponimia portuguesa: tratado comparativo da origem, significação, classificação e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes [...]*. Lisboa: Imprensa Nacional. XIX-659 p.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1933) – Nomes étnicos em Português. *Revista da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Universidade. vol. 5, n.º 11 (1933), p. 139-157.
- VASCONCELOS, J. Leite de, (1934) – *Toponímia de Coimbra: breves deambulações pelo distrito*. Coimbra: «O Instituto». 17 p.
- VERNET, Juan (1960) – Toponímia árabe. In ALVAR, Manuel [et al.], ed. – *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid. vol. 1 (1960), p. 561-578.
- VITERBO: (1983: vol. 1; 1984: vol. 2) ver SANTA ROSA DE VITERBO
- WAHRIG, Gerhard (1984) – *Deutsches Wörterbuch*. [S.l.]: Mosaik Verlag, cop. 1984. 4358 col. ISBN 3-570-00771-5.

Obras gerais de história, geografia e linguística

- ADRADOS, Francisco R. (1976) – Aportaciones a la interpretación del bronce de Botorrita. In JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. – *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Peninsula Iberica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974)*. Salamanca: Universidad. (Acta Salmaticensia/Filosofia y Letras; n.º 95). ISBN 84-600-0674-3. p. 25-47.

- ALARCÃO, Jorge (1983) – *Portugal Romano*. 3ª ed. rev. [Lisboa]: Editorial Verbo. 287 p. (Historia Mundi; n.º 33)
- ALARCÃO, Jorge de (1988)– Os Montes Hermínios e os Lusitanos. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1984-1988. Vol. 2, p. 41-48.
- ALARCÃO, Jorge, coord. (1990) – *Portugal: das origens à romanização*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença. 558 p. (Nova História de Portugal; vol. 1) Dir. col. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. ISBN 972-23-1313-4.
- ALBERTOS FIRMAT, Maria Lourdes (1976) – La antroponimia prerromana de la Península Iberica. In JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. – *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Iberica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974)*. Salamanca: Universidad. (Acta Salmaticensia/Filosofia y Letras; n.º 95). ISBN 84-600-0674-3. p. 57-69.
- ALBERTOS FIRMAT, Maria Lourdes (1985) – La onomástica personal indígena del Noroeste Peninsular (Astures y Galaicos). In HOZ, Javier de, ed. – *Actas del III Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispanicas (Lisboa, 5-8 Noviembre 1980)*. Salamanca: Universidad. (Acta Salmaticensia/Filosofia y Letras; n.º 162). ISBN 84-7481-366-2. p. 255-310.
- ALCOFORADO, M[anuel] da Maia (1877-1878) – A indústria do sal. *Museu Technologico*. Lisboa: Lallement Frères Typ. N.º 2 (Jul.1877) a N.º 7 (Jan.1878), p. 29-124.
- ALLIÈRES, Jacques (1977) – *Les Basques*. Paris: Presses Universitaires de France. 128 p. (Que sais-je?; n.º 1668).
- ALONSO, Amado (1974) – *Estudios lingüísticos: Temas españoles*. 3ª ed. Madrid: Editorial Gredos. 286 p. (Biblioteca Románica Hispánica/Estudios y Ensayos; n.º 2). ISBN 84-249-0103-7.
- ALMEIDA, Justino Mendes de, ed. lit. (1984) – *Suma e descripçam de Lusitania (Cód. 8457 da BN): um inédito de Gaspar Barreiros*. Coimbra: [s.n.]. 51 p. Separata de: Revista da Universidade de Coimbra, n.º 31.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1978) – *Gramática Latina: curso único e completo*. 15ª ed. São Paulo: Edição Saraiva. 540 p.
- ALVAR, Manuel (1973) – *Estructuralismo, geografia lingüística y dialectología actual*. 2ª ed. aum. Madrid: Editorial Gredos. 266 p. (Biblioteca Románica Hispánica/Estudios y Ensayos; n.º 137). ISBN 84-249-0509-1.
- ALVAR, Manuel [et al.], ed. (1960-1967) – *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. 3 vol. Vol. 1: Antecedentes. Onomástica (1960); Supl. La fragmentación fonética peninsular (1962); vol. 2: Elementos constitutivos. Fuentes (1967). Editores: Manuel Alvar, Antoni Badia, Rafael de Balbín, Luís F. Lindley Cintra.
- AMORIM, Inês (1994) – Memória paroquial de Aveiro de 1758: um inquérito promovido pela Coroa. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. N.º 23/24 (Dez.1994), p. 13-24.
- AMORIM, Inês (1997a) – *Aveiro e sua provedoria no século XVIII (1690-1814): Estudo económico de um espaço histórico*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro. 867 p. (História Regional e Local; n.º 1). Inclui um *Apêndice Cartográfico* de 7 p. e 14 cartas e plantas dos séculos XVIII-XIX. ISBN 972-569-097-4.
- AMORIM, Inês (1997b) – Cartografia antiga da cidade. *Boletim Municipal Cultura e Património*. Aveiro. Número único (Dez. 1997), p. 117-124.
- AMORIM, Inês (1997c) – *O Mosteiro de Grijó. Senhorio e Propriedade: 1560-1720 (Formação, estrutura e exploração do seu domínio)*. Braga: Edição da autora. 192 p. Separata da revista *Ul-Vária*, n.ºs 1-2-3, 1994-1995-1996.

- ANTUNES, José; OLIVEIRA, António Resende de; MONTEIRO, João Gouveia (1984) – Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão: estado da questão. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras, [ISSN 0870-0958]. N.º 6 (1984), p. 25-160.
- ARIZA, MANUEL (1992) – Toponímia espanhola. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. ISBN 3-484-50236-3. vol. 6/1, p. 474-482
- ARRIGARAY, C. de (1971) – *Euskal-Irakaspidea o sea Gramatica del Euskera: dialecto guipuzcoano*. 2ª ed. facsimil. San Sebastian: Editorial Auñamendi. 416 p. (Colección Azkue; n.º 6).
- ARRUDA, Ana Margarida (1993) – A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão Fenícia para a fachada atlântica peninsular. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 4(1993), p. 193-214.
- AVIENO (1985) – *Orla marítima*. Int., versão do latim e notas de José Ribeiro Ferreira. 1ª ed. port.. Coimbra: INIC/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade. 81 p. (Textos Clássicos; n.º 23).
- AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues, ed. (1979) – *Documentos de D. Sancho I: 1174-1211*. Coimbra: Universidade. 392 p.
- BADIA i MARGARIT, Antoni M. (1991) – [El català]: Evolución lingüística interna I. Gramática. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. ISBN 3-484-50335-1. vol. 5/2, p. 127-152.
- BALDINGER, Kurt (1972) – *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. Trad. de Emilio Lledó y Montserrat Macau. 2ª ed. corrig. e aum. Madrid: Editorial Gredos. 496 p. (Biblioteca Románica Hispánica/Tratados y Monografías; n.º 10).
- BANNIARD, Michel (1995) – *Génese cultural da Europa: séculos V-VIII*. Trad. de Alice Nicolau. Lisboa: Terramar. 247 p. (Da História; n.º 1). ISBN 972-710-098-8.
- BAPTISTA, Augusto Soares de Sousa (1959) – Ponte de Almeira. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 25, n.º 97 (1959), p. 47-54.
- BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo (1974) – *Sobre los orígenes sociales de la reconquista*. Barcelona: Editorial Ariel. 197 p. (Ariel Quincenal; n.º 91). ISBN 84-344-0741-8.
- BARBOSA, I. de Vilhena (1860-) – *As cidades e villas da monarchia portuguesa que teem brasão d' armas*. Lisboa: Typographia do Panorama, 1860-1862. 3 vol.
- BARBOSA, Jorge Morais (1994) – Português: Fonética e fonologia. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. ISBN 3-484-50336-X. vol. 6/2, p. 130-142.
- BARROS, Henrique da Gama (1945-1954) – *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Dir. de Torquato de Sousa Soares. 2ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 11 vol.
- BARROS, Luís de; CARDOSO, João Luís; SABROSA, Armando (1993) – Fenícios na margem sul do Tejo: Economia e integração cultural do povoado do Almaraz - Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 4(1993), p. 143-181.
- BAYLON, Christian; FABRE, Paul (1982) – *Les noms de lieux et de personnes*. Introd. de Charles Camproux. [Paris]: Éditions Fernand Nathan. 277 p. (Nathan-Université).
- BEIRÃO, Caetano de Mello (1990) – Epigrafia da I Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica: Novos dados arqueológicos. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 1(1990), p. 107-118.
- BEROT, Marcellin (1998) – *La vie des hommes de la montagne dans les Pyrénées racontée par la toponymie*. Pref. de Jean-François Le Nail. 1ª ed. [Toulouse]: Parc National des Pyrénées /

- Éditions Milan. Ouvrage publié avec le concours du Centre Régional des Lettres de Midi-Pyrénées. ISBN 2-84113-736-8.
- BLÁZQUEZ, José María (1997) – *Tartessos y los orígenes de la colonización fenicia en Occidente*. 2ª ed. corregida y ampliada. Salamanca: Ediciones Universidad, 1997. 447+156 p. (Filosofía y Letras; n.º 85). Reprodução fac-símile electrónica «Bibliotheca Altera» com base na ed. de 1975; 1ª ed.: 1968. ISBN 84-400-8611-3.
- BORN, Joachim (1992) – Leonesisch [Leonês]. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. ISBN 3-484-50236-3. vol. 6/1, p. 693-700.
- BREA, Mercedes (1994) – [Galego:] Evolución lingüística externa. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. ISBN 3-484-50336-X. vol. 6/2, p. 80-97.
- BRETON, Roland J.L. (1983) – *Géographie des Langues*. 2ª ed. mise à jour. Paris: Presses Universitaires de France. 128 p. (Que sais-je?; n.º 1648). 1ª ed.: 1976. ISBN 2-13-037684-3.
- BRUUN, Bertel [et al.] (1993) – *Aves de Portugal e Europa*. Coord. ed. port. Serafim Riem. Porto: Câmara Municipal / FAPAS. 320 p. (Guias Fapas). ISBN 972-95951-0-0.
- CABRAL, Manuel Villaverde, comp. (1974) – *Materiais para a história da questão agrária em Portugal: séc. XIX e XX*. Seleção, prefácio e notas de Manuel Villaverde Cabral. Porto: Editorial Inova. 575 p. (Civilização Portuguesa; n.º 19).
- CANO GONZÁLEZ, Ana Maria (1992) – [Asturiano:] Evolución lingüística interna. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. ISBN 3-484-50236-3. vol. 6/1, p. 652-680.
- CAPÃO, António (1992) – *Relance histórico-linguístico sobre a região da Bairrada: Influências arábicas*. Anadia: Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada. 164 p. (Biblioteca de Autores Bairradinos).
- CARDONA, Giorgio Raimondo (1991) – *Diccionario de lingüística*. Trad. de Maria Teresa Cabello. 1ª ed. Barcelona: Editorial Ariel. 297 p. (Ariel Lingüística. ISBN 84-344-8210-X).
- CARDOSO, José Luis (1990) – A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 1(1990), p. 119-134.
- CARDOZO, Mário (1980) – *Citânia de Briteiros e castro de Sabroso*. 8ª ed. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 106 p. + XXXIX de estampas.
- CARIDAD ARIAS, Joaquín (1995) – *Toponimia y mito: El origen de los nombres*. 1ª ed. Barcelona: Oikos-tau. 398 p. (Oikos Textos; n.º 6). ISBN 84-281-0858-7.
- CARVALHO, Rui de (1991) – A árvore das línguas. *Expresso: Revista*. (1 Jun. 1991) 58R-62R.
- CASSIRER, Ernest (1976) – *Linguagem, mito e religião*. Trad. de Rui Reininho. Porto: Edições Rés. 165 p. (Substância; n.º 5). Tradução de: Sprache und mythos.
- CASTELO-BRANCO, Fernando (1979) – LITORAL PORTUGUÊS, in SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Reed. Porto: Iniciativas Editoriais. vol. 4, p. 39-43.
- CASTRO, Armando de (1979) – PASTOS COMUNS, in SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Reed. Porto: Iniciativas Editoriais. vol. 5, p. 12-14.
- CASTRO, D[omingos] José de, coord. (1943-1945) – *Estudos Etnográficos: Aveiro*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura. Centro de Estudos de Arte e Museologia.
- CASTRO, Ivo, sel. (1991) – *Curso de história da Língua Portuguesa: leituras complementares*. Lisboa: Universidade Aberta, 335 p. (Textos de Base; n.º 36). ISBN 972-674-073-8.

- CASTRO, Ivo; MARQUILHAS, Rita; ACOSTA, J. León (1991) – *Curso de história da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 278 p. (Textos de Base; n.º 39). ISBN 972-674-074-6.
- CÉSAR (1996) – *Guerra de las Galias. Libros I-III-III*. Texto latino con dos traducciones, vocabulario y tres mapas por V. García Yebra e H. Escolar Sobrino. 2ª ed. rev. reimp. Madrid: Editorial Gredos. 265 p. (Gredos Bilingüe). ISBN 84-249-3547-0.
- CINTRA, Luís F. Lindley (1984) – *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo: seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre: Contribuição para o estudo do leonês e do galego português do século XIII*. Ed. fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. (Temas Portugueses). 595 p. Edição original de 1959, do Centro de Estudos Filológicos.
- CLARKE, Robert (1995) – *O nascimento do homem*. Trad. de Fernando Cascais Franco. 3ª ed. Lisboa: Gradiva. 237 p. (Ciência Aberta; n.º 3). ISBN 972-662-082-1.
- COELHO, António Borges (1973) – *Comunas ou concelhos*. 1ª ed. Lisboa: Prelo Editora. 218 p. (Cadernos de Hoje; n.º 13).
- COELHO, António Borges (1989) – *Portugal na Espanha Árabe. 1. Geografia e Cultura; 2. História*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Caminho. 2 vol. (Coleção Universitária). ISBN 972-21-0410-1; ISBN 972-21-0420-9.
- COELHO, João O. (1953) – *Notas toponímicas: Aviarium e Illiabum ou Aveiro e Ílhavo através dos séculos*. Figueira da Foz: Edição do autor. 23 p.
- COELHO, Luís (1976) – Epigrafía prelatina del SO. Peninsular português: Algunos problemas arqueológicos y epigráfico-lingüísticos. In JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. – *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Iberica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974)*. Salamanca: Universidad. (Acta Salmaticensia/Filosofía y Letras; n.º 95). ISBN 84-600-0674-3. p. 201-211.
- COELHO, Maria Fernanda Pinto Cancela de Amorim (1987) – *Guia do Arquivo Distrital de Aveiro*. Aveiro: Arquivo Distrital. 30 p.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1983) – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média: estudo de história rural*. 1ª ed. Coimbra: Faculdade de Letras. 2 vol. Dissertação de doutoramento.
- CONDE, Bartolomeu, coord. (1984) – *Cacia e Baixo-Vouga: Apontamentos históricos e etnográficos*. Aveiro: Câmara Municipal. 213 p.
- CONDE, Bartolomeu (1996) – *Sarraçola, terra dos salgueiros: apontamentos etimológicos*. Aveiro: edição do autor. 62 p.
- CORNELL, Tim; MATTHEWS, John (1991) – *Roma: berança de um império*. Lisboa: Círculo de Leitores. 236 p. (Grandes Culturas e Civilizações). Trad. de: Atlas of Roman World, Oxford, Equinox, 1982. ISBN 972-42-0278-X.
- COROMINAS, Joan (1976a) – Acerca de algunas inscripciones del Noroeste. In JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. – *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Iberica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974)*. Salamanca: Universidad. (Acta Salmaticensia/Filosofía y Letras; n.º 95). ISBN 84-600-0674-3. p. 363-385.
- COROMINAS, Joan (1976b) – Elementos prelatinos en las lenguas romances hispánicas. In JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. – *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Iberica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974)*. Salamanca: Universidad. (Acta Salmaticensia/Filosofía y Letras; n.º 95). ISBN 84-600-0674-3. p. 87-164.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (1993) – Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no Baixo Vale do Mondego. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 4(1993), p. 229-283.

- CORTESÃO, Jaime (1978) – *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Pref. de Vitorino Magalhães Godinho. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte. 271 p. (Obras Completas de Jaime Cortesão; n.º 1).
- COSTA, Avelino de Jesus da Costa; VENTURA, Leontina; VELOSO, M. Teresa, ed. (1977, 1978, 1979) – *Livro Preto da Sé de Coimbra*. Coimbra: Universidade. 3 vol. A publicação do 1º vol. assenta no trabalho de A. G. da Rocha Madaíl.
- COSTA, Eduardo (1968) – Memórias paroquiais do séc. XVIII: freguesia de S. Cristóvão de Ovar. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 34, n.º 135 (1968), p. 204-214.
- COSTA, João Correa da (1984) – Memórias paroquiais de 1758: Eixo. In CONDE, Bartolomeu, coord. – *Cacia e Baixo-Vouga: Apontamentos históricos e etnográficos*. Aveiro: Câmara Municipal. 1984. p. 33-37.
- COSTA, Mário Alberto Nunes (1955) – *O prontuário das terras de Portugal: manuscrito seiscentista de Ribeiro Meirelles*. Lisboa: [s. n., D.L. 1955]. 10 p. Separata de: Boletim A Cidade de Évora, n.º 33-34.
- COSTA, Mário Alberto Nunes (1958) – A Provedoria de Esgueira. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 24, n.º 93 (1958), p. 53-80.
- COUTINHO, Francisco de Moura (1944a) – A minha ascendência pelos Godinhos. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 10, n.º 39 (1944), p. 223-232.
- COUTINHO, Francisco de Moura (1944b) – Pachecos e Cardosos da região aveirense. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 10, n.º 38 (1944), p. 106-126.
- COUTINHO, Francisco de Moura (1944c) – Pero Vaz de Eça. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 10, n.º 37 (1944), p. 63-76.
- COUTINHO, Francisco de Moura (1945) – Picados, Pericões e Migalhas de Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 11, n.º 42 (1945) p. 93-109.
- COUTINHO, Luís Carlos das Póvoas (1984) – Memórias paroquiais de 1758: Cacia. In CONDE, Bartolomeu, coord. – *Cacia e Baixo-Vouga: Apontamentos históricos e etnográficos*. Aveiro: Câmara Municipal. 1984. p. 29-33.
- CRUZ, Maria Lígia [et al.] (1973) – Guia do Arquivo da Universidade. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Universidade. vol. 1 (1973), p. 83-175.
- CRUZ, Sebastião (1969) – *Direito Romano. I Introdução. Fontes*. Coimbra: Livraria Almedina. 607 p.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley (1984) – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa. 734 p.
- CUNHA, Emanuel (1985) – Toponímia de Aveiro em 1895. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. N.º 5 (Março 1985), p. 43-51.
- DAVEAU, Suzanne (1980) – Espaço e tempo: Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos. *CLIO: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa: INIC. vol. 2(1980), p. 13-37.
- DAVID, Pierre (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal: du VI^e au XII^e siècle*. Lisboa-Paris: Institut Français au Portugal. XIV-579 p. (Collection Portugaise; vol. 7).
- DEMOULE, Jean-Paul (1992) – Du mauvais usage des indo-européens. *L' Histoire*. Paris: Société d'Éditions Scientifiques. ISSN 0182-2411. N.º 159 (Out. 1992), p. 44-48. (Entrevista conduzida por Annick Miquel).
- DIAS, João Alves (1986) – Itinerário de D. Afonso II: 1211-1223. *Estudos Medievais*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. N.º 7(1986), p. 29-47.
- DIAS, Maria Manuela Alves (1990) – Nota sobre os cultos orientais no território português: Séculos II e III. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 1(1990), p. 157-166.

- DIEZ HERRERA, Carmen (1993) – El «valle» unidad de organizacion social del espacio en la Edad Media. *Estudos Medievais*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. N.º 10 (1993). p. 3-32.
- DIOGO, A. m. Dias (1993) – Ânforas pré-romanas dos Chões de Alpompe (Santarém). *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 4(1993), p. 215-227.
- DIONÍSIO, Sant' Anna, dir. (1984) – *Guia de Portugal: Beira: I. Beira Litoral*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 624 p. (Guia de Portugal; tomo 1, vol. 3). 1ª ed.: 1944; os primeiros dois volumes são da responsabilidade de Raul Proença.
- DONINI, Ambrogio (1980) – *História do cristianismo: das origens a Justiniano*. Pref. de Massimo Massana; trad. de Maria Manuela T. Galhardo. Lisboa: Edições 70. 311 p. (Lugar da História; n.º 10). Tradução de: Storia des cristianesimo: dalle origini a Giustiniano, Milano, [1975].
- DRAGÀN, J. Constantin (1990a) – La Méditerranée et le Danube dans la formation des civilisations européennes. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. Vol. 1 (1990), p. 169-177.
- DRAGÀN, J. Constantin (1990b)– Les Thraces dans la Méditerranée. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. Vol. 1 (1990), p. 179-190.
- DURAND, Robert (1982) – *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XIIIe et XIIIe siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português. XXXVII-667 p. (Civilização Portuguesa; n.º 9). Dissertação de doutoramento.
- DURLIAT, Marcel (1962) – *Histoire du Roussillon*. Paris: PUF. 128 p. (Que Sais-je?; n.º 1020).
- ELIADE, Mircea (S.d. a) – *Aspectos do mito*. Trad. de Manuela Torres; rev. de Rute Magalhães. Lisboa: Edições 70. 174 p. (Perspectivas do Homem; n.º 19). Tradução de: Myth and reality, cop. 1963.
- ELIADE, Mircea (S.d. b)– *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Trad. de Rogério Fernandes. Lisboa: Livros do Brasil. 273 p. (Vida e Cultura; n.º 62). Tradução de: Das Heilige und das Profane.
- ELIADE, Mircea (1978) – *O mito do eterno retorno*. Trad. de Manuela Torres. Edições 70. 175 p. (Perspectivas do Homem; n.º 5). Tradução de: Le mythe de l' éternel retour, Galmard, cop. 1969; trabalho elaborado entre 1945 e 1947.
- ELIADE, Mircea (1992) – *Tratado de história das religiões*. Pref. de George Dumézil; trad. de Fernando Tomaz e Natália Nunes. Porto: Edições ASA. 572 p. (Sinais). Tradução de: Traité d' histoire des religions, Éditions Payot, 1949. ISBN 972-41-1104-0.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1975) – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal: Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 334 p.
- ENTWISTLE, William J. (1995) – *Las lenguas de España: Castellano, Catalán, Vasco y Gallego-Portugués*. Introd. de W. D. Elcock; trad. de Francisco Villar. Madrid: Ediciones Istmo. 443 p. (Colección Fundamentos; n.º 30). Tradução de: The Spanish Language, together with portuguese, catalan and basque, Londres, Faber & Faber, 1969; 1ª ed. inglesa: 1936. ISBN 84-7090-018-8.
- ESPÍRITO SANTO, Moisés (1988) – *Origens orientais da religião popular portuguesa seguido de Ensaio sobre toponímia antiga*. Posfácio de Natália Correia. Lisboa: Assírio & Alvim. 395 p. (Peninsulares/Especial; n.º 10).
- ESPÍRITO SANTO, Moisés (1989) – *Fontes remotas da cultura portuguesa*. Lisboa: Assírio & Alvim. 396 p. (Peninsulares/Especial; n.º 16). ISBN 972-37-0228-2.
- ESPÍRITO SANTO, Moisés (1993b) – *Origens do cristianismo português, precedido de «A deusa síria» de Luciano*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões da FCSH/UNL. 225 p.

- FABRE, Paul (1991) – L'occitan: Histoire interne de la langue III. Onomastique. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. ISBN 3-484-50335-1. vol. 5/2, p. 23-33.
- FALASCHI, Nermin Vlora (1990) – L' idiome pélasgien dans l' Europe méditerranéenne. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. Vol. 1 (1990), p. 191-218.
- FAUST, Manfred (1976) – Cuestiones generales de toponimia prerromana. In JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. – *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Iberica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974)*. Salamanca: Universidad, 1976. (Acta Salmaticensia/Filosofía y Letras; nº 95). ISBN 84-600-0674-3. p. 165-189.
- FEBVRE, Lucien (1977) – *Combates pela história*. Trad. de Leonor M. Simões e Gisela Monis; rev. texto de Wanda Ramos. Lisboa: Editorial Presença. 2 vol. (Biblioteca de Ciências Humanas; n.º 59 e 60). Tradução de: *Combats pour l'histoire*, Paris, Armand Colin.
- [FERNANDES, A. de Almeida] (195?) – Toponímia. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [1935-1960]. vol. 32, p. 70-84.
- FERNANDES, A. de Almeida (1968) – *Paróquias suevas e dióceses visigóticas*. Viana do Castelo: [Arquivo do Alto Minho]. 181 p. Separata de: Arquivo do Alto Minho, vol. 14 a 16. Existe nova edição (1997), publicada em Arouca, pela Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 176 p. e ISBN 972-9474-11-7.
- FERNÁNDEZ CASTRO, María Cruz (1997) – La Prehistoria de la Península Ibérica; trad. castellana de Jordi Beltran. In LYNCH, John, dir. – *Historia de España*. Barcelona: Crítica. ISBN 84-7423-830-7. vol. 1.
- FERNÁNDEZ de NOGRARO, Sebastián (1994) – La toponimia de raíz romance o castellana en Alava. *Estudios Mirandeses: Anuario de la Fundacion Cultural "Professor Cantera Burgos"*. Miranda de Ebro. ISBN 84-605-2554-6. vol. 14 (1994), p. 23-45.
- FERNÁNDEZ REI, Francisco (1994) – [Galego:] Áreas lingüísticas. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. ISBN 3-484-50336-X. vol. 6/2, p. 98-110.
- FERREIRA, José Ribeiro, (1985) – Introdução, versão do latim e notas. In AVIENO – *Orla Marítima*. Coimbra: INIC/CECH da Universidade de Coimbra. 81 p. (Textos Clássicos; n.º 23).
- FERRO, Gaetano (1986) – *Sociedade humana e ambiente no tempo: temas e problemas de geografia histórica*. Pref. de Orlando Ribeiro; trad. de Carminda Cavaco. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 334 p. Tem vários estudos sobre toponímia.
- FLORENZANO, Éverton [s.d.] – *Dicionário de Termos Geográficos*. Ilustração de J. Lucas Oswald. 1ª ed. São Paulo: Livraria Freitas Bastos. 348 p.
- FONSECA, Fernando V[enâncio] Peixoto da (1959) – *Noções de História da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora. 179 p.
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da (1985) – *O Português entre as línguas do mundo: situação, história, variedades*. Coimbra: Livraria Almedina. 349 p. Bibliografia: p. 283-291.
- FORNER, Werner (1988) – Italienisch: Areallinguistik I. Ligurien. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1988. ISBN 3-484-50234-7. Vol. 4, p. 453-469.
- FRANCISCO MARTÍN, Julián de (1996) – *Conquista y romanización de Lusitania*. 2ª ed. Salamanca: Ediciones Universidad. 405 p. (Estudios Históricos & Geográficos; nº 58). 1ª

- ed.: 1989. Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Salamanca. ISBN 84-7481-836-2.
- FREIRE, Anselmo Braancamp, ed. (1908) – Povoação da Estremadura no XVI. século. *Arquivo Historico Portuguez*. Lisboa. Vol. 6, n.º 7(1908), p. 241-284. Dados referentes ao numeramento de 1527.
- FREIRE, António de Oliveira (1755) – *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal [...]*. Lisboa: Of. de Bernardo António de Oliveira.
- GALMÉS DE FUENTES, Alvaro (1983) – *Dialectología mozárabe*. Prólogo de Rafael Lapesa. 1.ª ed. Madrid: Editorial Gredos. 380 p. (Biblioteca Románica Hispánica; n.º 58). ISBN 84-249-0916-X.
- GARCÍA, Constantino (1994) – [Galego:] Evolución lingüística interna II. Léxico. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994. ISBN 3-484-50336-X. vol. 6/2, p. 22-34.
- GARCÍA ARIAS, Xosé LLuis (1988) – *Contribución a la gramática histórica de la lengua asturiana y a la caracterización etimológica de su léxico*. Uvién: Universidá. 396 p. (Biblioteca de Filología Asturiana; n.º 3). ISBN 84-7468-150-2.
- GARCÍA ARIAS, Xosé LLuis (1992) – [Asturiano:] Evolución lingüística externa. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1992. ISBN 3-484-50236-3. vol. 6/1, p. 681-693.
- GARCÍA ARIAS, X[osé] L[LUIS] (1995) – *Las investigaciones toponímicas en Palencia: anotaciones al libro de Roberto Gordaliza y J. M.ª Canal*. Palencia: Diputacion Provincial: Departamento de Cultura. 6 p. num. de 151-156. Separata del tomo IV de las Actas del III Congreso de Historia de Palencia.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando; GONZÁLEZ VESGA, José Manuel (1997) – *História de Espanha: Uma breve história*. Trad. de Eduardo Nogueira. 1.ª ed. Lisboa: Editorial Presença. 535 p. (Biblioteca do Século; n.º 7). ISBN 972-23-2245-1.
- GARCIA DE CORTAZAR, Jose Angel; AGUIRRE, Ruiz de (1983) – *Historia rural medieval*. Trad. de Maria H. Costa Dias. Lisboa: Editorial Estampa. 176 p. (Imprensa Universitária; n.º 30).
- GARCIA DE CORTAZAR, Jose Angel; PEÑA BOCOS, Esther (1987) – La atribucion social del espacio ganadero em el norte peninsular en los siglos IX a XI. *Estudos Medievais*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. N.º 8 (1987), p. 3-27.
- GARCÍA MOUTON, Pilar (1996) – *Lenguas y dialectos de España*. 2.ª ed. Madrid: Arco/Libros. 62 p. (Cuadernos de Lengua Española). ISBN 84-7635-164-X.
- GARCÍA SANTOS, Juan Felipe (1992) – Extremeño. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1992. ISBN 3-484-50236-3. vol. 6/1, p. 701-708.
- GARGALLO GIL, José Enrique (1989) – *Guía de lingüística románica*. 1.ª ed. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias. 389 p. (Letras, Ciencias, Técnica; n.º 3). ISBN 84-7665-423-5.
- GARRIGOU, Adolphe (1884) – *Ibères, Ibérie: Étude sur l'origine et les migrations de ces Ibères, premiers habitants connus de l'occident de l'Europe*. Paris: Émile Lechevalier. 183 p.
- GASPAR, João Gonçalves, org. (1974) – *A diocese de Aveiro no século XVIII: um inquérito de 22 de Setembro de 1775*. Aveiro: Correio do Vouga. 165 p. Separata do jornal «Correio do Vouga», ano 43, n.º 2161, 7 Nov. 1973, e ss.
- GASPAR, João Gonçalves (1998) – *Eixo na História*. Eixo: Paróquia de Santo Isidoro. 346 p. 972-97845-0-7.

- GERMAIN, Jean; PIERRET, Jean-Marie (1990a) – Anthroponymie: Belgique. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1990. ISBN 3-484-50235-5. vol. 5/1, p. 538-543.
- GERMAIN, Jean; PIERRET, Jean-Marie (1990b) – Toponymie: Belgique. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1990. ISBN 3-484-50235-5. vol. 5/1, p. 557-563.
- GIACOMO-MAECELLESI, Mathée (1988) – Histoire du Corse. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1988. ISBN 3-484-50234-7. Vol. 4, p. 820-829.
- GIRÃO, A[ristides] de Amorim (1921) – *Antiguidades pre-históricas de Lafões*. Coimbra: Imprensa da Universidade. 68 p. (Memórias e Notícias; n° 2). Publicações do Museu Mineralógico e Geológico da Universidade.
- GIRÃO, A[ristides] de Amorim (1922) – *Bacia do Vouga: estudo geográfico*. Coimbra: Imprensa da Universidade. XIII-190 pp. Dissertação de «Doutoramento em Ciências Geográficas», Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- GIRÃO, [Aristides de] Amorim (1956) – Saneamento corográfico e toponímico: Falsas perspectivas da toponímia como elemento de investigação geográfica, etnológica e linguística. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. Coimbra: Universidade / Faculdade de Letras. vol. 2, n° 12-13 (1956), p. 85-98.
- GOMES, Celso de Sousa Figueiredo, coord. (1985) – *Jornadas da Ria de Aveiro 1985*. Aveiro: Câmara Municipal. 3 vol.
- GOMES, [João Augusto] Marques (1875) – *Memórias de Aveiro*. Aveiro: Typ. Commercial. 215 p.
- GOMES, [João Augusto] Marques (1899) – *Subsídios para a história de Aveiro*. Aveiro: Typographia do Campeão das Províncias. 632 p.
- GOMES, Mário Varela (1990) – O Oriente no Ocidente. Testemunhos iconográficos na Proto-história do Sul de Portugal: *smíting gods* os deuses ameaçadores. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 1(1990), p. 53-106.
- GOMES, Mário Varela (1993) – O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 4(1993), p. 73-107.
- GOMES, Saul António (1988) – Documentos medievais de Santa Cruz de Coimbra: I-Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Estudos Medievais*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. N.º 9 (1988), p. 3-199.
- GONÇALVES, A. Nogueira (1959) – *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Aveiro, Zona-Sul*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes. (Inventário Artístico de Portugal; vol. 6).
- GONÇALVES, Iria (1987) – Entre o campo e a cidade na 2ª metade do século XIV. *Estudos Medievais*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. N.º 8 (1987), p. 73-97.
- GOUDINEAU, Christian (1994) – Les Gaulois n' étaient pas des barbares. *L' Histoire*. Paris: Société d' Éditions Scientifiques. ISSN 0182-2411. N.º 176 (Abril 1994), p. 34-45. (Entrevista conduzida por Annick Miquel).
- GRAÇA, Serafim Gabriel Soares de (1966) – A ria de Aveiro e os rios Vouga e Águeda na sua relação com a antiga mercância beirã. *Aveiro e o seu Distrito*. Aveiro: Junta Distrital. N.º 1 (Jun. 1966), p. 13-15.
- GUIRAUD, Pierre (1979) – *L' étymologie*. 4ª ed. Paris: Presses Universitaires de France. 128 p. (Que sais-je?; n.º 1122). ISBN 2-13-035694-X.

- HAGÈGE, Claude (1995) – *La Structure des langues*. 4^e ed. corrigée. Paris: Presses Universitaires de France. 128 p. (Que sais-je?; n.º 2006). 1^{re} éd.: 1982. ISBN 2-13-043217-4.
- HARTMAN, Steven Lee (1992) – [Espanñol]: Evolución lingüística interna. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1992. ISBN 3-484-50236-3. Vol. 6/1, p. 428-440.
- HAUDRY, Jean (1984) – *L' indo-européen*. 2^a ed. rev. Paris: Presses Universitaires de France. 127 p. (Que sais-je?; n.º 1798). ISBN 2-13-038370-X.
- HAUDRY, Jean (1985) – *Les indo-européens*. 2^a ed. rev. Paris: Presses Universitaires de France. 128 p. (Que sais-je?; n.º 1965). ISBN 2-13-038371-8.
- HAVELOCK, Eric A. (1996) – *A musa aprende a escrever*. Rev. cient. de José Trindade Santos. Lisboa: Gradiva. 155 p. (Trajectos; n.º 33). Bibliografia: p. 149-155. ISBN 972-662-453-3.
- HESPANHA, António Manuel (1982) – *História das instituições: épocas medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina. 569 p.
- HOZ, Javier de (1976) – La epigrafía prelatina meridional en Hispania: Historia de los estudios desde 1943. In JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. – *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974)*. Salamanca: Universidad, 1976. (Acta Salmaticensia/Filosofía y Letras; n.º 95). ISBN 84-600-0674-3. p. 227-317.
- HOZ, Javier de, edit. (1985) – *Actas del III Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispanicas (Lisboa, 5-8 Noviembre 1980)*. Salamanca: Ediciones Universidad. 527 p. (Filosofía y Letras; n.º 162). ISBN 84-7481-366-2.
- HOZ, Javier de (1990) – El origen oriental de las antiguas escrituras hispanas y el desarrollo de la escritura del Algarve. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental/Universidade Nova de Lisboa. vol. 1(1990), p. 219-246.
- HUBCHMIDT, Johannes (1960a) – Lenguas prerromanas de la Península Ibérica. A. Lenguas no indoeuropeas. 2. Testimonios románicos. In ALVAR, Manuel [et al.], ed. – *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid. vol. 1 (1960), p. 27-66.
- HUBCHMIDT, Johannes (1960b) – Lenguas prerromanas de la Península Ibérica. B. Lenguas indoeuropeas. 2. Testimonios románicos. In ALVAR, Manuel [et al.], ed. – *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid. vol. 1 (1960), p. 129-149.
- HUBCHMIDT, Johannes (1960c) – Toponimia prerromana. In ALVAR, Manuel [et al.], ed. – *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid. vol. 1 (1960), p. 447-497.
- HUBER, Joseph (1986) – *Gramática do português antigo*. Introd. de Luis Lindley Cintra; trad. de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 417 p. Tradução de: *Altportugiesisches Elementarbuch*, 1933.
- HUBERT, Henri (1988) – *Los celtas y la civilización céltica*. Trad. de Eduardo Ripoll Perelló e Luís Pericot García. Madrid: Ediciones Akal. 522 p. (Akal Universitaria / Historia Antigua; n.º 120). 1^a ed. francesa de 1932, póstuma, revista e publicada por Marcel Mauss, Raymond Lantier e Jean Marx. ISBN 84-7600-286-6.
- HUMPHRIES, C. J. [et al.] (1996) – *Árvores de Portugal e Europa*. Coord. ed. port. Serafim Riem; trad. de Luís G. Pereira, José Pissarra, Rubim A. Silva e Fernando Tavares. Porto: Câmara Municipal / FAPAS. 320 p. (Guias Fapas). ISBN 972-95951-2-7.
- ÍNDICE geral dos artigos de toponímia portuguesa de Joaquim da Silveira. (1959) Coimbra: Faculdade de Letras / Instituto de Estudos Românicos. 52 p.
- ÍNDICES da Revista Lusitana. (1967) Dir. de José Leite de Vasconcelos. Lisboa: Sá da Costa. XII-696 p. (Publicações do Centro de Estudos Filológicos).

- JACKSON, Gabriel (1978) – *Introducción a la España medieval*. Trad. de Javier Faci Lacasta. Madrid: Alianza Editorial. 173 p. (El Libro de Bolsillo/Humanidades; n° 555). Tradução de: *The Making of Medieval Spain*, Londres, Thames & Hudson, cop. 1972. ISBN 84-206-1555-2.
- JEAN, Charles-F. (1950) – *Grammaire hébraïque élémentaire: suivi de notions d'araméen biblique*. 3ª ed. rev. Paris: Letouzey et Ané. 215 p.
- JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. (1976) – *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Iberica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974)*. Salamanca: Universidad. (Acta Salmaticensia/Filosofía y Letras; n° 95). ISBN 84-600-0674-3.
- JORGE, Susana Oliveira (1990) – Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios. In ALARCÃO, Jorge, coord. – *Portugal: das origens à romanização*. 1ª ed. (Nova História de Portugal; vol. 1) Dir. col. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. ISBN 972-23-1313-4. p. 213-251.
- JORGE, Susana Oliveira; JORGE, Vítor Oliveira (1991) – *Incursoes na pré-história*. Porto: Fundação Engº António de Almeida. 398 p. ISBN 972-9194-26-2.
- JUBAINVILLE, H. D'Arbois (1890) – *Recherches sur l'origine de la propriété foncière et des noms de Lieux habités en France (période celtique et période romaine)*. Avec la collab. De G. Dottin. Paris: Ernest Thorin. XXXI-703 p.
- KOCH, Konstanz Michael (1976) – Observaciones sobre la permanencia del sustrato punico en la Península Iberica. In JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. – *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Iberica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974)*. Salamanca: Universidad, 1976. (Acta Salmaticensia/Filosofía y Letras; n° 95). ISBN 84-600-0674-3. p. 191-199.
- KOLOVRAT, Georges de (1930) – *Qu'est-ce que la langue basque?: étude comparative*. 2ª ed. rev. aum. Paris: Librairie L. Rodstein, 1930. 47 p.
- KÖNIG, Werner (1989) – *dtv-Atlas zur deutschen Sprache*. Ilust. de Hans-Joachim Paul. 7ª ed. München: Deutscher Taschenbuch Verlag. 250 p. (dtv-Atlas; n° 3025). 1ª ed.: 1978. ISBN 3-423-03025-9.
- KOULOUGHLI, Djamel E. (1994) – *Grammaire de l'Arabe d'aujourd'hui*. 350 p. [?]: Pocket. 350 p. (Langues pour tous; n.º 3581). ISBN 2-266-03912-1.
- KREMER, Dieter (1992) – Spanisch: Anthroponomastik. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1992. ISBN 3-484-50236-3. Vol. 6/1, p. 457-474.
- KREMER, Dieter (1994a) – Galegisch: Intern Sprachgeschichte III. Onomastik. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994. ISBN 3-484-50336-X. vol. 6/2, p. 34-46.
- KREMER, Dieter (1994b) – Portugiesisch: Anthroponomastik. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994. ISBN 3-484-50336-X. Vol. 6/2, p. 518-533.
- KREMER, Dieter (1994c) – Portugiesisch: Toponomastik. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994. ISBN 3-484-50336-X. Vol. 6/2, p. 534-544.
- KRÖLL, Heinz (1994) – Dialectos e variedades regionais em Portugal. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen*

- Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994. ISBN 3-484-50336-X. Vol. 6/2, p. 545-559.
- KRUS, Luís (1987) – Tempo de Godos e tempo de Mouros: as memórias da Reconquista. *O Estudo da História*. Lisboa: Associação de Professores de História. 2ª série, nº 2 (1986-7), p. 59-74.
- KRUS, Luís (1993) – D. Dinis e a herança dos Sousas: o inquérito régio de 1287. *Estudos Medievais*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. Nº 10 (1993), p. 119-158.
- KRUTA, Venceslas (1983) – *Les Celtes*. 3ª ed.rev. Paris: Presses Universitaires de France. 128 p. (Que sais-je?; nº 1649). ISBN 2-13-038164-2.
- LAFONT, Robert (1991a)– L'occitan: Histoire interne de la langue I. Grammaire. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1991. ISBN 3-484-50335-1. vol. 5/2, p. 1-18.
- LAFONT, Robert (1991b) – L'occitan: Histoire interne de la langue II. Lexique. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1991. ISBN 3-484-50335-1. vol. 5/2, p. 18-23.
- LAPESA, Rafael (1991) – *Historia de la lengua Española*. Prólogo de Ramón Menéndez Pidal. 9ª ed. corrig. e aum; 7ª reimp. Madrid: Editorial Gredos. 690 p. (Biblioteca Románica Hispánica/Manuales; nº 45). ISBN 84-249-0072-3.
- LAUSBERG, Heinrich (1981) – *Linguística românica*. Trad. de Marion Ehrhardt e Maria Luisa Schmann. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 458 p.
- LAVAJO, Joaquim Chorão – A Reconquista Hispânica: fé, pátria ou sobrevivência. In Secretariado Regional da A.P.H. de Portalegre; Escola Superior de Educação de Instituto Politécnico de Portalegre, org. – *Actas do 2º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre. (Portalegre-Nisa, 23-25 de Novembro de 1994)*. Lisboa: Associação de Professores de História, 1996. ISBN 972-8356-14-5. p. 15-29.
- LE LANNOU, Maurice (1983) – *La Bretagne et les Bretons*. 2º ed. mise à jour. Paris: Presses Universitaires de France. 126 p. (Que sais-je?; n.º 1750). 1ª ed.: 1978. ISBN 2-13-037684-3.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel (1974) – *Histoire du Languedoc*. 3º ed. Paris: Presses Universitaires de France. 128 p. (Que sais-je?; nº 958). 1ª ed.: 1962.
- LE ROUX, Françoise; GUYONVARCH, Christian-J. (1993) – *A civilização Celta*. Trad. de Fernanda Soares. Mem Martins: Publicações Europa-América. 176 p. (Forum da História; n.º 6). ISBN 972-1-03671-4.
- LEVI, Peter (1991) – *Grécia, berço do Ocidente*. Lisboa: Círculo de Leitores. 231 p. (Grandes Culturas e Civilizações). Trad. de: Atlas of the Greek World, Oxford, Equinox, 1980. ISBN 972-42-0321-2.
- LIMA, Jaime de Magalhães (1923) – *A língua portuguesa e os seus mistérios*. Paris-Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand. 155 p.
- LIMA, Jaime de Magalhães (1968) – *Os Povos do Baixo Vouga*. Ílhavo-Murtosa: Câmaras Municipais de Ílhavo e Murtosa e Comissão de Turismo da Torreira. 95 p.
- LIMA, Jaime de Magalhães (1986) – Raízes da fala e do povo. *Aveiro e o seu Distrito*. Aveiro: Assembleia Distrital. Nº 36 (1º sem. 1986), p. 5-35.
- LIVERMORE, Harold V. (1976) – *Orígenes de España y Portugal*. Trad. de Juan Faci. 1ª ed. Barcelona: Aymá. 383 p. (Sumer/Etapas y Cumbres de la Humanidad). Dir. col: Salvador Claramunt; tradução de: The origins of Spain and Portugal, Londres, George Allen & Unwin, cop. 1971. ISBN 84-209-0425-2.

- LLEAL GALCERAN, Coloma (1990) – *La formación de las lenguas romances peninsulares*. 1ª ed. Barcelona: Editorial Barcanova. 383 p. (Temas Universitarios). ISBN 84-7533-556-X.
- LLORENTE MALDONADO [DE GUEVARA], Antonio (1987) – *Consideraciones sobre la comarca de Salvaterra y su toponimia*. Salamanca: Instituto de Bachillerato de Guijuelo. 38 p.
- LOPES, António Maria (1923) – *Ílhavo: Série de notas para a crítica do «Illiabum»*. Ílhavo: Tip. Casa Minerva. 94 p. Ver Mada[h]il 1922.
- LOPES, Luís Seabra (1994) – De Portugal a Coimbra pela Estrada Mourisca. *Estudos Aveirenses: Revista do ISCLA*. Aveiro: FEDRAV. ISSN 0872-4873. Vol. 3(1994), p. 79-110.
- LÓPEZ SANTOS, Luís (1960) – Hagiotoponímia. In ALVAR, Manuel [et al.], ed. – *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid. vol. 1 (1960), p. 579-614.
- LUCAS, Maria Miguel (1989) – Monumento megalítico de Mamodeiro. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. [ISSN 0873-335X]. Nº 13/14 (Dez. 1989), p. 9-14.
- MACHADO, José Pedro (1961) – *Aspectos do português primitivo e sua adaptação em formas toponímicas colhidas de textos arábicos*. Lisboa: [s.n.]. 22 p. Sep. de: Boletim Mensal da Língua Portuguesa, vol. 12 (Jun.1961), p. 161-182.
- MADAÍL, António Gomes da Rocha (1922) – *Illiabum: Série de subsídios para a história de Ílhavo: I. Um projecto de brasão d'armas concelhio*. [Ílhavo]: Câmara Municipal de Ílhavo. 96 p.
- MADAÍL, A. G. da Rocha (1935) – Tombo das águas de Ílhavo: organizados pelos donatários da vila mediante provisão régia de 1772. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 1, nº 3 (1935), p. 183-198.
- MADAÍL, A. G. da Rocha (1935b; 1936; 1937; 1939; 1942) – Informações paroquiais do distrito de Aveiro de 1721. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 1, nº 1 (1935), p. 37-46; vol. 1, nº 4 (1935), p. 325-332; vol. 2, nº 6 (1936), p. 151-160; vol. 2, nº 7 (1936), p. 237-241; vol. 2, nº 8 (1936), p. 293-306; vol. 3, nº 9 (1937), p. 29-46; vol. 5, nº 18 (1939), p. 139-141; vol. 8, nº 31 (1942), p. 192-196. O vol. 2, nº 8 (1936), p. 298-306, integra as informações paroquiais de 1758 referentes a Ílhavo, que abrangia povoações do actual concelho de Aveiro (Sá e Verdemilho).
- MADAÍL, A. G. da Rocha (1935c) – Marinha de Sal em Vale de Maceira em 1459. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. Vol. 1, nº 1 (1935), p. 77-78.
- MADAÍL, A. G. da Rocha (1938) – A carta de doação de Alquerubim em 1090. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. Vol. 4, nº 13 (1938), p. 71-74.
- MADAÍL, A. G. da Rocha (1946) – Subsídios para o estudo da *propriedade alagada* na zona de influência da Ria de Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 12, nº 47 (1946), p. 177-208.
- MADAÍL, António Gomes da Rocha, ed. (1959) – *Milenário de Aveiro: Colectânea de documentos históricos I (959-1516)*. Aveiro: Câmara Municipal. 330 p.
- MADAÍL, A. G. da Rocha (1961) – Livro dos títulos do convento de São Domingos da cidade de Aveiro: séculos XV a XVIII. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 27, nº 106 (1961), p. 81-134; vol. 27, nº 107 (1961), p. 198-237.
- MADAÍL, António Gomes da Rocha, ed. (1968) – *Milenário de Aveiro: Colectânea de documentos históricos. II (1581-1792)*. Aveiro: Câmara Municipal. 665 p. Este volume corresponde à publicação do «Livro de registos da Câmara da vila de Aveiro», códice dos séculos XVII-XVIII existente no Museu de Aveiro.
- MAGALHÃES, Carlos Vidal Coelho de (1960) – A antiga vila de Eixo: apontamentos para uma monografia. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 26, nº 104 (1960), p. 243-290. Trabalho datado de cerca de 1948.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1997) – *História do galego-português: Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego*

- moderno*). Lisboa: Fundação Caçouste Gulbenkian / JNICT. 1007 p. (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas). Reimpressão da edição do INIC de 1986. ISBN 972-31-0746-5.
- MARINER, Sebastián (1976) – Botorrita, toponimo prelatino. In JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. – *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Peninsula Iberica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974)*. Salamanca: Universidad, 1976. (Acta Salmaticensia/Filosofia y Letras; n.º 95). ISBN 84-600-0674-3. p. 49-55.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1979) – *Guia do estudante de história medieval portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa. 265 p. (Imprensa Universitária; n.º 15).
- MARSÁ, Francisco (1960) – Toponimia de Reconquista. In ALVAR, Manuel [et al.], ed. – *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid. vol. 1 (1960), p. 615-646.
- MARTINET, André (1995) – *Função e dinâmica das línguas*. Trad. de Jorge de Morais Barbosa e Maria Joana Vieira Santos. Coimbra: Livraria Almedina. 346 p. Bibliografia do autor: p. 299-344. ISBN 972-40-0826-6.
- MARTINEZ MARTÍN, Francisco Miguel (1992) – [Espanhol:] Áreas lingüísticas I. Castilla. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1992. ISBN 3-484-50236-3. vol. 6/1, p. 494-503.
- MARTINS, [Alfredo] Fernandes (1947) – A configuração do litoral português no último quartel do século XIV: Apostila a um mapa. *Biblos*. Coimbra: Universidade. Tomo 1, vol. 22 (1947), p. 163-197.
- MATTOSO, José (1981) – *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Estampa. 415 p. (Imprensa Universitária; n.º 19)
- MATTOSO, José (1984) – A crise de 1245. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras, [ISSN 0870-0958]. N.º 6 (1984), p. 7-23.
- MATTOSO, José (1985a) – *O essencial sobre a formação da nacionalidade*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 75 p. (Essencial; n.º 3).
- MATTOSO, José (1985b) – *Identificação de um País: ensaio sobre as origens de Portugal: 1096-1325*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Estampa. 2 vol. (Imprensa Universitária; n.º 45 e 46).
- MATTOSO, José (1985c) – *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 439 p. (Temas Portugueses).
- MATTOSO, José (1985d) – *Ricos-homens, infanções e cavaleiros: A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. 2ª ed. Lisboa: Guimarães Editores. 286 p. (História e Ensaio; n.º 2).
- MATTOSO, José (1987) – *Fragmentos de uma composição medieval*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Estampa. 307 p. (Imprensa Universitária; n.º 59)
- MATTOSO, José, dir. (1992-1993) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. 8 vol. ISBN 972-42-0586-X.
- MATTOSO, José; KRUS, Luis; ANDRADE, Amélia (1989) – *O castelo e a Feira: a terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Estampa. 249 p. + 50 não numeradas. (Imprensa Universitária; n.º 74). ISBN 972-33-0824-X.
- MAYET, Françoise; SILVA, Carlos Tavares da (1993) – Presença fenícia no Baixo Sado. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 4(1993), p. 127-142.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (1984) – Introdução geográfica. In SARAIVA, José Hermano, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa. vol. 1, p. 5-30.
- MEIRELES, Ribeiro: ver supra, COSTA (1955)
- MELEIRO, Maria Lucília F. (1994) – *A mitologia dos povos germânicos*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença. 210 p. (Fundamentos; n.º 4). ISBN 972-23-1861-6.

- MELO, Laudelino de Miranda (1944) – Termos usados na região de Vouga e a sua significação. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. vol. 10, nº 40(1944), p. 264-268.
- MELO, Laudelino de Miranda (1945) – Novas expressões do linguajar do povo da região de Vouga. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. vol. 11, nº 43 (1945), p. 210-213.
- MENDES, H[umberto] Gabriel (1969) – *Catálogo de cartas antigas da Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral*. Lisboa: Instituto Geográfico e Cadastral. (Cadernos Técnicos e de Informação; n.º 22).
- MENDES, Humberto Gabriel (1974) – Cartografia e engenharia da ria e barra de Aveiro no último quartel do século XVIII. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 40, nº 159(1974), p. 184-220; vol. 40, nº 160(1974), p. 241-270. Existe separata.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (1927) – *El idioma español en sus primeros tiempos*. Madrid: Editorial Voluntad, 1927. 263 p. (Manuales Hispania; nº 2, série B).
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (1960) – Dos problemas iniciales relativos a los romances hispánicos. In ALVAR, Manuel [et al.], ed. – *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid. vol. 1 (1960), p. 27-138.
- MENÉNDEZ PIDAL, R[amón] (1976) – *Orígenes del español: Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 8ª ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1976. 592 p. (Obras Completas de R. Menéndez Pidal; nº 8). ISBN 84-239-4752-1.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (1990) – *El dialecto Leones*. 1ª ed. León: Diputación Provincial de León. 63 p. (Breviarios de la Calle del Pez; nº 24). ISBN 84-87081-26-6.
- MENESES, João Maria Cardoso de Macedo e (1956) – *Salgado de Aveiro*. [Lisboa]: Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos. XI-739 p. (Inquérito à Indústria do sal; vol. 4).
- METZELTIN, Miguel (1992) – [Espanhol:] Etimología e historia del léxico. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1992. ISBN 3-484-50236-3. Vol. 6/1, p. 440-457.
- MICHELENA, Luis (1976) – Iberico -EN. In JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. – *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974)*. Salamanca: Universidad, 1976. (Acta Salmaticensia/Filosofia y Letras; nº 95). ISBN 84-600-0674-3. p. 353-362.
- MIRANDA, J. C. de (1866) – *Dissertação histórico-jurídica em defeza dos povos do extinto Almoxtarifado d'Eixo nas causas de fóros e rações, que lhes move a Serenissima Casa de Bragança*. Porto: Typographia Commercial. 195 p.
- MONDEJAR, José (1992) – [Espanhol:] Áreas lingüísticas II. Andalucía. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1992. ISBN 3-484-50236-3. vol. 6/1, p. 504-521.
- MONTENEGRO, Ángel (1960) – Toponimia latina. In ALVAR, Manuel [et al.], ed. – *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid. vol. 1 (1960), p. 501-530.
- MORALEJO LASSO, Abelardo (1977) – *Toponimia gallega y leonesa*. Santiago de Compostela: Editorial Pico Sacro. 382 p. (Biblioteca de Bolsillo; nº 14). ISBN 84-85170-20-2.
- MORENO, Humberto Baquero (1986) – *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI: estudos de história*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença. 203 p. (Métodos; nº 22).
- MOREU-REY, Enric (1991) – Le catalan: Histoire interne de la langue III. Onomastique. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der*

- Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1991. ISBN 3-484-50335-1. vol. 5/2, p. 162-166.
- MORLET, Marie-Thérèse (1990a) – Anthroponymie: France. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1990. ISBN 3-484-50235-5. vol. 5/1, p. 529-537.
- MORLET, Marie-Thérèse (1990b) – Toponymie: France. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1990. ISBN 3-484-50235-5. vol. 5/1, p. 549-557.
- MÜLLER, Wulf (1990a) – Anthroponymie: Suisse. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1990. ISBN 3-484-50235-5. vol. 5/1, p. 544-548.
- MÜLLER, Wulf (1990b) – Toponymie: Suisse. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1990. ISBN 3-484-50235-5. vol. 5/1, p. 563-571.
- MUÑOZ CORTÉS, Manuel (1992) – Variedades regionales del castellano en España. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1992. ISBN 3-484-50236-3. vol. 6/1, p. 583-602
- NESE, Annalisa (1988) – Korsisch: Interne Sprachgeschichte. Evoluzione del sistema grammaticale. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1988. ISBN 3-484-50234-7. Vol. 4, p. 799-808. Em italiano.
- NEVES, Alberto S.M.Ferreira; NEVES, José S.M.Ferreira; GASPARD, João Gonçalves (1992) – *Arquivo do Distrito de Aveiro: Índices*. Aveiro: Câmara Municipal, 1992. 75 p. ISBN 972-9137-14-5.
- NEVES, F[rancisco] Ferreira (1935) – Vale de Maceira e Pero Maceira, em Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. vol. 1, nº 4 (1935), p. 321-323.
- NEVES, F[rancisco] Ferreira (1936) – Origem e etimologia de Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. vol. 2, nº 6(1936), p. 81-98.
- NEVES, F[rancisco] Ferreira (1941) – Uma descrição das igrejas e capelas da freguesia de São Miguel de Aveiro no século XVIII. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 7, nº 27(1941), p. 182-194.
- NEVES, Francisco Ferreira (1968) – A casa e o morgado de Oliveirinha nos concelhos de Eixo e Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 34, nº 133(1968), p. 3-31.
- NEVES, Francisco Ferreira (1969) – O aforamento perpétuo da ilha do Trovisco ou do Posso na ria de Aveiro, no ano de 1524. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 35, nº 138(1969), p. 81-103.
- NUNES, José Joaquim (1989) – *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa: Fonética e morfologia*. 9ª ed. Lisboa: Clássica Editora. XVI-454 p. ISBN 972-561-172-1.
- OLIVEIRA, César de, dir. (1995) – *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Círculo de Leitores. 591 p. ISBN 972-42-1300-5.
- OLIVEIRA, Miguel de (1994) – *História eclesiástica de Portugal*. Actual. de Artur Roque de Almeida; pref. de António Costa Marques. Ed. rev. e actual. Mem Martins: Publicações Europa-América. 327 p. (Biblioteca da História; nº 11). ISBN 972-1-03845-8.
- OLIVEIRA, Orlando de (1988) – *Origens da Ria de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal, D.L. 1988. 61 p.
- OTERO, José Maria; MELENA, José L. (1976) – La estela inscrita de Siruela, Badajoz. In JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. – *Actas del I Coloquio*

- sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Iberica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974). Salamanca: Universidad, 1976. (Acta Salmaticensia/Filosofia y Letras; nº 95). ISBN 84-600-0674-3. p. 343-352.
- PARREIRA, Rui (1990) – Considerações sobre os milénios IV e III a.C. no Centro e Sul de Portugal. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 1(1990), p. 27-43.
- PAYRATÓ, Lluís (1991) – [El catalá]: Evolución lingüística interna II. Léxico. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1991. ISBN 3-484-50335-1. vol. 5/2, p. 152-162.
- PELLEGRINI, Giovan Battista (1988) – Italienisch: Toponomastik. Toponomastica. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1988. ISBN 3-484-50234-7. Vol. 4, p. 431-445. Em língua italiana.
- PEREIRA, Isabel (1993) – Figueira da Foz: Santa Olaia. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 4(1993), p. 285-304.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1983) – *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na Segunda metade do século XIX*. 2ª ed. corrig. Lisboa: Sá da Costa Editora. 417 p. (Nova Universidade; nº 6).
- PERES, Damião, dir. (1928-1954) – *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora. 9 vol.
- PERES, Damião (1970) – *Como nasceu Portugal*. 7ª ed. rev. Porto: Portucalense Editora. 125 p.
- PERFEITO, António Pinto (1984) – Referências etnográficas da velha Cacia. In CONDE, Bartolomeu, coord. – *Cacia e Baixo-Vouga: Apontamentos históricos e etnográficos*. Aveiro: Câmara Municipal. 1984. p. 49-160.
- PERPÈRE, Marie (1992) – Cérémonies funéraires chez les premiers hommes. *L' Histoire*. Paris: Société d' Éditions Scientifiques. ISSN 0182-2411. N° 158 (Set. 1992), p. 64-67.
- PIMENTA, Alfredo, coord. (1982) – *Fontes medievais da história de Portugal: Anais e crónicas*. Selec., pref. e notas de Alfredo Pimenta. 2ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 335 p.
- PINHEIRO, Madalena, coord. (1997) – Arquivo Histórico Municipal de Aveiro. *Boletim Municipal Cultura e Património*. Aveiro. Número único (Dez. 1997), p. 62-67.
- PLÍNIO, Caio, século I – *Naturalis Historia*. Transcrição em linha, no endereço: <http://www.ukans.edu/history/index/europe/ancient_rome/home.htm>
- POLENTZ, Peter von (1973) – *História da língua alemã*. Trad. de Jaime Ferreira da Silva e de António Almeida. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 403 p. Tradução de: Geschichte der Deutschen Sprache, 7ª ed., totalmente refundida, da obra anterior de Hans Sperber, 1970.
- PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (1998) – *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo. Primeira Parte. Instituições do Antigo Regime. Volume I. Administração Central (1)*. Lisboa: IAN/TT. 435 p.
- PORTUGAL. Instituto Português do Património Cultural (1984) – *Roteiro das bibliotecas e arquivos dependentes administrativamente do Instituto Português do Património Cultural*. Lisboa: I.P.P.C. 76 p.
- PORTUGAL. Instituto Português de Cartografia e Cadastro (1994) – *Catálogo da documentação e elementos de estudos disponíveis*. Lisboa: Instituto Português de Cartografia e Cadastro. ISSN 0872-7198. (Março 1994).
- PRESCOTT, A. E. (1976) – Nueva lectura de un vaso atico de la ciudad griega de Ampurias. In JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. – *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Iberica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974)*. Sa-

- lamanca: Universidad, 1976. (Acta Salmaticensia/Filosofia y Letras; nº 95). ISBN 84-600-0674-3. p. 319-328.
- PTOLOMEU, Claudio, século II a.C. – *Ptolemy's Geography*. Site de Bill Thayer, no endereço <http://www.ukans.edu/history/index/europe/ancient_rome/home.html>
- QUADROS, José Reinaldo Rangel de (1984) – *Aveiro: Origens, brasão e antigas freguesias*. Aveiro: Paisagem Editora. 223 p. (Autores Aveirenses; 1).
- QUEIMADO, Cristóvão de Pinho (1937) – Memoria sobre a villa de Aveiro [1687]. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 3, nº 10(1937), p. 92-100. Cópia do século XIX.
- QUEIRÓS, Paulo Teixeira de (1984) – Memórias paroquiais de 1758: Esgueira. In CONDE, Bartolomeu, coord. – *Cacia e Baixo-Vouga: Apontamentos históricos e etnográficos*. Aveiro: Câmara Municipal. 1984. p. 37-42.
- RAMAT, Anna Giacalone; RAMAT, Paolo, ed. (1995) – *Las lenguas indoeuropeas*. Introd. dos editores; trad. de Pepa Linares e Ana Fernández Valbuena. Madrid: Ediciones Cátedra. 635 p. (Cátedra Lingüística). Tradução de: Le lingue indoeuropee, Bolonha, Società Editrice Il Mulino, 1993; obra colectiva. ISBN 84-376-1348-5.
- RAVIER, Xavier (1991) – L'occitan: Les aires linguistiques. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1991. ISBN 3-484-50335-1. vol. 5/2, p. 80-105.
- REGUEIRA FERNÁNDEZ, Xosé L., coord. (1996) – *Guía bibliográfica de lingüística galega*. 1ª ed. Vigo: Instituto da Lingua Galega da Universidade de Santiago/Edicións Xerais de Galicia. 249 p. (Universitaria/Manuais). ISBN 84-8302-032-7.
- REIS, Álvaro (1993) – *Ria de Aveiro: memórias da natureza*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar. 137 p.
- REIS, António Matos (1991) – *Origens dos municípios portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte. 311 p. (Horizonte Histórico; nº 36). ISBN 972-24-0800-3.
- RESENDE, João Vieira (1944-1947) – As marinhas de sal de Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 10, nº 37 (1944), p. 51-55; vol. 10, nº 39 (1944), p. 233-242; vol. 10, nº 40 (1944), p. 295-324; vol. 13, nº 52 (1947), p. 317-323.
- RESENDE, João Vieira (1963) – Emprazamentos feitos pelo mosteiro de Lorvão das quintas do Viso e do Solposto, situadas na sua vila de Esgueira. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 29, nº 116(1963), p. 272-285.
- REVISTA LUSITANA: *archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal*. Red. De J. Leite de Vasconcelos. Porto: Livraria Portuense. A.1, nº 1(1887)-v. 38; nº 1/4 (1940/1943); n. s., nº 1(1981)-.
- RIBEIRO, Orlando (1977) – *Introduções geográficas à história de Portugal: estudo crítico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 230 p. (Estudos Portugueses; nº 3).
- RIBEIRO, Orlando (1979a) – AGRICULTURA, in SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Reed. Porto: Iniciativas Editoriais. vol. 1, p. 60-67.
- RIBEIRO, Orlando (1979b) – ALDEIA, in SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Reed. Porto: Iniciativas Editoriais. vol. 1, p. 85-89.
- RIBEIRO, Orlando (1979c) – CIDADE, in SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Reed. Porto: Iniciativas Editoriais. vol. 2, p. 60-66.
- RIBEIRO, Orlando (1979d) – MILHO, in SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Reed. Porto: Iniciativas Editoriais. vol. 4, p. 294-300.
- RIBEIRO, Orlando (1979e) – PORTUGAL, FORMAÇÃO DE, in SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Reed. Porto: Iniciativas Editoriais. vol. 5, p. 130-149.
- RIBEIRO, Orlando (1979f) – POVOAMENTO, in SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Reed. Porto: Iniciativas Editoriais. vol. 6, p. 466-485.

- RIBEIRO, Orlando (1986) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*. 4ª ed. rev. e ampl. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 189 p. (Nova Universidade; n.º 13)
- RIBEIRO, Orlando (1987) – *Mediterrâneo: ambiente e tradição*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 323 p.
- RIBEIRO, Orlando (1992) – *Geografia e civilização: temas portugueses*. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte. 160 + XLVIII p. (Horizonte Histórico; n.º 41). ISBN 972-24-0418-0.
- RIBEIRO, Orlando (1995) – *Opúsculos geográficos. VI: Estudos Regionais*. Pref. De Suzanne Davéau. 1ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 497 p. ISBN 972-31-0660-4.
- RIIHO, Timo (1994) – Português: Evolução linguística interna. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994. ISBN 3-484-50336-X. vol. 6/2, p. 498-511.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira (1998) – A construção civil em Aveiro, 1860-1930: notas para a sua compreensão histórica. In ALVES, Jorge Fernandes, coord. – *A indústria portuense em perspectiva histórica: Actas do Colóquio. Palácio da Bolsa. 4 e 5 de Dezembro de 1997*. Porto: Centro Leonardo Coimbra / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998. p. 303-342.
- RUHLEN, Merritt (1996) – *A origem da linguagem: reconstituindo a evolução da língua mãe*. Trad. de Iolanda Saló; rev. técn. de Cristina Pacheco. Lisboa: Círculo de Leitores. 197 p. (Ensaio Geral). Tradução de: The origin of language: tracing the evolution of the mother tongue, 1994; bibliografia anotada: p. 191-197. ISBN 972-42-1413-3.
- RUIZ MATA, Diego (1993) – Los Fenicios de época arcaica – siglos VIII/VII a.C. – en la bahía de Cádiz: Estado de la cuestión. *Estudios Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 4(1993), p. 23-72.
- SAINT-BLANQUAT, Henri de (1995) – De l' Euphrate a la Chine: les premiers agriculteurs. *L' Histoire*. Paris: Société d' Éditions Scientifiques. ISSN 0182-2411. N.º 193 (Nov. 1995), p. 44-51.
- SALINAS DE FRÍAS, Manuel (1986) – *La organización tribal de los Vettones: Pueblos prerromanos de Salamanca*. 2ª ed. Salamanca: Ediciones Universidad; Diputación Provincial de Salamanca. 96 p. (Temas de Historia Local y Provincial / Serie Varia; n.º 15). ISBN 84-7481-206-2.
- SALINAS DE FRÍAS, Manuel (1996) – *Conquista y romanización de Celtiberia*. 1ª reimp. Salamanca: Ediciones Universidad. 214 p. (Estudios Históricos & Geográficos; n.º 50). ISBN 84-7481-371-9.
- SAMPAIO, Alberto (1979) – *Estudios históricos e económicos: 1. As vilas do norte de Portugal; 2. As Póvoas marítimas*. Pref. de Maria José Trindade. Lisboa: Editorial Vega. 2 vol. (Documenta Historica; n.º 2 e 3). Reed. baseada na de 1923.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1987) – *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1987.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1990) – *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 2ª ed. Porto: Afrontamento. 199 p. (Biblioteca das Ciências do Homem: Sociologia, Epistemologia; n.º 10) ISBN 972-36-0207-5.
- SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos (1963-1967) – *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*. Lisboa: Serviços Culturais da DIAMANG. 2 vol.
- SANTOS, O. Valdez dos (1965) – *Lições de Gramática Assíria: Dadas ao curso de «Assiriologia» de 1961-1962 do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto*. Pref. de António Losa. Porto: Centro de Estudos Humanísticos (Anexo à Universidade do Porto). 270 p. (Amphitheatrum: série suplementar de «Stvdivm Generale»; n.º X).

- SARABANDO, João (1997) – *Caçaréus e Ceboleiros: Aveiro, usos e costumes*. Porto: Campo das Letras. 188 p. (Album; n.º 3). ISBN 972-610-024-0.
- SARABANDO, João (1976) – Numisma com a efígie de Honório: contributo para o estudo da presença romana em Cacia. *Aveiro e o seu Distrito*. Aveiro: Junta Distrital. N.º 21(1976), p. 36-40.
- SARALEGUI, Carmen (1992) – Aragonés / Navarro: Evolución lingüística externa e interna. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1992. ISBN 3-484-50236-3. Vol. 6/1, p. 37-54.
- SCHMIDT, Karl Horst (1976) – The contribution of Celt-Iberian to the reconstruction of common celtic. In JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. – *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Peninsula Iberica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974)*. Salamanca: Universidad, 1976. p. 329-342.
- SCHMIDT, Karl Horst (1985) – A contribution to the identification of Lusitanian. In HOZ, Javier de, edit. – *Actas del III Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispanicas (Lisboa, 5-8 Noviembre 1980)*. Salamanca: Ediciones Universidad. p. 319-341.
- SCOTTI-ROSIN, Michael (1994) – Portugiesisch: Gesprochene Sprache und geschriebene Sprache. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994. ISBN 3-484-50336-X. vol. 6/2, p. 308-313.
- SERGEANT, Bernard (1992) – Les indo-européens ont existé! *L' Histoire*. Paris: Société d'Éditions Scientifiques. ISSN 0182-2411. N.º 159 (Out. 1992), p. 37-43.
- SERGEANT, Bernard (1994) – Mais d' où viennent les Étrusques?. *L' Histoire*. Paris: Société d'Éditions Scientifiques. ISSN 0182-2411. N.º 180 (Set. 1994), p. 66-67.
- SÉRGIO, António (1978) – *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal*. 4ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 271 p. (Clássicos Sá da Costa/Nova série). Ed. crít. orientada por Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão e organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira.
- SÉRGIO, António (1989) – *Breve interpretação da história de Portugal*. 13ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 164 p. (Clássicos Sá da Costa/Nova série). Ed. crít. orientada por Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão e organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira.
- SILBERT, Albert (1978) – *Le Portugal méditerranéen à la fin de l' Ancien Régime. XVIII.^e — Début du XIX.^e Siècle: Contribution à l' histoire agraire comparée*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. 3 vol. (1217 p.)
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1984a) – A Idade dos Metais em Portugal. In SA-RAIVA, José Hermano, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa. vol. 1, p. 101-148.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1990a) – A Idade do Ferro em Portugal. In ALAR-CÃO, Jorge, coord. – *Portugal: das origens à romanização*. 1ª ed. (Nova História de Portugal; vol. 1) Dir. col. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. ISBN 972-23-1313-4. p. 257-341.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1990b) – Influências orientalizantes na formação da cultura castreja do Noroeste peninsular. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 1(1990), p. 135-155.
- SILVA, Carlos Tavares da (1984b) – O megalitismo e os primeiros metalurgistas. In SA-RAIVA, José Hermano, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa. vol. 1, p. 83-98.

- SILVA, Carlos Tavares da (1990c) – Influências orientalizantes no Calcolítico do Centro e Sul de Portugal: Notas para um debate. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 1(1990), p. 45-52.
- SILVA, Fernando A. Pereira da (1993) – A mamoa de Mamodeiro: A ocupação do litoral de Aveiro durante a pré-história recente. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. [ISSN 0873-335X]. N.º 22 (Dez. 1993), p. 25-32.
- SILVA, Fernando A. Pereira da (1997a) – Recuperação e valorização do forno romano de Eixo. *Boletim Municipal Cultura e Património*. Aveiro. Número único (Dez. 1997), p. 78-80.
- SILVA, Fernando A. Pereira da (1997b) – Relatório da campanha de escavações 3/94: Mamoa de Mamodeiro, Nossa Senhora de Fátima, Aveiro. *Boletim Municipal Cultura e Património*. Aveiro. Número único (Dez. 1997), p. 81-87.
- SILVA, Fernando A. Pereira da (1997c) – Aveiro medieval: o troço das muralhas entre a "Porta do Sol" e a "Porta da Vila". Resultado das sondagens arqueológicas. *Boletim Municipal Cultura e Património*. Aveiro. Número único (Dez. 1997), p. 88-100.
- SILVA, Maria João Branco Marques da (1991) – *Aveiro medieval*. Aveiro: Câmara Municipal. 208 p. ISBN 972-9137-06-5.
- SILVA, Maria João Branco Marques da (1994) – *Esgueira: a vida de uma aldeia do século XV*. Cascais: Patrimónia. 344 p. (Dissertações). ISBN 972-744-000-2.
- SILVA NETO, Serafim (1992) – *História da língua portuguesa*. 6ª ed. Rio de Janeiro-Lisboa: Presença/Dinalivro. 670 p. (Coleção Linguagem; n.º 11). ISBN 1-85-252-008-5.
- [SILVEIRA, Joaquim da] (1959) – *Índice geral dos artigos de toponímia portuguesa de Joaquim da Silveira*. Coimbra: Faculdade de Letras / Instituto de Estudos Românicos. 52 p.
- SOUSA, Fernando de [et al.] (1985a) – O Arquivo Municipal de Aveiro. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. [ISSN 0873-335X]. N.º 6 (Dez. 1985), p. 1-80. O artigo tem páginas com numeração própria, começando depois da p. 44 deste número da revista; existe separata.
- SOUSA, Fernando de [et al.] (1985b) – O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. [ISSN 0873-335X]. N.º 6 (Dez. 1985), p.1-23. O artigo tem páginas com numeração própria, constituindo a última parte deste número da revista.
- SOUSA, José Ferreira da Cunha e (1940) – Memória de Aveiro, no século XIX. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 6, n.º 22(1940), p. 82-100; vol. 6, n.º 23(1940), p. 177-202; vol. 6, n.º 24(1940), p. 259-277.
- SOUTO, Alberto (1923) – *Origens da Ria de Aveiro*. Aveiro: Typ. Minerva Central.
- SOUTO, Alberto (1930) – *A estação arqueológica de Cacia: I. Primeiras palavras. Primeiras impressões*. Aveiro. 20 p.
- SOUTO, Alberto (1942) – *Romanização no Baixo-Vouga: novo «oppidum» na zona de Talábriga*. Porto: Imprensa Portuguesa. 50 p. Publicado no vol. 9, n.º 4 de: *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*.
- SOUTO, Alberto (1953) – Notas sobre a formação do actual aspecto geográfico da Beira-Vouga Litoral. *IX Congresso Beirão de Estudos de Paleogeografia e Geografia das Beiras*. Aveiro. p. 9-14.
- SPERBER, Dan (1992) – *O saber dos antropólogos*. Trad. de José Martha Aragão; rev. de Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70. 150 p. (Perspectivas do Homem; n.º 43). Tradução de: *Le savoir des anthropologues*. ISBN 972-44-0871-X.
- TAVARES, António Augusto [et al.] (1990a) – *Presenças Orientalizantes em Portugal: Da Pré-História ao período Romano*. Dir. de António Augusto Tavares. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. 246 p. (Estudos Orientais; n.º 1).

- TAVARES, A[ntónio] Augusto (1990b) – Primeiras migrações para Ocidente, segundo as fontes escritas. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 1(1990), p. 13-25.
- TAVARES, A[ntónio] Augusto [et al.] (1993a) – *Os Fenícios no território português*. Dir. de António Augusto Tavares. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. 304 p. (Estudos Orientais; n° 4).
- TAVARES, A[ntónio] Augusto (1993b) – Fenícios e Massienos (Mesek) no sul da Península Ibérica. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova. vol. 4(1993), p. 13-22.
- TELMON, Tullio (1988) – Aree linguistiche II. Piemonte. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1988. ISBN 3-484-50234-7. Vol. 4, p. 469-485. Em italiano.
- TEYSSIER, Paul (1994) – *História da língua portuguesa*. Trad. de Celso Cunha. 6ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 113 p. (Nova Universidade; n° 5). Tradução de: Histoire de la langue portugaise, Paris, PUF, 1980. ISBN 972-562-129-8.
- THOMPSON, E. A. (1990) – Los Godos en España. 3ª reimp. Madrid: Alianza Editorial. 448 p. (El Libro de Bolsillo / Humanidades; n° 321). 1ª ed.: 1971. ISBN 84-206-1321-5.
- THUILLIER, Jean-Paul (1993) – La fondation de Carthage. *L' Histoire*. Paris: Société d'Éditions Scientifiques. ISSN 0182-2411. N° 170 (Out. 1993), p. 14-19.
- TOVAR, Antonio (1960a) – Lenguas prerromanas de la Península Ibérica. A. Lenguas no indoeuropeas. 1. Testimonios antiguos. In ALVAR, Manuel [et al.], ed. – *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid. vol. 1 (1960), p. 5-26.
- TOVAR, Antonio (1960b) – Lenguas prerromanas de la Península Ibérica. B. Lenguas indoeuropeas. 1. Testimonios antiguos. In ALVAR, Manuel [et al.], ed. – *Enciclopedia Lingüística Hispánica*. Madrid. vol. 1 (1960), p. 101-126.
- TOVAR, A[ntonio]; BLAZQUEZ, J[ose] M[aria] (1982) – Historia de la Hispania Romana. 3ª ed. Madrid: Alianza Editorial. 383 p. (El Libro de Bolsillo / Humanidades; n° 565). ISBN 84-206-1565-X.
- TOVAR, A[ntónio] (1985) – La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los lusitanos. In HOZ, Javier de, edit. – *Actas del III Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispanicas (Lisboa, 5-8 Noviembre 1980)*. Salamanca: Ediciones Universidad. p. 227-253.
- UNTERMANN, Jürgen (1976) – Las leyendas monetales. In JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. – *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Iberica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974)*. Salamanca: Universidad, 1976. (Acta Salmaticensia/Filosofía y Letras; n° 95). ISBN 84-600-0674-3. p. 213-225.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de [s.d.] – *Lições de Filologia Portuguesa: segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/1912 e de 1912/1913, seguidas das lições práticas de português arcaico*. Lisboa: Dinalivro, [s.d.]. 441 p.
- VASCONCELOS, J. Leite de, (1912) – *Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques d'après les données de la toponymie*. Lisbonne: Imp. Nationale. 1 vol.
- VASCONCELOS, J. Leite de, (1926) – *Lições em filologia Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Biblioteca Nacional. 191 p.
- VASCONCELOS, J. Leite de, (1928-1938) – *Opúsculos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1928-1938. 7 vol. (Biblioteca de Escritores Portugueses).
- [VASCONCELOS, J. Leite de] (1967) – *Índice da Revista Lusitana*. Dir. de José Leite de Vasconcelos. Lisboa: Sá da Costa. XII-696 p. (Publicações do Centro de Estudos Filológicos).

- VASCONCELOS, J. Leite de, (1991) – *Religiões da Lusitânia*. Estudo crítico de José Manuel Garcia. 3ª ed. da 1ª ed. reimp. Facsim. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 4 vol. (Temas Portugueses).
- VAZQUEZ CUESTA, Pilar; LUZ, Maria Albertina Mendes da (1980) – *Gramática da língua portuguesa*. Trad. de Ana Maria Brito e Gabriela de Matos. Lisboa: Edições 70. 702 p. (Lexis).
- VENTURA, Leontina (1985) – O cavaleiro João Gondesendes: sua trajectória político-social e económica (1083-1116). *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Sá da Costa Editora. N° 9 (Jan.-Jun. 1985), p. 31-69.
- VERDELHO, Telmo (1993a) – Os dicionários de nomes próprios no séc. XVI e a transmissão da história antiga. In CONGRESSO PENINSULAR DE HISTÓRIA ANTIGA, 2, Coimbra, 1990 – *Actas*. Coimbra: Universidade, 1993. p. 311-322.
- VERDELHO, Telmo (1993b) – Gramática. In LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe, org./coord. – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993. 698 p. ISBN 972-21-0871-9. p. 301-303.
- VERDELHO, Telmo (1993c) – Lexicografia. In LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe, org./coord. – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993. 698 p. ISBN 972-21-0871-9. p. 389-393.
- VERDELHO, Telmo (1994a) – Lexicografia [portuguesa]. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994. ISBN 3-484-50336-X. vol. 6/2, p. 673-692.
- VERDELHO, Telmo (1994b) – Tecnoletos. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994. ISBN 3-484-50336-X. vol. 6/2, p. 339-355.
- VIANA, Mário (1993) – A memória regional na analítica portuguesa dos séculos XI e XII. *Estudos Medievais*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. N° 10 (1993), p. 59-77.
- VIDOS, B. E. (1973) – *Manual de lingüística românica*. Trad. de Francisco de B. Moll. Madrid: Aguilar. 416 p. (Cultura e Historia). ISBN 84-03-12021-4.
- VIEIRA, Venâncio Dias de Figueiredo (1984) – Memória sobre a vila de Eixo. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. [ISSN 0873-335X]. N° 3 (Abril 1984), p. 30-64. Memória redigida cerca de 1870.
- VILELA, Mário (1994a) – Português: Formação de palavras. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1994. ISBN 3-484-50336-X. vol. 6/2, p. 173-199.
- VILELA, Mário (1994b) – *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina. 206 p. ISBN 972-40-0767-7.
- VILLAR, F[rancisco] ed. (1990) – *Studia Indogermanica et palaeohispanica in honorem A. Tovar et L. Michelena*. 1ª ed. Salamanca: Universidad de Salamanca / Universidad del País Vasco. 393 p. ISBN 84-7481-618-1.
- VILLAR, Francisco (1995) – *Estudios de Celtibérico y de toponimia prerromana*. 1ª ed. Salamanca: Ediciones Universidad. 275 p. (Estudios Filológicos; n° 260). ISBN 84-7481-809-5.
- VILLAR, Francisco (1996) – *Los Indoeuropeos y los orígenes de Europa: Lenguaje e historia*. 2ª ed. corr. e muy aument. Madrid: Editorial Gredos. 614 p. (Manuales). 1ª ed.: 1991. ISBN 84-249-1787-1.
- VILLAR, F.; ENCARNACÃO, J. d', ed. (1996) – *La Hispania Prerromana: Actas del VI Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica (Coimbra, 13-15 de Octubre de*

- 1994). Salamanca: Universidad; Coimbra: Universidad, 1996. 405 p. (Acta Salmanticensia/Estudios Filológicos; n° 262). ISBN 84-7481-830-3.
- VILLARES, Ramón (1991) – *História da Galiza*. Trad. de Maria Leonor Garcia da Cruz. Lisboa: Livros Horizonte. 181 p. (Horizonte Histórico; n° 38). Tradução de: Historia de Galicia, Madrid, Alianza Editorial. ISBN 972-24-0812-7.
- WAGNER, H. (1976) – Common problems concerning the early languages of the British Isles and the Iberian Peninsula. In JORDÁ, Francisco; HOZ, Javier de; MICHELENA, Luis, ed. – *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Iberica (Salamanca, 27-31 Mayo 1974)*. Salamanca: Universidad, 1976. (Acta Salmanticensia/Filosofia y Letras; n° 95). ISBN 84-600-0674-3. p. 387-407.
- WALTER, Henriette (1996) – *A aventura das línguas do ocidente: a sua origem, a sua história, a sua geografia*. Pref. e rev. cient. de José Victor Adragão; pref. de André Martinet; trad. de Manuel Ramos. Lisboa: Terramar, [1996]. 496 p. Tradução de: L'Aventure des langues en Occident, Paris, Robert Laffont, 1994; bibliografia: p. 425-452. ISBN 972-710-137-2.
- WAQUET, Henri; SAINT-JOUAN, Régis de (1970) – *Histoire de la Bretagne*. 5ª ed. rev. Paris: Presses Universitaires de France. 128 p. (Que sais-je?; n° 147).
- WATT, W. Montgomery (1995) – *Historia de la España Islámica*. Colab. de P. Cachia. 10ª reimp. Madrid: Alianza Editorial. 209 p. (El Libro de Bolsillo / Humanidades; n° 244). 1ª ed.: 1970. ISBN 84-206-1244-8.
- WOLF, Heinz Jürgen (1988) – Sardisch: Interne Sprachgeschichte. III. Onomastik. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael; SCHMITT, Christian, ed. – *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1988. ISBN 3-484-50234-7. vol. 4, p. 868-884.
- ZAMARRIPA Y URAGA, Pablo de (1933) – *Gramática Vasca*. 5ª ed. Gaubeka: Imprenta Librería. 351p. Inclui uma «clave de temas e [...] un extenso vocabulario castellano-vasco.

Cartografia

- AMORIM, Inês (1997a) – *Aveiro e sua provedoria no século XVIII (1690-1814): Estudo económico de um espaço histórico. Apêndice Cartográfico*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro. 7 p. e 14 cartas e plantas dos séculos XVIII-XIX. ISBN 972-569-097-4 (da obra completa).
- AMORIM, Inês (1997b) – Cartografia antiga da cidade. *Boletim Municipal Cultura e Património*. Aveiro. Número único (Dez. 1997), p. 117-124.
- AVEIRO. Câmara Municipal [199?] – *[Carta do concelho de Aveiro:] Plano Director Municipal* na escala 1/10 000. Aveiro: Câmara Municipal. 13 folhas.
- BARBOSA, Bernardo Pereira (1981) – *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000. Notícia explicativa da folha 16-C: Vagos*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. 60 p. + 1 carta. Levantamentos geológicos do autor.
- MICROSOFT Corporation – *Microsoft Auto Route Express™ Europe 98*. [1998]. Suporte CD-ROM.
- PORTUGAL. Instituto Geográfico e Cadastral (1983) – *Carta Corográfica de Portugal na escala 1/50 000. Folha 16-A: Aveiro*. 3ª ed. [Lisboa]: Instituto Geográfico e Cadastral.

- PORTUGAL. Instituto Geográfico e Cadastral (1974) – *Carta de Portugal 1/100 000. Folha 16: Aveiro*. 1ª ed. [Lisboa]: Instituto Geográfico e Cadastral.
- PORTUGAL. Ministério da Defesa. Serviços Cartográficos do Exército (1974) – *Carta Militar de Portugal. Folha 173: S. Jacinto (Aveiro)*. 2ª ed. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército. Escala 1/25 000.
- PORTUGAL. Ministério da Defesa. Serviços Cartográficos do Exército (1975a) – *Carta Militar de Portugal. Folha 174: Murtosa*. 2ª ed. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército. Escala 1/25 000. Abrange o norte do concelho de Aveiro.
- PORTUGAL. Ministério da Defesa. Serviços Cartográficos do Exército (1975b) – *Carta Militar de Portugal. Folha 184: Gafanha da Encarnação (Ílhavo)*. 2ª ed. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército. Escala 1/25 000. Abrange uma pequena parte da freguesia de S. Jacinto (Aveiro).
- PORTUGAL. Ministério da Defesa. Serviços Cartográficos do Exército (1977) – *Carta Militar de Portugal. Folha 185: Aveiro*. 2ª ed. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército. Escala 1/25 000.
- PORTUGAL. Ministério da Defesa. Serviços Cartográficos do Exército (1992a) – *Carta Militar de Portugal. Folha 185: Aveiro*. 3ª ed. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército. Escala 1/25 000.
- PORTUGAL. Ministério da Defesa. Serviços Cartográficos do Exército (1992b) – *Carta Militar de Portugal. Folha 196: Vagos*. 4ª ed. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército. Escala 1/25 000. Abrange o sul do concelho de Aveiro (Freguesia de Nariz)
- TEIXEIRA, Carlos (1963) – *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000. Notícia explicativa da folha 13-C: Ovar*. Estudos petrográficos de C. Torre de Assunção. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. 18 p. + 1 carta. Levantamentos geológicos do Prof. Carlos Teixeira e dos colectores J. de Oliveira e F. Nery.
- TEIXEIRA, C[arlos]; PERDIGÃO, J. (1962) – *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000. Notícia explicativa da folha 13-A: Espinho*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. 28 p. + 1 carta. Levantamentos geológicos do Prof. Carlos Teixeira, do geólogo J. Correia Perdigão e dos colectores J. de Oliveira e F. Nery.
- TEIXEIRA, Carlos; ZBYSZEWSKY, Georges (1976) – *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000. Notícia explicativa da folha 16-A: Aveiro*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. 39 p. + 1 carta. Levantamentos geológicos do Prof. Carlos Teixeira e dos colectores J. de Oliveira e P. Carreira de Deus; carta desenhada por José Mourão e Leonor G. Dâmaso.

ANEXO I

*Contributo para um
CORPUS TOPONÍMICO DO CONCELHO DE AVEIRO*

TOPÓNIMOS DO CONCELHO DE AVEIRO

(auxiliar de leitura)

O corpus toponímico que se segue procura evitar repetições, provenientes de grafias deturpadas ou de variações de género e número, e organiza-se de acordo com as regras portuguesas de alfabetação¹ que ignoram os artigos definidos e indefinidos, a preposição *de* e suas contracções com artigos, bem como a conjunção *e*.

As grafias deturpadas, latinizantes e outras anteriores à normalização, mas também as silepses de género e número, foram igualmente registadas, sob a entrada da forma mais recente, pois, como sabemos, nem sempre há correspondência entre a linguagem escrita e a falada, e algumas daquelas formas correspondem ao linguajar local.

1. Localização administrativa dos topónimos e códigos das freguesias

No corpus, os números a seguir aos topónimos identificam as respectivas freguesias, de acordo com os códigos abaixo indicados. Os topónimos recolhidos por Manuel Rodrigues e Manuel Barreira² nos livros de registo das matrizes prediais rústicas e urbanas³, organizadas nos anos 20 deste século, inscrevem-se nas dez freguesias que então constituíam o concelho de Aveiro.

As freguesias dos topónimos que recolhemos a partir das Cartas Militares⁴ incluem também as actuais freguesias de Nossa Senhora de Fátima, Santa Joana, S. Bernardo e S. Jacinto, desanexadas do território das anteriores e com existência legal a partir de, respectivamente, 9/10/1985, 1/1/1985, 18/1/1969 e 16/2/1955. Apesar dos limites das freguesias não constarem das Cartas Militares, fizemos a respectiva identificação a partir da carta 1/25 000 da Câmara Municipal de Aveiro.

Os topónimos com dois ou mais números em caracteres normais abrangem as correspondentes freguesias; os topónimos com números de diferentes tipos pertencem actualmente à freguesia assinalada com o código em negrito, por desanexação da freguesia assinalada com o carácter simples, ou devido a rectificação proporcionada pela carta 1/25 000 da Câmara Municipal.

A identificação das freguesias das marinhas de sal foi feita a partir da obra referenciada com a letra /X/ no código das fontes.

Códigos identificadores das freguesias:

<i>Aradas</i>	01	<i>Glória</i>	06	<i>N. S.^a Fátima</i>	11
<i>Cacia</i>	02	<i>Nariz</i>	07	<i>Santa Joana</i>	12
<i>Eirol</i>	03	<i>Oliveirinha</i>	08	<i>São Bernardo</i>	13
<i>Eixo</i>	04	<i>Requeixo</i>	09	<i>São Jacinto</i>	14
<i>Esgueira</i>	05	<i>Vera Cruz</i>	10		

2. Código das fontes

As letras maiúsculas, inscritas entre barras, identificam as fontes em que os topónimos foram recolhidos:

- /A/** Livros de registo das matrizes prediais rústicas e urbanas do concelho de Aveiro, a p. 173-194 in RODRIGUES, Manuel Ferreira; BARREIRA, Manuel – Toponímia do concelho de Aveiro: elementos para o seu estudo. *Estudos Aveirenses: Revista do ISCIA*. Aveiro: FEDRAV. ISSN 0872-4873. Vol. 3 (1994), p. 167-194.
- /B/** PORTUGAL. Ministério da Defesa. Serviços Cartográficos do Exército – *Carta Militar de Portugal. Folha 173: S. Jacinto (Aveiro)*. 2^a ed. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército, 1974. Escala 1/25 000.
- /C/** PORTUGAL. Ministério da Defesa. Serviços Cartográficos do Exército – *Carta Militar de Portugal. Folha 174: Murtoza*. 2^a ed. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército, 1975. Escala 1/25 000. Abrange o norte do concelho de Aveiro.

¹ Ver: UNIVERSIDADE de Coimbra. Biblioteca Geral. Secção de Catalogação – *Achegas para umas regras portuguesas de alfabetação*. Coimbra: Universidade, 1979. 44 p. Separata de: Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. 34, 2^a parte. p. 11-13.

² Ver referência bibliográfica em: 2. Código de fontes, /A/.

³ Estes livros estão actualmente depositados no Arquivo Distrital de Aveiro.

⁴ Ver referências em: 2. Código de fontes, /B/, /C/, /D/, /E/ e /F/.

- /D/** PORTUGAL. Ministério da Defesa. Serviços Cartográficos do Exército – *Carta Militar de Portugal. Folha 184: Gafanha da Encarnação (Ílhavo)*. 2ª ed. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército, 1975. Escala 1/25 000. Abrange uma pequena parte da freguesia de S. Jacinto (Aveiro).
- /E/** PORTUGAL. Ministério da Defesa. Serviços Cartográficos do Exército – *Carta Militar de Portugal. Folha 185: Aveiro*. 2ª ed. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército, 1977. Escala 1/25 000. Foi também utilizada a 3ª ed. de 1992.
- /F/** PORTUGAL. Ministério da Defesa. Serviços Cartográficos do Exército – *Carta Militar de Portugal. Folha 196: Vagos*. 4ª ed. [Lisboa]: Serviços Cartográficos do Exército, 1992. Escala 1/25 000. Abrange o sul do concelho de Aveiro (Freguesia de Nariz)
- /G/** MADAIL, António Gomes da Rocha – *Milenário de Aveiro: Colectânea de documentos históricos. I (959-1516)*. Aveiro: Câmara Municipal. 1959. 330 p.
- /H/** MADAIL, António Gomes da Rocha – *Milenário de Aveiro: Colectânea de documentos históricos. II (1581-1792)*. Aveiro: Câmara Municipal. 1968. 665 p.
Este volume corresponde à publicação do «Livro de registos da Câmara da vila de Aveiro», códice dos séculos XVII-XVIII existente no Museu de Aveiro.
- /I/** MADAIL, A. G. da Rocha – Livro dos títulos do convento de São Domingos da cidade de Aveiro: séculos XV a XVIII. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 27, nº 106(1961), p. 81-134; vol. 27, nº 107(1961), p. 198-237.
- /J/** MADAIL, A. G. da Rocha – Tombo das águas de Ílhavo: organizados pelos donatários da vila mediante provisão régia de 1772. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 1, nº 3(1935), p. 183-198.
- /K/** MADAIL, A. G. da Rocha – Informações paroquiais do distrito de Aveiro de 1721. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 1, nº 1(1935), p. 37-46; vol. 1, nº 4(1935), p. 325-332; vol. 2, nº 6(1936), p. 151-160; vol. 2, nº 7(1936), p. 237-241; vol. 2, nº 8(1936), p. 293-306; vol. 3, nº 9(1937), p. 29-46; vol. 5, nº 18(1939), p. 139-141; vol. 8, nº 31(1942), p. 192-196.
O vol. 2, nº 8(1936), p. 298-306, integra as informações paroquiais de 1758 referentes a Ílhavo, que integrava povoações do actual concelho de Aveiro (Sá e Verdemilho).
- /L/** MENDES, Humberto Gabriel – Cartografia e engenharia da ria e barra de Aveiro no último quartel do século XVIII. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 40, nº 159(1974), p. 184-220; vol. 40, nº 160(1974), p. 241-270. Existe separata.
- /M/** NEVES, Francisco Ferreira – O aforamento perpétuo da ilha do Trovisco ou do Posso na ria de Aveiro, no ano de 1524. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 35, nº 138(1969), p. 81-103.
- /N/** NEVES, Francisco Ferreira – A casa e o morgado de Oliveirinha nos concelhos de Eixo e Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 34, nº 133(1968), p. 3-31.
- /O/** NEVES, F[rancisco] Ferreira – Uma descrição das igrejas e capelas da freguesia de São Miguel de Aveiro no século XVIII. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 7, nº 27(1941), p. 182-194.
- /P/** QUEIMADO, Cristóvão de Pinho – Memoria sobre a villa de Aveiro [1687]. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 3, nº 10(1937), p. 92-100.
Cópia do século XIX.
- /Q/** RESENDE, João Vieira – As marinhas de sal de Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 10, nº 37(1944), p. 51-55; vol. 10, nº 39(1944), p. 233-242; vol. 10, nº 40(1944), p. 295-324; vol. 13, nº 52(1947), p. 317-323.
- /R/** RESENDE, João Vieira – Emprazamentos feitos pelo mosteiro de Lorvão das quintas do Viso e do Solposto, situadas na sua vila de Esgueira. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 29, nº 116(1963), p. 272-285.
- /S/** SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos – *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*. Lisboa: Serviços Culturais da DIAMANG, 1963-1967. 2 vol.
Entre vários documentos do Mosteiro de Jesus, publica também:
Cadastro dos bens do Convento de Jesus de Aveiro. Códice pergamináceo com 12 fls. do século XVI e acrescento de 2 fls. em papel do século XVII. Biblioteca do comandante Ernesto de Vilhena, de Lisboa;
Livro do Indez geral do cartorio e da fazenda deste real convento, conforme ao tombo que mandou fazer a muito illustre, e reverendissima senhora dona Archangela Maria de Baptista, sendo prioreça. Anno de 1749.
Original do século XVIII: A.U.C., Convento de Jesus de Aveiro

- /T/** SILVA, Maria João Branco Marques da – *Esgueira: a vida de uma aldeia do século XV*. Cascais: Patrimónia, 1994. 344 p. (Dissertações). ISBN 972-744-000-2.
- Inclui um apêndice documental com:
1412, Setembro, 8, ESGUEIRA – Escritura do que ham de pagar das marinhas de Esgueira. A.N.T.T., *Lorvão*, gaveta 4, maço 7, nº 1.
1423, Julho, 4, ESGUEIRA – Medição das marinhas de Esgueira e do que delas o mosteiro devia haver de sal. A.N.T.T., *Lorvão*, gaveta 4, maço 7, nº 10.
1446, ESGUEIRA – *Livro de tombo dos moradores de Esgueira e suas propriedades na vila*. A.N.T.T., *Lorvão*, gaveta 4, maço 2, doc. 12.
- /U/** SOUSA, José Ferreira da Cunha e – Memória de Aveiro, no século XIX. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 6, nº 22(1940), p. 82-100; vol. 6, nº 23(1940), p. 177-202; vol. 6, nº 24(1940), p. 259-277.
- /V/** VIEIRA, Venâncio Dias de Figueiredo – Memória sobre a vila de Eixo. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. [ISSN 0873-335X]. Nº 3(Abril 1984), p. 30-64.
Memória redigida cerca de 1870.
- /W/** MAGALHÃES, Carlos Vidal Coelho de – A antiga vila de Eixo: apontamentos para uma monografia. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 26, nº 104(1960), p. 243-290.
Trabalho datado de cerca de 1948.
- /X/** MENESES, João Maria Cardoso de Macedo e – *Salgado de Aveiro*. [Lisboa]: Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, 1956. XI-739 p. (Inquérito à Indústria do sal; vol. 4).
Fornece os nomes das 270 marinhas de sal activas em 1952-1953.
- /Y/** DIONÍSIO, Sant' Anna, dir. – *Guia de Portugal: Beira. I. Beira Litoral*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, 624 p. Tomo 1, vol. 3 do Guia de Portugal; 1ª ed.: 1944; os primeiros dois volumes são da responsabilidade de Raul Proença.
- /Z/** FREIRE, Anselmo Braancamp, ed. – Povoação da Estremadura no XVI. século. *Arquivo Historico Portuguez*. Lisboa. Vol. 6, nº 7(1908), p. 241-284.
Dados referentes ao numeramento de 1527.
- /Za/** AZEVEDO, Rui de; COSTA, Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues, ed. – *Documentos de D. Sancho I: 1174-1211*. Coimbra: Universidade, 1979. 392 p.
- /Zb/** KRUS, Luís – D. Dinis e a herança dos Sosas: o inquérito régio de 1287. *Estudos Medievais*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. Nº 10(1993), p. 119-158.
Dados referentes à inquirição de 1287 nas honras de Eixo e Ois (Julgado do Vouga)
A.N.T.T., Gaveta VIII, m. 4, nº 12 (Cópia em *Leitura Nova no Livro 1 de Direitos Reais*, fls. 223-231).
- /Zc/** COSTA, Mário Alberto Nunes – A Provedoria de Esgueira. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 24, nº 93(1958), p. 53-80.
- /Zd/** COSTA, Eduardo – Memórias paroquiais do séc. XVIII: freguesia de S. Cristóvão de Ovar. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. Vol. 34, nº 135(1968), p. 204-214.
- /Ze/** CONDE, Bartolomeu, coord. (1984) – *Cacia e Baixo-Vouga: Apontamentos históricos e etnográficos*. Aveiro: Câmara Municipal. 213 p.
- /Zf/** GASPAR, João Gonçalves, org. (1974) – *A diocese de Aveiro no século XVIII: um inquérito de 22 de Setembro de 1775*. Aveiro: Correio do Vouga. 165 p. Separata do jornal «Correio do Vouga».

3. Localização das marinhas de sal

A associação da letra G (maiúscula) com f, m, n, r ou s (minúsculas), entre barras e a seguir ao topónimo, indica e classifica o grupo do salgado de Aveiro em que a marinha se inscreve:

- /Gs/** GRUPO DO SUL – marinhas compreendidas entre:
- a cidade de Aveiro e a antiga estrada para a Costa Nova, a Leste;
 - a antiga estrada para a Costa Nova e o Canal Principal, a Norte;
 - o Canal de Ílhavo ou Rio Boco, a Oeste;
 - a cidade de Ílhavo, a Sul.

Algumas destas marinhas pertencem ao concelho de Ílhavo, mas achámos por bem recolher os respectivos topónimos, atendendo à unidade da zona salgada.

- /Gm/** GRUPO DO MAR – marinhas compreendidas entre:
- o Canal Principal, a Sul;
 - o Esteiro de Sama ou dos Frades, a Norte;
 - a Cale da Vila, a Leste;
 - o Canal de Ílhavo, a Oeste.
- /Gf/** GRUPO DO MONTE FARINHA – marinhas compreendidas entre:
- a Cale do Oiro e a Boca do Rio Vouga (Boca do Parrachil), a Norte;
 - a Cale do Espinheiro ou Rio Novo, a Leste e Sul;
 - a Cale do Oiro e a Gaivota, a Oeste.
- /Gn/** GRUPO DO NORTE – marinhas compreendidas entre:
- a Cale do Espinheiro ou Rio Novo, a Norte e Oeste;
 - o Esteiro de Sama ou dos Frades, a Sul;
 - a Cale dos Bulhões e a Cale da Vila, a Leste.
- /Gr/** GRUPO DE S. ROQUE – marinhas compreendidas entre:
- a Cale da Vila, a Norte e Oeste;
 - o Esteiro de Esgueira, a Leste;
 - o Canal de S. Roque e a cidade de Aveiro, a Sul.

4. Data dos documentos

As datas a seguir aos topónimos e/ou à letra de identificação da fonte reportam-se à data do documento em que o respectivo topónimo foi recolhido. As datas só se mencionam, quando a fonte integra vários documentos com datas diferentes.

Códigos identificadores das fontes / datas dos respectivos documentos:

/A/ 1920-1930	/I/ séc. XV-XVII	/Q/ 1592-1745	/Y/ 1944
/B/ 1974	/J/ 1772	/R/ Séc. XVIII	/Z/ 1527
/C/ 1975	/K/ 1721+1758	/S/ 1749	/Za/ 1174-1211
/D/ 1975	/L/ 1781	/T/ 1412-1446	/Zb/ 1287
/E/ 1977	/M/ 1524-1739	/U/ c. 1830	/Zc/ 1689
/F/ 1992	/N/ séc.XV-XVII	/V/ c. 1870	/Zd/ 1758
/G/ 959-1516	/O/ séc. XVIII	/W/ c. 1950	/Ze/ 1758
/H/ 1581-1792	/P/ 1687	/X/ 1952-1953	/Zf/ 1775

Açuda, 05/A/		
Adobeiros, 01/A/	Adobeiro, 01/A/	
Adobos, 02/A/		
Adro de Baixo, 04/V/W/		
Adro de Cima, 04/V/W/		
Adro da Senhora da Graça, 04/A/		
Afeiteira, 02/A/	(Ver: Feiteira)	
Agra, 01/A/	Agra do Crasto, 01/E/	
Agra, 02/A/C/		
Agra, 05/A/C/	(Mataduços)	
Agra, 06/A/		
Agra dos Andoeiros, 05/T/	agraa dos andoeiros, /T, 1446/	
Agra de Aradas, 01/A/		
Agra Baixa, 02/A/		
Agra de Baixo, 02/A/		
Agra de Cacia, 02/A/		
Agra de Cima, 02/A/		
Agra de Cima, 05/A/		
Agra do Couto, 06/S/		
Agra do Crasto, 01/E/		
Agra de Dentro, 02/A/		
Agra de Esgueira, 05/A/		
Agra do Facho, 05/A/		
Agra de Fora, 05/A/		
Agra dos Frades, 06/L/	(Local da actual Escola Secundária José Estêvão)	
Agra Grande, 05/A/T/	agra grande, agraa grande, agraa graande, /T, 1446/	
Agra Grande das Ribas, 05/T/	agraa grande das rribas, ... rribas, ... graande das rribas, /T, 1446/	
Agra dos Judeus, 06/A/I/L/	Agra doz Judeuz, /I, 1556/	
Agra de Mariola, 05/T/	agraa de marjolla, ... mariolla, /T, 1446/	
Agra do Meio, 02/A/		
Agra Moreira, 05/T/	agraa moreira, ... morira, ... moreyra, ... moreirra, agra morera, /T, 1446/	
Agra do Norte, 02/A/		
Agra Nova, 02/A/		
Agra do Paço, 05/A/		
Agra da Pedra de Moura, 01/W/		
Agra Pequena, 05/A/T/	agraa pequena, /T, 1446/	
Agra das Ribas, 05/T/	agraa das rribas, /T, 1446/	
Agra das Roçadas, 05/T/	agraa das rroçadas, /T, 1446/	
Agra de Sá, 10/A/G/Q/	agra / augra de saa, /G, 1431/	agra de Saa, /Q, 1745/
Agra de São Tomás, 06/A/		
Agra dos Salões, 02	Agra dos Selões, 02/A/	Agra dos Setães, 02/A/
Agra de Verdemilho, 01/A/		
Agra de Vilarinho, 02/A/		

Agras , 05/C/	(Taboeira)	
Agrinha , 06/A/	Agrinhas (Vilar), 06/A/	
Agro , 04/A/		
Agro , 05/A/		
Agro , 09/A/		
Agroeira , 01	Agrueira, 01/A/	
Água da Granja , 08/N/	(Ver: Granja)	/N, 1488, 1616/
Aguarador , 05/T/	agoarador, ogoardo, ougadouro, /T, 1446/	
Agueirão , 05/T/	agooerom, agoeram, /T, 1446/	
Agueiros , 08/A/		
Aguião , 04/A/		
Aidinho , 09/A/		
Aido de Baixo , 03/A/		
Aido do Bicho , 07/A/		
Aido do Bucho , 07/A/		
Aido do Caroch , 09/A/		
Aido de Cima , 07/A/		
Aido do Cosme , 09/A/		
Aido do Couteiro , 01/A/		
Aido do Entrudo , 04/A/		
Aido da Fonte , 02/A/		
Aido do Garrido , 01/A/		
Aido da Igreja , 03/A/		
Aido do Machinho , 02/A/		
Aido do Marco , 08/A/		
Aido Maria Morais , 03/A/	(Carcavelos)	
Aido do Padre , 07/A/		
Aido do Pereira , 07/A/		
Aido da Poça , 03/A/		
Aido do Queirós , 01/A/		
Aido do Remédio , 08/A/	(Costa do Valado)	
Aido do Roque , 08/A/		
Aido do Silva , 06/A/	(Vilar)	
Aido da Velha , 07/A/	Aidos da Velha (Verba), 07/A/	
Aido Velho , 03/A/		
Aidos , 05/A/		
Aidos , 07/A/		
Aidos , 08/A/	Aidos (Oliveirinha), 08/A/	
Aidos , 09/A/		
Aidos , 10/A/	(Quinta do Gato)	
Aidos de Azurva , 05/A/		
Aidos da Capela , 05/A/		
Aidos de Cima , 09/A/		
Aidos do Porto de Ílhavo , 07/A/		

Aidos de Silha , 07	Aidos de Celha, 07/A/	
Aidos da Torre , 02/A/		
Aidos de Verba , 07/A/		
Aidos da Vessada , 07/A/		
Alagoa , 04/A/		
Alagoa , 07/A/	(Ver: Lagoa), 07/A/	
Alagoa , 09/A/	(Ver: Lagoa), 09/A/	
Alagoas , 02/A/		
Alagoela , 04/A/W/	(Ver: Lagoela)	Aguela, 04/A/
Alagoinha , 09/A/	Lagoinha, 09/Zf/	
Albarroco , 07/A/		
Alboi , 06/P/S/U/Zf/	Alboy, /P, S/	Rua do Alboi /Zf/
Alcaide , 08/A/		
Alegrias , 05/A/		
Alfândega , 01/A/		
Alfândega de Cima , 01/A/		
Algarvia , 01/A/		
Algueirinho , 01/A/		
Almas do Areal , 02/C/		
Almas do Bragal , 09/A/		
Almas do Pereira , 05/A/		
Almoinhas , 04/A/		
Alqueive , 01	(Quinta do Picado)	Alquebe, 01/A/
Alqueives , 08	Alqueives, 08/A/	Alequebres, 08/A/
Altos de Lamamá , 02/A/		
Altos da Matança , 02/A/		
Alumieira , 05,/A/C/K/Zc/Ze/Zf/	Alumieyra, lugar de, /Zc/	aLumieira, /K, 1721/
Alvadio , 07/A/		
Alvariça , 02/A/	Albariça, 02/A/	
Alvegada , 02/A/	Albegada, 02/A/ Altegadas, 02/A/	Albegadas, 02/A/
Alvegada , 03/A/	Alevegada, 03/A/	
Alvegadas , 07/A/	Alvogadas, 07/A/	
Alvergada , 05/	Albergada, 05/A/	
Alvergada , 09/A/	Alvegada, 09/A/	
Amaro , 02/A/	(Sítio do)	
Amaroa , 05/A/		
Amarona , 01/A/	Vale do Marona (01E)	
Amassadeira , 06/A/	Amassadeiras (Vilar), 06/A/	
Amoreira , 02/A/	Amoreiras, 02/A/	
Amorinha , 04/A/	(Campo de Horta)	
Amoroso , 05/A/		
Amoroso , 10/A/		
Andinho , /G/	«...marinhas apres do Andinho.», /G, 1417)	

Andoeiro , 06/A/	(S. Bernardo)	
Andoeiros , 05/A/S/T/	andoeiros, andoeros, andoeiros, andoers, /T, 1446/	Andoeyros, /S/
Andoeiros , 10/A/		
Angejoa , 02/A/		
Apoliçal , 03/A/		
Aqueduto da Fonte Nova , 06,10/S/	/S, 1749/	
ARADAS , 01/A/E/G/J/S/U/Za/Zc/Zf/	Heerada, /G, 1131/ Aarada, /Za, 1202/ Arada, 01/A/G, 1302/H, 1791/J/	Erada, /G, 1181, 1188, 1201, 1220/ Eirada, /G, 1209 ou 1229/
Aradas de Baixo	arada de Jussaa, /G, 1431/ aradas de jusaan, /G.1431/	aradas de Jusaa, /G.1431/
Aradas de Cima	aRada de fundo, /G, 1431/ aradas de susaan, /G, 1431/	aradas de Susoãa, /G, 1431/ Arada de Alem, /S/
Araújo , 08/A/		
Arcoza , 09/A/	Arcola, 09/A/	
Areal , 05/A/	Areal de Esgueira, 05/A/	
Areal , 08/A/		
Areal da Ponte Velha , 03/A/		
Areal dos Ricos , 03/A/		
Areeiro , 01/A/	Arieiro, 01/A/	Areal, 01/Zf/
Areeiro , 02/A/	Arieiro, 02/A/ Arieira, 02/A/	Arieiro (lim. do Paço), 02/A/ Arieiros, 02/C/
Areeiro , 04/A/	Arieiro, 04/A/	
Areeiro , 05/A/	Arieiro, 05/A/	
Areeiro , 07/A/	Arieiro, 07/A/	
Areeiro , 06/A/	(S. Bernardo)	Arieiro, 06/A/
Areeiro do Caldeira , 06/A/	Arieiro do Caldeira, 06/A/	
Areeiro da Matança , 02/A/	Arieiro da Matança, 02/A/	
Areeiros , 10/L/	(a sul das Arnelas)	Arieiros, 10/L/
Areia , 02/A/	Areia (Sítio da), 02/A/	
Areia , 05/A/	Areias, 05/A/	
Areia ou Cova do Ouro , 05/A/		
Areias , 14/Zd/	(ou S. Jacinto, ou Nossa Senhora das Areias)	Areas, /Zd,/
Areias de Verba , 07/A/		
Areias de Vilar , 06/A/		
Areosa , 04/V/	Ariosa, 04/A/	(Integrado dentro de Eixo), /V/
Areosa , 03, 09, 11/A/E/		
Arinho , 09/A/		
Arneiro , 09/A/	Ameiro, 09/A/ (erro de grafia?)	
Arneiros , 05/A/		
Arneiros , 06/I/O/	Arneiroz, /I, 1556/ (Onde existia a igreja de S. Tiago Maior), /O, 1760-1775/	
Arnelas , 10/A/H/Q/U/Zc/Zf/	lugar de Arnellas, /Zc/ (actual Rua do Senhor dos Aflitos)	Arnellas, /Q//H, 1791/ Rua das Arnelas, Zf/
Arnelas , 04/A/E/	(Campos de Eixo)	
Arrabeia , 09/A/		
Arreais , 09/A/		

Arredoeiro, 05/T/	arredoeiro, rredoeiro, rredoero, rredoiro, arredoiro, /T, 1446/
Arrocheiras, 05/A/C/	(na Alumieira)
Arrota, 01/A/	
Arrota, 09, 11/A/E/	
Arrota de Além, 03/A/	
Arrota do Areal, 02/A/	
Arrota do Bajoco, 03/A/	
Arrota do Bicho, 03/A/	
Arrota da Caluna, 03/A/	
Arrota das Canas, 09/A/	
Arrota de Cima, 06/A/	
Arrota do Corgo, 05/A/	(em Taboeira)
Arrota do Couteiro, 09/A/	
Arrota da Devesa, 03/A/	
Arrota Grande, 05/A/	
Arrota da Lavoura, 03/A/	
Arrota da Maria Tomé, 04/A/	
Arrota do Meio, /S/	Rota do Meio, /S/
Arrota do Moliçal, 03/A/	
Arrota do Monte, 02/A/	
Arrota do Norte, 02/A/	
Arrota Nova, 05/A/C/	(Paço)
Arrota da Pereira, 03/A/	
Arrota da Presa, 06/A/	
Arrota da Quinta, 02/A/	
Arrota do Rei, 04/A/	
Arrota da Rosa, 02/A/	
Arrota da Tapada, 03/A/	
Arrota Velha, 05/A/	
Arrota da Velha, 02/A/	
Arrota Velha Anjoa, 02/A/	
Arrota da Vila, 01/A/	
Arrotas, 02/A/	Arrota, 02/A/ Arrotas da Costa, 02/C/
Arrotas, 03/A/E/	Arrota, 03/A/
Arrotas, 04/G/V/	aRota acerqua deyxo, /G, 1468/ Arrotas, /V/
Arrotas, 05/A/	Arrota, 05/A/
Arrotas, 06/A/	
Arrotas de Baixo, 03/A/	
Arrotas de Baixo, 06/A/	Arrota de Baixo, 06/A/
Arrotas do Carapinhhal, 08/S/	Rotas do Carapinhhal (Costa do Valado), /S/
Arrotas de Esgueira, 05/A/	
Arrotas da Horta, 04/A/	
Arrotas do Monte, 02/C/	(Q ^{tã} do Loureiro)

Arrotas do Monte , 03/A/	Arrota do Monte, 03/A/	
Arroteias , 02/C/		
Arrotinha , 02/A/		
Arrotinha , 03/A/		
Arrotinha , 04/A/		
Arrotinha , 05/A/		
Arrujo , 04/A/E/G/V/W/	povoa do arrujo, /G, 1516/	(ou Casal de D. Urraca) /W/
Arrujo de Cima , 04/A/		
Atalaia , 02/A/C/	(nos Cinco Caminhos)	
Atalho , 02/A/		
AVEIRO , /A/G/I/Z/Za/Zc/	«... terras in Alauario et Salinas que ibidem comparauimus. in communiatio- nes de prado aluar...», /G, 959/ «Et in uilla Alaueiro ...», /G, 1047/ Aaveiro , /G, 1131, 1168, 1187, .../Za, 1202/	aueiro , /G, 1280/ Aveiro , /G, 1393/
AVEIRO (Glória) , 06/A/E/		
AVEIRO (Vera Cruz) , 10/A/E/		
Azenha , 05/T/Zf/	/T, 1446/	
Azenha , 09/A/E/		
Azenha , 04/A/	(Quinta da Velha)	
Azenha da Água da Granja , /S/Z/	azenha dAugoa da Giaja, /Z/ (=Granja: Granja de Baixo e Granja de Cima)	(Ver: Azenha da Granja)
Azenha da Água da Venda , /Z/	azenha dAugoa da Vêda, /Z,/	(= Rego da Venda)
Azenha de Baixo , 04/A/W/Zf/	(na Vala da Veia)/W/	
Azenha de Baixo , 08/A/N/R/U/V/Zc/	póvoa da Azenha de Baixo: /N, 1689/	/R, 1733/
Azenha do Catão , 01/A/		
Azenha da Catarina , 06/A/		
Azenha do Cavaco , 06/A/	(Vilar)	
Azenha das Devesas , 03/A/		
Azenha dos Frades , 01/Zf/		
Azenha da Granja , 08/S/	(=Granja)	Asenha da Granja, /S/
Azenha da Horta , 03/A/		
Azenha do Mamoal , 11/E/		
Azenha da Moita , 08/H/	Asenha na moita, /H/	
Azenha Nova , 06/A/	(S.Bernardo)	
Azenha do Porto de Eixo , 05/T/	azenha do porto de eyxo, /T, 1446/	Azenha de Eixo, /T, 1446/
Azenha da Rosa , 12/R/S/	Azenha da Roza, /R, 1733/S/	
Azenha do Vale da Loba , 09/E/		
Azenhas de Baixo , 05, 12/A/E/Ze/	Azenha de Baixo, 05/A/Ze/	
Azenhas da Moita , 05, 12/A/E/Ze/	Azenha da Moita, 05/A/	Moutas, 05/Ze/
Azinhaga , 07/A/F/		
Azurva , 05, 04/A/E/K/S/W/Zc/Ze/Zf/	Azurva (Lugar de), 05/A/ azurua, /K, 1721/S/	lugar de azurua, /Zc/ Azurva, /S/
Bacelo , 02/A/	Bacelos, 02/A/	
Bacelo , 03/A/		
Bacelo , 07/A/		

Bacelo da Correzinha /S/	/S, séc. XVII/	
Baixa de Matança , 02/A/		
Baixeiro , 01/A/	(Bonsucesso) Baixeiros, 01/A/	Baixa, 01/A/
Baixeiro , 06/A/	(Q. do Gato)	
Baldio Paroquial , 08/A/	(Gândara)	
Balinho , 04/A/		
Balsa , 04/A/V/W/	Balça, 04/A/; tb. Rua da Balsa, /W/	Valsa ou Bróco, 04/A/ Balsa, /V/
Banda de Além , 07/A/		
Banda de Arada , 01/A/	(Q. Picado)	
Baneiro , 06/A/	(Q. do Gato)	
Barachão , 01/A/		
Barbelique , 09/A/		
Barca de S. João , 04/A/E/W/	Barca (S. João de Loure, ponte), 04/E/	tb. Rua da Barca, /W/
Barja , 08/A/		
Barracão , 02, 05/C/		
Barreira Branca , 05/A/		
Barreira Branca , 07/A/		
Barreira Branca , 09/A/		
Barreiras , 07/A/		
Barreiras , 09/A/E/		
Barreiras do Rio Vouga , 02/A/	(em Vilarinho)	
Barreirinhas , 08/A/		
Barreiro , 03/A/E/		
Barreiro , 04/V/W/	tb. Rua do Barreiro, /W, c.1950/	/V, c.1870/
Barreiro , 06/A/	(Q. do Gato)	
Barreiro , 06/A/	(Vilar)	
Barreiro , 08/A/E/	Barreiros, 08/A/	
Barreiro , 09/A/E/	Barreiros, 09/A/	Barreiros, 09/A/
Barreiro , 05, 12/A/E/T/	(Solposto) bareyro, barreyro, 05/T, 1446/	Barreiros, 05/A/
Barreiros , 01/A/		
Barreiros , 02/A/	Barreiro, 02/A/	
Barreiros , 06/A/	Barreiro, 06/A/	
Barreiros da Taipa , 09/A/		
Barricouvo , 09/A/		
Barrinhos , 08/A/	(Quintãs)	
Barro , 01/A/		
Barro , 02/A/		
Barro , 05/A/		
Barro , 07/A/		
Barro , 13/E/		
Barro Branco , 07/F/		
Barro da Roçada , 07	Barro da Rocada, 07/A/	

Barro da Sobreira , 03/A/		
Barro da Vinha , 02/A/		
Barrocanso , 09/A/		
Barrocão , 07/A/	Barrancão, 07/A/	
Barrocas , 10/S/U/	/S, 1749/ /U, c.1830/	
Barrocas da Gândara , 02/A/	Barrocos da Gândara, 02/A/	
Barrocas da Q^tã do Loureiro , 02/A/	Barrocos da Quintã do Loureiro, 02/A/	
Barrocas de Sôra , 07/A/		
Barroco , 09	Barrouco, 09/A/	
Barroco do Bacalhau , 05/A/		
Barrocos , 02/A/		
Barromau , 04/A/V/	Barrimau, 04/A/V/ Verremum, 04/A/	(Ver: Rua do Barromau)
Barros , 02/A/		
Barros da Costa do Valado , 08/A/		
Barros de Verba , 07/A/		
Beiró , 02/A/	Beiro (Sítio do), 02/A/ Beiró (Sítio do), 02/A/	Beira (Sítio da), 02/A/
Belguinha , 09/A/		
Belli , 03/G/	<i>Belli</i> (1050)	<i>sub porto de belli</i> (1050)
Benfeitas , 04/E/	Bem Feitas, 04/A/	
Berbigão , 02/A/		
Berbigoeira , 10/E/		
Bica , 09, 11/A/E/	(em Mamodeiro)	
Bicas ou Areal , 03/A/	(em Eirol)	
Bico da Cale do Ouro , 10, 14/B/		
Bico do Chegado , 02/C/		
Bico do Pragal , 10/B/		
Bicos , 05/A/		
Bicos Cravelhos , 05/A/		
Boavista , 02/A/		
Boavista , 10/A/	(na Ria)	
Boca do Raso , 09/A/		
Boca do Rio Novo , 10/C/		
Boca do Rio Velho , 02/C/		
Boca da Viela , 07/A/		
Boiça , 05/A/		
Bonsucesso , 01/A/E/J/K/S/U/Zf/	Bom Sucesso, 01/E/S/U/ Bom Susseso, /S/ Bomsucesso, /J/	Bom Suceso, /S/ Bom successo, /K, 1758/
Boquia , 04/A/		
Bouça , 04/A/	Bouças, 04/A/	
Braça da Palha , 08/A/	(Quintãs) (por Praça da Palha?)	
Braçal , 02/A/		
Braçal , 08/A/E/N/	Braçais, 08/A/	

Braçal de Além , 02/A/	(Cacia)	
Braçal de Baixo , 08/A/	Braçais de Baixo, 08/A/	
Braçal de Cima , 08/A/		
Braçal do Condal , 08/A/		
Bragal , 01/A/E/J/S/U/Zf/	Baragal, /J/ Buracal, 01/E/ Buregal, /S, séc. XVII/ Burangal, Borangal, /U/	Bragal (Q. do Bragal), 01/A/ Buragal, /J/S/Zf/ Buragual, /S,/
Bragal , 09/E/		
Brandaia , 05/A/		
Branha , 09/A/		
Brasileira , 02/A/		
Brasoeiro , 05/A/		
Bravo , 03/A/	(Picoto, Eirol)	
Brejeira , 01	Brigeira, 01/A/	
Brejeira , 05	Brejeira, 05/A/	
Brejeira , 06	Brigeira, 06/A/	Brigeira (S.Bernardo), 06/A/
Brejeira , 07/A/		
Brejeira , 08/A/S/	Brejeira (Quintás), 08/A/ Brejeiras, 08/A/ Virgeiras, /S/	Brigeiras, 08/A/ Brigeira, /S/ Verigieiras, 08/A/
Brejinha , 04	Berginha do Carmanal, 04/A/	Berginha, 04/A/E
Brejo , 01/A/		
Brejo , 02/A/		
Brejo , 03/A/		
Brejo , 04, 05/A/E/		
Brejo , 07/A/		
Brejo de Baixo , 02/A/	Brejo do Barreiro, 02/A/	
Brejo das Barreiras , 02/A/		
Brejo Largo , 06/A/		
Brejo dos Outeiros , 03/A/		
Brejo da Poça , 02/A/	(Ver: Poça)	
Brejo da Póvoa , 02/A/		
Brejo do Saldanha , 04/E/		
Brejo das Vacas , 03/A/		
Bróco , 04/A/	(Ver: Balsa)	
Bujo , 01/A/		
Bulhões , 05	Bolhões, 05/A/	
Bunheiro , 03/E/		
Bunheiro , 04/A/	Bonheiro, 04/A/	Bunheiras, 04/A/
Burriqueiros , 04/E/	Borriqueiro, 04/A/	
Burrinhal , 02/A/		
Cabanas , 09/A/		
Cabanau (Sítio do), 01/A/		

Cabanau (Sítio do), 02/A/			
Cabeçadas , 01/A/			
Cabeçadas , 05/T/	cabeçadas, /T, 1446/		
Cabeceiro , 03/A/			
Cabecinha , 09/A/			
Cabecinha das Pedras , 05/A/			
Cabecinho das Neves , 02/C/			
Cabecinho das Pedras , 02/A/			
Cabeço , 01/A/	Cabeço (Bonsucesso), 01/A/		
Cabeço , 02/A/C/	Cabeço (Sarrazola), 02/A/		
Cabeço , 03/A/			
Cabeço , 05/A/			
Cabeço , 07/A/			
Cabeço , 08/A/E/S/	Cabeço (Granja de Baixo), 08/A/ S/	Cabeços, 08/A/	
Cabeço , 09/A/S/	Cabeco da Oliueyrinha, /S/	Cabeços, 09/A/	
Cabeço dos Aidos , 01/A/			
Cabeço da Areia , 02/A/	Cabeço da Areia (Sítio do), 02/A/		
Cabeço da Arrota , 02/A/			
Cabeço da Arrota , 03/A/	Cabeço das Arrota, 03/A/		
Cabeço da Azenha , 09/A/			
Cabeço da Baralha , 03/A/			
Cabeço do Barqueiro , 02/A/			
Cabeço do Brás , 09/A/			
Cabeço do Brejo , 03/A/			
Cabeço do Cabo , 02/A/	Cabeço do Cacto, 02/A/ (corruptela?)		
Cabeço dos Cacos , 10/C/	(marco geodésico)		
Cabeço do Cão , 10/B/			
Cabeço do Cego , 01/A/			
Cabeço de Cima , 02/A/			
Cabeço do Cortelho , 03/A/			
Cabeço da Cunha , 02/A/			
Cabeço da Doida , 10/B/			
Cabeço da Eireira , 07/A/F/Ze/Zf/	Cabeço da Eireira do Roque, 07/A/	Cabeço de Eireira, /Ze/	
Cabeço de Espinheiro , 02/A/	(em Samoqueira)		
Cabeço da Fonte , 09/A/			
Cabeço da Fonte Bela , 03/A/			
Cabeço do Galego , 05/A/			
Cabeço da Galiza , 10/A/			
Cabeço Grande , 08/A/	Cabeço, 08/E/		
Cabeço Grande , 04/A/	Cabeço Grande (Carrascal, Monte de Eixo), 04/A/		
Cabeço das Hortas , 06/A/			
Cabeço da Lavoura , 09/A/			
Cabeço da Leitoa , 10/C/	(marco geodésico)		
Cabeço do Martelo , 02/A/	Cabeço do Martelo (Sítio do), 02/A/		

Cabeço do Monte , 02/A/	Cabeço do Monte (Sítio do), Sarrazola, 02 /A/	
Cabeço dos Montes , 04/A/	(Mouros)	
Cabeço das Murtas , 03/A/		
Cabeço Negro , 06/A/		
Cabeço das Oliveiras , 09/A/	(Ver: Cabeço, 09)	
Cabeço das Pedras , 04/A/		
Cabeço das Pedras , 06/A/		
Cabeço das Pedras , 08/A/		
Cabeço da Pinheira , 01/A/		
Cabeço da Póvoa , 09, 11/A/F/		
Cabeço Redondo , 04/A/V/		
Cabeço Redondo , 08/A/		
Cabeço do Rego , 04/A/	Cabeço do Rego (Birginha), 04/A/	
Cabeço do Ribeirinho , 07/A/		
Cabeço do Rio , 08/A/		
Cabeço de São Bernardo , 06/A/		
Cabeço de Sarrazola , 02/A/		
Cabeço Seco , 09/A/		
Cabeço do Serrano , 05/A/		
Cabeço da Silha , 09/A/	Cabeço da Cilha, 09/A/	
Cabeço do Travessadouro , 10/B/C/		
Cabeço do Vale , 03/A/		
Cabeço do Vale de Salgueiro , 04/A/	Cabeço do Vale de Salgueiro (Monte de Eixo), 04/A/	
Cabeço da Verba , 07/A/	(Nariz)	
Cabeço da Vessada , 05/A/		
Cabeço do Vicente , 03/E/		
Cabeços , 02/A/	Cabeços (Póvoa), 02/A/	Cabeços (Sítio dos), 02/A/
Cabeços dos Areeiros , 02	Cabeços dos Arieiros, 02/A/	
Cabeços da Quinta , 02/A/		
Cabedal Clero , 04	Ver: Cabo de Al Clero	
Cabedelo , 09/A/E/	(na Pateira)	
Cabedêlo , 02/A/	Cabedelo (Sítio do), Vilarinho, 02/A/	
Cabo dos Aidos , 01/A/	Cabo dos Aidos (Q. do Picado), 01/A/	
Cabo de Al Clero , 04/A/		
Cabouco , 05/A/		
Cabreira , 01/A/	Cabreira ou Barreiros, 01/A/	Cabreira (Aradas), 01/A/
Cabreiras , 06/A/	ou Arrota do Silva (S.Bernardo)	
Cabreiro , 07/A/		
Cabrita , 05/A/		
Cabrita , 02/A/	(na Póvoa)	
Caçeira , 01/A/	Cançeira, 01/A/ Cauceira (Mairiza, Mariza), 01/A/	Cançeira, 01/A/ Canecira, 01/A/
CACIA , 02/A/C/G/K/S/T/Zc/Ze/Zf/	Cacia, /G, 1106/ cazia, /G, 1194/ caçia, /G, 1407/T/	Kacia, /G, 1116/ Catia, /G, 1209 ou 1229/ lugar de Cacia, /Zc/

	CaCia, /K, 1721/	casia, /S/
Cadeira , 09/A/		
Caião , 05/A/E/		
Cais , 10/L/		
Cais das Falcoeiras , 10/A/		
Cais dos Mercanteis , 10/Y/		
Cais Novo , 10/A/		
Cais dos Santos Mártires , 06/E/		
Calçada de Cacia , 02/A/		
Caldeira , 05/A/		
Caldeirão , 04/A/	Caldeirões, 04/E/	
Caldeireiro , 09/A/		
Cale do Amoroso , 10/C/		
Cale de Bulhões , 02, 05, 10/C/		
Cale das Silhas , 02	Cale das Cilhas, 02/A/ (na Quintã do Loureiro)	
Cale da Cidade , 06, 10/Y/		
Cale do Espinheiro , 10/A/C/M/	(ou Rio Novo, /C/)	/M, 1524/
Cale de Ílhavo , /Y/		
Cale de Lobeira , /M/	/M, 1524/	
Cale da Marta , 05, 10/A/C/	Cale do Marta, 10/C/	
Cale do Ouro , 05, 10, 10/A/B/C/		
Cale do Paço , 10/A/		
Cale do Parrachil , 10/C/		
Cale das Pirâmides , 06/A/		
Cale da Sama , 10/E/	(o limite da freguesia passa a meio)	
Cale de São João , /Y/		
Cale dos Tojos , 05/A/		
Cale da Veia , 05, 06, 10/A/Y/		
Cale da Vila , 06, 10/A/Q/Y/	Cal da Villa; cal da uilla, /Q, 1745/	
Calista , 05	Calixta, 05/A/	(Ver: Quinta da Calista)
Calvário , 09/A/		
Camarão , 06/A/		
Camarnais , 04/V/W/	Carmanal, 04/A/	
Camarnal , 08/A/		
Caminho de Aveiro , 05/T/	camjnho de aueiro, ... de auejro, ... de aueeiro, /T, 1446/	
Caminho da Fonte , 08/A/		
Caminho das Marinhas , 05/T/	camjnho que uay pera as marinhas, /T, 1446/	
Caminho das Padeiras , 01, 06, Ílhavo/U/		
Caminho do Porto de Eixo , 05/T/	camjnho do porto de eyxo, /T, 1446/	
Caminho do Ramal , 08/S/		
Caminho do Ribeiro , 05/T/	camjnho do rribero, ... do rribeiro, /T, 1446/	
Caminho das Ribas , 05/T/	camjnho das rribas, /T, 1446/	
Caminho de Santiago , 06/A/S/	camjnho de S. Thiago, /S/	
Caminho de São Bernardo , 06/U/		

Caminho do Vale da Marinha , 05/T/	camjnho do uall da marinha, /T, 1446/	
Caminho Velho , 04/A/		
Caminho de Vilar , 05/A/T/	camjnho de ujar, ... de ujar, /T, 1446/	
Campinhos , 02/A/		
Campinhos , 05, 12/A/E/H/		
Campo da Azenha , 01/A/Zf/		
Campo do Barbeito , 05/T/	campo do barbeyto, /T, 1446/	
Campo de Carcavelos , 03/A/E/		
Campo de Eixo , 04/E/W/	(Campo: zona de aluvião sujeita a inundações), /W/	
Campo da Enguia , 02/A/		
Campo de Horta , 04/A/		
Campo de Linhares , 01/A/		
Campo Redondo , /Zb/	(Horta?)	
Campo do Rossio , 10/U/	(Ver: Rossio)	
Campo de Santo António , 06/U/		
Campo dos Santos Mártires , 06/U/		
Campo do Tojo , 02/C/		
Campo Velho , 04/A/V/		
Cana Lieira , 04/A/		
Canal Central de São João , /Y/		
Canal da Cidade , 06, 10/Y/		
Canal do Espinheiro , /Y/		
Canal do Matadouro , /Y/	(ou dos Santos Mártires)	
Canal da Moacha , 10/B/C/		
Canal das Pirâmides , 06,10/E/U/Y/		
Canal dos Santos Mártires , 06/Y/		
Canal de São Jacinto , 10,14/B/D/Y/		
Canal de São Roque , 10/A/Y/		
Canal de Vagos , /Y/		
Canal da Vila , 10/B/		
Canastreira , 08/A/		
Canastro , 10/A/		
Canaveias , 05/T/	canaueeas, canaueas, /T, 1446/	
Canavial , 09/A/		
Cancela , 05/A/Q/	Cancelha, 05/A/ 1637/	Canssellas, Canssellass, /Q,
Cancelada , 09/A/E/		
Cancelas , 02/A/		
Candeiro , 05/T/	candeiro, /T, 1446/	
Canecira , 01/A/		
Cançais , 07/F/Ze/Zf/	Canições, 07/A/	Canissais, /Zf/
Canço Grande , 09/A/		
Caninhas , 02/A/	Canilhas (Sítio das), 02/A/	
Canisieira , 04/V/W/	Canasieira, /W/	

Canota , 02/A/		
Cantadeira , 01/A/		
Cantinho , 03/A/		
Cantinho , 05/A/		
Cantinhos , 09/E/		
Canto , 04/V/		
Canto da Leira , 07/A/		
Canto das Macedas , 02/A/	Canto das Macedas (Vilarinho), 02/A/	
Canto da Ponte , 02/A/		
Capadinho , 02/A/		
Capela , 09/A/		
Capela das Almas , 08/E/		
Capela das Almas , 09/E/		
Capela Seca , 05/A/		
Capelada , 09/A/	Cafelada, 09/A/	
Capoeiras , 03/A/		
Caqueiro , 09/A/		
Caradinha , 08/A/		
Caramanha , 07/A/		
Carapina , 01, 13/A/	Carapina ou Vale do Rendeiro, 01/A/	Carapinha, 13/E/
Carcavelos , 03/A/E/G/N/W/Z/Zc/Zf/	Carcavelos (Eirol), 03/A/ Cacauelos, /G, 1220/ Lugar de Carcauellos, /Zc/	Carcavelos (S. Paulo), 03/A/ Cacavelos, /Z/
Cardal , 01/A/	Cardal (Q. do Picado), 01/A/	
Cardal , 07/A/		
Cardosa , 01/A/Zf/	Cardoza, 01/Zf/	
Carmo , 10/E/		
Carniceira , 09/A/		
Carocho , 01/A/E/	(Q. do Picado)	
Carrabau (Sítio do), 02/A/		
Carrajão , 03, 09/A/E/	Carrajão (Covelo), 03/A/	Carreirão, 09/A/
Carrajão das Quintãs , 09/E/		
Carrajoa , 08/A/		
Carrancho , 01/A/	Carrancho (Ria), 01/A/	
Carrasqueira , 05/A/		
Carregais , 01/A/		
Carregais , 08/N/Zc/	póvoa de Carregaes: /N, 1689/	
Carregal , 05/A/		
Carregal , 09/A/E/G/Zb/Ze/Zf/	Carregal, Carragal, /G, 1220/ Carregal, /Zb/	Caregal, /G, 1282/
Carregueiro , 01/A/E/	Carregueiro (Q. do Picado), 01/A/	Carregueiros, 01/A/
Carregueiro , 08/A/	Carregueiros, 08/A/	
Carreira , 03/A/	(Sortes Grandes)	
Carreira dos Arneiros , 05	«carreira que chamam dos arneiros», /G, 1309/	
Carreira de Aveiro , 02, 10/C/	(na Ria),	

Carreira de Baixo , 05/A/	
Carreira Branca , 05/A/	
Carreira de Cima , 03/A/	
Carreira de Eixo , 05/T/	/T, 1446/
Carreira Larga , 05/A/	
Carreira da Malhada , 07/A/	
Carreira do Mato , 05/T/	/T, 1446/
Carreira do Monte , 05/T/	carreira que uay pera o mute, /T, 1446/
Carreira do Pedro , 07/A/	
Carreira das Ribas , 05/T/	carreira das rjbas, /T, 1446/
Carreira do Vale da Marinha , 05/T/	ual da marjnha, uall da marinha, /T, 1446/
Carreira dos Vareiros , 05/A/	
Carreira de Vilar , 05/T/	carreyra de ujlar, /T, 1446/
Carreirinhos , 05/A/	
Carreiro do Marco , 08/A/	
Carreiros , 09/A/	
Carreção do Bico , 03/A/	
Carril , 01/A/	Carril (Q. do Picado), 01/A/
Carril , 06/I/	(que vai para a estrada de Vilar), /I, 1556/
Carril do Ciborro , 05/T/	carill do çjborro, /T, 1446/
Carril de Santo António , 06/A/S/	
Carris , 07/A/	
Carrol de Verba , 07/A/	
Carvalhal , 04/A/	
Carvalhal de Chão de Areias , 04/A/	
Carvalhal da Fonte , 03/A/	
Carvalheira , 09/A/E/	
Carvalheiras , 01/A/	(em Verdemilho)
Carvalho , 09/A/	
Casa do Afonso , 10/C/	
Casa do Amoroso , 10/C/	
Casa do Amoroso do Norte , 10/C/	
Casa dos Ferrolhos , 10/B/	
Casa da Guarda , 02/C/	(Caminho de Ferro)
Casa da Lavoura , 04/W/	
Casa da Moita , 08/A/	(Chãos)
Casa do Pastor , 10/C/	
Casa de S. Sebastião , 04/A/	
Casais , 03/A/	
Casais , 05/A/	Casal, 05/A/
Casal , 01/G/	«... no casal Junto com as aradas», «logo db cassall.», casall, /G, 1431/
Casal , 04/V/W/	
Casal , 09/A/	
Casal de Dona Urraca , 04/W/	(ou Arrujo), /W/

Casal do Forte , 01/S/		
Casal do Garrido , 01/S/		
Casal da Morraceira , 02	Casal da Murraceira, 02/C/	
Casal de Pedro Anes , 01/S/	Casal de Pedro Annes, ... Pero Annes, /S/	
Casal de Requeixo , 09/S/	Cazal de Requeyxo, /S/	
Casal do Taipinho , 01/S/	Casal do Paypinho, /S/	
Casas Velhas , 09/A/		
Cascorra (?) , 03/A/		
Cascorra , 05/A/		
Caseiro , 06/A/	Caseiro (Vilar), 06/A/	
Caspenta , 04/A/	Caspenta (Eixo), 04/A/	
Castanheira , 03/A/		
Castanheira , 09/A/	Castanheiro, 09/A/	
Castanheiro, vinha do , 05/T/	castijnhero, /T, 1446/	
Castelo , 03/A/		
Castelo de S. Bernardo , 06/A/		
Castro dos Aidos , 08/A/		
Castro de Cacia , 02/G/	castro de cacia, /G, 1192/	
Catarino , 05/A/		
Cavaco , 06/A/		
Cavada , 07/A/	Cavadas, 07/A/	
Cavada de Baixo , 04/A/		
Cavada da Picota , 08/A/	Cavadas da Picota, 08/A/	
Cavada da Quinta de Aveiro , 08/A/	Cavadas da Quinta de Aveiro, 08/A/	
Cavada da Rua dos Melões , 08/A/		
Cavadas , 01/A/E/	Cavadas de Arada(s), 01/A/	
Cavadas , 02/A/C/	(Entre Sarrazola e Vilarinho)	Cabada, 02/A/
Cavadas , 03/A/		
Cavadas , 04/V/	/V, c.1870/	
Cavadas , 05/A/	Cabada, 05/A/	
Cavadas , 08/A/E/	Cavada, 08/A/	
Cavadas , 09/A/E/	Cavada, 09/A/	
Cavadas de Baixo , 01/A/	(Bonsucesso)	
Cavadas de Cima , 04/A/		
Cavadas da Horta , 04/A/		
Cavadas da Marinha de Vilarinho , 02/A/		
Cavadas do Pano , 09/E/		
Cavadas de Verba , 07/A/		
Cavadinha , 08/A/E/Ze/Zf/	Cavadinha (S. Bento), 08/A/	Cavadinhas, 08/E/
Cavadinhas , 04/V/Ze/	Cavadinha, /Ze/	
Cavalinhos , 08/N/Zc/	póvoa de Caualinhos: /N, 1689/Zc/	
Cavernais (?) , 04/E/	(Deve estar por Camarnais)	
Caverneiros , 05/A/		
Celão do Coroado , 01/A/		

Cepa, 03/A/		
Cepa, 09/A/		
Cerquinha, 06/A/		
Cerradeira, 01	Sarradeira, 01/A/	Serradeira, 01/A/
Cerradinho, 02	Sarradinho (Q ^{tã} do Loureiro), 02/A/	
Cerradinho, 03/A/		
Cerradinho, 05	Serradinho, 05/A/	
Cerrado, 01	Serrado (Verdemilho), 01/A/	
Cerrado, 02	Sarrado, 02/A/	Serrado, 02/A/
Cerrado, 03/A/	Serrado, 03/A/	
Cerrado, 04	Serrado, 04/A/	
Cerrado, 05/A/	Sarrada, 05/A/	Serrado, 05/A/
Cerrado, 07	Serrado, 07/A/	
Cerrado, 08	Serrado, 08/A/	
Cerrado, 09	Serrada, 09/E/	Serrado, 09/A/
Cerrado do Barreiro, 05	Serrado do Barreiro, 05/A/	
Cerrado das Chãs, 06	Serrado das Chãs, 06/A/	
Cerrado da Estrada, 01	Serrado da Estrada, 01/A/	
Cerrado de Trás-dos-Aidos, 01	Serrado de Trás-dos-Aidos, 01/A/	
Cevadas, 03/A/		
Chameite, 09/A/		
Chão, 05/A/		
Chão da Agra, 02/A/		
Chão da Água, 02/A/		
Chão de Além, 06, 12/A/E	(em Vilar)	
Chão das Almas, 03/A/		
Chão das Almas, 05/A/		
Chão do Almo, 05/A/		
Chão de Arcos, 04/A/	(no Campo de Horta)	
Chão da Areia, 02/A/		
Chão de Areias, 04/A/	(no Campo de Horta)	
Chão da Arrota, 03/A/		
Chão do Ascenso, 08/A/		
Chão da Azenha, 02/A/		
Chão de Azurva, 05/A/		
Chão de Baixo, 06/A/	Chãs de Baixo, 06/A/	
Chão de Baixo, 08/A/		
Chão de Baixo, 09/A/		
Chão dos Barcos, 05/A/		
Chão da Bela, 05/A/		
Chão da Bica, 02/A/		
Chão do Bico, 05/A/		
Chão do Bico, 06/A/	Chão do Bico (Aveiro), 06/A/	
Chão do Borges, 08/A/		

Chão do Branco, 08/A/		
Chão do Brás, 02/A/		
Chão do Cacho, 02/A/	Chão do Cacho (Sarrazola), 02/A/	
Chão do Calhau, 05/A/		
Chão do Caminho, 06/A/	(em Vilar)	
Chão de Carcavelos, 03/A/		
Chão da Casa, 05/A/		
Chão da Casa, 09		
Chão das Casas, 06/A/	(Aveiro)	
Chão da Casinha, 02/A/		
Chão do Cego, 05/A/		
Chão de Cima, 02/A/	Chão de Cima (Quintã do Loureiro), 02/A/	
Chão dos Coices, 05/A/		
Chão do Correia, 05/A/		
Chão do Costa, 07/A/		
Chão das Covas, 05/A/		
Chão de Dentro, 05/A/	(Atrás dos Louros)	Chõa de Dentro, 05/A/
Chão Dinis, 08/A/	Chãos Dinis, 08/A/	Chãs Dinis, 08/A/
Chão da Eira, 10/Q/	Cham da Ejra (Sá), /Q, 1745/	
Chão de El-Rei, 06/A/	(Vilar)	
Chão de Esgueira, 05/A/	(em Taboeira)	
Chão da Estrada, 01/A/		
Chão do Felício, 07/A/		
Chão da Folsa, 10/A/		
Chão do Fonseca, 05/A/		
Chão da Fonte, 02/A/	Chão das Fontes, 02/A/	
Chão da Fonte, 05/A/		
Chão da Fonte, 02/A/	(Vilarinho)	
Chão do Forno, 01/A/		
Chão do Fura, 02/A/		
Chão das Gestas, 05/A/		
Chão Grande, 03/A/		
Chão da Igreja, 02/A/		
Chão do Jerónimo, 05/A/		
Chão do Lamego, 03/A/		
Chão do Laranjal, 03/A/		
Chão do Louro, 07/A/		
Chão dos Louros, 10/Q/	cham chamado os Louros (Sá), /Q, 1745/	
Chão do Machado, 02/A/		
Chão do Magro, 06/A/	(Vilar)	
Chão da Margarida, 05/A/		
Chão da Marinha, 08/A/	Chão da Marinha (Oliveirinha), 08/A/	
Chão do Marmato, 01/A/	Chãs do Marmata (Coimbrão), 01/A/	
Chão do Mato, 01/A/	Chão do Mato (Q. do Picado), 01/A/	

Chão do Moinho, 02/C/		
Chão dos Moinhos, 03/A/		
Chão do Monte, 05/A/		
Chão das Murtas, 05/A/		
Chão do Norte, 06/I/	Ciaô do norte, /I, 1556/	
Chão Novo, 02/A/		
Chão Novo, 07/A/		
Chão da Oliveira, 05/A/	Chão das Oliveiras, 05/A/	
Chão dos Órfãos, 05/A/		
Chão do Outeiro, 02/A/		
Chão do Paço, 04/A/	Chão do Paço (Horta), 04/A/	
Chão das Palhas, 06/A/	Chão do Palhas, 06/A/	
Chão dos Paulos, 05/A/		
Chão das Pedras, 01/A/		
Chão das Pedras, 02/A/		
Chão das Pedras de Verba, 07/A/	Chão das Pedras, 07/A/	
Chão da Pega, 01/A/	(Q. do Picado)	
Chão Pequeno, 06/I/	Ciaô pequeno, /I, 1556/	
Chão do Pinhal, 05/A/		
Chão da Pinheira, 01/S/		
Chão do Pinheiro, 06/A/	Chão do Pinheiro (Vilar), 06/A/	
Chão do Pinheiro, 02/C/	(Cacia)	
Chão do Pocinho, 05/A/		
Chão do Poço, 03/A/		
Chão da Presa, 01/A/	Chão da Presa (Q. do Picado), 01/A/	
Chão dos Ralos, 02/A/		
Chão da Raralha, 03/A/		
Chão do Rato, 01/A/	Chão do Rato (Q. do Picado), 01/A/	
Chão do Rato, 08/A/	Chão do Rato (Quintãs), 08/A/	
Chão do Redondo, 02/A/	Chão Redondo (Q. da Póvoa), 02/A/	Chão Redondo, 02
Chão do Rego, 03/A/		
Chão do Rego, 10/Q/	/Q, 1745/	
Chão do Rito, 02/A/		
Chão do Rodrigo, 08/A/		
Chão do Salgueiro, 08/A/		
Chão da Santa, 02/A/		
Chão da Senhora, 05/A/		
Chão das Silhas, 07	Chão das Cilhas (Verba), 07/A/	
Chão por Trás das Vinhas, 05/A/		
Chão dos Três Bicos, 02/A/		
Chão das Vencarias, 06/A/	(S. Tiago)	
Chão do Ventura, 08/A/		
Chão da Viela, 04/A/		
Chão da Viela do Monte, 02/A/		

Chão de Vilar , 06/A/		
Chão da Vinha , 05/A/		
Chão da Vinha , 06/A/		
Chãos , 09/A/		
Chãos Domado , 08/A/		
Chãos da Vinha , 08/A/		
Chãosinho , 01/A/		
Charneca , 08, 08, 11/A/E/	Charneca (Costa do Valado), 08/A/	Charneca (Quintãs), 08/A/
Charneca , 09/A/	(Póvoa do Valado)	
Charpelo , 08/A/		
Chãs (sítio das), 06/I/	Chanz, chaó, /I, 1556/ Chãs, 06/A/	Chão, 06/A/
Chãs das Almas , 08/A/		
Chãs de Cima , 06/A/		
Chãs do Norte , 06/I/	chanz do norte, /I, 1556/	
Chave , 06/A/		
Chaves , 09/A/		
Choisa , 05/A/		
Choisa de Além , 02/A/	Choisa de Além (Q ^{tã} do Loureiro), 02/A/	
Choisa do Areeiro , 06	Choisa do Arieiro, 06/A/	
Choisa do Monte , 01/A/		
Choisa do Muro , 02/A/	Chousa do Muro (Cacia), 02/A/	Chousa do Muro, 02/A/
Choisa Nova , 02/A/	Choisa Nova (Q ^{tã} do Loureiro), 02/A/ Chousa Nova, 02/A/	Chosa Nova, 02/A/
Choisa Velha , 01/A/	Choisa Velha (Verdemilho), 01/A/	
Choisas da Mariscosa , 04/E/		
Chopega , 04/A/		
Chousa , 02/A/		
Chousa , 07/A/		
Chousa do Curioso , 04/W/	(ou da Luzia), /W/	
Chousa do Duarte , 02/A/	Chousa Duarte, 02/A/	
Chousa das Fontes , 02/A/		
Chousa Grande , 05/A/		
Chousa Larga , 04/A/W/	(ou do Padre Marques), /W/	
Chousa da Luzia , 04/W/	(ou do Curioso), /W/	
Chousa da Maia , 02/A/	(na Q ^{tã} do Loureiro)	
Chousa do Negrilo , 02/A/		
Chousa do Padre Marques , 04/W/	(ou Larga), /W/	
Chousa das Paredes , 02/A/	Chosa da Paredes, 02/A/	
Chousa Pequena , 05/A/		
Chousa do Pinheiro , 02/A/		
Chousa dos Pinheiros , 04/A/		
Chousa do Vale Caseiro , 02/A/		
Chousa do Velho , 02/A/		

Chousa do Viso , 02/A/	Chosa do Viso, 02/A/	
Chouseira , 02/A/	Choseira, 02/A/	
Ciborro , 05/T/	çjbuuro, çjboro, /T, 1446/	
Cilha Sardinha , 04/A/	(Ver: Silha-Sardinha)	Cilha da Sardinha, 04/E/
Cimo da Aldeia , 03/A/	(Eirol)	
Cimo de Vila , 06/I/S/U/	(Aveiro) Simo de Villa, /S/	Sima de Villa, /I, 1556/
Cinco Caminhos , 02/A/		
Cinco Caminhos , 04/A/		
Cinco Caminhos , 08/A/		
Cobradouro , 09/A/		
Cocaio , 09/A/		
Cócoro , 05/A/		
Codorneiros , 05/A/		
Codornizes , 05/A/		
Coelheira , 05/A/		
Coimbrão , 01/A/J/S/U/Zf/	Coimbrão (Q. do Picado), 01/A/	Coimbrões, 01/A/
Coitos , 06/A/		
Cojo , 06/A/H/Ze/	Cojo, coio, /H/	Rua do Cojo, /Zf/
Colmeias ou Arrotas , 03/A/	Colmeias, 03/A/	Culmeias, 09/A/
Colmeeira , 09	Cumieira (Póvoa do Valado), 09/A/	Culmieira, 09/A/
Confraria , 09/A/		
Congosta Grande , 06/A/	Congosta Grande (S. Tiago), 06/A/	
Consos , 05/T/	consos, consas, /T, 1446/	
Contralhada , 09/A/		
Corcheta , 09/A/		
Corcovado , 02/A/	Corcovado (Sítio do), 02/A/	
Cordel , 08/A/	(Costa do Valado)	
Corga , 09/A/		
Corgo , 03/A/		
Corgo , 05/A/		
Corgo , 06/A/S/	(à Fonte dos Amores), /S/	
Corim , 06/S/	(Ver: Quinta do Corim)	
Corisca , 05/A/		
Coroadada da Granja , 08/A/		
Coroado , 01/A/		
Corredoira , 05/A/T/	corredoira, corredoyra, coredoira, coredora, coredoera, corredeira, /T, 1446/	
Correga , 06/I/	/I, 1556/	
Correga do Norte , 06/I/	/I, 1556/	
Córregos , 05/A/		
Correguinho , 02/A/	Correguinho ou Pinheiro Torto, 02/A/	Carreguinho, 02/A/
Correzinha , 06/I/S/	Corrozinha, /I, 1556/	Correzjnha, /S, séc. XVII/
Cortã , 09/A/	Certã, 09/A/	
Cortelha , 09/A/		

Cortelho , 03/A/		
Cortinhal , 09/A/		
Cortinhal das Eiras , 05/T/	cortijnhar que chamam das Eyras, /T, 1446/	
Cortinhas da Corredoira , 05/T/	curtijnhas da coreдора, /T, 1446/	
Costa , 01/A/		
Costa , 09, 08/A/N/	/N, 1616/	
Costa Branca , 04/A/		
Costa do Carril , 06/S/		
Costa da Fonte , 03/A/		
Costa do Forno , 04/A/E/		
Costa do Meio , 09/A/		
Costa Negra , 03, 04/A/E/		
Costa do Povo , 06/A/	(Vilar)	
Costa de S. Jacinto , 14/A/		
Costa do Valado , 08/A/E/H/N/S/V/Zc/Ze/Zf/	(Ver: Valado) póvoa da Costa de Valade, /N, 1689/Zc/ costa de vallade, /S/H, 1791/	Costa, /V/Ze/
Costeira , 07/A/		
Costeiras , 01/A/		
Costeiras , 05/A/		
Cotos , 09, 11/A/F/		
Cotovia , 09/A/		
Cotulo , 04/A/		
Coutinho , 09/A/		
Cova , 01/A/	Cova (Aradas), 01/A/	
Cova , 09/A/		
Cova dos Adobes , 02/A/	Cova dos Adobes (no Samoqueiro), 02/A/ (na Quintã do Loureiro)	
Cova da Areia , 02/A/	(nas Alvegadas)	
Cova da Areia , 03/A/	Cova da Areia (Sortes Pequenas da Estrada, Carrajão), 03/A/ Cova da Areia (Eirol), 03/A/	
Cova da Areia , 05/A/	(ou Cova do Ouro)/A/	
Cova da Areia , 07/A/		
Cova da Areia , 08/A/		
Cova das Baias , 04/A/		
Cova do Barro , 03/A/	Cova do Barro (Sortes da Quintarola), 03/A/ 03/A/	Cova do Barro (Tomadias),
Cova da Horta , 04/A/		
Cova das Hortas , 02/A/	(na Samoqueira)	
Cova do Loureiro , 02/C/		
Cova da Malícia , 03/A/		
Cova do Marçal , 05/A/		
Cova do Ouro , 05/A/	Cova do Ouro ou Areia, 05/A/	
Cova da Quintã , 02/A/	Cova da Quintã ou Junqueira, 02/A/	
Cova da Raposa , 01/A/		
Cova da Raposa , 03, 04/A/	Cova da Roupá, 04/E/ (Por Cova da Raposa?)	Covas da Raposa, /V/

Cova da Raposa , 07/A/		
Cova da Raposa , 09/A/		
Covada , 08/A/		
Covada , 09/A/	Covoada (no limite do Carregal), 09/A/	
Covadas , 05/A/		
Coval , 04/V/		
Covão , 05/S/	Couão, /S/	
Covão , 07/A/		
Covão , 08, 09/A/S/	Covões, 09/A/	Covão, couam (Oliveirinha), /S/
Covão de Baixo , 08/A/	Covães de Baixo, 08/A/	
Covão de Cima , 08/A/		
Covêlo , 03/A/	Cubêlo, 03/A/	
Coverta , 07/A/		
Covões , 02/A/		
Covões , 03/A/	Covões (Eirol), 03/A/	
Covões , 05/A/		
Crasto , 01/A/G/	crasto, /G, 1431/	castro, /G, 1431/
Crelgo , 05/A/		
Cridal , 05/T/	cridall (?), /T, 1446/	
Cruz , 02/A/		
Cruz , 05/A/		
Cruz , 09/A/		
Cruz Alta , 06/A/S/Zf/	(em S.Bernardo, limite de Aveiro), /S/	
Cruz Velha , 09/A/		
Cruzeira , 07/A/	Cruzeiro, 07/F/	
Cruzeiro da Ponte Velha , 03/A/		
Cruzeiros de Cima , 03/A/		
Cruzes , 04/V/	/V, c.1870/	
Cruzinha do Canto , 06/A/S/	Cruzinha do Canto (Cimo de Vila), 06/S, 1749/ Cruzinha (Aveiro), 06/A/	
Cruzinho , 01/A/	Cruzinhos, 01/A/	
Cubelhã , 04/V/	Cobilhão, 04/A/	
Cupidas , 05/A/		
Currais , 09/A/	Corraes, 09/A/	
Curralada , 02	Correlada (Q ^{tã} do Loureiro), 02/A/	Correlada, 02/A/
Devesa , 04/A/		
Devesa dos Outeiros , 03/A/		
Devesas , 05/A/		
Dízimo a Deus , 01/A/	(na Q. do Picado)	
Doca do Cojo , 10/Y/		
Eira Velha , 04/A/		
Eiras , 05/T/	Eyra, jras, yras, /T, 1446/	
Eirinha , 05/A/		
Eirô , 01/A/	Ourô, 01/A/	Ourô (Q. do Ribeiro), 01/A/

EIROL , 03/A/E/G/N/W/Z/Zc/Zf/	Auriol, /G, 1166/ Oyrol, Eyrol, /G, 1282/ lugar de Eyrol, /Zc/	Ourol, /G, 1220, 1328/ Eiroll, aldeia de, /Z/
Eixete , 04/G/	eyxete, /G, 1282/	
EIXO , 04/A/E/G/H/K/S/W/Z/Zb/Zc/Ze/Zf/	Exso, /G, 1050/ Exo, /G, 1095, 1100, 1220/ Eyxo, /G, 1282, 1447, 1488 .../Z/ eixho, /G, 1321	Exu, /G, 1081, 1106/ hexo, /G, 1182/ exxio, /G, 1328/ vila de Eyxo, /Zc/
Encosta , 08/A/	(na Várzea de S. Bento)	
Encosta dos Andoeiros , 05/A/	Encostas dos Andoeiros, 05/A/	
Encosta do Capitão , 07/A/		
Encosta dos Carvalhos , 05/A/		
Encosta da Fonte , 06/A/		
Encosta da Granja , 08/A/		
Encosta da Quinta do Sino , 08/A/		
Encosta do Raso , 08/A/	Encostas do Raso, 08/A/	
Encosta da Valeeira , 05/A/	Encosta do Veleeira, 05/A/	
Encostas do Cabeço do Rio , 08/A/		
Encostas da Fonte , 05/A/		
Encostas do Vale do Rio , 08/A/		
Engenho , 01/A/	(no limite de Aradas)	
Entre Carreiras , 05/T/	/T, 1446/	
Ervideira , 08	Hervideira, 08/A/	
Ervideiras , 02/A/E/	Ervedeiras (Sarrazola), 02/A/ Ervedeiros, 02/A/ Ervideiras, 02/A/ Ervedeiros (Sarrazola), 02/A/	Ervedeiras, 02/A/ Ervedouros, 02/A/ Ervedeiros, 02/A/
Ervideiras , 05	Herveideiras, 05/A/	Hervideiros, 05/A/
ESGUEIRA , 05/A/E/G/H/K/S/T/Z/Zc/Ze/Zf/	Esgueira, /G, 1309/ Isgueira, /G, 1057, 1106, 1137, 1309/ Isgeira, /G, 1116, 1209 ou 1229/ Sgueiram, Jsqueíram, /G, 1210/ Ysgueiram, /G, 1223/ Jsgaria, /G, 1321/	vila de Esgueyra, /Zc/ esgueira, /G, 1309/ hysgueira, /G, 1137/ Hisgueiram, /G, 1213/ Isgheyra, /G, 1282
Espadanal , 02/A/		
Espadanal , 05/A/		
Espadaneira , 05	espadanoeira, /G, 1309/	
Espinheiro , 05/T/	Espinheiro, Espinheiros, Espinheiro, /T, 1446/	
Espírito Santo , 06	esprito samto, /H/	spiritto Santo (rua), /H/
Espoégos , 05/A/	Esproégos, 05/A/	
Espondeira , 07/A/		
Esqueiro , 03/A/		
Estação , 03/A/		
Esteiro	«qui sunt in cima de steiro», /G, 1168/(Aveiro)	
Esteiro , 04/A/	Esteiras, 04/A/	
Esteiro , 09/A/		
Esteiro das Azenhas , 10//	(ou Esteiro do Cojo)	Ezteiro daz Azenhaz, /I, 1556/
Esteiro das Brazalaías , 10/C/M/	/M, 1736/	
Esteiro da Capeloa , 06/X/		

Esteiro da Cidade , 06, 10/L/	/L, 1781/	
Esteiro do Cojo , 10/L/	(ou Esteiro das Azenhas; aterrado para a construção da av. Bento de Moura e Lourenço Peixinho)	
Esteiro do Covo , 02/A/	Esteiro Côvo (Vilarinho), 02/A/	Esteiro do Covo (Vilarinho), 02/A/
Esteiro do Eirô , 01/X/		
Esteiro da Escada , 06/L/	(Aterrado em parte; ia do Esteiro da cidade ao Esteiro Novo)	
Esteiro de Esgueira , 05/A/C/		
Esteiro da Fábrica , 06,10/L/	(ou Esteiro da Fonte Nova) /L/	
Esteiro da Fonte Nova , 06,10/Y/		
Esteiro dos Frades , 06,10,10/A/E/M/Y/	/M, 1736/	
Esteiro do Gramato , 05, 10/A/	Esteiro dos Gramatos, 10/C/	
Esteiro do Ledia , 10/L/	(Aterrado para a construção da Lota) /L/	
Esteiro da Leiva , 05/A/	Esteira da Leiva, 05/A/	
Esteiro da Mó Veia , 05/A/		
Esteiro da Moça , 05/A/		
Esteiro do Moreira , 10/C/		
Esteiro da Nortada , 10/C/		
Esteiro Novo , 06/L/	(ou Canal dos Santos Mártires; ou Canal do Matadouro)/L/	
Esteiro Novo , 02/A/	(em Vilarinho)	
Esteiro das Palhas , 10/A/		
Esteiro da Parda , /Q/	esteiro da Parda, /Q, 1592/	
Esteiro das Portas de Água , 10/C/		
Esteiro do Porto do Cervo , 01	steiro do porto do seruo, esteiro do porto do ceruo, /G, 1431/	
Esteiro do Puxadouro , /M/	(ou Esteiro dos Frades)/M, 1524/	
Esteiro da Redúzia , 10/X/		
Esteiro da Regateira , 06/S/	Esteyro da Regateyra	
Esteiro da Ribeira , 10/L/	(frente à Praça do Peixe)	
Esteiro de Sá , 10/L/	(ou Canal de S. Roque)	
Esteiro de São Pedro , 01/E/		
Esteiro de São [Pedro de] Fins , 01	esteiro de Sam fyz, 01/G, 1431/	
Esteiro da Veia , 10/A/		
Estevainhas , 03	Estovainhas, 03/A/	
Estrada do Americano , 10/A/		
Estrada de Arnelas e Forca , 10/U/		
Estrada da Barca , 02/Zf/	«pelo centro e meio do dito lugar de Cacia atravessa uma estrada pública, chamada da Barca, que vai do dito Vouga para a cidade de Aveiro.»	
Estrada da Barra , 06/Y/		
Estrada do Bonsucesso , 01/A/		
Estrada de Esgueira , 05/A/	Estrada da Esgueira, 05/A/	
Estrada da Fonte , 03/A/		
Estrada da Malhada , 06/A/		
Estrada Nova , 06/A/U/	(actual Rua Mário Sacramento), /U/	
Estrada das Pombas , 06/U/	(actual Rua das Pombas), /U/	
Estrada da Quinta do Gato , 10/A/		

Estrada de São Bernardo , 06/A/		
Estrada de São Tiago , 06/U/		
Estrada de Vilar , 06/I/	Eztrada que vay para villar, /I, 1556/	
Estradas (Sítio das), 02/A/		
Evaristo , 04/A/		
Fanhoso , 05/A/		
Feira , 08/A/		
Feira de Eixo , 04/E/V/W/	Feira, /V/	
Feital , 05/T/	feitall, ffeitar, feytall, /T, 1446/	
Feital de Verba , 07/A/		
Feteira , 09/A/		
Felícia , 05/A/		
Ferradoura , 05/A/		
Ferreira , 01/A/	(no Crasto)	
Figueira , 05/G/T/	«loco quem uocitant figueira» (Esgueira), /G, 1137/ figeras, /T, 1446/	
Figueira , 09/A/		
Figueiras , 03/A/	Figueiras (Queimadas), 03/A/	
Figueiras de Cima , 01/A/		
Figueirinhas , 05/A/Q/	Figueirinhas (Sá), /Q, 1745/	
Flor de Esgueira , 05/A/		
Folsa , 10/A/Q/	Folssa (Sá), /Q, 1745/	Folça, 10/A/
Fontainhas , 04/A/E/	Fontainhas (Monte de Eixo), 04/A/	
Fontainhas , 05/A/E/	(em Taboeira)	
Fontainhas , 07/A/		
Fontanheiro , 07/A/		
Fonte , 02/A/		
Fonte , 03/A/		
Fonte , 04/W/	(ou Fonte de Eixo), /W/	
Fonte , 07/A/		
Fonte , 09/A/		
Fonte , 02/A/	(na Q ^{tã} do Loureiro)	
Fonte da Amieira , 06/I/	d' Amieyra (junto do muralha), /I, 1556/	
Fonte dos Amores , 06/A/S/U/		
Fonte da Arada de Oleiros , 01	fonte. da aRada doleiros, /G, 1431/	fonte darada dolejros, /G, 1431/
Fonte do Arneiro , 07/G/	arnario fontane (Verba), /G, 1253/	
Fonte Bela , 03/A/		
Fonte Boa , 05/T/	fonte booa, /T, 1446/	
Fonte da Correzinha , 06	Fonte da Corrozinha, /I, 1556/	
Fonte da Cortiça , 09/A/		
Fonte do Cortiço , 04/A/V/W/		
Fonte de Eixo , 04/W/	(ou Fonte), /W/	
Fonte de Esgueira , 05/G, 1203/	fonte d Jsgeira, /G, 1203/	
Fonte do Frade , 03/A/		

Fonte do Gordo , 06/A/	(Vilar)
Fonte do Lila , 06/A/U/	
Fonte Martins , 07/F/	
Fonte dos Mártires , 07/A/	
Fonte da Mina , 05/T/	fonte da mina (em mute manjnho), fonte da mina, /T, 1446/
Fonte Mogeira , 05/T/	fonte mogeira, ffonte mougeira, /T, 1446/ (ou Fonte Mogueira?)
Fonte Nova , 06/A/S/U/	
Fonte do Olho , 07/A/	
Fonte da Pêga , 02/A/	
Fonte da Pêga , 06/A/G/	Fonte da Pegua, /G, 1417/
Fonte da Rola , 02/A/	
Fonte de Santo Isidoro , 04/V/	
Fonte de São João , 10/A/	
Fonte do Senhorio , 05/A/	
Fonte da Silva , 09/E/	
Fonte Velha , 01/A/	
Fonte Velha , 05/A/	
Fonte Velha , 09/A/	
Fonte Velha da Verba , 07/A/	
Fonte de Vilarinho , 02/A/	
Fontilheira , 09/A/	
Fontinha da Arrota , 07	Fontinha da Rota, 07/A/
Fontinha e Quintãs , 08/A/	
Fontolho , 07/F/	
Fora de Aidos , 07/A/	
Forca , 04/V/W/	
Forca , 05/A/	Forca de Esgueira, 05/A/
Forca , 06, 10, 10/A/E/G/T/U/	forqua da villa daueiro, /G, 1506/ /U/ forca d aueiro, /T, 1446/
Forcada , 01/A/	
Forcadelas , 04/A/V/W/	Forcadelho, 04/A/ Forcadelas, /V/
Formal , 05/T/	formall, /T, 1446/
Formigueiro , 09/A/	
Fornal de Azurva , 04/A/	(Está por Formal?)
Fornal do Guedes , 07/A/	(Está por Formal?)
Forninho , 06/A/	Forninho (S. Bernardo), 06/A/
Forno , 04/V/W/	Rua do Forno, /W/
Forno , 06/A/	Forno (S. Bernardo), 06/A/
Forno , 09/A/	
Forno da Telha , 04/A/	
Forno Velho , 01/A/	
Fornos , 07/A/	
Franêça , 03/A/	
Freitas , 05/A/	
Freitas , 10/A/	

Freitas da Presa, 05/A/		
Freixeiro, 09/A/		
Freixo, 07/A/F/	Freixo (Verba), 07/A/ Freixos, 07/F/	Freixo da Verba, 07/A/
Freixo, 09/A/		
Gabriela, 09, 11/A/E/		
Gaio, 05/A/		
Gaiteira, 07/A/		
Gaivota, 10/A/		
Galega, 04/A/	Galega (Aido do Entrudo), 04/A/	
Galega, 08/A/		
Galinheira, 02/A/	(na Póvoa do Paço)	
Gândara, 01	Gandra (Q. do Picado), 01/A/	Gandra, 01/A/
Gândara, 05/A/	Gândaras, 05/A/	Gandra, 05/A/
Gândara, 07/A/	Gândara (Verba), 07/A/	
Gândara, 08/A/G/U/	Gândara (Costa do Valado), 08/A/ Gândara da Costa, /U/	gandera, /G, 1106/
Gândara dos Adobes, 08/A/		
Gândara das Almas, 09/A/	(na Taipa)	
Gândara do Carrajão, 03/A/		
Gândara de Fora, 12/R/	Gandera de Fora (Solposto), /R, 1733/	
Gândara de Nariz, 07/A/		
Gândara de Oliveirinha, 08/A/E/Y/		
Gândara da Ramalheira, 07/A/	Gândara do Ramalheiro, 07/A/	
Gândara do Roncalheiro, 07	Gândara do Rocalheiro, 07/A/	
Gândara da Silha, 09	Gândara da Cilha, 09/A/	
Gândara da Ucha, 09/A/		
Gerina, 05/A/		
Gestas, 05/A/		
Goldra, 01/G/	«marjnha no logo que chamam da goldra», /G, 1431/	
Gonçala, 09/A/		
Gorgulhão, 09/A/		
Gralheira, 02/A/		
Gramão, 05, 08/A/E/		
Gramatal (Sítio da), 02/A/		
Gramato, 10/A/		
Gramaxa, 05/A/	Tubo ou Gramaxa, 05/A/	
Gramaximas, 05/A/		
Gramoal de Taboeira, 05/V/W/		
Granja, 09, 08/A/N/W/Ze/Zf/	/N, 1616/	Granjas, /Ze/
Granja, 10/A/G/U/	Grania desse Logar [Aveiro], /G, 1306/	Granga daueiro, /G, 1293/
Granja de Baixo, 08/A/E/K/N/S/V/Zc/Ze/Zf/	Póvoa da Granja de Baixo, /N, 1689, Zc/ granya de baixo, /K, 1721/	
Granja de Cima, 08/A/E/K/V/Zc/Ze/Zf/	Póvoa da Granja de Sima, /N, Zc, 1689/ granya de Sima, /K, 1721/	

Grelheira , 02/A/		
Grilo , 09/A/		
Groeira , 06/A/		
Gróta , 03/A/		
Grota , 04/A/		
Grota , 05/E/		
Guião , 09/A/		
Herdeiros , 05/A/		
Horta , 04/A/E/G/K/V/Z/Zb/Zc/Ze/Zf/	Hortas, 03/A/ Orta, /G, 1282/Z, 1527/K, 1721/	orta, /G, 1220/ lugar da Orta, /Zc/
Horta , 04/A/	(Arrota)	
Horta , 04/A/	(Entre os Outeiros)	
Horta , 04/A/	(Ribeirinho)	
Horta , 04/A/	(Sobral)	
Horta , 04/A/	(Tojal)	
Horta , 04/A/	(Viveiro)	
Horta , 08/A/		
Horta da Carreira de Baixo , 05/A/	Hortas da Carreira de Baixo, 05/A/	
Horta da Fonte , 04/A/	Horta (Fonte), 04/A/	
Horta das Freiras , 06/S/	Orta das Freyras, /S/	
Horta da Margarida , 05/A/		
Horta dos Outeiros , 03/A/		
Horta da Riza , 05/A/		
Horta do Rocio , 04	Horta Rochio, 04/A/	
Horta do Teixeira , 02/A/		
Horta Velha , 08/A/		
Hortas , 02/A/	Hortas (Q ^t ã do Loureiro), 02/A/	
Hortas , 04/A/	(Costa do Forno)	
Hortas , 05/A/		
Hortas , 06/A/		
Hortas , 07/A/		
Hortas , 09/A/		
Hortas de José de Chantre , 01/A/		
Hortas da Póvoa , 02/A/		
Hortas da Presa , 05/A/		
Hortinha , 07/A/		
Hortinhas , 01/A/		
Ilha do Amoroso , 10/Y/		
Ilha de André Botelho de Eça Teles , /M/	/M, 1736/	
Ilha de António José Saraiva , /M/	/M, 1736/	
Ilha da Barbosa , /S/	Ilha da Barboza, /S/	
Ilha da Boavista , 10/A/		
Ilha de Cabelo , /Zd/	(... de Cubelo?)	
Ilha do Esteiro do Espinheiro , 10/A/		

Ilha do Fuzil , 02	Ilha do Fusil, 02/A/	Ilha do Feisil, 02/A/
Ilha da Gaga , 02/A/C/T/	/T, início século XVI/	
Ilha da Gaivota , 10/A/C/E/O/Y/	/O, 1760-1775/	
Ilha do Gramato , 10/A/		
Ilha da Grota Velha , 02/A/		
Ilha de Lamamá , 02/A/	Ilha de Lama /T, início séc. XVI/	
Ilha da Longa , /S/		
Ilha de Maçaricos , 02/A/	(Vilarinho)	
Ilha do Malhadal , 02/A/	Ilha do Malhadral, 02/A/ Ilha do Malhadual, 02/A/	Ilha do Machadual, 02/A/
Ilha do Mariano , 02/A/		
Ilha de Matadouce , 10/C/		
Ilha da Moacha do Norte , 10/B/		
Ilha do Monte Farinha , 10/C/G/H/Y/	«E outra Ilha contra a foz a que chamam monte farinha», /G, 1515/ Ilha de monte farinha, /H/	
Ilha de Morraçal , /T/	Ilha de Moraçal, /T, início séc. XVI/	
Ilha Nova , 02/A/	Ilha Nova (Vilarinho), 02/A/	
Ilha dos Ovos , 10/A/C/O/T/Y/	/T, início séc. XVI/	/O, 1760-1775/
Ilha do Paço , 10/A/		
Ilha Pamplona , 10/A/		
Ilha do Parrachil , /Y/	Ilha do Perrechil	
Ilha da Patinha , 02/A/	Ilha da Patinha (Vilarinho), 02/A/	
Ilha das Pedras , 02/A/C/T/	Ilha de Pedras, 02/A/ /T, início séc. XVI/	Ilha da Pedra, 02/C/
Ilha do Pereira , 02/A/C/	Ilha do Pereira /Sarrazola), 02/A/	
Ilha de Pericos , 02/A/	Ilha de Pericos (Vilarinho), 02/A/ Ilha de Pricos (Vilarinho), 02/A/ Ilha dos Pricos, 02/A/	Ilha de Pricos, 02/A/ Ilha dos Pericos, 02/A/
Ilha do Poço , 10/A/C/M/Y/	(ou Ilha do Trovisco)	ilha do Posso, /M, 1736/
Ilha das Portas , 10/A/		
Ilha Privada , 10/A/	Ilha Privada (Gramato), 10/A/	
Ilha do Puxadouro , /Zd/		
Ilha da Rainha , /S/	Ilha da Reynha, /S/	
Ilha da Ribeira , /Zd/		
Ilha da Ronca , 02/A/	Ilha da Rouca (Vilarinho), 02/A/ Ilha de Ronca (Vilarinho), 02/A/	Ilha Rouca (Vilarinho), 02/A/
Ilha da Rosa , 02/A/	Ilha da Rosa (Vilarinho), 02/A/	
Ilha de Sama , 06, 10/A/E/H/Y/	Ilha de Samos, 10/E/	
Ilha do Sardó , 02/A/		
Ilha da Sepa , 02	Ilha da Cepa, 02/A/	
Ilha da Sequeira , 10/A/		
Ilha do Sul , 10/A/		
Ilha da Testada , 02/A/C/G/T/Y/	Ilha da testada, /G, 1407, 1515/ Ilha da Vestada, 02/A/	/T, início séc. XVI/
Ilha da Tranqueira , 10/Y/	Ilha da Franqueira, 10/C/Y/	
Ilha do Trovisco , 10/G/M/T/	/T, início século XVI/ Ilha do Trovisco, /M, 1524/	Ilha ... de travisco, /G, 1515/

Ilha Velha , 02/A/	Ilha Velha (Póvoa), 02/A/	
Ilha da Viúva , 02/A/	Ilha Viúva, 02/A/	
Ilhote de Azurveiros , 02/A/		
Ilhote da Casinha , 02/A/	(Vilarinho)	
Ilhote do Cojo , 10/A/U/	Ilhote, /U/	
Ilhote do Gravato , 02/A/	(Por Ilhote do Gramato?)	(Ver ilha do mesmo nome)
Ilhote da Grota Velha , 02/A/	(Vilarinho)	(Ver ilha do mesmo nome)
Ilhote de Lamamá , 02/A/	Ilhote de Lamamá (Vilarinho), 02/A/ (Ver ilha do mesmo nome)	Ilhote do Lamamá, 02/A/
Ilhote das Limas , 02/A/		
Ilhote Novo , 02/A/	Ilhote Novo (Vilarinho), 02/A/	(Ver ilha do mesmo nome)
Ilhote da Serra , 02/A/	(Vilarinho)	
Ínsua , 02/A/	Ínsua (Sítio da), Sarrazola, 02/A/	Ínsua (Sítio da), Vilarinho, 02/A/
Ínsua , 03/A/	Ínsua (Terras do Vouga), 03/A/	(Próximo do Paredã)
Ínsua , 04/A/		
Ínsua , 09/A/		
João dos Santos , 08/A/	(Quintãs)	(Ver: Vale de João dos Santos)
Juncais , 02/A/	Juncais (Sítio dos), Sarrazola, 02/A/ 02/A/	Juncos (Sítio dos), Sarrazola,
Juncal , 08/A/		
Juncos , 02/A/	(Q ^{tã} do Loureiro)	
Juncos , 02/A/	(Sarrazola)	
Junqueira , 02/A/C/	ou Cova da Quintã, 02/A/	
Junqueira , 04/A/C/		
Junqueira , 05/A/Ze/		
Juntas , 07/A/		
Justina , 10/A/		
Labona da Senhora da Graça , 04/A/		
Ladeiras de São Bento , 08/S/	Ladeyras de Sam Bento, /S/	
Ladeiros , 07/A/		
Lago do Paraíso , 06/E/X/Y/	(Ou Lago da Promaceira, /X/)	Lagoa do Paraíso, 06/E/
Lago da Promaceira , 06/X/	(Ou Lago do Paraíso, /X/)	
Lagoa , 05, 12/A/E/S/T/	Lagoa de Esgueira, 12/E/ Legoa, /S/	lagoa, lagoas, 05/T, 1446/
Lagoa , 07/A/	Alagoa, 07/A/	
Lagoa , 09/A/	Alagoa, 09/A/	
Lagoa do Junco , 05/A/		
Lagoas , 01/A/		
Lagoela , 04/E/V/W/	Laguela, /V/	(Ver: Alagoela), /W/
Lagoinha , 03/A/		
Lagoinhas , 07/A/		
Lagos , 05/A/		
Lamamá , 02/A/C	Lama Má, 02/C/	
Lamarão , 08, 09/A/	(Oliveirinha)	
Lamorosa , 06, 08/A/Zf/	Lamorosa (Oliveirinha), 08/A/	Lamorosa, 06/A/

Lamas , 04/A/		
Lambro , 03/A/		
Lameirinho , 05/A/		
Lameiro , 06/I/	Lameiro, /I, 1556/	
Lameiro , 05/A/	lameiro, /T, 1446/	
Lameiro , 09/A/		
Lameiro do Abreu , 04/A/		
Lameiro do Arrujo , 04/A/		
Lameiro das Roçadas , 05/T/	lameiro das rroçadas, /T, 1446/	
Langaras , 05/T/	langaras, lagara, langara, /T, 1446/	
Lapa , 03/A/		
Laranjal , 02/A/		
Lares , 02/A/		
Largo do Campo Velho , 04/E/		
Largo da Fonte , 08/E/		
Largo de Verba , 07	(clareira a cerca de 30 m. altitude)	Largo de Berba, 07/F/
Lavachão , 10/C/		
Lavacos , 10/B/	Praia dos Sovacos, 10/A/ (corruptela?)	
Lavadouro , 04/A/		
Lavandeira , 01/A/G/	«marjnha na lauandeyra que jaz so o castro», /G, 1431/	
Lavariça , 05/T/	lauariça, alauariça, /T, 1446/	(= Alvariça?)
Laveira (Sítio da), 02/A/	(Vilarinho)	
Lavopiro , 04/A/	(má leitura, ou má grafia, de "Lavadoiro"?)	
Lavoura , 09/A/		
Lavoura do Adro , 04/A/		
Lavoura de Baixo , 09/A/		
Lavoura do Cabeço de Eira , 07/A/		
Lavoura de Carcavelos , 03/A/		
Lavoura do Esteiro , 04/A/		
Lavoura do Forno , 08/A/		
Lavoura da Igreja , 07/A/	Lavouras da Igreja, 07/A/	
Lavoura da Moita , 08/A/	Lavouras da Moita, 08/A/	
Lavoura de Nariz , 07/A/		
Lavoura dos Outeiros , 03/A/		
Lavoura da Quinta , 09/A/		
Lavoura da Rua Cega , 06/A/		
Lavouras , 08/A/		
Lavouras de Baixo , 08/A/		
Lavouras da Horta , 08/A/		
Lavouras de Santo António , 08/A/		
Lavouras de Trás-dos-Aidos , 08/A/		
Lavradouro , 10/A/		
Leira dos Adobos , 02/A/		
Leira Comprida , 05/A/		

Leira da Figueira , 09/A/		
Leira da Fonte , 09, 11/A/E/		
Leira Longa , 04/A/		
Leira Longa , 09/A/E/		
Leira do Moleiro , 09/A/		
Leira da Quinta do Gato , 06/A/	Leiras da Quinta do Gato, 06/A/	
Leira da Senhora , 04/A/	(Eixo)	
Leiral , 02/A/		
Leiras , 05/A/		
Leiras , 06/A/		
Leiras , 09/A/		
Leiras da Cruz , 07/A/		
Leiras de Dentro , 06/A/	Leiras de Dentro (S.Bernardo), 06/A/	
Leiras da Matança , 02/A/		
Leiras do Monte , 08/A/	(no Vale da Horta)	
Leirinha , 07/A/		
Leirinhas , 01/A/E/		
Leirinhas , 09, 11/A/F/		
Leirões da Morraceira , 02	Leirões da Murraceira (Matança), 02/A/	
Lila , 01/A/		
Lingueta , 02/A/		
Linhares , 01/A/		
Linhares , 05/A/	Linhar, 05/T/	linar, /T, 1446/
Lixa , 09/A/		
Lodeiro , 04/A/V/		
Lomba , 03/A/		
Lomba , 08/A/	Lombas, 08/A/	
Lomba , 06/A/	(S.Bernardo)	
Lomba da Azenha , 03/A/		
Lomba do Corgo , 03/A/		
Lomba dos Covões , 03/A/		
Lomba da Mata , 14/B/		
Lomba dos Outeiros , 03/A/		
Lombada , 09/A/		
Lombas , 05/A/		
Longa , 05/A/C/	Longas, 05/C/	
Longra , 03/A/		
Lontro , 05/C/		
Lote do Bunhal , 05/A/		
Louçainha , 05/T/	louçaynha, louçajnha, alouçajnha, /T, 1446/	
Loural , 02/A/		
Loureiro , 01/A/		
Loureiro , 03/A/		
Louros , 01/A/		

Luzia , 04/A/		
Má Cristão , 01/A/		
Macedas , 02/A/		
Macó , 05/A/		
Madeiros , 04/A/E/V/	Madeiros (Campo de), /V/	Madeiras, 04/A/
Madriz , 05/A/		
Madrugas , 08/K/S/Ze/	(No séc. XVIII repartia-se entre Ílhavo e Eixo; integrado nas Quintãs), /K, 1721, 1758/ Madrugas, /S/ Quintaãs, ou Madrugas, /K, 1758/	Madruça, /K, 1721/ Madrugas, /S/
Mairiza , 01/A/		
Mal Amanhada , 05/A/		
Malhada , 01/A/		
Malhada , 05/A/C/	(arrozal)	
Malhada da Fonte Nova , 06/A/		
Malhada de S. Tiago , 06/A/		
Malhadas , 06/A/		
Malhadas , 08/A/		
Mama da Pega , 04/A/E/W/	Mama dos Pegos Madepegas (forma popular), /W/	Mama da Pegeira, 04/E/
Mama Rasa , 04/A/W/	Marrasa, /W/	
Mamoa , 03/A/		
Mamoa , 09, 11/A/E/W/	Mamua, /G, 1106/ Mâmoa (Perto da Pateira de Fermentelos), /W/	
Mamodeiro , 09, 11/A/E/N/V/Z/Zb/Zc/Ze/Zf/	Mamoa de Eyro, /Zb/ Momodeiro, /Z/	Mamoa do Eyro, /Zb/ lugar de Momoadeyro, /Zc/
Manesca , 05/A/		
Maneta , 09/A/		
Maninho da Prainha , 02/C/		
Maninhos , 02/A/		
Marafuza , 01/A/		
Marco , 07/A/		
Marco da Força , 10/A/		
Marco Furado , 04/A/		
Marco da Morraceira , 02	Marco da Murraceira, 02/A/	
Marco da Oliveirinha , 04, 05, 08/A/E/S/V/Zc/Ze/Zf/	Marco, 08/A/S/Ze/	Lugar do Marco, /N, Zc, 1689/
Marco de S. Bernardo , 06/A/U/Zf/	Marco (Espírito Santo), /Zf/	
Maria Farinha , 04/A/V/	Maria Frinha, 04/A/	Maria-Farinha, /V/
Maria Rosa , 04/A/		
Marinha de Além da Veia , /G/	dalem da vêa (Aveiro), /G, 1461/	
Marinha da Afogada , 06/X/Gs/		
Marinha da Airosa , 06//X/Gm/	(Três marinhas: ...do Mar; do Norte; Pequena), /X/	
Marinha da Alegria , 10/X/Gr/		
Marinha da Aleluia , 06/X/Gs/		
Marinha da Alfaiata , 06/X/Gs/		

Marinha dos Alforges , 06/X/Gs/		
Marinha da Amoreira , /Q/	/Q, 1725/	
Marinha da Andorinha , 10/X/Gn/		
Marinha da Andrila , Ílhavo/X/Gs/		
Marinha do Antoninho , 05T/	d entonjnho, /T, 1412/	
Marinha do Arneiro , /G/	de arneiro, /G, 1280/	
Marinha da Arromba , 05/X/Gr/		
Marinha da Arrombada , Ílhavo/X/Gs/		
Marinha do Baçô , 05/T/	do baçoo, /T, 1423/	
Marinha Baixa , 02/A/	Marinha Baixa (Póvoa do Paço), 02/A/ Marinha de Baixo (Póvoa do Paço), 02/A/	Marinha Baixa (Sarrazola), 02/A/
Marinha da Balacózinha , 10/X/Gr/		
Marinha da Bamba do Norte , 06/X/Gm/	(Duas marinhas: do Norte ou Marinha Briosos; do Sul), /X/	
Marinha da Barbosa , 06/X/Gs/	(ou da Machada)	
Marinha da Barqueira , /G/	de barqueira, /G, 1168/	
Marinha da Barrigueira , Ílhavo/X/Gs/	(Três marinhas: Baixa ou Funda; do Cabeço; Média ou do Mar), /X/	
Marinha dos Barros , 10/X/Gr/		
Marinha do Belio , 05/T/	do belyo, /T, 1412/	
Marinha da Bem-Tortinha , 05/X/Gr/	(ou da Flor de Esgueira)	
Marinha das Beltroas , 06/X/Gm/	(ou Carvalhas do SW)	
Marinha do Biscarroide , 05/X/Gn/	(Duas marinhas: do Norte; do Sul)	(ou Biscarroida), /X/
Marinha da Bizarria , 05/X/Gn/		
Marinha da Boavista , 10/X/Gn/		
Marinha da Boca do Asno , /S/	(ou do Castanho), /S/	
Marinha da Boca do Rio , 05/X/Gf/	(ou do Parrachil; ou do Rio Novo)	
Marinha da Boca Torta , 10/X/Gr/	(Duas marinhas: Grande; Pequena), /X/	
Marinha do Bolho , Ilhavo/X/Gs/	(ou Palhoa)	
Marinha do Bonjardim , 06/X/Gs/		
Marinha da Branca Gil , 10/X/Gr/		
Marinha da Branca da Maia , 05/S/X/Gr/	/S, 1749/	
Marinha da Brazalaia , 10/M/S/X/Gn/	(Três marinhas: do Norte; Nova; Velha), /X/ Marinha da Bracalaya, /S/	/M, 1736/
Marinha dos Briosos , 06/X/Gm/	(ou Marinha Bamba do Norte)	
Marinha da Bruxeira , 05/X/Gr/		
Marinha dos Buracais , 05/T/	de bourocaes, /T, 1412/	
Marinha da Burreanca , 10/X/Gr/		
Marinha de Cacia , 02/A/T/	marrinha de quaçia, /T, 1446/	
Marinha da Cachinha , 10/G/H/S/X/	Marinha Cachinha e de S. Roque, 10/X/Gr/ Marinha da Cachinha ou da Freyrinha, /S/	do cachino, /G, 1280/ cachinha, /H/
Marinha da Cachinha , 06/X/Gm/	(Duas marinhas: Grande; da Promaceira), /X/	
Marinha do Calcinhas , 05/T/	de callçjnhas. /T, 1412/	
Marinha dos Calções Verdes , 06/X/Gm/		
Marinha da Caldoeira , 10/X/Gf/	(Duas marinhas: do Norte; do Sul) (ou Casqueira Grande: do Norte; do Sul), /X/	
Marinha do Campo Grande , 05/X/Gn/		

Marinha da Cancela , 10/C/M/Q/X/Gn/	(Três marinhas: do Mar; Pequena; da Terra), /X/	As Camsellas, /Q, 1626/ Cancelas, 10/C/M, 1736/
Marinha da Candoa , /H/		
Marinha da Caniceira , 10/X/Gr/		
Marinha da Capela , 05/X/Gn/		
Marinha da Capela Seca , 05/X/Gn/		
Marinha da Capelinha , 06/X/Gm/	(de Sama)	
Marinha da Capelinha dos Bulhões , 05/X/Gn/		
Marinha da Capeloia , 06/X/Gm/		
Marinha dos Capelos , 05/X/Gr/		
Marinha dos Caramonetes , 10/X/Gn/	(Três marinhas: Os 18 dos ...; do Norte; do Sul)	
Marinha da Carangueja , Ílhavo/X/Gs/	(Quatro marinhas: A dos 34 da ...; A dos 36 da ...; ... Pequena; A dos 44 ou Singela))	
Marinha da Carapuceira , 10/X/Gr/		
Marinha do Carramona , 10/L/		
Marinha da Carreira , 10/G/X/Gr/	da Carreira, /G, 1461/	
Marinha da Carreira Coimbrã , /S/	/S, séc. XVII/	
Marinha da Cartaxa , Ílhavo/X/Gs/		
Marinha do Carvalhas , 06/X/Gm/	(Duas marinhas: do Norte; do Sul ou Beltroas)	
Marinha do Carvalho , 05/T/	do carualho, /T, 1423/	
Marinha da Casqueira , 06/X/Gs/		
Marinha da Casqueira Grande , 10/X/Gf/	(Três marinhas: Grande do N. ou da Caldoeira do Norte; Grande do Sul ou Caldoeira do Sul; Pequena)	
Marinha da Cassana , Ílhavo/X/Gs/	(ou da Sapata)	
Marinha do Castanho , 06/S/X//Gs/	(ou Boca de Asno), /S/	(dos Castanhos do N; dos Castanhos do S.) /X/
Marinha da Castelhana , 01/X/Gs/		
Marinha dos Catorze da Corte da Escada , 06/X/Gs/		
Marinha da Catralva , Ílhavo/X/Gs/		
Marinha da Cavalar , 05/T/	da cauallar. /T, 1412/	
Marinha da Caveira , 06/X/Gm/		
Marinha da Ceboleira , 05/X/Gn/		
Marinha Celta , 02/A/		
Marinha da Chachoria , /H/		
Marinha da Chamorra , 10/X/Gr/		
Marinha de Cima , 02/A/	Marinha de Cima (P. do Paço), 02/A/	
Marinha da Círcia , 06/X/Gm/		
Marinha Coimbrã , 06/G/S/	colimbriana, /G, 1280/ Coimbram (ou Robala), /S/	Coimbraá, /G, 1461/
Marinha da Conceição do Bolho , Ílhavo/X/Gs/		
Marinha da Condela , 06/X/Gm/	(de Sama), /X/	
Marinha da Corcovada , 06/X/Gs/		
Marinha do Corim , 06/X/Gs/		
Marinha do Corno , /G/	de cornu, /G, 1168/	
Marinha da Corredoura , 05/T/	da corredeira, /T, 1423/	
Marinha da Correíinha , 06/X/Gm/		

Marinha da Corte de Baixo , 10/C/X/Gn/	(Três marinhas: Grande; do Meio ou quinhão do Norte; do Sul ou Sanguinheira)	
Marinha da Corte de Cima , 10/C/X/Gn/	(Quatro marinhas: do Norte, 1º quinhão; do N., quinhão do Canto; do Sul, 1º quinhão; do Sul, 2º quinhão)	
Marinha da Corte da Escada , 06/S/	(ou Seibeira), /S/	
Marinha da Corte dos Frades , 06/X/Gm/	(Quatro marinhas: Quinhão Fundo ou da Eira de Pedra; Quinhão do Meio ou do Palheiro; do Norte; Quinhão da Terra ou do Sul)	
Marinha da Corte das Freiras , 06/S/X/Gs/	Freyras, /S/	
Marinha da Couceira , 06/X/Gs/	(ou do Paraíso do Extremo)	
Marinha do Covão , 05/G/T/	do couam, /T, 1423/	do Covam, /G, 1461/
Marinha do Cravo Nocturno , 05/X/Gn/	(ou do Jardim de Neptuno)	
Marinha da Desgarrada , 10/X/Gn/		
Marinha dos Dezoito da Borda , Ílhavo/X/Gs/		
Marinha dos Ditos e Feitos , 05/X/Gn/		
Marinha da Dobadoura e Escada , 06/S/		
Marinha da Dobrada , 10/X/Gr/		
Marinha dos Doutores , Ílhavo/X/Gs/		
Marinha de El-Rei , 10/X/Gn/		
Marinha da Empova , 05/T/	de empoba (?), /T, 1412/	
Marinha de Esgueira , /S/		
Marinha das Esmolas , 06/X/Gs/		
Marinha do Espavento , 10/X/Gn/		
Marinha da Espinheira , 06/X/Gm/	(ou da Pinheira) Pequena)	(Duas marinhas: Grande;
Marinha da Esteireira , 10/X/Gr/		
Marinha da Falcoeira , 05/X/Gn/		
Marinha da Fareja , Ílhavo/G/S/	farêja, /G, 1461/	/S, séc. XVII/
Marinha do Ferraz , 06/X/Gm/		
Marinha da Feteira , 05/T/	ffetteira, /T, 1412/	
Marinha da Fidalga , 05/X/Gn/	(Duas marinhas: do Norte; do Sul)	
Marinha da Figueira , 05/G/	de figueira, /G, 1280/	marina de figeira, /G, 1203/
Marinha da Flor de Bulhões , 05/X/Gn/		
Marinha da Flor de Esgueira , 05/X/Gr/	(ou da Bem Tortinha)	
Marinha da Flor da Ilha , 10/X/Gn/		
Marinha da Flor de Sama , 06/X/Gm/		
Marinha da Fome Negra , 01/X/Gs/	(ou de S. João)	
Marinha da Fonte da Pega , 06/S/	da Fonte da Pega, /S/	
Marinha dos Fornos , 10/X/Gn/	(Duas marinhas: do Norte; do Sul)	
Marinha da Francesa e os Quinze , 06/X/Gm/		
Marinha do Franco , /G/	de franco, /G, 1280/	
Marinha da Freira , 06/X/Gm/		
Marinha da Freira , 06/X/Gs/	(ou do Paraíso Alto)	
Marinha da Freira , 10/X/Gr/		
Marinha da Freirinha , /S/	Freyrinha (ou Cachinha), /S, 1749/	
Marinha da Gaga , 06/X/Gm/		
Marinha da Gaivota , 05/G/T/X/Gr/	de gauíotos, /G, 1280/	dos gauotos, /T, 1423/

	da Gaivota, /X/	
Marinha da Galega , Ílhavo/T/X/Gs/	da gallega, /T, 1423/	
Marinha da Garceira , Ílhavo/X/Gs/	(Três marinhas: Grande do Nascente; Grande do Poente; Pequena)	
Marinha da(s) Garra(s) , 10/C/X/Gf/		
Marinha da Goldra , 01/G, 1431/		
Marinha da Gramatinha , 06/X/Gm/		
Marinha do Gramato , 10/S/X/Gn/	Marinhas do Gramato, 10/C/	Marinha da Gramata, /S/
Marinha da Gramaxima , 05/X/Gr/	(Três marinhas: Novas do Mar; Nova do NE; Velha)	
Marinha da Gran Caravela , 06/X/Gs/		
Marinha Grande , /G/S/	grandi, /G, 1168, 1280/	/S, séc. XVII/
Marinha da Gravita , 10/X/Gn/		
Marinha do Inferno , 06/X/Gs/	(ou do Paraíso Velho)	
Marinha das Intortas , 06/S/X/Gm/	(ou Entortas. Duas marinhas: Grandes; Pequenas)	
Marinha do Jardim de Neptuno	(ou do Cravo Nocturno)	
Marinha da Joia , 06/X/Gm/		
Marinha da Jorgeana , 06/X/Gm/		
Marinha da Judenga , 05/X/Gr/		
Marinha da Judia e Patronilha , 05/X/Gr/		
Marinha da Judia do Monte-Farinha , 06/X/Gf/		
Marinha da Junqueira , 10/G/X/Gr/	iunqueiro, /G, 1280/	
Marinha da Lage da Malhada , Ílhavo/X/Gs/		
Marinha de Lançarote , 10/X/Gn/	(ou Laçarota), /X/	
Marinha da Lavandeira , 01/G, 1431/		
Marinha da Leiteira , 06/X/Gm/		
Marinha das Leitoas , 10/C/X/Gf/		
Marinha das Leivas , 05/X/Gr/		
Marinha da Leoa , 10/X/Gr/		
Marinha da Leonarda , 10/X/Gn/		
Marinha da Loureira , 10/X/Gr/		
Marinha de Luanda , 06/X/Gm/		
Marinha da Machada , 06/X/Gs/	(ou da Barbosa)	
Marinha da Marcela , 05/X/Gr/		
Marinha da Marta , 05/T/	de marta, /T, 1423/	
Marinha de Marvila , /G/	de marvila, /G, 1168/	
Marinha de Mata Galegos , 05/T/	mata galegos, /T, 1412/	
Marinha da Mela , 10/X/Gr/	(ou da Melo)	
Marinha da Melo , 10/X/Gr/	(ou da Mela)	
Marinha da Misericórdia , 06/X/Gs/	(ou dos 37 das Seibeiras)	
Marinha da Misericórdia , 10/L/X/Gr/	(de S. Roque)	
Marinha da Moeirinha , 10/X/Gr/		
Marinha da Mofacosa , 05/T/	da mofacosa, /T, 1412/	
Marinha da Moiroa , 05/X/Gr/	(ou da Moura)	
Marinha da Moiroa , 06/X/Gs/	(ou da Moura); (Três marinhas: Grande do N.; Grande do S.; Pequena)	
Marinha da Moleira , 06/X/Gs/		

Marinha da Moliça , 06/X/Gm/	(Duas marinhas: Grande; Pequena)	
Marinha da Morraçosa , 05/G/T/	de morrezosa, ... de morrecosa, /G, 1280/	da moraçosa, /T, 1412/
Marinha da Nogueira , 10/X/Gn/	(Quatro marinhas: do Norte; do Sul ou do Mar; Pequena; Nova ou Remelada)	
Marinha da Nortada , 10/X/Gn/		
Marinha Nova , 05/G/T/	nova, /T, 1412/	Nova, /G, 1431/
Marinha Nova do Camelo , 10/X/Gn		
Marinha Nova do Monte-Farinha , 10/X/Gf/	(Duas marinhas: Norte; Sul ou A Sede)	
Marinha Nova de Sama , 06/X/Gm/	(Três marinhas; Quinhão do Mar; Quinhão do Meio; Quinhão Grande ou M. Pioneira)	
Marinha das Novas , Ílhavo/S/T/		
Marinha da Novazinha , 10/X/Gr/	(do Esteiro da Redúsia)	
Marinha da Novazinha , 10/X/Gn/	(das Brazalaias)	
Marinha da Novazinha da Canas , 10/X/Gn/	(de Sama)	
Marinha dos Nove Meios de Sama , 06/X/Gm/		
Marinha da Oliveira , 10/X/Gr/	(ou da Oliveirinha)	
Marinha da Oliveirinha , 10/X/Gr/	(ou da Oliveira)	
Marinha da Pacheca , 10/X/Gr/		
Marinha da Pajota , 06/X/Gs/	(ou Peijota)	
Marinha da Palha , 10/X/Gn/	(Duas marinhas: do Norte; do Sul)	
Marinha do Palheiro , 06/X/Gm/	(Duas marinhas: Quinhão do Poente ou do Mar; Quinhão Grande ou do Nascente)	
Marinha da Palhoa , Ílhavo/X/Gs/	(ou Marinha Bolho)	
Marinha do Paragel , 06/X/Gm/	(ou do Parazel)	
Marinha do Paraíso , 06/X/Gs/	(Seis marinhas: ...Alto ou Freira; do Cabeço; do Extremo ou Couceira; ... Fundo; do Meio; ...Seco)	
Marinha do Paraíso Velho , 06/S/X/Gs/	Paraizo, /S/	(ou do Inferno), /X/
Marinha do Parazel , 06/X/Gm/	(ou do Paragel)	
Marinha da Parda , 10/X/Gr/		
Marinha da Pardilhoa , 10/X/Gn/		
Marinha do Parrachil , 05/X/Gf/	(ou Boca do Rio; ou do Rio Novo)	
Marinha da Pasmada , Ílhavo/X/Gs/		
Marinha da Passã , 10/X/Gr/	(Duas marinhas: Quinhão Grande; Quinhão Pequeno)	
Marinha da Passagem , 06/Q/X/Gm/	Merinha da Passage, /Q, 1592/	marinha da Passagem, /Q, 1745/
Marinha das Pedras , /Q/	(ou Marinha da Passagem), /Q, 1592/	
Marinha das Pedrinhas , 05/T/	de pedrijinhas do Rjbeyro, /T, 1412/	
Marinha da Peijota , 06/X/Gs/	(ou Pajota)	
Marinha dos Peixinhos , 10/X/Gr/		
Marinha da Perfeita , 10/X/Gr/		
Marinha da Piedade , Ílhavo/X/Gs/		
Marinha da Pimenta , 05/T/	da pijmenta, /T, 1412/	
Marinha da Pinheira , 06/X/Gm/	(ou da Espinheira); (Duas marinhas: Grande; Pequena)	
Marinha da Pinhosa , 06/X/Gm/	(ou Tinhosa)	
Marinha da Pinta , 10/S/X/Gn/		
Marinha da Pioneira , 06/X/Gm/	(ou Quinhão Grande de Sama)	
Marinha Podre , 10/X/Gm/		

Marinha da Ponte de Lés , 10/X/Gr/		
Marinha da Pontinha , 10/X/Gr/		
Marinha da Póvoa , 02/A/C/		
Marinha do Pragal , 05/T/	pragal, /T, 1412/	
Marinha da Praiaira , /H/	praeira, /H/	
Marinha da Prancha , 10/X/Gr/		
Marinha da Primavera , 06/X/Gs/		
Marinha dos Puxadolros , 10/G/X/Gn/	no Puxadoiro, /G, 1417/	
Marinha do Quinhão do Canto de Sama , 10/X/Gn/		
Marinha da Rabequinha , 10/X/Gr/		
Marinha da Raivosa , 10/X/Gr/		
Marinha da Ramalha , 10/X/Gr/		
Marinha dos Ramos , 05/T/	de Ramos, /T, 1412/	
Marinha da Raposa , /G/	da Rapossa, /G, 1431/	
Marinha da Rata , 10/X/Gr/		
Marinha da Ratinha , 06/X/Gm/		
Marinha da Ravasquinha , 06/X/Gm/		
Marinha da Refoída , 05/T/	do Rrefoyida, /T, 1412/	da Reffogijda, /T, 1412/
Marinha dos Refoios , 05/T/	de Reffoyos, /T, 1423/	
Marinha da Regateira , 10/X/Gn/	(Duas marinhas: do Norte; do Sul)	
Marinha da Remelada , 10/X/Gn/	(ou Nogueira Nova)	
Marinha da Remelha , Ílhavo/X/Gs/	(Três marinhas: de Fora ou do Mar; Grande do N.; Grande do Sul)	
Marinha da Rendalha , 10/X/Gr/		
Marinha da Reviralha , 05/X/Gr/	(Três marinhas:	
Marinha do Ribeiro , 05/T/	do Rjbeyro, /T, 1412/	do Rebeiro, /T, 1423/
Marinha do Rio Novo , 05/X/Gf/	(ou do Parrachil; ou da Boca do Rio)	
Marinha da Robala Grande , 06/S/X/Gm/	Roballa, /S, séc. XVII, 1749/	
Marinha da Robalinha , 06/X/Gm/		
Marinha dos Romanos , 06/X/Gm/	(Duas marinhas: Grandes; Pequenos)	
Marinha da Rosa Branca , 10/X/Gr/		
Marinha do Rossio , 10/G/	do Resio, /G, 1417/	
Marinha da Ruivinha , 10/X/Gr/		
Marinha de Sá , 10/G/	de sáá, /G, 1168/	
Marinha da Saltoa , Ílhavo/S/X/Gs/	(Duas marinhas: Quinhão do Poente; Quinhão do Nascente)	
Marinha da Sanguinheira , 10/X/Gn/	(ou da Corte de Baixo do Sul)	
Marinha de Santiago , 05/X/Gr/		
Marinha de Santiago , 06/X/Gs/		
Marinha de Santiago da Fonte , 06/X/Gs/		
Marinha de São João , 01/X/Gs/	(ou da Fome Negra)	
Marinha de São Roque , /S/		
Marinha de S. Vicente , 10/X/Gn/		
Marinha da Sapata , Ílhavo/X/Gs/	(ou da Cassana)	
Marinha do Saraiva , 06/X/Gs/		
Marinha do Sarradinho , 10/X/Gn/	(ou do Serradinho)	

Marinha da Sede , 10/X/Gf/	(ou Nova do Sul, do Monte Farinha)	
Marinha da Seibeira , 06/G/H/Q/S/X/Gs/	(Três marinhas: do Canto; Grande; Pequena ou do Meio) seabeira, /G, 1280/ saboeira, /H/ Sebeyra ou Corte de Escada, /S/	Seebeira, /G, 1417/ Sobejra, /Q, 1732/
Marinha da Senhora das Dores , 10/X/Gn/		
Marinha da Senhora das Febres , 10/X/Gr/		
Marinha da Senhora de Sá , 10/X/Gn/		
Marinha da Senitra , 06/X/Gs/		
Marinha do Serradinho , 10/X/Gn/	(ou do Sarradinho)	
Marinha da Sinagoga , /H/	sinogua, /H/	
Marinha Singela , Ílhavo/X/Gs/	(ou Carangueja dos 44)	
Marinha de Soioz , 05/T/	de ssojoz, /T, 1423/	
Marinha Suja , 06/X/Gm/	(Três marinhas: Grande; Nova ou Moira; Pequena)	
Marinha da Taipinha , 10/X/Gn/		
Marinha da Tanoeira , 10/X/Gr/		
Marinha da Tanoeira , 10/X/Gn/	(Duas marinhas: do Norte; do Sul ou do Mar)	
Marinha Tão-Linda , 10/X/Gn/	(Grande e Pequena)	
Marinha da Tinhosa , 06/X/Gm/		
Marinha da Tora , Ílhavo/X/Gs/	(ou Pinhosa)	
Marinha da Torta , 05/T/X/Gr/	da Torta, /T, 1412/	
Marinha da Trampalhona , 06/X/Gm/	(Duas marinhas: do Norte; do Sul ou do Mar)	
Marinha das Três Andainas , 10/X/Gn/		
Marinha das Três Andainas , 06/X/Gm/	(de Sama)	
Marinha dos 37 das Seibeiras , 06/X/Gs/	(ou da Misericórdia)	
Marinha das Troncalhadas , 06/X/Gs/		
Marinha da Valente , /G/S/	Valente /G, 1461/	/S, séc. XVII/
Marinha da Valéria , 06/S/X/Gm/	Marjnha da Valleria, /S, 1749/	
Marinha do Vasinho , 05/T/	do uassjnho, /T, 1412/	do uasjnho, /T, 1423/
Marinha das Vassalas , 05/X/Gn/		
Marinha do Veio de Fundo e de Cima , 05/T/	do ueeo de ffundo E de çijma, /T, 1412/	
Marinha Velha , /G/	Velha, /G, 1431/	
Marinha do Velho , 05/T/	do uelho, /T, 1412/	
Marinha da Vigairinha , 10/X/Gr/	(da Cale da Vila)	(ou Vigária)
Marinha da Vigária , 05/X/Gr/	(de Esgueira)	
Marinha da Vigária , 10/X/Gr/	(da Cale da Vila)	(ou Vigairinha)
Marinha de Vilarinho , 02/A/		
Marinha da Viloa , 10/X/Gr/		
Marinha dos 24 e Os 30 da Cale da Vila , 10/X/Gn/		
Marinha dos 21 , 06/X/Gm/		
Marinha das Vitelas , 05/X/Gr/	(Duas Marinhas: Vitela do Norte, do Mar ou Grande; do Sul, da Terra ou Pequena)	
Marinha da Vitória , 05/X/Gr/		
Mariola , 05/T/	Mariolla, marjolla, /T, 1446/	
Mariscosa , 04/A/		
Maritona , 08/A/E/		

Marona, 01	Vale do Marona (01E)	
Marreca da Choisá Nova, 02/A/		
Massada, 08/A/		
Massó, 04/A/		
Massuda, 08/A/		
Mata, 02/A/		
Mata, 05/A/		
Mata da Arrota, 03/A/		
Mata Galega, 05/A/		
Mata de S. Jacinto, 14/B/Y/		
Matadouro, 06/A/		
Mataduços, 05/A/C/T/Zc/Ze/Zf/	matadusso», /T, 1423/ Matadussos, 05/Zf/	lugar de Mataduços, /Zc/
Matança, 02/A/G/	Matança (Sarrazola), 02	Matantja, /G, 1106/
Matas, 05/A/		
Matêva, 01/A/		
Matinho, 08/A/		
Matinho, 09/A/		
Mato, 05/T/	mato (agra das ribas), /T, 1446/	
Mato da Arrota, 03/A/		
Mato dos Cortiços, 03/A/		
Mato da Costa, 03/A/		
Mato de Dentro, 01/A/		
Mato Dias, 06/A/	Mato Dias (S. Tiago), 06/A/	
Mato de Eixo, 03/A/		
Mato Entre-as-Vinhas, 07/A/		
Mato das Roçadas, 05/T/	mato das rroçadas, /T, 1446/	
Mato do Sargaçal, 07	Mato Soragaçal, 07/A/	
Mato do Simão, 08/A/	Mato Simão, 08/A/	
Mato do Tapado, 03/A/		
Matoito, 04/A/V/W/	Matoita (Aguião), 04/A/ Rua do Matoito, /W/	Matouto (Arrujo), /V/ Mortoito, 04/A/
Matos, 02/A/		
Matos do Carriço, 07/A/		
Matos de Dentro, 05/A/		
Matos do Inácio, 03/A/	(Cova da Areia)	
Matos Novos, 02/A/		
Matos da Palheira Alva, 07/A/	Matos da Palheira Alva (Vale da Seca), 07/A/	
Matos da Vessada, 07/A/		
Matrimónio, 09/A/		
Meães, 09/A/		
Medela, 01/A/		
Meio da Gândara, 09/A/		
Mêlhera, 02/A/	(Por Milheira?)	

Merendeira , 05/A/		
Milão , 05/A/	(Por Milhão?)	
Milheiriça , 04/A/		
Moacha , 05	Muacha, 05/A/	
Moinho , (sítio do), /I/	(em Vilar), /I, 1556/	
Moinho do Carvalho , 09/A/		
Moinho do Gago , 09/A/		
Moinho de Vento , 09/A/		
Moinho de Vilarinho , 02/G/	molendino de uillario, /G, 1228/	
Moinhos , 09/A/	Moinho, 09/A/	
Moirão , 09/A/		
Moirinho , 01/A/	Moirinhos, 01/A/	
Moita , 04, 05, 08/A/E/G/H/I/K/N/S/V/Ze/Zf/	Moita, /G, 1488/ Mouta, /N, 1616/K, 1721/S/Ze/ lugar da Mouta, /Zc/	mioita, /I, 1556/ Moita, /V, c.1870/
Moita da Mamoa , /G/	Mouta da Mamua, /G, 1106/	
Moital , 09/A/		
Moitas , 05/Ze/Zf/	Moutas, 05/Ze/	Moitas, 05/Zf/
Molareira , 05/A/	Molareiras, 05/A/	Moleiras, 05/A/
Moliçal , 03/A/		
Moliçal , 08/A/		
Moliçal da Sobreira , 03/A/		
Moliceira , 04/A/		
Moncócas , 05/A/		
Monte , 02/A/C/		
Monte , 04/A/V/W/	(Terrenos argilosos a mato e pinheiro), /W/	
Monte , 05/A/T/	munte, mute, mote, monte, /T, 1446/	
Monte , 08/A/	(Oliveirinha)	
Monte da Atalaia , 02/A/	Monte da Atalaian, 02/A/	
Monte de Carcavelos , 03/A/		
Monte de Eixo , 04/A/		
Monte Farinha , 10/A/C/G, 1515/		
Monte Gordo , 09/A/		
Monte do Meio Chão , 02/C/	Monte Machão, 02/A/ Monte Munchão, 02/A/ Monte do Meio (Cacia), 02/A/	Monte Muchão, 02/A/ Monte do Meio, 02/A/
Monte Mundrão , 02/A/	(Por Muchão?: má grafia ou má leitura?)	
Monte Negro , 09/A/		
Monte Novo , 05/A/E/		
Monte do Paço , 05/A/C/		
Monte Redondo , 02/A/		
Monte de Sarrazola , 02/A/		
Monte da Silveira , 08/A/E/S/	Monte Sylveyro, Monte Silveyro, /S/	
Monte de Sito ou Picoto , 08/A/		
Monte de Vilarinho , 02/A/		

Montes Largos de Freixo, 07/A/		
Mor, 02/A/		
Morraçal, 02	Murraçal, 02/A/	Murraçal (Póvoa), 02/A/
Morraçal, 08	Borraçal, valle do, 08/G, 1488/	
Morraçal, 09	Murraçal, 09/A/	
Morraças, 05	Murraças, 05/A/	
Morraceira, 02	Murraceira e Toupinho, 02/A/	Murraceira (Sítio da), 02/A/C/
Mortal, 07/F/		
Mortal, 09/A/		
Mortório, 01/A/	Murtório, 01/A/	
Mortório, 02/A/		
Mortório, 03/A/	Murtório, 03/A/	
Mortório, 04	Murtório, 04/A/	
Mortório, 05/A/	Mortuórios, 05/A/	
Mortório, 06/I/	Mortorio junto de Villar, /I, 1556/	
Mosqueira, 05/T/	mosqueira, /T, 1446/ [Existe uma Maria Mosqueira, proprietária]	
Murcainha, 02/A/		
Murcainho, 02/A/	Murcainho (Sarrazola), 02/A/	
Murta, 06/A/I/	(Vilar)	/I, 1556/
Murta Velha, 08/A/		
Murtas, 08/A/		
NARIZ, 07/A/F/S/W/Z/Zc/Ze/Zf/	Couto de Nariz, /S/ lugar de Nariz, /Zc/	Nariz, /Z/
Nossa Senhora da Ajuda, 06/U/		
Nossa Senhora das Dores, 01/E/	(Verdemilho)	
Nossa Senhora da Graça, 04/E/		
Nossa Senhora das Neves, 02/S/	(Ver Cabecinho das Neves)	
Olarias, 06/A/S/U	Bairro das Olarias, /U/	
Olhão, 08/A/	(Quintãs)	
Olho de Água, 01/A/		
Olho de Água, 05/A/		
Olhos da Azenha, 09/E/		
Oliveira, 02/A/	Oliveira (Sarrazola), 02/A/	
Oliveira, 01/A/	(Bonsucesso)	
Oliveira Queimada, 08/E/		
Oliveiras, 05/T/	oliueiras, /T, 1446/	
OLIVEIRINHA, 08/A/E/H/J/K/S/V/W/Ze/Zf/	oliuejrinha, /H, 1791/ oLieveirinha, /K, 1721/	Oliveirinha, /J/ Oliveyrinha, Oliueyrinha, /S/
Ourô, 01/A/E/	(Ver Eirô), 01/A/ Ourô (Zona alagada), 01/A/	Ourô (Q. do Ribeiro), 01/A/ Oirô, 01/E/
Outeirinho, 01/A/U/	Outeitinho, 01/A/	
Outeirinho Redondo, 07/A/		
Outeiro, 02/C/		
Outeiro, 03/A/	Outeiros, 03/A/	
Outeiro, 04/A/E/V/	(zona de muita água), /V/	

Outeiro , 05/A/T/	outeiro, outeyro, /T, 1446/	
Outeiro , 09/A/		
Outeiro de Azurva , 04/S/	Outeyro de Azurua	
Outeiro da Capela , 05/T/	outeiro da capella, /T, 1446/	
Outeiro da Fonte , 04/A/		
Outeiro Gordo , 07/A/	Outeiro Gordo (Verba), 07/A/	
Outeiro do Redoiro , 05/T/	outeiro do rredero, ... rredoiro, /T, 1446/	
Outeiro de S. Sebastião , 05/A/		
Outeiros da Taipa , 09/A/		
Pacheca , 06/A/	(Vilar)	
Paço , 05/A/C/K/Zc/Ze/Zf/	Senhora do Passo (lugar), / K, 1721; Zc/	
Paço , 09/A/		
Padeira da Costa , 08/A/		
Padrão , 02/A/		
Paio Mouro (sítio de), 06/I/	Payo Mouro (Vilar), /I, 1556/	
Paizião , 07/A/		
Palhacana , 10/C/	Palha Canas (Rib ^a de Esgueira), 05/A/	Palha Corras, 10/A/
Palhaça , 05/A/		
Palhagueira , 03/A/		
Palhais , 09/A/	Palhal, 09/A/	
Palhal da Fonte Velha , 07/A/	(Verba)	
Palhas , 01/A/		
Palhas , 10/A/		
Palheira Alva , 07/A/		
Paloia , 04/A/		
Pamplona , 10	Pampelona, 10/A/	
Pano , 09/A/		
Par da Vila , 05/T/	/T, 1446/	
Paradas , 01/A/	Paradas (Q. do Picado), 01/A/	
Paradas , 08/A/S/	Paradas das Quintãs, 08/A/ Parada (Costa do Valado), S/	Parada das Quintãs, 08/A/
Paraíso , 06/A/S/	(Ver Lago do Paraíso)	Paraizo, /S/
Paraíso do Fundo , 06/A/		
Pardal , 05/A/		
Pardinho , 01/S/		
Parede , 08/S/	(Costa do Valado)	
Parracha , 02/A/		
Parrachil , 05/A/		
Parrona , 08/A/		
Partilha , 09/A/		
Pasmo [Panso?], 09/A/		
Passadouro , 03/A/		
Passadouro , 05/A/		
Passadouro , 07/A/F/		

Passadouro , 09/A/E/	Passadoiro, 09/A/	
Passadouro , 11/E/	(Mamodeiro)	
Passadouro de São Bento , 08/S/	Pasadouro de S. Bento	
Passagem , 06/A/	Passagem (Ria), 06/A/	
Passal , 01/E/		
Passo de Nível , 05	Paço de Nível, 05/A/	
Pasto , 04/A/V/		
Patas , 02/A/		
Pateira de Fermentelos , 09/E/Zf/	«lagoa» de Fermentelos, /Zf/	
Pateira de Taboeira , 05/Y/		
Pateira de Vilarinho , 02/C/		
Pateiras , 04/A/E/		
Pateiras , 09/A/		
Patela , 06, 12/A/E/	Patela (Q. do Gato), 06/A/	Patela (S. Bernardo), 06/A/
Patelada , 10/A/	Patelada (Presa), 10/A/	
Património , 09/A/		
Paúis , 04/E/		
Pé de Eirol , 03/A/		
Pé do Frade , 05/A/		
Pedaço , 05/A/T/	pedaços, pedaço, /T, 1446/	
Pedra , 07/A/F/		
Pedra Moura , 01/A/	Pedra Moura (Q. do Picado), 01/A/	
Pedras , 02/A/	Pedras (Cacia), 02/A/	
Pedras de Baixo , 03/A/		
Pedras Bastas ou Horta , 04/A/		
Pedras de Cima , 03/A/		
Pedras Muitas , 09/A/		
Pedregal , 02/A/		
Pedregal , 05	Pedregal, 05/A/	
Pedreira , 01/A/	Pedreira (Verdemilho), 01/A/	
Pedreira , 09/A/	Pedreiras, 09/A/	
Pêga , 06/A/E/G/	/G, 1417/	
Pêgo do Salgueiro , 03/A/		
Pelourinho , 04/A/		
Penacha , 10/A/		
Penedo , 03/A/		
Peneotas , 06/A/	Peneotas (S. Bernardo), 06/A/ Pernotas, 06/A/	Perneotas, 06/A/
Perajorge , 08, 11/A/E/Zf/	Pera jorge, 11/A/	
Pereçoza , /N/Zc/	póvoa de Pereçoza, /Zc, 1689/ (Pedro Sousa?)	/N, 1689/
Pereira , 02/A/	(Póvoa do Paço)	Pereiras (Cacia), 02/A/
Pereira , 06/A/	Pereiras (Vilar), 06/A/	
Pereira , 08/A/		

Pereiro , 04/A/E/		
Pereiro , 05/A/		
Pericos , 02/A/		
Pero Cabeças , 06//S/	Pero Cabeças, /I, 1556/	Pero Cabeco (S. Tiago), /S/
Pêrra , 03/A/		
Pés de Ouros , 04/A/		
Pessegueiro , 03	Pecegueiro, 03/A/	
Pestadas do Rio Águeda , 03/A/	Pestadas do Rio e Estrada Real, 03/A/	
Petigais , 07/A/		
Picada , 07/A/		
Picado , 09, 11/A/E/		
Picota , 04/A/V/W/		
Picoto , 03/A/E/N/Zc/	Picoto ou Carrajão, 03/A/	Póvoa de Picotos, /N, Zc, 1689/
Picoto , 04, 08/A/K/S/V/W/Ze/Zf/	Picoto (Oliveirinha), 08/A/	Picoto, /K, 1721/S/
Pilôta , 01/A/		
Pinhais das Cavadas , 01/A/		
Pinhais das Ribas , 04/A/		
Pinhais da Rita , 04/A/		
Pinhal da Água , 05/E/		
Pinhal Batista , 01/A/		
Pinhal da Forca , 05/A/		
Pinhal dos Lares , 05/A/		
Pinhal do Rato , 01/A/		
Pinhal da Senhora , 09/E/		
Pinhal do Trancas , 05/A/		
Pinhal do Ventura , 06/A/		
Pinheirinho , 01/A/		
Pinheiro Manso , 01/A/		
Pinheiro Manso , 07/A/		
Pinheiro Torto , 02/A/		
Pinheiros , 04/A/		
Pinheiros de Baixo , 03/A/		
Pinheiros de Cima , 03/A/		
Pinheiros Cortados , 09/A/		
Pipa de Figueira , 05/T/	pipa de figeira, pipa de figeyra, /T, 1446/	
Pirâmides , 06/A/		
Pôça , 02/A/G, 1106/	poza, /G, 1106/	
Poças , 07/A/F/		
Poceira , 04/A/		
Poço , 07/A/		
Poço , 09/A/		
Poço do Grifo , 04/E/V/W/		
Poço Limpo , 09/A/		
Poço do Pato , 04/E/		

Poços , 02/A/		
Poços , 05/A/		
Poeira , 03/A/		
Poisio de Fora , 05/A/		
Poisios , 02/A/	(Matança)	
Policarpo , 02/A/	(Cacia)	Policarpo (Sítio do), 02/A/
Pomar , 03/A/		
Pomar de Além , 01/A/		
Pombal , 09/A/		
Ponte , 05/A/		
Ponte , 07/A/		
Ponte de Almeara , 03/Zb/Zf/	(ou Ponte da Rata)	Ponte de Almeiar, /Ze/ (Ponte junto à qual o rio Águeda se junta ao rio Vouga, /Zf//)
Ponte do Arredoeiro , 05/T/	ponete do arredoeiro, ... rredoero, ... rredoiro, /T, 1446/	
Ponte das Arrotas , 04/Y/	(parte da Ponte de S. João de Loure, sobre a Vala do Rosário)	
Ponte de Azurva , 04/A/		
Ponte da Balsa , 04/V/		
Ponte da Dobadoura , 06/A/Q/Y/	Ponte da Debadoura, /Q, 1732/	Ponte da Dobadoira, /Y/
Ponte do Engenho , 01/A/		
Ponte do Esteiro , 06/Ílhavo/Y/	(Antiga ponte de madeira; ou Ponte da Gafanha), /Y/	
Ponte do Estrepeiro , 05/V/W/		
Ponte de Francisco Matoso , 04/Y/	(ou Ponte de S. João de Loure), /Y/	
Ponte da Gafanha , 06/A/C/Y/	(ou Ponte do Esteiro), /Y/	
Ponte da Lagoela , 04/V/		
Ponte do Pano , 09/Y/Ze/	Porto (?) de Pano, /Ze/	
Ponte de Pau , 01/A/	(Verdemilho)	Ponte de S. Pedro, 01/A/
Ponte da Rata , 03/A/E/U/W/	(Ver: Ponte de Almeara)	
Ponte de Requeixo , 09/A/Zf/	(Ponte junto à qual o rio Águeda se junta ao rio Cértima, /Zf/)	
Ponte de São Gonçalo , 10		
Ponte de São João de Loure , 04/W/Y/	(ou de Francisco Matoso), /Y/	
Ponte de São Pedro , 01/A/J/U/	Ponte de Pau (verdemilho, 01/A/	Ponte de S. Pedro, /J/
Ponte da Vageira , 04/Y/	(Parte da Ponte de S. João de Loure, sobre a Vageira)	
Ponte Velha , 03/A/		
Ponte Velha , 09/A/		
Ponte da Vessada , 07/A/Zc/	lugar da Ponte das Vessadas, /Zc/	
Pontes dos Arcos , 06, 10/Y/		
Porreiras , 05/A/		
Porta da Custódia , 05/A/		
Portal da Agra , 05/T/	portall da agraa, ...agra, /T, 1446/	
Portal do Ciborro , 05/T/	portall do cjborro, /T, 1446/	
Portal das Roçadas , 05/T/	portall das Roçadas, ... rroçadas, /T, 1446/	
Portelas , 03/A/		
Portinho , 08/A/E/		
Portinho , 09/A/		

Portinhos , 04/A/		
Porto da Água da Granja , /G/	porto da Agoa da Granja, /G, 1488/	
Porto de Carcavelos , 03/A/		
Porto do Cervo , 01/G, 1431/	porto do seruo, porto do ceruo, /G, 1431/	
Porto de Eixo , 05/T/	porto de eyxo, ... eixo, /T, 1446/	
Porto de Ílhavo , 07/A/F/Zf/	Porto de Ílhavo (Nariz), 07/A/	
Porto da Queda , 04, 05/A/E/		
Portos , 09/A/		
Pousio , 09/A/	Pousios, 09/A/	
Pousios da Gândara , 07/A/		
Póvoa do Arrujo , 04/G/	(Ver: Arrujo), /G, 1516/	
Póvoa do Paço , 02/A/C/	Póvoa, 02/Ze/Zf/	
Póvoa do Picado , 01/Zc/	lugar da ..., /Zc/	(Ver: Quinta do Picado)
Póvoa de Sanguinheira 09/N, Zc/	Ver: Sanguinheira	
Póvoa do Valado , 09, 11 /A/E/H/K/N/S/V/Y/Z/Zc/Ze/ Zf/	Pouoa de Vallade, /H/S/ Povoa, /N, Zc/	Póvoa, 09/A/Ze/ Povoa de Valade, /Z/ Póvoa do Valado, /Y/
Praça da Palha , 08/A/	(por Braça da Palha?)	
Pragal , 10/B/		
Praia da Areia , 02/A/		
Praia da Cruz , 10/L/U/	(ou Praia do Junco, no Canal de S. Roque, frente à Rua do Vento)	
Praia do Junco , 10/U/	(ou Praia da Cruz)	
Praia de Lavacos , 10/B/	(Ria)	
Praia de Maçaricos , 02/A/	(Vilarinho)	
Praia de São Jacinto , 14/B/		
Praia dos Sovacos , 10/A/	Ver "Lavacos"	
Praia das Tomásias , 10/A/		
Praias , 04/E/		
Prais de Esgueira , 05/A/		
Prais da Mata , 06/A/	(Vilar)	
Prazinhos , 05/A/		
Prazo dos Covões , 03/A/		
Prazo da Granja , 08/N/	(ou prazo da água da Granja), /N, 1488/ ; terrenos maninhos com cursos de água	
Prazo do Viso	(Ver: Quinta do Solposto)	
Presas , 02/A/		
Presas , 04/E/	(Em Azurva)	
Presas , 05/A/		
Presas , 06, 12/A/E/Zc/Zf/	lugar da Preza pequena, /Zc/	
Presas , 09/A/		
Presas , 10/A/U/Zf/	Presas Pequena, /Zf/	
Presas de Aradas , 01/G/J/	pressas da aRada, /G, 1431/	presas darada, /G, 1431/
Presas de Taboeira , 05/A/		
Progotinhos , 05/A/		
Promaceira , 01, 06/A/G/I/S/X/	Pomaceira, 06/A/ Pero Macieyra, /I, 1556/	pero maçeeira, /G, 1459/ Pero Maceyra, /S/

Promaio, 02/A/		
Puxadoiro, /G/	marinha ... que iaz no Puxadoiro, /G, 1417/	
Quartas, 03/A/		
Quartos, 05/A/		
Quartos do Eramão, 05/A/		
Quartos do Poço, 05/A/		
Quartos dos Portos, 05/A/		
Quartos da Taboeira, 05/A/		
Quebrada, 02/A/	Quebrada (Cacia), 02/A/	
Queimada, 03/A/	Queimadas, 03/A/	
Queimada, 04/A/		
Queimadas, 02/A/C/	Queimada, 02/A/	
Queimado, 01/A/		
Queimado, 05/A/		
Queiroal, 03/A/		
Quinchoso, 03/A/		
Quinchoso, 09/A/		
Quinhão, 03/A/		
Quinta, 02/A/	(Vilarinho)	
Quinta, 03/A/		
Quinta, 04/A/	(Eixo)	
Quinta, 08/A/		
Quinta, 11/E/		
Quinta do Ajudante, 06/A/		
Quinta do Albino, 04/A/		
Quinta da Apresentação, 10/A/	(Aveiro)	
Quinta do Aranha, 02/A/		
Quinta de Aveiro, 08/A/		
Quinta da Azenha, 02/A/		
Quinta do Barbas, 05, 12/A/E/		
Quinta do Bento, 09, 11/A/E/		
Quinta das Bicas, 02/A/	Quinta dos Bicos (Q ^{tã} do Loureiro), 02/A/	Quinta dos Bicos, 02/A/
Quinta da Boavista, 01/U/	Quinta da Boa Vista	
Quinta do Branco, 04/A/E/		
Quinta do Branco, 14/B/		
Quinta do Brás, 01/A/		
Quinta da Caçadeira, 05/A/		
Quinta do Cação, 05/A/		
Quinta da Caldeira, 05/E/		
Quinta da Calista, 05/A/		
Quinta do Camorça, 05/A/		
Quinta da Cardadeira, 05/A/	Quintas das Cardadeiras, 05/A/	
Quinta da Cardoso, 01/A/		
Quinta da Casa, 01/A/		

Quinta do Casal , 01/E/		
Quinta da Catarina , 05/A/		
Quinta de Cima , 05/A/		
Quinta de Cima , 08/A/		
Quinta do Codia , 04/A/		
Quinta da Condessa , 05/E/		
Quinta do Corim , 06	(Corvim: corrupção de Corim; ver Corim)	Quinta do Corvim (S. Tiago), 06/E/
Quinta da Cunha , 06/A/	Quinta do Cunha (S. Bernardo), 06/A/	Quinta do Cunha, 06/A/
Quinta do Egas , 14/B/		
Quinta de Esgueira , 05/A/	Quintas de Esgueira, 05/A/	
Quinta do Fandango , 05/E/		
Quinta da Ferreira , 04/A/		
Quinta da Fonseca , 01/A/		
Quinta da Fonte , 02/A/		
Quinta do Forno , 01/A/		
Quinta do Forte , 01/A/	Quinta do Forte (Bonsucesso), 01/A/	
Quinta de Francisco António , 06/S/	(atrás do muro, indo para S. Antonio), /S/	
Quinta do Freire , 05/A/		
Quinta do Galego , 05/A/		
Quinta do Galego , 08/A/		
Quinta da Galinha , 05, 12/A/E/		
Quinta da Gândara , 08/A/		
Quinta do Gato , 05, 06, 10, 12/A/E/R/U/Zc/Zf/	Quinta do Gatto, /R, 1733/	lugar da Quinta do Gato, /Zc/
Quinta dos Gomes , 06/A/	(S. Bernardo)	Quintas dos Gomes, 06/A/
Quinta dos Herdeiros , 09/A/		
Quinta do Judeu , 03/A/		
Quinta do Lar , 05/E/		
Quinta da Lebre , 09/A/E/		
Quinta dos Lers , 05/A/		
Quinta da Luisa das Cruzes , 04/A/	Quinta da Luisa de Cruz, 04/A/	
Quinta da Malhada , 09/A/		
Quinta da Mandanta , 02/A/	Quinta do Mandante (Sarrazola), 02/A/	Quinta do Mandante, 02/A/
Quinta do Marco , 04/A/		
Quinta da Mata , /H/	quinta da mata, /H/	
Quinta do Melo , 04/A/		
Quinta dos Melões , 08/S/	Quinta dos Melloeis (Oliveirinha), /S/	
Quinta do Mesma , 04/A/		
Quinta do Miguel , 14/B/		
Quinta do Moinho , 04/A/		
Quinta da Moita , /H/	Quinta da moita, /H/	
Quinta do Moleiro , 02/A/		
Quinta do Monte Silveiro , 08/S/	Silveyro, /S/	
Quinta do Morais , 05/A/	Quinta dos Morais, 05/A/	
Quinta do Muro , 09/A/		

Quinta da Neta , 09/A/		
Quinta Nova , 01/A/		
Quinta Nova , 05/A/		
Quinta Nova , 06/A/	(Q. do Gato)	
Quinta Nova , 08/A/S/	Quinta Noua (Costa do Valado), /S/	
Quinta do Olhão , 08/A/		
Quinta da Oliveira , 01/A/	Quinta da Oliveira (Amarôna), 01/A/	
Quinta da Oliveirinha , 08/M/	/M, ± 1600/	
Quinta do Outeiro , 11/Y/	(na Póvoa do Valado)	
Quinta do Padre Ferreira , 04/A/		
Quinta da Paiva , 08/A/		
Quinta da Pateira , 06/A/		
Quinta da Patela , 06/A/		
Quinta do Picado , 01/A/E/H/J/K/U/Zc/Zf/	Pouoa do Picado (lugar), /Zc/	quinta do Picado, /H, 1791/K, 1758/
Quinta do Pinheiro , 06/A/Zf/		
Quinta do Prego (?), /H/	Quinta do pergro, /H/	
Quinta da Prêsa , 06/A/		
Quinta da Queimada , 05/C/		
Quinta da Quinta , 05/A/		
Quinta do Ramalho , 01/A/		
Quinta do Raso , 08/A/		
Quinta do Rebocho , 10/E/		
Quinta do Ribeiro , 01/E/		
Quinta Rôta , 06/A/	(Q. do Gato)	
Quinta do Sanguinheiro , 04/A/		
Quinta dos Santos Mártires , 06/L/		
Quinta de São Bartolomeu , 01/S/	Bartholameu	
Quinta de São Francisco , 04/E/W/		
Quinta da Sapateira , 05/S/		
Quinta do Serrado , 05/A/		
Quinta do Simão , 05/A/C/K/S/	quinta de S. ^{to} Simaõ, /K, 1721/	Quinta de São Simão, /S,/
Quinta do Síndico , 08/E/		
Quinta do Sino , 08/A/		
Quinta da Sobreira , 04/A/V/		
Quinta do Sol , 08/A/		
Quinta do Solposto , 12/R/	/R, 1653, 1733/ (ou Quinta do Viso, ou Prazo do Viso, ou Quinta de Afonso de Araújo)	
Quinta da Suzana , 04/A/		
Quinta da Taboeira , 05/A/		
Quinta do Torto , 05, 12/A/E/R/	Quinta do tortto, /R, 1733/	
Quinta do Vale dos Ferreiros , 04/A/		
Quinta do Vale do Suão , 04/V/	(actual Quinta de S. Francisco)	
Quinta da Velha , 04/A/E/V/	Quinta Velha, /V/	
Quinta Velha , 08/A/		

Quinta Velha 10/A/		
Quinta do Vilar , 06/A/	Quintas de Vilar (Q. do Gato), 06/A/	
Quinta do Viso , 12/R/	(Ver: Quinta do Solposto)	
Quintã , 01/A/		
Quintã , 09/A/		
Quintã do Loureiro , 02/A/C/K/Zc/Ze/Zf/	lugar do Loureiro, /Zc/ quintã, /A; K, 1721/	quinta de Loureiro, /K, 1721/
Quintal da Eira , 06/A/	(S.Bernardo)	
Quintarola , 10/A/		
Quintas , 01/A/		
Quintas , 02/A/		
Quintas , 04/E/		
Quintas , 05/A/		
Quintas , 07/A/		
Quintas , 08/A/		
Quintas , 09, 11/A/E/	(Quinta; Quintas, Mamodeiro)	
Quintas do Porto de Ílhavo , 07/A/		
Quintãs , 07/A/		
Quintãs , 08/A/E/S/V/Zc/Zf/	lugar das Quintans, /Zc/ Quintaãs, ou Madrugas, /K, 1758/	Quintans, /S/ quintam, /H, 1791/
Quintãs de Eixo , 08/A/		
Quintãs de Gonçalo Gonçalves , 08/N/S/Zc/	Quintas de ..., /Zc/	/N, 1689/S/
Quintãs do Salgueiro , 08/N/Zc/	lugar das Quintas do Salgueiro, /Zc/	/N, 1689/
Quintela , 04/A/		
Quintilha , 04/A/	(Sobreiro)	
Rabães , 06/I/	Poztigo da Rabaiz, /I, 1556/	
Rabo da Maça , 05/A/		
Rabo da Naça , 04/A/		
Ramal , 09/A/		
Ramal , 06/A/	(S. Bernardo)	
Ramal do Castelo , 06/A/	(S.Bernardo)	
Ramal da Costa do Valado , 08/A/S/	Ramal (Costa do Valado), /S/ Ramal do Costa, 08/A/	Ramal da Costa, 08/A/
Ramalhão , 01/A/		
Ramalheiro , 07/A/Zf/	Ramalheira, 07/F/	
Ramalhinhos , 04/A/		
Ramalhôa , 01/A/		
Ramas , 07/A/		
Ramelada , 02/A/	Rameladas, 02/A/	
Rapada , 05/A/		
Rapadeiro , 08/A/		
Rapadura , 01/A/	Rapadura (Q. do Picado), 01/A/	
Raposa , 05/A/		
Raposa , 08/A/		
Raralha , 03/A/		

Rascoa , 02/A/	Rascõa (Sítio da), Vilarinho, 02/A/	
Raso , 04/A/		
Raso , 05/A/		
Raso , 08/A/	(Planalto a ± 53 m. altitude) Raso (Limite das Quintãs), 08/A/	Rasos, 08/E/
Raso , 09/A/E/		
Raso de Azurva , 05, 04/A/E/		
Raso do Carrajão , 03/A/		
Raso das Covas , 04/A/		
Raso dos Covões , 03/A/		
Raso de Fora , 09/A/		
Raso das Forcadelas , 04	Raso das Torcadelas, 04/A/	
Raso Grande , 05/A/		
Raso dos Outeiros , 03/A/		
Raso das Pedras , 09/A/		
Raso da Queimada , 03/A/		
Raso da Quinta do Judeu , 03/A/		
Raso das Quintas , 03/A/		
Raso de S. Pedro , 05/A/		
Raso da Sobreira , 03/A/		
Raspões , 09/A/		
Ratos, vinha dos , 05/T/	rratos, /T, 1446/	
Recanto , 01/A/		
Redemoinho (sítio), 06?/I/	Redemoinho, /I, 1556/	
Redonda , 02/A/	Redondas, 02/A/	
Redondos , 07/A/		
Refuga , 05/A/		
Regato , 02/A/		
Rego , 02/A/		
Rego , 04/A/V/		
Rego , 05/A/		
Rego , 08/A/		
Rego do Bacelo , 09/A/		
Rego das Canas , 01/A/	rêgo das Camas (Bonsucesso), /J/	
Rego dos Freixos , 07, 11/F/		
Rego da Gândara , 09/A/		
Rego da Igreja , 09/A/		
Rego do Salgueiro , 03/A/		
Rego do Seixo , 03/A/		
Rego da Venda , 04, 08/A/E/S/V/Z/Zf/	(Domingos André Rego; Manuel João do Rego, da Venda), /S, séc. XVIII) Augoa da Vêda, /Z/	Rego da Venda, /S/
Rego de Verba , 07/A/		
Regueira do Amoroso , 10/C/		
Regueira da Cruz , 02/A/	Rigueira da Cruz, 02/A/	

Regueira da Gaivota , 10/B/		
Regueira Galega , 10/C/		
Regueira do Gramatal , 02/C/		
Regueira do Loureiro , 10/C/		
Reguinho , 01/A/	Reguinho (Bonsucesso), 01/A/	Reguinho (Q. Picado), 01/A/
Relva da Arrabeia , 09/A/		
Relva dos Saltos , 09/A/		
Relvada , 09/A/		
Relvadas , 07/A/	Relvas, 07/A/	
Relvados , 08/A/		
Relvão de Verba , 07/A/		
Remôlha , 09/A/		
Repoutins , 07/A/		
REQUEIXO , 09 /A/E/G/K/N/S/U/V/Za/Zc/Ze/Zf/	Requeixo, /Za, 1202/ Requeixho, /G, 1321/ Requeixo, /Z/	Requexo, /G, 1220/ Requeyxo, /G, 1282/S/ lugar de Requeixo, /Zc/
Resende , 02/A/		
Restevas do Ruivo , 01/A/		
Retortos , 04/A/		
Ria de Aveiro , 01, 02, 06, 10, 14/A/B		
Ribas , 04/A/	Tubo ou Ribas, 04/A/	
Ribas , 05/T/	rrjbas, /T, 1446/	
Ribeira , 02/A/		
Ribeira , 07/A/		
Ribeira , /H/L/	(Aveiro)	
Ribeira da Azenha , 02/A/		
Ribeira da Canisieira , 04/V/W/	Ribeiro da Canasieira, /W/	
Ribeira da Fonte , 05/A/		
Ribeira da Horta , 05, 04, 08/A/E/		
Ribeira do Paço , 02, 05/C/		
Ribeira da Palha , 07/F/		
Ribeira da Silha de Verba , 07	Ribeira da Cilha de Verba, 07/A/	
Ribeiras , 01/A/		
Ribeirinho , 02/A/	(Q ^{tã} do Loureiro)	
Ribeirinho , 04/A/E/V/		
Ribeirinho , 07/A/F/		
Ribeirinho , 09/A/		
Ribeiro , 03/A/		
Ribeiro , 04/A/V/	(o mesmo que Ribeiro da Horta) /V/	
Ribeiro , 05/T/	rribeiro, rrjbeiro, rebeiro, /T, 1446/	
Ribeiro , 06/L	(aterrado; Santos Mártires)	
Ribeiro , 07/A/		
Ribeiro , 08/S/	Ribeyro, Costa do Valado (ao Pasadouro de Sam Bento; a bayxo de S. Bento), /S,/	
Ribeiro , 10/A/		

Ribeiro do Alqueirinho , 01/A/		
Ribeiro de Arada , 01/A/G/H/	Rjbejro darada, /G, 1431/	
Ribeiro de Arrota , 04/A/		
Ribeiro de Arrujo , 04/A/		
Ribeiro da Azenha , 05/A/		
Ribeiro de Horta , 04/A/		
Ribeiro de Lamamá , 02/A/		
Ribeiro Largo , 09/A/		
Ribeiro Longo , 09/A/		
Ribeiro do Outeiro Gordo , 07/A/		
Ribeiro do Pano , 07/F/		
Ribeiro do Porto de Ílhavo , 07/A/	(Frada)	
Ribeiro do Povo , 04/A/		
Ribeiro do Sapata , 05/A/		
Ribeiro Seco , 05/A/		
Ribeiro da Várzea de S. Bento , 08/A/		
Ribeiro de Vilarinho , 02/A/		
Ribeiro do Viriato , 02/A/	(Vilarinho)	
Ribeiros de Aradas , 01/A/	Ribeiros, 01/A/	
Ribeiros da Azurva , 05/A/	Ribeiros, 05/A/	
Ribeiros do Camarnal , 04/A/	Ribeiro do Carnaval, 04/A/	
Ribeiros de Cima , 03/A/		
Ribeiros do Rio , 08/A/		
Ribeiros de Verba , 07/A/		
Ricos , 03/A/	(Areal Campo)	
Rio , 06, 10/Q/	Rio desta villa d Auejro, /Q, 1745/ (ou Canal das Pirâmides, ou Cale da Vila ...)	
Rio da Cacia , 02/G/	/G, 1363/	
Rio das Cavas , 01/A/		
Rio Doce , 10/Y/	(Foz do Vouga)	
Rio Largo , 07/F/		
Rio das Mós , 02/C/		
Rio Novo ou Cale do Espinheiro , /C/		
Rio Novo do Príncipe , 02/Y/		
Rio do Roxo (Vilar), 06/A/		
Rio Velho , 02/C/Y/		
Rio Velho , 03/A/		
Rio Vouga , 02/10/C/	(Ver: Vouga)	
Riza , 05/A/		
Rizo , 03/A/		
Robalos , 03/A/		
Roçadas , 01/S/	Rosadas (Verdemilho)	
Roçadas , 05/A/T	Rossadas, 05/A/	Roçadas, rroçadas, /T, 1446/
Roçadas , 07/F/		
Roçadas do Norte , 06/I/	rosadaz do norte (Vilar?), /I, 1556/	

Roçadinhas , 02	Rossadinhas, 02/A/	Russadinhas, 02/A/
Roceira , 07/F/		
Roda , 04/A/		
Rodas , 09/A/		
Rodêlo , 01/A/		
Rodêlo , 03/A/		
Rodêlo , 05/A/T/	rrodello, rrodelos, rredello, /T, 1446/	
Rodelo , 09/A/		
Rodêlos , 02/A/		
Ronca , 02	Rouca, 02/A/	
Roncalheiro , 07	Roucalheiro, 07/A/	
Ronheiras de Carcavelos , 03/A/		
Roque , 07/A/F/	Roque de Nariz, 07/A/	
Rosa , 02/A/		
Rosado Camarnal , 04/A/		
Rosário , 03	Rossário, 03/A/	
Roseira , 02/A/	Rosaria, 02/A/	
Rossio , 04	Rocio (Horta), 04/A/	
Rossio , 10/E/L/U/	Rocio, /L/	
Rua do Adro de Baixo , 04/A/		
Rua do Adro de Cima , 04/A/		
Rua da Agra , 02/A/	(Cacia)	
Rua da Alagoela (Eixo), 04/A/	Rua da Alaguela, 04/A/	
Rua da Amarôna , 01/A/		
Rua do Areal , 02/A/		
Rua do Arinho , 05/A/		
Rua da Arrochela , 06/A/L/	Arroxelha, /L/	
Rua das Arrotas Novas , 04/A/		
Rua Baixa , 02/A/		
Rua da Balsa , 04	Rua da Balça, 04/A/	
Rua das Barcas , 06/A/		
Rua do Barreiro , 02/A/		
Rua do Barreiro , 04/A/		
Rua do Barronau , 04/A/	(Ver: Barrimau)	(Eixo)
Rua da Bombarda , 10/A/	(Presca)	
Rua do Buragal , 01/A/	(Ver: Buragal)	
Rua do Cabeço , 08/A/	Rua do Cabeço (Quintãs), 08/A/	
Rua do Cabo , 03/A/	Rua do Cabo de Eirol, 03/A/	
Rua do Canastro , 10/A/		
Rua da Cancela , 02/A/Zf/		
Rua da Capela , 01/A/		
Rua da Capela , 02/A/		
Rua da Capela , 01/A/	(Bonsucesso)	
Rua do Carreiro , 06/A/		

Rua do Carril, 03/A/	Rua do Barril, 03/A/	
Rua do Carril, 10/A/		
Rua do Casal, 04/A/		
Rua Cega, 01/A/U/Zf/	Rua Cega (Aradas), 01/A/	
Rua Cega, 06/A/	Rua Cega (S. Bernardo), 06/A/	
Rua Cega, 06/A/	(S. Sebastião)	
Rua do Celeiro, 05/A/		
Rua das Cercas, 02/A/	Rua das Cercas (Vilarinho), 02/A/	
Rua do Coimbrão, 01/A/	(Ver: Coimbrão)/A/	
Rua da Congosta, 05/A/		
Rua da Corredoura, 06/A/		
Rua da Costeira, 06/A/		
Rua do Cruzeiro, 03/A/		
Rua Direita, 01/A/	(Aradas)	
Rua Direita, 01/A/	(Bonsucesso)	
Rua Direita, 01/A/	(Cavadas)	
Rua Direita, 01/A/	(Quinta do Picado)	
Rua Direita, 01/A/	(Valinhos)	
Rua Direita, 04/W/	/W/	
Rua Direita, 06/S/	(Aveiro)	Rua Direyta, /S/
Rua Direita, 08/A/	(Quintãs)	
Rua Direita, 09/A/		
Rua Direita da Ribeira, 02/A/		
Rua do Espírito Santo, 02/A/		
Rua do Espírito Santo, 06/A/Zf/		
Rua da Estação, 10/A/		
Rua da Fábrica, 06/A/		
Rua da Feira, 08/A/	(Oliveirinha)	
Rua da Fonte, 02/Zf/		
Rua da Fonte, 08/A/	Rua da Fonte (Quintãs), 08/A/	
Rua da Fonte Nova, 06/A/		
Rua da Fonte da Póvoa, 02/A/		
Rua da Granja, 10/A/		
Rua da Igreja, 01	Rua da Igreja, 01/A/	
Rua da Igreja, 08	Rua da Igreja, 08/A/	
Rua da Lavoura, 03/A/		
Rua da Lavoura de Cima, 03/A/		
Rua do Leiral, 02/A/	(Vilarinho)	
Rua dos Louros, 01/A/	(Q. do Picado)	
Rua do Malhadal, 02/A/		
Rua do Marco, 06/A/	(S. Bernardo)	
Rua do Matoito, 04/A/	(Ver: Matoito)/A/	
Rua dos Melões, 08/A/		
Rua Nova, 06/A/		

Rua Nova de Cacia , 02/A/	Rua Nova de Cima , 02/A/	Rua Nova , 02/A/
Rua das Olarias , 06/A/	(Ver: Olarias)	
Rua do Outeiro Becada , 04/A/	Rua do Outeiro , 04/A/	
Rua do Paço , 01/A/		
Rua do Passeio , 03/A/		
Rua do Pedregal , 02/A/		
Rua do Peloirinho , 04/A/		
Rua do Pereiro , 06/A/		
Rua do Picado , 01/A/	(Rapadura)	
Rua da Picôta , 04/A/		
Rua do Pinhal , 08/A/		
Rua das Poças , 09/A/	Rua dos Poços , 09/A/	
Rua do Poço , 01/A/		
Rua do Rato , 06/A/		
Rua do Rego , 04/A/	Rua do Rego (Roda) , 04/A/	
Rua da Residência , 03/A/		
Rua da Ribeira , 02/A/	Rua da Ribeira do Paço , 02/A/	
Rua de Sá , 10/A/	(Ver: Sá)	
Rua do Santo , 02/A/	Rua do Santo (Vilarinho) , 02/A/	
Rua de Santo António , 02/A/		
Rua de Santo António , 06/A/Zf/		
Rua de São Martinho , 06/A/Zf/		
Rua de São Paulo , 10/S/		
Rua de São Sebastião , 04/A/		
Rua de São Sebastião , 06/A/Zf/		
Rua do Seixal , 10/A/Zf/	(Ver: Seixal)	
Rua da Senhora , 01/A/Zf/		
Rua da Senhora da Graça , 04/A/	(Cruzes)	
Rua da Simaldeia , 03/A/		
Rua do Sol , 01/A/		
Rua do Sol , 08/A/		
Rua do Sol , 10/A/		
Rua do Vento , 10/A/		
Ruripa do Rio Vouga , 03/A/	(à Barca de Alquerubim)	
Sá , 10/G/H/K/O/S/U/Zc/Ze/Zf/	(Actual Rua de Sá) Sáá, /G, 1146, 1168, 1328/ Saa, /Z/Q, 1745/S/H, 1791/ Sá, /S/K, 1758/H, 1791/	Sala, /G, 1050, 1077, 1100/ Saa, /G, 1282, 1309, 1355/ Lugar de Sa, /Zc/ Saá, /K, 1721/S/
Saboaria , 06/A/	(Vilar)	
Sacovão , 01/A/		
Salamontes , 05/T/	salamontes, salamutes, salla montes, salamutos, /T, 1446/	
Saleta , 06/A/	(S. Bernardo)	
Salgueira , 07/A/		
Salgueiral , 02/A/		
Salgueiral , 08/S/	Salgueyral (Costa do Valado)	

Salgueiral , 09/A/		
Salgueirinha , 05/A/		
Salgueiro , 09/A/Ze/	Salgueiro (Mamodeiro), 09/A/	
Salgueiros , 02/A/	Salgueiros (Q ^{tã} do Loureiro), 02/A/	
Salôa , 06/A/	(Vilar)	
Salões , 06/A/	Selões, 06/A/	Salões, 06/A/ (Vilar)
Salreirinhas , 07/A/		
Salvado , 02/A/		
Samarão , 08/A/	(Quintãs)	
Sambro , 03/A/		
Samoucal , 02/A/	Samôcal, 02/A/	
Samouqueira , 02/A/	Samoqueira, 02/A/	
Samouqueira , 04	Samoqueira, /N/	
Samouqueira , 05	Samoqueira, 05/A/	
Samouqueirinha , 02/A/	Samoqueirinha, 02/A/	
Sanguinheira , 04/A/W/		
Sanguinheira , 09/A/E/N/Zc/Ze/Zf/	Póvoa de ..., /N, Zc/	
Sanhal , 09/A/		
Santa Rita , 06/A/	(Vilar)	
Santo Amaro , 06/Zc/	[= Vilar], lugar de Santo Amaro, /Zc/	
Santo António , 06/A/		
Santo António (capela), 07/F/		
Santo António do Rego , 02/A/		
Santos Mártires , 06/A/U/		
São Bento , 08/A/E/S/V/Ze/Zf/		
SÃO BERNARDO , 06, 13/A/E/S/U/Zf/		
SÃO JACINTO , 10, 14/A/B/P/U/Y/	(Ver: Areias)	S. Jacintho, /P/
São João , 01/E/		
São João , 10/L/	(Rossio)	
São Martinho , 06/I/	Saó Martinho, /I, 1556/	
São Paio , 09/A/N/Z/Zc/Ze/Zf/	Sampaio, /Z/	Povoa de São Payo, /N, Zc, 1689/
São Paulo , 03/A/	São Paulo (Carcavelos), 03/A/	São Paulo (Eirol), 03/A/
São Paulo , 10/H/		
São Pedro de Aradas , 01/A/		
São Roque , 10/A/H/L/		
São Sebastião , 04/V/W/	Rua de S. Sebastião, /W/	
São Sebastião , 06/A/H/S/U/		
São Simão Velho , 02/A/		
São Tiago , 03/A/		
São Tiago , 06/A/E/U/		
Sapateira , 05/A/		
Saracuto , 03/A/		
Sargaçal , 02/A/	Sargaçais, 02/C/	
Sargaçal , 06/A/		

Sargaçal , 09/A/		
Sargaçal da Ajuda , 06/A/		
Sargas , 02/A/	Sarjas, 02/A/	
Sargueirinho , 04	Sargeirinho, 04/A/	
Sarrazola , 02/A/C/K/Q/T/Zc/Ze/Zf/	cerazolla, çerazolla, /T, 1446/ lugar de Sarrasolla, /Zc/	Çarrazola /Z/ Sarrazolla, /K, 1721/Q, 1732/
Sarvo (Sítio do), 02/A/		
Saura , 06/A/	(Ria)	
Seara , 09/A/		
Sêca , 04/E/W/	(Terras de sementeira não inundáveis), /W/	
Seibeira , /G/	Seebeira (marinha em), /G, 1417/	
Seixal (lugar de), 10/I/P/U/Zf/	(Aveiro)	
Senhor dos Aflitos , 10/A/		
Senhor das Barrocas , 05, 10/A/E/	(Ver: Barrocas)	
Senhora da Ajuda , 06/A/E/	(Ver: Nossa Senhora da Ajuda)	
Senhora da Alegria , 10/Q/	/Q, 1745/	
Senhora das Areias , 14/B/		
Senhora do Carmo , 01/A/		
Senhora das Febres , 10/E/		
Senhora da Graça , 04/V/W/		
Senhora das Neves , /V/	(Ver: Nossa Senhora das Neves, Cabecinho das Neves)	
Senhora do Passo , 05/K/Zc/	Senhora do Passo (lugar), / K, 1721; Zc/ (ver: Paço)	
Senhora da Saúde , 13/E/		
Senhorio , 05/A/		
Sequio do Amoroso , 10/C/		
Serra de Eixo , 04/V/W/	(Não condiz com a topografia; ou Monte; ou Feira de Eixo), /W/	
Serrenade , 09/A/		
Sião , 06/A/I/	(Vilar) Siaõ, /I, 1556/	Ceaô, /I, 1556/
Silha , 07/A/		
Silha-Sardinha , 04/V/	(Ver: Cilha-Sardinha)	
Silhas , 05/A/		
Silhas , 09/A/		
Silhas da Horta , 04/A/		
Silhas da Vessada , 07/A/F	(Porto de Ílhavo) Silhas da Vessada, 07/A/ Silhas, 07/A/	Cilhas, 07/A/ Cilha, 07/F/
Silhas de Vilar , 06/A/	Cilhas de Vilar, 06/A/	Cilhas (S.Bernardo), 06/A/
Silvaço , 05/A/		
Silval , 08/E/	(marco geodésico)	
Silveira , 03/A/		
Silveira de Sá , 10/Q/	Silueira de Saa, /Q, 1745/	
Silveiro , 05/A/		
Sinqueta , 02/A/		

Sirgueiras , 08/A/		
Soalheiro , 03/A/		
Sobral , 04, 09, 09/A/E/	(Ver: Sobreiral)	
Sobreira , 08/A/	(Granja de Baixo)	
Sobreiral , 09/A/	Sobral, 09/A/	
Sobreirinho , 07/A/		
Sobreiros , 06	Sebreiros, 06/A/	
Solposto , 05, 12/A/E/R/Ze/Zf/	/R, 1653/ (Ver: Quinta do Solposto; 1º empraçamento a favor de Afonso de Araújo)	
Soleira , 05/A/	Soleiro, 05/A/	
Solheira , 01/A/	(Bonsucesso)	Solheiras, 01/A/
Solheira , 08/A/		
Sorte do Paço , 08/A/		
Sorte das Travancas , 03/A/	(Vale do Inferno, Eirol)	
Sortes da Carreira , 03/A/		
Sortes Grandes da Carreira , 03/A/		
Sortes do Monte , 05/A/		
Sortes Pequenas da Banda de Horta , 03/A/		
Sortes de Verba , 07/A/		
Tabalhoado , 04/A/		
Taboeira , 05/A/C/E/G/K/S/T/Z/Zc/Ze/Zf/	Tabueira, 05/C/ Tauoejra, /T, 1446/ lugar de Taboeyra, /Zc/	Tauoeira, /G, 1176/T, 1423/ Taboeira, /Z/ Taboeyra, /S/
Taipa , 09/E/G/H/U/W/Z/Zc/	atápia, /G, 1183/ lugar da Taypa, /Zc/	Taipa (Aldea da), /Z/
Tapada , 03/A/	Tapado, 03/A/	
Tapada , 09/A/	Tapado, 09/A/	
Tapada do Aldinho , 05/A/	Tapada dos Aldinhos, 05/A/	
Tapada de Loure , 05/A/	Tapada de Lure, 05/A/	
Tapada Nova , 05/A/		
Tapada das Tranqueiras , 05	Tapadas das Tanqueiras, 05/A/	Tapada das Franqueiras, 05/A/
Tapadas , 04/E/	Tapado, 04/A/	Tapada do Ribeiro, 04/A/
Tapadas de Eirol , 03/A/	Taipadas de Eirol, 03/A/	
Tapadinho , 08/A/		
Tapados , 07/A/		
Tartinhoso , 09, 11/A/E/		
Tecelôa , 01/A/E/S/	Teselloas, /S/	
Temudas , 10/A/	(Presa)	
Tendeira , 05/A/		
Terços , 05/A/		
Terra de Corras , 10/A/		
Terra Grande , 05/T/	terra graande, /T, 1446/	
Terra dos Melões , 08/A/		
Terra do Rato , 03/A/		
Terra da Velha , 06/I/	terra da Velha (vendaval com estrada para Coimbra), /I, 1556/	

Terras das Agrads , 07/A/		
Terras da Brejeira , 08/S/	terras da Brigeira (Costa do Valado), /S/	
Terras do Carreiro , 02/A/		
Terras da Igreja , 07/A/		
Terras Largas , 05/A/		
Terras da Vessada , 07/A/		
Tesão (Sítio do), 02/A/	Tesão (Sítio do), Vilarinho, 02/A/	
Testada , 02/A/G/	testada, /G, 1407, 1515/	
Testada Norte , 02/C/		
Testadas Sul , 02/C/		
Tojal , 04/A/	Tujal, 04/A/	Togal, /K, 1721/
Tojal , 07/A/		
Tojal , 09/A/		
Tojal de Verba , 07/A/		
Tojeiro , 05/T/	Togeiro, togeyro, /T, 1446/	
Tojo , 04/A/V/	Tojo, Tojos, /V/	
Tomadia das Carreirinhas , 03/A/		
Tomadia da Queimada , 03/A/		
Tomadia do Vale da Fontinha , 03/A/		
Tomadias , 03	Toma Dias, 03/E/	
Torrão de Sama , /M/	/M, 1524/	
Torreão , 08, 11/E/		
Torreão de Verdemilho , 01/A/		
Trancas , 05/A/		
Trapas , 09/A/		
Trás-dos-Aidos , 01/A/		
Trás-dos-Aidos , 04/A/		
Trás-dos-Aidos , 06/L/	Tras dos Aidos	
Trás-dos-Aidos , 08/A/		
Trás-dos-Aidos , 09/A/		
Travessas , 07/A/		
Travessas , 09/A/		
Travilhão , 05/A/		
Trimo Ligoso , 04/A/		
Tronchão , 07/A/		
Tubo ou Gramaxa , 05/A/	Tubo, 05/A/	(Ver: Gramaxa, 05)
Tubo ou Ribas , 04/A/	Tubo, 04/A/ (Ver: Ribas, 04)	
Ucha , 01/A/E/	Ucha (Q. do Picado), 01/A/	
Ucha , 05/A/		
Ucha , 06/A/	Ucha (S. Bernardo), 06/A/	
Ucha , 08/A/		
Ucha Alta , 05/A/		
Ucha Pequena , 05/A/		
Uchas , 09, 11/A/E/		

Urzeiras , 08/A/	Uregieiras, 08/A/	
Vageira , 04/V/		
Vala , 02/A/		
Vala da Eirinha , 04/E/		
Vala da Ermida , /V/		
Vala do Fontão , 07/F/		
Vala da Mata , 04/V/	(actual Vala da Eirinha), /V/	
Vala Nova , 06/L/	(Frente à Capela dos Santos Mártires; parte aterrada)	
Vala Real , 04/V/W/	(Conjunto da Ribeira da Horta, Poço do Grifo e Vala da Ermida, até ao Vouga; começava na Ponte da Granja e ia além de Taboeira), /V/ Valas Reais ou Valas Veias, /W/	
Vala do Rosário , 04/Y/		
Vala Veia , 04/W	Valas Veias ou Valas Reais, /W/	
Valado , 08/G/Z/Zb/Zc/	(actual Costa do Valado) Vallade, /G, 1488/K, 1721/ Valade, /Z/N, 1616, 1689/Zb/	Valadi, /G, 1176, 1183/ lugar de Vallade, /Zc/
Valas , 02/A/	Valas (Q ^{tã} do Loureiro), 02/A/	Valas (Sarrazola), 02/A/
Valbum , 05/A/		
Valduja (Sítio da), 02/A/	Valdujo (Sítio do), Sarrazola, 02/A/	Valdejo (Sítio do), 02/A/
Vale , 01/A/		
Vale , 02/A/	Vales, 02/A/	
Vale , 03/A/		
Vale , 05/A/	Vales, 05/A/	
Vale , 07/A/		
Vale , 08/A/		
Vale , 09/A/		
Vale dos Adobos , 04/A/		
Vale dos Adros , 04/A/		
Vale da Aguarada , 09/E/	Vale da Aguanada, 09/A/	Vale da Agoçada, 09/A/
Vale da Alagôa , 03/A/	Vale da Alagoa (Tomadias), 03/A/	
Vale da Alfândega , 04/A/E/V/W/		
Vale da Andreza , 09/A/		
Vale do António , 07/A/		
Vale de Arada , 01/A/E/	Vale das Aradas (Ribeira), 01/E/	
Vale do Arrujo , 04/V/W/		
Vale de Azenhas , 01/A/	Vale da Azenha, 01/A/	
Vale da Azurva , 04/E/V/W/		
Vale de Baixo , 06/A/	(Vilar)	
Vale do Barrêga , 01/A/E/		
Vale do Borraçal , 08/G, 1488/		
Vale do Braçal , 04/N/	/N, 1488/	
Vale do Braga , 01/E/	(Paralelo ao Vale de Aradas, desagua no esteiro de S. Pedro)	
Vale do Branco , 01/A/	Vale do Branco (Bonsucesso), 01/A/	
Vale da Brogueira , 05/A/		
Vale do Bunheiro , 04/A/		

Vale dos Cabaços, 04	Vale dos Cabaços, 04/A/
Vale dos Cabaços, 08/A/	
Vale da Cabana, 09/A/	
Vale da Cana, 08/A/	
Vale da Caniseira, 04/V/	Vales da Caniseira, /V/
Vale de Carvão, 05/A/	
Vale do Caseiro, 02/A/C/	Vale do Caseiro (Cinco Caminhos), 02/A/ Vale Caseiro, 02/A/C/
Vale do Castanheiro, 09/A/	
Vale da Catarina, 03/A/	
Vale de Cavadas, 04/V/	
Vale de Cavalos, 09/E/	Vale dos Cavacos, 09/A/
Vale do Clérigo, 01/A/	
Vale do Cojo, 10/Y/	
Vale de Colmeias, 05/A/E/	
Vale da Cova, 08/A/	
Vale do Covo, 02/A/C/	Vale do Covo (Q ^{tã} do Loureiro), 02/A/
Vale dos Covões, 03/A/	
Vale Diogo, 08/A/E/	
Vale Escuro de Verba, 07/A/	
Vale de Esgueira, 05/A/	
Vale do Ferreiro, 04, 09/A/	
Vale da Fonte, 03/A/	
Vale da Fonte, 07/A/	
Vale da Fonte, 08/A/	
Vale da Fontela, 08?/G, 1106	«ualle da Fontanela» (Actual Vale do Rego da Venda?), /G, 1106/
Vale da Fontinha, 03, 04/A/E/	Vale da Fontainha, 03/A/
Vale da Fontinha, 05/A/	
Vale das Fontinhas, 09/A/	
Vale do Forro, 07/A/	
Vale da Galinha, 09/A/	
Vale da Gamela, 09/A/	
Vale do Godinho, 02/A/	Vale Godinho, 02/A/
Vale Grande, 03/A/	Vale Grande (Eirol), 03/A/
Vale Grande, 05/A/	
Vale Grande, 09/A/	
Vale da Granja, 04/V/W/	
Vale da Horta, 08/A/E/	Vale da Hort[a?], 08/A/
Vale do Inferno, 03/A/	Vale do Inferno (Tomadia das Carreirinhas), 03/A/ (Eirol)
Vale das Janeirinhas, 04/A/	
Vale de Janeiro, 04/A/	
Vale de João dos Santos, 01/A/	(Ver: João dos Santos)
Vale do Junco, 02/A/	Vale dos Juncos, 02/A/
Vale do Junco, 07/A/	
Vale das Ladeiras, 07/A/	Vale dos Ladeiros, 07/A/

Vale da Ladra, 09/A/		
Vale da Lagoa, 03/E/		
Vale do Largo, 02/A/	Vale Largo, 02/A/	
Vale da Lavoura, 03/A/		
Vale da Lebre, 08/A/		
Vale da Lagoa do Junco, 04/E/		
Vale de Lagoa do Junco, 05/A/	Vale da Légua do Junco, 05/A/	Vale de Lagôa do Junco, 05/A/
Vale de Lenda, 07/A/		
Vale do Lino, 08/A/		
Vale da Loba, 09/A/		
Vale de Loure, 04/A/		
Vale da Marinha de Cima, 05/T/	uall da marynha de cjma, /T, 1446/	
Vale da Marinha de Fundo, 05/T/	uall da marynhade ffundo, /T, 1446/	
Vale de Marinhas, 05/A/T/	uall da marjnha, ... marinha, /T, 1446/	
Vale do Marona, 01E		
Vale da Moita, 08/A/		
Vale da Mula, 07/A/	Vale da Mula (Porto de Ílhavo), 07/A/	
Vale do Olho, 09/A/		
Vale do Parrêlo, 09/A/	Vale do Passêlo, 09/A/	
Vale do Pato, 09/A/		
Vale de Pedras, 05/A/		
Vale Pequeno, 04/A/		
Vale da Pereira, 05/A/	Vale do Pereira, 05/A/	
Vale de Pero Giro(?), 05/T/	uall de pero giro, ... giio, /T, 1446/	(= Vale do Pereira ?)
Vale do Picanço, 09, 11/A/E/		
Vale de Pinheiros, 04/A/V/W/	Vale de Pinheiros (Mina), 04/A/	
Vale do Pombo, 08/A/		
Vale da Quinta, 01/A/		
Vale da Quinta, 09/A/		
Vale da Rama, 07/F/		
Vale da Rama, 09/A/		
Vale do Ramil, 06/A/	(Vilar)	
Vale de Ratinhas, 05/A/	Vale Ratinha, 05/A/	Vale Ratinhas, 05/A/
Vale do Rato, 07/A/		
Vale do Rendeiro, 01/A/	Vale Rendeiro, 01/A/	
Vale Rendeiro, 06, 08, 13/A/	Vale Rondeiro, 13/E/	
Vale de Ribeirinho, 04/V/		
Vale do Rio, 08/A/	(Oliveirinha)	
Vale de Sá, 05/T/	ualle de saa, uall de saa, /T, 1446/	
Vale Salgado, 05/A/		
Vale de Salgueiro, 04/A/V/		
Vale de São Pedro de Aradas, 01/U/		
Vale do Seixo, 09/A/E/		
Vale das Silhas, 02	Vale das Cilhas (Q ^{tã} do Loureiro), 02/A/	Vale das Cilhas, 02/A/

Vale do Sobreirinho , 08/A/		
Vale do Suão , 04, 09/A/V/W/	Vale do Soão, 04/A/	Vale do Sião, 04/E/
Vale de Taipa , 04	Vale do Taipa, 04/A/	
Vale das Tenças , 03/A/		
Vale dos Tojos , 05/A/		
Vale das Tomadas , 03/A/		
Vale da Valida , 11/E/		
Vale Ventoso , 04/A/E/		
Vale da Videira , 03/A/E/		
Vale de Vilar , 06/G/	marquo do Valle de Villar, /G, 1506/	
Valia , 05/A/		
Valia de Vilarinho , 02/A/		
Valinho , 05/A/		
Valinho , 08/A/		
Valinhos , 01/A/	Valinhos (Aradas), 01 Valinhos (Q. do Picado), 01/A/	Valesinho, 01/A/
Valinhos , 07/A/		
Valinhos , 09/A/		
Vangelho , 02/A/	Vangelho (Póvoa), 02/A/	
Várzea de S. Bento , 08/A/	Varja (Costa do Valado), 08/A/	
Veia de Arada , 01/S/	Veya de Arada	
Veia da Testada , 02/C/		
Velho , 06/A/	(S. Tiago)	
Verba , 07/A/F/G/N/Zc/Ze/Zf/	Verba (Lugar de), 07/A/ Verua, /G, 1174, 1176/ lugar de Verba, /Zc/	Verba (Nariz), 07/A/ uerba, /G, 1253/
Verdemilho , 01/A/G/J/U/Z/Za/Zc/Zf/	Villa de Milio, /G, 1166, 1220/ Vila de Milo, /G, 1282/ Vilademilho, /G, 1296/ Vila de Milho, /G, 1335/Z/ Villa de Milho, /G, 1355, 1437, 1514/ Verdemilho, /J/K, 1721/Q, 1732/ «uerdemilho, que no Foral se chama villa de milho», /K, 1758/	Uilla de Milio, /G, 1200/ Villa de Millio, /G, 1295/ uilla de Millio, /G, 1297/ lugar de Verdemilho, /Zc/ uilla de milho, /G, 1355/
Vergial , 02/A/C/T	bergeaes, bergeas, bregreas, bregreas, /T, 1446/ (Q ^{tã} do Loureiro) (Cacia) Virgial de Cima, 02/A/ Virgial (Q ^{tã} do Loureiro), 02/A/	Virgial, 02/A/ Virginal, 02/A/ (Ver: Vergeis)
Véro , 05/A/	Bero (Arrocheiras), 05/C	
Verremum , 04/A/	Ver Barrimau	
Vessada , 07/A/F/Zf/	Vessada (Nariz), 07/A/	(Ver: Ponte da Vessada)
Vessada , 09/A/		
Vessada do Véro , 05/A/	Beçada do Véro, 05/A/	
Vessadinha , 08/A/		
Vessadinha , 09/A/	Bessadinha, 09/A/	
Viela da Agra , 01/A/		
Viela da Agra , 05/A/		
Viela das Almas , 09/A/		
Viela de Arnelas , 10/A/		

Viela do Barrimau , 04/W/	(Ver: Barromau), /W/, c.1950/	
Viela do Brandão , 04/A/		
Viela do Caldeira , 06/A/		
Viela do Campo , 02/A/		
Viela do Canastro , 10/A/		
Viela do Canto , 10/A/		
Viela da Carreira , 01/A/		
Viela da Carreira de Baixo , 05/A/		
Viela da Cavada , 04/A/		
Viela da Coelha , 08/A/		
Viela da Colsa , 10/A/		
Viela da Congosta , 05/A/		
Viela do Crasto , 01/A/		
Viela de Dona Jerónima , 06/U/		
Viela da Fonte de Sá , 10/Q/	viella da fon de Saa, /Q/, 1745/	(actual Rua Von Haff?)
Viela da Folsa , 10/A/		
Viela do Gadim , 10/A/		
Viela das Gatas , 04/A/W/	(Eixo)	Viela dos Gatos (Rodinha), 04/A/
Viela do Pedação , 02	Viela do Padaço, 02/A/	
Viela da Pilota , 01/A/		
Viela do Reguinho , 01/A/		
Viela do Ribeiro , 02/A/	Viela do Ribeiro (Cacia), 02/A/	
Viela de Santo António , 06/A/		
Viela de São Martinho , 06/A/		
Viela do Senhor das Barrocas , 10/A/		
Vielas , 02/C/	(Póvoa do Paço)	Viela, 02/A/
Vila Cova , 09/A/		
Vila dos Ferreiros , 06/A/		
Vila Nova , 10/H/I/U/	billa noua, /G/, 1431/	Villa nova d' Aveiro, /G/, 1461/
Vila Nova , 09/E/	(Requeixo)	
Vila Pombal , 09/E/		
Vila da Ucha , 04/A/		
Vilar , 06/A/E/G/I/K/R/S/Z/T/U/Zf/	ujllar, vylar, villar, ujllar, uilar, /T/, 1446/ Villar, /G/, 1506, 1515/R, 1733/S/	Vilar (Aldea de), /Z/ Santo Amaro (=Vilar), /Zc/
Vilar da Capela , 05/T/	ujllar da capella, /T/, 1446	
Vilarinho , 02/A/C/G/K/Q/Y/Z/Zc/Ze/Zf/	Vilarinho (Lugar de), 02/A/ uilarino, /G/, 1183/ Vilario, /G/, 1282/ Vilarinho, /Z,/ lugar de Vilarinho, /Zc/	Vilarino, /G/, 1106/ uillario, /G/, 1228/ villario, /G/, 1328/ Vellarinho, /K/, 1721/ /Q/, 1745/
Vinha , 01/A/		
Vinha , 05/A/		
Vinha da Agra , 02/A/		
Vinha do Chão de Além , 06/A/		
Vinha da Choisa , 06/A/	Vinha da Choisa (Presa), 06/A/	

Vinha Longa , 06/A/	(Vilar)	
Vinha da Pega , /G/	uinha da Pega, /G, 1417/	
Vinha do Pires , 05/A/		
Vinha da Taipa , 03/A/	(Carcavelos)	
Vinha Velha , 01/A/		
Vinhas , 03/A/E/		
Vinhas , 09/A/		
Vinhas da Feira , 08/A/		
Vinhas da Gândara , 07/A/		
Vinhas do Grilo , 07/A/		
Vinhas do Ribeiro , 07/A/	Vinhas de Ílhavo (Ribeiro), 07/A/	
Vinhas do Salgueiro , 07/A/		
Vinhas Velhas , 07/A/		
Virgínia , 04/A/		
Viso , 03/A/		
Viso , 05/A/S/	Vizo, /S/	
Viso , 09/A/		
Visolha , 08/A/		
Viveiro , 02/A/	Viveiro (Sítio do), Vilarinho, 02/A/	
Viveiro , 04/A/		
Volta , 09/A/		
Voltas , 04/A/		
Vouga, Rio , 02, 04, 09/10/C/G/Ze/Zf/	uauga, /G, 1050, 1077, 1095, 1100/	Vouga, /G, 1106, 1270/

Freguesias e lugares	Observações	Cabeça do termo	Número de fogos e população na área do actual concelho de Aveiro (séc. XVI-XVIII)																					
			1527		1575		1676 e 1685		1721		1732		1756		1758		1775		1798		1801			
			fogos	almas	fogos	almas	fogos	almas	fogos	almas	fogos	almas	fogos	almas	fogos	almas	fogos	almas	fogos	almas	fogos	almas	fogos	peçoas
AVEIRO (total)	corpo da vila	Aveiro	894 ¹¹	2 500 ¹²	1 650		1 364	4 623	1 331	4 387		3 240	1 047	3 316	1 166		1 141		1 059	3 833				
São Miguel ¹³		Aveiro			450		370	1 297	347	1 148		850 ¹⁴					241		243		231	897		
Vera Cruz		Aveiro																						
Arnelas		Aveiro																						
Presa ¹⁶	parte ¹⁷	Aveiro					455		385	1 212	379	1 248				965 ¹⁵			340		319		282	914
Quinta do Gato	parte ¹⁸	Aveiro																						
Sá ¹⁹	parte ²⁰	Ílhavo																						
N S Apresentação		Aveiro					370		239 ²¹	814	233	760				625 ²²			222		219		201	894
Espírito Santo		Aveiro																						
Cruz Alta		Aveiro																						
Lamarosa		Aveiro																						
Marco	parte ²⁴	Eixo																						
Presa	parte	Aveiro					375		370	1 300	372	1 231				800 ²³			363		360		345	1 128
Quinta do Gato	parte	Aveiro																						
Quinta do Pinheiro		Aveiro																						
São Bernardo		Aveiro																						
Vilar ²⁵		Aveiro	9																					
ARADAS		Aradas	27										Faltam dados ²⁶	1 025 ²⁷										
Arada de Baixo		Aradas																						
Arada de Cima		Aradas																						
Areal		Aradas																						
Azenha dos Frades		Aradas																						
Buragal		Aradas																						
Campo da Azenha		Aradas																						
Cardosa		Aradas																						
Coimbrão		Aradas																						
Bonsucesso		Aradas																						
Quinta do Picado ²⁸		Aradas																						
Verdemilho		Ílhavo			23														119		288			

notas

¹ Numeramento de 1527 (refere-se a aldeias e vilas, não a freguesias ou paróquias), in FREIRE, Anselmo Braancamp, ed. – Povoação da Estremadura no XVI. século. *Arquivo Historico Portuguez*. Lisboa. Vol. 6, n.º 7 (1908), p. 241-284.

² Contagem de fogos para efeitos do primeiro contrato do encabeçamento das sisas. In MADAIL, António Gomes da Rocha, org. – *Milenário de Aveiro: Colectânea de documentos históricos: II, 1581-1792*. Aveiro: Câmara Municipal, 1968. p. 275 (documento de 1685).

³ Idem, ibidem para os valores de Aveiro, referidos a 1685. Para a freguesia de Eixo os números referem-se a 1676 (*Livro de Visitações*: Visitação 8) e foram colhidos de VIEIRA, Venâncio Dias de Figueiredo (1984) – Memória sobre a vila de Eixo. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. [ISSN 0873-335X]. N.º 3 (Abril 1984), p. 55.

⁴ Informações paroquiais de 1721. In MADAIL, A. G. da Rocha – Informações paroquiais do distrito de Aveiro de 1721. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro: Francisco Ferreira Neves. vol. 1, n.º 1 (1935), p. 37-46 [Aveiro: Espírito Santo, Nossa Senhora da Apresentação e S. Miguel]; vol. 1, n.º 4 (1935), p. 325-332 [Aveiro: S. Miguel]; vol. 2, n.º 6 (1936), p. 151-160 [Aveiro: Vera Cruz]; vol. 5, n.º 18 (1939), p. 139-141 [Eixo, Cacia]; vol. 8, n.º 31 (1942), p. 192-196 [Esgueira].

⁵ Informações paroquiais de 1732. A iniciativa pertenceu ao académico Padre Luís Cardoso, que está também por detrás do inquérito de 1758. As informações recolhidas foram utilizadas no *Diccionario geographico de Portugal [...]*. Ver COSTA, Eduardo – Os inquéritos paroquiais do séc. XVIII e algumas das freguesias do distrito de Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 21, n.º 82 (1955), p. 130-148. Os dados ficaram quase todos inéditos, com excepção dos utilizados nos dois únicos volumes publicados (1747 e 1751). Os números aqui transcritos foram retirados de LIMA, Luís Caetano de – *Geografia Historica de todos os Estados soberanos da Europa [...]*. Lisboa, 1734-1736. 2 vol. *Apud* AMORIM, Inês – *Aveiro e sua provedoria no século XVIII (1690-1814): Estudo económico de um espaço histórico*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1996. p. 134; 134 n. 8; 161; 161, n. 74; 674.

⁶ Informações paroquiais de 1756, na sequência do terramoto. In COSTA, Eduardo – O terramoto de 1755 no distrito de Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 22, n.º 85 (1956), p. 40-48; vol. 22, n.º 86 (1956), p. 121-138 [Aradas; Aveiro: Espírito Santo, Apresentação, S. Miguel, Vera Cruz; Cacia, Esgueira]; vol. 22, n.º 87 (1956), p. 167-168 [Requeixo].

⁷ Informações paroquiais de 1758. A maior parte encontra-se inédita, na Torre do Tombo. Ver AMORIM, Inês – Memória paroquial de Aveiro de 1758: um inquérito promovido pela Coroa. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. N.º 23/24 (Dez. 1994), p. 13-24 [publica as memórias referentes à vila de Aveiro e Aradas]; ver também CONDE, Bartolomeu, coord. – *Cacia e o Baixo-Vouga: apontamentos históricos e etnográficos*. Aveiro: Câmara Municipal, 1984, p. 29-42 [publica as memórias de Cacia, Eixo e Esgueira].

⁸ Inquérito eclesiástico ordenado na sequência da criação da diocese de Aveiro. Publicado por GASPAR, João Gonçalves, org. – *A diocese de Aveiro no século XVIII: um inquérito de 22 de Setembro de 1775*. Aveiro: «Correio do Vouga», 1974. 165 p.

⁹ Censo promovido pelo intendente Pina Manique. In SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A população de Portugal em 1798: o censo de Pina Manique*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural de Paris, 1970. *Apud* AMORIM (1996, p. 161, n. 74).

¹⁰ Recenseamento geral da população de 1801. In SOUSA, Fernando – *A população portuguesa nos inícios do séc. XIX*. Porto: Faculdade de Letras, 1979. 2 vol. Dissertação de doutoramento, dactilografada. *Apud* AMORIM (1996, p. 133, n. 6; 695).

¹¹ «Na vila dAveiro há 894 vizinhos no corpo da vila. Destes sam 7 cavaleiros e 40 escudeiros e 679 piães e 168 viúvas = 894 vizinhos. —It. Ahí mais no corpo da vila 9 clérigos. —It. Mais ahí 2 fidalgos.» (FREIRE, 1908, p. 277-278).

¹² Este número não oferece o mínimo de credibilidade, considerando os fogos existentes em 1527, a área abrangida pelo tecido urbano de Aveiro, a profusão de construções térreas e a quantidade de aidos e quintais anexos às casas. Estes totais devem corresponder a todo o termo do concelho de Aveiro que, em 1527, contava com 1 460 vizinhos (fogos), distribuídos por Águeda, Belazaima, Casainho, Lamas, Pedaçais, Randam, parte da Trofa, Varziela, Vila Verde, no actual concelho de Águeda; Albergaria, Fontão, Loure, Monquim, S. João de Loure, Valmaior, no actual concelho de Albergaria-a-Velha; Boialvo, Canelas, Corgo de Cima, Figueira, Pardieiro, Mata e Póvoa do Gago, no actual concelho de Anadia; Aveiro, Taipa e Vilar, no actual concelho de Aveiro; Arinhos, no actual concelho da Mealhada; Furadouro, Oiã e Perrães, no actual concelho de Oliveira do Bairro; Doninhas, Talhadas e Vide no actual concelho de Sever do Vouga; Carregosa, Ouca e S. Romão, no actual concelho de Vagos.

Três anos antes, em 1572, o cômputo da população de Aveiro era, pelas mesmas razões, inexplicável, nomeadamente quando comparado com os dados do numeramento de 1527. Referimo-nos à provisão que cria três novas freguesias em Aveiro (Vera Cruz, Espírito Santo e Nossa Senhora da Apresentação), desanexadas da matriz de S. Miguel, na qual se afirma haver em Aveiro «dois mill visinhos e mais de homze mill almas de cura, afora muita gente estrangeira que nella de continuo reside». Ver:

NEVES, F. Ferreira – Uma descrição das igrejas e capelas da freguesia de São Miguel de Aveiro no século XVIII. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 7, n.º 27 (1941), p. 182-183

¹³ Até 1572 era a única freguesia da cidade. Por provisão daquele ano a freguesia de S. Miguel deu lugar a quatro: S. Miguel (matriz), Vera Cruz, Espírito Santo e Nossa Senhora da Apresentação. Ver: NEVES, F. Ferreira – Uma descrição das igrejas e capelas da freguesia de São Miguel de Aveiro no século XVIII. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 7, n.º 27 (1941), p. 182-183.

¹⁴ 850 fregueses: 326 homens, 46 homens de menor idade, 426 mulheres, 52 mulheres de menor idade (COSTA, 1956, p. 133).

¹⁵ 965 maiores de sete anos: 425 do sexo masculino e 540 do feminino (COSTA, 1956, p. 135). O pároco dá um total de 960 pessoas, o que não corresponde à soma dos elementos de cada sexo.

¹⁶ Em 1689 aparece sob a denominação de «lug. da Preza pequena». Ver: COSTA, Mário Alberto Nunes – A Provedoria de Esgueira. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 24, n.º 93 (1958), p. 62.

¹⁷ Em 1775, o lugar da Presa (Pequena) era meeiro das freguesias da Vera Cruz e do Espírito Santo. (GASPAR, 1974, p. 32 e 33).

¹⁸ Em 1775, o lugar da Quinta do Gato era meeiro das freguesias da Vera Cruz e do Espírito Santo. Idem, ibidem.

¹⁹ Lugar integrado na zona urbana de Aveiro (Rua de Sá, Rua Hintze Ribeiro, Urbanização Sá-Barrocas, Estrada Nova do Canal...)

²⁰ Em 1775, o lugar de Sá, que pertencia ao termo de Ílhavo, era meeiro, no eclesiástico, das freguesias da Vera Cruz (Rua de Sá) e de Esgueira. (GASPAR, 1974, p. 32 e 73).

²¹ A inquirição de 1721 não indica o número de fogos; o valor foi calculado por Inês Amorim que utilizou «o quociente almas/fogo médio de 3.4, obtido a partir dos quocientes das restantes freguesias» (AMORIM, 1996, p. 161).

²² 625 fregueses: 235 homens, 15 homens de menor idade, 362 mulheres, 13 mulheres de menor idade. (COSTA, 1956, p. 128).

²³ 800 fregueses: 350 «homens do sacramento», 450 mulheres. (COSTA, 1956, p. 125).

²⁴ Em 1775, o lugar do Marco estava distribuído pelas freguesias do Espírito Santo (Aveiro) e Eixo. (GASPAR, 1974, p. 33 e 69).

²⁵ Em 1689 aparece sob a denominação de «lug. de Santo Amaro». (COSTA, 1958, p. 62).

²⁶ Ver AMORIM (1996, p. 135-136, n. 22)

²⁷ 1025 pessoas com mais de sete anos: 467 homens e 558 mulheres. (COSTA, 1956, p. 122.)

²⁸ Em 1689 aparece sob a denominação de «Pouoa do Picado». (COSTA, 1958, p. 64).

²⁹ 1186 pessoas: 562 do sexo masculino e 624 do feminino. (COSTA, 1956, p. 137). O pároco dá um total de 1196 pessoas, o que não corresponde à soma dos elementos de cada sexo.

³⁰ Em 1689 aparece sob a denominação de «lug. de loureyro». (COSTA, 1958, p. 62).

³¹ Ver AMORIM (1996, p. 135-136, n. 22)

³² Idem, ibidem.

³³ «A vila dEyxõ tem 46 vizinhos no corpo da vila cõ h3 clerigo e 4 viúvas.». (FREIRE, 1908, p. 273).

³⁴ O pároco não deve ter respondido ao inquérito pombalino de 1756, já que a freguesia é uma das omissas (COSTA, 1956, p. 46 e 137).

³⁵ Em 1758, o lugar de Cavadinha era meeiro das freguesias de Eixo e de Requeixo (Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Eixo na História*. Eixo: Paróquia de Santo Isidoro, 1998, p. 114), o que parece já não acontecer em 1775 (GASPAR, 1974, p. 69 e 66)

³⁶ Deve corresponder aos lugares que, em 1689 aparecem sob a denominação de «lug. de Vallade» e «Pouoa da Costa de Valade» (COSTA, 1958, p. 67).

³⁷ Em 1689 aparecem sob a denominação de «Pouoa da granja de Bayxo» e «Pouoa da granja de Sima» (COSTA, 1958, p. 67).

³⁸ O topónimo aparece nas memórias paroquiais de 1758 (Ver: CONDE, Bartolomeu, coord. – *Cacia e o Baixo-Vouga: apontamentos históricos e etnográficos*. Aveiro: Câmara Municipal, 1984, p. 34).

³⁹ Em 1689 aparece sob a denominação de «Pouoa dos Picotos» (COSTA, 1958, p. 67).

⁴⁰ Em 1758, o lugar da Póvoa do Valado era meeiro das freguesias de Eixo e de Requeixo (GASPAR, 1998, p. 114), o que parece já não acontecer em 1775 (GASPAR, 1974, p. 66 e 69).

⁴¹ Em 1689 apenas aparecem os topónimos «lug. das quintas do Salgr.º» e «lug. das quintas de gon^{co} Glz.» (COSTA, 1958, p. 66-67). O crescimento destes lugares deve estar por detrás do topónimo «Madrugas, que consta das memórias paroquiais de 1758 (CONDE, 1984, p. 34), e que, já em 1775, tinha passado a denominar-se «Quintãs» (GASPAR, 1974, p. 69).

⁴² Em 1689 não aparece mencionado; poderá estar incluído na «Pouoa da granja de Bayxo», como acontece no Numeramento de 1527. (Cf. FREIRE, 1908, p. 273; COSTA, 1958, p. 66-67).

⁴³ No Numeramento de 1527, o lugar de Salgueiro aparece integrado no termo da vila de Eixo [FREIRE, 1908, p. 273]. Em 1689 estava dividido pelos termos das vilas de Eixo e Soza, como podemos deduzir da leitura do documento que descreve a Provedoria de Esgueira [COSTA, 1958, p. 65 e 66-67]. Em 1775, aparece-nos igualmente na freguesia de Soza (GASPAR, 1974, p. 43). É muito

provável que o primitivo lugar de Salgueiro, pertencente ao termo de Eixo, se tenha integrado no lugar das Madrugas, depois denominado das Quintãs.

⁴⁴ Em 1758, o lugar de São Bento era meeiro das freguesias de Eixo e Requeixo (GASPAR, 1998, p. 114), o que parece continuar em 1775, apesar da descrição da freguesia de Requeixo não mencionar expressamente este lugar, mas um dos agrupamentos de lugares da freguesia denomina-se «Ramo de S. Bento e da Póvoa do Valado». (Cf. GASPAR, 1974, p. 66 e 69).

⁴⁵ «[...] 175 vizinhos, dos quae sam 12 cavaleiros e escudeiros e 31 viugas, e o mais he povo. E mais ahi 5 clrigos.» (FREIRE, 1908, p. 277).

⁴⁶ 1628 pessoas entre maiores e menores de confissão: 797 homens e 831 mulheres (COSTA, 1956, p. 138).

⁴⁷ Em 1689 aparece sob a denominação de «lug. da Senhora do Passo» (COSTA, 1958, p. 62).

⁴⁸ «A minha freguesia consta de 600 fogos e há nella 364 homens cazados e 375 solteyros não fallando nos que não são de sacramento molheres alem das cazadas com seus homens há 85 veugas e 382 solteyras, não [falando] tambem nas que não são de sacramento.» (COSTA, 1956, p. 168).

⁴⁹ Em 1689 aparece sob a denominação de «Pouoa de Carregaes» (COSTA, 1958, p. 67).

⁵⁰ Deve corresponder ao topónimo que, em 1689, aparece sob a forma de «Pouoa dos Cauallinhos» (Ver COSTA, 1958, p. 67).

⁵¹ Em 1689 aparece sob a denominação de «Pouoa de Sanguinhr.^a» (COSTA, 1958, p. 67).

⁵² Em 1689 aparece sob a denominação de «Pouoa de São Payo» (COSTA, 1958, p. 67).

⁵³ Em 1775, o lugar da Granja é incluído no «ramo de S. Bento e da Póvoa do Valado» da freguesia de Requeixo (Cf. GASPAR, 1974, p. 66), enquanto os lugares da Granja de Baixo e da Granja de Cima aparecem integrados na freguesia de Eixo (Idem, p. 69). Devia haver uma parte meeira das duas freguesias.

⁵⁴ Em 1689 aparece sob a denominação de «Pouoa de pereçoza» [Pedro Sousa?], que poderá corresponder ao actual «Perajorge» (Ver: COSTA, 1958, p. 67).

⁵⁵ Em 1689 aparece sob a denominação de «lug. da Pouoa» (COSTA, 1958, p. 66).

⁵⁶ No inquérito de 1775, Nariz, com os lugares anexos, constitui um dos três ramos da freguesia de Requeixo, com um coadjutor apresentado pelo respectivo pároco. Este ramo da paróquia de Requeixo passa, no início de 1819, a constituir uma nova freguesia (GASPAR, 1974, p. 65-66).

População na área do actual concelho de Aveiro nos séculos XIX-XX

Freguesias	1801		1802		1805		1829		1842	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	
	fogos	peessoas	fogos	almas	fogos	almas	fogos	almas	fogos														
	1		2		3			4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	6
Aradas ⁷ Arada de Baixo Arada de Cima Areal Azenha dos Frades Bonsucesso Buragal Campo da Azenha Cardosa Carocho Casal Coimbrão Leirinhas Quinta do Picado Verdemilho									2 064	2 134	2 468	2 924	3 345	3 099	3 441	3 853	4 479	5 659	6 365	7 596			8 602
Cacia ⁸ Cabeço Cacia Póvoa do Paço Quintã do Loureiro Sarrazola Testada do Norte Testada do Sul Vilarinho									2 482	2 599	2 386	2 605	3 001	2 991	3 191	3 074	3 245	4 385	4 730	5 528			6 527
Eirol ⁹ Carcavelos Eirol									431	448	417	428	512	548	542	562	632	614	610	648			635
Eixo ¹³ Arrujo Azurva Cilha da Sardinha Eixo Feira de Eixo Horta Outeiro				2 855 ¹⁰			1 000 ¹¹	4 000 ¹²	1 663	1 515	1 545	1 617	1 681	1 723	2 076	2 084	2 271	2 551	2 740	3 769			3 749

População na área do actual concelho de Aveiro nos séculos XIX-XX

Freguesias	1801		1802		1805		1829		1842	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
	fogos	pessoas	fogos	almas	fogos	almas	fogos	almas	fogos													
Esgueira ¹⁴ Agras do Norte Alumieira Areas de Esgueira Bairro do Vouga Bela Vista Cabo Luis Caião Esgueira (parte de Aveiro) Forca (parte) Junqueira Lagoa de Esgueira Mataduços Olho d' Água Paço Quinta do Simão Taboeira										1 836	2 109	2 361	2 491	3 015	3 182	3 744	4 215	5 205	6 858	8 390	11 607	10 930
Nariz ¹⁵ Cabeço de Eireira Caniçais Nariz Porto de Ilhavo Porto do Pano Ramalheiro Roque Verba Vessada										735	698	745	772	816	915	949	1 102	1 192	1 179	995	1 160	1 293
Nossa Senhora de Fátima ¹⁶ Bica Mamodeiro Perajorge Póvoa do Valado																						1 809
A freguesia administrativa de Nossa Senhora de Fátima foi criada pela lei n.º 104/85 de 4 de Outubro, que entrou em vigor cinco dias depois, no dia 9 de Outubro de 1985. O território da nova freguesia foi desanexado da freguesia de Requeixo.																						
Nossa Senhora da Glória (Aveiro) ¹⁸ Aveiro (parte) Santiago Vilar	576 ¹⁹	2 025 ²⁰								3 151	3 524	4 351	4 674	5 131	4 488	5 690	6 846	7 987	9 422	7 200	9 721	9 105

População na área do actual concelho de Aveiro nos séculos XIX-XX

Freguesias	1801		1802		1805		1829		1842	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
	fogos	pessoas	fogos	almas	fogos	almas	fogos	almas	fogos													
Oliveirinha Cavadinha Costa do Valado Gândara Granja de Baixo Granja de Cima Madrugas (= Quintãs) Marco Moita Oliveirinha Picoto Quintãs (= Madrugas) Rego da Venda São Bento Vale Diogo			76 ²⁴		400 ²¹	1200 ²²				1 836	1 846	1 967	2 217	2 218	2 363	2 605	3 182	3 501	3 743	3 885	4 376	4 268
					A freguesia de Oliveirinha foi criada em 2 de Maio de 1849. ²³							81*	80*			66*		75*			124*	135*
					* População com base nos cálculos feitos pelo pároco da freguesia de Oliveirinha, a partir dos livros do registo paroquial. ²⁵							460*	602*			676*		729*			752*	870*
					Os totais indicados para o lugar de Cavadinha abrangem esse lugar e o de São Bento. Os totais indicados para o lugar do Marco abrangem esse lugar e o de Vale Diogo.							—*	—*			—*		115*			136*	160*
			90 ²⁶									160*	190*			236*		294*			298*	360*
												67*	72*			206*		294*			347*	568*
												95*	142*			151*		146*			172*	185*
												675*	701*			745*		875*			925*	964*
												19*	31*			30*		72*			87*	108*
												410*	537*			611*		875*			981*	1 035*
Requeixo ²⁷ Carregal Lagoinha Requeixo Sampaio Sanguinheira Taipa										1 793	1 846	1 912	2 014	2 277	2 423	2 401	2 411	2 694	2 697	2 390	2 736	1 187
Santa Joana Alagoas Azenha de Baixo Azenha dos Púcaros Patela Presa Quinta do Gato Quinta do Torto Solposto Viso	A freguesia administrativa de Santa Joana foi criada pela lei n.º 63/84 de 31 de Dezembro, que entrou em vigor no dia seguinte, 1 de Janeiro de 1985. O território da nova freguesia foi desanexado das freguesias da Glória, de Esgueira, de S. Bernardo (uma pequena parcela) e da Vera Cruz. ²⁸																					
S. Bernardo Cruz Alta Lamarosa S. Bernardo	A freguesia administrativa de S. Bernardo foi criada pelo Decreto-lei n.º 48.841, de 18 de Janeiro de 1969. O território da nova freguesia foi desanexado das freguesias da Glória. ²⁹																		2 520	2 935	3 314	

População na área do actual concelho de Aveiro nos séculos XIX-XX

Freguesias	1801		1802		1805		1829		1842	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
	fogos	peessoas	fogos	almas	fogos	almas	fogos	almas	fogos													
S. Jacinto	A freguesia administrativa de São Jacinto foi criada pelo Decreto-lei n.º 40.065 de 16 de Fevereiro de 1955. O território da nova freguesia foi desanexado da freguesia da Vera Cruz. ³⁰																		1 160	1 035	1 643	983
Vera Cruz (Aveiro) ³¹ Arnelas Aveiro (parte) Forca (parte) Moinhos Sá Seixal	483 ³²	1 808 ³³								3 305	3 613	4 567	5 277	5 806	5 789	7 005	7 974	8 981	7 787	8 145	9 065	7 059
AVEIRO (concelho)									2 721 ³⁴	19 296	20 332	22 719	24 919	27 802	27 521	31 644	35 303	40 187	46 055	49 005	60 784	66 444

<i>População na área do actual concelho de Aveiro nos séculos XIX-XX</i>																							
Freguesias	1801		1802		1805		1829		1842	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	
	<i>fogos</i>	<i>pessoas</i>	<i>fogos</i>	<i>almas</i>	<i>fogos</i>	<i>almas</i>	<i>fogos</i>	<i>almas</i>	<i>fogos</i>														

notas

¹ Recenseamento de 1801-1802: censo por fogos e indivíduos, mandado fazer pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho; não foram contados nem os militares nem os membros do clero. In SOUSA, Fernando *A população portuguesa nos inícios do séc. XIX*. Porto: Faculdade de Letras, 1979, 2 vol. Dissertação de doutoramento dactilografada, *apud* AMORIM, Inês – *Aveiro e sua provedoria no século XVIII (1690-1814): estudo económico de um espaço histórico*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1996, p. 133, n. 6, 163, 168 e 695. Ver: Taboas topográficas e estatísticas de todas as comarcas de Portugal, e das terras de cada huma em ordem alfabética. Com a povoação existente no anno de 1801. In *Subsídios para a história da estatística em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1948.

² *Arquivo da Paróquia de Eixo* – Livro das Visitações, *apud* GASPARG, João Gonçalves – *Eixo na História*. Eixo: Paróquia de Santo Isidoro, 1998, p.143-144.

³ *Arquivo da Paróquia de Eixo* – Livro das Visitações: visitação 59, *apud* VIEIRA, Venâncio Dias de Figueiredo (1984) – Memória sobre a vila de Eixo. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. N.º 3 (Abril 1984), p. 55.

⁴ O número de fogos para o total do concelho de Aveiro não incluía as freguesias e lugares que integravam o então ainda existente concelho de Eixo, cuja área só foi integrada no concelho de Aveiro em 1854.

⁵ Dados de recenseamentos, in ARROTEIA, Jorge – Duas notas sobre o concelho de Aveiro. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. N.º 3 (Abril 1984), p. 17-18.

⁶ Portugal. Instituto Nacional de Estatística – *Censos 91: resultados definitivos*.

⁷ A actual freguesia de Aradas integra os territórios que pertenceram ao velho concelho de Aradas e ainda o lugar de Verdemilho que pertenceu ao concelho de Ílhavo. O concelho de Aradas, que ainda existia em 18 de Julho de 1835, data do decreto que criou o distrito de Aveiro [NEVES, Joaquim Ferreira – A formação do distrito administrativo de Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 35, n.º 137 (1969), p. 37-60. Ver também: LOPES, Teresa Soares – Divisão administrativa em Portugal Continental: O distrito de Aveiro no séc. XIX e sua representação cartográfica. *Estudos Aveirenses: Revista do ISCIA*. Aveiro. N.º 4 (1995), p. 63-84], foi suprimido em 6 de Novembro de 1836, por decreto da responsabilidade de Passos Manuel e incorporado no concelho de Aveiro (NEVES, 1969, p. 56. Ver também: CHRISTO, António; GASPARG, João Gonçalves – *Calendário histórico de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal, 1986, p. 440).

⁸ A actual freguesia de Cacia pertenceu ao concelho de Esgueira, e foi incorporada no concelho de Aveiro na sequência da extinção do de Esgueira, em 6 de Novembro de 1836 (NEVES, 1969, p. 56. CHRISTO; GASPARG, 1986, p. 440).

⁹ O lugar pertencia à freguesia eclesiástica de Travassô e ao termo da vila de Segadães (FREIRE, Anselmo Braancamp, ed. – Povoação da Estremadura no XVI. século. *Arquivo Historico Portuguez*. Lisboa. Vol. 6, n.º 7 (1908), p. 273). Passou a constituir uma freguesia autónoma em 16 de Dezembro de 1620 (CHRISTO; GASPARG, 1986, p. 491). Em 7 de Agosto de 1835 passa a integrar o concelho de Eixo e, após a extinção deste, em 19 de Maio de 1854, incorporou o concelho de Aveiro (CHRISTO; GASPARG, p. 212 e 510. GASPARG, 1998, p.168-169 e 190-191).

¹⁰ Os valores referem-se a pessoas de sacramento e abrangem toda a antiga freguesia de Eixo, incluindo os lugares da Oliveirinha, Póvoa, Costa e Quintãs (VIEIRA, cit. 3).

¹¹ Este valor, retirado do *Livro de Visitações*, vis. N.º 59, abrange toda a antiga freguesia de Eixo, incluindo os lugares da Oliveirinha, Póvoa, Costa e Quintãs (VIEIRA, cit. 3).

¹² *Idem*.

¹³ O mediévico concelho de Eixo, que ainda existia em 18 de Julho de 1835, data do decreto que criou o distrito de Aveiro (NEVES, 1969, p. 54), foi extinto por decreto de 31 de Dezembro de 1853, apenas executado em 19 de Maio de 1854, sendo o respectivo território integrado no concelho de Aveiro (CHRISTO; GASPARG, 1986, p. 212 e 510; GASPARG, 1998, p.190-191).

¹⁴ O vetusto concelho de Esgueira, que ainda existia em 18 de Julho de 1835, data do decreto que criou o distrito de Aveiro (NEVES, 1969, p. 54), foi extinto 6 de Novembro de 1836, sendo o respectivo território integrado no concelho de Aveiro (CHRISTO; GASPARG, 1986, p. 440).

¹⁵ A freguesia de Nariz pertencia ao concelho de Esgueira, que foi extinto em 6 de Novembro de 1836. Passou depois ao concelho de Eixo que veio também a ser extinto em 31 de Dezembro de 1853, embora o respectivo decreto só fosse executado em 19 de Maio do ano seguinte, pelo que esta freguesia passou, nesta última data, para o concelho de Oliveira do Bairro. Em 4 de Dezembro de 1872, por decreto real, a freguesia de Nariz foi incorporada no concelho de Aveiro (CHRISTO; GASPARG, 1986, p. 440, 479 e 510).

¹⁶ Sobre a criação da freguesia veja-se GASPARG, João Gonçalves – A freguesia de Nossa Senhora de Fátima. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. N.º 6 (Dez. 1985), p. 11-23.

¹⁷ Parte do lugar da Póvoa do Valado que pertencia então (1802) à freguesia de Eixo (GASPARG, 1998, p. 143)

¹⁸ A freguesia da Glória foi criada em 11 de Outubro de 1835, integrando os territórios das extintas freguesias de São Miguel e do Espírito Santo, por alvará do primeiro governador civil do distrito de Aveiro, José Joaquim Lopes de Lima (QUADROS, José Reinaldo Rangel de – *Aveiro: origens, brasão e antigas freguesias*. Aveiro: Paisagem Editora, 1984, p. 94; CHRISTO; GASPARG, 1986, p. 405).

¹⁹ S. Miguel: 231 fogos + Espírito Santo: 345 fogos (AMORIM, 1996, p. 163) = Glória: 576 fogos. Ver nota anterior.

²⁰ S. Miguel: 897 habitantes + Espírito Santo: 1 128 habitantes (AMORIM, 1996, p. 168) = Glória: 2 025 habitantes.

²¹ «Em 1805 as terras que compõem a Freguesia da Oliveirinha tinham 400 fogos e 1:200 pessoas de confissão» in VIEIRA, cit. 3. Nesta data, Oliveirinha ainda não era freguesia.

²² Idem. Estes números constam da visitação n.º 56 (Ibidem).

²³ A freguesia de Oliveirinha foi criada em 2 de Maio de 1849, por decreto da rainha D. Maria II, desanexando da freguesia de Eixo os lugares de Oliveirinha, Moita, Vale Diogo, Marco, Granja, Picoito, Costa do Valado, São Bento e Quintãs, que ficaram a constituir a freguesia de Santo António de Oliveirinha (ANTÃO, António Valente Nunes – *Oliveirinha do Vouga*. Aveiro: Estante Editora, 1991. p. 151-152. CHRISTO; GASPARG, 1986, p. 187. GASPARG, 1998, p.183).

²⁴ O lugar da Costa do Valado pertencia então à freguesia de Eixo, tendo, em 1802, 76 fogos (GASPARG, 1998, p. 143)

²⁵ Ver: ANTÃO (1991. p. 37).

²⁶ Parte do lugar das Quintãs que pertencia então (1802) à freguesia de Eixo (GASPARG, 1998, p. 143).

²⁷ A freguesia de Requeixo esteve sempre ligada ao concelho de Eixo, passando para o de Aveiro em 19 de Maio de 1854, aquando da execução do decreto de 31 de Dezembro de 1853 que extinguiu o primeiro daqueles concelhos (CHRISTO; GASPARG, 1986, p. 212 e 510; GASPARG, 1998, p.190-191).

²⁸ Sobre a criação da freguesia veja-se GASPARG, João; CANDAL, Carlos; CUSTÓDIO, Ramos – A freguesia de Santa Joana. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal. N.º 5 (Mar. 1985), p. 9-20.

²⁹ Ver: CHRISTO; GASPARG (1986, p. 58).

³⁰ O território da actual freguesia de S. Jacinto foi anexado à freguesia da Vera Cruz, do concelho de Aveiro, por decreto regulamentar de 24 de Outubro de 1855, pertencendo anteriormente à freguesia de Ovar (LOPES, 1995, p. 69). Pelo decreto-lei n.º 40.065, de 16 de Fevereiro de 1955, foi criada a freguesia de S. Jacinto, por desanexação da freguesia da Vera Cruz (CHRISTO; GASPARG, 1986, p. 94).

³¹ A freguesia da Vera Cruz foi criada em 10 de Julho de 1572, na sequência do desmembramento da freguesia de S. Miguel, a única até aí existente. Aveiro passou então a ter quatro freguesias no espaço urbano, S. Miguel, Espírito Santo, Nossa Senhora da Apresentação e Vera Cruz. Em 11 de Outubro de 1835 estas quatro freguesias deram lugar a duas: Glória (antigas S. Miguel e Espírito Santo) e Vera Cruz (antigas Vera Cruz e Apresentação). Ver: NEVES, F. Ferreira – Uma descrição das igrejas e capelas da freguesia de São Miguel de Aveiro no século XVIII. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. vol. 7, n.º 27 (1941), p. 182-183. Ver também CHRISTO; GASPARG (1986, p. 284-285, 405).

³² Vera Cruz: 282 fogos + Apresentação: 201 fogos (AMORIM, 1996, p. 163) = Vera Cruz: 483 fogos (ver nota anterior).

³³ Vera Cruz: 914 habitantes + Apresentação: 894 habitantes (AMORIM, 1996, p. 168) = Vera Cruz: 1 808 habitantes.

³⁴ Refere-se ao número de fogos: não inclui os lugares e freguesias que pertenciam ao concelho de Eixo, então ainda existente e, por outro lado, inclui a freguesia da Palhaça que tinha entrado no concelho de Aveiro em 1836, aquando da extinção do concelho de Esgueira. A freguesia da Palhaça seria depois anexada ao concelho de Oliveira do Bairro, regressaria posteriormente ao concelho de Aveiro (4/12/1872), regressando de novo a Oliveira do Bairro em 1898. Ver supra, nota (3). (NEVES, 1969, p. 58. LOPES, 1995, p. 71. CHRISTO; GASPARG, 1986, p. 51, 440, 479)

Anexo III: Topónimos europeus idênticos ou aparentados aos do concelho de Aveiro, na globalidade ou nalguns dos seus elementos

topónimo	localização				notas
	País	Província	Latitude N	Longitude	
ANGEJA ¹	Portugal	Aveiro	40° 40,86'	08° 33,51' W	
Agigea	Roménia	Constanta	44° 04,97'	28° 36,39' E	Mar Negro
Anga	Suécia	Gotland	57° 28,62'	18° 42,17' E	
Angé	França	Loir-et-Cher	47° 19,98'	01° 14,40' E	Margem do Cher
Angeghakot'	Arménia	— — —	39° 33,87'	45° 56,12' E	
Anger	Áustria	Estíria	47° 16,32'	15° 41,45' E	
Anger	Alemanha	Baviera	47° 48,09'	12° 52,34' E	
Angera	Itália	Lombardia	45° 46,50'	08° 34,14' E	Margem lago
Angered	Suécia	Göteborg och Bohus	57° 45,92'	12° 00,88' E	
Angeren	Holanda	Veluwe	51° 55,05'	05° 57,49' E	Margem Reno
Angeria	Grécia	Cíclades	36° 59,81'	25° 08,42' E	Costa
Angern	Áustria	Baixa Áustria	48° 22,64'	16° 49,16' E	Margem Morava
Angern	Áustria	Baixa Áustria	48° 22,86'	15° 39,26' E	Margem Danúbio
Angern	Alemanha	Saxe-Anhalt	52° 21,43'	11° 44,13' E	Sobre o Elba
Angers	França	Maine-et-Loire	47° 28,22'	00° 33,08' W	Margem de rio
Angey	França	Manche	48° 45,17'	01° 29,42' W	
Augea	França	Jusa	46° 33,13'	05° 24,90' E	
Osséja	França	Pirinéus Orientais	42° 25,05'	01° 59,65' E	

A

ARADAS	Portugal	Aveiro	40° 36,39'	08° 38,42' W	1131: Heerada ²
Ara	Espanha	Huesca	42° 29,71'	00° 27,95' W	
Arabach,	Rússia	República de Komis	62° 08,33'	49° 49,79' E	
Arabaşı	Turquia	Kastamonu	41° 51,31'	34° 03,30' E	
Arabaux	França	Ariège	42° 59,52'	01° 38,54' E	
Arabba	Itália	Véneto	46° 30,47'	11° 51,46' E	
Arad	Eslováquia	— — —	47° 52,64'	18° 28,56' E	
Arad	Roménia	Arad	46° 11,49'	21° 19,42' E	
Arad	Roménia	Arad	46° 11,70'	21° 19,53' E	
Arada	Portugal	Aveiro	40° 55,07'	08° 36,17' W	
Aradac	Jugoslávia	— — —	45° 22,68'	20° 18,01' E	
Aradeo	Itália	Puigla	40° 07,83'	18° 07,54' E	
Aradere	Turquia	Mus	39° 19,41'	42° 32,99' E	

¹ Freguesia do concelho de Albergaria-a-Velha. No concelho de Aveiro aparece um derivado: *Angejoa*. Ver Anexo I, p. VIII.

² Ver Anexo I (Heerada, Erada, Eirada, Aarada, Arada...).

Anexo III: Topónimos europeus idênticos ou aparentados aos do concelho de Aveiro, na globalidade ou nalguns dos seus elementos

topónimo	localização				notas
	País	Província	Latitude N	Longitude	

ARADAS (continuação)					
Aradu	Geórgia	Abkhazia	42° 46,49'	41° 28,53' E	
Aradu Nou	Roménia	Arad	46° 07,62'	21° 18,68' E	
Aradványpuszta	Hungria	Hadju Bihar	47° 40,33'	21° 51,40' E	
Aragats	Arménia	— — —	40° 29,12'	44° 24,13' E	
Arata	Itália	Piemonte	44° 27,11'	07° 06,40' E	
Aratz-erreka	Espanha	Guipúzcoa	43° 08,08'	02° 16,34' W	
Aravaca	Espanha	Madrid	40° 27,52'	03° 47,01' W	
Erada	Portugal	Castelo Branco	40° 13,50'	07° 38,73' W	
Ereda	Estónia	Ida-Viru	59° 19,20'	27° 16,18' E	
Haarala	Finlândia	Keski-Suomi	62° 59,42'	26° 11,51' E	
Haard	Dinamarca	Baviera	50° 14,20'	10° 07,42' E	
Hara	Bielorrússia	Vitebsk	54° 38,54'	29° 22,11' E	
Hara	Estónia	Laane	59° 05,44'	23° 31,09' E	Costa
Hara	Estónia	Harju	59° 33,60'	25° 39,24' E	Costa
Hara	Suécia	Jamtland	63° 02,41'	14° 18,25' E	
Hara	Turquia	Rize	41° 14,46'	41° 09,64' E	
Härad	Suécia	Södermanland	59° 21,72'	16° 53,24' E	
Harads	Suécia	Nonbotten	66° 05,82'	20° 56,74' E	Margem rio
Håred	Dinamarca	Storstrom	54° 45,67'	11° 27,33' E	
Heerdt	Alemanha	Renânia Vestefália	51° 13,60'	06° 40,97' E	
Herad	Noruega	Vest-Agder	58° 09,68'	06° 47,77' E	
Herada	Espanha	Santander	43° 11,93'	03° 27,45' W	
Heréd	Hungria	Heves	47° 43,21'	19° 38,59' E	
Orada	Portugal	Beja	38° 06,23'	07° 35,87' W	
Orada	Portugal	Évora	38° 52,27'	07° 27,86' W	
Oradea	Roménia	Bihor	47° 03,27'	21° 56,06' E	

A

AVEIRO	Portugal	Aveiro	40° 38,23'	08° 39,14' W	959: Alauario ³
Abaira	Espanha	Lugo	43° 27,67'	07° 09,64' W	
Ala	Estónia	Valga	58° 00,70'	25° 41,89' E	
Ala	Estónia	Valga	57° 56,81'	26° 02,18' E	
Ala	Itália	Trentino-Alto Ádige	45° 45,86'	11° 00,09' E	

³ Ver Anexo I (Alauario, Alaueiro, Aaveiro, Aueiro, Abeiro, Aveiro)

Anexo III: Topónimos europeus idênticos ou aparentados aos do concelho de Aveiro, na globalidade ou nalguns dos seus elementos

topónimo	localização				notas
	País	Província	Latitude N	Longitude	
AVEIRO (continuação)					
Ala	Portugal	Bragança	41° 35,70'	07° 01,42' W	
Ala	Suécia	Gotland	57° 24,56'	18° 37,87' E	
Alabalck	Turquia	Erzurum	40° 25,81'	41° 55,88' E	Vale
Alabalik	Turquia	Ardahan	41° 25,16'	42° 36,45' E	Vale
Alabalik	Turquia	Mus	39° 18,95'	41° 09,19' E	Vale que se dirige para o Lago Van
Alabaş	Turquia	Kayseri	39° 01,45'	35° 31,04' E	A 3 Km do rio Kizil Irmak
Alabaş	Turquia	Diyarbakir	37° 46,16'	40° 05,58' E	
Alabaycr	Turquia	Aydin	37° 32,65'	28° 09,48' E	A 50 Km do mar Egeu
Alabayir	Turquia	Erzurum	39° 32,54'	41° 11,14' E	Vale
Alabayır	Turquia	Van	38° 34,24'	43° 23,95' E	A 9 Km do lago Van
Alabeyli	Turquia	Hatay	36° 32,32'	36° 21,82' E	A 16 Km da costa
Alaşam	Turquia	Mugla	37° 10,05'	27° 45,73' E	
Alaşam	Turquia	Içel	36° 41,18'	33° 16,22' E	
Alaşam	Turquia	Bolu	40° 34,46'	30° 58,24' E	
Alaşam	Turquia	Balikesir	39° 24,53'	28° 40,23' E	
Alaşam	Turquia	Antalya	36° 35,03'	32° 18,65' E	
Alajärvi	Finlândia	Vaasa	62° 59,04'	23° 49,02' E	Região dos lagos
Alajärvi	Finlândia	Oulu	64° 01,99'	28° 35,06' E	No coração dos Lagos
Alan	Croácia	— — —	45° 04,46'	14° 55,85' E	
Alan	França	Haute-Garonne	43° 13,94'	00° 56,19' E	
Alan	Turquia	Sinup	41° 21,11'	35° 19,14' E	
Alan	Turquia	Urfa	37° 52,73'	39° 08,20' E	
Alan	Turquia	Mugla	36° 58,33'	28° 54,31' E	
Alan	Turquia	Kirsehir	39° 39,98'	34° 12,77' E	
Alan	Turquia	Hakkâri	37° 17,98'	44° 45,04' E	
Alan	Turquia	Ankara	40° 07,00'	31° 12,83' E	
Álava	Espanha	Província espanhola	—	W	
Álava, Villareal de	Espanha	Álava	42° 59,01'	02° 38,46' W	
Álava, Moreda de	Espanha	Álava	42° 31,59'	02° 24,54' W	
Álava, Villabuena de	Espanha	Álava	42° 32,83'	02° 39,95' W	
Álava, Zaldueño de	Espanha	Álava	42° 53,45'	02° 20,73' W	
Alavalli	Finlândia	Vaasa	62° 28,11'	25° 58,83' E	
Alavere	Estónia	Harju	59° 14,68'	25° 19,96' E	Na margem de um rio a 28 Km da costa

A

Anexo III: Topónimos europeus idênticos ou aparentados aos do concelho de Aveiro, na globalidade ou nalguns dos seus elementos

topónimo	localização				notas
	País	Província	Latitude N	Longitude	

AVEIRO (continuação)					
Alaverdi	Arménia	— — —	41° 04,82'	44° 36,38' E	
Alaverdi	Geórgia	— — —	42° 02,31'	45° 22,36' E	
Alavés	Espanha	Huesca	42° 23, 43'	00° 22,53' W	
Alavieska	Finlândia	Oulu	64° 10,36'	24° 18,54' E	
Alaviirre	Finlândia	Vaasa	64° 01,87'	23° 36,35' E	A 1,5 Km da costa
Alavus	Finlândia	Vaasa	62° 35,43'	23° 36,07' E	
Alaybeyi	Turquia	Erzurum	40° 00,23'	41° 03,12' E	
Albaida	Espanha	Valência	38° 50,42'	00° 31,22' W	
Albeiros	Espanha	Lugo	43° 02,15'	07° 33,29' W	
Albero	Itália	Véneto	45° 21,34'	11° 11,34' E	Margem do Ádige
Albero Alto	Espanha	Huesca	42° 03,09'	00° 20,04' W	
Alevia	Espanha	Oviedo	43° 20,22'	04° 35,69' W	
Aliveri	Grécia	Eubeia	38° 24,85'	24° 02,07' E	Na costa
Alovera	Espanha	Guadalajara	40° 35,78'	03° 14,82' W	
Aravere	Estónia	Rapla	58° 45,38'	24° 28,35' E	A 37 Km da costa
Areavaara	Suécia	Norrbotten	67° 26,84'	23° 29,34' E	
Olaverdi	Geórgia	— — —	41° 27,04'	43° 34,05' E	
Olaverri	Espanha	Navarra	42° 48,49'	01° 23,90' W	Vale pirenaico
Oliveri	Itália	Sicília	38° 07,45'	15° 03,74' E	Na costa
Ollavarre	Espanha	Álava	42° 49,03'	02° 50,03' W	Bacia do Ebro; a 16 Km do Ebro

A

AZURVA	Portugal	Aveiro	40° 38,20'	08° 35,30' W	
Azuébar	Espanha	Castillón	39° 50,04'	00° 22,19' W	
Azur	França	Landes	43° 47,97'	01° 18,02' W	
Zaruby	Bielorrússia	Vitebsk	54° 31,60'	30° 55,61' E	
Zerba	Itália	Emilia Romagna	44° 40,02'	09° 17,36' E	
Zerubia	França	Córsega	41° 45,16'	09° 04,61' E	
Zorba	Itália	Sicília	37° 23,65'	13° 37,65' E	
Zorbau	Alemanha	Saxe-Anhalt	51° 11,49'	12° 02,18' E	
Žur	Jugoslávia	— — —	42° 09,98'	20° 36,67' E	
Zürbach	Alemanha	Renânia Palatinado	50° 33,08'	07° 49,18' E	
Zurbano	Espanha	Álava	42° 52,50'	02° 36,96' W	
Zurbin	Bielorrússia	Maguilev	53° 10,53'	32° 17,11' E	

Anexo III: Topónimos europeus idênticos ou aparentados aos do concelho de Aveiro, na globalidade ou nalguns dos seus elementos

topónimo	localização				notas
	País	Província	Latitude N	Longitude	

AZURVA (continuação)

Zurbitu	Espanha	Burgos	42° 46,63'	02° 46,48' W	
---------	---------	--------	------------	--------------	--

A

CACIA	Portugal	Aveiro	40° 40,83'	08° 35,58' W	1106: Cacia ⁴
Cassà de la Selva	Espanha	Gerona	41° 53,60'	02° 52,42' E	
Caccia, Casin di	Itália	Véneto	45° 23,31'	12° 09,86' E	
Caccia, Molino de	Itália	Calábria	39° 38,39'	16° 03,84' E	
Cacciano	Itália	Campânia	41° 09,46'	14° 39,08' E	
Cacilhas	Portugal	Setúbal	38° 41,36'	09° 08,70' W	
Cacín	Espanha	Granada	37° 03,70'	03° 55,00' W	do ár. Qasi?
Cancia	Itália	Véneto	46° 25,59'	12° 13,68' E	
Cascia	Itália	Toscânia	43° 40,66'	11° 31,68' E	
Cascia	Itália	Úmbria	42° 43,16'	13° 00,51' E	
Cascina	Itália	Toscânia	43° 40,78'	10° 33,10' E	
Casina	Itália	Emília Romagna	44° 30,97'	10° 29,77' E	
Casina	Itália	Trentino-Alto Ádige	45° 51,13'	10° 53,54' E	
Cassa, La	Itália	Piemonte	45° 10,94'	07° 30,92' E	
Cassana	Itália	Ligúria	44° 12,98'	09° 41,38' E	
Cassana	Itália	Trentino-Alto Ádige	46° 18,56'	10° 44,08' E	
Cassignanica	Itália	Lombardia	45° 27,62'	09° 20,43' E	
Cassignas	França	Lot-et-Garonne	44° 18,02'	00° 47,30' E	
Cassina d'Agno	Suiça	Tessin	45° 59,57'	08° 53,55' E	
Cassina Nuova	Itália	Lombardia	45° 33,74'	09° 08,19' E	
Cassina de' Pecchi	Itália	Lombardia	45° 30,39'	09° 22,55' E	
Cassina Rizzardi	Itália	Lombardia	45° 45,16'	09° 02,08' E	
Cassina Valsassina	Itália	Lombardia	45° 56,15'	09° 28,57' E	
Cassinari	Itália	Emilia Romagna	44° 49,26'	09° 34,94' E	
Cassine	Itália	Piemonte	44° 45,24'	08° 31,71' E	
Cassinetta	Itália	Lombardia	45° 09,90'	08° 38,41' E	
Cassino	Itália	Emilia Romagna	45° 01,26'	09° 47,96' E	
Cassino	Itália	Lácio	41° 29,55'	13° 49,75' E	
Cassino	Itália	Lácio	42° 40,54'	13° 13,25' E	
Cassio	Itália	Emilia Romagna	44° 35,26'	10° 01,87' E	

C

⁴ Ver Anexo I (Cacia, Kacia, Cazia, Catia...)

Anexo III: Topónimos europeus idênticos ou aparentados aos do concelho de Aveiro, na globalidade ou nalguns dos seus elementos

topónimo	localização				notas
	País	Província	Latitude N	Longitude	

CACIA (continuação)					
Cassis	França	Bocas do Ródano	43° 12,97'	05° 32,22' E	
Cassis	França	Bocas do Ródano	43° 13,59'	05° 35,28' E	
Cassis	França	Bocas do Ródano	43° 14,32'	05° 33,14' E	
Cassola	Itália	Véneto	45° 43,97'	11° 47,15' E	
Caxias	Portugal	Lisboa	38° 42,20'	09° 16,27' W	
Kaciai	Lituânia	Plunges	55° 43,81'	21° 46,08' E	
Kašina	Croácia	— — —	45° 54,74'	16° 07,99' E	
Kassei	Bélgica	Brabante flamengo	50° 55,49'	04° 24,62' E	
Kassi	Estónia	Viljandi	58° 13,61'	25° 39,65' E	
Kassi	Estónia	Voru	57° 54,21'	26° 28,10' E	
Kassinurme	Estónia	Jogeva	58° 40,39'	26° 29,24' E	
Kassiteros	Grécia	Rhodope	40° 59,94'	25° 43,67' E	
Kasso	Dinamarca	Jutlândia do Sul	55° 02,08'	09° 13,47' E	

C

EIROL	Portugal	Aveiro	40° 36,94'	08° 32,20' W	1166: Auriol ⁵
Airole	Itália	Ligúria	43° 52,16'	07° 33,07' E	
Ariola	Itália	Calábria	38° 34,06'	16° 15,24' E	
Ariolo	Itália	Véneto	44° 57,35'	12° 11,10' E	
Arriel	Espanha	Córdova	37° 41,31'	05° 13,61' W	Guadalquivir
Arriola	Espanha	Guipúzcoa	42° 59,11'	02° 24,89' W	
Arriola	Espanha	Alava	42° 55,01'	02° 23,35' W	
Aureil	França	Haute-Vienne	45° 48,44'	01° 23,67' E	
Aurel	França	Drôme	44° 41,73'	05° 18,76' E	
Aurel	França	Vaucluse	44° 07,93'	05° 25,76' E	
Auriol	França	Bocas do Ródano	43° 22,04'	05° 37,93' E	
Auriolles	França	Gironde	44° 44,54'	00° 02,96' E	
Auriolles	França	Ardèches	44° 26,33'	04° 19,34' E	
Auriolles, Saint-Alban-	França	Ardèche	44° 25,74'	04° 18,31' E	
Orriols	Espanha	Gerona	42° 07,46'	02° 54,40' E	
Ourol	Espanha	Lugo	42° 43,62'	07° 26,39' W	

E

⁵ Ver Anexo I (Auriol, Oyrol, Eyrol, Eiroll, Eirol)

Anexo III: Topónimos europeus idênticos ou aparentados aos do concelho de Aveiro, na globalidade ou nalguns dos seus elementos

topónimo	localização				notas
	País	Província	Latitude N	Longitude	
EIXO	Portugal	Aveiro	40° 37,70'	08° 33,74' W	1050: Exso ⁶
Échebrune	França	Charente-Maritime	45° 34,57'	00° 26,89' W	
Echem	Alemanha	Baixa Saxónia	53° 20,34'	10° 32,66' E	
Échevonne	França	Côte d'Or	47° 06,47'	04° 51,44' E	
Echte	Alemanha	Baixa Saxónia	51° 47,47'	10° 03,33' E	
Echte	Alemanha	Baixa Saxónia	51° 47,30'	10° 03,92' E	
Eecke	França	Nord	50° 46,58'	02° 36,02' E	
Egio	Grécia	Acaia	38° 15,37'	22° 05,52' E	
Eiche	Alemanha	Brandburg	52° 33,89'	13° 35,62' E	< GERM. *aiks "carvalho"
Eiche	Alemanha	Brandburg	52° 24,37'	12° 59,65' E	Idem
Eichede	Alemanha	Schleswig-Holstein	53° 43,03'	10° 24,37' E	Idem
Eichen	Alemanha	Bade-Wurtemberg	48° 01,57'	09° 25,03' E	Idem
Eichen	Alemanha	Bade-Wurtemberg	48° 05,89'	09° 57,70' E	Idem
Eichen	Alemanha	Bade-Wurtemberg	47° 39,08'	07° 50,76' E	Idem
Eichen	Alemanha	Renânia Palatinado	50° 37,93'	07° 31,89' E	Idem
Eichen	Alemanha	Renânia Vestefália	50° 58,76'	07° 58,17' E	Idem
Eichen	Alemanha	Renânia Vestefália	50° 30,10'	06° 29,13' E	Idem
Eichen	Alemanha	Hesse	50° 15,34'	08° 54,07' E	Idem
Eix	França	Meuse	49° 10,76'	05° 29,78' E	Idem
Eixe	Alemanha	Baixa Saxónia	52° 20,93'	10° 11,25' E	Idem
Eixen	Alemanha	Mecklemburg-Pomerânia	54° 09,81'	12° 43,51' E	Idem
Eixes	Portugal	Bragança	41° 30,97'	07° 13,42' W	
Esche	Alemanha	Baixa Saxónia	52° 32,24'	06° 58,02' E	< V.-ALTO-AL. *ask "freixo"
Eschede	Alemanha	Baixa Saxónia	52° 44,00'	10° 44,23' E	Idem
Eschen	Alemanha	Hesse	50° 15,32'	08° 50,10' E	Idem
Eschen	Listenstaina	Listenstaina	47° 12,49'	09° 31,17' E	Idem Margem do Reno
Escher	Alemanha	Baixa Saxónia	52° 14,45'	09° 15,52' E	Idem
Esches	França	Oise	49° 12,97'	02° 09,93' E	Idem
Hêches	França	Altos Pirinéus	43° 01,14'	00° 22,21' E	VASC. etxe, exe ?
Hecho	Espanha	Huesca	42° 44,45'	00° 44,84' W	VASC. etxe, exe ?
Hechtel	Bélgica	Limboung	51° 07,49'	05° 21,99' E	
Hechtel-Eksel	Bélgica	Limboung	51° 07,84'	05° 22,40' E	

E

⁶ Ver Anexo I (Exso, Exo, Exu, Hexo, Eyxo, Eixho, Exxio...)

Anexo III: Topónimos europeus idênticos ou aparentados aos do concelho de Aveiro, na globalidade ou nalguns dos seus elementos

topónimo	localização				notas
	País	Província	Latitude N	Longitude	

ESGUEIRA	Portugal	Aveiro	40° 38,77'	08° 37,61' W	1057: Isgueira ⁷	E
Escairón	Espanha	Lugo	42° 35,20'	07° 38,15' W		
Escarilla	Espanha	Huesca	42° 43,89'	00° 18,64' W		
Escaro	França	Pirinéus Orientais	42° 32,36'	02° 18,99' E		
Escároz	Espanha	Navarra	42° 53,40'	01° 05,74' W		
Escarrilla	Espanha	Guadalajara	40° 24,37'	03° 03,45' W		
Isca Marina	Itália	Calábria	38° 36,31'	16° 32,87' E	costa	
Iscar	Espanha	Valhadolide	41° 21,88'	04° 32,04' W		
Ischia	Itália	Campânia	40° 44,28'	13° 56,96' E	ilha	
Ischia	Itália	Puigla	41° 18,21'	15° 16,20' E		
Ischia	Itália	Trentino-Alto Ádige	46° 02,05'	11° 14,68' E		
Scaria	Itália	Lombardia	45° 59,13'	09° 04,40' E	Lago Lugano	

ÍLHAVO ⁸	Portugal	Aveiro	40° 36,05'	08° 40,20' W		I
Iballë	Albânia	Pukë	42° 11,05'	19° 59,71' E		
Ilava	Eslováquia	— — —	48° 59,82'	18° 14,06' E		
Ilawa	Polónia	Olszlyn	53° 35,85'	19° 34,23' E	Zona de lagos	
Illa	Espanha	Orense	41° 54,92'	08° 09,18' W		
Ilia	Roménia	Hunedoara	45° 56,79'	22° 38,79' E		
Iliaš	Eslováquia	— — —	48° 41,96'	19° 08,04' E		
Iliavka	Eslováquia	— — —	48° 57,42'	18° 16,07' E		
Illiat	França	Ain	46° 11,51'	04° 53,25' E		
Ivalo	Finlândia	Lapónia	68° 39,12'	27° 32,93' E		

NARIZ	Portugal	Aveiro	40° 32,19'	08° 35,74' W		N
Nairiai	Lituânia	Pasvalio	56° 12,53'	24° 10,08' E		
Nairitz	Alemanha	Baviera	49° 51,21'	11° 45,10' E		
Nåra	Noruega	Soga og Fjordam	61° 00,56'	04° 44,26' E		
Narin	Eslovénia	— — —	45° 38,87'	14° 11,83' E		
Nariškiai	Lituânia	Birzau	55° 59,73'	24° 40,91' E		
Naro	Itália	Sicília	37° 17,93'	13° 47,40' E		
Neritz	Alemanha	Schleswig-Holstein	53° 47,09'	10° 17,25' E		

⁷ Ver Anexo I (Esgueira, Isgueira, Isgeira, Sgueiram, Jsgaria...)

⁸ Cidade e sede de concelho. O topónimo aparece no concelho de Aveiro, na freguesia de Nariz, em Porto de Ílhavo. Ver Anexo I

Anexo III: Topónimos europeus idênticos ou aparentados aos do concelho de Aveiro, na globalidade ou nalguns dos seus elementos

topónimo	localização				notas
	País	Província	Latitude N	Longitude	

REQUEIXO	Portugal	Aveiro	40° 35,64'	08° 32,00' W	1202: Requeixo ⁹	R
Requeijo	Espanha	Lugo	42° 36,69'	07° 50,93' W		
Requeijo	Espanha	Orense	42° 14,09'	07° 21,17' W		
Requeixo	Espanha	Lugo	43° 15,19'	07° 50,88' W		
Requeixo	Espanha	Orense	41° 57,68'	08° 03,44' W		
Requeixo	Espanha	Orense	42° 16,11'	07° 12,46' W		
Requejo	Espanha	Santander	43° 00,36'	04° 06,89' W		
Requejo	Espanha	Leão	42° 31,29'	06° 48,15' W		
Requejo	Espanha	Zamora	42° 02,01'	06° 44,43' W		
Requejo	Espanha	Orense	42° 15,34'	06° 57,06' W		

SÁ, Rua de (antigo lugar de)	Portugal	Aveiro	40° 38,80'	08° 38,45' W	1050; Sala ¹⁰	S
Sá	Portugal	Viseu	41° 00,98'	08° 03,84' W		
Sá	Portugal	Viseu	40° 48,08'	08° 05,12' W		
Sá	Portugal	Vila Real	41° 40,45'	07° 20,80' W		
Sá	Portugal	Viana do Castelo	42° 04,57'	08° 20,90' W		
Sá	Portugal	Viana do Castelo	41° 55,49'	08° 25,47' W		
Sá	Portugal	Porto	41° 01,00'	08° 30,11' W		
Sa	Espanha	Pontevedra	42° 12,30'	08° 42,74' W		
Saá	Espanha	Lugo	42° 34,90'	07° 22,37' W		
Saá	Espanha	Lugo	42° 49,67'	07° 15,61' W		
Saá	Espanha	Lugo	42° 56,16'	07° 34,53' W		
Saara	Estónia	Laane-Viru	59° 09,14'	26° 35,20' E		
Saalstadt	Alemanha	Renânia-Palatinato	49° 19,54'	07° 33,52' E		
Saas	Alemanha	Baviera	49° 54,96'	11° 33,86' E		
Saas	Suiça	Grison	46° 54,86'	09° 48,50' E		
Šal'a	Eslováquia	— — —	48° 09,22'	17° 52,51' E		
Sala	Espanha	Huesca	42° 21,80'	00° 29,29' E		
Sala	Itália	Campânia	40° 51,09'	14° 52,33' E		
Sala	Itália	Emilia Romagna	44° 58,10'	09° 23,39' E		
Sala	Itália	Emilia Romagna	44° 09,42'	12° 23,08' E		
Sala	Itália	Emilia Romagna	44° 57,15'	10° 15,64' E		

⁹ Ver Anexo I (Requeixo, Requexo, Requeixho...)

¹⁰ Ver Anexo I (Sala, Sáa, Saa, Sá, Sa...)

Anexo III: Topónimos europeus idênticos ou aparentados aos do concelho de Aveiro, na globalidade ou nalguns dos seus elementos

topónimo	localização				notas
	País	Província	Latitude N	Longitude	

SÁ, Rua de (antigo lugar de) (continuação)					
Sala	Itália	Lácio	42° 35,74'	13° 02,26' E	
Sala	Itália	Lombardia	44° 46,54'	09° 14,23' E	
Sala	Itália	Lombardia	44° 53,10'	09° 05,09' E	
Sala	Itália	Marches	42° 48,68'	13° 26,20' E	
Sala	Itália	Piemonte	45° 03,43'	07° 21,23' E	
Sala	Itália	Toscânia	43° 25,35'	11° 19,60' E	
Sala	Itália	Úmbria	42° 48,19'	12° 04,09' E	
Sala	Itália	Véneto	46° 09,39'	12° 13,71' E	
Sala	Letónia	Jekabpils	56° 30,25'	25° 45,89' E	
Sala	Letónia	Ludzar	56° 47,19'	27° 34,87' E	
Sala	Suécia	Vastmanland	59° 55,46'	16° 35,20' E	
Sala Consilina,	Itália	Campânia	40° 24,13'	15° 35,67' E	
Salaiola	Itália	Toscânia	42° 39,75'	11° 21,80' E	
Salantai	Lituânia	Kretingos	56° 03,82'	21° 34,20' E	
Salavessa	Portugal	Portalegre	39° 36,85'	07° 35,98' W	
Saldeana	Espanha	Salamanca	41° 01,33'	06° 38,29' W	
Sale	Itália	Piemonte	44° 59,03'	08° 48,46' E	
Sale San Giovanni	Itália	Piemonte	44° 24,27'	08° 04,61' E	
Salea	Itália	Ligúria	44° 04,88'	08° 10,70' E	
Sales	Espanha	Corunha	42° 49,14'	08° 30,31' W	
Sales	Espanha	Oviedo	43° 29,31'	05° 17,10' W	
Sales	França	Alta Saboia	45° 52,72'	05° 57,63' E	
Sales	Itália	Friuli-Venezia-Giulia	45° 44,95'	13° 43,56' E	
Sâles	Suíça	Friburgo	46° 38,18'	06° 58,45' E	
Saletta	Itália	Emilia Romagna	44° 53,70'	11° 46,45' E	
Saletta	Itália	Lácio	42° 40,32'	13° 16,16' E	
Saletta	Itália	Piemonte	45° 13,69'	07° 15,65' E	
Saletta	Itália	Piemonte	45° 13,34'	08° 21,97' E	
Saletta, Villa	Itália	Toscânia	43° 35,65'	10° 44,42' E	
Salette-Fallavaux, La	França	Isère	44° 50,58'	05° 59,54' E	
Salelles	Espanha	Barcelona	41° 42,23'	01° 47,67' E	
Salettes	França	Haute-Loire	44° 51,92'	03° 57,97' E	
Salettes	França	Drôme	44° 34,31'	04° 58,36' E	

S

Anexo III: Topónimos europeus idênticos ou aparentados aos do concelho de Aveiro, na globalidade ou nalguns dos seus elementos

topónimo	localização				notas
	País	Província	Latitude N	Longitude	

SÁ , Rua de (antigo lugar de) (continuação)					
Saletto	Itália	Emília Romagna	44° 38,98'	11° 27,12' E	
Saletto	Itália	Friuli-Venezia-Giulia	45° 52,35'	12° 55,29' E	
Saletto	Itália	Friuli-Venezia-Giulia	46° 24,07'	13° 22,79' E	
Saletto	Itália	Trentino-Alto Ádige	46° 56,50'	11° 31,82' E	
Saletto	Itália	Véneto	45° 13,81'	11° 32,16' E	
Saletto	Itália	Véneto	45° 28,33'	11° 51,67' E	
Salla	Áustria	Estíria	47° 06,56'	14° 58,33' E	
Salla	Estónia	Laane Viru	58° 56,52'	26° 23,21' E	
Salla	Finlândia	Lapónia	66° 48,86'	28° 41,84' E	
Salles	França	Gironde	44° 33,05'	05° 02,34'W	
Salo	Finlândia	Turku-Pori	60° 23,25'	23° 07,00' E	
Salò	Itália	Lombardia	45° 36,69'	10° 30,88' E	
Sas	Espanha	Lérida	42° 24,29'	00° 50,51' E	

S

SARRAZOLA	Portugal	Aveiro	40° 41,35'	08° 36,23' W	1446: Cerazolla ¹¹
Cerasolo	Itália	Emília Romagna	43° 58,88'	12° 31,93' E	
Cerésola	Espanha	Huesca	42° 26,18'	00° 13,85' W	
Ceresola	Itália	Emília Romagna	44° 20,37'	10° 33,29' E	
Cerezzola	Itália	Emília Romagna	44° 34,31'	10° 24,30' E	
Cérizols	França	Ariège	43° 08,06'	01° 03,69' E	
Correzzola	Itália	Véneto	45° 14,18'	12° 04,08' E	
Sarasate	Espanha	Navarra	42° 54,01'	01° 46,81' W	
Sărăsău	Roménia	Maramures	47° 55,78'	23° 49,62' E	Cárpatos
Saraso	Espanha	Burgos	42° 42,77'	02° 39,46' W	
Saraso	Bielorrússia	Brest	52° 33,57'	24° 12,61' E	
Sarata	Ucrânia	Odessa	46° 02,17'	29° 40,31' E	
Sarayova	Turquia	Adana	37° 06,27'	36° 32,50' E	
Saraz	França	Doubs	46° 59,80'	05° 59,26' E	
Sarezzo	Itália	Lombardia	45° 39,10'	10° 11,91' E	
Säritz	Alemanha	Brandburg	51° 44,81'	13° 55,32' E	
Sarizzola	Itália	Piemonte	44° 48,76'	08° 56,35' E	
Sarras	França	Ardèche	45° 11,42'	04° 47,84' E	

¹¹ Ver Anexo I (Sarrazola, Cerazolla, Çerazolla, Sarrasolla, Çarrazola...)

Anexo III: Topónimos europeus idênticos ou aparentados aos do concelho de Aveiro, na globalidade ou nalguns dos seus elementos

topónimo	localização				notas
	País	Província	Latitude N	Longitude	

SARRAZOLA (continuação)					
Sarratella	Espanha	Castellón	40° 18,82'	00° 01,89' E	
Sarratillo	Espanha	Huesca	42° 21,50'	00° 05,88' E	
Sarrato	Espanha	Huesca	42° 22,78'	00° 06,42' E	
Sarraz, La	Suiça	Vand	46° 39,70'	06° 30,91' E	
Sarrazac	França	Dordogne	45° 26,08'	01° 02,02' E	
Sarrazac	França	Lot	45° 01,05'	01° 35,40' E	
Sarraziet	França	Landes	43° 42,15'	00° 29,21' E	
Sarría	Espanha	Álava	42° 58,22'	02° 49,67' W	
Sarripoli	Itália	Toscânia	43° 58,13'	10° 51,51' E	
Saurat	França	Ariège	42° 52,88'	01° 32,16' E	
Seriola	Itália	Lombardia	45° 13,62'	10° 22,36' E	
Serradilla	Espanha	Cáceres	39° 49,65'	06° 08,15' W	
Serrate	Espanha	Huesca	42° 23,15'	00° 29,34' W	
Serratella	Espanha	Alicante	38° 34,86'	00° 26,95' W	
Serratella	Espanha	Valência	38° 04,54'	00° 26,32' W	
Serrato	Espanha	Málaga	36° 53,11'	04° 58,78' W	

S

VERBA	Portugal	Aveiro	40° 33,50'	08° 35,76' W	1174: Verua ¹²
Barbaira	França	Aude	43° 11,25'	02° 30,46' E	Margem rio Aude
Barbariá	Grécia	Chios	38° 38,20'	25° 53,13' E	
Barva	Suécia	Södermaland	59° 22,02'	16° 47,27' E	Costa
Bebra	Alemanha	Hesse	50° 58,56'	09° 47,45' E	Margem de rio
Bebra	Alemanha	Turingia	51° 24,93'	10° 34,99' E	Costa
Beerbaum	Alemanha	Brandburg	52° 43,74'	13° 47,69' E	= Pereira
Berbe-Bajo	Espanha	Granada	37° 19,85'	03° 44,30' W	
Bérben	Espanha	Cádiz	36° 37,17'	06° 15,82' W	
Berbes	Espanha	Oviedo	43° 28,54'	05° 08,76' W	
Berbești	Roménia	Vilcea	44° 58,55'	23° 49,64' E	
Berbezit	França	Haute-Loire	45° 17,37'	03° 35,69' E	
Bevera	Itália	Ligúria	43° 49,48'	07° 34,66' E	
Varieba	Letónia	Tukuma Cetónia	56° 51,82'	23° 35,01' E	
Varvara	Bulgária	Plovdiv	42° 09,48'	24° 07,80' E	

V

¹² Ver Anexo I, p. LXX (Verva, Verba)

Anexo III: Topónimos europeus idênticos ou aparentados aos do concelho de Aveiro, na globalidade ou nalguns dos seus elementos

topónimo	localização				notas
	País	Província	Latitude N	Longitude	

VERBA (continuação)					
Varvara	Bulgária	Burgas	42° 07,69'	27° 53,47' E	
Varvára	Grécia	Calcídia	40° 34,18'	23° 39,35' E	
Verba	Ucrânia	Volhynie	50° 53,02'	24° 20,14' E	
Verbania	Itália	Piemonte	45° 55,88'	08° 33,46' E	Margem de lago
Verbavicy	Bielorrússia	Gomel	51° 43,93'	29° 31,07' E	
Verberg	Alemanha	Renânia Vestefália	51° 21,80'	06° 34,35' E	
Verberie	França	Oise	49° 18,49'	02° 43,86' E	Margem do rio
Verbier	Suiça	Valais	46° 05,98'	07° 13,51' E	
Verbilki	Rússia	Moskovskaia	56° 31,95'	37° 38,30' E	
Verbios	Espanha	Palencia	42° 52,81'	04° 20,31' W	
Verbonai	Lituânia	Sianlim	56° 01,40'	23° 10,64' E	
Vereb	Hungria	Fejér	47° 19,83'	18° 38,12' E	
Vervant	França	Charente	45° 50,21'	00° 07,29' E	
Vervant	França	Charente-Maritime	45° 58,51'	00° 26,73' W	Margem de rio
Vrba	Jugoslávia	— — —	43° 20,68'	19° 08,19' E	
Werbach	Alemanha	Bade-Wurtemberg	49° 39,84'	09° 38,72' E	
Wyreba	Polónia	Jelenia Gora	51° 09,82'	15° 10,38' E	

V

VOUGA, rio	Portugal	Foz em Aveiro			
Valga	Espanha	Pontevedra	42° 81,89'	08° 38,37' W	Rio Ulla
Valga	Estónia	— — —	57° 47,05'	26° 03,01' E	Margem de rio
Vauca	Bielorrússia	Vitebsk	54° 42,66'	28° 05,68' E	
Vaugas	Letónia	Limbazu	57° 34,54'	24° 39,74' E	
Voga	Itália	Lombardia	46° 18,48'	09° 19,98' E	
Volga	Rússia	Iaroslavl	57° 57,47'	38° 22,17' E	
Vougay, St.-	França	Finistère	48° 35,25'	04° 08,03' W	
Vougy	França	Haute-Savoie	46° 03,87'	06° 29,72' E	Margem rio Cluses

Anexo III: Topónimos europeus idênticos ou aparentados aos do concelho de Aveiro, na globalidade ou nalguns dos seus elementos

topónimo	localização				notas
	País	Província	Latitude N	Longitude	

Gaifana	Itália	Úmbria	43° 10,44'	12° 47,14' E	
---------	--------	--------	------------	--------------	--

Åbo	Finlândia	Turku-Pori	60° 27,45'	22° 13,65' E	Nome sueco de Turku
Åby	Dinamarca	Arhus	56° 08,92'	10° 09,25' E	
Åby	Suécia	Östergötland	58° 40,22'	16° 11,14' E	
Åbo	Dinamarca	Arhus	56° 07,40'	10° 02,94' E	

Alagoa	Espanha	Pontevedra	42° 32,41'	08° 32,53' W	
Alagoa	Portugal	Castelo Branco	39° 44,11'	08° 09,22' W	
Alagoa	Portugal	Portalegre	39° 21,44'	07° 31,93' W	

Barlo	Alemanha	Renânia Vestefália	51° 53,24'	06° 39,77' E	
Barlo	Holanda	Veluwe	51° 57,50'	06° 35,24' E	
Bari	Itália	Puigla	41° 07,56'	16° 50,93' E	
Barie	França	Gironde	44° 34,27'	00° 06,88' W	Margem rio
Barig	Alemanha	Hesse	50° 31,25'	08° 11,76' E	

Zóla	Grécia	Cefalónia, Ilha de	38° 18,76'	20° 27,92' E	Na costa
Zollara	Itália	Emilia Romagna	43° 54,39'	12° 34,05' E	
Zolla di Monrupino	Itália	Friuli-Venezia-Giulia	45° 43,02'	13° 48,34' E	
Zola Predosa	Itália	Emilia Romagna	44° 29,59'	11° 12,64' E	
Zella	Alemanha	Turingia	50° 40,87'	11° 31,43' E	
Zella	Alemanha	Turingia	50° 40,13'	10° 06,24' E	
Zella	Alemanha	Turingia	51° 17,37'	10° 22,21' E	
Zolli	Itália	Campânia	41° 03,35'	14° 42,83' E	